INTRODUÇÃO À LINGÜÍSTICA

VOLUMES 1 E 2

José Luiz Fiorin(org.)
Introdução à Lingüística
I.Objetos teóricos
I. Lingüística. 2. Lingüística - Estudo e ensino. I. Fiorin, José Luiz.
I. Lingüística, Introdução 2003

Sumário

Prefácio

José Luiz Fiorin

“ O mistério da idéia incorporada à matéria fônica, o mistério da palavra, do símbolo lingüístico, do Logos, um mistério que pede para ser elucidado. “

Roman Jakobson

“Minha pátria é minha língua.” Fernando Pessoa

Um curso de Letras é o lugar onde se aprende a refletir sobre os fatos lingüísticos e literários, analisando-os, descrevendo-os e explicando-os. A análise, a descrição e a explicação do fato lingüístico e literário não podem ser feitas de maneira empírica, mas devem pressupor reflexão crítica bem fundamentada teoricamente. Por isso, um curso de Letras tem dois módulos, que se delinearam claramente, ao longo da história da constituição dos estudos da linguagem: a) um tem por objeto o estudo dos mecanismos da linguagem humana por meio do exame das diferentes línguas faladas pelo homem; e b) o outro tem por finalidade a compreensão do fato lingüístico singular que é a literatura. Embora claramente distintos, esses dois módulos mantêm relações muito estreitas. De um lado, um literato não pode voltar as costas para os estudos lingüísticos, porque a literatura é um fato de linguagem; de outro, não pode o lingüista ignorar a literatura, porque ela é a arte que se expressa pela palavra; é ela que trabalha a língua em todas as suas possibilidades e nela condensam-se as maneiras de ver, de pensar e de sentir de uma dada formação social numa determinada época. Já lembrava o grande lingüista Roman Jakobson em texto antológico:

Esta minha tentativa de reivindicar para a Lingüística o direito e o dever de empreender a investigação da arte verbal em toda a sua amplitude e em todos os seus aspectos conclui com a mesma máxima que resumia meu informe à conferência que se realizou em 1953 aqui na Universidade de Indiana: Lingllista Sllm; lillgllistici Ilіliil a me alielllllllJIIIO. Se o poeta Ranson estiver certo (e o está) em dizer que "a poesia é uma espécie de linguagem", o lingüista, cujo campo abrange qualquer espécie de linguagem, pode e deve incluir a poesia no âmbito de

seus estudos. A presente conferência demonstrou que o tempo em que os lingüistas, tanto quanto os historiadores literários, eludiam as questões referentes à estrutura poética ficou, felizmente, para trás. Em verdade, conforme escreveu Hollander, "parece não haver razão para a tentativa de apartar os problemas literários da Lingüística geral". Se existem alguns críticos que ainda duvidam da competência da Lingüística para abarcar o campo da Poética tenho para mim que a incompetência poética de alguns lingüistas intolerantes tenha sido tomada por uma incapacidade da própria ciência Lingüística. Todos nós que aqui estamos, todavia, compreendemos definitivamente que um lingüista surdo à função poética da linguagem e um especialista de literatura indiferente aos problemas lingÜísticos são, um e outro, flagrantes anacronismos.
(LilgÜístiCtl e colllllI1iCtlç'{/o. São Paulo, Cultrix/Edusp, 1969, p. 161-2)

8

Introdução à Lingüística

Os dois módulos mencionados centram-se em duas disciplinas que, num currículo orgânico, têm a finalidade de fornecer o arcabouço teórico para o estudo das diferentes línguas e literaturas: a Lingüística e a Teoria da Literatura. Assim, o primeiro módulo or-ganizar-se-la com Lingüística e as línguas. O segundo módulo conteria Teoria Literária e as literaturas.
Um currículo é a seleção de uma série de conteúdos com vistas a alcançar determinados objetivos. Evidentemente, num curso de Introdução à Lingüística, não se pode estudar tudo. O que se deve escolher? Pensamos que um iniciante na Lingüística precisa saber o que é a ciência da linguagem, saber que há outras formas de estudar as línguas, que vão além do prescritivismo que hoje invade os meios de comunicação, saber que a Lingüística pretende descrever e explicar os fenômenos lingüísticos; conhecer como se processa a comunicação humana; perceber que as línguas não são nomenclaturas, mas formas de categorizar o mundo; conhecer os cinco principais objetos teóricos criados pela ciência da linguagem nos séculos XIX e XX: a langue, a competência, a variação, a mudança e o uso; aprender os rudimentos da análise Lingüística, em seus diferentes níveis, o fonético, o fonológico, o morfológico, o sintático, o semântico, o pragmático e o discursivo. Em suma, o que se pretende num curso de Introdução à Lingüística é

que o aluno se aproprie de conceitos, para que possa operar, de maneira científica, com os fatos da língua. O que se deseja é que ele vá além do senso comum na observação dos fenômenos lingüísticos e comece a ter uma posição investigativa diante da linguagem humana.

Esta obra foi dividida em dois tomos. No primeiro tomo, o primeiro capítulo trata da linguagem humana e das línguas, para mostrar que a atitude do lingüista diante do fenômeno lingüístico não é prescritiva, mas descritiva e explicativa. No segundo capítulo, discute-se o problema da comunicação humana. No terceiro, estuda-se a teoria dos signos, para mostrar que a linguagem é uma forma de interpretar o mundo. Os seis capítulos seguintes expõem, respectivamente, os cinco grandes objetos teóricos da Lingüística: a Langue, a competência, a variação, a mudança e o uso. A este último objeto dedicaram-se dois capítulos, pois se abordou o uso em suas duas grandes vertentes: a pragmática e a discursiva. Finalmente, há um capítulo reservado ao problema da aquisição da linguagem. Em cada um desses capítulos, discutem-se os principais conceitos referentes ao estUdo do objeto teórico que está sendo enfocado. Evidentemente, nem todas as teorias que tratam de um dado tema foram contempladas. Por exemplo, na abordagem discursiva, escolheu-se a Semiótica francesa. Poder-seiam escolher outras teorias, como a Análise do Discurso de linha francesa ou a Análise Crítica do Discurso. Por outro lado, não se pode esquecer de que este é um livro introdutório e de que, portanto, os conceitos têm que ser tratados num nível acessível ao aluno. Por essa razão, alguns conceitos foram selecionados e não outros e, ao mesmo tempo, eles não foram tratados em toda a sua complexidade. Muitas vezes, deixam-se de lado as críticas feitas, ao longo da história da Lingüística, a determinadas concepções, pois o curso de Introdução quer, antes de mais nada, que o aluno adquira uma visão de conjunto dos modos como a ciência da linguagem trata o fenômeno lingüístico.

No segundo tomo, os alunos são introduzidos nos princípios da análise Lingüística. Há, então, capítulos dedicados, respectivamente, à fonética, à fonologia, à morfologia, à sintaxe, à semântica, à pragmática e ao discurso. Evidentemente, não se trata de cursos completos de cada um desses campos. Por exemplo, o capítulo consagrado à análise fonológica não é um curso completo de fonologia, com a discussão das últimas aquisições da teoria fonológica. Nele, expõe-se um pequeno conjunto de conceitos e mostra-se como o aluno opera com eles. Em seguida, há

um certo número de exercícios de análise. Isso se repete em todos os capítulos. Como se disse, o que se quer é que o aluno tenha uma posição investigativa diante dos fatos da linguagem.
Com esta obra, pretendemos, antes de mais nada, encantar os estudantes de Letras para a ciência Lingüística, mostrando-lhes, como disse Confúcio, nos Analetos, que, sem conhecer a linguagem, não há como conhecer o homem. Ao mesmo tempo, pretendemos indicar-lhes que, sem conhecer a Lingüística, não há como conhecer a linguagem, não há como decifrar seus mistérios, não há como revelar sua epifania. O objetivo de noss o trabalho é que o aluno, ao final do curso, tenha desejo e meios de conhecer mais a respeito da linguagem humana.

Linguagem, língua, Lingüística

Margarida Petter

Uma das grandes escolas de iniciação da savana sudanesa, o Komo, diz que a Palavra (kuma) era um atributo reservado a Deus, que por ela criava as coisas: "o que Maa Ngala (Deus) diz é".

No começo, só havia um vazio vivo, vivendo da vida do Ser. Um que se chama a si mesmo Maa Ngala. Então ele criou Fan, o ovo primordial, que nos seus nove compartimentos alojava nove estados fundamentais da existência. Quando esse ovo abriu, as criaturas que daí saíram eram mudas.

Então para se dar um interlocutor, Maa Ngala tirou uma parcela de cada uma das criaturas, misturou-as e por um sopro de fogo que emanava dele mesmo, constituiu um ser à parte: o homem, ao qual deu uma parte de seu próprio nome, Maa (homem).

Hampâté Bâ
No princípio, Deus criou o céu e a terra. A terra, porém, estava informe e vazia, e as trevas cobriam a face do abismo, e o Espírito de Deus movia-se sobre as águas.
E Deus disse: Exista a luz. E a luz existiu. E Deus viu que a luz era boa; e separou a luz das trevas. E chamou à luz dia, e às trevas noite. E fez-se tarde e manhã, (e foi)

o primeiro dia.

Gênesis, I, 1-5

É notável a semelhança observada nas explicações em epígrafe sobre a origem do mundo: embora formuladas em épocas remotas por sociedades bem diversas, associam a palavra - a linguagem verbal - ao poder mágico de criar. O fascínio que a linguagem sempre exerceu sobre o homem vem desse poder que permite não só nomear/criar/transformar o universo real, mas também possibilita trocar experiências, falar sobre o que existiu, poderá vir a existir, e até mesmo imaginar o que não precisa nem pode existir. A linguagem verbal é, então, a matéria do pensamento e o veículo da comunicação social. Assim como não há sociedade sem linguagem, não há sociedade sem comunicação. Tudo o que se produz como linguagem ocorre em sociedade, para ser comunicado, e, como tal, constitui uma realidade material que se relaciona com o que lhe é exterior, com o que existe independentemente da linguagem. Como realidade material- organização de sons, palavras, frases - a linguagem é relativamente autônoma; como expressão de emoções, idéias, propósitos, no entanto, ela é orientada pela visão de mundo, pelas injunções da realidade social, histórica e cultural de seu falante.

A complexidade do fenômeno Lingüística vem há muito desafiando a compreensão dos estudiosos. Retraçaremos, inicialmente, a história dessa busca para entender como o objeto de estudo - linguagem, língua - foi aos poucos se delineando e assumindo as configurações que hoje possui nos estudos Lingüísticos.

1. Uma breve história do estudo da linguagem

O interesse pela linguagem é muito antigo, expresso por mitos, lendas, cantos, rituais ou por trabalhos eruditos que buscam conhecer essa capacidade humana. Remontam ao século IV a.c. os primeiros estudos. Inicialmente, foram razões religiosas que levaram os hindus a estudar sua língua, para que os textos sagrados reunidos no Veda não sofressem modificações no momento de ser proferidos. Mais tarde os gramáticos hindus, entre os quais Panini (século IV a.c.), dedicaram-se a descrever minuciosamente sua língua, produzindo modelos de análise que foram

descobertos pelo Ocidente no final do século XVIII.

Os gregos preocuparam-se, principalmente, em definir as relações entre o conceito e a palavra que o designa, ou seja, tentavam responder à pergunta: haverá uma relação necessária entre a palavra e o seu significado? Platão discute muito bem essa questão no Crátilo. Aristóteles desenvolveu estudos noutra direção, tentando proceder a uma análise precisa da estrutura Lingüística, chegou a elaborar uma teoria da frase, a distinguir as partes do discurso e a enumerar as categorias gramaticais.

Dentre os latinos, destaca-se Varrão que, na esteira dos gregos, dedicou-se à gramática, esforçando-se por defini-la como ciência e como arte. Na Idade Média, os modistas consideraram que a estrutura gramatical das línguas é una e universal, e que, em conseqüência, as regras da gramática são independentes das línguas em que se realizam.

No século XVI, a religiosidade ativada pela Reforma provoca a tradução dos livros sagrados em numerosas línguas, apesar de manter-se o prestígio do latim como língua universal. Viajantes, comerciantes e diplomatas trazem de suas experiências no estrangeiro o conhecimento de línguas até então desconhecidas. Em 1502 surge o mais antigo dicionário poliglota, do italiano Ambrosio Calepino.

Os séculos XVII e XVIII vão dar continuidade às preocupações dos antigos. Em 1660, a Grammaire Générale et Raisonnée de Port Royal, ou Gramática de Port Royal, de Lancelot e Arnaud, modelo para grande número de gramáticas do século XVII, demonstra que a linguagem se funda na razão, é a imagem do pensamento e que, portanto, os princípios de análise estabelecidos não se prendem a uma língua particular, mas servem a toda e qualquer língua.

O conhecimento de um número maior de línguas vai provocar, no século XIX, o interesse pelas línguas vivas, pelo estudo comparativo dos falares, em detrimento de um raciocínio mais abstrato sobre a linguagem, observado no século anterior. É nesse período que se desenvolve um método histórico, instrumento importante para o florescimento das gramáticas comparadas e da Lingüística Histórica. O pensamento lingüístico contemporâneo, mesmo que em novas bases, formou-se a partir dos princípios metodológicos elaborados nessa época, que preconizavam a análise dos fatos observados. O estudo comparado das línguas vai evidenciar o fato de que as línguas se transformam com o tempo, independentemente da vontade dos

homens, seguindo uma necessidade própria da língua e manifestando-se de forma regular.

Franz Bopp é o estudioso que se destaca nessa época. A publicação, em 1816, de sua obra sobre o sistema de conjugação do sânscrito, comparado ao grego, ao latim, ao persa e ao germânico é considerada o marco do surgimento da Lingüística Histórica. A descoberta de semelhanças entre essas línguas e grande parte das línguas européias vai evidenciar que existe entre elas uma relação de parentesco, que elas constituem, portanto, uma família, a indo-européia, cujos membros têm uma origem comum, o indo-europeu, ao qual se pode chegar por meio do método histórico-comparativo.

O grande progresso na investigação do desenvolvimento histórico das línguas ocorrido no século XIX foi acompanhado por uma descoberta fundamental que veio a alterar, modernamente, o próprio objeto de análise dos estudos sobre a linguagem - língua literária - até então. Os estudiosos compreenderam melhor do que seus predecessores que as mudanças observadas nos textos escritos correspondentes aos diversos períodos que levaram, por exemplo, o latim a transformar-se, depois de alguns séculos, em português, espanhol, italiano, francês, poderiam ser explicadas por mudanças que teriam acontecido na língua falada correspondente. A Lingüística moderna, embora também se ocupe da expressão escrita, considera a prioridade do estudo da língua falada como um de seus princípios fundamentais.

É no início do século XX, com a divulgação dos trabalhos de Ferdinand de Saussure, professor da Universidade de Genebra, que a investigação sobre a linguagem - a Lingüística - passa a ser reconhecida como estudo científico. Em 1916, dois alunos de Saussure, a partir de anotações de aula, publicam o Curso de Lingüística geral, obra fundadora da nova ciência.

Antigamente, a Lingüística não era autônoma, submetia-se às exigências de outros estudos, como a lógica, a filosofia, a retórica, a história, ou a crítica literária. O século xx operou uma mudança central e total dessa atitude, que se expressa no caráter científico dos novos estudos lingüísticos, que estarão centrados na observação dos fatos de linguagem.

O método científico supõe que a observação dos fatos seja anterior ao estabelecimento de uma hipótese e que os fatos observados sejam examinados

sistematicamente mediante experimentação e uma teoria adequada. O trabalho científico consiste em observar e descrever os fatos a partir de determinados pressupostos teóricos formulados pela Lingüística, ou seja, o lingüista aproxima-se dos fatos orientado por um quadro teórico específico. Daí ser possível que para o mesmo fenômeno haja diferentes descrições e explicações, dependendo do referencial teórico escolhido pelo pesquisador.

Antes de explicitar melhor o que é a Lingüística e como ela desenvolve sua pesquisa convém definir seu objeto.

2. O que é a linguagem?

Está implícito na formulação dessa pergunta o reconhecimento de que as línguas naturais, notadamente diversas, são manifestações de algo mais geral, a linguagem. Tal constatação fica mais patente se pensarmos em traduzi-la para o inglês, que possui um único termo - language - para os dois conceitos - língua e linguagem. É necessário, então, que se procure distinguir essas duas noções.

O desenvolvimento dos estudos lingüísticos levou muitos estudiosos a proporem definições da linguagem, próximas em muitos pontos e diversas na ênfase atribuída a diferentes aspectos considerados centrais pelo seu autor. Neste capítulo introdutório serão

apresentadas duas propostas, a de Saussure e a de Chomsky, que pressupõem uma teoria geral da linguagem e da análise Lingüística.

Saussure considerou a linguagem "heteróclita e multifacetada", pois abrange vários domínios; é ao mesmo tempo física, fisiológica e psíquica; pertence ao domínio individual e social; "não se deixa classificar em nenhuma categoria de fatos humanos, pois não se sabe como inferir sua unidade" (1969: 17). A linguagem envolve uma complexidade e uma diversidade de problemas que suscitam a análise de outras ciências, como a psicologia, a antropologia etc., além da investigação Lingüística, não se prestando, portanto, para objeto de estudo dessa ciência. Para esse fim, Saussure separa uma parte do todo linguagem, a língua - um objeto

unificado e suscetível de classificação. A língua é uma parte essencial da linguagem; "é um produto social da faculdade da linguagem e um conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social para permitir o exercício dessa faculdade nos indivíduos" (1969: 17).

A língua é para Saussure "um sistema de signos" - um conjunto de unidades que se relacionam organizadamente dentro de um todo. É "a parte social da linguagem", exterior ao indivíduo; não pode ser modificada pelo falante e obedece às leis do contrato social estabelecido pelos membros da comunidade.

O conjunto linguagem-língua contém ainda um outro elemento, conforme Saussure, a fala. A fala é um ato individual; resulta das combinações feitas pelo sujeito falante utilizando o código da língua; expressa-se pelos mecanismos psicofísicos (atos de fonação) necessários à produção dessas combinações.

A distinção linguagem/língua/fala situa o objeto da Lingüística para Saussure. Dela decorre a divisão do estudo da linguagem em duas partes: uma que investiga a língua e outra que analisa a fala. As duas partes são inseparáveis, visto que são interdependentes: a língua é condição para se produzir a fala, mas não há língua sem o exercício da fala. Há necessidade, portanto, de duas Lingüísticas: a Lingüística da língua e a Lingüística da fala. Saussure focalizou em seu trabalho a Lingüística da língua, "produto social depositado no cérebro de cada um", sistema supra-individual que a sociedade impõe ao falante.

Para o mestre genebrino, "a Lingüística tem por único e verdadeiro objeto a língua considerada em si mesma, e por si mesma". Os seguidores dos princípios saussureanos esforçaram-se por explicar a língua por ela própria, examinando as relações que unem os elementos no discurso e buscando determinar o valor funcional desses diferentes tipos de relações. A língua é considerada uma estrutura constituída por uma rede de elementos, em que cada elemento tem um valor funcional determinado. A teoria de análise lingüística que desenvolveram, herdeira das idéias de Saussure, foi denominada estruturalismo. Os princípios teórico-metodológicos dessa teoria ultrapassaram as fronteiras da Lingüística e a tomaram "ciência piloto" entre as demais ciências humanas, até o momento em que se tomou mais contundente a crítica ao caráter excessivamente formal e distante da realidade social da metodologia estruturalista desenvolvido pela Lingüística.

Em meados do século XX, o norte-americano Noam Chomsky trouxe para os

estudos lingüísticos uma nova onda de transformação. Em seu livro Syntactic Structures (1957:13), afirma: "Doravante considerarei uma linguagem como um conjunto (finito ou infinito) de sentenças, cada uma finita em comprimento e construída a partir de um con
junto finito de elementos". Essa definição abrange muito mais do que as línguas naturais mas, conforme seu autor, todas as línguas naturais são, seja na forma falada, seja na escrita, linguagens, no sentido de sua definição, visto que:

Linguagem, língua, Lingüística

Toda língua natural possui um número finito de sons (e um número finito de si nais gráficos que os representam, se for escrita); mesmo que as sentenças distintas da língua sejam em número infinito, cada sentença só pode ser representada como uma seqüência finita desses sons (ou letras).
Cabe ao lingüista que descreve qualquer uma das línguas naturais determinar quais dessas seqüências finitas de elementos são sentenças, e quais não são, isto é, reconhecer o que se diz e o que não se diz naquela língua. A análise das línguas naturais deve permitir determinar as propriedades estruturais que distinguem a língua natural de outras linguagens. Chomsky acredita que tais propriedades são tão abstratas, complexas e específicas que não poderiam ser aprendidas a partir do nada por uma criança em fase de aquisição da linguagem. Essas propriedades já devem ser "conhecidas" da criança antes de seu contato com qualquer língua natural e devem ser acionadas durante o processo de aquisição da linguagem. Para Chomsky, portanto, a linguagem é uma capacidade inata e específica da espécie, isto é, transmitida geneticamente e própria da espécie humana. Assim sendo, existem propriedades universais da linguagem, segundo Chomsky e os que compartilham de suas idéias. Esses pesquisadores dedicam-se à busca de tais propriedades, na tentativa de construir uma teoria geral da linguagem fundamentada nesses princípios. Essa teoria é conhecida como gerativismo.
Assim como Saussure - que separa língua de fala, ou o que é lingüístico do que não é - Chomsky distingue competência de desempenho. A competência Lingüística é a porção do conhecimento do sistema lingüístico do falante que lhe permite produzir o conjunto de sentenças de sua língua; é um conjunto de regras que o falante

construiu em sua mente pela aplicação de sua capacidade inata para a aquisição da linguagem aos dados lingüísticos que ouviu durante a infância. O desempenho corresponde ao comportamento lingüístico, que resulta não somente da competência Lingüística do falante, mas também de fatores não lingüísticos de ordem variada, como: convenções sociais, crenças, atitudes emocionais do falante em relação ao que diz, pressupostos sobre as atitudes do interlocutor etc., de um lado; e, de outro, o funcionamento dos mecanismos psicológicos e fisiológicos envolvidos na produção dos enunciados. O desempenho pressupõe a competência, ao passo que a competência não pressupõe desempenho. A tarefa do lingüista é descrever a competência, que é puramente Lingüística, subjacente ao desempenho. A língua - sistema lingüístico socializado - de Saussure aproxima a Lingüística da Sociologia ou da Psicologia Social; a competência - conhecimento lingüístico intemalizado - aproxima a Lingüística da Psicologia Cognitiva ou da Biologia.

3. Existe linguagem animal?

Um estudo clássico sobre o sistema de comunicação usado pelas abelhas, publicado em 1959 por Karl von Frisch, revela que a abelha-obreira, ao encontrar uma fonte de alimento, regressa à colméia e transmite a informação às companheiras por meio de dois tipos de dança: circular, traçando círculos horizontais da direita para a esquerda e viceversa, ou em forma de oito, em que a abelha contrai o abdome, segue em linha reta, depois faz uma volta completa à esquerda, de novo corre em linha reta e faz um giro para a direita, e assim sucessivamente. Se o alimento está próximo, a menos de cem metros, a

abelha executa uma dança circular; se está distante, realiza uma dança em forma de oito. A mensagem transmitida pela dança em forma de oito é muito precisa, porque indica a distância em metros: para uma distância de cem metros, a abelha percorre nove ou dez vezes em 15 segundos a linha reta que faz parte da dança. Quanto maior a distância, menos giros faz a abelha (para 500 metros faz seis giros

em 15 segundos). A direção a ser seguida é dada pela direção da linha reta em relação à posição do sol.

Os dois tipos de dança apresentam-se como verdadeiras mensagens que anunciam a descoberta para a colméia: ao perceber o odor da obreira ou absorvendo o néctar que ela deglute, as abelhas se dão conta da natureza do alimento; ao observar a dança, as abelhas descobrem o local onde se encontra a fonte do alimento.

Os estudos do zoólogo alemão fazem uma importante revelação sobre o funcionamento de uma "linguagem" animal, que permite avaliar pelo confronto a singularidade da linguagem humana, conforme assinala Benveniste (1976). Embora seja bem preciso o sistema de comunicação das abelhas - ou de qualquer outro animal cuja forma de comunicação já tenha sido analisada - ele não constitui uma linguagem, no sentido em que o termo é empregado quando se trata de linguagem humana, como se pretende demonstrar a seguir.

As abelhas são capazes de:

(a) compreender uma mensagem com muitos dados e de reter na memória informações sobre a posição e a distância; e

(b) produzir uma mensagem simbolizando - representando de maneira convencional- esses dados por diversos comportamentos somáticos.

Essas constatações evidenciam que esse sistema de comunicação cumpre as condições necessárias à existência de uma linguagem: há simbolismo, ou seja, capacidade de formular e interpretar um "signo" (qualquer elemento que represente algo de forma convencional); há memória da experiência e aptidão para analisá-la. Assim como a linguagem humana, esse sistema é válido no interior de uma comunidade e todos os seus membros são aptos a empregá-lo e compreendê-lo da mesma forma.

No entanto, as diferenças entre o sistema de comunicação das abelhas e a linguagem humana são consideráveis:

(a) a mensagem se traduz pela dança exclusivamente, sem intervenção de um

"aparelho vocal", condição essencial para a linguagem;

(b) a mensagem da abelha não provoca uma resposta, mas apenas uma conduta, o que significa que não há diálogo;

(c) a comunicação se refere a um dado objetivo, fruto da experiência. A abelha não constrói uma mensagem a partir de outra mensagem. A linguagem humana caracteriza-se por oferecer um substituto à experiência, apto a ser transmitido infinitamente no tempo e no espaço;

(d) o conteúdo da mensagem é único - o alimento, a única variação possível refere-se à distância e à direção; o conteúdo da linguagem humana é ilimitado; e

(e) a mensagem das abelhas não se deixa analisar, decompor em elementos menores.

É esse último aspecto a característica mais marcante que opõe a comunicação das abelhas à linguagem humana. Num enunciado lingüístico como "Quero água" é possível identificar três elementos portadores de significado: quer- (radical verbal) + -o (desinência número-pessoal), água, denominados morfemas. Prosseguindo a decomposição, pode-se chegar a elementos menores ainda. No enunciado "Quero água", a menor unidade, os segmentos sonoros, denominados fonemas, permitem distinguir significado, como se pode observar na substituição de (á) por (é) em água égua. Essa é a propriedade da articulação, que é fundamental na linguagem humana, pois permite produzir uma infinidade de mensagens novas a partir de um número limitado de elementos sonoros distintivos.

Em síntese, a comunicação das abelhas não é uma linguagem, é um código de sinais, como se pode observar pelas suas características: conteúdo fixo, mensagem invariável, relação a uma só situação, transmissão unilateral e enunciado indecomponível. Benveniste chama a atenção, ainda, para o fato de que essa forma de comunicação tenha sido observada entre insetos que vivem em sociedade e é a sociedade a condição para a linguagem.

4. O que é Lingüística?

Como o termo linguagem pode ter um uso não especializado bastante extenso, podendo referir-se desde a linguagem dos animais até outras linguagens - música, dança, pintura, mímica etc. - convém enfatizar que a Lingüística detém-se somente

na investigação científica da linguagem verbal humana. No entanto, é de se notar que todas as linguagens (verbais ou não-verbais) compartilham uma característica importante - são sistemas de signos usados para a comunicação. Esse aspecto comum tornou possível conceber-se uma ciência que estuda todo e qualquer sistema de signos. Saussure a denominou Semiologia; Peirce a chamou de Semiótica. A Lingüística é, portanto, uma parte dessa ciência geral; estuda a principal modalidade dos sistemas sígnicos, as línguas naturais, que são a forma de comunicação mais altamente desenvolvida e de maior uso.

Uma pintura, uma dança, um gesto podem expressar, mesmo que sob formas diversas, um mesmo conteúdo básico, mas só a linguagem verbal é capaz de traduzir com maior eficiência qualquer um desses sistemas semióticos. As línguas naturais situam-se numa posição de destaque entre os sistemas sígnicos porque possuem, entre outras, as propriedades de flexibilidade e adaptabilidade, que permitem expressar conteúdos bastante diversificados: emoções, sentimentos, ordens, perguntas, afirmações, como também possibilitam falar do presente, passado ou futuro.

Os estudos lingüísticos não se confundem com o aprendizado de muitas línguas: o lingüista deve estar apto a falar "sobre" uma ou mais línguas, conhecer seus princípios de funcionamento, suas semelhanças e diferenças. A Lingüística não se compara ao estudo tradicional da gramática; ao observar a língua em uso o lingüista procura descrever e explicar os fatos: os padrões sonoros, gramaticais é lexicais que estão sendo usados, sem avaliar aquele uso em termos de um outro padrão: moral, estético ou crítico.

As diferenças de pronúncia, de vocabulário e de sintaxe observadas por um habitante de São Paulo, por exemplo, ao comparar sua expressão verbal à dos falantes de outras regiões, como Rio de Janeiro, Salvador, Recife, Belo Horizonte, muitas vezes o fazem considerar "horrível" o sotaque de algumas dessas regiões; "esquisito" seu vocabulário e "errada" sua sintaxe. Esses julgamentos não são levados em conta pelo lingüista, cuja função é estudar toda e qualquer expressão Lingüística como um fato merecedor de descrição e explicação dentro de um quadro científico adequado.

o lingüista procura descobrir como a linguagem funciona por meio do estudo de línguas específicas, considerando a língua um objeto de estudo que deve ser examinado empiricamente, dentro de seus próprios termos, como a Física, a Biologia etc. A metodologia de análise Lingüística focaliza, principalmente, a fala das comunidades e, em segunda instância, a escrita.

A prioridade atribuída pelo lingüista ao estudo da língua falada explica-se pela necessidade de corrigir os procedimentos de análise da gramática tradicional, que se preocupava quase exclusivamente com a língua literária, como modelo único para qualquer forma de expressão escrita ou falada. O prestígio e a autoridade da língua escrita em nossa sociedade, muitas vezes, são obstáculos para os principiantes nos estudos da Lingüística, que têm dificuldade em perceber e aceitar a possibilidade de considerar a língua falada independentemente de sua representação gráfica. É comum ouvir dizer de uma criança ainda não alfabetizada, que pronuncie mola por mora, por exemplo, que "ela troca letra", quando na realidade ela está substituindo um som por outro.

Os critérios de coleta, organização, seleção e análise dos dados lingüísticos obedecem aos princípios de uma teoria Lingüística expressamente formulada para esse fim. Os resultados obtidos são correlacionados às informações disponíveis sobre outras línguas com o objetivo de elaborar uma teoria geral da linguagem. Distinguem-se, aqui, dois campos de estudos: a Lingüística geral e a descritiva. A Lingüística geral oferece os conceitos e modelos que fundamentarão a análise das línguas; a Lingüística descritiva fornece os dados que confirmam ou refutam as teorias formuladas pela Lingüística geral. São duas tarefas interdependentes: não pode haver Lingüística geral ou teórica sem a base empírica da Lingüística descritiva. É possível, entretanto, que uma descrição Lingüística tenha outros objetivos, além de oferecer elementos para a análise da Lingüística geral; o trabalho de descrição de uma língua pode estar preocupado em produzir uma gramática ou um dicionário, com o objetivo de dotá-la de instrumentos para sua difusão na forma escrita, como no caso de línguas indígenas, africanas ou outras que ainda não circulem no meio escrito.

No século XIX os lingüistas preocuparam-se com o estudo das transformações por

que passavam as línguas, na tentativa de explicar as mudanças Lingüísticas. A Lingüística era histórica ou diacrônica. Saussure, no início do século XX, introduziu um novo ponto de vista no estudo das línguas, o ponto de vista sincrônico, segundo o qual as línguas eram analisadas sob a forma que se encontravam num determinado momento histórico, num ponto do tempo. A descrição Lingüística observaria "a relação entre coisas coexistentes", que constituiriam o sistema lingüístico. Embora defendesse a perspectiva sincrônica no estudo das línguas, Saussure reconhecia a importância e a complementaridade das duas abordagens: a sincrônica e a diacrônica. Em sincronia os fatos lingüísticos são observados quanto ao seu funcionamento, num determinado momento. Em diacronia os fatos são analisados quanto às suas transformações, pelas relações que estabelecem com os fatos que o precederam ou sucederam.

A descrição sincrônica analisa as relações existentes entre os fatos lingüísticos num estado de língua; os estudos diacrônicos são feitos com base na análise de sucessivos estados de língua. O estudo sincrônico sempre precede o diacrônico. Para explicar, por exemplo, como o pronome de tratamento Vossa Mercê se transformou até assumir a forma atual Você, pronome pessoal, é necessário comparar diferentes estados de língua pre

viamente caracterizados como tais e observar as mudanças que ocorreram na expressão sonora e no uso.

Muitos lingüistas tomam a separação sincronialdiacronia como um rigoroso princípio metodológico: ou se investiga um estado de língua ou se investiga a história da língua. Temos, então, dois ramos da Lingüística: a sincrônica e a histórica. Modernamente, a Lingüística sincrônica vem sendo denominada Lingüística teórica, preocupada mais com a construção de modelos teóricos do que com a descrição de estados de língua.

Como muitas áreas de estudo se interessam pela linguagem, o estudo do fenômeno lingüístico na interface com outras disciplinas criou várias áreas interdisciplinares: a etnoLingüística, que trabalha no âmbito da relação entre língua e cultura; a sociolingüística, que se detém no exame da interação entre língua e sociedade; a psicoLingüística, que estuda o comportamento do indivíduo como participante do

processo de aquisição da linguagem e da aprendizagem de uma segunda língua.

5. Gramática: o ponto de vista normativo-descritivo

A gramática tradicional, ao fundamentar sua análise na língua escrita, difundiu falsos conceitos sobre a natureza da linguagem. Ao não reconhecer a diferença entre língua escrita e língua falada passou a considerar a expressão escrita como modelo de correção para toda e qualquer forma de expressão Lingüística. A gramática tradicional assumiu desde sua origem um ponto de vista prescritivo, normativo em relação à língua. A esse respeito é significativo lembrar que a primeira descrição Lingüística de que se tem notícia, a do sânscrito, feita pelo gramático hindu Panini (século IV a.c.) - em que pese seu propósito de assegurar a conservação literal dos textos sagrados e a pronúncia correta das preces - surgiu no momento em que a língua sânscrita culta (blasha) precisava ser estabilizada para defender-se da "invasão" dos falares populares (prácritos), portanto num momento em que uma determinada variedade Lingüística deveria ser valorizada e difundida.
Outras gramáticas antigas, como as do árabe, grego e latim, também eram prescritivas e pedagógicas; almejavam descrever a língua cuidadosamente, mas também prescreviam o uso correto. Essa tradição normativa serve de modelo ainda hoje, principalmente nos países onde há a preocupação em desenvolver e fortalecer uma língua padrão; ela fornece argumentos para se acreditar que existe uma única maneira correta de se usar a língua. Visto que a norma da correção é prescrita por uma fonte de autoridade, as demais variedades são consideradas inferiores e incorretas. Por outro lado, nas sociedades contemporâneas expressar-se segundo a norma, falar certo continua sendo valorizado, porque a correção da linguagem está associada às classes altas e instruídas, é uma das marcas distintivas das classes sociais dominantes.
A tarefa do gramático se desdobra em dizer o que é a língua, descrevê-la, e ao privilegiar alguns usos, dizer como deve ser a língua. Na verdade, a conjunção do descritivo e do normativo efetuada pela gramática tradicional opera uma redução do objeto de análise que, de intrinsecamente heterogêneo, assume uma só forma: a do uso considerado correto da língua. Na maioria dos casos, é esse uso o único que vai ser estudado e difundido

pela escola, em detrimento de um conhecimento mais amplo da diversidade e variedade dos usos lingüísticos.

5.1. Normativo:
Falsas noções

Abordar a língua exclusivamente sob uma perspectiva normativa contribui para gerar uma série de falsos conceitos e até preconceitos, que vêm sendo desmistificados pela Lingüística. Em primeiro lugar, está suficientemente demonstrado que a língua escrita não pode ser modelo para a língua falada. Além do fato histórico de a fala ter precedido e continuar precedendo a escrita em qualquer sociedade, a diferença entre essas duas formas de expressão verifica-se desde sua organização até o seu uso social. Está também claro para todo estudioso da linguagem que não há língua "mais lógica", melhor ou pior, rica ou pobre. Todas as línguas naturais possuem os recursos necessários para a comunicação entre seus falantes. Se uma língua não possui um vocabulário extenso num determinado domínio, significa que os seus falantes não necessitam dessas palavras; caso contrário, ao tomar contato com novas realidades, novas tecnologias, os falantes dessa língua serão fatalmente levados a criar novos termos ou a tomá-los emprestado. São bastante conhecidos os exemplos da profusão de termos para designar a caça e a pesca, por exemplo, que possuem determinadas línguas faladas por povos que se dedicam a essas atividades e delas dependem para sobreviver. Os Gbaya, caçadores, coletores e cultivadores da República Centro-Africana, têm denominação para 82 espécies de lagartas, das quais 59 são comestíveis.
Ao comparar as línguas em qualquer que seja o aspecto observado, fonologia, sintaxe ou léxico, o lingüista constata que elas não são melhores nem piores, são, simplesmente, diferentes. Tampouco encontram-se evidências de uma língua que esteja próxima do princípio de uma escala evolutiva, que possa ser considerada

primitiva em relação a outras já evoluídas. Todas as línguas até hoje estudadas constituem um sistema de comunicação estruturado, complexo e altamente desenvolvido. Nenhum traço da estrutura lingüística pode ser atribuído a um reflexo da estrutura diferenciada de uma sociedade agrícola ou de uma sociedade moderna industrializada.

6. Lingüística: o ponto de vista descritivo-explicativo

A pesquisa Lingüística desenvolvida no século XIX levou a separar cada vez mais o conhecimento científico da língua da determinação de sua norma. A Lingüística histórica, estudando em profundidade as transformações da linguagem, mostrou que as mudanças Lingüísticas freqüentemente têm sua origem na fala popular: muitas vezes o errado de uma época passa a ser consagrado como a forma correta da época seguinte.
Mesmo se observarmos alguns fatos do português contemporâneo verificaremos que as formas consideradas "erradas" são freqüentes, mesmo na fala de pessoas cultas, ocorrendo de forma bastante variável em alguns casos, como nos exemplos a seguir:
(1) "Fui no Ibirapuera."
(2) "Ela foi na feira."
(3) "Quero ir a Bahia".
(4) " Nunca fui ao Maracanã." (5) "Vá já para casa."

Linguagem, língua, Lingüística
Nesses casos, segundo a tradição gramatical, o verbo "ir de movimento" deve ser empregado apenas com as preposições a e para, observando-se para a escolha uma diferença sutil de sentido: a introduz numerosas circunstâncias, como movimento ou extensão; para indica movimento, direção para um lugar com a idéia acessória de demora ou destino. No entanto, o uso mais freqüente prefere a preposição em, com verbos de movimento, cujo emprego é considerado pelos gramáticos normativistas solecismo de regência, que deve ser evitado.
Observamos, então, três possibilidades de uso: duas variantes aceitas pelo padrão culto (exemplos 3, 4, 5) e uma terceira variante (exemplos 1,2) rejeitada por esse

mesmo padrão. Convém destacar que essa forma estigmatizada já tinha ocorrido no passado, em textos arcaicos e em textos do século XIX.

A visão prescritiva da linguagem não admite mais de uma forma correta, nem aceita a possibilidade de escolha, que uma forma seja mais adequada para um uso do que para outro, como seria o caso de uma expressão mais apropriada à língua escrita do que à falada, ao uso coloquial do que a uma situação formal de comunicação.

A abordagem descritiva assumida pela Lingüística entende que as variedades não padrão do português, por exemplo, caracterizam-se por um conjunto de regras gramaticais que simplesmente diferem daquelas do português padrão. O termo "gramatical" éusado aqui com um valor descritivo: a gramática de uma língua ou de um dialeto é a descrição das regularidades que sustentam a sua estrutura. Assim sendo, os exemplos (1, 2) acima são sentenças gramaticais dentro da variedade (dialeto) coloquial. A Lingüística, portanto, como qualquer ciência, descreve seu objeto como ele é, não especula nem faz afirmações sobre como a língua deveria ser.

Com o objetivo de descrever a língua, a Lingüística desenvolveu uma metodologia que visa analisar as frases efetivamente realizadas reunidas num corpus representativo (conjunto de dados organizados com uma finalidade de investigação). O cor pus não é constituído apenas pelas frases "corretas" (como a gramática normativa), também inclui as expressões "erradas", desde que apareçam na fala dos locutores nativos da língua sob análise. A descrição dos fatos assim organizados não tem nenhuma intenção normativa ou histórica, pretende tão-somente depreender a estrutura das frases, dos morfemas, dos fonemas e as regras que permitem a combinação destes.

Dessa postura teórico-metodológica diante da língua decorre o caráter científico da Lingüística, que se fundamenta em dois princípios: o empirismo e a objetividade. A Lingüística é empírica porque trabalha com dados verificáveis por meio de observação; é objetiva porque examina a língua de forma independente, livre de preconceitos sociais ou culturais associados a uma visão leiga da linguagem.

As análises Lingüísticas efetuadas, até os anos 1950, pelos seguidores de Saussure, na Europa, e dos norte-americanos Bloomfield e Harris conformavam-se à teoria descritivista, que julgava a descrição dos fatos suficiente para explicá-los. Chomsky, a partir do final dos anos 1950, propõe que a análise Lingüística prenda-

se menos aos dados e preocupe-se mais com a teoria.

Para Chomsky não basta apenas observar e classificar os dados, é necessária uma teoria explicativa que preceda os dados e que possa explicar não só as frases realizadas, mas também as que potencialmente seriam produzidas pelo falante. Para esse autor e seus seguidores, um fenômeno só é explicado quando se pode deduzi-lo de leis gerais. Denomina de gramática essa teoria. A teoria da gramática, como é conhecida, trata de todas as frases gramaticais, isto é, todas as frases que pertencem à língua; não se confunde com a gramática normativa porque não dita regras, apenas explica as frases realizadas e potencialmente realizáveis na língua. proposta. A intuição do falante é o único critério da gramaticalidade ou agramaticalidade da frase - conceitos que não se confundem com a gramática normativa. É a competência do falante que vai organizar os elementos lingüísticos que constituem uma sentença, conferindo-lhes gramaticalidade. Uma seqüência de palavras é agramatical (*) quando não respeita as regras gramaticais do sistema lingüístico, do conhecimento internalizado de que dispõe o falante, como:

(*) Problema este muito seu difícil é.

A gramática é gerativa, porque de um número limitado de regras permite gerar um número infinito de sentenças. Reflete o comportamento do locutor que, a partir de uma experiência finita e acidental da língua, pode produzir e compreender um número infinito de frases novas.

Os gerativistas estão preocupados em depreender na análise das línguas propriedades comuns, universais da linguagem, que constituem a gramática universal (GU). As propriedades formais das línguas e a natureza das regras exigidas para descrevê-las são consideradas mais importantes do que a investigação das relações entre a linguagem e o mundo. .

Outra proposta de explicação do fato lingüístico é apresentada pela gramática funcional, fundamentada nos princípios do funcionalismo, que não separa o sistema lingüístico das funções que seus elementos preenchem. A gramática funcional leva em consideração o uso das expressões Lingüísticas na interação verbal; inclui na análise da estrutura gramatical toda a situação comunicativa: o propósito do evento da fala, os participantes e o contexto discursivo.

Estão relacionados à Escola Lingüística de Praga os mais representativos desenvolvimentos da teoria funcionalista. A Escola de Praga teve origem no Círculo

Lingüístico de Praga, fundado em 1926. No que se refere à estrutura gramatical das línguas, os lingüistas da Escola de Praga detiveram-se na definição da perspectiva funcional da sentença. Considerando-se as sentenças:

(1) José saiu ontem à noite e

(2) Ontem à noite José saiu

pode-se afirmar que (1) e (2) são versões diferentes da mesma sentença, mas pode-se dizer que a ordem das palavras é determinada pela situação de comunicação em que os enunciados são proferidos e, em particular, pelo que já é aceito ou dado como informação conhecida, e pelo que é apresentado como novo para o ouvinte, verdadeiramente informativo, portanto. Dentro da perspectiva funcional da sentença considera-se que a estrutura dos enunciados é determinada pelo uso e pelo contexto comunicativo em que ocorrem.

Os diversos desdobramentos que o funcionalismo apresenta na atualidade concordam com o fato de que a língua é, antes de tudo, instrumento de interação social, usado para estabelecer relações comunicativas entre os usuários. Nesse aspecto, aproximam-se do ponto de vista do sociolingüista ao incluir o comportamento lingüístico na noção mais ampla de interação social.

As possibilidades explicativas expostas não são as únicas; correspondem a diferentes abordagens da língua, que não se excluem, mas contribuem para compreender melhor O complexo fenômeno linguagem, que não se esgota no estudo das características internas à língua, em termos de propriedades formais do sistema lingüístico, mas se abre para outras abordagens que considerem o contexto, a sociedade, a história.

Bibliografia

BENVENISTE, Emile. Linguagem humana e comunicação animal. Problemas de Lingüística geral. São Paulo:
Nacional/Edusp (tradução do francês), 1976. CHOMSKY, Noam. Syntactic Structures. The Hague: Mouton, 1957. HAMPÂTÉ BÂ, Amadou. La tradition vivante. Histoire générale de l'Afrique. 1- Méthodologie et préhistoire
africaine. Paris: Présence Africaine/Edicef/Unesco, 1986.

SAUSSURE, Ferdinand. Curso de Lingüística geral. São Paulo: Cultrix/Edusp, 1969.

Sugestões de leitura

As indicações apresentadas têm o objetivo de oferecer ao leitor a possibilidade de formar uma visão geral da Lingüística, visto que os capítulos seguintes desta obra aprofundarão o desenvolvimento das questões aqui apenas introduzidas.

SAUSSURE, Ferdinand. Curso de Lingüística geral. São Paulo: Cultrix, 1969.

É a obra clássica que fundou a nova ciência. Sua leitura sempre esclarece e provoca novos questionamentos sobre o objeto "heteróclito e multifacetado" que é a linguagem.

BENVEN1STE, Emile. Problemas de Lingüística geral. São Paulo: Nacional, 1976.

A obra reúne estudos importantes sobre os mais diferentes aspectos dos estudos lingüísticos.

KRISTEVA, Julia. História da linguagem. Lisboa: Portugal, 1969.

A autora apresenta a história da reflexão sobre a linguagem, destacando as concepções e
representações que permitiram à Lingüística constituir-se como ciência.

ORLANDI, Eni Puccinelli. O que é Lingüística? 4". ed., São Paulo: Brasiliense, 1990.

A autora faz uma apresentação geral das questões pensadas pela Lingüística e destaca as tendências atuais que se voltam para o estudo da heterogeneidade e diversidade, observadas no uso concreto da linguagem, por falantes situados num determinado contexto sócio-histórico.

A consulta de manuais introdutórios à Lingüística é interessante por mostrar uma visão de conjunto e para esclarecer as noções fundamentais da área. As três obras selecionadas apresentam a Lingüística sob diferentes enfoques complementares:

LOPES, Edward. Fundamentos da Lingüística contemporânea. São Paulo: Cultrix, 1991.

BORBA, Francisco da Silva. Introdução aos estudos Lingüísticas. 9". ed. São Paulo: Nacio nal, 1986.

LYONS, John. Linguagem e Lingüística. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

Dicionários especializados podem esclarecer dúvidas sobre conceitos e vocabulário

específico da Lingüística. Dentre as várias publicações do gênero há uma em português:

DUBOIS, Jean et alii. Dicionário de Lingüística. São Paulo: Cultrix, 1993.

A comunicação humana

Diana Luz Pessoa de Barros

—

Quando um rio corta, corta-se de vez
o discurso-rio de água que ele fazia;
cortado, a água se quebra em pedaços,
em poços de água, em água paralítica.
Em situação de poço, a água equivale
a uma palavra em situação dicionária;
isolada, estanque no poço dela mesma,
e porque assim estanque, estancada;
e mais: porque assim estancada, muda,
e muda porque com nenhuma comunica,
porque cortou-se a sintaxe desse rio,
o fio de água por que ele discorria. O curso de um rio, seu
discurso-rio, chega raramente a se reatar de vez; um rio precisa de
muito fio de água para refazer o fio antigo que o fez.
Salvo a grandiloqüência de uma cheia
lhe impondo interina outra linguagem,
um rio precisa de muita água em fios
para que todos os poços se enfrasem:

se reatando, de um para outro poço,
em frases curtas, então frase e frase,
até a sentença-rio do discurso único
em que se tem voz a seca ele combate.
"Rios sem discurso"
João Cabral de Melo Neto

1. Língua como instrumento de comunicação

Todos nós nos acostumamos a considerar a comunicação muito importante (Quem não comunica se estrumbica), seja para o mundo globalizado de hoje, seja para o mundo de sempre, já que fundadora da sociedade.

Nos estudos da linguagem reconhece-se que a comunicação teve e tem papel essencial. No entanto, esse papel nem sempre foi julgado positivo para a linguagem e as línguas naturais do homem, nem sempre foi ponto pacífico que uma das funções da linguagem, como foi visto em capítulo anterior, é a de comunicação. No início do século XX, a afirmação de Saussure de que a língua é fundamentalmente um instrumento de comunicação constituiu uma das rupturas principais da Lingüística saussureana, em relação às concepções anteriores dos comparatistas e das gramáticas gerais do século XIX. Para esses estudiosos, a língua era uma representação, ou seja, representava uma estrutura de pensamento, que existiria independentemente da formalização Lingüística, e a comunicação e a "lei do menor esforço", que a caracterizam, seriam as causas da "desorganização" gramatical das línguas, do seu declínio e transformação em "ruínas Lingüísticas". O português e o italiano, por exemplo, seriam "restos" em decadência do latim.

Dessa forma, uma das conseqüências da Lingüística saussureana, principalmente entre os funcionalistas como Malmberg ou Jakobson, foi a introdução do exame da comunicação no quadro das preocupações Lingüísticas.

2. O modelo de comunicação da teoria da informação

Para o exame da comunicação à luz da Lingüística, vamos tomar como ponto de

partida, tal como fizeram os lingüistas que inicialmente se preocuparam com a comunicação, alguns dados que não provêm dos estudos lingüísticos propriamente ditos, mas da teoria da informação e da comunicação. A teoria da informação exerceu, sobretudo nos anos 1950, forte influência na Lingüística.

Antes de mais nada, é preciso esclarecer que a teoria da informação, ao examinar a comunicação o faz de perspectiva muito diferente da dos estudos lingüísticos e com outros objetivos, que, muito sumariamente, diremos serem os da medida da informação (qual a quantidade de informação transmitida em uma dada informação) e os da economia da mensagem, tratando de questões como as de codificação eficiente, capacidade de transmissão do canal de comunicação ou de eliminação dos efeitos indesejáveis dos ruídos. A teoria da informação tem por fim solucionar problemas também de outra ordem, tais como os concementes à telecomunicação, entre outros.

Uma das propostas mais conhecidas entre os lingüistas foi a de C. F. Shannon, que propõe para a comunicação o esquema que segue, por nós traduzido:

fonte de informação

transmissor

destino

D

mensagem

sinal

mensagem

sinal recebido

fonte de ruído

O esquema da comunicação comporta assim um emissor e um receptor, divididos em duas ou mais caixas (há propostas com subdivisão maior), que separam a codificação e a decodificação da emissão e da recepção propriamente ditas, um canal, isto é, um suporte material ou sensorial que serve para a transmissão da mensagem de um ponto ao outro, e uma mensagem, resultante da codificação e entendida, no momento da transmissão, como uma seqüência de sinais. Antes da transmissão da mensagem situam-se as operações de codificação, com as quais se constrói a mensagem, e entre a recepção e o destino, as operações de decodificação, que permitem reconhecer e identificar os elementos constitutivos da

mensagem. Os ruídos intervêm durante todo o percurso da informação e fazem diminuir a eficiência da comunicação. Ruídos são os diferentes elementos que interferem na comunicação. Podem ser físicos - barulhos, ruídos, problemas no canal de comunicação etc. -, psicológicos - desatenção, desinteresse - ou culturais - problemas de código ou de subcódigo, falta de conhecimentos ou de crenças em comum etc. Em outras palavras, nesse quadro teórico, a comunicação, se simplificarmos bastante, é entendida como transferência de mensagens, como a transmissão, de um emissor a um receptor, das mensagens organizadas segundo um código e transformadas em seqüências de sinais. Uma das preocupações desse modelo é, portanto, a de melhorar a transmissão dessa mensagem-sinal, dessa mensagem pensada principalmente no plano dos significantes (de sua expressão sensorial).

Se pensarmos, porém, na comunicação entre seres humanos, mais especificamente na comunicação verbal, oral ou escrita, seremos obrigados a reconhecer que a comunicação tem também outros fins e que há algumas "dificuldades" nas propostas da teoria da informação.

Vamos tratar aqui de três dessas "dificuldades", sob a forma de objeções ou críticas e de possíveis soluções:

(a) simplificação excessiva da comunicação, ou seja, esses esquemas da comuni cação simplificam muito a questão da comunicação verbal;

(b) modelo linear da comunicação, isto é, a comunicação, no âmbito da teoria da informação, é concebida linearmente e diz respeito apenas, ou de preferência, ao plano da expressão ou dos significantes (mensagem como seqüência de sinais); e

(c) caráter mecanicista do modelo, ou seja, as propostas da teoria da informação praticamente não levam em consideração questões "extraLingüísticas" ou do contexto sócio-histórico e cultural.

Nosso próximo passo será, assim, o de verificar de que modo os estudos da linguagem procuraram vencer as limitações apontadas dos esquemas e modelos da teoria da informação. Dois caminhos têm sido seguidos: o de procurar, de alguma forma, completar ou complementar as propostas excessivamente simplificadoras de comunicação; o de rever, de um outro ponto de vista, a questão da comunicação, sobretudo em relação aos aspectos criticados do caráter linear e mecanicista dos modelos anteriores propostos.

3. Simplificação e "complementação":
As propostas de B. Malmberg e R. Jakobson
Bertil Malmberg (1969) e Roman Jakobson (1969), entre outros lingüistas ou teóricos da informação, fazem parte do primeiro grupo. Suas propostas, de alguma forma, procuraram "completar" ou "ampliar", para que pudesse ser usado para a comunicação verbal, o modelo de comunicação excessivamente simplificado da teoria da informação,
27

28
Introdução à Lingüística
da teoria da comunicação ou da cibernética, ou dele aproveitar apenas os elementos necessários ao exame da comunicação humana. "Caixas" são assim acrescentadas ou excluídas.
Malmberg (1969) faz uma descrição teórica geral do processo de comunicação em que, a partir do modelo da teoria da informação: .
(a) introduz a representação do código, como um conjunto de elementos discretos, os signos, guardados no cérebro (elementos discretos são aqueles que se definem pela relação que mantêm com os demais, relação esta que permite que os elementos sejam recortados de uma continuidade sem forma e delimitados uns em relação aos outros);
(b) representa a relação de atualização das unidades Lingüísticas, situando-a entre o código e o emissor;
(c) mostra a relação de estimulação que existe entre o universo dos fenômenos extralingüísticos, contímlos, e o emissor;
(d) mostra que a representação da realidade formada pelo receptor não coincide com a do emissor; e
(e) aponta diferentes fases na codificação e na descodificação da mensagem.
o esquema da p. 29, por nós adaptado, representa as fases principais de um processo de comunicação, tal como concebido por Melmberg, e em que a comunicação continua a ser entendida como a transferência de uma mensagem, lingüisticamente estruturada, de um sujeito emissor a um sujeito receptor.

Entre os lingüistas, porém, a mais conhecida das propostas de "ampliação" dos modelos da teoria da informação é, sem dúvida, a de Roman Jakobson (1969). A proposta teórica e os esquemas de Jakobson serão tomados como base das discussões sobre comunicação, que serão feitas a seguir.

Para Jakobson, na esteira dos estudos sobre a informação, há na comunicação um remetente que envia uma mensagem a um destinatário, e essa mensagem, para ser eficaz, requer um contexto (ou um "referente") a que se refere, apreensível pelo remetente e pelo destinatário, um código, total ou parcialmente comum a ambos, e um contato, isto é, um canal físico e uma conexão psicológica entre o remetente e o destinatário, que os capacitem a entrar e a permaneceF em comunicação. O esquema que segue permite visualizar, mas sem muitos detalhes, a proposta de Jakobson (1969: 123).

CONTEXTO MENSAGEM

REMETENTE

DESTINATÁRIO

CONTACTO

CÓDIGO

Ignácio Assis Silva (1972) propõe, por sua vez, uma repre sentação mais detalhada do esquema de Jakobson (p. 30), retomando os elementos da teoria da informação não explicitados por ele.

Esquema de Malmberg

... ~ 's ~ .g ~ ';' '"

Atualização de unidades Lingüísticas

Bstfmulos ex~oS

Cérebroi codificado

Mensagem codifi. cada

Impulsos neurais

(elemenros discre10$)

Atividade muscular (contínua)

Onda sonora (contínua)

Ouvido (resposta fisiológica)

Cérebrü (decodi ficação)

!

A B I

i

i

, ~:f~.~t~~=i,:~1

Código comum

Destinatário

Receptor

Mensa.. gem

corno imagem actística

Déstino

w O

5"

a

a..

c:

-n

a. o

a. r

5'

(Q

c::

~'

õ' a

A comunicação humana

Na proposta de Jakobson e na explicitação de Assis Silva, as principais contribuições foram, sem dúvida, a da relação com o contexto, com a experiência comunicada ou a ser comunicada, que, como vimos, foi tratada também na proposta de Malmberg, e a questão da representação do código e dos subcódigos, que examinaremos a seguir.

O código se define, nesse quadro teórico, como o estoque estruturado de elementos

discretos que se apresentam como um conjunto de alternativas de seleção para a produção da mensagem. O termo código é utilizado em lugar de língua, tanto por causa da definição mais restrita acima apresentatla, quanto por sua maior extensão de aplicação a sistemas lingüísticos e não-lingüísticos, como o código de trânsito, por exemplo. Émile Benveniste (1976), ao comparar a comunicação das abelhas com a linguagem dos homens, conclui que as abelhas não têm linguagem, mas apenas um código de sinais, pois não há, entre as abelhas, diálogo, retransmissão de informação, metalinguagem, outros dados, além dos de alimentação, articulação, que são características fundamentais da comunicação entre seres humanos.

Para que haja comunicação é preciso um código parcialmente ou totalmente comum ao remetente e ao destinatário. Umberto Eco (1974) prevê uma caixa para o código, na comunicação entre máquinas, e aponta a necessidade de caixas diferentes para códigos e subcódigos, tal como explicitado por Assis Silva, no modelo de Jakobson.

Os subcódigos, dessa forma, introduzem no esquema da comunicação a questão da variação Lingüística, examinada, de diferentes perspectivas, pela socioLingüística, pela dialetologia ou pela geografia Lingüística.

Códigos diferentes impedem a comunicação (a não ser que ela se estabeleça por outro código, que não o verbal, por exemplo, como ocorre na comunicação gestual entre falantes de línguas diferentes). Assim, não houve comunicação entre uma turista brasileira e o garçom de um restaurante, em Buenos Aires, pelo fato de não falarem a mesma língua, de não usarem o mesmo código. Ao perguntar ao garçom qual era a especialidade da casa, a turista foi encaminhada ao banheiro, pois o garçom, que não falava ou entendia português, interpretou a questão no quadro das perguntas mais usuais sobre a localização do banheiro do restaurante. Mas também a pouca intersecção de subcódigos dificulta bastante a comunicação. Duas histórias com portugueses ilustram a questão. Ao ouvir de professores universitários portugueses, em um congresso na Espanha, que tinham feito a viagem de Portugal à Espanha de caminhonete, um brasileiro surpreendeu-se muito, até saber que, naquele subcódigo, caminhonete é o mesmo que ônibus. Outro "caso" é de uma estudante brasileira na Europa, com pouco dinheiro, como em geral acontece com estudantes no exterior, que, em um hotel em Lisboa, tendo sujado a pouca roupa que levara, não teve outro jeito senão deixar um bilhete à camareira, pedindo-lhe que mandasse lavar, com urgência, sua camisa branca, e que teve, ao voltar ao

hotel, a triste surpresa de encontrar sua velha camisola (camisa, no subcódigo de Portugal) bem lavada e passada, e a camisa de que precisava, ainda suja e amassada. E ainda teve que pagar por isso. Em outras
palavras, quanto maior for a intersecção entre os subcódigos do remetente e do destinatário, mais bem-sucedida será a comunicação.
Uma segunda questão, nem sempre bem explicitada no exame da comunicação e relacionada com a questão do código, é a da valoração dos diferentes códigos e subcódigos e da visão que o usuário tem da sua língua e das variantes que usa. Bons exemplos, em relação às diferenças de código e às visões que dele têm seus usuários, podem ser encontrados nas
31

32
Introdução à Lingüístíca
comunicações entre brasileiros e argentinos, ou dos franceses com falantes de outras línguas. É fato conhecido que os brasileiros entendem melhor os argentinos do que os argentinos os brasileiros, e se há razões Lingüísticas para isso (o sistema vocálico do português e do espanhol, por exemplo), há também motivos de outra ordem: os argentinos consideram a sua língua melhor, mais importante e difundida do que o português, e não fazem nenhum esforço para entender os brasileiros. Da mesma forma, os franceses julgam que o prestígio de sua língua de cultura justifica o esforço dos demais em comunicar-se em francês.
Em relação aos subcódigos, a questão é muito próxima da acima apontada, pois há variantes consideradas mais ou menos prestigiosas pelos usuários. Além disso, porém, deve-se observar que, nesses casos, de grande diferença de reconhecimento, nem sempre a proximidade dos subcódigos, que dissemos ser necessária à comunicação, é garantia de comunicação eficiente. Observem-se dois casos de "linguistização" da política no Brasil. Um é o de Jânio Quadros que usava sempre o registro tenso e formal do subcódigo padrão ou culto em sua comunicação com eleitores, falantes de outro subcódigo, mais popular e desprestigiado. No entanto, mesmo havendo pouca intersecção entre os subcódigos do remetente e do destinatário, a comunicação era eficiente, porque o subcódigo de Jânio Quadros era considerado pelos próprios falantes do outro subcódigo, mais prestigioso e,

portanto, apropriado a um prefeito, governador ou presidente competente, culto e capaz. Ao contrário, mesmo havendo grande intersecção entre o subcódigo usado por Lula e o de seus destinatários, a comunicação não é bem-sucedida, pois o subcódigo de Lula é julgado por aqueles que usam o mesmo subcódigo que ele, mas que incorporam fragmentos da ideologia dominante, como sem prestígio e inadequado a um homem público.

Se as propostas de Jakobson ampliam o modelo da teoria da informação, sobretudo no que diz respeito aos códigos e subcódigos e à variação Lingüística, sua contribuição mais conhecida e igualmente relevante para o estudo da comunicação está relacionada com a questão da variedade de funções da linguagem. Jakobson mostrou que a linguagem deve ser examinada em toda a variedade de suas funções, e não apenas em relação à função informativa (ou referencial ou denotativa ou cognitiva), que, por ser a função dominante em um certo tipo de mensagem e por ser a que interessa ao teórico da informação, foi, muitas vezes, no século XX principalmente, considerada a única ou a mais importante.

Jakobson retoma o esquema triádico de Bühler para as funções da linguagem - função
expressiva, função apelativa e função representativa - e acrescenta-lhe mais três funções
função fática, função metaLingüística e função poética. As funções estariam, segundo o autor, centradas em um dos elementos do processo de comunicação por ele proposto, ou seja, enfatizariam um desses elementos na comunicação, conforme o esquema que segue:

REFERENCIAL
(centrada no contexto ou referente)
EMOTIVA
(centrada no remetente)
POÉTICA
(centrada na mensagem)
CONATIVA
(centrada no destinatário)
FÁTICA
(centrada no contato)

METALingüística (centrada no código)

A comunicação Lingüística

Antes de examinar cada uma das funções, e mais particularmente as funções metaLingüística e poética, que fizeram escola, duas observações devem ser feitas:

. as mensagens (os textos) não têm apenas uma função, mas várias ou mesmo todas, hierarquizadas, ou seja, há em cada texto uma função dominante;

. os textos-mensagens empregam procedimentos lingüísticos e discursivos que produzem efeitos de sentido relacionados com as diferentes funções e que nos permitem identificá-las.

Dessa forma, os textos com função referencial, informativa ou representativa, empregam principalmente os procedimentos que seguem: uso da 3a pessoa, apresentação de qualidades "objetivas" ou "concretas" (não são quase empregados, por exemplo, adjetivos subjetivos como lindo ou horroroso, ou modalizadores como eu acho, eu quero e outros), emprego de nomes próprios e de estratégias argumentativas "lógicas" (provas, demonstrações, etc). Os procedimentos usados produzem sobretudo dois efeitos de sentido, o de objetividade (3a pessoa) e o de realidade ou referente (nomes próprios, qualidades "objetivas" ou "concretas"), isto é, de apagamento ou distanciamento do sujeito e de verdade dos fatos. Os textos com função referencial ou informativa são, portanto, aqueles que têm por fim, na comunicação, a transmissão objetiva de informação sobre o contexto ou referente de Jakobson ou, em outras palavras, sobre os fenômenos extralingüísticos de Malmberg ou as experiências comunicadas de Assis Silva. Não se pode, porém, esquecer-se de que objetividade e realidade são efeitos de sentido decorrentes dos procedimentos já mencionados. Os textos abaixo transcritos, reconhecidos facilmente como discursos científico e jornalístico, podem bem ilustrar a função referencial, assim como uma charge de jornal:

a) Todo ato depende de uma realidade desprovida de manifestação Lingüística. Assim, o ato de linguagem só é manifestado nos seus resultados e através deles, na qualidade de enunciado, enquanto a enunciação, que o produz, só possui o estatuto de pressuposição lógica. O ato em geral só recebe a formulação Lingüística de duas diferentes maneiras: ou quando é descrito, de maneira aproximada e variável,

nos limites do próprio discurso, ou quando é objeto de uma reconstrução lógico-semântica, que utiliza os pressupostos extraídos da análise do enunciado, no quadro de uma meta-linguagem semiótica. (Greimas, 1976: 57)
No discurso científico são usadas marcas de afastamento do sujeito - 3a pessoa, presente do indicativo - que produzem o efeito de objetividade da ciência e que caracterizam em texto com função referencial e informativa.

b) Já houve 209 seqüestros no Estado de São Paulo neste ano, número que supera a soma de todos os casos registrados nos cinco anos anteriores.

Em média, a cada 35 horas alguém é levado para um cativeiro. No ano passado, a proporção era de uma ocorrência desse crime a cada seis dias. (Folha de São Paulo, 11/11/01, p. A 41).
Observe-se, da mesma forma, no texto jornalístico o uso da 3a pessoa (com recursos de verbos impessoais, como haver, de passiva, em é levado) e de dados "objetivos" (números: 209 seqüestros, 35 horas, cinco anos, seis dias; individualização do lugar e do tempo: no Estado de São Paulo, neste ano, no ano passado) que produzem os efeitos de objetividade, isto é, de não interferência subjetiva do jornal, e de realidade, ou seja, de coisa aconteci da, que nos permitem reconhecer um texto com predominância de função referenCÍal ou informativa.
33

34
Introdução à Lingüística
A charge mostra o uso da 3a. pessoa, em lugar da I a., para produzir efeito de objetividade das informações prestadas pela personagem. A função referencial não é a predominante na fala da personagem (predomina a função conativa), mas aparece bem marcada, sobretudo graças ao procedimento mencionado de emprego da 3a. pessoa em vez da Ia.
Os textos com função emotiva ou expressiva, por sua vez, usam, de preferência, os seguintes procedimentos: emprego da I~ pessoa, apresentação de qualidades "subjetivas", por meio de adjetivos como fantástico, encantador, medonho e outros, ou de advérbios de modo, utilização de modalizadores relacionados com o saber, como eu acho, eu considero etc., uso de recursos prosódicos de prolongamento de vogal, pausas, acentos enfáticos, hesitações, interjeições, exclamações. Os

procedimentos empregados criam principalmente os efeitos de subjetividade e de emotividade ou de presença ou proximidade do sujeito que relata não propriamente os fatos, mas o seu ponto de vista sobre eles, os seus sentimentos e emoções sobre os acontecimentos. São, voltamos a insistir, efeitos de sentido das estratégias apontadas. Os textos que seguem ilustram a função emotiva:

a) Todo ovo que eu choco me toco
de novo.
Todo ovo
é a cara
é a clara do vovô.
Mas fiquei
bloqueada
e agora
de noite
só sonho
gemada (Chico Buarque, "A galinha")

O texto acima tem, como função predominante, a função poética, mas também apresenta função emotiva, graças aos procedimentos de 13 pessoa (que eu choco) e à apresentação de sentimentos e emoções (me toco, fiquei bloqueada), que produzem os efeitos de subjetividade, de emotividade ou de aproximação do sujeito, próprios da função emotiva.

b) L2
e:: e:: e Ponteio é uma música maravilhosa aliás uma coisa
[( ) música maravilhosa...
linda ... ( ) mesmo tempo que foram
[pois é mas aí não há...
premiadas as duas não é?
aí a Marília então... ahn... eh cantou lindamente... e
mais do que cantar eu acho que a Marília tem uma força
dramática muito grande o que faz (com) que se suponha
nela... uma atriz dramática que não foi aproveitada... (Castilho e Preti,
1987:248)

LI L2

LI L2 LI

Observem-se no texto o uso de adjetivos (maravilhosa, linda, dramática, muito grande) e de advérbio de modo (lindamente), o emprego de 13 pessoa, modalizadores (eu acho que) e de estratégias prosódicas (prolongamento de vogais, representado por::, e pausas, assinaladas por...), que levam ao reconhecimento de um texto com predominância de função emotiva

c) Dignidade

Não sei de choro ou dou risada. Sou professora da rede pública do Paraná e amargo sete anos sem nenhuma reposição salarial. Meu marido é um pequeno empresário do setor de informática, competente tecnicamente e com boas idéias, mas parece que só isso não basta. Para termos uma vida, digamos, digna, acho que vamos precisar abrir em banco, pois, pelo que vejo, só eles estão conseguindo se manter neste país, e muito bem por sinal. Por que será? (Viviane Bordin Luiz, Cascavel, PR)

No texto citado, um trecho de carta de uma leitora de jornal, há marcas de função emotiva: 13 pessoa e verbos de "sentimento" (choro, dou risada, amargo).

Os textos com predominância de jUnção conativa ou apelativa, por sua vez, constroemse sobretudo com os procedimentos que seguem: uso da 23 pessoa, do imperativo, do vocativo, de modalização deôntica (dever), de estruturas de perguntas e respostas. Esses textos produzem os efeitos de sentido de interação com o destinatário, a que se procura convencer ou persuadir, e de que esperam, como resposta, atitudes e comportamentos, sejam eles lingüísticos ou não. São, voltamos a afirmar, efeitos de sentido de procedimentos do tipo dos apontados. Os textos publicitários citados ilustram a função conativa:

a) Você já tem o meu cartão?

Então deveria ter. Porque o Super Cartão é...

35

36

Introdução à Lingüística

o texto usa a 2! pessoa (você), os procedimentos de pergunta e resposta (Você já

tem o meu cartão?) e a modalização deôntica (deveria ter) para construir um texto com função conativa ou de persuasão do destinatário dominante.

b) O Itaú tem tudo. Só falta você. Abra já a sua conta

Procura-se um cliente mais ou menos com o seu perfil, com a sua idade e que more mais ou menos lá na sua casa.

o texto emprega a 2". pessoa (você) e o imperativo (abra) para produzir o efeito de persuasão. A resposta esperada é a abertura de conta no Itaú.

c) Quando não puder passar no banco, é só usar o Real Internet Banking e o Real Internet Empresa,

viu seu Luís? Pode ser do sítio mesmo.

São usados a 2". pessoa, o voe ativo (viu seu Luís), a estrutura de pergunta e resposta, para construir um texto com função conativa.

Se as três funções já examinadas são comumente apontadas, as três outras devem a Jakobson seu exame no quadro dos estudos lingüísticos.

Os textos com função fática usam principalmente procedimentos prosódicos de pontuação da fala para manter o contato físico e/ou psicológico entre os interlocutores (uhn, hã), fórmulas prontas para iniciar ou interromper o contato (olá, tudo bem, como vai?, tchau, até logo, bom dia etc.) e para verificar se há ou não contato (você está escutando ?). Os efeitos de sentido são os de aproximação e interesse entre remetente e destinatário, de presença de ambos na comunicação, de estabelecimento ou manutenção da interação. lakobson diz que é a primeira função da linguagem que os homens usam, nas "conversas" do bebê com a mãe (gu gu gá gá...), e que é a única que temos em comum com as aves falantes, como as maritacas e os papagaios. Pesquisas com a fala de idosos dementes (Mansur, 1996) têm mostrado que é também a função preponderante na comunicação dessas pessoas, que buscam, a todo custo, mais do que informar, manter o contato com o destinatário.

Nos inquéritos do Projeto NURC (projeto de estudo da norma urbana culta), por exemplo, o entrevistador não está preocupado com as informações que o entrevistado possa dar sobre o tema (função referencial), mas apenas em fazê-l o falar, para obter mais informações sobre os usos da linguagem. O importante, assim, é sustentar o diálogo, ao contrário de outros tipos de entrevista, em que o

entrevistador está interessado em obter certas informações. Dois procedimentos são usados para a manutenção do diálogo com preocupações apenas Lingüísticas: elementos prosódicos como "uhn uhn" e perguntas sobre questões já respondidas ou perguntas repetidas. Esses procedimentos constroem textos com função predominantemente fática. No inquérito 250 (Preti e Urbano, 1988:133-147), por exemplo, o entrevistador (Doe), depois das perguntas iniciais, participa do diálogo mais 36 vezes: em dezenove faz apenas "uhn uhn", em uma diz "isso..." e em outra, "certo". Os textos abaixo exemplificam as perguntas repetidas, mesmo quando já respondidas:

a) Doc - e o que você costuma comer em cada uma dessas refeições? (Preti e Urbano, 1988: 120) Doc -come em casa... e no café da manhã o que você come? (Preti e Urbano, 1988:121)

A primeira pergunta já foi feita após o entrevistado ter explicado o que comia em cada refeição. Essas perguntas têm assim a função de manter o entrevistado falando.

b) Doc -o que precisa uma peça pra ela realmente atingir o público?... (Preti e Urbano, 1988:43) Doc - no seu entender o que é o imprescindível pruma:: peça de teatro obter sucesso? (Preti e Urbano, 1988:45)

Doc - conta uma coisa... que tipo de peça assim... o estilo da peça... que você acha que é mais aceito pelo público;... quer dizer o:: o que o que precisa existir numa peça de teatro pra ela:: atingir realmente a massa?.. (Preti e Urbano, 1988:49)

A mesma pergunta, já respondida, é reiterada, esvaziada, como um recurso fático de manutenção do diálogo.

Um último exemplo pode ser encontrado na foto publicada nos jornais brasileiros por ocasião da viagem do presidente Femando Renrique Cardoso aos Estados Unidos e de seu encontro com o presidente George W. Bush. Trata-se de texto com função fática, expressa na foto gestualmente (mãos, expressão facial, sorriso), mas provavelmente acompanhada das fórmulas de cumprimento de início de comunicação. A foto chama, porém, a atenção pelo fato de, ao contrário do usual, o cumprimento inicial da comunicação ocorrer com os dois presidentes sentados.

Tudo indica que se trata de foto posada e não realmente de estabelecimento do contato. De qualquer forma, ela apresenta alguns elementos da gestualidade que estabelece o contato necessário ao prosseguimento da comunicação: o sorriso de interesse e satisfação pelo encontro, o gesto ritual do aperto de mãos, a inclinação corporal de um em direção ao outro, os olhares trocados.

Os textos com função meta Lingüística usam os procedimentos que seguem: verbos de existência (ser, parecer) ou de existência da significação (significar, ter o sentido de), em geral no presente do indicativo, em orações predicativas de definição (x é y). O efeito de sentido é o de linguagem que fala de linguagem, ou seja, de circularidade da definição e da comunicação. Não se deve confundir a função metaLingüística de Jakobson com a metalinguagem científica. Metalinguagem científica e função metaLingüística ordinária caracterizam-se ambas como uma linguagem definidora de outra linguagem, ou seja, como uma linguagem que fala de outra linguagem. Diferenciam-se, porém, pelo fato de a metalinguagem científica ser, por sua vez, definida por outra, uma terceira linguagem, a metalinguagem metodológica, o que não acontece com a função metaLingüística ordinária. Assim, a função metaLingüística produz o efeito de circularidade (de uma linguagem que define outra linguagem) e a metalinguagem científica produz a ilusão de superposição de níveis (de uma linguagem que define outra linguagem e é, por sua vez, definida por uma terceira). Os textos que seguem ilustram a função metaLingüística e a metalinguagem científica.

(a) ... Agora, o senhor chega e pergunta: "Ciço, o que que é educação?" Tá certo. Tá bom. O que que eu penso, eu digo. Então veja, o senhor fala: "Educação"; daí eu falo: "educação". A palavra é a mesma, não é? A pronúncia, eu quero dizer. É uma só: "Educação". Mas então eu pergunto pro senhor: "É a mesma coisa? é o do mesmo que a gente fala quando diz essa palavra?" aí eu digo: "Não". Eu digo pro senhor desse jeito: "Não, não é". Eu penso que não.

Educação... quando o senhor chega e diz "educação", vem do seu mundo, o mesmo, um outro. Quando eu sou quem fala vem dum outro lugar, de um outro mundo. Vem dum fundo de oco que é o lugar da vida dum pobre, como tem gente que diz. Comparação, no seu essa palavra vem junto com quê? Com escola, não vem? Com aquele professor fino, de roupa boa, estudado; livro novo, bom, caderno, caneta, tudo muito separado, cada coisa do seu jeito, como deve ser. Um estudo

que cresce e que vai muito longe de um saberzinho só de alfabeto, uma conta aqui e outra ali. Do seu mundo vem um estudo de escola que muda gente em doutor. É fato? Penso que é, mas eu penso de longe, porque eu nunca vi isso por aqui.
Então, quando o senhor vem e fala a pronúncia "educação", na sua educação tem disso. Quando o senhor fala a palavra conforme eu sei pronunciar também, ela vem misturada no pensamento com isso tudo; recursos que no seu mundo tem. Uma coisa assim como aquilo que a gente conversava outro dia, lembra? Dos evangelhos: "Semente que cai na terra boa e deu fruto bom". (...)
Quando eu falo o pensamento vem dum outro mundo. Um que pode até ser vizinho do seu, vizinho assim, de confrontante, mas não é o mesmo. A escolinha cai-não-cai ali num canto da roça, a professorinha dali mesmo, os recursos tudo como é o resto da regra de pobre. Estudo? Um ano, dois, nem três. Comigo não foi nem três. Então eu digo "educação" e penso "enxada", o que foi pra mim. (Sousa, 1984)
(b) O Professor Sampaio ensina ao ministro da Saúde que "em português, antraz é a denominação para um aglomerado de furúnculos, infecção estafilocócica relativamente freqüente. Em inglês, "anthrax" designa uma infecção em animais, mas que atinge o homem, grave e eventualmente fatal, cuja tradução para o português é carbúnculo. Em espanhol, "carbunco", em francês, "charbon", em alemão, "milzbrandkarbunkel". Quanto a Rey, Sampaio sugere que consulte obras especializadas, como o Dicionário de Termos Técnicos de Da/amare, "cujo prefácio é de Carlos Chagas, glória da medicina brasileira e da Fiocruz, para saber a diferença entre antraz e carbúnculo".
O que o professor Sampaio está dizendo, para tranqüilizar pessoas que já foram vítimas do antraz no Brasil, é que essa doença, mais amena e freqüente, não pode ser confundida com carbúnculo (anthrax, em inglês), "uma infecção em animais que atinge o homem de forma grave e eventualmente fatal". Sampaio demonstra que tanto o clássico Candido de Figueiredo, como outros dicionários (Aurélio e Houaiss) se equivocaram e uns teriam reproduzido o erro de outros (Ulisses Capozoli, Nós e os outros na guerra bacteriológica. Texto recebido pela internet).
(c) Se se toma como ponto de partida a definição provisória da modalização, segundo a qual esta seria "uma modificação do predicado pelo sujeito (1), pode-se considerar que o ato - e, mais particularmente - o ato de linguagem - com a condição de que o sujeito modalizador seja suficientemente determinado, é o lugar

do surgimento das modalidades" (Greimas, 1976: 57)
d) Compõe-se a palavra de syllabas, como v.g. a palavra Livro, que se compõe de duas syllabas, que são li, e vro.
A syllaba é a comprehensão de um som perfeito, que se pronuncia com um só espírito, ou accento, como na sobredita palavra livro, tanto li, como vro é syllaba, porque cada um delles faz um som perfeito, que se profere com um só espírito, ou accento. (Lobato, 1837).
Os textos a e b apresentam função metaLingüística. No texto, discute-se uma definição de educação dada principalmente pela definição de dois campos semânticos para a palavra educação, um de escola, livro novo, caderno, caneta, professor fino, recursos, outro de escolinha cai-não-cai, professorinha, enxada, saberzinho. A linguagem está discutindo a linguagem e os sentidos das palavras que variam, conforme varia a inserção social dos falantes, questão de que trataremos mais à frente. No texto (b), usa-se também a linguagem para falar da linguagem, tanto do plano do conteúdo (carbúnulo, etc), quanto do da expressão (com z, com x, com th). Os dois casos são de função metaLingüística, mas não de metalinguagem científica (embora no exemplo b possa haver alguma dúvida).
Já os textos c e d ilustram uma metalinguagem científica, a da Semiótica ou a da Lingüística. No texto c define-se, metalingüisticamente, modalidade e ato de linguagem, termos que, por sua vez, já pertencem a uma metalinguagem, pois podemos dizer que os termos dever e querer, da língua portuguesa (10 nível de linguagem) são modalidades (20 nível de linguagem) e modalidade, por sua vez, deve ser entendida tal como no texto citado (3° nível de linguagem). É essa superposição de níveis que caracteriza a metalinguagem científica.
No texto d, como se observa, ao dizer que li e vro são sílabas faz-se metalinguagem, ou seja, explica-se a língua portuguesa (li-vro) com uma metalíngua (sílaba), e ao dizer que sílaba é a compreensão de um som peifeito, faz-se metametalinguagem, isto é, explica-se a metalíngua (sílaba) com uma metametalíngua (compreensão de um som peifeito). Tem-se aí, portanto, uma metalinguagem científica.
Finalmente, os textos com jUnção poética empregam procedimentos no plano da expressão, sobretudo as diferentes formas de reiteração de sons (traços dos fonemas, sílabas, ritmos, entoações, etc). Jakobson diz que a jUnção poética

projeta o princípio de equivalência do eixo de seleção sobre o eixo de combinação. (1969: 130). Em outras palavras, a função poética resulta de duas rupturas, de duas subversões: a primeira, em relação ao plano da expressão, que, em lugar de apenas expressar, "transparentemente", o conteúdo, chama a atenção enquanto expressão "opaca", como sonoridade, ritmo, entoação; a segunda, em relação aos dois eixos de organização da linguagem, o paradigmático e o sintagmático, definidos, respectivamente, cOmO eixo das similaridades, em que se faz a seleção, e como eixo das contigüidades, em que se opera a combinação, pois o texto com função poética vai combinar, no sintagma, elementos similares, próprios do paradigma. Os efeitos de sentido são, portanto, o de coisa extraordinária, de novidade, graças à ruptura ou subversão da "normalidade", o de estesia ou de perfeição, decorrente da superposição dos dois eixos de funcionamento da linguagem e da aproximação entre expressão e conteúdo; o de continuidade ou de apagamento das diferenças, tanto entre sintagma e paradigma, quanto entre expressão e conteúdo.

Jakobson insiste, com razão, em que função poética não ocorre apenas na poesia,

em que, sem dúvida, é a função dominante, ou na literatura. Na fala do dia-a-dia, na publicidade, em textos de jornal ou religiosos, entre outros, ela também é, com fteqüência, usada, embora, nesses casos, esteja muitas vezes subordinada a outras funções da linguagem. Um bom exemplo são os nomes de estabelecimentos comerciais, que têm por função primeira a conativa, mas também empregam bastante a poética. Vejam-se os nomes que seguem:

a) Doces da Laura

b) Cantina do sargento c) Tok-Stok

d) Peg-Pag

e) Serv-Lev

Todos os nomes têm a função conativa de levar o destinatário a ir à loja, à doceria ou ao restaurante. A diferença é que os dois primeiros usam, além disso, a função referencial, ou seja, informam que os doces são feitos pela Laura, doceira de

prestígio, ou que a cantina é do Sargento, que trabalhou na cozinha de conhecido dono de restaurante italiano, enquanto os três últimos empregam a função poética. Nos nomes c, d e e há, assim, recursos de função poética: em c, reiteram-se a oclusiva dental surda [t], a vogal posterior aberta [;')] e a oclusiva velar surda [k], no mesmo tipo de sílaba e na mesma ordem; em d, repetem-se a oclusiva bilabial surda [p] e a oclusiva velar sonora [g], as duas vogais são abertas, [e] e [a], variando apenas o grau de abertura e a posição delas, o tipo de sílaba e a ordem dos fonemas são os mesmos; em e, empregam-se a mesma vogal [e] e a mesma consoante final [v]. Esses nomes produzem portanto, com a repetição sonora, os efeitos de sentido de ruptura da "normalidade", de perfeição e de continuidade mencionados, e procuram, com os recursos poéticos usados, convencer o destinatário, agora já no âmbito da função conativa, a tomar-se cliente de estabelecimentos tão novos, diferentes, bonitos, harmônicos.

Os textos que seguem têm, por sua vez, e ao contrário dos anteriores, a função poética como função preponderante:

a) A terra lauta da mata produz e exibe um amarelo rico (se não o dos metais): o amarelo do maracujá e os da manga,

o do oiti-da-praia, do caju e do cajá; amarelo vegetal, alegre de sol livre, beirando o estridente, de tão alegre,

e que o sol eleva de vegetal a mineral, polindo-o, até um aceso metal de pele.

Só que fere a vista um amarelo outro,

e a fere embora baço (sol não o acende): amarelo aquém do vegetal, e se animal,

de um animal cobre: pobre, podremente.

Os reinos do amarelo (João Cabral de Meio Neto)

No poema de Cabral, é fácil perceber a repetição, no primeiro verso da estrofe, de vogais abertas e anteriores ou agudas ([a] e [e D e o percurso de abertura (de [e] para [a D e no último verso, de vogais posteriores ou graves ([;')] e [o D e o caminho do fechamento (de [;')] para [o D. Em outras palavras, chama-se a atenção para o plano da expressão e sua sonoridade e produzem-se os efeitos mencionados de novidade, de estesia e de continuidade decorrentes, sobretudo, da relação simbólica que se estabelece entre esses traços da

expressão e o conteúdo. Correlacionam-se abertura e anterioridade vocálicas versus fechamento e posterioridade vocálicos, do plano da expressão, com natureza versus cultura, do plano do conteúdo:

abertura + anterioridade

natureza

fechamento + posterioridade cultura

o mundo é refeito ou lido de outra forma, graças às novas relações, não previamente codificadas, que se estabelecem entre expressão e conteúdo.

a) O que muda na mudança,
se tudo em volta é uma dança
no trajeto da esperança
junto ao que nunca se alcança? (Carlos Orummond de Andrade)

o texto de Drummond, como o anterior, mostra, no sintagrna, a similaridade própria do paradigma, e produz também uma nova relação entre expressão e conteúdo:

nasalidade manutenção

oralidade transformação

Devem-se ressaltar, na função poética, os efeitos já mencionados de novidade, estesia e continuidade e, principalmente, de recriação ou releitura do mundo, por meio do simbolismo que se instala entre expressão e conteúdo, nos textos em que predomina essa função.

Em síntese, as principais contribuições de Jakobson para o estudo da comunicação foram: a introdução das questões de variação Lingüística no modelo de comunicação, por meio dos códigos e subcódigos e de suas intersecções na relação entre remetente e destinatário; o reconhecimento de que os homens se comunicam com diferentes fins, tendo em vista a variedade de funções da linguagem que ocorrem no processo de comunicação, e de que essas funções não são únicas ou excludentes, mas se organizam hierarquicamente como funções predominantes ou não; o exame das funções metaLingüísticas e, principalmente, poética, que contribuiu fortemente para o estudo dos textos poéticos na perspectiva dos estudos da linguagem.

Por outro lado, entre as críticas feitas à proposta de Jakobson devem ser

ressaltadas a de que, embora aborde questões de poeticidade, seu modelo tem ainda o caráter mecanicista dos da teoria da informação, ou seja, não examina adequadamente as relações sócio-históricas e ideológicas da comunicação, e praticamente não trata da reciprocidade característica da comunicação humana. Houve, é inegável, uma expressiva ampliação e complementação do modelo da teoria da informação, mas a comunicação continuou a ser um fazer-saber, isto é, a transmissão de um saber sobre o mundo, sobre as emoções do remetente, sobre o código, sobre o plano da expressão da mensagem, sobre o funcionamento do contato. Só na função conativa há, além do fazer-saber, um fazer o outro fazer.

4. Modelo linear e modelo circular da comunicação: a interação verbal

Os modelos da teoria da informação apresentados são essencialmente lineares, ou seja, tratam da transmissão da mensagem de um emissor a um receptor, sem ocupar-se da reciprocidade ou da circularidade característica da comunicação humana, ou seja, da possibilidade que tem o receptor de tomar-se emissor e de "realimentar" a comunicação, ou do alargamento e complexidade da comunicação que pode, por exemplo, dirigir-se a um destinatário, mas visando ao outro.

Como reação aos modelos lineares de comunicação, desenvolveram-se nos Estados Unidos, já a partir dos anos 1950, estudos, entre outros, de B. Bateson, E. Hall e E. Goffman, que propuseram um modelo "circular" para a comunicação. Surgiu assim a teoria da nova comunicação, com as noções de base de feedback ou de retroação e realimentação.

A comunicação deve ser, portanto, repensada, nesse quadro, não mais como um fenômeno de mão única, do emissor ao receptor, mas como um sistema interacional. Nesse sistema interacional importam não apenas os efeitos da comunicação sobre o receptor, como também os efeitos que a reação do receptor produz sobre o emissor.

Os estudos de Benveniste (1966) sobre a categoria de pessoa apontam já para a questão da reversibilidade ou da reciprocidade da comunicação. O eu, ao dizer eu, instala o tu como seu destinatário, mas esse destinatário pode, por sua vez, tomar a

palavra e dizer eu, colocando agora o outro como tu. O diálogo, ou seja, a reversibilidade ou reciprocidade da comunicação é condição da linguagem do homem. As abelhas, mostra Benveniste (1976), não têm diálogo. Como no código de trânsito, esperam do destinatário apenas um comportamento (partir em busca de alimentos, parar no sinal vermelho, e assim por diante). Não há diálogo com a luz vermelha do semáforo ou com a placa de "éproibido estacionar". Não há outra resposta, a não ser a de parar e de não estacionar.

Além disso, a reciprocidade da comunicação é a garantia da possibilidade, ao menos, de equilíbrio de poder entre os interlocutores de uma dada comunicação. Nos regimes autoritários não há direito de resposta. O patrão costuma dizer do empregado ou os pais ao filho, que ele é muito respondão ou, em outras palavras, que ele teve a ousadia de usar a reciprocidade característica da comunicação humana e de tomar a palavra, em resposta.

Dessa forma, desenvolveram-se, no âmbito dos estudos lingüísticos e fora dele, principalmente entre os norte-americanos, estudos da interação entre sujeitos postos em comunicação.

Bakhtin (1981) foi o pioneiro nos estudos da interação ou do diálogo entre interlocutores. O autor russo procurou mostrar que a interação verbal é a realidade fundamental da linguagem. Além desses estudos precursores do dialogismo, duas direções foram tomadas nos estudos da interação: a da sociologia da comunicação, de que Goffman é um bom representante; e a da análise da conversação, de linha etnometodológica.

Goffman (1967 e 1973) examina, com essas preocupações, os procedimentos de preservação da face, na comunicação. Face é a expressão social do eu individual, a autoimagem pública construída. A interação põe em risco aface. Há estratégias tanto para ameaçar e atingir a face do outro quanto para protegê-la ou preservá-la, que variam de

língua para língua, de cultura para cultura. Os procedimentos de atenuação do discurso são bons exemplos de proteção da face:

a) Saia já daqui!

b) Saia daqui, por favor.

c) Você poderia sair daqui?

d) Será que você poderia sair daqui, por favor?

No exemplo (a), o uso do imperativo saia e do advérbio já, que produzem o efeito de ordem peremptória, ameaça a face ou a imagem pública do destinatário. Os exemplos de (b) a (d) mostram diferentes graus de atenuação do discurso, que procuram preservar, também de formas diferentes, a face do destinatário. No exemplo (b), a ordem foi atenuada com por favor. No exemplo (c), a atenuação, em grau maior do que no caso (b), ocorreu graças ao uso da interrogação e da modalização de possibilidade com o verbo poder, que caracterizam o pedido e não a ordem. Finalmente, em (d), o pedido é ainda mais atenuado com uma segunda modalização de possibilidade (será que... ?) e com o emprego de por favor. Há, portanto, maior preservação da imagem pública ou daface do destinatário.

A Etnometodologia, por sua vez, procura examinar a interação social no comportamento cotidiano, diário. A conversação ou interação verbal seria uma forma privilegiada de interação. Nesse quadro, a análise da conversação esforça-se por descrever as estruturas e mecanismos que organizam a conversação e por correlacioná-los com funções interacionais.

Cinco aspectos merecem destaque no exame da comunicação como interação:

. em primeiro lugar, a questão de que, no processo de comunicação, os falantes se constroem e constroem juntos o texto;

. em segundo, a questão das imagens ou dos simulacros que os interlocutores constroem na interação; . em terceiro, a questão do caráter contratual ou polêmico da comunicação; . em quarto, a questão de que ao considerar a relação entre comunicação e intera

ção não é mais possível colocar a mensagem apenas no plano dos significantes

ou da expressão; e

. em quinto, a questão do alargamento da circulação do dizer na sociedade.

O primeiro aspecto, já acentuado nos estudos pioneiros de Bakhtin e retomados pelos diferentes estudos do discurso, é, assim, o de que os participantes de uma comunicação vão-se modificando, vão-se transformando, vão-se construindo na comunicação. Há, portanto, uma inversão de perspectiva: os sujeitos da comunicação não são dados previamente, mas constroem-se ao comunicar-se.

Bakhtin afirma que, no diálogo, constroem-se as relações intersubjetivas, mas também a subjetividade. Os sujeitos são, na verdade, substituídos por diferentes vozes que fazem deles sujeitos históricos e ideológicos, como veremos à frente.
O segundo aspecto é o das imagens e simulacros intersubjetivos. Pêcheux, no âmbito da Análise do Discurso (AD), mostra que emissor e receptor estabelecem um jogo de imagens de que dependem a comunicação e a interação. São elas, principalmente, a imagem que o emissor faz dele mesmo, a imagem que o emissor faz do receptor, a imagem que o receptor faz dele mesmo e a imagem que o receptor faz do emissor. Osakabe (1979)

acrescenta outras imagens possíveis, como por exemplo, a que faz o receptor ao perguntarse o que o emissor pretende falando daquela forma.
Um bom exemplo do jogo de imagens pôde ser observado quando parte da imprensa brasileira comentou que o Presidente Fernando Henrique Cardoso disse, em seu discurso, na França, o que o público queria ouvir, pois criticou os Estados Unidos e a imposição que faz de políticas a outros países, na mesma direção assumida pela esquerda no Brasil, de cuja opinião o presidente e seu partido haviam discordado em discursos "internos" anteriores. O que a imprensa está dizendo é que o presidente elaborou a mensagem a ser comunicada conforme a imagem que faz do receptor e, quem sabe, também da imagem que faz de si mesmo (de grande estadista).
Outro exemplo é o do texto que segue:
Em 1968, os candidatos Antônio Rodrigues e Vingt-Un Rosado disputavam a Prefeitura de Mossoró (RN).
Aluízio Alves, cacique político do Estado, correu para tentar salvar a candidatura de Rodrigues, que perdia nas pesquisas por 4.000 votos. No último comício, abordou diretamente o alcoolismo do candidato, uma das causas da sua rejeição. Depois de enumerar as razões pelas quais as pessoas bebem, pediu que a platéia imaginasse como o rival, Vingt-Un, se eleito prefeito, trataria um bêbado que fosse procurá-lo no gabinete. Segundo Alves, ele nem seria atendido.

Alves pediu então que a platéia pensasse num outro cenário:
- Imaginem o Toninho prefeito. O assessor diz que tem um bêbado querendo dar uma palavrinha. O prefeito ordena: "Mande logo o colega entrar!".
Foi uma gargalhada geral. Rodrigues venceu por 98 votos. (Folha de S. Paulo, 11/11/01, A4).
Nesse exemplo, o cacique político constrói um texto com base na imagem do receptor, que aprecia ou perdoa as falhas decorrentes de bebida. A comunicação, com função predominantemente conativa, foi bem-sucedida, pois levou o receptor a votar no candidato proposto pelo emissor. Com outro receptor, a estratégia poderia ter sido a de mascarar o alcoolismo do candidato e não de apresentá-lo como qualidade (tolerância com os "pequenos erros" que o receptor também comete).
É inegável que não falamos da mesma forma com aqueles em que acreditamos gostarem de nós, concordarem conosco e com aqueles de que estamos convencidos terem conosco sérias divergências. Igualmente, o receptor ao receber e interpretar a mensagem, levará em conta as imagens que constrói do emissor e de si mesmo. Assim, uma mesma fala, vinda dos que consideramos amigos ou dos que julgamos inimigos, será entendida de modo muito diferente em cada caso. Quando a mãe, por exemplo, diz à filha que não é adequado vestir-se daquela forma em festa de casamento, a filha poderá não acreditar nisso, tendo em vista a imagem de conservadorismo que faz da mãe. Se, porém, uma amiga fizer a mesma observação, haverá muita possibilidade de a menina trocar de roupa.
No âmbito da semiótica de linha francesa, Greimas (1990), por sua vez, desenvolve a questão da construção de simulacros. Os simulacros são representações das competências respectivas que se atribuem reciprocamente os participantes da comunicação e que intervêm como algo prévio, necessário a qualquer relação intersubjetiva. Os simulacros são objetos imaginários que os sujeitos projetam e que, embora não tenham nenhum fundamento intersubjetivo, determinam de maneira eficaz o comportamento dos sujeitos e as relações entre eles.

A comunicação humana

Redações de vestibular com o tema de uma festa de desconhecidos ajudam a entender melhor a questão. Nessas redações, o sujeito constrói um simulacro do "dono da festa" ou da casa: o "dono da festa" tem a obrigação de ocupar-se dos

participantes da festa, de darlhes atenção e de ajudá-los a relacionarem-se na festa. Mesmo no caso desses textos, em que o sujeito não tinha sido convidado para a festa e não conhecia o "dono da festa". O simulacro construído determina a relação entre eles e leva o sujeito a criticar o dono da festa que não cumpriu o "acordo", a ter raiva e até mesmo a querer vingar-se dele. Da mesma forma, um reitor conservador, em reunião com professores que pediam a palavra, deu a vez a uma professora mais velha e trajada elegantemente e não aos professores mais jovens e vestidos de modo informal, com base no simulacro de que a primeira professora estaria mais de acordo com ele, com seus valores. Diga-se, de passagem, que isso não aconteceu, para surpresa do reitor, que viu seus simulacros serem quebrados.

Em síntese, as imagens dos interlocutores ou os simulacros dos sujeitos constroem e determinam as relações de comunicação e de interação entre sujeitos.

Passemos agora à terceira questão, no item sobre comunicação e interação, a do caráter contratual ou polêmico da comunicação.

Os estudos de Goffman, como vimos, mostram os dois lados da comunicação ao tratar da preservação e das ameaças à face. Já os primeiros estudos de análise da conversação enfatizavam sobretudo o lado contratual da comunicação, o que levava os europeus, sobretudo os franceses, a referências, um tanto irônicas, ao "angelismo dos americanos". Tomemos como exemplo os trabalhos de Deborah Tannen (1985 e 1986) sobre a repetição na fala. Tannen mostra a necessidade de uma teoria interativa da repetição e afirma que a repetição cria envolvimento interpessoal, cria afinidade. Diz a autora que os interlocutores, com a repetição, sentem-se "coerentes no mundo", pois quando o ritmo conversacional é compartilhado e estabelecido sem esforço, quando mensagem e metamensagem são congruentes, quando as intenções dos interlocutores são bem compreendidas, tem-se a sensação de que tudo vai bem e de que o mundo é um lugar confortável. Houve mudanças e a análise da conversação mais recente cedeu um espaço maior à polêmica conversacional. A própria Deborah Tannen publicou um livro sobre a interação marido-mulher. Vejamos a seguir um exemplo de conversação mais polêmica (os grifos são nossos):

L2

é família toda interessante inteligente ela o irmão...

o irmão é maestro né?
(que) acho que não...
[
o irmão ela tem uma irmã que é poetisa
que é muito inteligente também (né?)
[
é mas eu acho
LI
L2
LI
L2 LI
que não I.
[
jornalista e poetisa
eu acho que o maestro Julio Medaglia ele é Me-da-gli-a e ela é Medalha com L e H
[
eu acho que ela modificou
L2
LI
e ele é irmão dela...
não não... ((clique» parece que não... eu não Posso

L2
jurar sobre os evangelhos mas me parece que... ahn:: ela seria Medalha com L e H...
["
eu acho Que ela modificou
) nome
LI L2 LI
seu nome... ela (e ele MeDA-glia

( )... tenho impressão...
a irmã dela eu conheço que é jornalista né? é uma moça jornalista.. .
Doetisa
poetisa... (Castilho e Preti, 1987: 249)
L2 LI
No texto citado, uma jornalista e uma escritora conversam sobre a família Medaglia/ Medalha. Há várias estratégias de discordância, sobretudo a correção do outro (heterocorreção) e o fato de as duas falarem ao mesmo tempo (sobreposição de vozes), tentando, uma delas, tomar a vez da outra (assalto ao turno), e a outra, manter a vez. Os casos de heterocorreção estão sublinhados no texto e os de sobreposição de vozes assinalados por [. Há, sem dúvida, atenuações da polêmica: não não... parece que não... eu não Posso iurar sobre os evangelhos mas me parece; acho que não; é mas eu acho que não.
No trecho da conversa citado, há apenas uma concordância, quando, no final, L2, que LI corrigiu o tempo todo, discorda, por sua vez, de LI, ao dizer que a moça não éou não é apenas jornalista, mas poetisa. Nesse momento, LI concorda e repete poetisa.
A quarta observação, neste item sobre comunicação e interação, diz respeito ao fato de a mensagem ser considerada, nos modelos da teoria da informação, prloritariamente como plano da expressão, como sinal, em geral sonoro, que circula da boca de um ao ouvido do outro. Pêcheux propõe a substituição do termo mensagem pelo de discurso, no esquema de comunicação. Discurso ou texto, conforme variem os quadros teóricos, essa substituição resolve uma das objeções inicialmente apresentadas, pois discurso ou texto devem ser aí entendidos como tendo duas faces: a da expressão ou dos significantes, que circula, como um sinal, entre emissor e receptor; a do conteúdo ou dos significados, inseparável da expressão que a "expressa" e que também circula entre destinador e destinatário.
Finalmente, a quinta e última observação é a de que, em estudos recentes, tem havido a preocupação em mostrar que a comunicação rompe muitas vezes o caráter "intimista" de um diálogo entre o eu e o tu, aqui e agora. Nesses casos, rompe-se o dialogismo mais estreito e alarga-se a circulação do dizer na sociedade. Pode-se exemplificar com a
entrevista ou com um júri. .

No caso das entrevistas, na televisão ou na imprensa escrita, estabelecem-se três relações de comunicação: entre o entrevistador e o entrevistado, entre o entrevistador e o público, entre o entrevistado e o público. Em outras palavras, a relação entre o entrevistador e o entrevistado, que é a única explicitada nessa comunicação "alargada", dependeránão só dos fatores já mencionados, mas também das relações dos interlocutores com o público. Na verdade, a comunicação com o público é o objetivo primeiro da comunicação entre entrevistador e entrevistado. Cria-se entre entrevistador e entrevistado uma interação particular, em que são eles cúmplices nas tarefas de informar e convencer o público e, ao mesmo .tempo, oponentes na conquista dessa audiência. Os laços interacionais entre entrevistador e entrevistado são, por conseguinte, em geral frouxos, pois cúmplices ou oponentes, estão ambos mais preocupados em interagir com o destinatário-público. Vejamos:

A comunicação humana
a) Inf - é o eu fal o que eu falei... agól na gravação não eu falei fora da gravação pra vocês... o que::: o brasileiro tem (...) (Preti e Urbano, 1988:44).
o entrevistado (Inf.) repete o que já dissera aos entrevistadores, mas que não fora gravado, manifestando assim preocupação com as condições de relacionamento com o público.
b) Doe. então e qual era a dieta de seu regime?
Inf. não era nada extraordinário viu era:: até muito comum (Preti e Urbano, 1988:235).
I I I I I
No material de língua falada do Projeto NURC-SP, de que foram extraídos os exemplos de fala, pode-se perceber que as entrevistas, ao contrário de outras formas de comunicação, usam bastante, como no exemplo acima, a negação polêmica. Na negação polêmica, o entrevistado (Inf.), em lugar de corrigir ou negar a fala do entrevistador (Doc.), "corrige" a voz do outro, a voz do senso comum, implícita, mas identificada com a do público. No exemplo citado o informante "corrige" o subentendido de que as dietas de regime são muito rígidas e difíceis, algo que não fora explicitamente dito pelo entrevistador.
Observe-se ainda, sobre a questão do alargamento da comunicação, a notícia de

jornal sobre o julgamento dos jovens que mataram o índio pataxó:
A platéia chegou a dividir com os jurados a atenção da acusação e da defesa. Os advogados às vezes se distanciavam das sete pessoas designadas para decidir o caso e discursavam diretamente para o público presente, que reagia prontamente aos argumentos, levando ajuíza Sandra de Santis a tocar a campainha.
.
No texto, relata-se o alargamento da comunicação, em princípio estabelecida entre os advogados e os jurados (e o juiz) e, em alguns momentos, com extensão ao público que, colocado então como destinatário da comunicação, a ela respondia.
No exame do aspecto interacional da comunicação observamos: a reciprocidade ou reversibilidade da comunicação sempre dialógica, por definição; o caráter ao mesmo tempo contratual e polêmico da comunicação; a construção de simulacros que regem as relações entre os sujeitos e, também, a constituição dos próprios sujeitos que dialogam; o alargamento da circulação do dizer.
5. Caráter mecanicista e caráter "humanizante" das concepções de comunicação: competência moda I e semântica dos sujeitos da comunicação
Por fim, chegamos à última questão, a do caráter demasiadamente mecanicista dos modelos de comunicação, mais apropriados à comunicação entre máquinas e que não levam em consideração, por exemplo, a inserção sócio-histórica e ideológica dos sujeitos envolvidos na comunicação. Dois aspectos serão assim observados, além dos que já foram tratados no item sobre interação: o da competência modal dos sujeitos que se comunicam, o das formações ideológicas, ou da competência semântica, responsáveis pelo discurso comunicado.
Greimas (1979 e 1990), no âmbito da teoria semiótica, aponta a necessidade de situar a comunicação no quadro mais amplo das atividades humanas. As atividades humanas desenvolvem-se segundo dois eixos principais: o eixo da produção ou da ação do ho

mem sobre as coisas, por meio da qual o homem transforma a natureza; o eixo da comunicação ou da ação do homem sobre outros homens, criadora das relações intersubjetivas, fundadoras, por sua vez, da sociedade. Segundo Greimas, ainda, a tradição antropológica francesa (Marcel Mauss e Lévi-Strauss) interpreta as atividades de comunicação como transferência de objetos de valor e como comunicação entre sujeitos, ou, especificando mais, como trocas de mulheres (que correspondem às estruturas de parentesco), como trocas de bens e de serviços (que equivalem às estruturas econômicas) e como trocas de mensagens (que correspondem às estruturas lingüístico-discursivas).

Nesse quadro mais amplo, a comunicação entre sujeitos ocorre mediante objetos de valor (os discursos ou textos-mensagens) que circulam entre eles e que os constituem como sujeitos. É preciso, assim, rever as noções e as denominações de "emissor" e de "receptor" da comunicação, pois, nessa perspectiva, os sujeitos da comunicação não podem mais ser pensados como casas ou caixas vazias de emissão e de recepção de mensagens. Os sujeitos da comunicação devem ser considerados, em primeiro lugar, como sujeitos competentes, ou seja, o destinado r e o destinatário (termos menos restritivos e, portanto, mais adequados do que emissor e receptor) têm de ter certas qualidades que permitam que eles se comuniquem.

Essas qualidades são de dois tipos: modais - o querer ou o dever, o saber e o poder fazer, no caso, comunicar-se - e semânticas - valores, projetos, que determinam a comunicação. Os sujeitos são, nessa perspectiva, considerados "plenos" ou "preenchidos" tanto por qualidades modais necessárias a suas competências comunicativas quanto por valores decorrentes das relações históricas, sociais e ideológicas.

Para examinar as qualidades modais é preciso, em primeiro lugar, saber o que é realmente esse fazer comunicativo que os sujeitos querem ou devem, podem e sabem realizar. Para tanto, é preciso retomar a questão das funções da comunicação, de perspectiva diferente da de Jakobson. Se, em geral, o fazer comunicativo é entendido como um fazersaber, do destinador, e um adquirir-saber, do destinatário, pesquisas têm mostrado, porém, que, tal como indicado acima, para apreender o saber é necessário que o destinatário queira fazê-lo. Isso nos obriga a pensar na comunicação, ou melhor, no fazer comunicativo do destinador não

apenas como um fazer-saber, mas principalmente como um fazercrer e um fazer-fazer, e no fazer comunicativo do destinatário essencialmente como um interpretar. A comunicação confunde-se, dessa forma, com a manipulação e têm ambas a mesma estrutura.

O destinador exerce, portanto, dois fazeres: o fazer emissivo, de que já falamos bastante, e o fazer persuasivo, de que trataremos a seguir. O fazer persuasivo engloba os procedimentos utilizados pelo destinador para persuadir o destinatário, isto é, para fazê10 crer e para fazê-lo fazer. O destinador, de forma explícita ou implícita, propõe ao destinatário um contrato, em que oferece valores modais ou descritivos que o destinatário deseja ou teme. O destinatário, em contrapartida, realiza, além do fazer receptivo, um fazer interpretativo, em que põe em jogo modalidades veridictórias e epistêmicas para interpretar a persuasão do destinador e, a partir daí, nele acreditar ou não. O destinatário vai interpretar se o destinador parece ou não e é ou não confiável, se os valores que ele oferece parecem ou não, e são ou não desejáveis. A fábula de Millôr Femandes, O gato e a barata, ilustra uma relação de comunicação-manipulação:

A comunicação humana

A baratinha velha subiu pelo pé do copo que, ainda com um pouco de vinho, tinha sido largado a um canto da cozinha, desceu pela parte de dentro e começou a lambiscar o vinho. Dada a pequena distância que nas baratas vai da boca ao cérebro, o á1coollhe subiu logo a este. Bêbada, a baratinha caiu dentro do copo. Debateu-se, bebeu mais vinho, ficou mais tonta, debateu-se mais, bebeu mais, tonteou mais e já quase morria quando deparou com o carão do gato doméstico que sorria de sua aflição, do alto do copo.

- Gatinho, meu gatinho - pediu ela -, me salva, me salva. Me salva que assim que eu sair daqui eu deixo você me engolir inteirinha, como você gosta. Me salva.

- Você deixa mesmo eu engolir você? - disse o gato.

- Me saaalva! - implorou a baratinha -. Eu prometo.

O gato então virou o copo com uma pata, o líquido escorreu e com ele a baratinha que, assim que se viu no chão, saiu correndo para o buraco mais perto, onde caiu na gargalhada.

- Que é isso? - perguntou o gato -. Você não vai sair daí e cumprir sua promessa?

Você disse que deixaria eu comer você inteira.
- Ah, ah, ah, - riu então a batata, sem poder se conter -, E você é tão imbecil a ponto de acreditar na promessa de uma barata velha e bêbada?
Moral: Às vezes a autodepreciação nos livra do pelotão.
A barata procura convencer o gato de que ele gosta de comer baratas e de que ela é confiável e se deixará comer, como estratégias para que ele a salve. Ora, sabemos muito bem que os gatos domésticos, gordos e bem alimentados, não comem baratas. Mesmo assim, a baratinha conseguiu convencer o gato e levá-lo a salvá-la. A baratinha realizou, assim, um fazer persuasivo (além do emissivo). Ao gato, por sua vez, coube o fazer interpretativo, isto é, ele interpretou a persuasão da baratinha, nela acreditou e fez o que ela queria. No final do texto, o que a baratinha diz ao gato é que ele não soube interpretar, ou seja, que com base em seus conhecimentos e crenças ele deveria ter interpretado que uma barata velha e bêbada nem parece nem é confiável e que não poderia, portanto, nela ter acreditado.
Outro bom exemplo é o do livro Zélia, uma paixão, de Fernando Sabino:
Ele lhe dissera, no começo, que ela não era "a sua mulher inaugural, mas sua estréia nos sentimentos". Zélia acreditou. E ainda acreditava. Naquele dia 17 de maio, já tão distante, no restaurante Oásis, no Rio, uma churrascaria na Ilha do Governador, ele a pedira em casamento.
Nesse texto, Bernardo Cabral procura persuadir Zélia de que é confiável e de que vai casar-se com ela e ela interpreta o que lhe é dito e nele acredita. A comunicação mostra claramente os fazeres persuasivo e interpretativo que a caracterizam e que dependem de crenças, conhecimentos, aspirações e projetos do destinador e do destinatário.
Como se observou, nos textos examinados, tanto o destinador, para realizar o fazer persuasivo, quanto o destinatário, para exercer o fazer interpretativo, usaram sua competência semântica, constituída por seus sentimentos, valores, crenças e conhecimentos. Para persuadir e para interpretar é preciso comparar os conhecimentos, valores, crenças, da competência semântica dos sujeitos, com aqueles que estão em jogo na comunicação. Daí a afirmação de que os sujeitos da comunicação não podem ser considerados como casas vazias e sim como casas cheias de projetos, aspirações, emoções, conhecimentos, crenças, que vão

determinar os modos de persuadir e as formas de interpretar. As estratégias de persuasão e as interpretações variam, assim, historicamente, de cultura para cultura, de sociedade para sociedade (de classe social para classe social). Fecha-se o círculo: os conhecimentos, crenças, sentimentos e valores dos sujeitos são resultantes de outras tantas relações de comunicação-manipulação-interação anteriores e vão-se modificando e cons
49

50
Introdução à Lingüística
truindo, portanto, outros sujeitos a cada nova relação de comunicação. São sujeitos dotG de outras competências, velhas e novas, modais e semânticas.
Para terminar, algumas palavras sobre a questão da ideologia na comunicação.

Do que foi dito até agora, é fácil concluir que nenhuma comunicação é neutra ingênua, no sentido de que nela estão em jogo valores ideológicos, dos sujeitos comunicação. Em outras palavras, as relações entre sujeitos são marcadamente ideológi e os discursos que circulam entre eles e que estabelecem os laços de manipulação e interação são, por definição, também ideológicos, marcados por coerções sociais.
Duas questões merecem destaque: em primeiro lugar, a da relação entre lín~ (enquanto sistema lingüístico) e ideologia; em segundo lugar, a dos níveis de determinaç ideológica do discurso, ou seja, de que forma e em que nível de organização lingüísti(discursiva se dá a relação entre linguagem e ideologia.
A relação entre língua e ideologia é muito diferente da existente entre discurse ideologia. Para Bakhtin (1981: 46) "o discurso reflete as mais imperceptíveis alterações existência social", enquanto na língua as modificações se processam lentamente. Na língt segundo o autor, imprimem-se, com o tempo, traços dos discursos ideológicos, muitas vez
opostos e contraditórios, pois classes sociais diferentes utilizam o mesmo sistema lingüístit e produzem discursos ideologicamente diferentes. Com isso, instalam-se na língua, no sisten lingüístico, choques e contradições, em que se atraem e se rejeitam elementos tidos con inconciliáveis, confrontam-se indices de valor contraditório, que fazem da língua, ainda 11

dizer de Bakhtin, "a arena onde se desenvolve a luta de classes". Assim, o dicionário (Auréli(vai, por exemplo, definir liberdade ao mesmo tempo como "supressão ou ausência de tod a opressão considerada anormal, ilegítima, imoral", quanto como "intimidade às vezes abusiva' "intimidade sensual" ou "linguagem grosseira". De um lado, tem-se liberdade como a ausênci

de opressão, de outro como bagunça, grosseria, abuso. São traços contraditórios, impresso na língua a partir de discursos ideologicamente diferentes. O poema de Frei Betto trata justament dessa complexidade dos signos lingüísticos:

Seqüestro da linguagem

Primeiro, disseram que não haveria mais guerrilhas. Acreditei e, com as botas, abandonei sonhos revolucionários. Em seguida, disseram que terminara a luta armada. Tornei-me pois violento pacifista.

Depois, disseram que a esquerda falira,

E fechei os olhos ao olhar dos pobres.

Enfim, disseram que o socialismo morrera,

E que uma palavra basta: democracia.

Então nasceu em mim

A liberdade de ser burguês.

Sem culpa.

Na mesma direção, mas avançando um pouco mais, José Luiz Fiorin (1988) procura verificar qual o lugar das determinações ideológicas na linguagem. O autor vai explicar as razões que nos permitem dizer algo aparentemente contraditório: "que a linguagem é determinada pelas condições sociais" e, ao mesmo tempo, "goza de uma certa autonomia em relação às formações sociais" (1988: 8-9). Para isso, Fiorin distingue o sistema virtual e abstrato (a língua), entendido como um conjunto de elementos com uma organização interna, de sua realização concreta, em que separa, por sua vez, discurso e fala. "Os discursos são as combinações de elementos lingüísticos usadas pelos falantes com o propósito de exprimir seus pensamentos, de falar do mundo exterior ou de seu mundo interior, de agir sobre o mundo. A fala é a exteriorização psicofísico-fisiológica do discurso" (1988:9).

Assim, a "mensagem" que circula na comunicação é, como já foi visto, um discurso, exteriorizado pela "seqüência de sinais" de fala, também já mencionada. Fiorin vai procurar mostrar, na mesma direção do que vimos em Bakhtin, que é o discurso que

sofre determinações sociais, que é o discurso que é marcadamente ideológico, acrescentando porém às reflexões de Bakhtin duas questões fundamentais: a da relativa autonomia do sistema lingüístico em relação às formações sociais; e a do lugar das determinações sociais nos discursos.

Mostra, com riqueza de detalhes e de exemplos, que o sistema, em geral, se altera em razão de causas internas ao próprio sistema, isto é, de fatores especificamente lingüísticos. Se fatores sociais determinaram, em algum momento, o aparecimento ou a alteração de categorias Lingüísticas, e com toda certeza o fizeram, essas causas perderam-se no tempo e as categorias ganharam autonomia.

O discurso, por outro lado, é o lugar por excelência das determinações sociais, já que, como vimos, é produzido por sujeitos "preenchidos" de crenças, conhecimentos e valores, e circula entre sujeitos também "cheios", ideologicamente. Resta esclarecer em que ponto da organização discursiva ocorrem essas determinações. Fiorin distingue, com a teoria semiótica do discurso, o nível da sintaxe do discurso ou dos processos de estruturação, do da semântica discursiva, ou dos conteúdos investidos na organização sintática abstrata. No primeiro caso, no da sintaxe, tem-se, por exemplo, o procedimento de produção de um discurso em I ~ pessoa, que produz efeitos de subjetividade, ou em 3~ pessoa, que cria a ilusão de objetividade. Esses e outros procedimentos da sintaxe discursiva têm uma certa autonomia em relação às formações sociais, pois constituem, com os efeitos de sentido produzidos, o lugar da manipulação consciente (ou relativamente consciente) para a persuasão do destinatário da comunicação, tal como vimos nos itens anteriores, quando examinamos o jogo de imagens e de simulacros que se instala entre destinador e destinatário e que determina as escolhas de procedimentos que fazem os sujeitos da comunicação.

Já a semântica do discurso, que preenche a organização sintática com conteúdos, é o lugar das determinações sociais inconscientes. Esses elementos semânticos resultam, como vimos, de outros discursos, de outras comunicações e constituem a maneira de ver o mundo numa dada formação social. A semântica discursiva organiza os conteúdos e, portanto, os discursos em dois tipos, conforme variem os graus de concretização dos conteúdos: os temáticos e os figurativos.

Os discursos temáticos tratam os conteúdos de forma mais abstrata e os figurativos concretizam sensorialmente (com forma, cores, sons, gestos, cheiros) esses temas.

Tanto os temas quanto as figuras sofrem as determinações sociais inconscientes e são, por excelência, o lugar da ideologia no discurso e na linguagem, como se pode observar no exemplo que segue:

Lá vem o grão-senhor em seu ginete. Ploc, ploc, ploc. Ouve-se o som do galope, ploc, ploc, cada vez mais próximo. Agora ele diminui a velocidade, ploc, enfim chega à porta do castelo. Então salta da montaria e enfia-se direto castelo adentro - claro que não se preocupa em amarrar o cavalo, menos ainda em desatrelá-lo. Não são coisas para pessoa de sua categoria. Quando chegou, o serviçal ao qual se

dá o nome de palafreneiro, ou cavalariço, ou estribeiro, já estava a postos para executar o serviço. Da mesma forma, quando o senhor voltar a sair, lá estará o criado, presto, com o ginete no jeito para que as augustas botas não se dêem ao trabalho de outro passo senão galgar o estribo.

Hoje o nome do palafraneiro é manobreiro, ou manobrista. Manobreiro no Rio de Janeiro, manobrista em São Paulo. Os tempos mudaram, e com eles os trajes e muitas outras coisas. Os castelos rareiam, como habitação, e os animais perderam terreno, como meio de transporte, mas no país chamado Brasil o equivalente do palafraneiro continua firme e forte, à porta dos restaurantes. "Boa tarde, doutor, pode deixar aí mesmo". O doutor larga o carro onde lhe for de maior conforto. O manobrista (ou manobreiro) cuida do resto.

No texto citado o tema é o do atraso medieval do Brasil em que se mantêm as desigualdades e em que triunfam o interesse individual sobre o coletivo, com duas coberturas figurativas, relacionadas metaforicamente, a do grão-senhor, do castelo, do cavalo, do criado, das botas, do palafreneiro e a do manobrista-manobreiro, do doutor, do carro, do restaurante. A relação entre o tema e as figuras que o investem assinala, claramente, a posição ideológica do destinador, os valores comunicados em seu discurso e a determinação social desse discurso, que dialoga com outros tantos: para opor-se ao de direito ao privilégio e aos interesses individuais da classe social dominante; para concordar com o do caráter medieval e burro de uma elite que não se atualizou; ou para pôr-se de acordo com os discursos de

preocupação primordial com a coletividade e não com os interesses individuais, e assim por diante. Nesse cruzamento de vozes que concordam ou polemizam entre si, constroem-se os discursos e os sujeitos da comunicação, determinados socialmente e, portanto, sempre históricos e ideológicos.

7. Bibliografia

BAKHTIN, Mikhail. Le principe dialogique. Paris, Seuil, 1981.

BENVENISTE, Émile. Problemas de Lingüística geral. São Paulo: NacionallEdusp, 1976.

CASTILHO, A. T de e PRETI, D. (org.) A linguagem culta na cidade de São Paulo. vol. 11. Diálogos entre dois in
formantes. São Paulo: TA. QueirozIFapesp, 1987.

CHERRY, Colin. A comunicação humana. São Paulo: Cultrix/Edusp, 1974.

DUCROT, O. e TODOROV, T Dictionnaire encyclopédique des sciences du langage. Paris: Seuil, 1972.

ECO, Humberto. Asformas do conteúdo. São Paulo: PerspectivaJEdusp, 1974.

FIORIN, José Luiz. Linguagem e ideologia. São Paulo: Ática (Série Princípios, 137), 1988.

GOFFMAN, Erving. Ritual de la interacción. Buenos Aires: Editorial Tiempo Contemporâneo, 1967.

-. La mise en scene de la vie quotidienne. Paris: Minuit, 1973.

GREIMAS, Algirdas Julien. Du Senso Paris: Seuil, 1970.

-. Semiótica do discurso científico. Da modalidade. São Paulo: Difel/sBPL, 1976.

-. Du Sens II. Paris: Seuil, 1983.

GREIMAS, A. J. e COURTÉS, J. Sémiotique: dictionnaire raisonné de la théorie du langage. Paris: Hachette, 1979. - . Sémiotique: dictionnaire raisonné de la théorie du langage II. Paris: Hachette, 1990.

GRÜNIG, Blanche-Noele e GRÜNIG, Roland. Lafuite du senso La construction du sens dans l'interlocution. Paris:
Hattier - Crédif, 1985.

JAKOBSON, Roman. Lingüística e comunicação. São Paulo: Cultrix, 1969.

LOBATO, Antonio José dos Reis. Arte da Grammatica da Língua Portugueza. la. edição, Paris: Livraria Portu
gueza de J. -P. Aillaud, 1837.

MALMBERG, Bertil. Lingüística estructural y comunicación humana. Madri: Gredos, 1969.
MANSUR, Letícia Lessa. Formulação e reformulação: contribuição ao estudo da linguagem oral de indíviduos
com demência do tipo Alzheimer. Tese de douWrarnento. São Paulo, FFLCH-USP, 1996.

A comunicação humana
PRET!, D. e URBANO, H. (org.) A linguagem falada culta na cidade de São Paulo. Vol. IH. Entrevistas. São Paulo:
T.A. Queiroz/Fapesp., 1988.
OSAKABE, Haquira. Argumentação e discurso político. São Paulo: Kairós, 1979.
ROSA, Margaret. Marcadores de atenuação. São Paulo: Contexto, 1992.
SAUSSURE, Ferdinand de. Curso de Lingüística geral. São Paulo: CultrixlEdusp, 1969.
SCHAFF, Adam. Linguagem e conhecimento. Coimbra: Almedina, 1974.
SHANNON, C. F. e WEAVER, W. The mathematical theory of communication. Urbana: The University of Illinois
Press, 1949.
SILVA, Ignácio Assis. A dêixis pessoal. Tese de doutoramento, São Paulo, FFLCH-USP, 1972.
SOUSA, Antônio Cícero de. Prefácio. In: Bezerra, A. e Brandão C. R. A questão política da educação popular.
São Paulo: Brasiliense, 1984. p. 7-10.
TANNEN, Deborah. Repetition and variation as spontaneousformulaicity in conversation. Georgetown University (mimeo), 1985.
Ordinary conversation and literary discourse coherence and the poetics of repetition. Georgetown University (mimeo), 1986.

6. Sugestões de leitura

Sugerimos que as reflexões sobre a comunicação sejam acompanhadas das leituras que seguem:

JAKOBSON, Roman. "Lingüística e poética". In: Jakobson, R. Lingüística e

comunicação,São Paulo: Cultrix, 1969, p. 118-132.
BENVENISTE, Émile. "Linguagem humana e comunicação animal". In: Benveniste, É. Problemas de Lingüística geral, São Paulo: Nacional/Edusp, 1976, p. 60-67.
FIORIN, José Luiz. Linguagem e ideologia. São Paulo: Ática (Série Princípios, 137), 1988, p. 1-19 .53

Teoria dos signos
José Luiz Fiorin

"Este deve ser o bosque", murmurou pensativamente, "onde as coisas não têm nomes". [ou] Ia devaneando dessa maneira quando chegou à entrada do bosque, que parecia muito úmido e sombrio. "Bom, de qualquer modo é um alívio", disse enquanto avançava em meio às árvores, "depois de tanto calor, entrar dentro do... dentro de quê?" Estava assombrada de não poder lembrar o nome. "Bom, isto é, estar debaixo das... debaixo das... debaixo disso aqui, ora", disse colocando a mão no tronco da árvore. "Como essa coisa se chama? É bem capaz de não ter nome nenhum... ora, com certeza não tem mesmo!" Ficou calada durante um minuto, pensando. Então, de repente, exclamou: - Ah, então isso terminou acontecendo! E agora quem sou eu? Eu quero me lembrar, se puder." (Lewis Carroll, 1980: 165-

166)

“ O segundo projeto era representado por um plano de abolir completamente todas as palavras, fossem elas quais fossem [...]. Em vista disso, propôs-se que, sendo as palavras apenas nomes para as coisas, seria mais conveniente que todos os homens trouxessem consigo as coisas de que precisassem falar ao discorrer sobre determinado assunto. [...] ...muitos eruditos e sábios aderiram ao novo plano de se expressarem por meio de coisas; cujo único inconveniente residia em que, se um homem tivesse que falar sobre longos assuntos e de vária espécie, ver-se-la obrigado, em proporção, a carregar nas costas um grande fardo de coisas, a menos de poder pagar um ou dois criados robustos para acompanhá-lo [...]. Outra grande vantagem oferecida pela invenção consiste em que ela serviria de língua universal, compreendida em todas as nações civilizadas, cujos utensílios e objetos são geralmente da mesma espécie, ou tão parecidos que o seu emprego pode ser facilmente percebido. “ (Jonathan Swift, 1998: 194-195)”

O primeiro desses textos, retirado da obra Através do espelho e o que Alice encontrou lá, mostra que Alice, quando atravessa o bosque onde as coisas não têm nome, é incapaz de apreender os objetos em tomo dela, não sabe o que eles são. Isso significa que a realidade só tem existência para os homens quando é nomeada. Os signos são, assim, uma forma de apreender a realidade. Só percebemos no mundo o que nossa língua nomeia.

No entanto, poder-se-la pensar que os signos são etiquetas que são colocadas nas coisas. Assim pensavam os sábios de Balbinarbi, nas Viagens de Gulliver, como mostra o segundo texto. Eles propõem substituir as palavras, que, segundo eles, têm o inconveniente de variar de língua para língua, por objetos de que se serviriam para comunicar-se. Quando quisessem falar de um livro, mostrariam o livro, e assim por diante. A narração de Swift é uma ironia sobre as concepções vulgares que imaginam que a compreensão da realidade independe dos signos criados para nomeá-la, que a língua é uma nomenclatura que se aplica a uma realidade preexistente e não uma forma de categorizar, organizar e interpretar o mundo.

A impossibilidade de funcionamento do sistema imaginado pelos sábios de Balnibarbi para substituir as palavras não é o inconveniente prático de que é preciso carregar muita coisa para falar. O sistema não pode funcionar, porque o objeto não designa tudo o que uma língua pode expressar. Ele não exprime as propriedades de uma coisa. Daí a impossibilidade de construir metáforas e metonímias. Quando se usa a metonímia "as velas singram os mares", velas têm o sentido de navio, porque, na fala, usa-se a parte para denominar o todo. Mostrar um objeto não exprime a pertença do objeto a uma determinada classe. No léxico de uma língua, agrupamos nomes em classes. Violeta, rosa, margarida pertencem à classe das flores. Mostrar uma margarida não exprimiria a classe flor. Exibir um objeto não exprime as categorias gramaticais, como a do singular ou do plural. A língua não é um sistema de mos tração de objetos, pois a linguagem humana pode falar de objetos presentes ou ausentes da situação de comunicação. Aliás, o objeto nem precisa existir, para que falemos dele, pois a língua pode criar universos de coisas inexistentes.
A atividade Lingüística é uma atividade simbólica, o que significa que as palavras criam conceitos e esses conceitos ordenam a realidade, categorizam o mundo. Por exemplo, criamos o conceito de pôr-do-sol. Sabemos que, do ponto de vista científico, não existe pôr-do-sol, uma vez que é a Terra que gira em tomo do Sol. No entanto, esse conceito criado pela língua determina uma realidade que encanta a todos nós. Uma nova realidade, uma nova invenção, uma nova idéia exigem novas palavras, mas é sua denominação que lhes confere existência. Apagar uma coisa no computador é uma atividade diferente de apagar o que foi escrito a lápis, à máquina ou à caneta. Por isso, surge uma nova palavra para designar essa nova realidade, deletar. No entanto, se essa nova palavra não existisse, não se perceberia a atividade de apagar no computador como uma coisa diferente. Dizia Saussure:
Psicologicamente, abstração feita de sua expressão por meio das palavras, nosso pensamento não passa de uma massa amorfa e indistinta. Filósofos e lingüistas sempre concordaram em reconhecer que, sem o recurso dos signos, seríamos incapazes de distinguir duas idéias de modo claro e constante. Tomado em si, o

pensamento é como uma nebulosa onde nada está necessariamente delimitado. Não existem idéias preestabelecidas, e nada é distinto antes do aparecimento da língua. (1969: 130)

As palavras formam um sistema autônomo que independe do que elas nomeiam, o que significa que cada língua pode categorizar o mundo de forma diversa. Os signos definem-se uns em relação aos outros. O inglês tem duas palavras, sheep e mutton, para expressar o que exprimimos com a palavra carneiro. O primeiro significa o animal, o segundo uma porção de carne do animal preparada e servida à mesa. Em português, dizemos O carneiro é gordo e O carneiro está delicioso. Em inglês, no primeiro caso, emprega-se sheep e, no segundo, mutton. A mesma realidade é categorizada de modo diferente em português e inglês. Neste, o animal e o alimento feito com o animal são vistos como duas realidades completamente diferentes, sem qualquer relação entre si. Isso significa que a realidade é recortada diferentemente nas duas línguas e que um signo delimita o outro. O valor de um signo é dado por outro signo. Além disso, um signo é sempre interpretável por outro signo: no interior do mesmo sistema pelos sinônimos, pelas paráfrases, pelas definições; em outro sistema, em outra língua, por exemplo, pela tradução. A dificuldade de traduzir indica que não há univocidade na relação entre os nomes e as coisas.

Expliquemos melhor o que significa dizer que a linguagem categoriza o mundo. Para isso, tomemos um exemplo de Hayakawa (1963:175-176), modificando-o um pou

co. Imaginemos que as oito figuras abaixo representem oito animais, quatro grandes e quatro pequenos, quatro com a cabeça quadrada e quatro com a cabeça redonda, quatro com a cauda reta e quatro com a cauda enrolada.

Imaginemos ainda que esses animais andem por uma região onde morem três povos diferentes. Inicialmente, as pessoas nem reparam neles. É como se não existissem. Depois de uma colheita, o povo A percebe que os que têm corpo pequeno comem cereais e os que têm corpo grande não o fazem. Faz-se, então, abstração das demais diferenças entre eles e produz-se uma categorização dessa realidade. Os animais A, B, C e D são chamados gogôs e os animais E, F, G e H são

denominados gigis. O povo B tem outra experiência com esses animais. Verifica que os de cabeça quadrada mordem e que os de cabeça redonda não o fazem. Categoriza de maneira distinta a mesma realidade. Os animais B, D, F e H são chamados dabas, enquanto os animais A, C, E e G são denominados dobos. A experiência do povo C com esses animais é ainda distinta. Percebe que os animais de cauda enrolada matam serpentes e os de cauda reta não o fazem. Categoriza de maneira diversa a mesma realidade. Chama os animais A, B, E e F busas e denomina os animais C, D, G e H de busanas. A mesma realidade, a partir de experiências culturais"diversas, é categorizada diferentemente. Nenhum ser do mundo pertence a uma determinada categoria, os homens é que criam as categorias e põem nelas os seres. Isso não acontece só com os seres concretos. Imaginemos que uma pessoa mata outra. Essa ação pode ser categorizada como assassinato, como acidente, como cumprimento do dever, como ato de heroísmo, como perda temporária da razão.' Essa categorização determina nossas atitudes: prendemos o assassino; perdoamos quem foi vítima das circunstâncias; elogiamos o policial que matou o seqüestrador que mantinha pessoas como reféns, porque cumpriu seu dever; damos uma medalha ao herói que, na guerra, matou o inimigo. Como dissemos, a língua não é uma nomenclatura aplicada a uma realidade cuja categorização preexiste à significação.

O significado é composto de traços funcionais, como morde/não morde, mata serpente/não mata serpente, come cereais/não come cereais, e qualificacionais, como com corpo grande/com corpo pequeno; com cabeça quadrada/com cabeça redonda; com cauda enrolada/com cauda reta.

Composição e valor dos signos

No período medieval, dizia-se que o signo era aliquid pro aliquo (alguma coisa em lugar de outra). Essa definição mostra que o signo não é a realidade. Saussure vai precisar bem esse fato, quando diz que o signo lingüístico não une um nome a uma coisa, mas um conceito a uma imagem acústica. O que o mestre genebrino quer

mostrar-nos é que o signo não é um conjunto de sons, cujo significado são as coisas do mundo. O signo é a união de um conceito com uma imagem acústica, que não é o som material, físico, mas a impressão psíquica dos sons, perceptível quando pensamos numa palavra, mas não a falamos. O signo é uma entidade de duas faces, uma reclama a outra, à maneira do verso e do anverso de uma folha de papel. Percebem-se as duas faces, mas elas são inseparáveis.

Ao conceito Saussure chama significado e à imagem acústica, significante. Não existe significante sem significado; nem significado sem significante, pois o significante sempre evoca um significado, enquanto o significado não existe fora dos sons que o veiculam. A imagem acústica /gatu/ não evoca um gato particular, mas a idéia geral de gato, que tem um valor classificatório. Na criação desse conceito, a língua não leva em conta as diferentes raças, os tamanhos diversos, as cores várias etc. Faz abstração das características particulares de cada gato, para instaurar a categoria da /felinidade/. O significado não é a realidade que ele designa, mas a sua representação. É o que quem emprega o signo entende por ele.

A linguagem verbal não é a única linguagem existente. Há também linguagens pictóricas, gestuais etc. Não se pode falar em imagens acústicas quando se trabalha com outros sistemas de signos. Por isso, é necessário ampliar a definição de significante, para que ela possa ser usada em todas as linguagens. Poder-se-ia então dizer que o significante é o veículo do significado, que é o que se entende quando se usa o signo, é sua parte inteligível.

A definição de signo dada por Saussure é substancialista, pois ele trata do signo em si, como união de um significante e um significado. No entanto, no Curso de lingüís tica geral, ele insiste no fato de que na língua não há senão diferenças, ou seja, de que ca. da elemento lingüístico deve ser diferente dos outros elementos com os quais contrai rela. ção. Por isso, é preciso considerar o signo não mais em sua composição, mas em sem contornos, dados por suas relações com os outros signos. Por isso, Saussure cria a noçã(de valor, que já foi mencionada acima. Com ela, dá-se uma definição negativa do signo um signo é o que os outros não são. O valor provém da situação recíproca das peças n; língua, pois importa menos o que existe de conceito e de matéria fônica num signo do que o que há ao seu redor. A significação é, então, uma diferença entre um signo e outro sig no, pois o que existe na língua são a produção e a interpretação de diferenças. No interior de uma língua,

as palavras que exprimem idéias próximas delimitam-se umas às outras Por exemplo, os sinônimos como receio /medo, pavor só têm valor próprio pela oposição Eles recobrem-se parcialmente, mas também se opõem uns aos outros. Se um deles nã existisse, seu conteúdo iria para os outros. Em português, alugar significa dar ou tomar em aluguel, enquanto, em alemão, há dois verbos distintos para isso, mieten e vermiete. O grego tem três números, o singular, o dual e o plural. Assim, o plural nessa língua ter um valor diferente do plural em português. Nesta língua, o plural relaciona-se apenas a singular e, portanto, seu valor é de "mais de um", enquanto em grego, como se relaciona

com o singular e o dual, seu valor é de mais de dois. Com o conceito de valor, Saussure mostra que o que importa na língua são as diferenças existentes entre conceitos e sons.
Hjelmslev, lingüista dinamarquês, vai incorporar a noção de valor ao conceito de signo. Começa por dizer que o signo é a união de um plano de conteúdo a um plano de expressão. Não se trata aqui de uma simples substituição termino lógica, em que plano de conteúdo está no lugar de significado e plano de expressão substitui o significante. Trata-se, na verdade, de uma mudança de concepção. Para Hjelmslev, cada plano compreende dois níveis: a forma e a substância. Assim, há uma forma do conteúdo e uma substância do conteúdo; uma forma da expressão e uma substância da expressão.
Comecemos por definir o que é forma e o que é substância. A forma corresponde ao que Saussure chama valor, ou seja, é um conjunto de diferenças. Para estabelecer uma definição formal de um som ou de um sentido, é preciso estabelecer oposições entre eles por traços, pois os sons e os sentidos não se opõem em bloco. Assim, quando tomamos os sons plb, verificamos que eles se opõem, porque o primeiro apresenta o traço /surdez/, enquanto o segundo contém o traço /sonoridade/. No entanto, uma oposição só se constrói sobre uma identidade: os dois sons são oclusivos e bilabiais. Verifica-se, então, que a oposição entre eles não é feita em bloco, mas por um traço. Não é a totalidade do /p/ que se opõe à totalidade do /b/. A mesma coisa ocorre no âmbito do sentido. Em português, há uma oposição entre

homem/mulher. Ambos têm o traço /humano/, mas se distinguem, porque o primeiro apresenta o traço /masculinidade/, enquanto o segundo contém o traço /feminilidade/. No entanto, como o português não tem um termo para indicar o ser humano em geral, esse conteúdo recai no termo homem. Assim, a relação entre as palavras homem e mulher determina que o termo homem tenha dois valores diferentes: "ser humano" e "ser humano do sexo masculino". Em línguas como o latim ou o grego, isso não ocorre, porque há três termos opondo-se: em latim, aparecem homo (ser humano), vir (ser humano do sexo masculino) e femina (ser humano do sexo feminino); em grego, são respectivamente ánthropos, anér, gyné. Além disso, os sons e os sentidos são combinados de acordo com regras muito estritas da língua. Por exemplo, o som /nh/ não pode ocupar, em português, a posição inicial de palavra. Por isso, quando emprestamos uma palavra de uma língua estrangeira que tem o /nh/ em posição inicial pronunciamos esse vocábulo, acrescentando um /i! antes do /nh/, para que este fique em posição medial: /nhoque/ em português vira /inhoque/. Da mesma forma, não se diz A pedra viu o menino, porque o sentido de ver exige que o sujeito seja animado.

A substância da expressão são os sons e a substância do conteúdo, os conceitos. Sons e conceitos são gerados pela forma e não preexistem a ela. O conceito de homem, em português, "ser humano" e "ser humano do sexo masculino" é criado pelo fato de ele se opor a mulher e não se opor a um terceiro termo, como em latim, em que o conceito de homo é apenas o de ser humano. Os sons p/b surgem da existência da oposição surdo/sonoro.

Assim, o signo, para Hjelmslev, une uma forma da expressão a uma forma de conteúdo. Essas duas formas geram duas substâncias, uma da expressão e uma do conteúdo. A forma da expressão são diferenças tônicas e suas regras combinatórias; a forma do conteúdo são diferenças semânticas e suas regras combinatórias; a substância da expressão são os sons; a substância do conteúdo, os conceitos.

Para Hjelmslev, o que a Lingüística deve estudar é a forma tanto da expressão quanto do conteúdo. O signo seria representado como ERC (expressão em relação com o

conteúdo) e uniria duas formas, que se manifestam por duas substâncias.
Quando se lê a explicação que Saussure dá do signo, pensa-se que ele é uma palavra, ou mais, rigorosamente, um morfema, ou seja, a menor unidade dotada de forma fônica e de significado. Assim, na palavra amássemos, temos quatro morfemas: am-, o radical, que contém o significado relativo ao ato de amar; o a, vogal temática, que indica que o verbo pertence à primeira conjugação; o -sse, que exprime o tempo e o modo da forma verbal; o -mos, que expressa a pessoa e o número da forma verbal. Apresentando o signo, como o resultado da semiose, união de sons e conceitos, que se efetua no ato de linguagem, Hjelmslev mostra que o morfema é apenas o signo mínimo, pois a dimensão das unidades de manifestação não é pertinente para a definição dos signos. Em outras palavras, no ato de falar, produzimos significação, não só quando enunciamos os signos mínimos, ou seja, os morfemas, mas também quando produzimos frases ou textos. Assim, as frase são signos, os textos são signos, qualquer produção humana dotada de sentido é um signo.

Características do signo Lingüístico

A arbitrariedade do signo

" - Pois bem - explicou o gato -, um cachorro rosna quando está com raiva e balança a cauda quando está contente, compreende? Enquanto eu rosno quando estou satisfeito e balanço a cauda quando estou com raiva, está entendendo? Portanto eu sou louco.
- Não chamo a isso rosnar, mas ronronar.
- Chame como quiser - disse o Gato.
(Lewis Carroll, 1980:83)"
Para Saussure, o signo lingüístico tem duas características principais: a arbitrari edade do signo e a linearidade do significante.
Desde a Antiguidade especula-se sobre a relação existente entre o significado e o significante. No Crátilo, de Platão, discute-se a respeito dela. Crátilo diz que o significante é unido ao significado por physei (por natureza). Hermógenes afirma

que essa relação épor thései (por convenção). Sócrates inclina-se a reconhecer que a relação entre o significante e o significado feita por semelhança é superior àquela feita arbitrariamente, mas que, em geral, essa relação é feita por convenção.

Para Saussure, o signo lingüístico é arbitrário e, portanto, cultural. Arbitrário é o contrário de motivado, o que significa que, quando ele afirma que o signo lingüístico é arbitrário, está querendo dizer que ele não é motivado, ou seja, que não há nenhuma relação necessária entre o som e o sentido, que não há nada no significante que lembre o significado, que não há qualquer necessidade natural que determine a união de um significante e de um significado. Isso é comprovado pela diversidade das línguas. A palavra mar é sea em inglês; a palavra boi é ox em inglês. Verifica-se, portanto, que, nos sons mar ou sea, não há nada que lembre o significado "massas de águas salgadas do globo terrestre". Mar poderia ser chamado estunque, se os homens convencionassem que esse deveria ser seu nome.

Algumas pessoas criticaram a concepção da arbitrariedade do signo, mostrando que as onomatopéias, como ai, oh, ah, são motivadas. No entanto, é preciso dizer que, em primeiro lugar, as onomatopéias ocupam um lugar marginal na língua e, depois, que também elas são submetidas às coerções fonológicas de cada língua, o que explica que os sons produzidos pelos animais, por exemplo, variam de língua para língua. Assim, em português, o gato ronrona e o cachorro rosna; em inglês, as vozes desses animais são designadas, respectivamente, pelos verbos purr e snarl. Isso não quer dizer que, nos Estados Unidos ou na Inglaterra, os gatos e cachorros ronronem e rosnem diferentemente dos gatos e dos cachorros do Brasil ou de Portugal, mas que as onomatopéias não imitam tão naturalmente os sons, como nos querem fazer crer.

O corolário da arbitrariedade é a convenção. Diz Saussure que afirmar que o signo é arbitrário não significa que o significado depende da livre escolha do falante (1969:83), pois não está nas mãos do indivíduo a capacidade de mudar nada num signo lingüístico, já que ele é social. Em Alice, encontramos a seguinte passagem:

- Não sei bem o que o senhor entende por "glória" -, disse Alice.

Humpty Dumpty sorriu com desdém. - Claro que você não sabe, até eu lhe dizer. O que eu quero dizer é: "eis aí um argumento arrasador para você".

- Mas "glória" não significa "um argumento arrasador" -, objetou Alice.

- Quando uso uma palavra -, disse Humpty Dumpty em tom escarninho - ela significa exatamente aquilo que quero que ela signifique... nem mais nem menos.
- A questão -, ponderou Alice - é saber se o senhor pode fazer as palavras dizerem coisas diferentes. - A questão -, replicou Humpty Dumpty - é saber quem é que manda. É só isso. (1980: 196)

Humpty Dumpty recusa-se a aceitar as convenções que presidem ao uso da linguagem, estabelece suas próprias convenções e, por isso, não permite que a comunicação ocorra. Para que ela se efetue, é preciso que os falantes estejam unidos por um consenso, que constitui uma comunidade Lingüística.

A arbitrariedade da relação significante e significado quer dizer que ela é convencional, isto é, repousa numa espécie de acordo coletivo entre os falantes.

O próprio Saussure vai atenuar o princípio da arbitrariedade do signo, fazendo uma distinção entre o que é absolutamente arbitrário e o que é relativamente arbitrário. Um signo como mar é absolutamente arbitrário, porque não há nenhuma motivação no liame que une o significante e o significado. Já um signo como dezenove lembra os dois signos que o compõem, dez e nove. Como o significado de dezenove é "dez + nove" e o significante é composto dos signos dez e nove, ele é relativamente motivado. Os signos dez e nove são absolutamente arbitrários. A mesma coisa acontece com pereira. De um lado, esse termo evoca o signo pêra; de outro, o sufixo -eira, que aparece em nomes de árvores como cere
jeira, macieira, ameixeira etc. A relativa motivação aparece na formação de palavras por composição ou por derivação. A limitação relativa da arbitrariedade estabelece um princípio de ordem e de regularidade na língua. Ao longo da história da língua, certas motivações relativas vão perdendo-se. Assim, ninguém mais lembra que candidato é formado da palavra candidus, que, em latim, significa "branco". O candidato vestia uma toga branca, daí seu nome. Também ninguém mais sabe que ministro é formado da palavra latina minus, que significa "menos", pois, na sua origem, minister significava "criado".

A arbitrariedade do signo não se aplica a todas as linguagens, pois há linguagens que têm signos em que a relação entre significante e significado é motivada. Por exemplo, nas linguagens visuais. A foto de uma paisagem é um signo em que significado e significante estão unidos por semelhança. Nos símbolos, a relação entre o significado e o

61

62

significante pode ser motivada. Uma mulher com olhos vendados e com uma balança na mão é símbolo da justiça. O significante lembra o significado da justiça: a equanimidade é lembrada pelo dois pratos da balança que precisam estar na mesma altura e pelos olhos vendados, que indicam que o juiz distribui a justiça sem olhar quem é o demandante. A cruz é o símbolo do cristinianismo. O significante lembra Cristo e sua morte. A foice e o martelo cruzados são o símbolo do comunismo. A foice lembra o campesinato; o martelo, o operariado; o cruzamento dos dois indica a união das duas classes.
Jakobson (1969:98-117) mostra que, embora estivesse correta a afirmação saussurreana de que os signos lingüísticos são arbitrários, ela deveria ser matizada, pois, em muitos casos, em todos os níveis da língua aparecem motivações. Os sons parecem ter um simbolismo universal. A oposição de fonemas graves, como o Ia!, e agudos, como o li/, é capaz de sugerir a imagem do claro e do escuro, do pontudo e do arredondado, do fino e do grosso, do ligeiro e do maciço. Por isso, quando se vai indicar, nas histórias em quadrinho, o riso dos homens e das mulheres, usam-se, respectivamente, ha, ha, ha e hi, hi, hi. Ainda nas histórias em quadrinho, as onomatopéias que indicam ruído, sons brutais e repentinos, como pancadas, começam sempre por consoantes oclusivas, que são momentâneas, como um golpe (p/b; t/d;/ k/g): pum, pá, tá. Isso não ocorre, segundo Jakobson, apenas nas onomatopéias. Há regiões do léxico, em que conjuntos de palavras apresentam sentidos similares asssociados a sons similares. Em inglês, temos bash, "golpe"; mash, "mistura"; smash, "golpe duro"; crash, "fragor, desmoronamento"; dash, "choque"; lash, "chicotada"; hash, "confusão"; rash, "erupção"; brash, "ruínas"; clash, "choque violento"; trash, "repelente"; plash, "marulho"; splash, "salpico";flash, "relâmpago".

Sapir, lingüista norte-americano, fez uma experiência. Disse a uma série de pessoas que uma língua tinha as palavras mil e mal e que uma significava "mesona" e outra,

"mesinha". Perguntava, então, qual das palavras significava cada uma das coisas. Invariavelmente, as pessoas respondiam que mil era mesinha e mal, mesona. As pessoas eram levadas a esses significados pelo grau de abertura das vogais.

Na sintaxe e na morfologia, o princípio icônico aparece muitas vezes. Quando um sujeito, por exemplo, é composto pela designação de duas pessoas hierarquicamente distintas, normalmente, a palavra que indica a pessoa de hierarquia maior aparece em primeiro lugar. A ordem dos termos reflete a diferença de posição entre as pessoas. Normalmente diz-se O presidente e o ministro vieram jantar e não O ministro e o presidente vieram jantar.

Na morfologia, algumas línguas fazem, sinteticamente, o comparativo e o superlativo de muitos adjetivos. Quando isso ocorre, os graus de comparação apresentam um aumento gradual no número de fonemas. O crescimento do significante reflete a gradação do significado. Em latim, o adjetivo altus tem o comparativo altiar e o superlativo altissimus. Em inglês, o adjetivo high tem o comparativo higher e o superlativo highest. O plural das línguas é feito com o acréscimo de um morfema, como no caso do português, em que é feito com o acréscimo de um -s, ou por alternância, em que se alternam sons dentro do radical, como no inglês faat/feet. Nunca o plural é feito com a subtração de sons. O significante do plural tende a refletir, por meio de um acréscimo, o significado de um aumento numérico.

Há outros fenômenos que indicam a existência da motivação na língua. Um é o da etimologia popular, em que o falante, com base em certas semelhanças fônicas, liga uma

dada forma a outra, com que ela não tem nenhum parentesco genético. É o caso de terraplanagem por terraplenagem (liga-se a forma a plano, a tornar plano, e não ao ato de encher, que está na base de terraplenagem, uma vez que plenagem vem do verbo latino pleo, que significa encher), aviso breve por aviso prévio. Pela mesma razão, escrevese deslisar e não deslizar, porque se relaciona o ato de deslizar ao que é liso.

No jogo de dicionário, em que se inventam definições para palavras desconhecidas dos jogadores, o sentido é dado a partir dos sons ou a partir de formas conhecidas

com que se estabelecem relações. EmAlice, a menina lê o poema Jaguadarte, cuja tradução em português tem a estrutura gramatical do português, mas as palavras são inventadas. Quando Humpty Dumpty vai explicar o sentido das palavras, procede como no jogo de dicionário:

Alice repetiu os primeiros versos de "Jaguadarte":

Era briluz. As lesmolisas touvas Roldavam e relviam nos gramilvos. Estavam mimsicais as pintalouvas E os momirratos davam grilvos.

- Basta, pra começar - interrompeu Humpty Dumpty. - Há uma porção de palavras intrincadas aqui. "Briluz" significa o brilho da luz às quatro horas da tarde, quando se passa a cena descrita nos versos. - Agora ficou claro - disse Alice. - E "lesmolisas"?

- Ora significa "lisas como lesmas". Veja bem, é uma palavra-valise: dois significados embrulhados numa palavra só.

- Ah, estou entendendo - comentou Alice pensativamente. - E o que são "touvas"?

- Bem, as "touvas" têm algo de toupeiras, algo de lagartas e algo de saca-rolhas, e têm pelos espetados como escovas.

- Devem ser bichos bastante esquisitos.

- E são - disse Humpty Dumpty. - Fazem ninhos nos relógios de sol e se alimentam de queijo. - E o que é "roldavam" e "relviam"?

- "Roldavam" significa que os bichos rodavam em roldão e "relviam" que eles se revolviam na relva. "Roldar" também pode ser girar como uma roldana.

- E "gramilvos", aposto, devem ser tufos de grama plantados em tomo dos relógios de sol, onde se ouvem os silvos das serpentes - disse Alice espantada com sua própria sagacidade.

- Exatamente, é isso. Quanto a "mimsicais" significa "mimosas e musicais" (e ai tem você outra palavra-valise). E "pintalouvas" são aves canoras meio pintassilgos e meio louva-a-deus.

- E "momirratos", que é? - perguntou Alice. Espero que não esteja lhe dando muito trabalho. - Bom, "ratos" não precisa explicar. Mas "momi" não sei bem o que é. Talvez venha de "momices", isto é, caretas e trejeitos. E lembra também as festas de morno, o carnaval. Assim, "momirratos" talvez sejam ratos careteiros ou carnavalescos, o que vem a dar no mesmo.

- E o que quer dizer "grilvos"?

- Penso que deve ser uma mistura de gritos com silvos bem agudos, com algo parecido com o chilro dos grilos. (1980, p. 197-198)

É na poesia, no entanto, que a motivação do signo aparece em toda sua força. O poeta busca motivar a relação entre o significante e o significado. Essa motivação não aparece no nível do signo mínimo, mas no do signo-texto. Por isso, no texto poético, o plano da expressão serve não apenas para veicular conteúdos, mas para recriá-los em sua organização. O material sonoro contribui para produzir significação, o plano da expressão é colocado em função do conteúdo. Os elementos da cadeia sonora lembram, de algum modo, o significado presente no plano do conteúdo. As aliterações, as assonâncias,

63

64

Introdução à Lingüística

os ritmos imitam aquilo de que fala o poema, pois ele é, na frase do poeta Valéry, "um hesitação prolongada entre o som e o sentido". Os sons na poesia são escolhidos em razãc de seu poder imitativo. Nos versos abaixo de Os Lusíadas, a repetição de consoante oclusivas, especialmente do IU, imita as explosões que a tempestade produzia:

Em tempo de tormenta e vento esquivo,
De tempestade escura e triste pranto (V, 18, 3-4).

No poema abaixo de Manuel Bandeira, fica muito clara a motivação do signo n: poeSIa:

Debussy

Para cá, para lá... Para cá, para lá...
Um novelozinho de linha...
Para cá, para lá...
Para cá, para lá...
Oscila no ar pela mão de uma criança
(Vem e vai...)
Que delicadamente e quase a adormecer ° balança
- Psio...
Para cá, para lá

Para cá e...
- O novelozinho caiu.
(Estrela da vida inteira. 4". ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1973, p. 64)
O poeta vai acompanhando o movimento pendular de alguma coisa. Os versos, como um metrônomo, têm um ritmo que acompanha o movimento: para cá, para lá.
Esse ritmo é interrompido e explica-se o que estava oscilando: um novelozinho de linha. Deve-se notar, no entanto, que, depois de anunciar o objeto, as reticências interrompem a comunicação. É como se o poeta estivesse a contemplar a criança que estava para adormecer e parasse o que ia dizer para contemplar novamente o novelozinho na mão da criança: para cá, para lá...
Diz que o novelozinho oscila no ar pela mão de uma criança! (...) que delicadamente e quase a adormecer o balança. Entre os dois versos da fala do poeta, há um verso, que aparece entre parênteses, a indicar que, enquanto o poeta fala, o movimento do novelo continua. Ele mostra que seu vaivém prossegue sempre igual: primeiro para cá (vem) e depois para lá (vai). As reticências revelam que o movimento é contínuo.
Depois de ter-nos informado que esse para cá, para lá (contínuo como mostram as reticências) é o movimento de um novelozinho de linha que oscila no ar pela mão de uma criança que delicadamente e quase a adormecer o balança, o poeta impede nossa manifestação com um psio, para não acordarmos a criança quase adormecida.
O ritmo do verso continua a recriar o ritmo do balanço. A interrupção do verso seguinte, que mostra o movimento apenas numa direção, significa que a criança dormiu e, portanto, derrubou o novelo. O último verso reitera esse significado para nós.
O título do poema é o nome do compositor francês Debussy, que, ligado aos movimentos simbolista e impressionista. abriu um universo sonoro inteiramente novo, em que a sugestão ocupou o lugar de uma construção temática bem definida. Uma de suas obras é Children's comer (Recanto das crianças), coletânea de peças infantis que ele dedicou à filha. A peça mais conhecida dessa obra é "A menina de cabelos de linho", composta de movimentos descendentes (vai) e ascendentes (vem). A cadência harmônica final tem um movimento melódico descendente (caiu).

A linearidade do significante

O caráter auditivo do significante lingüístico faz com que ele se desenvolva no tempo. Ele representa uma extensão e essa extensão é mensurável numa só dimensão, é uma linha. A escrita, ao representar a fala, representa essa linearidade no espaço.

A linearidade é uma característica das línguas naturais, segundo a qual os signos, uma vez produzidos, dispõem-se uns depois dos outros numa sucessão temporal ou espacial. Por causa dessa característica, não se pode produzir mais de um elemento lingüístico de cada vez: um som tem que vir depois do outro, uma palavra depois da outra, e não se podem produzir dois sons ao mesmo tempo ou duas palavras ao mesmo tempo.

. Há linguagens, como, por exemplo, a pintura. cujos significantes não são lineares e,
portanto, eles se apresentam simultaneamente para quem vê um quadro.

Denotação e conotação

A linguagem autoriza toda sorte de alterações de significado, de violações semânticas, quando se ultrapassam as fronteiras estabelecidas entre o animado e o inanimado, o humano e o não humano, o concreto e o abstrato, etc.

De repente, na altura, a manhã gargalhou, um bando de maitacas passava, tinindo guizos, partindo vidros, estralej ando de rir. (Guimarães Rosa, Sagarana)

Na oração a manhã gargalhou, temos a atribuição de um sujeito não animado a um verbo que, em princípio, deveria exigir sujeito animado. Empregamos, a todo momento, essas mudanças semânticas: cair das nuvens, sorriso amarelo, matar o tempo, matar a fome, quebrar o galho, cortar a palavra. 'Como explicar esse mecanismo?

, Já se viu acima que o signo é a união de um plano da expressão a um plano do conteúdo: ERC. Por exemplo, o sentido da palavra olho é "globo colocado na parte anterior da cabeça e que serve de órgão da visão"; o sentido do termo gato é

"pequeno mamífero carnívoro, doméstico, da família dos felídeos". Portanto, o significado da expressão olho de gato é "globo colocado na parte, etc.". No entanto, em português, olho-de-gato significa também "chapinha colocada em pequenos postes, instalados ao longo das estradas de rodagem, que reflete a luz dos faróis dos automóveis, para marcar os limites do leito da estrada". No primeiro caso, temos um signo denotado; no segundo, um signo conotado. Como se compõe um signo conotado? É o signo cujo plano de expressão é um signo. Assim, temos um signo denotado ERC, ao qual se acrescenta um novo plano de conteúdo (ERC) R C. No caso de olho-de-gato acrescentou-se um segundo conteúdo ao conteúdo do signo denotado: "globo colocado na parte anterior da cabeça e que serve de órgão da visão para um animal felino, etc.". Ora, poder-se-ia perguntar por que dar essa explicação complicada para o signo conotado e não simplesmente afirmar que ocorreu uma mudança de sentido. Porque, se afinnássemos apenas que ocorreu uma mudança de sentido, teríamos que admitir que qualquer

65

66

Introdução à Lingüística

mudança de sentido poderia ocorrer na língua e que, portanto, os sentidos multiplicar-se-iam aleatória e caoticamente. No entanto, não é isso que ocorre. Para criar um signo conotado, é preciso que haja uma relação entre o significado que se acrescenta e o significado já presente no signo denotado. O dispositivo que indica as margens das estradas recebe esse nome, porque, assim como o olho dos gatos, ele tem a propriedade de refletir a luz. Entre os dois significados, há então um traço comum.

Os dois mecanismos principais de conotação são a metáfora e a metonímia. A metáfora é o acréscimo de um significado a outro, quando entre eles existe uma relação de semelhança, de intersecção. Essa relação indica que há traços comuns entre os dois significados.

Ó mar, por que não apagas Co'a esponja de tuas vagas
De teu manto este borrrão? (Castro Alves, "Tragédia no mar")

Apagas significa "eliminas"; esponja quer dizer "material usado para eliminar"; manto, "superfície"; borrão, "navio negreiro". Temos metáforas, porque, entre os

dois significados há um traço comum: por exemplo, entre manto e superficie, há em comum o traço /parte externa e visível/; entre apagar e eliminar, há a semelhança do traço /supressão/.

A metonímia é o acréscimo de um significado a outro, quando entre eles há uma relação de contigüidade, de coexistência, de interdependência.

[Dudu] é um resto de pessoa, um resto de roupa, um resto de nome. Saberá ler? Não, a fome é sempre analfabeta (Murilo Mendes, Idade do serrote)

Fome significa, no texto, "os miseráveis". Temos uma metonímia, porque uma propriedade do ser designa o ser, uma vez que entre os dois significados há uma relação de coexistência, dado que o ser coexiste com suas propriedades.

A sinédoque é um tipo de metonímia, em que a relação entre os dois significados é uma relação de inclusão, que não deixa de ser um tipo de contigüidade, de coexistência. Essa relação ocorre, quando um sigificado indica a parte e o outro, o todo, um expressa o conteúdo e o outro, o continente, etc. Com efeito, a parte está incluída no todo; o conteúdc está incluído no continente.

Mais de um rapaz consumiu o tempo em se fazer visto e atraído dela. Mais de uma gravata, maÜ de uma bengala, mais de uma luneta levaram-lhe as cores, os gestos e os vidros, sem obter outra coisa qUI a atenção cortês e acaso uma palavra sem valor. (Machado de Assis. Obras completas. Rio de Janeiro Nova Aguilar, 1979, vol I, p. 1036)

No texto, gravata, bengala e luneta significam os rapazes que se aproximavam d~ moça. Toma-se um acessório da vestimenta pelo todo, a pessoa. Temos sinédoques. A mesma coisa acontece com cores, gestos e vidros, que são propriedades dos acessórios que aparecem no lugar deles, que, por sua vez, querem indicar a pessoa.

Na linguagem poética, explora-se toda a força da conotação para criar efeitos de sentido

É a vaidade, Fábio, nesta vida, Rosa, que da manhã lisonjeada, Púrpuras mil, com ambição dourada, Airosa rompe, arrasta presumida.

Teoria dos signos

É planta, que de abril favorecida, Por mares de soberba desatada, Florida galeota empavesada, Sulca ufana, navega destemida.

É nau enfim, que em breve ligeireza, Com presunção de Fênix generosa, Galhardias apresta, alentos preza:
Mas ser planta, ser rosa, nau vistosa, De que importa, se aguarda sem defesa Penha a nau, ferro a planta, tarde a rosa?
Gregório de Matos. In: CÂNDIDO, Antonio e CASTELLO, José Aderaldo. Presença da literatura brasileira. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1973, vol. I, p. 73-74)
Nesse texto, o poeta vai explicar a Fábio o que é a vaidade. No primeiro quarteto, afinna que ela é rosa; no segundo, que é planta; no primeiro terceto, que é nau. Essas três palavras significam, no soneto, "vaidade". Para que o leitor entenda por que rosa, planta e nau têm esse sentido no texto, o poeta vai explicar a relação que estabelece entre o significado de cada um desses termos e o do vocábulo vaidade.
No primeiro quarteto, diz que a vaidade é rosa, mas não qualquer uma. É aquela lisonjeada pela manhã, ou seja, a rosa recém-aberta e que, portanto, está em todo seu esplendor. O que o poeta quer dizer, então, é que a vaidade é a beleza aparente. que se exibe, brilha e seduz (Púrpuras mil, com ambição dourada! Airosa rompe, arrasta presumida). No segundo quarteto, o poeta afirma que a vaidade é planta, mas em pleno esplendor da primavera, já que é de abril favorecida (abril é o mês em que, no hemisfério norte, a primavera está em seu apogeu). A vaidade é, então, esplendor (planta de abrilfavorecida) e ornamentos (florida galeota empavesada) que se exibem pela vida (por mares de soberba desatada) com orgulho (sulca ufana) e arrojo (navega destemida). No primeiro terceto, ao dizer que a vaidade é nau, o poeta mostra que o ser humano vaidoso é aquele que, apesar de ter a presunção da perpetuidade (fênix é a ave que renascia das próprias cinzas), valoriza os brilhos exteriores (galhardias apresta) e momentâneos (alenlos preza). A relação que se estabelece entre os significados das palavras rosa, planta, nau e do termo vaidade é que existem traços comuns de sentido entre eles, é que existe uma relação de intersecção entre seus significados: o homem vaidoso exibe suas belezas, como a rosa recém-aberta; mostra apenas seus esplendores, como a planta na primavera; valoriza o que é exterior e momentâneo, embora tenha a presunção de perpetuidade, como a nau. Trata-se, então, de três metáforas para dar concretude ao termo abstrato vaidade.
No último terceto, o termo penha (= penhasco, rochedo) significa o "naufrágio" do navio. Como penha pode ter esse sentido? O penhasco é a causa do naufrágio, que

é seu efeito. Dá-se à causa o significado do efeito. Entre esses dois sentidos há uma relação de contigüidade (= de união, proximidade, adjacência, vizinhança e, por conseguinte, de coexistência, de interdependência, de implicação), isto é, um efeito aparece unido, relacionado a uma causa. O vocábulo ferro significa o "corte" da planta. Aqui a alteração do significado se faz em duas etapas. Ferro é o material de que é feito o machado;ferro quer, pois, dizer "machado". No caso, o material de que um objeto é feito está designando o

próprio objeto. Entre os dois significados há uma relação de implicação. Em seguida, machado passa a significar "corte". Utiliza-se, portanto, o instrumento com que uma ação éfeita para designar a ação. Entre a ação e o instrumento, há também uma relação de implicação, pois o segundo está relacionado à primeira. A palavra tarde significa o "fenecer", o "murchar" da rosa. Usa-se, pois, o momento pelo evento que nele ocorre. Entre os dois significados, há uma relação de implicação, pois o evento está intrinsecamente unido a um dado momento. Temos, então, três metonímias. No entanto, como nau, planta e rosa não estão no soneto usadas no seu sentido próprio, mas significam o "homem vaidoso", os significados "naufrágio", "corte" e "fenecimento", contaminados pelo valor semântico das três palavras contíguas, passam a significar "morte". Entre os significados "naufrágio", "corte" e "fenecimento", de um lado, e "morte", de outro, há uma relação de semelhança, ou de intersecção, já que todos contêm o traço semântico/acabamento/, /fiml. As três metonímias em contato com as metáforas se metaforizam. O que o poeta pergunta, pois, no segundo terceto, é: de que vale ser vaidoso, se a morte é inexorável (se aguarda sem defesa! Penha a nau, ferro a planta, tarde a rosa). O soneto trata, então, de temas muito caros ao barroco: o caráter passageiro da vida e a inevitabilidade da morte.

No entanto, não devemos pensar que a metáfora e a metonímia aparecem apenas na linguagem poética. Ao contrário, a linguagem corrente está repleta de conotações: afogar-se num copo d'água, forçar a barra, guerra contra a inflação, batalha dos preços. Nem mais prestamos atenção ao valor conotado dessas

expressões. Quando se observa a história da língua, por exemplo, nota-se que quase todas as palavras têm sentidos oriundos de conotações. Argumento provém da raiz argu, que aparece também na palavra argênteo (= prateado) e que significa "cintilar". Na origem, argumento era o que fazia cintilar uma idéia. Essa raiz ocorre também em arguto e argúcia, que se relacionam àinteligência brilhante. Aliás, usar a palavra brilhante para referir-se a um indivíduo ou a suas ações é também uma conotação. Não percebemos mais as palavras conotadas em nossa língua, mas, quando aprendemos uma língua estrangeira somos bastante sensíveis à conotação, que os falantes dessa língua não percebem mais. Numa língua melanésia, cabelo é expresso por uma palavra que significa, literalmente, "erva que cresce na cabeça". Um estrangeiro, que não esteja acostumado às expressões conotadas e cristalizadas de uma determinada língua, faz rir ao substituir um de seus componentes por um sinônimo: por exemplo, dizer assassinar a fome em lugar de matar a fome; barbante vocal em vez de corda vocal. Cada língua conota diferentemente e, por isso, a maneira de ver o mundo varia de língua para língua.

Mostrou-se acima que o signo pode ter diferentes dimensões, do signo mínimo, o morfema, ao texto. Signo é toda produção humana dotada de sentido. Por conseguinte, a metáfora e a metonímia, signos conotados, podem ter a dimensão de uma palavra, de uma frase, de um texto.

O texto Um apólogo, de Machado de Assis, é um texto metafórico. Portanto, em sua integralidade, é um signo conotado. Nesse texto, o narrador confere à linha e à agulha

traços humanos: elas conversam, dão-se um tratamento próprio dos seres humanos (você, senhora), atribuem-se verbos que indicam ações humanas (por exemplo, fingir). Ao mesmo tempo, a narrativa relata atividades que são próprias de uma linha e de uma agulha: coser, furar o pano, prender, ligar, ajuntar etc. O que se observa, portanto, é que ao significado habitual dos termos agulha e linha se acrescenta um segundo plano de sentido: o humano. Daí se conclui que esse texto não fala propriamente de agulhas e linhas, mas de seres humanos. Se o narrador tivesse usado personagens humanas, o texto não teria a mesma expressividade. Quando se mostra que há pessoas com papel de agulha e outras com função de linha, aproveitam-se traços próprios desses objetos, para projetá-los nas pessoas. Entre as agulhas e certas pessoas há uma série de traços comuns:

a) abrem caminho para os outros;
b) ambas vão adiante, puxando; carregando o que vem atrás; c) ambas fazem trabalho obscuro;
d) ambas têm papel subalterno;
e) ambas não desfrutam do prazer do seu trabalho.
Agulha significa, nesse texto, "pessoa que abre caminho para outros e não recebe qualquer reconhecimento por isso". Linha quer dizer "pessoa que desfruta do esforço daqueles que lhe abriram caminho e lhe criaram oportunidade". As relações entre a linha e agulha são as mesmas que se estabelecem entre a costureira e a baronesa, os batedores e o imperador. A partir daí, todos os termos referentes às atividades próprias da linha e da agulha devem ser lidos como atividades humanas: furar o pano = "abrir caminho" etc.
O último parágrafo confirma, com a frase Também eu tenho servido de agulha a muita linha ordinária, essa interpretação dada ao texto: na vida social, há os que realizam o verdadeiro trabalho e os que desfrutam do trabalho alheio.
Pode-se dizer que o texto abaixo é metonímico, porque ele fala de uma parte, de um exemplo, para significar o todo. Fala da água, para falar da ciência e da literatura.
Lição sobre a água
Este líquido é água.
Quando pura
é inodora, insípida e incolor.
Reduzida a vapor,
sob tensão e a alta temperatura,
move os êmbolos das máquinas, que, por isso, se denominam máquinas de vapor.
É um bom dissolvente.
Embora com exceções mas, de um modo geral, dissolve tudo bem, ácidos, bases e sais. . Congela a zero graus centesimais
e ferve a 100, quando a pressão normal.
Foi nesse líquido que numa noite cálida de Verão,
sob um luar gomoso e branco de camélia,
apareceu a boiar o cadáver de Ofélia
com um nenúfar na mão.
(António Gedeão. Poesias completas (1956-1967). Lisboa: Portugália, 1972, p. 244-

245)
69

70

À primeira vista, temos a impressão de que se trata de um texto denotado, ou seja, com um só plano de leitura. Fala sobre a água. Ainda mais: temos a sensação, nas duas primeiras estrofes, de estar diante de um texto retirado de um livro de ciências das séries elementares, enquanto, na última estrofe, parece que estamos diante de um texto poético. Com efeito, as duas primeiras estrofes falam das propriedades físico-químicas da água (ausência de cor, cheiro e sabor, em estado de pureza; propriedade sol vente quase universal, pois dissolve substâncias pertencentes aos três grandes grupos de elementos químicos, ácidos, bases e sais; ponto de congelamento e de fervura, em pressão normal) e falam também de sua utilidade (mover máquinas e servir de sol vente). Como se disse, temos a impressão de que a palavra "água" tem um valor denotativo e de que o poeta está fazendo uma exposição, que ficaria melhor num compêndio científico, sobre as propriedades e funções de uma dada substância. No entanto, na terceira estrofe, o tom muda: um ritmo lento e majestoso substitui o ritmo quase prosaico das duas primeiras estrofes; as consoantes não momentâneas predominam; os vocábulos selecionados parecem mais sugestivos, parecem "literários".

Comecemos a análise por essa estrofe. O que chama a atenção é a utilização de adjetivos não pertinentes do ponto de vista da comunicação: noite cálida de Verão, luar branco de camélia. Esses adjetivos não são pertinentes do ponto de vista da comunicação, porque introduzem uma redundância, que, comunicacionalmente, seria viciosa, já que uma noite de verão é necessariamente cálida, quente, e o luar é, por definição, branco, assim como a camélia. No entanto, o que é redundante do ponto de vista da mensagem utilitária pode ser o elemento básico da construção poética. Temos, pois, de um lado a reiteração da quentura e, de outro, da brancura. Verão, grafado com maiúscula, não denota apenas a estação do ano, mas evoca o calor e, por associação, conota a vida. Isso sugere o tempo dos jogos de amor. Luar é o clima dos enamorados. É definido como de uma brancura intensa, pois "de camélia" reforça "branco". A brancura conota a pureza. Além disso, o verso sugere

um clima arrebatador, pois gomoso significa viscoso, é o que prende, cativa e seduz. O terceiro verso introduz a idéia da morte, da podridão do cadáver, da frieza. Até agora mantivemo-nos na análise de mecanismos internos de produção do sentido. No entanto, é preciso ver a relação do texto com outros textos. Ofélia, cujo cadáver aparece boiando, evoca Ofélia, personagem da tragédia Hamlet, de Shakespeare. Esta amava Hamlet e, enlouquecida de dor, porque o próprio amado matara seu pai, morreu afogada. A evocação de uma personagem da tragédia clássica introduz no poema todos os conflitos que perpassam a tragédia, cujas personagens são dilaceradas por sentimentos contraditórios. No quarto verso, aparece o termo "nenúfar", planta aquática da família das ninfeáceas. Essa palavra traz à mente as ninfas, evocando beleza, juventude e, também, vida.

No meio de um conjunto de signos que sugerem a vida, introduz-se a morte; no interior da brancura de camélia do luar, insere-se a putrefação (o cadáver). A água é um lugar de vida (é onde crescem os nenúfares); é também o lugar de seu contraditório, a morte (é onde bóia o cadáver). Estamos no plano do mito, pois todo mito reúne elementos semânticos contrários entre si. A água ganha a dimensão do mito. Ao mesmo tempo, Ofélia lança-nos no domínio da literatura.

A nitidez dos recursos poéticos da terceira estrofe obriga-nos a reler as duas primeiras, para perceber o significado global do poema, que, até agora, apresenta-se como dois blocos de significação sem aparente relação entre si.

Teoria dos signos

Esse poema não fala da água. Não é, pois, denotado. Fala da ciência e da literatura. Há duas grandes maneiras de conhecer o mundo. Uma é a da ciência, que é denotativa, descreve a realidade em suas propriedades e funções. Ela define, distingue, não admite a contradição. Por isso, é uma visão da realidade sem cheiro, sem cor e sem sabor. Está vinculada ao mundo do trabalho e dos negócios ("move os êmbolos das máquinas"), pois gera uma tecnologia. Nela, a realidade é vista como um espaço em que tudo está catalogado e separado. A análise da ciência é sempre parcial, sempre incompleta, pois não leva em conta a contraditoriedade humana, expressa pelo mito. A leitura literária do mundo é o plano do entendimento mítico, que apreende simultaneamente as contraditoriedades inerentes ao real, em que a morte é a contraface da vida; a podridão, da pureza; o frio, do calor... Por

isso, é uma visão com cores intensas ("o luar branco de camélia") e sensações táteis muito vivas. Está vinculada ao mundo dos sentimentos, fundindo os elementos, enquanto conserva suas propriedades. A substituição do ritmo e a predominância das consoantes não momentâneas recriam, no plano da expressão, a idéia da invasão do mito que flui pelo interior da realidade. É a única leitura do mundo que apreende os sentimentos contraditórios que movem os homens.

O poeta mostrou essas duas leituras do mundo, criando em seu texto simulacros do discurso científico e do discurso literário, a partir de seus traços mais evidentes e mais de acordo com o senso comum. Com efeito, no senso comum, pensa-se que existem matérias literárias e não-literárias e palavras literárias e não-literárias. A morte e o luar seriam temas literários. Camélia, nenúfar, cálido seriam termos literários, enquanto ácidos, bases e sais não o seriam. Por isso, temos a impressão, nas duas primeiras estrofes, de estar diante de um texto retirado de um livro de ciências das séries elementares e, na última, de estar diante de um texto literário. Pode-se dizer que esse texto é metonímico, porque fala do todo, o discurso literário e o discurso científico, a partir de um exemplo singular, um dado discurso sobre a água.

Classificação dos signos

Diferentes autores já buscaram classificar os signos das diferentes linguagens. Vamos tomar a classificação feita por Adam Schaff (1968:158-193). Essa classificação abrange todo tipo de signo, ou seja, unidade em que há uma relação entre uma expressão e um conteúdo, e ao mesmo tempo procura respeitar as noções correntes dos termos utilizados para dar nomes ao tipos de signos, como símbolo, sinal etc.

Levando em conta o critério da intenção comunicativa presente nos signos, eles podem classificar-se em signos naturais e signos artificiais (ou signos propriamente ditos). Os primeiros são os fenômenos da natureza que servem de veículo para nos fazer perceber um outro fenômeno natural. São expressões de um dado conteúdo.

São denominados também índices ou sintomas. Assim, a fumaça (expressão) indica a existência de fogo (conteúdo), nuvens negras mostram que vai chover; o congelamento da água de um lago assinala o abaixamento da temperatura; a febre é um sintoma de problemas de saúde. Os signos artificiais ou propriamente ditos são os produzidos para fins de comunicação. São signos artificiais as palavras, os sinais de trânsito, enfim, os signos presentes em todas as linguagens, como o cinema, a pintura, a escultura. Esses signos são resultado de

um acordo deliberado, como no caso dos sinais de trânsito, em que uma convenção estabeleceu os signos que orientariam a circulação de veículos e pedestres, ou da prática histórica, como no caso das palavras, em que a experiências dos homens as cria e as põe em circulação.

Considerando a função que os signos artificiais têm na interpretação das diferentes linguagens, eles podem ser divididos em signos verbais e signos com expressão derivativa. Os signos verbais são interpretantes de todas as linguagens, enquanto os signos das outras linguagens nem sempre podem interpretar os signos lingüísticos. O que é expresso visualmente, um filme, por exemplo, pode ser contado por meio de signos verbais; no entanto, nem tudo o que se exprime verbalmente por ser dito visualmente. Num soneto de Camões há o verso Amor é ferida que dói e não se sente. Não se pode dizer visualmente que uma coisa dói e, ao mesmo tempo, é indolor. Pela função interpretante universal dos signos verbais, eles classificam-se separadamente dos outros signos artificiais, que são chamados signos com expressão derivativa.

Os signos com expressão derivativa distinguem-se, pela sua função na comunicação, em sinais e signos substitutivos. Aqueles são "causados ou utilizados especialmente para suscitar uma reação pré-combinada e acordada, quer em grupo, quer individualmente, sob a forma de manifestações definidas da atividade humana" (p. 183). Os sinais são os signos que levam os homens a uma ação, levam-nos a fazer ou não fazer alguma coisa. O apito do juiz num jogo de futebol paralisa o jogo; o vermelho do semáforo faz parar; o verde leva a pôr o carro em movimento; o

toque de uma sirene faz começar ou parar o trabalho etc. O sinal é resultado de acordo explícito, válido para um certo grupo de pessoas; seu propósito é o de modificar, iniciar ou sustar uma ação; só é usado quando se pretende provocar o comportamento humano que ele deve suscitar. Os signos substitutivos são usados para representar alguma coisa. Uma foto de uma paisagem representa a paisagem, uma maquete, uma construção; a bandeira, a pátria; etc.

De acordo com a natureza do significado, os signos substitutivos distinguem-se em signos substitutivos stricto sensu e símbolos. Naqueles, o significante expressa um significado concreto: por exemplo, um auto-retrato, cujo significado é "pessoa que pintou o quadro"; uma planta de uma casa, cujo significado "uma determinada construção". O símbolo é um elemento concreto que representa um abstrato (religiões, sistemas sociais, noções): a cruz gamada significa "nazismo"; a bandeira nacional significa a "pátria". A representação simbólica pode basear-se na convenção: por exemplo, no Ocidente a cor preta simboliza o luto, enquanto, em algumas sociedades orientais, é o branco que exerce essa função. Embora a representação simbólica possa ser convencional, como se nota quando se observa o simbolismo das cores, tem ela certo fundamento icônico, ou seja, há uma relação de semelhança entre o significante e o significado (por exemplo, a balança é símbolo da justiça, porque os dois pratos na mesma altura traduzem a idéia da equanimidade), ou indicial, isto é, há uma relação de contigüidade, de inclusão, entre o significante e o significado (por exemplo, a cruz é o símbolo do cristianismo, porque ela é uma parte do todo, que a imagem de Cristo morto). Existe uma mitologia do símbolo, quando ele é objeto de uma alienação específica, por se tornar independente do que ele representa, e passa a ser objeto de um culto em si mesmo. É o que acontece, às vezes, com os símbolos nacionais, que passam a valer por si mesmos e não pelo que representam.

A classificação de Schaff poderia ser esquematizada da seguinte maneira:

Teoria dos signos

signos substitutivos stricto sensu

símbolos

Conclusão

No primeiro livro da Bíblia, o Gênesis, há dois relatos da criação. No primeiro, Deus cria o mundo falando. No início, não havia nada. Depois, há o caos. No princípio, criou Deus o céu e a terra. A terra, contudo, estava vazia e vaga e as trevas cobriam o abismo e o Espírito de Deus pairava sobre as águas. (I, 1-2). A passagem do caos à ordem (= cosmo) faz-se por meio de um ato de linguagem. É esta que dá sentido ao mundo. O poder criador da divindade é exercido pela linguagem, já que nela e por ela se ordena o mundo. Deus disse: Faça-se a luz. E a luz foi feita. E viu Deus que a luz era boa: e separou a luz e as trevas. Deus chamou a luz dia e as trevas noite; fez-se uma tarde e uma manhã, primeiro dia. (I, 3-5). O mito quer mostrar o poder criador da linguagem, que dá ao homem a capacidade de ordenar o mundo, de categorizá-lo. Com os signos, o homem cria universos de sentido. As línguas não são nomenclaturas que se aplicam a uma realidade pré-ordenada, mas são modos de interpretar o mundo. Por isso, estudar a linguagem é a forma de entender a cultura, de compreender o homem em sua marcha sobre a Terra.

Bibliografia

CARROLL, Lewis. Aventuras de Alice. Tradução e organização de Sebastião Uchoa Leite. 3'. ed. São Paulo: Sum
mus, 1980.

HAYAKAWA, S. I. A linguagem no pensamento e na ação. São Paulo: Pioneira, 1963.

HJELMSLEV, Louis. Prolegômenos a uma teoria da linguagem. São Paulo: Perspectiva, 1973.

JAKOBSON, Roman. Lingüística e comunicação. São Paulo: Cultrix, 1969.

SAUSSURE, Ferdinand de. Curso de Lingüística geral. São Paulo: Cultrix/ Edusp, 1969.

SCHAFF, Adam. Introdução à semântica. Coimbra: Almedina,] 968.

SWIFr, Jonathan. Viagens de Gulliver. Rio de Janeiro/São Paulo: Ediouro/ Publifolha, 1998.

YAGUELO. Marin;1. .I/i,',' 1111 II/IL\ "" IIIIIglIg,'. Pari,: Sc'uil. I'IX I.

Sugestões de leitura

HJELMSLEV, Louis. Prolegômenos a uma teoria da linguagem. São Paulo: Perspectiva,
1973.
O capítulo XIII trata da teoria hjelmsleviana do signo.
JAKOBSON, Roman. Lingüística e comunicação. São Paulo: Cultrix, 1969.
O capítulo intitulado "À procura da essência da linguagem" discute exaustivamente a
questão da motivação do signo lingüístico.
SAUSSURE, Ferdinand de. Curso de Lingüística geral. São Paulo: Cultrixl Edusp, 1969. Os capítulos I e 2 da primeira parte apresentam a teoria saussureana do signo lingüístico; o capítulo 4 da segunda parte expõe a teoria do valor; o capítulo 6 discute a questão do que é absolutamente arbitrário e do que é relativamente arbitrário.
SCHAFF, Adam. Introdução à semântica.
Nas páginas 158-193, discute-se a questão do signo e expõe-se a classificação que foi apresentada neste capítulo.
YAGUELO, Marina. Alice au pays du langage. Paris: Seuil, 1981.
É um livro de introdução à Lingüística bastante interessante pela quantidade de exemplos com que opera. Dele se retiraram muitas sugestões, principalmente sobre passagens da obra de Carroll, para a redação deste capítulo.

2xxx

A língua como objeto da Lingüística

Antonio Vicente Pietroforte

Entre as muitas variações do tema de que contra a força não há argumentos, encontramos esta conhecida fábula de La Fontaine, traduzida pelo poeta Ferreira Gullar (La Fontaine,1999:12-14):

o Lobo e o Cordeiro
Na água li mpa de um regato, matava a sede um Cordeiro, quando, saindo do mato, veio um Lobo carniceiro. Tinha a barriga vazia, não comera o dia inteiro. - Como tu ousas sujar a água que estou bebendo? - rosnou o Lobo, a antegozar o almoço. - Fica sabendo que caro vais me pagar!

- Senhor - falou o Cordeiro
encareço a Vossa Alteza
que me desculpeis, mas acho
que vos enganais: bebendo,
quase dez braças abaixo
de vós, nesta correnteza,
não posso sujar-vos a água.
- Não importa. Guardo mágoa
de ti, que ano passado,
me destrataste, fingido!
- Mas eu nem tinha nascido.
- Pois então foi teu irmão.
- Não tenho irmão, Excelência.
- Chega de argumentação.
Estou perdendo a paciência!
- Não vos Langueis, desculpai!

- Não foi teu irmão? Foi o teu pai

76
Introdução à Lingüística
ou senão foi teu avô disse o Lobo carniceiro. E ao Cordeiro devorou.
Onde a lei não existe, ao que parece, a razão do mais forte prevalece.
Essa fábula, como a d'A lebre e a tartaruga, Os dois amigos e o urso e muitas outras vêm sendo contadas há bastante tempo. Contadas por muitos poetas e prosadores, as fábulas não possuem um só autor. A d'A cigarra e as formigas, por exemplo, tem uma versão do século v a. c., de Esopo, e outra, do século XVII, de La Fontaine. Algumas vezes, as personagens podem mudar. Numa versão indiana do tema de que o mais lento pode vencer uma corrida, quem perde a corrida é Garuda,

o pássaro mágico de Vishnu.

Narradas há muito tempo e em muitos lugares, muitas foram as línguas dessas narrativas. Na Índia antiga, foram contadas em sânscrito, Esopo as contou em grego, Fedro, em latim, e La Fontaine, em francês. Assim, além de interessar as demais ciências humanas por seus aspectos históricos e culturais, por seus aspectos lingüísticos as fábulas podem interessar o lingüista.

A versão original d' O lobo e o cordeiro, de La Fontaine, é esta:

Le Loup et L' Agneau

La raison du plus fort est toujours la meilleure: Nous l'allons montrer tout à l'heure. U n Agneau se désaltérait Dans le courant d'une onde pure. Un Loup survient àjeun qui cherchait aventure, Et que la faim en ces lieux attirait. Qui te rend si hardi de troubler mon breuvage? Dit cet animal plein de rage: Tu seras châtié de ta témérité. - Sire, répond l' Agneau, que votre Majesté Ne se mette pas en colere; Mais plutôt qu'elle considere Que je me vas désaltérant Dans le courant, Plus de vingt pas au-dessous d'Elle, Et que par conséquent, en aucune façon,

Je ne puis troubler sa boisson. - Tu la troubles, reprit cette bête cruelle, Et je sais que de moi tu médis l' an passé. - Comment l' aurais-je fait si je n' étais pas né? Reprit l' Agneau, je tette encore ma mere. - Si ce n'est toi, c'est donc ton frere. - Je n'en ai point. - C'est donc quelqu'un des tiens: Car vous ne m'épargnez guere, Vous, vos bergers, et vos chiens. On me l' a dit: il faut que je me venge. Là-dessus, au fond dos forêts Le Loup l' emporte, et puis le mange, Sans autre fonne de proces.

A língua como objeto da Lingüística

Uma leitura atenta do texto em francês mostra que essa língua apresenta várias semelhanças com o português: vous e vós, vos e vossos, an e ano; raison e razão;fort eforte; loup e lobo.

Se essa comparação entre o francês e o português for levada mais adiante, analisando as duas línguas sistematicamente e considerando seus momentos históricos, é possível verificar que ambas tiveram como origem comum o latim, o que explica as semelhanças lexicais e gramaticais entre elas. Esse modo de fazer Lingüística, comparando as línguas na busca de semelhanças e verificando a história de cada uma delas à procura de origens comuns, foi o método dominante da Lingüística do século XIX, o chamado método histórico-comparativo.

Um dos teóricos mais importantes dessa época é, sem dúvida, Ferdinand de Saussure, que, além de contribuir para os avanços da Lingüística histórica e comparativa com importantes trabalhos nesse campo de pesquisa, definiu, no início do século XX, um novo objeto de estudos para a Lingüística. Em seu Curso de Lingüística geral, ao tratar dessa questão da definição de um objeto de estudos, ele afirma:

Outras ciências trabalham com objetos dados previamente e que se podem considerar, em seguida, de vários pontos de vista; em nosso campo, nada de semelhante ocorre. Alguém pronuncia a palavra nu: um observador superficial será tentado a ver nela um objeto lingüístico concreto; um exame mais atento, porém, nos levará a encontrar no caso, uma após outra, três ou quatro coisas perfeitamente diferentes, conforme a maneira pela qual consideramos a palavra: como som, como expressão duma idéia, como correspondente ao Latim nudum etc. Bem longe de dizer que o objeto precede o ponto de vista, diríamos que é o ponto de vista que cria o objeto; aliás, nada nos diz de antemão que uma dessas maneiras de considerar o fato em questão seja anterior ou superior às outras.

(Saussure, 1969: 15)

Quando Saussure comenta que a palavra nu corresponde ao latim nudum, está analisando a língua em suas mudanças históricas, já que, a partir de uma semelhança fônica entre nudum e nu e da informação histórica da antecedência do latim, ele estabelece uma relação entre elas. No entanto, quando analisa a palavra nu como som ou como a expressão de uma idéia, o ponto de vista histórico deixa de ser pertinente. Como som, tornam-se pertinentes informações fonéticas, e, como expressão de uma idéia, tomam-se pertinentes informações semânticas. Assim, dependendo do enfoque com o qual se trata um dado lingüístico, temos um objeto de estudo diferente.

O Curso de Lingüística geral teve sua primeira edição em 1916, três anos depois da morte de Saussure, em 1913. Ao contrário do que se poderia imaginar, tratando-se de uma das obras mais importantes da Lingüística, o volume não foi escrito por Saussure. Trata-se de uma edição elaborada a partir de anotações de aula de seus alunos. Saussure ministrou três cursos na Universidade de Genebra. O primeiro data de 1907, o segundo, de 1908 e o terceiro, de 1910. Os editores do Curso de Lingüística geral foram Ch. Bally, A. Sechehaye e A. Riedlinger.

Embora não haja menção ao termo dicotomias no texto do Curso, é assim que se costuma chamar os quatro pares de conceitos, que fazem uma síntese das propostas de Saussure para a criação de um novo objeto teórico para a Lingüística. A palavra dicotomia deriva do grego dichotomía, que quer dizer "divisão em partes iguais". Não se deve pensar, no caso de uma dicotomia presente no texto saussureano, que se trata de algo que é dividido em dois, deve-se pensar de outro modo. Uma dicotomia em Saussure diz respeito a um par de conceitos que devem ser definidos um em relação ao outro, de modo que um só faz sentido em relação ao outro.

Há quatro dicotomias em Saussure: sincronia versus diacronia (1969:94-116), língua versus fala (p. 26-28), significante versus. significado (p. 79-93) e paradigma versus sintagma (p. 142-147). Vamos estudar uma de cada vez.

Sincronia versus Diacronia (Saussure, 1969:94-116)

Como era feita a Lingüística na época de Saussure? Não se deve pensar que Saussure foi o "inventor" da Lingüística. Ele definiu um objeto de estudos para a Lingüística. Ela já existia antes dele, só que desenvolvida de outro ponto de vista. Portanto, responder como era feita a Lingüística na época de Saussure é investigar o que ele estudou em sua formação e o que fez com essa formação como lingüista.

Durante o século XIX, a Lingüística estudou, basicamente, a mudança Lingüística. À semelhança da Biologia da época, a ponto de recorrer a uma nomenclatura própria dessa ciência, a Lingüística estudava e classificava as línguas em grupos de famílias, tratando-as em termos de graus de parentesco.

A Lingüística feita nessa época costuma ser chamada de Lingüística Comparativa e Histórica (Robins, 1979:132-160). Chama-se comparativa porque sua metodologia de trabalho está baseada na comparação entre fenômenos lingüísticos que se realizam em línguas distintas. Observando as palavras em algumas línguas modernas faladas na Europa, percebe-se, por exemplo, uma semelhança sistemática entre palavras do português, do espanhol, do francês e do italiano.

Na fábula de La Fontaine, o Cordeiro argumenta com o Lobo que não foi ele quem o ofendera; também não fora seu irmão, já que ele não tem irmãos. Em sua réplica, o Lobo diz: "Não foi teu irmão? Foi o teu pai ou senão foi teu avô." Os nomes dados aos graus de parentesco são bons exemplos para mostrar, em nívellexical, as semelhanças entre línguas distintas:

português	espanhol	francês	italiano
pai	padre	pere	padre

Um exame mais minucioso de outras propriedades lexicais e gramaticais dessas línguas leva à conclusão de que há muitas semelhanças entre elas e de que essas semelhanças são sistemáticas. Por isso, há um "grau de parentesco" entre elas. Comparando as semelhanças e as diferenças entre essas línguas, pode-se chegar a uma língua anterior, com base na qual essas diferentes línguas se originam. Essa língua anterior é como se fosse a "língua-mãe" daquelas "línguas-filhas". Assim, pelo trabalho comparativo, é possível reconstruir o percurso histórico dessas línguas, ou seja, é possível determinar como uma língua muda através do tempo, transformando-se em outras línguas. No exemplo dado, o latim é a "língua-mãe" do português, do espanhol, do francês e do italiano que, entre outras línguas românicas, são suas "línguas-filhas".

A partir disso, pode-se chegar a duas conclusões. A primeira diz respeito à determinação de um ponto de vista com o qual se estabelece um objeto de estudos. Estuda-se a língua, só que o que se observa nela são as suas mudanças. A mudança é, então, o objeto teórico.

A segunda conclusão diz respeito aos resultados dessa Lingüística Comparativa e Histórica. Ainda com o exemplo do latim e de suas "línguas-filhas", deve-se considerar que o latim, por sua vez, tem as suas "irmãs". Também pelo método comparativo, pode-se verificar semelhanças entre o latim, o grego e o sânscrito, por exemplo. Ainda com a palavra pai, temos estes dados:

latim	grego	sânscrito	
pater	patér	pitar	

Comparando-se sistematicamente os dados dessas línguas, pode-se chegar ao indo-europeu, a "língua-mãe" do latim e de suas "irmãs". Quais são, porém, os registros históricos de uma língua como o indo-europeu. ? A escrita apareceu tardiamente, de modo que muitas línguas não deixaram registros em documentos escritos. O trabalho do lingüista, então, toma-se um trabalho de reconstrução de uma língua a partir dos vestígios que ela deixa nas línguas que dela se originaram. Ou seja, reconstrói-se a "mãe" a partir de suas "filhas" e das "filhas" de suas filhas.

Foi assim com o indo-europeu, uma língua que, sem deixar registros históricos, foi reconstruída pelo método histórico-comparativo. Os lingüistas do século XIX buscavam, comparando as línguas, organizá-las em grupos e reconstruir as línguas de que os grupos se originavam.
Foi nesse ambiente de pesquisas que Saussure estudou. Seu trabalho acadêmico versava, basicamente, sobre a Lingüística indo-européia. Seus estudos Mémoire sur le systeme primitif des voyelle dans les langue indo-européenes e L' emploi du génitif absolu en sanscrit são trabalhos feitos dentro dessa área de pesquisa. Em sua época, Saussure foi um pesquisador brilhante. A Mémoire foi considerada por Antoine Meillet como "o mais belo livro de gramática comparada que já foi escrito" (Bouquet, 1997:62). Deve-se lembrar que seu autor tinha apenas 24 anos quando o escreveu.
A essa Lingüística, que trabalha com mudanças que ocorrem nas línguas através do tempo, Saussure chamou Lingüística diacrônica (1969:96). A esse ponto de vista, ele opõe uma Lingüística sincrônica. Diacronia, do grego dia "através" e chrónos "tempo", quer dizer "através do tempo", e sincronia, do grego syn "juntamente" e chrónos "tempo", significa "ao mesmo tempo".
Fazendo uma distinção entre dois pontos de vista diferentes de olhar para o mesmo fenômeno, Saussure define um novo objeto de estudos para a Lingüística. Contrariaqiente ao estudo da mudança Lingüística, o ponto de vista sincrônico vê a língua como um sistema em que um elemento se define pelos demais elementos. No estudo sincrônico, um determinado estado de uma língua é isolado de suas mudanças através do tempo e passa a ser estudado como um sistema de elementos lingüísticos. Esses elementos são estudados não mais em suas mudanças históricas, mas nas relações que eles contraem, ao mesmo tempo, uns com os outros. Vamos exemplificar.
O Lobo da fábula "tinha a barriga vazia, não comera o dia inteiro". Em seu estudo sobre os morfemas do português, Valter Kehdi (1996:8-9) analisa o verbo "comer" nos

80
Introdução à Lingüística
dois pontos de vista, diacrônico e sincrônico. Diacronicamente, o verbo "comer" vem

do latim edere, cujo radical é ed-. Como no presente do indicativo suas formas se confundiam com o verbo esse, no latim vulgar da península Ibérica o verbo edere passou a se realizar acompanhado do prefixo cum-, que designa companhia. Assim, cum edere passou a cumedere e, a partir dessa realização, a "comer" em língua portuguesa. Do ponto de vista diacrônico, o com- de comer não é um radical, mas um prefixo.

Sincronicamente, à medida que se deve isolar o português de seu processo de mudanças históricas, essa informação a respeito da origem latina dessa palavra deixa de ser pertinente, já que no ponto de vista sincrônico, os elementos lingüísticos são estudados dentro de um mesmo recorte temporal. Considerando esse como um elemento lingüístico, que se define em relação aos demais elementos lingüísticos que formam a língua portuguesa, ele define-se como um radical, já que "comer" se define em relação aos demais contextos morfológicos em que ele funciona como um radical, como em "comilança", "comilão", "comida", e em relação aos radicais dos demais verbos da mesma língua, como em "beber", "pitar" e "cair".

Saussure (1969:103-104) lança mão de uma metáfora para fazer a relação entre sincronia e diacronia. A língua comporta-se como o tronco de uma árvore em crescimento, de modo que um corte transversal em seu lenho revela uma relação sincrônica entre os elementos que o compõem e um corte longitudinal revela um desenvolvimento diacrônico desses estados sincrônicos.

A partir da dicotomia sincronia versus diacronia, Saussure determina uma distinção entre fatos sincrônicos e fatos diacrônicos (1969: 107 -111). Os fatos sincrônicos, como são de natureza sistemática, são gerais mas não têm caráter imperativo. Isso quer dizer que os fatos sincrônicos estabelecem princípios de regularidade. Em português, por exemplo, todo verbo possui morfemas de modo e tempo e de número e pessoa, assim como todos os substantivos possuem morfemas de gênero e número. Isso é uma regularidade sistemática dos verbos e dos substantivos dessa língua. O verbo comer, por exemplo, conjugado na primeira pessoa do plural do pretérito mais-que-perfeito do indicativo, tem a forma "comêramos", em que o com- é o radical, o -e é vogal temática de segunda conjugação, o -Ta é o morfema de tempo pretérito mais-que-perfeito do modo indicativo e o mos é o morfema de 1 ~ pessoa do número plural. O substantivo lobos, por exemplo, tem como radical lob-,

o -o como morfema de gênero masculino e o -s como morfema de número plural.
Trata-se de um fato geral, mas não imperativo, o que quer dizer que essa regularidade pode ser modificada em uma mudança de língua. Os substantivos do latim, a partir dos quais se originou boa parte dos substantivos do português, possuem em sua morfologia marcas de gênero, número e caso. Em latim, lobo é lupus, de modo que lupus tem gênero masculino, número singular e caso nominativo, o que significa que lupus é a forma empregada para expressar o sujeito da oração em que essa palavra ocorre. Para a função de objeto direto, por exemplo, emprega-se a forma lupum. Ao passar para o português, portanto, os substantivos latinos conservaram as marcas morfológicas de gênero e número, mas não conservaram as de caso. Assim, na mudança do latim para o português, essa regularidade dos substantivos latinos é modificada para uma outra regularidade dos substantivos do português. A regularidade sincrônica é, portanto, geral, mas não é imperativa, já que pode ser modificada na diacronia.

A língua como objeto da Lingüística

Os fatos diacrônicos são imperativos, já que se impõem à língua. Continuando com o exemplo dos substantivos em latim e em português, constata-se a perda da marca morfológica de caso. Esse fato de língua é um fato de mudança Lingüística que se refere a uma marca morfológica que está presente em uma língua, mas não está mais presente em outra do mesmo modo. Como as línguas também têm um caráter sistemático, esse fato se realiza em todo o sistema, por isso ele é imperativo. Nenhum substantivo do português tem caso e todos os substantivos latinos o têm, pois, quando se dá a mudança, ela realizase em todo o sistema, recobrindo tudo o que é classificado como substantivo nessas duas línguas. Assim, o fato diacrônico é imperativo.
Não se deve pensar que Saussure acrescentou um ponto de vista sincrônico a outro ponto de vista já existente, o diacrônito. Saussure, ao definir a língua como sistema e ao pensar a sincronia como o estudo de um sistema num dado momento do tempo, abre caminho para a redefinição também do conceito de diacronia, que vai ser entendida como a sucessão de diferentes sistemas ao longo do tempo. Imaginemos, por exemplo, que, em cada século, haja um estado de língua. Faz-se um estudo sincrônico do português do século XIII, do do século XIV etc. A diacronia

é, então, a sucessão dessas sincronias.
A definição de um ponto de vista sincrônico não está restrita somente à proposta de uma metodologia de trabalho em Lingüística. A partir dela, define-se um novo objeto de estudos que é a língua como um sistema. Os alcances dessa definição, porém, são mais bem compreendidos na dicotomia língua versus fala.

Língua versus Fala

(Saussure, 1969:26-28)
No item anterior, há uma definição importante que foi comentada muito rapidamente. Trata-se da definição da língua como sistema. Ela é importante porque é a partir dela que Saussure define um novo objeto de estudo para a Lingüística. Ela foi comentada sumariamente porque o que interessava, então, era discutir as orientações sincrônica e diacrônica do estudo da língua. As dicotomias saussureanas, embora possam ser estudadas uma de cada vez, só fazem sentido quando relacionadas umas com as outras.
Na fábula de La Fontaine, há um diálogo entre o Lobo e o Cordeiro. É justamente pela argumentação do Cordeiro e pelas réplicas e acusações do Lobo que se demonstra o tema de que contra a força não há argumentos. Na fábula, a argumentação é inútil porque contra a força não há argumentos e não porque o Lobo não entenda os argumentos do Cordeiro. Suas réplicas mostram que ele entende o que o Cordeiro diz, já que, para cada defesa do Cordeiro, o Lobo encontra uma acusação diferente. Assim, o que as duas personagens compartilham, ao dialogar, é a mesma língua, embora cada uma delas tenha uma fala diferente.
Se na dicotomia sincronia versus diacronia se estabelecem duas maneiras de estudar a língua, na dicotomia língua versus fala há a definição do conceito de língua. Para Saussure, língua opõe-se afala, porque a língua é coletiva e afala é particular, portanto, a língua é um dado social e afala é um dado individual. Além disso, a língua é sistemática e afala é assistemática. Pessoas que falam a mesma língua conseguem comunicar-se porque, apesar das diferentes falas, há o uso da mesma língua.

Na fábula, quando o Lobo acusa o Cordeiro com a fala "Como tu ousas sujar a água que estou bebendo?" e o Cordeiro responde com afala "Senhor (...) encareço a Vossa Alteza que me desculpeis, mas acho que vos enganais: bebendo, quase dez braças abaixo de vós, nesta correnteza, não posso sujar-vos a água", nota-se que ambos usam a mesma língua, já que as duas falas compartilham do mesmo vocabulário e das mesmas regras gramaticais: há () uso de palavras comuns, como sujar, bebendo, água; nas orações, o complemento é colocado depois do verbo, como nafala do Lobo "tu ousas (verbo) + sujar a água que estou bebendo (complemento)" e na fala do Cordeiro "não posso sujar (verbo) + vos a água (complemento)"; há o uso das mesmas vogais e das mesmas consoantes em ambas as falas. Enfim, o Lobo e o Cordeiro falam a mesma língua porque ambos dominam o mesmo sistema de elementos lingüísticos, ou seja, palavras, ordem da colocação das palavras na frase, vogais, consoantes, entre outras propriedades. As falas são diferentes, mas o sistema lingüístico usado para formá-las é o mesmo.
Para Saussure, o objeto de estudos da Lingüística é a língua (Saussure, 1969:28), e não afala, de modo que uma língua é definida como um sistema de elementos. Para entender essa definição, deve-se definir o que é um sistema e o que são os elementos que formam um sistema lingüístico.
Pode-se definir um sistema como um conjunto organizado em que um elemento se define pelos outros. Um conjunto é uma totalidade de elementos quaisquer. Se eles estão organizados, isso quer dizer que um elemento está em função dos outros, de modo que a sua função se define em relação aos demais elementos do conjunto.
Em todas as fábulas, os animais representam funções sociais humanas, por isso é comum, em decorrência do período histórico a que as fábulas se referem, haver uma corte em que há um rei e seus súditos. O rei, geralmente, é um leão e seus súditos podem variar de bois a hienas e chacais. Uma corte é um conjunto organizado em que seus elementos estão definidos uns em relação aos outros. O que faz do rei ser um rei é o fato de ele não ser um de seus súditos, o que faz o bobo da corte ser um bobo da corte é ele não ser o rei, e assim por diante, na totalidade do conjunto.
Esse conjunto organizado em que um elemento se define pelos demais é um

sistema, ou seja, uma estrutura. Pode-se definir uma língua desse ponto de vista e foi essa contribuição teórica de Saussure que definiu um objeto de estudos dentro da Lingüística.

Se a língua pode ser estudada como um sistema, ela deve ser definida nos mesmos termos que um sistema. Portanto, uma língua deve ser definida como um conjunto organizado em que um elemento se define em relação aos demais elementos. Deve-se, em seguida, definir esses elementos que pertencem a esse conjunto da língua.

Dentro dos limites deste texto, vamos definir esses elementos como os signos lingüísticos. A língua é, portanto, um conjunto de signos em que um signo se define pelos demais signos do conjunto. Deve-se, em seguida, definir o que é um signo lingüístico.

A essa altura do texto, repete-se o mesmo que ocorreu quando da definição de língua como sistema no item sincronia versus diacronia. A definição de signo será estudada com mais atenção na dicotornia significante versus significado, de modo que ela será tratada, agora, sumariamente. No entanto, sem ela, não é possível compreender a definição sistemática de língua, justamente porque é com a definição de signo que se definem os elementos lingüísticos.

Um signo lingüístico, como já se viu no capítulo sobre a teoria dos signos, é uma relação entre um conceito e uma imagem acústica (Saussure, 1969:80). Um conceito é uma idéia, um pensamento que serve para interpretar o mundo. Uma imagem acústica é a impressão psíquica de uma seqüência articulada de sons (vogais, consoantes e semivogais). A palavra lobo, por exemplo, é um signo, pois nela o conceito de "mamífero carnívoro, da família canidae, que habita grandes regiões da Europa, Ásia e América do Norte" está associado à seqüência de vogais e consoantes que forma a imagem acústica /lobo/. Ao conceito, Saussure chamou significado e à imagem acústica, significante (1969:81). O significado e o significante são as duas faces do signo lingüístico.

Não se deve confundir signo com palavra. A palavra "comer", por exemplo, é um signo, já que é formada pela imagem acústica /komer/ relacionada com o conceito de "ingerir alimentos sólidos". No entanto, essa palavra é formada por signos menores, ou seja, os morfemas. Há em "comer" três morfemas: o radical com-; o morfema -e, que significa que o verbo pertence à segunda conjugação; e o morfema

-r, que indica que o verbo está no infinitivo. Um morfema também é um signo, já que possui um significado e um significante. No morfema -r, por exemplo, o significado é o conceito de infinitivo e o significante é a imagem acústica da consoante Ir/. Atenção, a imagem acústica Irl só é um morfema quando a ela está associado um significado, o Irl na palavra "rato", por exemplo, faz parte do radical rat- só como uma consoante, sem ter nenhum significado isoladamente.

A língua, para Saussure (1969:23-24), é um sistema de signos, em que um signo se define pelos demais signos do conjunto. Por isso, ele desenvolveu o conceito de valor, isto é, o sentido de uma unidade, que é definida por suas relações com outras da mesma natureza (Saussure, 1969:130-141). Em "comer", o radical só tem o seu valor lingüístico em relação aos demais radicais da língua portuguesa, como o beb- de beber, o viv- de viver etc.; o morfema -e, que indica a segunda conjugação, só tem esse valor em relação aos morfemas -a de primeira conjugação e -i de terceira conjugação. Em "loba", por exemplo, há também um morfema -a, só que é um morfema cujo significado é o de gênero feminino, porque se define como feminino em relação ao morfema -o, de gênero masculino. Além do mais, o que define um morfema como radical é a sua relação com os morfemas desinenciais e vice-versa.

Saussure disse que na língua só há diferenças. Portanto, não só os signos se definem uns em relação aos outros, mas também os elementos que compõem os significantes, isto é, os sons, bem como os significados. Assim, o valor do /1/ só é dado em razão de sua oposição com o Ir/. O primeiro só tem um valor dentro do sistema, porque serve para opor signos como lata e rata. Os significados de ira, ódio, rancor e raiva ganham seu valor dentro do sistema porque uns se opõem aos outros, cada um tem uma diferença semântica em relação aos outros.

Pode-se utilizar a metáfora da rede para descrever esse ponto de vista sistemático. O sistema lingüístico pode ser entendido como uma rede, em que cada nó está relacionado com os demais nós que formam a rede, assim como os signos que formam um sistema lingüística estão relacionados entre si. Concebendo a língua como um sistema de signos, Saussure (1969:23-24) define um novo objeto de estudos para a Lingüística. É desse modo que um ponto de vista determina um objeto de estudos: quando se observa a língua do ponto de vista sistemático, o que se reconhece nela é uma estrutura. Esse conjunto de relações que as unidades Lingüísticas mantêm entre si constitui uma forma. Por isso, Saussure diz que a

língua é forma e não substância. Esse conjunto de diferenças estabelece os conceitos e os sons na massa amorfa do pensamento e no plano fônico indeterminado que o aparelho fonador pode produzir. Para explicar melhor esse conceito, Saussure usa uma metáfora, a do jogo de xadrez. O que define o que é uma rainha, não é seu formato nem o material de que a peça é feita, mas seu valor no jogo, ou seja, sua oposição em relação às demais peças: os movimentos que ela pode fazer e as outras não podem. Não importa o material de que a peça é feito, nem seu formato. No limite, pode-se até jogar xadrez de memória, sem as peças. O que tem relevância é o valor das peças. Na língua, isso também ocorre. O que importa é o valor das unidades, ou seja, sua diferença em relação às demais.

Na dicotomia língua versus fala, Saussure separa os fatos de língua dos fatos de fala: os fatos de língua dizem respeito à estrutura do sistema lingüístico e os fatos de fala dizem respeito ao uso desse sistema. Nos diálogos do Lobo com o Cordeiro o que interessa, para o estudo da língua, é o sistema lingüístico usado pelas duas personagens. Na acusação do Lobo "Como tu ousas sujar a água que estou bebendo?" e na defesa do Cordeiro "Senhor (...) encareço a Vossa Alteza que me desculpeis, mas acho que vos enganais: bebendo, quase dez braças abaixo de vós, nesta correnteza, não posso sujar-vos a água", o fato de as duas personagens usarem o radical beb-, na palavra bebendo, é um fato de língua, enquanto é fato de fala o radical ocorrer em uma acusação nafala do Lobo e em uma defesa nafala do Cordeiro.

De acordo com Saussure (1969:27), a dicotomia língua versus fala é pertinente à medida que os fatos de língua podem ser estudados separadamente dos fatos de fala. Contudo, se nessa oposição entre língua e fala aponta-se para a diferença entre um fato de língua e um fato de fala (idem:26-27), Saussure não deixa de considerar, também, as interferências entre os dois tipos de fatos. Para ele, uma mudança no sistema pode advir de fatos de fala (idem:26-27), como as mudanças de produção dos sons que ocorrem na fala e alteram o sistema fônico. Só são pertinentes para o estudo do sistema da língua quando interferem diretamente nas relações internas entre seus elementos sistematizados.

O aparecimento no sistema lingüístico do português dos sons palatais Ilh/ e Inh/ e o resultado da ação de uma semivogal li! sobre as consoantes III e In/. Quando essas consoantes eram seguidas de uma semivogal li!, elas palatalizavam-se na fala e,

aos poucos, essa palatalização passou a fazer parte do sistema da língua: filiu > filho; mulier- . mulher; vinia > vinha. Esses sons palatais integraram o sistema da língua, quando adquiriram um valor diferencial, passando a distinguir signos diferentes: mala versus malha; mana versus manha.

Em certas regiões do país, algumas palavras com /lh/ perderam a palatalização. Pronuncia-se mulé em lugar de mulher. Nem, por isso, o som /lh/ desapareceu do sistema do português, nem mesmo nessas regiões. Esse é um fato de fala que não afetou o sistema. À medida que o sistema é estudado em suas relações internas, uma vez ocorrida a mudança oriunda dafala, ela passa das ocorrências particulares da fala aos domínios gerais da língua, e é no sistema que ela passa, sincronicamente, a ser considerada.

Dirigindo novamente a atenção aos elementos lingüísticos que formam o sistema lingüístico, retoma-se ao estudo do signo (Saussure, 1969:79-93), que será mais bem examinado na dicotomia significante versus significado (Saussure, 1969:81), por meio da qual ele é definido.

A língua como objeto da Lingüística

Significante versus Significado

(Saussure, 1969:79-93)

Se no estudo da dicotomia sincronia versus diacronia o conceito de língua foi estudado rapidamente, para ser mais bem desenvolvido no estudo da dicotomia língua versus fala, no estudo dessa última dicotomia o conceito estudado sumariamente foi o conceito de signo. Vamos estudá-lo com mais atenção.

Em princípio, a definição de signo lingüístico parece simples. Saussure define signo como a relação entre uma imagem acústica, que ele chamou significante, e um conceito, que denominou significado (1969:81). Com essa definição de signo, ele estabelece os elementos que formam o sistema da língua, de modo que a definição de língua passa a ser a de um sistema de signos (idem:23-24).

A definição de signo, porém, traz implicações no que diz respeito ao estatuto da linguagem e a seu papel entre os fatos humanos. Há uma concepção de língua que, embora seja consensual entre muitos falantes, está completamente errada. Pensa-se, comumente, que se vive em um mundo repleto de coisas e que nos referimos a elas com palavras. Assim, há primeiro as coisas do mundo e depois aparecem as

palavras para nos referirmos a elas. Nessa concepção, há uma relação direta entre palavras e coisas, de modo que a língua é entendida como uma nomenclatura.

Na tradução de Ferreira Gullar, a fábula de La Fontaine começa com uma descrição: "Na água limpa de um regato, matava a sede um Cordeiro, quando, saindo do mato, veio um Lobo carniceiro". Na história, portanto, há um regato, onde o Cordeiro mata a sede, e um mato, de onde sai o Lobo. Entendendo a língua como uma nomenclatura, quando lemos "mato" e "regato", o que se deve pensar é que há coisas no mundo, entre elas matos e regatos, e que a língua serve para nos referirmos a elas, como acontece quando lemos a fábula. Assim, há um regato, que é uma coisa, e a palavra "regato", que serve para designar essa coisa, por isso, como uma nomenclatura, a língua é entendida como uma relação entre palavras e coisas.

Com a definição de signo, Saussure demonstra que a relação não é esta, entre palavras e coisas, mas sim entre uma imagem acústica e um conceito, ou seja, entre um significante e um significado (1969:80). Isso implica que a língua não é uma nomenclatura, mas um princípio da classificação (1969: 17). Vamos examinar isso melhor.

Se existe um mundo repleto de coisas e cabe à língua apenas nomeá-las, ela acaba por reduzir-se a um reflexo das coisas. Desse ponto de vista, a língua não tem um domínio próprio, pois, como um reflexo das coisas do mundo, é entendida apenas como coleção de nomes.

No ponto de vista de Saussure isso não acontece. Antes de tudo, ao afirmar que a relação é entre um significante e um significado (1969:80-81), a relação entre as coisas do mundo e as palavras deixa de ser considerada na definição de uma língua. O mundo e suas coisas passam para um domínio que está fora dos estudos lingüísticos e a língua ganha uma especificidade própria. Um significante e um significado (1969:81) formam um signo, que, por sua vez, é definido dentro de um sistema (1969:23-24), ou seja, um signo ganha valor na relação com outros signos. Esse conceito de signo traz a significação para dentro da língua e de sua estrutura. O que significa são os signos em suas relações uns com os outros e não a relação entre as palavras e as coisas do mundo.

Se os signos significam dentro de um sistema lingüístico, esse sistema compreende uma visão de mundo, ou seja, um princípio de classificação que, projetando-se sobre as coisas do mundo, classifica-as de acordo com sua estrutura interna. Um conceito, ou seja, um significado, é uma idéia que modela um determinado modo de compreender as coisas. Esse conceito deve, necessariamente, estar relacionado a um meio de expressá-lo. É preciso, então, relacionar o conceito a uma imagem acústica, ou seja, a um significante. Essa maneira de ver o mundo varia de língua para língua, já que cada uma delas é definida 'por um sistema próprio de signos. Além do mais, se é pela linguagem que se vêem os fatos humanos, se definem esses fatos, eles podem ser modificados por meio dela. Isso não quer dizer que se pode modificar o mundo físico por meio da linguagem, mas que cabe a essa linguagem dar um sentido para as interpretações desse mundo. É esse mundo de sentido; formado pela linguagem, que pode ser modificado por ela.
Desse modo, pode-se afirmar que é a partir de uma língua que se vêem as coisas do mundo e não O contrário. Enquanto na concepção da língua como uma nomenclatura são as coisas do mundo que determinam as "coisas" da língua, na concepção da língua como um princípio de classificação é a língua que determina as coisas do mundo. Assim, o signo não une uma palavra e uma coisa, mas um significante e um significado (Saussure, 1969:80).
Essa diferença de princípios de categorização da realidade, evidentemente, não impede a tradução de uma língua em outra, mas é justamente por sua causa que se discutem, entre os profissionais da tradução, os graus de tradutibilidade entre diferentes línguas.
Em uma de suas acusações, diz o Lobo ao Cordeiro da fábula: "Pois então foi teu irmão". Em francês,. diz o Lobo: "Si ce n'est toi, c'est donc ton frére". No caso do português e do francês, há uma correspondência de sentido entre os signos irmão e frére, no entanto, essa correspondência deixa de existir se essas línguas são comparadas com o húngaro ou o malaio. O húngaro faz a diferença entre os sexos dos irmãos, como o português e o francês, mas também faz uma diferença entre a ordem dos nascimentos, de modo que bátya significa "irmão mais velho"; Occs, "irmão mais novo"; néne, "irmã mais velha" e húg, "irmã mais novà". O malaio não

faz nem a diferença de sexo nem a de idade: sudarà significa qualquer irmão, mais velho ou mais novo, homem ou mulher.

	húngaro	francês	português	malaio	
irmão mais velho	bátya	frére	irmão	sudarà	
irmão mais novo	occs				
irmã mais velha	néne	soeur	irmã		
irmã mais nova	húg				

Isso quer dizer que o português, o francês, o húngaro e o malaio são línguas com princípios de classificação diferentes. Caso a fábula fosse traduzida para o malaio, não haveria problemas na escolha da palavra, embora ela não expressasse todos os significados da palavra francesa. No caso do húngaro, porém, qual escolher, bátya ou occs?

Saussure afirma que o signo é arbitrário, já que não há uma relação de causa e efeito que motive a relação que une um significado e um significante. No signo comer, por exemplo, nada há na imagem acústica formada pela seqüência de vogais e consoantes /komer/, o significante, que leve a uma relação direta com o conceito "comer", o significado. Arbitrário significa, portanto, não motivado. O significante não é motivado pelo significado. No entanto, Saussure afirma que há signos absolutamente arbitrários e signos relativamente arbitrários. A motivação relativa é a que se estabelece entre um signo e outros signos do mesmo sistema (1969:152-155). Saussure dá dois exemplos dessa motivação relativa do signo (1969:152-153). Diz ele que o signo vinte não é motivado, enquanto dezenove o é. Dezenove é relativamente motivado pelos signos dez e nove e por um princípio de numeração decimal próprio do português. Dezenove significa "dez mais nove", de modo que o signo dezenove é motivado por dois signos, dez e nove, que já fazem parte do sistema lingüístico do português. Com vinte não se dá a mesma coisa, já que não existe o signo dezedez. A mesma coisa acontece com alguns dos signos que designam as plantas a partir de seus frutos. Macieira e bananeira, que derivam de

maçã e banana mais o sufixo -eira, são motivados, mas eucalipto e freixo não o são, pois aqueles são relativamente motivados por' maçã e banana e pelo processo morfológico que, em português, forma bananeira, cerejeira etc., a partir de banana, cereja etc.

Quando se fala em signo lingüístico, pensa-se na relação do conceito com uma imagem acústica. Há, porém, outras formas de expressão além da Lingüística. Um desenho, por exemplo, é um signo, só que não é lingüístico, mas visual. Se o significado for

definido como um conceito e o significante como um meio de expressão que veicula esse conceito, a definição de signo toma-se mais abrangente, já que, além do significante entendido como imagem acústica, ela recobre outras formas possíveis de realizar um significante. Pode-se, então, afirmar que os signos lingüísticos são apenas um tipo particular de signo, próprio da língua, dentro de um conjunto maior de tipos de signos.

Ao estudo do signo de um modo geral, Saussure (1969:23-24) chamou Semiologia, Mostrou que, em sua época, essa ciência geral dos signos ainda não existia, mas precisaria ser criada. Sem dúvida, muitos semiólogos, em especial Roland Barthes, cuidaram de estabelecer as bases dessa ciência no decorrer do século xx. Para Saussure (1969: 24), a Lingüística seria a ciência dos signos verbais, que, por sua vez, faria parte da Semiologia, a ciência dos signos em geral.

Há ainda uma última observação a respeito do signo lingüístico. Saussure (1969: 84) chama a atenção para o caráter linear do significante desse tipo de signo. O significante da língua é uma imagem acústica, que, quando se realiza nafala, forma uma substância sonora. Sendo da ordem do som, sua realização acontece no tempo, tomando a forma de uma duração. Contrariamente aos significantes visuais, que se realizam no espaço, os significantes sonoros, como os significantes lingüísticos ou musicais, realizam-se no tempo, de modo que dois sons só se realizam em uma sucessão.

Essa propriedade linear dos signos da língua é importante para descrever as relações que eles estabelecem entre si. A questão da distribuição dos signos e de suas relações, à medida que também define um estado sincrônico de língua, é examinada por Saussure. Elas são tratadas no estudo da dicotomia paradigma vs. sintagma (Saussure, 1969:142-147).

Paradigma versus Sintagma (Saussure,1969:142-147)

Para Saussure, as relações entre os elementos lingüísticos podem ser estabelecidas em dois domínios distintos. Vamos definir esses domínios.

Na fábula de La Fontaine, uma parte da argumentação dos dois animais diz respeito aos graus de parentesco:

- Não importa. Guardo mágoa de ti, que ano passado, me destrataste, fingido! - Mas eu nem tinha nascido. - Pois então foi teu irmão.

- Não tenho irmão, Excelência. - Chega de argumentação. Estou perdendo a paciência! - Não vos Langueis, desculpai! - Não foi teu irmão? Foi o teu pai ou senão foi teu avô

Tanto os argumentos de defesa do Cordeiro quanto os de acusação do Lobo estão baseados na seleção dos graus de parentesco. Observando as orações "foi teu irmão", "foi teu pai" e "foi teu avô", é possível verificar que as relações entre os elementos lingüísticos dependem, basicamente, de uma seleção deles, que no caso do exemplo são irmão pai - avô, e de uma combinação entre eles, que no caso é a seqüência foi teu - . Des. se modo, pode-se afirmar que a linguagem tem dois eixos, um eixo de seleção e um eixc de combinação, que podem ser representados assim:

		'eixo de seleção
foi	teu	irmão
foi	teu	pai
foi	teu	avô
eixo de combinação		

Em virtude do caráter linear dos significantes, há a impossibilidade de que os sil nos lingüísticos ocorram simultaneamente na cadeia da fala. Assim, enunciados um ap< o outro, eles formam um alinhamento que os distribui em relações de combinação entre, no mínimo, dois elementos. Há, portanto, relações de combinação entre os signos. A essas relações, Saussure chama de sintagmáticas (1969: 142), do grego syntagma, que qu dizer "coisa posta em ordem".

Além das relações sintagmáticas, baseadas na combinação, há também relaçõ

baseadas na seleção dos elementos que são combinados (Saussure, 1969:143). Apresetando algo em comum, um signo pode ser associado a outros signos por, pelo menos, ti modos: por meio de seu significado, com seus antônimos e sinônimos; por meio de s significante, com imagens acústicas semelhantes; e por meio de outros signos, em pl cessos morfológicos comuns.

A língua como objeto da Lingüística

Saussure, a partir do signo ensinamento (1969:145-147), exemplifica cada um sses três modos de associação. Por meio do significado, associa-se ensinamento a 'rendizagem, educação etc. Por meio de seu significante, associa-se ensinamento a ele ento, lento etc. E, por meio de outros signos, em processos morfológicos comuns, ensi2mento associa-se a ensinar, ensinemos etc., por ter o mesmo radical, e associa-se a des:guramento, armamento etc., por ter o mesmo sufixo. A essas relações entre os lementos do sistema lingüístico Saussure chama relações associativas (1969:145). ConIdo, para se referir às relações associativas entre os signos, a Lingüística consagrou o rmo relações paradigmáticas, do grego paradéigma, que significa modelo, exemplo.

Assim, estabelece-se a dicotomiaparadigma versus sintagma (Saussure, 1969:14247), na qual se definem, respectivamente, as relações de seleção e as relações de combinaão entre os elementos lingüísticos.

Saussure definiu, em sentido amplo, as relações paradigmáticas e sintagmáticas.

'ara tomar operacionais os conceitos de sintagma e de paradigma, a Lingüística posterior la Saussure vai precisá-los. O paradigma não é qualquer associação de signos pelo som e pelos sentidos, mas uma série de elementos lingüísticos suscetíveis de figurar no mesmo ponto do enunciado, se o sentido for outro. Assim, no enunciado foi teu avô, no lugar de teu, poderiam figurar, se o sentido do enunciado fosse outro, os termos seu, meu, nosso, °, um etc. Esses elementos constituem um paradigma, do qual o falante seleciona um ter~ mo para figurar no enunciado. Por outro lado, no sintagma não se combinam quaisquer elementos aleatoriamente. A combinação no sintagma obedece a um padrão definido pelo sistema. Assim, por exemplo, podem-se combinar um artigo e um nome e, nesse caso, o , artigo deve sempre preceder o nome. Em português, é possível a combinação o irmão, mas não a combinação irmão o. Por essa razão, não se deve

confundir paradigma com língua e sintagma com fala. Tanto um quanto outro pertencem ao sistema, aquele por estabelecer os elementos que podem figurar num dado ponto da cadeia falada e este por obedecer a um padrão rígido de combinação.

A diferença entre as relações sintagmáticas e as paradigmáticas não é a mesma que existe entre língua efala (Saussure, 1969:26-28). Aquelas, por relacionar no mínimo dois elementos lingüísticos, são um tipo de relação em que os elementos relacionados se encontram em presença um do outro, já as relações paradigmáticas, porque dizem respeito à seleção entre elementos, são um tipo de relação em que o elemento selecionado exclui os demais elementos da relação. Assim, as relações paradigmáticas entre os elementos lingüísticos ocorrem em ausência, ao contrário das sintagmáticas, que ocorrem pela presença dos elementos relacionados (Saussure, 1969: 143). Já língua se distingue de fala porque a definição de língua coincide com a de sistema de signos e a de fala refere-se à realização desse sistema em um ato individual de fonação (Saussure, 1969:27). Assim, tanto as relações paradigmáticas quanto as sintagmáticas estão no domínio da língua, e não dafala, porque dizem respeito às relações entre os elementos que formam o sistema da língua. Como afala é uma realização do sistema Lingüística, ela realiza as relações de combinação determinadas por esse sistema.

O segundo equívoco diz respeito ao estatuto dos elementos relacionados. Se signo for confundido com palavra, as relações paradigmáticas se dão entre as palavras de uma língua e as relações sintagmáticas são as relações sintáticas dessa língua. Contudo, essa confusão entre signo e palavra não deve ser feita. Embora uma palavra seja um signo, um

signo não é, necessariamente, uma palavra. Os morfemas, que formam as palavras, também são signos.

Para os verbos regulares do português, Mattoso Câmara (1986:65-71) determina uma seqüência para a combinação de seus elementos morfológicos, que pode ser

formulada assim: [radical] + [vogal temática] + [morfema de modo e tempo] + [morfema de número e pessoa]. Em amaremos, por exemplo, o radical é am-, a vogal temática é -a, o morfema de modo e tempo é -re e o morfema de número e pessoa é -mos. Em nível morfológico, a combinação [radical] + [vogal temática] + [morfema de modo e tempo] + [morfema de número e pessoa] descreve um sintagma, e os radicais e seus afixos que podem ser selecionados, como am-, com-, beb-; em -a, -e, -i; etc., são os paradigmas que podem ocupar essa posição no sintagma.

Tanto na frase, em nível sintático, quanto na palavra, em nível morfológico, podem ser determinadas relações sintagmáticas e paradigmáticas. Em uma representação gráfica, costuma-se colocar o sintagma como um eixo horizontal e o paradigma como um eixo vertical. Assim, na frase João ama Teresa e na palavra amaremos, há um eixo horizontal sobre o qual se dispõem os elementos lingüísticos combinados em um sintagma, e há eixos verticais, para cada posição do sintagma, sobre o qual se dispõem os elementos lingüísticos que podem, por meio de relações paradigmáticas, ocupar essa posição.

Esquematicamente, pode-se representar os exemplos assim:

paradigma

Teresa
Maria sintagma
Joaquim I admira Lili
assiste J. Pinto Fernandes
cigarro
chocolate

paradigma

.
am a re mos
beb e na s sintagma
part I i I sse I is

Esse exemplo mostra que tanto as relações paradigmáticas quanto as sintagmáticas ocorrem em todos os níveis da língua: o dos sons, o dos morfemas, o das palavras. Além disso, é preciso notar que os elementos lingüísticos só contraem essas relações dentro do nível a que pertencem: sons relacionam-se paradigmática e

sintagmaticamente com sons; morfemas com morfemas; palavras com palavras. Por exemplo, no lugar inicial da palavra mata poderiam figurar os sons I, b, r, k, d etc. Esses sons constituem um paradigma. Por outro lado, há l'egra~ muito estritas de combinação dos sons: por exemplo, não se pode combinar em português em posição pré-vocálica os sons k, b, d. A mesma coisa ocorre no nível dos morfemas e das palavras.

A língua como objeto da Lingüística

Embora Saussure defina as relações paradigmáticas e sintagmáticas basicamente em termos lingüísticos, elas podem ser determinadas em outros sistemas de signos. Ou seja, a dicotomia paradigma versus sintagma vale para outras semiologias além da Lingüística.

Em seus Elementos de semiologia, Barthes discute essa aplicação dos dois eixos de relações em outros sistemas de signos além da língua (1992:61-91). Entre eles, Barthes comenta a refeição e o vestuário (1992:67). Para a refeição, o eixo sintagmático descreve a seqüência em que os pratos são servidos, como a seqüência antepasto + pratos frios + pratos quentes + sobremesa. Os tipos de antepastos, pratos frios, pratos quentes e sobremesas que podem ocupar os lugares da seqüência sintagmática são descritos pelo eixo paradigmático. Para o vestuário, o eixo sintagmático descreve a combinação das diversas peças de roupa usadas por uma pessoa (calça, camisa, meia etc.). Os diversos tipos de calças, camisa etc., dentre os quais se pode selecionar um, pertencem ao eixo paradigmático.

Nosso texto não termina com Saussure. Suas propostas foram comentadas e desenvolvidas por outros lingüistas. Dentre esses desenvolvimentos, vamos expor apenas os conceitos de dupla articulação da linguagem e de norma, desenvolvidos, respectivamente, por André Martinet e Eugenio Coseriu.

Mortinet e a dupla articulação da linguagem

(Martinet, 1978: 10-17)

Martinet está na mesma tradição de pesquisas que Saussure, pois ambos compartilham da concepção sistemática de língua. De suas propostas, vamos tratar da dupla articulação da linguagem (Martinet, 1978: 10-12), já que nela é discutida a natureza dos elementos lingüísticos.

Martinet afirma que a linguagem é duplamente articulada. O que quer dizer isso? Antes de tudo, deve-se entender o que é articulação. Em latim, a palavra articulus significa "parte, subdivisão, membro". Portanto, quando se diz que a língua é articulada o que se quer dizer é que as unidades Lingüísticas são suscetíveis de ser divididas, segmentadas, recortadas em unidades menores. Para Martinet, todo enunciado da língua articula-se em dois planos. No primeiro, articulam-se as unidades dotadas de sentido. A menor dessas unidades é o morfema (chamado monema pelo lingüista francês). A frase Os lobos andavam pode ser segmentada nos seguintes morfemas: o, artigo definido; -s, morfema de plu
ral; lob- radical que significa "grande mamífero carnívoro da família dos canídeos"; -o, morfema de masculino; -s, morfema de plural; and-, radical que significa "dar passos, caminhar"; -a, morfema que indica que o verbo pertence à primeira conjugação; -va, morfema modo-temporal que indica o pretérito imperfeito do indicativo; -m, morfema númeropessoal que indica a 3~ pessoa do. plural. Essa é a primeira articulação da linguagem. Nela, as unidades são dotadas de matéria fônica e de sentido, ou seja, são compostas de significado e de significante. Portanto, nesse plano, o enunciado pode ser recortado em unidades menores dotadas de sentido, ou seja, morfemas, palavras, sintagmas (combinações de palavras). Cada uma dessas unidades pode ser substituída por outra no eixo paradigmático ou pode combinar-se com outras no eixo sintagmático.
Cada morfema pode, por seu turno, articular-se, dividir-se, em unidades menores desprovidas de sentido. Essas unidades são os fonemas. O morfema lob- pode articular-se nos fonemas IV, 101 e /h/. Essa é a segunda articulação da linguagem. Nesse plano as uni
91

92
Introdução à Lingüística
dades têm apenas valor distintivo. Assim, quando se substitui o 111 do morfema lob- por /bl se produz um outro radical, bob-, que aparece na palavra bobo.
A dupla articulação da linguagem é um fator de economia Lingüística. Com poucas dezenas de fonemas, cujas possibilidades de combinação estão longe de ser todas exploradas em cada língua, formam-se milhares de unidades de primeira

articulação. Com alguns milhares de unidades de primeira articulação forma-se um número ilimitado de enunciados. Se os homens produzissem um som diferente para expressar cada uma de suas experiências ou para designar cada elemento da realidade teriam uma sobrecarga na memória e, além disso, o aparelho fonador não seria capaz de emitir a quantidade de sons diferentes necessários para isso nem o ouvido seria capaz de apreender todas essas produções fônicas.

Coseri u e a noção de norma

(Coseriu, 1987: 13-85)

Coseriu reformulou a dicotomia saussureana língua versus fala. De acordo com Saussure, a língua é um sistema de signos e afala é a realização desse sistema, de modo que a língua tem uma natureza social e afala, uma natureza individual. No entanto, quando se presta atenção na fala, é possível determinar formas de realização que não são de natureza individual, mas também não são realizadas por todos os falantes de uma mesma língua. Os diferentes sotaques, o uso de vocabulários próprios de alguns grupos sociais, a presença ou não de concordâncias verbais e nominais etc. caracterizam modos de realização Lingüística que não são próprios nem de um só indivíduo nem de todos os falantes de uma língua, mas caracterizam variantes Lingüísticas de uma mesma língua. Como a dicotomia língua versus fala define seja um domínio social comum a todos os falantes, seja domínios individuais específicos, não há um modo de utilizá-la para um estudo das variantes Lingüísticas, que não pertencem nem a esse domínio social comum de todos os falantes de uma mesma língua nem são próprias de um só falante.

Para descrever essas variantes, Coseriu propõe que a dicotomia língua versus fala seja redefinida para sistema versus norma versus fala, de modo que as variantes lingüísticas sejam descritas nos domínios da norma. Na tríade proposta por Coseriu, afala continua da ordem do individual, mas o conceito de língua é modificado. Ele afirma que "a língua, no sentido amplo do termo, não é apenas sistema funcional, mas também realização normal" (1987:54). O sistema funcional coincide com o conceito de língua de Saussure, no entanto, o que Coseriu chama língua é o sistema articulado com suas normas, ou seja, com suas variantes Lingüísticas. Assim, o conceito de língua, para Coseriu, abrange

o sistema, que é do domínio de todos os falantes de uma mesma língua, e as

normas, que,
como variantes desse sistema, são do domínio de grupos sociais, regionais etc.
Vamos exemplificar com o sotaque. A consoante Irl tem, em português do Brasil, pelo menos três variantes quando ocorre em final de sílaba. O /rI de "porta", por exemplo, pode ser pronunciado como os paulistas, como os paulistanos ou como os cariocas. Assim, enquanto o Irl é uma consoante que pertence ao sistema da língua portuguesa, as suas variantes estão nos domínios de três normas regionais diferentes: a paulista, a paulistana e a carioca.
Coseriu determina quatro tipos de variantes Lingüísticas: as diatópicas, que dizem respeito às variantes regionais do uso da língua; as diastráticas, que concemem às varian

tes de uso de diferentes grupos sociais de falantes; as diafásicas, que dizem respeito às variantes em situações de uso formal ou informal do discurso; e as diacrônicas, que concemem às diferenças Lingüísticas que, em um determinado grupo, aparecem em decorrência da faixa etária dos falantes. As variantes diatópicas são geográficas, as variantes diacrônicas são históricas e as variantes diastráticas e diafásicas, sociais.
Com o conceito de norma, os estudos lingüísticos fundam uma SocioLingüística, que observa com atenção as relações entre a língua e os fatores sociais, geográficos e históricos que determinam sua realização.

Bibliografia

BARTHES, R. Elementos de semiologia. São Paulo: Cultrix, 1992.
ROBINS, R. H. Pequena história da Lingüística. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1979. BOUQUET, S. Introduction à Ia lecture de Saussure. Paris: Payot & Rivages, 1997.
CÂMARA, J. M. Problemas de Lingüística descritiva. 12'. ed., Petrópolis: Vozes, 1986. CARONE, F. Subordinação e coordenação. São Paulo: Ática, 1988.
COSERIU, E. Teoria da linguagem e Lingüística geral. 2'. ed., Rio de Janeiro: Presença, 1987. FIORIN, J. L. Linguagem e ideologia. São Paulo: Ática, 1988.
HJELMSLEV, L. Prolegômenos a uma teoria da linguagem. São Paulo: Perspectiva, 1975. KEHDI, V. Moifemas do português. 8'. ed., São Paulo: Ática, 1996.

LA FONTAINE Fábulas. 4'. ed., Rio de Janeiro: Revan, 1999.
LOPES, E. Fundamentos de Lingüística contemporânea. São Paulo: Cultrix, 1993.
MARTINET, A. Elementos de Lingüística geral. 8'. ed., São Paulo: Martins Fontes, 1978. SAUSSURE, F. de. Curso de Lingüística geral. São Paulo: Cultrix, 1969.
Sugestões de leitura
Evidentemente, a primeira sugestão é o Curso de Lingüística geral. Há uma tradução do Curso em português, publicada pela editora Cultrix. Ao longo do nosso texto, marcamos as páginas em que, nessa edição, estão expostos os conceitos que buscamos discutir.
Recomendamos também a leitura da obra de autor de que não tratamos neste capítulo, Louis Hjelmslev. Ele discute e repensa os conceitos saussureanos. A leitura de Hjelmslev não é fácil, mas, se for feita com atenção, pode oferecer subsídios importantes para qualquer estudante que queira dedicar-se aos estudos da linguagem, dentro do objeto teórico definido por Saussure. Suas obras traduzidas para o português são Os prolegômenos a uma teoria da linguagem e Ensaios lingüísticos, ambas da editora Perspectiva.
Para um estudo das relações entre língua e discurso, recomendamos o livro Linguagem e ideologia, de José Luiz Fiorin, da editora Ática. Nele, o autor, além de discutir as relações entre linguagem e ideologia nos domínios da dimensão discursiva da linguagem, faz uma análise do que é sistemático e do que é discursivo nos domínios da língua.
Gostaríamos de recomendar, ainda, o Dicionário de Lingüística, organizado por Jean Dubois et alli, da editora Cultrix, e o Dicionário enciclopédico das ciências da linguagem, de Tzvetan Todorov e Oswald Ducrot, da editora Perspectiva. Qualquer dúvida, seja de terminologia, seja de campo da pesquisa Lingüística, pode ser resolvida, em parte, com uma consulta a essas duas obras.

3xxx

A competência Lingüística

Esmeralda Negrão, Ana Scher, Evani Viotti

1. Introdução

Em algum ponto de nossas vidas de estudante, alguns de nós já nos perguntamos por que, na escola, precisamos fazer a matéria Língua Portuguesa por anos a fio, se já somos falantes altamente proficientes dessa língua quando iniciamos nossos estudos. Fazer inglês ou espanhol é compreensível, porque ainda não sabemos falar essas línguas. Mas, português?!?

Para chegarmos a uma resposta, talvez valha a pena explorarmos a comparação, verificando os objetivos de um curso de língua estrangeira e os de Língua Portuguesa. Fazemos um curso de inglês, por exemplo, para aprendermos quais são as palavras que compõem o vocabulário dessa língua e seus respectivos significados, para adquirirmos a pronúncia de cada uma dessas palavras já que o inglês contém sons diferentes dos do português, para nos tornarmos capazes de construir sentenças naquela língua. Enfim, procuramos nos tornar tão proficientes quanto um falante nativo, e, para isso, buscamos o conhecimento da língua.

Não são essas as atividades dos cursos de Português em nossas escolas. Neles, além de aprender a codificar e decodificar sua representação gráfica, ou seja, ler e escrever, os alunos aprendem a usar as construções socialmente mais aceitas,tidas como mais elegantes por serem as usadas por escritores consagrados, a construir textos mais bem elaborados, com argumentação coerente, tendo como pano de fundo os ensinamentos prescritivos e analíticos da tradição gramatical escolar. O que se busca nos cursos de Língua Portuguesa é que o aluno use mais adequadamente, e para maior variedade de fins, o conhecimento lingüístico que já possui e que foi adquirido antes mesmo de seu ingresso na escola.

A diferença entre o conhecimento lingüístico adquirido pela criança antes de ela entrar na escola e aquele aprendido nas aulas de Português pode ser ilustrada da seguinte maneira. Qualquer criança falante do português, ao iniciar seus estudos, já

adquiriu um certo tipo de conhecimento de sua língua que permite a ela construir uma sentença impessoal como:

1

(1) Tinha uma jaboticabeira no quintal da minha avó.

Ao formar uma sentença como essa, uma criança falante nativa de português mostra que ela já conhece várias características de sua língua materna. Primeiramente, sabe que é possível, nessa língua, construírem-se sentenças sem sujeito. Sabe, também, que essa possibilidade se restringe a sentenças construídas a partir de certos verbos e não de outros. Ela também sabe como construir as formas interrogativas e negativas relativas a uma sentença como (I). Nada disso vai precisar ser ensinado na escola. O que a escola vai fazer é ensinar a ela que existe uma outra forma para construir uma sentença equivalente a (1), que ela vai reconhecer em textos literários e científicos e que ela poder usar em contextos mais formais, como uma composição ou como uma carta a alguém não muito próximo. A criança aprende, então, que é possível substituir o verbo ter pelo verbo haver, como em (2), e que a gramática normativa recomenda que, em certos contextos, o uso do verbo ter seja evitado nesse tipo de construção.

(2) Havia uma jaboticabeira no quintal da minha avó.

Podemos dizer, então, que existe um conhecimento lingüístico que se desenvolve independentemente dos ensinamentos escolares e outro que é aprendido na escola. A partir do final da década de 1950, a Teoria Gerativa, proposta pelo lingüista americano Noam Chomsky, assumiu, como seu objeto de estudo, a descrição e a explicação de algumas características particulares do conhecimento lingüístico adquirido e amplamente desenvolvido nos primeiros anos de vida de um ser humano, independentemente de instrução. O objetivo deste capítulo é ilustrar algumas dessas características.

2. Manifestações do conhecimento Lingüístico

A Gramática Gerativa assume que os seres humanos nascem dotados de uma faculdade da linguagem, que é um componente da mente/cérebro especificamente

dedicado à língua. Essa faculdade da linguagem, em seu estado inicial, isto é, no estado em que ela está logo que a criança nasce, é considerada uniforme em relação a toda a espécie humana. Isso significa que todas as crianças, venham elas a ser falantes de português, chinês ou suahíli, são dotadas da mesma faculdade da linguagem e partem do mesmo estado inicial. Esse estado inicial vai sendo modificado à medida que a criança vai sendo exposta a um determinado ambiente lingüístico. Assim, uma criança que cresce em um ambiente lingüístico em que se fala português desenvolve o conhecimento dessa língua, a partir da interação da informação genética que ela traz no estado inicial de sua faculdade da linguagem com os dados lingüísticos a que é exposta. A mesma coisa vai acontecer com uma criança que cresce ouvindo chinês ou suahíli. Esse conhecimento permite às crianças construírem todas as sentenças possíveis de sua língua e somente elas.

Alguns pontos merecem ênfase. Primeiro, esse tipo de conhecimento lingüístico é adquirido somente por meio da participação da criança nas interações verbais entre os membros de sua comunidade Lingüística, sem que isso envolva qualquer estimulação específica ou qualquer correção por parte dos pais ou das pessoas com as quais elas interagem. De maneira geral, crianças são corrigi das com relação à propriedade do que falam em relação à situação social em que se encontram, ao uso de certos itens lexicais e à pro

núncia de certos sons. Mas, certamente, não são corrigidas a respeito de violações como as que vão ser apontadas mais adiante, neste item.

Segundo, alguns lingüistas têm sugerido que esse conhecimento é adquirido por meio da memorização de listas das propriedades descritivas de construções de uma língua. Entretanto, se fosse assim, o processo de aquisição deveria ser muito mais lento e, sem dúvida alguma, muito mais árduo. De novo, não se vêem crianças tentando decorar construções para fazer perguntas, negações ou construções impessoais, como a que foi exemplificada em (1). Se tivéssemos de fazer isso para adquirir o conhecimento de nossa língua, os anos pré-escolares certamente seriam os piores anos de nossas vidas!

Finalmente, seja qual for o ambiente lingüístico em que a criança cresça, sejam quais forem suas condições socioeconômicas, o estado inicial da faculdade da

linguagem de qualquer criança é o mesmo. Em termos desse estado inicial, não existem diferenças entre crianças nascidas no hemisfério Norte ou Sul, entre crianças pobres e ricas, entre filhos de nobres e plebeus.

Esse estado inicial tem sido chamado Gramática Universal e é entendido como um conjunto de princípios lingüísticos determinados geneticamente. Hoje em dia, admite-se que a Gramática Universal é constituída de dois tipos de princípios. Alguns deles são rígidos e invariáveis, enquanto outros são abertos. Esses princípios abertos são chamados de parâmetros, e seu valor só é fixado ao longo do processo de aquisição, com base na informação Lingüística à qual a criança é exposta. Portanto, adquirir o conhecimento de uma língua consiste, fundamentalmente, em atribuir os valores estabelecidos por essa determinada língua aos parâmetros da Gramática Universal.

É por isso que a Gramática Gerativa tem como seus objetivos centrais:

I a descrição do conhecimento lingüístico atingido por qualquer falante de qual
quer língua;

II a caracterização da Gramática Universal; e

III a explicação dos processos que levam uma criança da Gramática Universal
para o conhecimento de sua língua.

Com o objetivo de ilustrar o conhecimento lingüístico de que se ocupa a Teoria Gerativa, vamos nos valer de alguns fatos da sintaxe do português. Entretanto, gostaríamos de observar que fatos de outros componentes da gramática das línguas naturais, como a Morfologia e a Fonologia, poderiam também ser utilizados.

2.1. Duas estruturas subordinadas, duas classes de verbos

Observem-se as sentenças:

(3) (4)

o residente custou para examinar a paciente do quarto 12.

O residente pretende examinar a paciente do quarto 12.

À primeira vista parece que as duas sentenças são formadas de maneira semelhante. O verbo custar e o verbo pretender têm um sujeito - o residente - e um complemento, que é a sentença no infinitivo - examinar a paciente do quarto 12.

Veja agora o que acontece se colocarmos o verbo examinar na voz passiva:

97

98

(5) (6)

A paciente do quarto 12 custou para ser examinada pelo residente.

A paciente do quarto 12 pretende ser examinada pelo residente.

o que se espera de pares de sentença como (3)/(5) e (4)1(6) é que a alteração da ativa para a passiva não tenha reflexo no papel semântico desempenhado pelos partici. pantes da ação. Comparem-se os exemplos (7) e (8):

(7) (8)

o Juca chutou a menina.

A menina foi chutada pelo Juca.

Apesar de, em (7), o Juca ser sujeito e a menina ser objeto direto e, em (8), a me nina ser sujeito e o Juca ser o agente da passiva, a interpretação que se tem, nas duas sentenças, é a de que quem chuta é sempre o Juca e quem recebe o chute é sempre a menina.

Isso é o que se verifica no par (3)/(5). O cenário que montamos para interpretar, sentença é o mesmo na versão ativa e na versão passiva: a paciente do quarto 12 se subo meteu a um exame, esse exame foi realizado pelo residente e esse exame custou para sei feito. Diferentemente, no par (4)/(6), esse paralelismo se quebra. Apesar de, nas duas sen. tenças, ser o residente quem vai realizar o exame e ser a paciente do quarto 12 quem va ser examinada, na sentença (4) é o residente que pretende examinar a paciente, enquanto na sentença (6) é a paciente que pretende ser examinada.

Observe-se que a substituição das sentenças infinitivas por sentenças desenvolvidas nos mostra que a estrutura das sentenças com o verbo custar é diferente daquela con o verbo pretender:

(9) Custou para que o residente examinasse a paciente do quarto 12.

(10) Custou para que a paciente do quarto 12 fosse examinada pelo residente.

(11) *Pretende que o residente examine a paciente do quarto 12.

(12) *Pretende que a paciente do quarto 12 seja examinada pelo residente.

As sentenças (9) e (10) mostram que o verbo custar, na verdade, é impessoal- isto

é, é um verbo sem sujeito - e os constituintes o residente e a paciente do quarto 12 satis. fazem exigências semânticas do verbo examinar. Em outras palavras, o verbo examinar denota uma ação que envolve necessariamente alguém que realiza o exame e um objeto (ou paciente) que é examinado. Esses elementos necessariamente envolvidos na ação de verbo, que são chamados de "argumentos do verbo", no caso em questão, são o residentt e a paciente do quarto 12. Portanto, o residente e a paciente do quarto 12 são argumento de examinar e não de custar. O fato de o residente, na sentença (3), e de a paciente, na sentença (5), aparecerem como sujeito de custar deve-se a outras razões que não a de satisfazer as exigências semânticas desse verbo. Já no caso das sentenças (11) e (12) - qUE aparecem marcadas com asterisco por não serem sentenças do português - além de constituintes que satisfaçam as exigências de examinar, o próprio verbo pretender exige um constituinte que preencha o papel daquele que pretende. Para que as sentenças (11) e (12; se tornem aceitáveis, é necessário que sejam realizados sintaticamente tanto o argumento que satisfaz o papel de quem pretende quanto o argumento que satisfaz o papel de examinador, como em (13) e (14):

(13) O residente pretende que o médico-chefe examine a paciente do quarto 12.

(14) O residente pretende que a paciente do quarto 12 seja examinada pelo médico-chefe.

A competência Lingüística

Alguns comentários se fazem necessários. Em primeiro lugar, os fenômenos observados não são idiossincrasias dos verbos custar e pretender. Na verdade, um conjunto de verbos do português se comporta como custar - parecer, costumar, começar, entre outros -, enquanto um outro conjunto se comporta como pretender- querer, tentar, desejar, entre outros.

Vamos construir sentenças equivalentes às de (3) a (12), utilizando agora os verbos parecer e tentar.

(15) O residente parece ter examinado a paciente do quarto 12

(16) O residente tentou examinar a paciente do quarto 12.

(17) A paciente do quarto 12 parece ter sido examinada pelo residente

(18) A paciente do quarto 12 tentou ser examinada pelo residente.

A mesma quebra de equivalência na forma passiva da oração subordinada,

observada com o verbo pretender (ver sentença 5), ocorreu na sentença (18), com o verbo tentar. Na sentença (17), em que a sentença é subordinada ao verbo parecer, a forma passiva da subordinada tem interpretação equivalente à da forma ativa (15). Do mesmo modo, a substituição das sentenças infinitivas por sentenças desenvolvidas nos mostra que cada um dos verbos gera uma estrutura sintática diferente:
(19) Parece que o residente examinou a paciente do quarto 12. (20) *Tentou que o residente examine a paciente do quarto 12.
Os dados entre (15) e (20) vêm reforçar a conclusão de que estamos diante de dúas classes de verbos, a que se associam duas estruturas de subordinação diferentes: uma, a dos verbos custar e parecer, em que há um único sujeito, o do verbo da oração subordinada, que pode aparecer na posição de sujeito da oração principal; e outra, a dos verbos pretender e tentar, em que existem dois sujeitos, o do verbo da oração principal e o do verbo da oração subordinada, embora esse último possa não ser foneticamente realizado e possa, muitas vezes, ter a mesma referência que o sujeito da principal.
É importante ressaltar, também, que essas duas classes de verbos são encontradas em numerosas línguas e apresentam o mesmo tipo de oração subordinada que as exemplificadas acima. Portanto, isso significa que as propriedades dessas sentenças devem ser explicadas por princípios gerais relativos ao modo como as sentenças das línguas naturais são estruturadas.
Em segundo lugar, essas propriedades são conhecidas por qualquer falante nativo do português, não são encontráveis nos compêndios que se dedicam às normas do uso lingüístico adequado e, portanto, não fazem parte das regras normalmente ensinadas na escola.

2.2. Relações entre léxico e sintaxe

A gramática tradicional, em geral, diz que verbos que têm um sujeito e um objeto direto são passíveis de aparecer na voz passiva. Vários exemplos são fornecidos, no estilo dos pares em (21):
(21) a. O Pedro construiu esta casa.
a'. Esta casa foi construída pelo Pedro.
b. O assaltante assassinou algumas pessoas.

b'. Algumas pessoas foram assassinadas peio assaltante.

Sendo assim, podemos assumir que um verbo como quebrar, que é um verbo transitivo direto, também pode ser passivizado. Podemos, então, obter pares como em (22):

(22) a. As crianças quebraram o vaso de cristal.

a'. O vaso de cristal foi quebrado pelas crianças.

b. A multidão quebrou as lâmpadas dos postes.

b'. As lâmpadas dos postes foram quebradas pela multidão.

Entretanto, note-se o par em (23):

(23) a. O Pedro quebrou a perna.

a'. * A perna foi quebrada pelo Pedro.

Em (23a), a interpretação que se tem é a de que o Pedro quebrou a própria perna. A sentença em (23a') não é uma sentença do português, se quisermos manter a interpretação de que a perna quebrada era do Pedro. Isso não seria de esperar. Por que nas sentenças (22a') e (22b') a passiva produz um bom resultado, mas não em (23a')? Afinal, tratase de um único verbo - quebrar - e esse verbo é transitivo direto, como estabelecem as gramáticas. Mais interessante ainda é perguntar como é que nós, falantes nativos de português, sabemos que a passiva em (23a') não é possível com a interpretação desejada, se não aprendemos isso na escola, nem lemos nada sobre isso nas gramáticas que prescrevem as regras do português.

Uma possível resposta é pensarmos que o verbo quebrar deve ter alguma peculiaridade, que talvez se trate de uma exceção ou que existam dois verbos quebrar no léxico do português, um que aceita a passiva e outro que não. Para testarmos se o fenômeno apontado acima é mesmo uma peculiaridade do verbo quebrar, vamos ver o que acontece com outros verbos, como perder, por exemplo.

(24) a. O carteiro perdeu a carta do banco.

a'. A carta do banco foi perdida pelo carteiro.

o verbo perder é um verbo transitivo direto e a sentença (24a') mostra que ele pode ser passivizado. Note-se, agora, o que acontece com o par em (25):

(25) a. Meu irmão perdeu o amigo.

a'. *0 amigo foi perdido pelo meu irmão.

Novamente, estamos diante de um verbo que às vezes aceita ser posto na voz passiva, às vezes não. Se tentarmos fazer a passiva de uma sentença como (26), vamos ver que também não dá certo:

(26) O João perdeu a carona.

Será que nós também temos dois verbos perder no léxico do português? Nossa lista de exceções está aumentando e isso não é desejável pois não explica como a língua é adquirida. Se aprender uma língua fosse memorizar listas de palavras e de comportamentos sintáticos peculiares associados a cada uma delas, a aquisição seria um processo mais longo do que o observado nos estudos de aquisição, talvez até inatingível, e fortemente dependente de estimulação adequada, ao contrário do que tem sido demonstrado. Mas é possível contra-argumentarmos dizendo que duas exceções são facilmente memorizáveis. Vamos investigar um pouco mais para ver se as exceções param por aí. Vejamos o que acontece com o verbo romper:

(27) a. O Pedro rompeu o casamento dois dias depois da lua-de-mel.

a'. O casamento foi rompido pelo Pedro dois dias depois da lua-de-mel.

De novo, estamos diante de um verbo transitivo direto, e, pela sentença (27a'), vemos que se trata de um verbo que pode ser passivizado. Mas observe-se o que acontece no par em (28):

(28) a. O Pedro rompeu o ligamento durante o jogo.

a'. *0 ligamento foi rompido pelo Pedro durante o jogo.

Ao que parece, o número de verbos transitivos diretos que às vezes podem ser passivizados, às vezes não, não é tão limitado a ponto de podermos tratá-los como exceções. Deve haver algum princípio que regula a possibilidade de um verbo transitivo direto aparecer na voz passiva e ao qual a tradição gramatical escolar não faz sequer menção. Além disso esse princípio deve ser bem conhecido por nós, porque, afinal de contas, sabemos quando a passiva funciona bem e quando não. Se fizermos experiências com alguns outros verbos, vamos ver que a história se repete em pares como A Ana queimou as cartas versus A Ana queimou o dedo. Ou

ainda O gato arranhou o móvel versus O Beto arranhou o braço.

Outro fenômeno que mostra que não é possível generalizar a aplicação da passiva a toda a classe de verbos transitivos diretos refere-se aos chamados verbos psicológicos, que são verbos que denotam um estado emocional. Os verbos em (29) admitem a passiva:

(29) a. O Paulo amava a Maria.

a'. A Maria era amada pelo Paulo.

b. O João respeita o pai.

b'. O pai é respeitado pelo João.

Note-se agora o que acontece com outros verbos psicológicos, como chatear e preocupar:

(30) a. A bebedeira do pai chateava a Maria.

a'. * A Maria era chateada pela bebedeira do pai.

b. O João preocupa o pai.

b'. *o pai é preocupado pelo João.

Os verbos em (30) são transitivos diretos. Portanto, deveriam poder ser passivizados, mas não podem. É interessante observar também que existe uma outra as simetria entre os verbos psicológicos do tipo de amar e respeitar e os verbos do tipo chatear e preocupar. Os primeiros aceitam a passiva sintática, feita com o verbo ser, mas não aceitam a passiva adjetiva, feita com o verbo ficar; os segundos não aceitam a passiva sintática, mas aceitam a passiva adjetiva. Observem-se essas diferenças nos exemplos (31) e (32):

(31) a. Os filhos são amados pelos pais.

a'. *Os filhos ficam amados pelos pais.

b. Os professores são respeitados pelos alunos.

b'. *Os professores ficam respeitados pelos alunos.

(32) a. *Os moradores foram chateados pelos feirantes. a'. Os moradores ficaram chateados com os feirantes. b. *Os amigos foram preocupados pelo João.

b'. Os amigos ficaram preocupados com o João.

Vejam agora o que acontece com um verbo como intimidar ou influenciar:

(27) a. O Pedro rompeu o casamento dois dias depois da lua-de-mel.

a'. O casamento foi rompido pelo Pedro dois dias depois da lua-de-mel.

De novo, estamos diante de um verbo transitivo direto, e, pela sentença (27a'), vemos que se trata de um verbo que pode ser passivizado. Mas observe-se o que acontece no par em (28):

(28) a. O Pedro rompeu o ligamento durante o jogo.

a'. *o ligamento foi rompido pelo Pedro durante o jogo.

Ao que parece, o número de verbos transitivos diretos que às vezes podem ser passivizados, às vezes não, não é tão limitado a ponto de podermos tratá-las como exceções. Deve haver algum princípio que regula a possibilidade de um verbo transitivo direto aparecer na voz passiva e ao qual a tradição gramatical escolar não faz sequer menção. Além disso esse princípio deve ser bem conhecido por nós, porque, afinal de contas, sabemos quando a passiva funciona bem e quando não. Se fizermos experiências com alguns outros verbos, vamos ver que a história se repete em pares como A Ana queimou as cartas versus A Ana queimou o dedo. Ou ainda O gato arranhou o móvel versus O Beto arranhou o braço.

Outro fenômeno que mostra que não é possível generalizar a aplicação da passiva a toda a classe de verbos transitivos diretos refere-se aos chamados verbos psicológicos, que são verbos que denotam um estado emocional. Os verbos em (29) admitem a passiva:

(29) a. O Paulo amava a Maria.

a'. A Maria era amada pelo Paulo. b. O João respeita o pai.

b'. O pai é respeitado pelo João.

Note-se agora o que acontece com outros verbos psicológicos, como chatear e preocupar:

(30) a. A bebedeira do pai chateava a Maria.

a'. * A Maria era chateada pela bebedeira do pai.

b. O João preocupa o pai.

b'. *o pai é preocupado pelo João.

Os verbos em (30) são transitivos diretos. Portanto, deveriam poder ser passivizados, mas não podem. É interessante observar também que existe uma outra assimetria entre os verbos psicológicos do tipo de amar e respeitar e os

verbos do tipo chatear e preocupar. Os primeiros aceitam a passiva sintática, feita com o verbo ser, mas não aceitam a passiva adjetiva, feita com o verbo ficar; os segundos não aceitam a passiva sintática, mas aceitam a passiva adjetiva. Observem-se essas diferenças nos exemplos (31) e (32):

(31) a. Os filhos são amados pelos pais.

a'. *Os filhos ficam amados pelos pais.

b. Os professores são respeitados pelos alunos.

b'. *Os professores ficam respeitados pelos alunos.

(32) a. *Os moradores foram chateados pelos feirantes. a'. Os moradores ficaram chateados com os feirantes. b. *Os amigos foram preocupados pelo João.

b'. Os amigos ficaram preocupados com o João.

Vejam agora o que acontece com um verbo como intimidar ou influenciar:

(33) a. O João foi intimidado pela polícia.

a'. O João ficou intimidado com a agressividade da polícia.

b.. A Ana foi influenciada por seu professor.

b'. A Ana ficou influenciada com os ensinamentos de seu professor.

Existe, então, uma outra classe de verbos psicológicos que aceita os dois tipos de passiva. E esses fenômenos não são meras idiossincrasias dos verbos usados nos exemplos. Ao construirmos passivas dos dois tipos com outros verbos, como temer versus horrorizar; desejar versus deprimir; menosprezar versus aborrecer, vamos ver que as assimetrias descritas acima se mantêm. A questão fica ainda mais interessante, quando fazemos experiências com verbos como apavorar, atormentar, desiludir, motivar, seduzir, e percebemos que eles aceitam os dois tipos de passivas!

Esses fenômenos demonstram a existência de uma sistematicidade nas relações entre léxico e sintaxe, que pode também ser observada em outro conjunto de fatos lingüísticas. Ao tratar das possibilidades de realização sintática dos argumentos associados aos verbos (entendendo por argumentos tanto o sujeito como os objetos direto e indireto), o ensino de análise gramatical pode nos levar à seguinte classificação dos verbos:

i. verbos que têm um sujeito, um objeto direto e um objeto indireto:

(34) O João deu o livro para o Pedro.

ii. verbos que têm um sujeito e um objeto direto:

(35) O Paulo adorou o filme

iii. verbos que têm um sujeito e um objeto indireto:

(36) O conferencista argumentou contra a proposta da diretoria.

IV. verbos que têm apenas um sujeito: (37) O irmão da Maria trabalha muito.

v. verbos que não têm nem sujeito nem objetos:

(38) Está chovendo.

Vamos olhar para a classe dos verbos de um argumento, ou monoargumentais, mais de perto. Eles exibem uma assimetria interessante, que, em geral, não é mencionada pela gramática tradicional. Considerem-se os seguintes pares:

(39) a. Alguns alunos riem à toa.

a'. *Riem alguns alunos à toa.

b. Várias meninas dançavam pelo menos duas vezes por semana.

b'. *Dançavam várias meninas pelo menos duas vezes por semana.

c. Muitos amigos meus correm todos os dias.

c'. *Correm muitos amigos meus todos os dias.

d. Algumas pessoas andam no parque todos os dias.

d'. * Andam algumas pessoas no parque todos os dias.

e. Os professores trabalham duro.

e'. *Trabalham os professores duro.

As sentenças em (39) exibem verbos que têm apenas um argumento, o sujeito. As comparações feitas entre os pares em (39) mostram que a ordem verbo-sujeito não é possível em português brasileiro. Observe-se, agora, o que acontece nos pares em (40):

A competência Lingüística

(40) a. O livro chegou ontem. a'. Chegou o livro ontem.

b. Algumas flores-do-campo cresceram no meu jardim. b'. Cresceram algumas flores-do-campo no meu jardim.

c. Vários brasileiros morreram na tragédia.

c'. Morreram vários brasileiros na tragédia.

d. Acidentes na marginal ocorrem todos os dias. d'. Ocorrem acidentes na marginal todos os dias.

e. Muitos amigos vieram à minha festa.

e'. Vieram muitos amigos à minha festa.

Todos os verbos em (40) são também monoargumentais. Entretanto, com eles a ordem verbo-sujeito é possível. Observe-se que, de novo, não se pode pensar que esse seja um fenômeno excepcional, que se aplica a um ou outro verbo isoladamente. Em (39) e (40) foram dados exemplos de dez verbos, dos quais cinco aceitam só a ordem sujeitoverbo e cinco aceitam tanto a ordem sujeito-verbo quanto verbo-sujeito. Portanto, parece que a classe de verbos monoargumentais, chamados de 'intransitivos' na nomenclatura da tradição gramatical, não é homogênea.

Existem ainda outras evidências que corroboram a as simetria entre os verbos monoargumentais em (39) e aqueles em (40): os verbos em (39), em geral, não admitem construções com o particípio absoluto, enquanto os verbos em (40) geralmente sim. Observem:

(41) a. *Uma vez ridos os alunos, todos foram impedidos de terminar a prova.

b. *Uma vez dançadas várias meninas, a professora decidiu quais iriam participar do espetáculo. c. *Uma vez corridos os amigos, todos foram celebrar no bar da esquina.

d. *Uma vez andadas várias pessoas, os dirigentes do parque fecharam os portões.

(42) a. Uma vez chegado o livro, dei início imediato à leitura.

b. Uma vez crescidas as flores, pude chamar os fotógrafos para registrarem aquela beleza.

c. Uma vez mortos vários brasileiros, o Itamaraty teve de tomar providências.

d. Uma vez ocorridos vários acidentes na marginal, a prefeitura decidiu remodelar a pista.

Portanto, o reconhecimento da existência de duas classes de verbos monoargumentais é reforçado pelos resultados as simétricos obtidos com sua participação em construções do mesmo tipo. Novamente, então, estamos diante de fatos que sugerem que a classificação dos verbos feita simplesmente com base no número de argumentos que eles tomam não é suficiente. Claramente, há outras propriedades em jogo, que mostram que existe uma regularidade no comportamento

dessas duas subclasses de verbos monoargumentais e que precisam ser analisadas. É importante notar, mais uma vez, que nós todos, falantes nativos de português, temos um conhecimento sobre essas duas subclasses, que nos permite ver as diferenças entre elas, sem que jamais tenhamos sido expostos a qualquer ensino formal a respeito delas.

Sugerimos que testes como os apontados entre (39) e (42) sejam aplicados a verbos como aparecer, acontecer, desaparecer, surgir, ocorrer, cair e nascer, para que se determine a qual das duas subclasses de verbos monoargumentais eles pertencem.

Um outro fenômeno relativo ao número de argumentos dos verbos que atesta a existência de um conhecimento lingüístico desenvolvido independentemente do ensino diz respeito a verbos que ora se apresentam como verbos que tomam dois argumentos, ora se apresentam como verbos monoargumentais. Voltemos para o verbo quebrar. Notem quantas possibilidades de realização sintática ele tem:

(43) a. O Pedro quebrou a jarra de água.
b. A jarra de água quebrou.
c. Quebrou a jarra de água.

Poderíamos pensar de novo que essa é uma idiossincrasia, ou uma peculiaridade única, do verbo quebrar. Mas outros verbos também exibem as mesmas possibilidades de realização sintática:

(44) a. O professor terminou a aula às 10 horas.
b. A aula terminou às 10 horas.
c. Terminou a aula às 10 horas.

(45) a. Os porteiros já abriram a porta do cinema.
b. A porta do cinema já abriu.
c. Já abriu a porta do cinema.

(46) a. Os alunos já estão xerocando o último texto do Chomsky. b. O último texto do Chomsky já está xerocando.
c. Já está xerocando o último texto do Chomsky.

Notem que, no que diz respeito à realização desses verbos como monoargumentais, eles se comportam como os verbos introduzidos no exemplo (40) acima: eles aceitam tanto a ordem sujeito-verbo quanto verbo-sujeito e também aceitam construções com o particípio absoluto: depois de quebrada a jarra, uma vez terminada a aula, depois de aberta a porta, uma vez xerocado o último texto do Chomsky.

Observe-se, ainda, que outros verbos semanticamente parecidos com os verbos em (43), (44). (45) e (46) não exibem essas possibilidades:

(47) a. O Pedro destruiu a jarra de água.

b. * A jarra de água destruiu.

c. *Destruiu a jarra de água.

(48) a. O professor concluiu a argumentação antes da prova. b. * A argumentação concluiu antes da prova.

c. *Concluiu a argumentação antes da prova.

(49) a. O porteiro escancarou a porta do cinema. .

b. * A porta do cinema escancarou.

c. *Escancarou a porta do cinema.

(50) a. Os alunos já reproduziram o último texto do Chomsky. b. *0 último texto do Chomsky já reproduziu.

c. *Já reproduziu o último texto do Chomsky.

É interessante aumentar o número de exemplos, fazendo experiências com verbos como afundar, aumentar, amolecer,fechar, encher para ver como se comportam. É interessante, também, trocar os objetos dos verbos dos exemplos (43), (44) e (45) e perceber que, nem sempre, esses verbos são tão bem comportados. Dependendo do objeto direto que tomam, eles podem deixar de exibir essas alternâncias de realização sintática:

(51) a. O Pedro quebrou a promessa.

b. * A promessa quebrou.

c. *Quebrou a promessa.

(52) a. O professor só terminou o texto ontem.

b. *0 texto só terminou ontem.

c. *Só terminou o texto ontem.

(53) a. Os bandeirantes abriram o caminho para o oeste. b. *0 caminho para o oeste

abriu.
c. *Abriu o caminho para o oeste.

A competência Lingüística

É importante observar que esses mesmos fenômenos acontecem com verbos semelhantes aos verbos apresentados aqui em um número incontável de línguas, das mais diversas origens. Os falantes dessas línguas têm, sobre elas, o mesmo tipo de intuição que nós temos sobre o português e também não aprenderam nada disso nas aulas de gramática da escola.

Outros fatos podem ser ainda arrolados para comprovar que a alteração da estrutura de argumentos de certos verbos não é um processo isolado característico de um único verbo, mas é comum a um conjunto de verbos:

(54) a. A Lúcia cozinhou o feijão. b. O feijão cozinha fácil.
c. O feijão já cozinhou.
d. O feijão não cozinha nunca. e. *0 feijão cozinha.

As sentenças em (54) mostram que certos verbos transitivos diretos, em determinados ambientes lingüísticos, podem ter uma realização sintática de verbo monoargumental, em que o sujeito desaparece e o objeto direto se realiza em posição pré-verbal. Os ambientes lingüísticos que possibilitam essa alternância envolvem, normalmente, a presença de um advérbio, como fácil, já, não, bem, entre outros. Na sentença (54e), é possível ver que, sem um desses advérbios, esse tipo de realização sintática não produz um bom resultado.

Outro verbo que admite esse tipo de alternância é vender:

(55) a. O Pedro vai vender o apartamento. b. O apartamento vende fácil.
c. O apartamento vende bem.
d. O apartamento já vendeu.
e. O apartamento não vende nunca. f. *0 apartamento vende.

Para aumentar o número de exemplos, é interessante fazer experiências com as expressões desfiar a meia, rasgar o tecido, amassar as calças, sujar a blusa. Como fica claro, estamos, novamente, diante de uma classe de verbos que permite o tipo de realização sintática exemplificada em (54) e (55). Observe-se como essas alternâncias não são possíveis com outros verbos transitivos diretos:

(56) a. A Lúcia plantou o feijão.

b. *0 feijão planta fácil.
c. *0 feijão já plantou.
d. *0 feijão não planta nunca.
e. *0 feijão planta.
(57) a. O Pedro vai comprar o apartamento. b. *0 apartamento compra fácil.
c. *0 apartamento já comprou.
d. *0 apartamento não compra nunca. e. *0 apartamento compra.
É possível considerarmos a hipótese de que é alguma coisa relativa ao significado dos verbos que está envolvida em todos esses fenômenos. De fato, essa hipótese tem sua razão de ser. Mas a questão não é tão simples assim. Afinal de contas, como já foi visto, muitas vezes, ao trocar alguns verbos por outros de significado semelhante, obtemos resultados opostos.
105

106
Introdução à Lingüística
o que acontece é que o tipo de fenômeno analisado neste item refere-se não ao significado do verbo isoladamente, mas ao tipo de relação semântica que o verbo estabelece com seus argumentos. Assim, por exemplo, nas questões relativas à possibilidade de formação da voz passiva, percebe-se que ela só pode ocorrer quando o sujeito da sentença tem controle sobre a ação expressa pelo verbo. Retomando as sentenças com o verbo quebrar, já apresentadas em (22) e (23),
(58) a. As crianças quebraram o vaso de cristal.
a'. O vaso de cristal foi quebrado pelas crianças. b. O Pedro quebrou a perna.
b'. * A perna foi quebrada pelo Pedro.
Observe-se que, em (58a), o sujeito - as crianças - tem controle sobre a ação do verbo, no sentido de que ele tem uma função no desencadeamento da ação. Diferentemente, em (58b), o sujeito - o Pedro - é interpretado como um elemento afetado pelo processo expresso pelo verbo e não como o desencadeador desse processo.
No que diz respeito às duas subclasses de verbos monoargumentias, note-se que os que aceitam as duas ordens (sujeito-verbo e verbo-sujeito) são, em geral, verbos que envolvem a "entrada ou saída de cena" da entidade denotada pelo argumento -

nascer, morrer, aparecer, ocorrer, chegar, e assim por diante. Esse argumento não tem qualquer controle sobre a ação expressa pelo verbo, sendo interpretado tão-somente como um objeto locado ou movido no espaço e/ou no tempo. Já verbos que só aceitam a ordem sujeito-verbo, como rir, dançar, correr, andar, trabalhar, são verbos que implicam um sujeito desencadeador do processo. Ao avançarmos nos estudos de sintaxe, vemos que existem evidências que demonstram que, no caso dos verbos de "entrada e saída de cena", o seu único argumento é seu objeto direto. Por razões que não podemos apresentar neste texto, esse objeto pode ser tanto sintaticamente realizado em posição pós-verbal, que é a posição em que normalmente aparecem os objetos diretos, quanto na posição do sujeito. Diferentemente, no caso dos verbos monoargumentais da classe de correr, andar, dançar, rir, seu único argumento é um sujeito, que só pode ser realizado na posição pré-verbal, que é a posição em que os sujeitos em geral se realizam sintaticamente.

No caso de verbos como quebrar ou cozinhar, que podem ter tanto dois quanto um argumento, nota-se que esses são verbos que implicam uma mudança de estado para seu objeto direto. Esses verbos expressam um processo que afeta seu objeto. Por operações de natureza lexical, esses verbos podem sofrer uma alteração em sua estrutura argumental. O argumento desencadeador do processo, que, geralmente, é chamado de agente, pode deixar de ser realizado na sintaxe. Como a posição pré-verbal é a posição preferida por argumentos que têm a natureza de agente e como esse argumento pode não ser realizado, o outro argumento - o objeto direto - passa a poder ser realizado tanto em sua posição normal, que é a posição pós-verbal, quanto na posição de sujeito.

Como se vê, esses fatos têm todos uma natureza parcialmente semântica. Eles envolvem o que tem sido chamado, no âmbito da Gramática Gerativa, de papéis temáticos. Mas, apesar de sua natureza semântica, é importante observar, primeiramente, que esse tipo de fato semântico tem um reflexo inquestionável na sintaxe. Em segundo lugar, dizem respeito a fenômenos que apresentam uma regularidade tanto dentro de uma única língua, como o português, como entre várias línguas. E, por último, e mais importante, nós todos temos um conhecimento claro desses fenômenos e de suas regularidades, sem nunca ter aprendido nada disso na escola.

2.3 A interpretação das expressões nominais
Ao observarmos o comportamento de algumas palavras ou expressões nominais que usamos para fazer referência às entidades de nosso mundo ou de outros mundos possíveis, notamos que algumas delas, por si sós, não são capazes de estabelecer referência com - ou denotar - um objeto do mundo. Algumas delas, para estabelecer sua referência, dependem necessariamente da presença, na mesma sentença em que se encontram, de uma outra expressão Lingüística que seja um antecedente em potencial para elas. Para outras, a presença de um antecedente em potencial na mesma sentença não é exigida, sendo elas capazes de recuperar sua denotação no contexto situacional ou lingüístico. Reparem nos seguintes exemplos:
(59) A Joana não gosta de si mesma. (60) A Joana não gosta dela.
Em (59), Joana é a única interpretação possível para a expressão si mesma. Diferentemente, em (60), o pronome ela não pode se referir à Joana. Ele tem de buscar sua referência fora da sentença, no contexto de fala, ou no discurso. Portanto, pronomes como ele(s)lela(s) podem estabelecer sua referência fora do domínio da sentença, enquanto expressões como si mesmo(s)la(s), para poder referir, dependem totalmente de uma outra expressão Lingüística que com ela co-ocorre na sentença. Isso pode ser claramente constatado pela estranheza de (61), em que si mesmo é a única expressão nominal na sentença. Como (61) não apresenta nenhuma outra expressão nominal à qual si mesmo possa recorrer para estabelecer sua referência, a sentença se toma inaceitável.
(61) *Si mesmo correu.
7
Não há situação ou contexto que possa salvar a sentença (61). Expressões como si mesmo precisam de um antecedente. O pronome ele/ela, diferentemente, não precisa coocorrer com nenhuma outra expressão nominal na sentença. Uma sentença em que ele é a única expressão nominal não é estranha, porque ele pode recorrer à situação para determinar sua referência:
(62) Ele correu.
Essas duas classes de expressões nominais não diferem somente em termos de sua dependência em relação a outras expressões Lingüísticas. Elas diferem

também, como já vimos no caso das sentenças (59) e (60), com relação às restrições gramaticais impostas à sua interpretação. O pronome ela não pode tomar o sujeito da sentença - a Joana - como seu antecedente. Por outro lado, si mesma tem de necessariamente tomar o sujeito - a Joana como seu antecedente. Essas restrições gramaticais são bastante precisas e sem exceções. Vejamos mais alguns dados para tomar um pouco mais explícitas essas restrições:
(63) A Joana acha que o Pedro não gosta dela.
(64) * A Joana acha que o Pedro não gosta de si mesma. (65) A Joana acha que o Pedro não gosta de si mesmo.
Mais uma vez, constatamos a diferença de comportamento entre as duas classes de expressões nominais. A sentença (63) mostra que o pronome ela, que não pode tomar como seu antecedente o sujeito da oração subordinada à qual pertence, pode tomar como
107

108
Introdução à Lingüística
seu antecedente o sujeito da oração principal. Já a expressão si mesma tem de ter o seu antecedente na mesma oração em que se encontra. É por isso que a sentença (64) não é uma sentença do português. A expressão si mesma, no feminino, nos leva a buscar um antecedente feminino. Como esse tipo de expressão exige que seu antecedente esteja na mesma oração, a única expressão nominal disponível é o sujeito da subordinada. Entretanto, esse sujeito está marcado com o traço masculino. Há, portanto, um choque de concordância de traços. Esse problema não ocorre na sentença (65).

A introdução da noção de antecedente sem maiores explicações e a análise dos dados apresentados podem levar à conclusão de que a expressão nominal dependente busca sua referência em uma outra expressão nominal que a precede linearmente na sentença. Entretanto, precisamos de mais dados para ver se isso é mesmo verdade.
(66) A Joana disse que ela não gosta do Pedro. (67) Ela disse que a Joana não gosta do Pedro

Em (66) o pronome ela pode retomar a Joana. Entretanto, essa retomada é impossível em (67). Portanto, à primeira vista, parece que a hipótese sobre o antecedente preceder a expressão dependente tem razão de ser. No entanto, um refinamento se faz necessário:

(68) *o irmão da Joana não gosta de si mesma.

(69) O irmão da Joana não gosta de si mesmo.

(70) O irmão da Joana não gosta dela.

(71) O irmão da Joana não gosta dele.

A estranheza de (68) mostra que, embora precedendo a expressão nominal si mesma, a Joana não é um antecedente possível para ela. Só (, irmão da Joana, como um todo, pode funcionar como antecedente da expressão si mesmo/a, como mostra a sentença (69). Exatamente o oposto acontece com o pronome ele/ela. Com um pronome como ele/ela, é possível retomar uma expressão que é parte do sujeito da sentença na qual ele se encontra, como mostra a sentença em (70), mas nunca o sujeito como um todo, como mostra a sentença em (71), em que o pronome ele não pode tomar o irmão da Joana como seu antecedente. Portanto, a característica relevante para a noção de antecedente parece não ser exatamente precedência, mas estar mais diretamente ligada à estrutura de constituintes das sentenças. Vamos explicitar esse modo de estruturação com este exemplo:

(72) Embora não goste de si mesma, a Joana tenta esconder seus sentimentos.

Em (72), a Joana funciona como antecedente da expressão si mesma. Parece estranho que seja possível ao antecedente de si mesma aparecer em uma posição linearmente subseqüente a si mesma. Entretanto, note que si mesma está numa oração subordinada, encaixada na oração principal, com verbo no subjuntivo, que, por sua vez, tem a Joana como seu sujeito. Como se vê, o que está em jogo é uma relação estrutural de dependência hierárquica e não uma relação de precedência linear. Portanto, para entender por que um determinado constituinte pode ou não funcionar como antecedente de uma expressão nominal dependente é necessário entender o próprio processo de construção e estruturação hierárquica das sentenças das línguas naturais. É por isso que dissemos, no início desta seção, que, para serem interpretadas, essas expressões obedecem a restrições de natureza gramatical.

Estamos lidando aqui com características bastante peculiares, mas, por outro lado,

bastante precisas e gerais do conhecimento lingüístico, entendendo-se gerais como não

A competência Lingüística
idiossincráticas, comuns a um conjunto de construções e, por isso, passíveis de serem explicitadas em termos de princípios. Entender por que as coisas são assim deve nos levar a entender a mente humana.

2.4 Interrogativas
Até o momento, precisamos contar exclusivamente com nossa intuição sobre a língua que falamos para discutir os dados apresentados. É, de fato, surpreendente que nós e todos os outros falantes da nossa língua saibamos tanto sobre ela, sem que tenhamos sido formalmente expostos a qualquer explicação que dê conta dos fatos apresentados. Em outras palavras, sabemos muito mais sobre a língua que falamos do que nossos professores nos ensinaram.
Vamos explorar um pouco mais nossa intuição e observar atentamente mais alguns conjuntos de dados:
(73) a. O Juca comprou o carro em 12 parcelas mensais b. Quem comprou o carro em 12 parcelas mensais? c. O que o Juca comprou em 12 parcelas mensais? d. Como o Juca comprou o carro?
Os exemplos em (73) formam o paradigma de perguntas de constituintes em períodos simples. Em (73a), tem-se uma sentença declarativa e, em (73b-d), perguntas que se podem fazer a respeito dos participantes e das circunstâncias da situação descrita em (73a). Assim, (73b) terá como resposta o seu sujeito, (73c) será respondida por seu objeto e (73d) pelo modo como a compra foi feita, pelo adjunto adverbial da sentença.
Inicialmente, vamos refletir um pouco sobre o que aconteceu na formação de cada uma das perguntas de (73b-d). Ao considerar os exemplos em (73c/d), vemos, em primeiro lugar, que o foco da pergunta - o objeto em (73c) e o adjunto adverbial em (73d) - estão deslocados da posição em que aparecem na sentença declarativa. É preciso apenas comparar essas duas sentenças a (73a) para verificar esse deslocamento. O mesmo poderá ser dito sobre o foco da pergunta em (73b). Mesmo que seja difícil observar isso à primeira vista, o sujeito de (73b) também está

deslocado de sua posição original e a sentença em (74), uma variante de (73b), pode ser uma primeira evidência desse deslocamento:
(74) Quem que comprou o carro em 12 parcelas mensais?
A presença do que entre o sujeito quem e o verbo sugere que o sujeito se deslocou para uma posição na sentença que abriga os constituintes foco de uma pergunta. Assim, de modo geral, diremos que, em cada uma das sentenças de (73b-d), houve extração do constituinte foco da pergunta. Isso quer dizer que o constituinte foco da pergunta sai de sua posição original e vai para uma posição que fica mais à esquerda na sentença.
Os fatos lingüísticos que vamos observar a seguir dizem respeito a essa possibilidade mais geral que as línguas naturais apresentam: muitas vezes, um elemento deveráser interpretado em uma posição que não coincide com aquela em que é realizado foneticamente, evidenciando o deslocamento pelo qual o elemento considerado passou. Os exemplos de (73b-d) apenas refletem essa propriedade.

Se deslocamento é, por assim dizer, uma propriedade geral das línguas, então será interessante observarmos os exemplos em (75), que pretendem refletir a mesma propriedade:
(75) a. O Pedro disse que o Juca comprou o carro em 12 parcelas mensais.
b. Quem que o Pedro disse que comprou o carro em 12 parcelas mensais? c. O que que o Pedro disse que o Juca comprou em 12 parcelas mensais? d. *Como que o Pedro disse que o Juca comprou o carro?
Esses exemplos diferem dos primeiros em (73) por formarem o paradigma dos períodos compostos, em que as orações subordinadas, ou encaixadas, em (75a-d) são, respectivamente, as sentenças dos exemplos em (73a-d). De modo paralelo ao primeiro paradigma, (75a) é uma sentença declarativa e (75b-c) são as perguntas que se podem fazer a respeito dela, mais especificamente, a respeito dos constituintes de sua oração encaixa
da. A pergunta em (75b) terá como resposta o sujeito da encaixada e, em (75c), seu obje- . to. Diferentemente do que ocorre com o primeiro paradigma, no entanto,

(75d) não é uma pergunta possível, se a palavra como se aplicar a um constituinte da oração encaixada, ou seja, se for interpretada como o modo pelo qual a compra foi feita.

Repare que essa pergunta é possível, se como se aplicar à um constituinte da oração principal, ou matriz. Nesse caso, a resposta à pergunta explicitará o modo como o Pedro disse que o Juca comprou o carro: se em voz baixa, se gritando, se entusiasmado, se indiferente etc. Essa não é, no entanto, a interpretação relevante para nossa discussão, já que, nesse caso, a pergunta seria feita sobre a oração matriz e não sobre a oração encaixada, como acontece em (75b-c).

Como se vê, então, o paradigma dos períodos compostos é mais restritivo do que o paradigma dos períodos simples, no que conceme à extração de elementos de uma sentença encaixada. No caso do paradigma dos períodos compostos, só as extrações de sujeito e objeto são permitidas. A extração do adjunto resulta em uma sentença malformada.

Ao deparar com esses fatos, devemos perguntar por que, no paradigma dos períodos simples, todas as perguntas são possíveis, enquanto no paradigma dos períodos compostos há uma pergunta sobre a oração encaixada que não pode ser feita. Em outras palavras, por que tanto as exu:ações de sujeito e objeto quanto a extração de adjunto são possíveis em períodos simples e apenas as extrações de sujeito e objeto são possíveis a partir da sentença encaixada no paradigma dos períodos compostos?

Antes de sugerirmos qualquer resposta para essas indagações, vamos observar e pensar sobre mais alguns paradigmas. O que temos em (76), por exemplo se assemelha ao que vimos em (75), pelo fato de exibir períodos compostos por subordinação, mas difere dele já que, em cada caso, o verbo da oração matriz exige um tipo diferente de oração complemento: o verbo perguntar só aceita como complemento uma oração interrogativa.

(76) a. O Rui perguntou onde o Juca comprou o carro em 12 parcelas mensais.

b. *Quem que o Rui perguntou onde comprou o carro em 12 parcelas mensais? c. *0 que que o Rui perguntou onde o Juca comprou em 12 parcelas mensais? d. *Como que o Rui perguntou onde o Juca comprou o carro?

Também como no primeiro paradigma, (76a) é uma sentença declarativa e (76b-d), as tentativas de perguntas a respeito de sua oração encaixada. As sentenças (76b-

c) não são aceitáveis em português, diferentemente de (75b/c), se as palavras interrogativas quem e o que se aplicarem à oração encaixada. Por sua vez, (76d) é tão malformada quanto (75d), se a palavra interrogativa como se aplicar à oração encaixada. O que esses exemplos mostram

A competência Lingüística
é que esse paradigma se revela ainda mais restritivo que o anterior, já que, agora, as extrações de sujeito, objeto e adjunto se mostram absolutamente impossíveis.
Observemos, agora, o paradigma que segue:
(77) a. O carro que o Juca comprou em 12 parcelas mensais é zero.
b. *Quem que o carro que comprou em 12 parcelas mensais é zero? c. *Como que o carro que o Juca comprou é zero?
Ao compararmos os exemplos acima aos de (75a-d) e aos de (76a-d) vemos que, por um lado, existe uma semelhança entre eles, à medida que são períodos compostos de cujas sentenças encaixadas se tentam extrair alguns elementos. Por outro, essas sentenças encaixadas são de natureza diversa das encaixadas dos paradigmas anteriores: são sentenças relativas.
Mais uma vez, como no primeiro paradigma, (na) é uma sentença declarativa e (nb-c), as tentativas de perguntas sobre constituintes de sua oração encaixada. Como no paradigma anterior, nenhuma delas é possível em português, se as palavras interrogativas se aplicarem à oração relativa encaixada. Assim, quem não pode remeter ao sujeito da relativa o fuca, e como não pode remeter à forma como o Juca parcelou o carro e não pode ter em 12 parcelas mensais como resposta.
Há ainda mais alguns fatos relacionados à propriedade deslocamento. Passemos à descrição das sentenças em (78):
(78) a. O Juca gosta de comprar carro zero.
b. O que que o Juca gosta de comprar?
A sentença (78a) é uma sentença declarativa e a sentença (78b) é uma pergunta sobre seu objeto. Entretanto, a pergunta não é feita sobre todo o objeto comprar carro zero. Não houve extração do objeto comprar carro zero como um todo. Apenas a parte carro zero do objeto foi extraída. O restante comprar ainda permanece na sentença, em sua posição original. Passemos agora aos exemplos em (79):
(79) a. Comprar carro zero agrada ao Juca.

b. *0 que que comprar agrada ao Juca?

A sentença (79a) é uma sentença declarativa e (79b) é a tentativa de pergunta sobre parte de seu sujeito. De novo, a pergunta não é feita sobre todo o sujeito comprar carro zero. Se fosse assim, não haveria problemas, como se pode ver em (80):

(80) O que que agrada ao Juca?

O problema se deu justamente porque a pergunta foi feita sobre parte do sujeito comprar carro zero, numa tentativa de extração de dentro do sujeito. Isso quer dizer que há uma outra restrição à propriedade de deslocamento da qual não havíamos falado antes e que está refletida em (79b): embora seja possível extrair de dentro de um objeto, como se vê em (78b), não é possível extrair de dentro do sujeito.

Finalmente, considerem-se os exemplos de (81).

(81) a. O Juca vai comprar o carro da Maria. b. O que o Juca vai comprar?

c. O Juca vai comprar o quê?

d. O que que o Juca vai comprar?

e. O que é que o Juca vai comprar?

f. *Que o Juca vai comprar o quê? g. *É que o Juca vai comprar o quê?

Em todos os paradigmas anteriores, analisamos exemplos que apresentavam restrições à realização da propriedade de deslocamento. Os exemplos (81 b-c), por outro lado, nos mostram casos em que o deslocamento de um determinado elemento é opcional. Em (81b), o constituinte foco da pergunta foi deslocado de sua posição original. Ao contrário, em (81c), esse constituinte não precisou ser deslocado. Ao passarmos agora para os exemplos em (81d-e), observamos a presença dos elementos que e é que entre o constituinte interrogativo o que e o Juca. Nos dois casos, o deslocamento do constituinte foco da pergunta é obrigatório, como demonstra a má formação das sentenças (81f-g). Devemos nos perguntar, portanto, por que isso é assim.

Essas observações que fizemos nos sugerem a hipótese de que, da mesma forma que há contextos que restringem a aplicação da propriedade de deslocamento, há

outros que a favorecem. Mas por que tudo isso é importante? O que todos esses fatos lingüísticos que observamos estão nos apontando?

Vamos recapitular o que vimos sobre os exemplos de (73) a (81). Todos os paradigmas formados por esses exemplos envolvem casos de extração. Em períodos simples exemplos em (73) -, as extrações de sujeitos e objetos são tão possíveis quanto a de adjuntos. Em períodos compostos em que a subordinada é o complemento do verbo da principal - exemplos em (75) -, só as extrações de sujeitos e objetos se verificam. Em períodos compostos em que a subordinada é uma pergunta - exemplos em (76) -, tanto as extrações de sujeitos e objetos quanto a extração de adjunto são impossíveis. Em orações relativas exemplos em (77) -, nenhum tipo de extração pode se realizar. Além disso, vimos, nos exemplos em (78) e (79), que é possível extrair-se de dentro de um objeto, mas não se pode extrair de dentro de um sujeito. Finalmente, os exemplos em (81) nos mostram que há casos em que o deslocamento de um constituinte é obrigatório, por oposição a outros, em que o constituinte foco da pergunta pode permanecer em sua posição original.

O estudo da sintaxe leva-nos a entender os fatores envolvidos nas as simetrias mostradas nos vários paradigmas de interrogativas. Primeiramente, vemos que a possibilidade de extração do sujeito e do objeto em sentenças subordinadas completivas por oposição à impossibilidade de extração do adjunto - paradigma (75) - diz respeito à diferença de relação que cada um desses constituintes tem com o verbo: sujeito e objeto são argumentos do verbo e sua interpretação é dependente do verbo; por outro lado, adjuntos não são argumentos do verbo. A maior ou menor dependência do verbo está também na base da explicação do fato de que é possível extrair de dentro de um objeto, mas não de dentro de um sujeito - paradigmas (78) e (79).

Aprendemos também que sentenças encaixadas que são perguntas - paradigma (76) - ou orações relativas - paradigma (77) - são contextos que têm sido chamados de "ilhas" sintáticas. Por razões complexas que não podemos discutir aqui, a extração de qualquer elemento de dentro dessas ilhas é considerada, em geral, impossível. Somos apresentados, também, a algumas hipóteses que têm sido levantadas na busca de uma explicação para o fato de que o deslocamento do constituinte foco da pergunta para uma posição à esquerda da sentença é obrigatório, quando os constituintes que/é que são realizados foneticamente, como

em (8lf-g).

A competência Lingüística

Parece-nos extremamente interessante que, embora numerosos falantes de nossa língua possam não ter pensado nos fatos descritos neste item, nenhum deles deve ter qualquer dificuldade em interpretá-los e reconhecê-los como corretos. Mais ainda: é particularmente interessante ver que falantes nativos de português sabem de tudo o que sabem sem que tenham aprendido isso na escola ou mediante instrução formal.

***

3. O conhecimento Lingüístico
como visto pela Gramática Gerativa

Os exemplos apresentados no item 2 mostram que o falante de uma língua, como o português, desenvolveu um sistema de conhecimento que é, de alguma forma, representado em sua mente/cérebro. O mesmo é verdade para falantes de inglês, francês, chinês, panará, ticuna ou de língua de sinais brasileira, americana ou japonesa.

É importante fazermos algumas observações a respeito desse tipo de conhecimento. Primeiro, muitos lingüistas consideram esse conhecimento lingüístico um conjunto de hábitos comportamentais, ou seja, um sistema de tendências que nos levam a certos comportamentos lingüísticos em determinadas condições e não em outras. Dentro dessa visão, as regras da língua são explicadas em termos de analogia com outras regras. Mas as correlações feitas no item 2 mostram que essa visão é equivocada. Para ilustrar, voltemos a alguns exemplos. Retomemos o verbo xerocar, apresentado no exemplo (46). Trata-se, indiscutivelmente, de um neologismo do português, empregado em linguagem coloquial. É difícil imaginarmos esse verbo sendo ensinado para as crianças na escola. Vamos considerar agora a possibilidade de que os falantes do português tenham estabelecido o padrão de comportamento desse novo verbo por analogia. A primeira pergunta que se faz é: analogia a quê? Será que esse novo verbo deve se comportar como quebrar - cujo significado nada tem a ver com xerocar - ou como reproduzir - que poderia ser considerado um quase-sinônimo de xerocar? Como os exemplos atestam, seu

comportamento sintático mostra que o novo verbo se enquadrou na classe de verbos como quebrar. Mas isso não pode ter sido estabelecido por analogia, porque havia outras opções para comparação e não havia ninguém para estabelecer que a analogia deveria ser feita em relação a uma classe e não a outra.
Segundo, poderíamos adotar a visão de que os fatos lingüísticos descritos no item 2 são específicos de cada uma das construções analisadas para a língua considerada. Essa conduta foi adotada por correntes Lingüísticas que tomaram por objetivo a descrição das construções de certa língua natural. No entanto, para uma teoria como a Gerativa, que tem como um de seus objetivos a investigação do conhecimento lingüístico do falante nativo, descrever esse conhecimento em termos de regras que compõem a gramática da língua não basta. Como já foi visto no item I, é necessário, também, explicar a maneira como esse conhecimento é adquirido.
Uma outra observação que precisa ser feita é a de que esse conhecimento lingüístico que nós temos, e ilustramos no item 2, tem natureza diferente da de nossa habilidade Lingüística. Essa distinção é a base da dicotomia que se faz entre competência e performance. Dessa forma, o conhecimento que temos de nossa língua materna do tipo que foi descrito no item 2 corresponde à noção de competência. E nossa habilidade no uso concreto da língua, nas mais variadas situações de fala, corresponde à noção de performance.

Para ilustrar essas duas noções, considerem-se, por exemplo, políticos e jornalistas habilidosos. Qualquer um de nós, falantes nativos de português, temos a mesma competência Lingüística que eles. Nós, tanto quanto eles, temos os mesmos julgamentos a respeito das sentenças possíveis e impossíveis do português, como as que foram apresentadas no item 2. Mas quantos de nós somos capazes de usar a língua de tal forma que um ato de fala soe como uma promessa sem, na verdade, o ser? Quantos de nós têm a habilidade de usar a língua de modo a transformar fatos corriqueiros em matérias de meia página de jornal ou a fazer sugestões que são interpretadas como asserções ou insinuações que passam à primeira vista despercebidas? Em alguns casos, essa habilidade é, em parte, natural. Mas ela é,

em geral, em muito aperfeiçoada pelo estudo e análise de textos, e pela prática incansável de redação. Essa habilidade começa a ser desenvolvida na escola, e continua a ser lapidada pelo resto da vida desses profissionais.
Da mesma forma, qualquer um de nós, falantes de português, temos o mesmo conhecimento lingüístico que tinham Manuel Bandeira, Carlos Drummond de Andrade, Cecília Meirelles, João Cabral de Mello Neto, Mario Quintana, ou que têm Chico Buarque ou Arnaldo Antunes. Isso equivale a dizer que nós temos a mesma competência que eles. Entretanto, em termos de peiformance, somos muito diferentes deles. Pouquíssimos de nós temos a habilidade que eles tinham ou têm de criar poesia a partir desse conhecimento lingüístico.
Assim, por exemplo, suponhamos que, com a aproximação do dia de finados, um amigo que perdeu o pai recentemente e que parece também ter perdido o gosto pela vida escreva o seguinte bilhete:
"Como amanhã é dia de finados, eu queria pedir pra você ir ao cemitério visitar o meu pai. Eu gostaria que você pusesse umas flores no túmulo dele e que rezasse, não por ele, mas por mim que, por ter guardado na lembrança somente os momentos de amargura, me sinto tão morto quanto ele."
Se esse amigo fosse, por ventura, Manuel Bandeira, poderíamos receber um bilhete em forma de poema, como o seguinte:
Poema de Finados
Amanhã que é dia dos mortos Vai ao cemitério. Vai E procura entre as sepulturas A sepultura de meu pai.
Leva três rosas bem bonitas. Ajoelha e reze uma oração. Não pelo pai, mas pelo filho: O filho tem mais precisão.
O que resta de mim na vida É a amargura do que sofri.
Pois nada quero, nada espero. E em verdade estou morto ali.
(Manuel Bandeira. Estrela da vida inteira. Rio de Janeiro: José OlympiolInstituto Nacional do Livro, 1970, p. 128-9)
Qual é a diferença entre nosso amigo e Manuel Bandeira? Se pensarmos em termos de competência, ou de conhecimento lingüístico, como o ilustrado no item 2, pode

mos dizer, tranqüilamente, que não existe diferença entre eles. Ambos são falantes

nativos da mesma língua. Isso quer dizer que eles possuem a mesma gramática, se por gramática entendemos o sistema de princípios que constrói as sentenças produzidas e interpretadas pelo falante de uma língua. A diferença entre eles está na maior ou menor habilidade de usar esses princípios, esse conhecimento. A habilidade que Manuel Bandeira tinha de fazer um pedido em forma de poema é o que o diferencia de nosso amigo ou de qualquer outra pessoa que não tenha desenvolvido esse mesmo tipo de habilidade. Note-se que, novamente, em muitos casos, parte dessa habilidade pode ser considerada natural. Mas muito dela se deve a muita leitura e muita prática. É normal ouvirmos alguém dizer: "Eu também sei dizer isso, mas não assim bonito".

Note-se que, contrariamente ao que dizem muitos lingüistas, a poesia não é o rompimento das regras que constituem esse conhecimento lingüístico. Nenhum poema, por mais moderno que seja, causa qualquer desvio do tipo dos que vêm sendo apontados neste texto. Ao contrário, como sempre dizia Carlos Franchi (c.p.), a poesia reflete a habilidade que certos falantes têm de manipulação de seu conhecimento lingüístico dentro de seu limite máximo, ou seja, até o ponto a partir do qual as regras que compõem esse conhecimento passariam a ser violadas. Tomemos como exemplo o poema de Carlos Drummond de Andrade:

Quadrilha JOÃO AMAVA Teresa que amava Raimundo que amava Maria que amava Joaquim que amava Lili que não amava ninguém. João foi para os Estados Unidos, Teresa, para o convento, Raimundo morreu de desastre, Maria ficou para tia, Joaquim suicidou-se e Lili casou com J. Pinto Femandes que não tinha entrado na história.

(Carlos Drummond de Andrade. Alguma poesia.
Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1977, p. 69)

Nesse poema, Carlos Drummond explora uma possibilidade oferecida pelo conhecimento lingüístico, que é o encaixamento ad infinitum de sentenças dentro de sentenças. Ele leva essa possibilidade de recursividade das estruturas Lingüísticas ao extremo, subordinando orações relativas a orações relativas na primeira parte do poema. O que é importante observar é que, com isso, ele não causa nenhuma violação do sistema de princípios que constitui o conhecimento lingüístico que temos do português, do qual algumas atualizações foram descritas no item 2.

À primeira vista, essa nossa afirmação pode parecer estranha. Afinal de contas,

alguma violação deve ter ocorrido para causar a dificuldade que temos para processar a informação a respeito de quem amava quem! A princípio, seria possível pensar que essa dificuldade é semelhante à dificuldade que temos para processar interrogativas feitas a partir de orações relativas, como as exemplificadas em (77b-c).

Na realidade, estamos diante de fenômenos de natureza diferente. A estranheza que sentimos em relação à extração dos constituintes de dentro de orações relativas é causada por uma violação dos princípios e regras que constituem nosso conhecimento lingüístico, ou nossa competência. Por outro lado, a dificuldade que temos com o processamento de uma construção como a feita por Drummond decorre de fatores relacionados a outras partes de nossa capacidade cognitiva, como a memória. A dificuldade que temos

está relacionada aos mecanismos psicológicos de percepção e processamento da língua que constituem a performance.

Para facilitar a compreensão da diferença que existe entre competência e performance, pensemos nas inúmeras vezes em que ouvimos conversas do seguinte tipo:

Ontem eu conheci um cara, que é amigo do João, se lembra?, aquele João que estudou comigo no primário, que era filho de um homem importante, agora não me lembro o nome dele, mas acho que ele era dono de um jornal ou de uma revista, ou talvez fosse um político, não sei mais, só sei que ele tinha um bigode

de todo tamanho Mas do que é mesmo que eu tava falando?

Nossas falas diárias estão repletas de fatos como esses. Agora pensemos em quantas vezes, em uma situação real de fala, ouvimos alguém dizer algo como *pretende que o residente examine a paciente do quarto 12, ou *a argumentação concluiu antes da prova, ou *si mesmo chegou, ou *quem que o Rui perguntou onde comprou o carro em 12 parcelas?, ou *quem que o carro que comprou é zero? Certamente, nunca. Vemos, portanto, que estranhezas causadas por questões de performance são parte do nosso dia-a-dia, enquanto violações dos princípios que

constituem nossa competência não ocorrem na realidade. O que é realmente fascinante é que, sem nunca termos aprendido quais são esses princípios, nem com nossos pais, nem na escola, e sem nunca termos ouvido alguém violar algum deles e ser corrigido em conseqüência, conhecemos todos eles e respeitamos cada um deles em qualquer ato de fala de que participamos, seja ele formal ou coloquial.

Bibliografia

BURZIO, L. Italian Syntax. A Government-Binding Approach. Dordrecht: Kluwer, 1986.

CANÇADO, M. (1995). Verbos psicológicos: a relevância dos papéis temáticos vistos sob a ótica de uma

semântica representacional. Tese de doutoramento, IEL-Unicamp, 1995.

CHAGAS DE SOUZA, P. A alternância causativa no português do Brasil: delaults num léxico gerativo. Tese de

Doutoramento, Departamento de Lingüística, uSP, 2000.

CHOMSKY, N. O Conhecimento da Lingua: Sua Natureza, Origem e Uso. Tradução Anabela Gonçalves e Ana

Teresa Alves. Lisboa: Editorial Caminho, 1986. -' Barriers. Cambridge, Mass.: MIT, 1986. CHOMSKY, N. Language and Problems 01 Knowledge. The Managua Lectures. Cambridge, Mass.:, THE MIT

PRESS, 1988.

HAEGEMAN, L. Introduction to Government and Binding Theory. Cambridge, Mass.: Blackwell, 1991. MIOTO, C. M. C.; FIGUEIREDO-SILVA; LoPES. R.Y. Manual de Sintaxe. Florianópolis: Insular, 1999.

NEGRÃO, E.V. Anaphora in Brazilian Portuguese complement structure. Tese de Doutoramento, Madison.

Universidade de Wisconsin, 1986.

RAposo, E. Teoria da Gramática: A Faculdade da Linguagem. Lisboa: Editorial Caminho, 1972.

RIzZI, L. Relativized Minimality. Cambridge, Mass.: MIT, 1990.

Ross, J. R. Constraints on variables in syntax. Tese de doutoramento, MIT, 1967.

WHITAKER-FRANCHI, R. As construções ergativas: Um estudo sintático e semântico. Dissertação de Mestrado,

IEL-Unicamp, 1989.

Sugestões de leitura

BURZIo,L.(1986). ItalianSyntax. A Govemment-BindingApproach. Dordrecht: Kluwer,1986. O livro de Luigi Burzio é um dos clássicos da Gramática Gerativa, em sua versão de Prin

cípios e Parâmetros. Seu capítulo 2, que trata dos verbos intransitivos e auxiliares, é particularmente relevante para a compreensão dos dados relacionados aos verbos monoargumentais, discutidos na seção 2.2. deste capítulo. Em seu capítulo 1, o livro traz um panorama geral do modelo de Princípios e Parâmetros, o que torna a leitura do capítulo 2 mais fácil.

CANÇADO, M. Verbos psicológicos: a relevância dos papéis temáticos vistos sob a ótica de
uma semântica representacional. Tese de doutoramento, Campinas. IEL-Unicamp, 1995.

A leitura dessa tese é relevante para a discussão dos dados aqui apresentados na seção 2.2, não só por tratar diretamente da sintaxe e da semântica relacionadas a verbos psicológicos, mas por trazer os fundamentos da Teoria Generalizada dos Papéis Temáticos, proposta por C. Franchi, que nos ajuda a entender as peculiaridades de todos os verbos lá discutidos. A Parte I desse trabalho, que traz a parte empírica (em especial o capítulo 1) é de leitura bastante acessível.

CHAGAS DE SOUZA, P. A alternância causativa no português do Brasil: defaults num léxico
gerativo. Tese de Doutoramento, Departamento de Lingüística, São Paulo. USP, 2000.

O trabalho de Chagas de Souza tem por objetivo a comparação de duas grandes linhas de pesquisa sobre a natureza do Léxico. A discussão é ilustrada por meio da análise de alternâncias como as que foram apresentadas no item 2.2. deste capítulo, sendo, portanto, de bastante interesse para quem quiser se aprofundar no assunto. O capítulo 1 da tese traz os dados relevantes, discute a terminologia usada na literatura, de maneira geral, e não é difícil de ser lido.

CHOMSKY, N. O conhecimento da língua: Sua natureza, origem e uso. Tradução Anabela

Gonçalves e Ana Teresa Alves. Lisboa: Editorial Caminho, 1986.

Os dois primeiros capítulos desse livro tratam dos fundamentos da Gramática Gerativa, especialmente em sua versão conhecida como Princípios e Parâmetros. São discutidas, em detalhes, manifestações do tipo do conhecimento lingüístico de que trata a Gramática Gerativa, semelhantes às que foram apresentadas aqui na seção 2. A leitura desse trabalho é bastante difícil, mas é absolutamente necessária para qualquer pessoa que tenha interesse em estudar sintaxe.

CHOMSKY, N. Barriers. Cambridge: MIT, 1986.

Nesse livro, de leitura bastante difícil, Chomsky parte da intuição de que certas categorias
em determinadas configurações servem de barreiras para regência e movimento de constituintes. Seu objetivo é determinar o que, exatamente, constitui uma barreira. Seu conteúdo está, portanto, particularmente relacionado ao item 2.4 deste capítulo.

CHOMSKY, N. Language and Problems of Knowledge. The Managua Lectures. Cambrid
ge, Mass: The MIT Press, 1988.

Dentre os livros e artigos de Chomsky sobre o programa de pesquisa da Gramática Gerativa e os princípios que lhe servem de base, essa coletânea das conferências proferidas por ele em Manágua é, possivelmente, a obra de leitura mais acessível. Além de apresentar os fundamentos de sua teoria, Chomsky discute a natureza do tipo de conhecimento lingüístico de que se ocupa a Gramática Gerativa, por meio da análise de dados como os que foram abordados aqui, nos itens 2.1 e 2.3.

CHOMSKY, N. Chomsky no Brasil. D.E.L.T.A. 13, número especial, 1997.

117

118

Introdução à Lingüística

Esse número da revista D.E.L.T.A. traz os textos das conferências que Noam Chomsky proferiu durante sua visita ao Brasil, no final de 1996, em sua versão original, em inglês, e em sua tradução para o português. Os textos são acompanhados das perguntas e respostas que se seguiram às conferências. O conjunto dos textos fornece uma visão geral das idéias de Chomsky sobre a língua humana. Recomendamos, de maneira especial, a leitura do texto intitulado "Novos

horizontes no estudo da linguagem", que apresenta uma introdução às teorias sobre a faculdade da linguagem, a aquisição de língua e sobre os princípios e parâmetros lingüísticos.

HAEGEMAN, L. Lectures on Government and Binding. Cambridge, Mass.: Blackwell, 1991.

Esse livro inclui as noções e conceitos mais importantes do programa da Gramática Gerativa desenvolvido por Chomsky na década de 1980 e tem por objetivo habilitar o leitor a ler, entender e avaliar independentemente a literatura na área. Seus capítulos 4 e 5 relacionam-se ao que foi apresentado em nossa seção 2.3, enquanto os capítulos 6, 7 e
10 relacionam-se à nossa seção 2.4.

MIOTO, C. M. c.; FIGUEIREDO-SILVA; LOPES. R. V. Manual de sintaxe. Florianópolis: Insu
lar, 1999.

Esse manual apresenta a versão da Gramática Gerativa conhecida como Teoria de Regência e Ligação para alunos de graduação e pretende levá-los a refletir sobre os aspectos formais de uma teoria Lingüística. Dados semelhantes aos apresentados em nossa seção 2.1 são discutidos em seu capítulo m. Os capítulos v e VI estão particularmente relacionados aos dados apresentados e discutidos em nossas seções 2.3 e 2.4, respectivamente.

NEGRÃO, E. V. Anaphora in Brazilian Portuguese complement structure. Tese de Doutora
mento, Madison. Universidade de Wisconsin, 1986

O objetivo dessa tese é dar um tratamento sintático e semântico às categorias vazias e aos pronomes do português brasileiro. Para tanto, explora amplamente as estruturas de complementação, à medida que essas estruturas são um contexto particularmente interessante para o comportamento dos sintagmas nominais em geral, dos pronomes e das categorias vazias em particular. Esse trabalho é especialmente relevante para a compreensão dos dados aqui tratados nas seções 2.1 e 2.3. A leitura da parte teórica não é fácil, mas a apresentação dos dados é bastante clara e funciona como uma excelente ilustração das questões relevantes.

RAPOSO, E. Teoria da gramática: A faculdade da linguagem. Lisboa: Editorial Caminho,

1972.
Um livro escrito com o objetivo de introduzir a Teoria de Regência e Ligação a estudantes de graduação e ao público em geral, esse manual tem, em seu capítulo 1, uma boa apresentação das noções de competência e performance, discutidas em nossa seção 3. Seus capítulos 4, 5 e 14 relacionam-se aos fatos apresentados e discutidos em nossa seção 2.4., e a questão da interpretação das expressões nominais, discutida na seção 2.3, aparece em seus capítulos 8 e 15. Apesar de não tratar especificamente de dados como os apresentados na seção 2.2., seus capítulos 9 e 10 cobrem os módulos da teoria que são mais diretamente relevantes para o exame da questão.
RIZZI, L. Relativized Minimality. Cambridge, Mass.: MIT, 1990.

A competência Lingüística
Nesse texto, o autor avalia os efeitos de um tipo especial de intervenção sobre a teoria de regência do quadro da Gramática Gerativa, procurando, dessa forma, reduzir a importância das barreiras na definição de regência. A leitura desse livro pode ser bastante difícil, mas será imprescindível para o leitor que se interessar pelos fatos discutidos
na seção 2.4.
ROSS, J. R. Constraints on variables in syntax. Tese de doutoramento, MIT, 1967.
Depois da obra de Chomsky, a tese de doutoramento de Ross é, possivelmente, o trabalho
mais citado em toda a literatura que trata da Gramática Gerativa. Sua contribuição mais importante foi a de mostrar que restrições a várias estruturas sintáticas não precisavam ser particulares às regras de construção dessas estruturas, mas poderiam ser tratadas como um conjunto universal de restrições, a serem aplicadas a classes de regras. Um desses conjuntos de restrições mostra que certas partes da estrutura sintática das sentenças podem ser caracterizadas como 'ilhas', cujos limites funcionam como barreiras a operações de vários tipos. Portanto, esse trabalho é particularmente relevante para a compreensão dos dados tratados na seção 2.4 deste capítulo. Sua leitura édifícil, mas é indispensável para o desenvolvimento de qualquer estudo sintático mais aprofundado.
WHITAKER-FRANCHI, R. As construções ergativas: Um estudo sintático e

semântico. Dis

sertação de Mestrado, Campinas. IEL-Unicamp, 1989.

A dissertação de mestrado de Whitaker-Franchi é o trabalho-chave para a compreensão de grande parte dos dados discutidos na seção 2.2 deste capítulo. As construções geradas por vários verbos lá exemplificados são explicadas por princípios gerais que operam em diferentes planos de representação, nomeadamente um sintático e um semântico. Sua proposta é a de que uma teoria de papéis temáticos e uma teoria de hierarquia temática explicam várias manifestações sintáticas apresentadas naquela seção. A leitura dos capítulos I e 2 não é particularmente difícil, e vale, especialmente, pela riqueza dos dados.

119

4xxx

A variação Lingüística

Ronald Beline

É justamente porque a língua é um tipo de comportamento estritamente social, assim como tudo numa cultura, e também porque ela revela, em suas linhas gerais, regularidades que só o cientista tem o hábito de formular, que a Lingüística é de estratégica importância para a ciência social. Por trás de uma aparente ausência de regras do fenômeno social, existe uma regularidade na sua configuração que é tão real quanto aquela dos processos físicos do mundo mecânico... Uma língua é sobretudo um produto social e cultural e como tal deve ser entendida... É peculiarmente importante que os lingüistas, que são freqüentemente acusados - e justamente acusados - de falhar em olhar mais além dos padrões da sua matéria de estudo, tomem-se mais conscientes do que a sua ciência pode significar para a interpretação da conduta humana em geral.

Edward Sapir, 1929

1 . As línguas variam

"Como assim?", pode perguntar o iniciante nos estudos lingüísticos. O que se quer dizer com "as línguas variam"?
Em sentido bastante amplo, podemos de início pensar nas diferentes línguas que existem no mundo. Falamos português no Brasil. Praticamente em qualquer região de fronteira em que estejamos em nosso país, sabemos que do outro lado falam outra língua - o espanhol. Sabemos também que dentro de nosso país ainda há indígenas que se comunicam, quando estão em suas aldeias, em suas línguas, e não em português. Para citar um exemplo, temos uma aldeia no noroeste do Rio Grande do Sul, na região de Ijuí, chamada caingangue, mesmo nome dado à língua que falam seus habitantes. Podemos atravessar o Atlântico, ir para outros continentes, e citar um sem-número de outras línguas diferentes: o basco, uma língua falada numa pequena região no norte da Espanha; o galês, falado numa região do Reino Unido, o País de Gales; o kabiye, na região norte do Togo, um país da África Ocidental; e tantas centenas de outras, até mais conhecidas do que as citadas aqui.
Se afunilarmos um pouco nosso foco, contudo, podemos nos lembrar de um fato lingüístico com que sempre convivemos, mas ao qual talvez nunca tenhamos dado tanta importância, em termos científicos: o fato de que detectamos diferenças entre o português que falamos em São Paulo, em termos genéricos, e o português que se fala na cidade do Rio de Janeiro, ou nas cidades de Salvador e Porto Alegre. É claro também que tais diferenças não impedem que nos comuniquemos entre nós. Quando ouvimos um carioca típico, podemos entender tudo o que ele fala. É verdade que pode haver problemas quando es

tamos conversando com pessoas de regiões de cultura muito diferente da nossa, principalmente no que diz respeito ao léxico, ou o vocabulário que as pessoas de uma dada região usam. Pode ser que o falante não saiba que "jerimum", palavra muito usada na Bahia, corresponde a "abóbora", termo muito mais comum nos estados do Sul e Sudeste de nosso país. É contudo inegável que, ainda que haja tais diferenças lexicais nas diversas regiões do país, falamos a mesma língua. Falamos uma mesma língua, em São Paulo e na Bahia, com diferenças detectáveis

entre o que se considera mais comum num e noutro lugar.
O que acabamos de ver, ou rever, é um exemplo de variação no léxico do português: "jerimum" e "abóbora" são palavras do português falado no Brasil. Não importa se uma é mais comum num lugar e menos comum no outro. E também não importa se em algum lugar apenas um dos termos seja usado invariavelmente - fato que denominamos uso categórico. O que importa inicialmente, no estudo da variação Lingüística é que ambos os vocábulos podem ser usados para fazer referência a um determinado fruto, de uma determinada planta, que tem um determinado tamanho, uma determinada cor, enfim, um conjunto de características que não permite que ele seja chamado "tomate", por exemplo. Além disso, ainda que o falante possa não saber o significado de um vocábulo ou de outro, ao ouvi-lo pela primeira vez, ele não questiona o fato de que ambos são palavras do português, pois reconhece os sons que participam de sua constituição e também reconhece o seu padrão silábico.
Esse tipo de variação, a lexical, é entretanto apenas um dos modos como uma língua pode variar. Em outras palavras, fazer referência a um elemento do mundo por mais de um termo lingüístico é apenas um dos casos que mostram que, de fato, as línguas variam. Numa mesma língua, um mesmo vocábulo pode ser pronunciado de formas diferentes, seja conforme o lugar - variação diatópica -, seja conforme a situação (mais formal ou mais informal) em que se está falando - variação diafásica.
Pensemos primeiro em casos de variação diatópica. O exemplo de variação lexical dado, quando vimos que há uma palavra diferente na Bahia para o que no estado de São Paulo chamamos de abóbora, já constitui um caso de variação diatópica. Para seguir na exemplificação, focalizando a variação agora nos sons, podemos lembrar a clara diferença que distingue falantes cariocas de paulistanos: o modo como eles pronunciam o -r em final de sílaba. Paulistanos tendem a pronunciar tal -r como uma vibrante simples - um "flap", como costumam dizer os foneticistas -, enquanto os cariocas são conhecidos por aspirar o mesmo -r.
Temos então, aqui, um exemplo de variação diatópica no nível fonético do português falado no Brasil (doravante PB). Usando símbolos gráficos internacionalmente arbitrados para a representação gráfica dos sons das línguas, podemos dizer, em termos correntes da socioLingüística variacionista, que o !rI (o flap paulistano) e o /h/ (o aspirado carioca) são variantes Lingüísticas. Ambos

constituem uma variável, qual seja, a pronúncia do -r em final de sílaba no PB. A variável Lingüística é, portanto, um conjunto de duas ou mais variantes. Estas, por sua vez, são diferentes formas Lingüísticas que veiculam um mesmo sentido.

Para dar outro exemplo de variação fonética, podemos citar uma variável presente no inglês falado nos Estados Unidos. O ditongo de palavras como alive ("vivo") e bride ("noiva") não é pronunciado do modo como nos ensinam nos cursos de inglês como língua estrangeira - laj/ - em todas as regiões dos Estados Unidos. Essa é, de fato, a pronún variação Lingüística
123
cia considerada padrão e mais freqüente naquele país. Nos estados do sul, entretanto, sobretudo Mississipi e Alabama, a pronúncia mais comum é um lal alongado, cujo símbolo fonético pode ser la:/, em que a semivogal do ditongo não é pronunciada (Woods, 2001). Nesse caso, então, as variantes seriam respectivamente lajl e la:/.

Quando falamos em termos de variação fonética, na verdade, é comum termos mais de duas variantes numa mesma variável. No caso desse ditongo inglês, pode-se detectar um espectro: entre as duas pronúncias consideradas, o lajl (padrão, e mais freqüentemente presente quando o inglês é ensinado como língua estrangeira) e o la:1 (a pronúncia sulista), existe pelo menos uma outra variante relevante, uma pronúncia mais centralizada do ditongo, em geral chamada de ditongo parcial. Seria algo como lae/. Não vamos nos aprofundar nessa questão aqui, por não ser esse nosso objetivo. É contudo necessário que fique claro que, quando falamos de variação fonética, é sempre provável que existam outras variantes, além daquelas mais obviamente perceptíveis e marcadas no lugar em que são usadas.

Se pensarmos num tipo especial de -r, o que encontramos no final dos verbos em sua forma infinitiva, temos então não mais uma variação fonética, pois esse -r é, na verdade, um morfema flexional - um signo lingüístico que tem como significado não um referente externo à língua (como "jerimum"), um elemento no mundo, mas sim uma categoria Lingüística. Nesse caso, o significado é justamente "verbo no infinitivo". Sabemos que "andar" significa "uma forma verbal no infinitivo", diferentemente de "anda" (presente do indicativo) por causa do próprio -r.

Podemos dizer "andar", pronunciando o -r, ou então o que seria grafado como "andá", colocando o acento agudo sobre o "a" da última sílaba. Desse modo, as

variantes seriam respectivamente "presença do -r final" e "ausência do -r final". Em outros termos, temos dois morfemas - as variantes - para expressar a noção gramatical de "infinitivo": o morfema {-r} e o morfema "" (vazio, decorrente do apagamento do -r). Esse é um exemplo, portanto, de variável morfológica.

Pensando agora que tal variação não se dá necessariamente conforme o lugar que levamos em conta dentro do Brasil, temos de diferenciá-la das anteriormente citadas. Tal variação morfológica não é obrigatoriamente uma variação diatópica. Não precisamos pensar em regiões diferentes para vislumbrar essa variação. Um paulistano, embora possa aspirar o -r em final de sílaba, parece nunca fazê-lo. O mesmo paulistano, por outro lado, pode dizer "andar" ou "andá", "fazer" ou "fazê", "sair" ou "saf'. Se estabelecemos a hipótese de que o falante nativo de PB "apaga" partes de palavras quando está numa situação de bastante informalidade (como numa conversa de bar, falando sobre futebol), diferentemente do que muito provavelmente faria numa situação de maior formalidade (como numa apresentação de um projeto, diante de uma platéia), temos um caso de variação diafásica.

Tal hipótese parece bastante defensável, podendo ser até mesmo óbvia, para um falante nativo de PB. Entretanto, não é a única. Poderíamos ainda estabelecer a hipótese de que o falante pronunciaria o -r do infinitivo com maior ou menor freqüência de acordo com seu nível de escolaridade. Podemos imaginar que o uso da variante -r em verbos no infinitivo estaria numa relação diretamente proporcional à escolaridade do falante: quanto maior o nível de escolaridade, maior a freqüência de uso da variante.

-

Essa hipótese, por sua vez, não parece tão óbvia quanto a anterior. Ora, podemos imaginar um falante de inegável alto nível de escolaridade - um professor universitário, por exemplo - que nunca, ou quase nunca, pronuncie o -r do infinitivo. Nesse caso, nossa hipótese da proporcionalidade direta estaria equivocada. Mais uma vez, ainda não vamos nos aprofundar na questão, mas devemos prestar atenção ao fato de que temos aqui um tipo especial de variante, possivelmente definida por mais de um fator de natureza extralingüística, ou social: a situação de

fala e a escolaridade do falante.

Até aqui, portanto, vimos exemplos de variação Lingüística no léxico, na fonética e na morfologia. Haveria algum outro nível em que podemos constatar a presença de variantes, ou seja, diferentes elementos lingüísticos veiculando um mesmo significado? Até aqui, de um modo ou de outro, falamos de variação dentro dos limites da palavra. Será que poderíamos estender esses limites e pensar em variação nos limites da frase de uma língua?

Continuando com exemplos do PB, podemos pensar que há mais de uma forma para expressar a negação em nossa língua. Vejamos as duas sentenças abaixo:

(1) Olha, eu não vou sair agora... (2) Olha, eu não vou sair agora não...

Percebemos, observando essas duas frases, que em PB é indiferente colocar o advérbio de negação antes da forma verbal ou colocá-lo antes dela e repeti-lo no final da frase. Podemos falar então em variação sintática. Afirmar que é igual dizer (1) ou (2) significa afiançar que temos duas construções sintáticas diferentes que expressam o mesmo sentido em PB. Teríamos então, na sintaxe da negação, duas variantes.

Por outro lado, se considerarmos que o sentido da negação em (2) é de algum modo diferente do de (1), nossa primeira afirmação pode ficar um tanto comprometida; podemos argumentar, por exemplo, que (2) é mais enfática e, por isso, teria seu uso restrito a alguns contextos, não podendo ser usada exatamente nos mesmos contextos que (1). Ora, se (1) e (2) não forem intercambiáveis, por ter sentidos diferentes, ainda que a diferença entre as duas formas seja sutil, não teríamos um caso de variação sintática. Em outras palavras, não teríamos aqui um exemplo sintático paralelo ao exemplo morfológico que vimos anteriormente, em que não parece haver dúvida sobre o fato de que "andar" (-r final pronunciado) e "andá" (-r final apagado) significam exatamente a mesma coisa.

De fato, a observação da variação na sintaxe não se dá de forma tão pacífica como no caso da morfologia e da fonética. Se pensarmos bem, tampouco é simples abordar a variação lexical: "jerimum" pode fazer referência a um determinado tipo de "abóbora" e não necessariamente a qualquer tipo. Nesse caso, pode-se até discutir se os vocábulos são sinônimos perfeitos uns dos outros e, portanto, variantes de uma variável.

De todo modo, muito embora já tenhamos começado a levantar questionamentos

acerca da variação Lingüística, parecemos estar cumprindo um primeiro passo de nossa tarefa: verificar que as línguas variam. É verdade que a maioria dos exemplos aqui apresentados vem do PB, mas basta entrar em contato com outra língua para que o falante se dê conta de que a variação está presente nos diferentes níveis.
Ainda com relação à abordagem de variantes sintáticas, também existem os casos em que o paralelo com a variação na fonética e na morfologia se dá sem grandes problemas. Em português mesmo, temos o caso dos pronomes relativos:

(3) .. .essa aqui é a pessoa em cuja casa eu fiquei quando viajei para a Europa... (4) ... essa aqui é a pessoa que eu fiquei na casa quando viajei. . .
(5) ... essa aqui é a pessoa que eu fiquei na casa dela quando viajei...
Aqui, não parece haver dúvida de que as sentenças são livremente intercambiáveis, no que diz respeito ao seu sentido. O sentido da combinação do relativo cuja com a preposição em da sentença (3) se repete em (4) e em (5), ainda que nessas duas últimas outro pronome relativo seja usado, em construções sintáticas bastante diferentes. Temos então, aqui, três variantes, o que nos permite afirmar que é indiferente dizer (3), (4) ou (5).
É indiferente, é claro, com relação ao seu significado. Sabemos, contudo, que não é conveniente falar (3) numa conversa informal com seus amigos de escola (seria, no mínimo, pedante). Assim como não seria exatamente adequado usar a frase (5) numa situação mais formal. Começamos então, mais uma vez, a nos perguntar: até que ponto as línguas podem variar? Quais são os limites da variação?
Essas são questões essenciais para um variacionista. Atualmente, quando se fala em variação, é comum fazer referência à socioLingüística, essa área da ciência da linguagem que procura, basicamente, verificar de que modo fatores de natureza Lingüística e extraLingüística estão correlacionados ao uso de variantes nos diferentes níveis da gramática de uma língua - a fonética, a morfologia e a sintaxe - e também no seu léxico. De uma perspectiva variacionista quantitativa, como veremos com mais detalhes nos itens a seguir, a socioLingüística ocupa-se em desvendar como a heterogeneidade - ou seja, a variação - se organiza. O sociolingüista variacionista tem como principal interesse compreender de que modo

a variação é regulada.
De uma perspectiva dialetológica, por outro lado, a socioLingüística pode se ocupar mais em estabelecer as fronteiras entre os diferentes falares de uma língua. Dessa perspectiva, interessa ao pesquisador verificar se os falantes de uma mesma língua apresentam diferenças nos seus modos de falar de acordo com o lugar em que estão (variação diatópica, como chegamos a exemplificar anteriormente), de acordo com a situação de fala, ou registro (variação diafásica), ou ainda de acordo com o nível socioeconômico do falante (variação diastrática). Para o dialetólogo, portanto, o interesse principal é o de localizar e descrever, regional e socialmente, os dialetos de uma língua - os diferentes falares que ela pode apresentar.
Neste texto, concentramo-nos na dimensão quantitativa da variação Lingüística. E o primeiro passo que devemos dar nessa direção é o do estabelecimento dos limites. É o que fazemos a seguir.

2. Os limites da variação
2.1. Até que ponto as línguas variam?
Até aqui, vimos basicamente colecionando exemplos que mostram que as línguas variam. Começamos com a constatação de que existem várias línguas no mundo, um primeiro indício de heterogeneidade. Partimos daí para casos de variação Lingüística detectáveis no léxico, na fonética, na morfologia e na sintaxe do P B, explicando-os com base na

localização geográfica dos falantes e em aspectos sociais, tais como escolaridade do falante e formalidade ou informalidade da situação de fala.
Antes de ir adiante, tentando responder à pergunta sobre como estudar a variação, temos de nos perguntar sobre quais são os seus limites. Ou seja, antes de decidir como prosseguir no estudo, temos de saber bem o que vamos estudar.
Se nos lembrarmos de uma das primeiras lições de Saussure, em seu Curso de lingüística geral - com tanta freqüência utilizado e tão importante nos estudos introdutórios de Lingüística por seus esforços em reconhecer o caráter autônomo dessa ciência - éinevitável que retomemos sua afirmação de que "o ponto de vista

cria o objeto". Essa seria uma característica especial da ciência da linguagem, pois de acordo com o autor, diferentemente das outras ciências, para o lingüista seria como se não existisse um objeto de estudo definido a priori ao seu olhar científico sobre as línguas.

Para entender melhor a dimensão do que o lingüista suíço afirmou, podemos traçar um paralelo entre a Lingüística e a Biologia. Logo após estabelecer as definições mais simples, como "a primeira é a ciência que estuda as línguas" e "a segunda é a ciência que estuda os seres vivos", damo-nos conta de que, para a Lingüística, parece ser absolutamente necessária uma definição subseqüente - a definição de língua. Já para a Biologia, como a definição de seres vivos é natural, definir seu objeto não parece tão decisivo como no caso da Lingüística.

Em outras palavras, responder à pergunta "o que são seres vivos?", para seguir na definição do objeto da Biologia, é um procedimento apenas delimitador: a Biologia estuda esses seres e não outros. No caso da Lingüística, responder à pergunta "o que é língua?" significa, além de delimitar nos moldes do que ocorre na Biologia e em outras ciências, criar o objeto em si. Há apenas uma definição possível para seres vivos, que os separa dos que não são vivos e que por isso não vão interessar à Biologia. Todavia, há mais de uma definição possível para língua. E, para cada definição diferente, temos um objeto de interesse. Assim, ao definir língua, delimitamos nosso objeto, criando-o.

Para terminar o paralelo, portanto, podemos dizer que os seres vivos preexistem a sua definição como objeto científico, enquanto a língua, embora seja um fato presente em nossa vida cotidiana, não existe como objeto científico antes de sua definição. Foi isso que Saussure vislumbrou e expressou em sua afirmação de que, na Lingüística, o ponto de vista é que cria o objeto.

Tais questões são de extrema importância, pois devem estar na base do pensamen to lingüístico. E não vai deixar de ser assim aqui, para nós, em nossos estudos introdutórios de variação. Quando nos perguntamos até que ponto as línguas podem variar, o que na verdade estamos perguntando-nos é o seguinte: a língua é um fenômeno inerentemente variável, heterogêneo por definição, ou, diferentemente, é um sistema homogêneo que pode apresentar casos eventuais de heterogeneidade? O que é a língua, portanto, para-um lingüista variacionista?

Antes de tomar uma posição, temos de ter claro que a escolha de uma dessas

alternativas define o tipo de investigação Lingüística a ser feita, mas não exclui a outra como possibilidade. Se fosse assim, estaríamos equivocadamente negando a afirmação saussureana que expusemos acima. Além disso, aInda antes de nos posicionar, retomemos os exemplos que vimos no item anterior, por meio dos quais constatamos que as línguas variam.

A variação Lingüística

Quando admitimos a variedade de línguas no mundo, intuitivamente consideramos um rol de características Lingüísticas que faz com que o PB seja diferente do espanhol, do inglês, do kabiye. Se quisermos ser mais técnicos, em vez de "características", vamos preferir o termo "regras": regras de combinação de fonemas (sons), regras de combinação de morfemas, regras de combinação de palavras na frase, regras de combinação de frases no texto. Quando observamos que o espanhol e o português são línguas diferentes, portanto, podemos concluir que a primeira tem um conjunto de regras que, no todo, a faz distinta da outra.

Nesse primeiro momento, parece razoável considerar que a variedade se dá num nível mundial, cada língua sendo um domínio sem variação. Representando esquematicamente cada língua como um conjunto de quatro regras, o português seria definido pelas regras A, B, C e D, enquanto o espanhol seria definido pelas regras C, D, E e F. Duas regras aparecem nas duas línguas, simbolizando o fato de que há semelhanças gramaticais entre elas, tais como a existência de morfemas flexionais para marcar número e pessoa verbais em concordância com o sujeito. Aliás, até mesmo sem interesse científico dizemos que as duas línguas são muito parecidas. Entretanto, o que importa aqui é notar que um conjunto de regras é diferente do outro, como um todo.

Continuando na retomada de nossa exemplificação do item 1, contudo, vamos facilmente julgar equivocados os esquemas acima propostos para o português e o espanhol. Como vimos, uma mesma língua pode variar de acordo com a localização geográfica e com aspectos sociais. A língua que chamamos português, portanto, pode apresentar variantes lexicais, fonéticas, morfológicas e sintáticas.

Sendo assim, um esquema representativo mais fiel da realidade do português não parece ser um conjunto de regras A, B, C e D. Precisaríamos pensar num conjunto formado por regras selecionáveis dentro de subconjuntos: A, A' , A", B, B' , B" , C, C'

, C" e D, D', D". Nesse esquema, conforme o lugar e os aspectos sociais que estão sendo levados em conta, podemos ter diferentes regras selecionadas dentro de cada subconjunto.
De todo modo, também aqui vamos ter um domínio em que não haverá heterogeneidade. Pensando, por exemplo, no português falado em São Paulo, em situação informal, por falantes universitários de alto poder aquisitivo, na faixa dos 25 anos, podemos imaginar que as regras que compõem "esse" português sejam A", B, C' e D'. Chegamos, então, de novo a um ponto em que a variação parece ausente.
Voltando ao problema da definição de nosso objeto de estudo, pareceria razoável optarmos pelo ponto de vista de que as línguas são sistemas homogêneos, em algum nível caracterizado por um conjunto de regras que não varia. Pelo menos é o que os esquemas de regras até aqui apresentados vêm sugerindo.
Mas não tomemos nossa decisão definitiva antes de lembrar o último exemplo que vimos no item 1. Concordamos, naquele item, que um mesmo falante de português, numa mesma localização geográfica, numa mesma situação de fala, pode usar variantes. Um falante universitário de alto poder aquisitivo, na faixa dos 25 anos, nascido e criado na capital de São Paulo, pode utilizar variantes como andar e andá, fazer e fazê, e assim por diante. O mesmo falante parece também poder usar as variantes "essa aqui é a pessoa em que eu fiquei na casa" e "essa aqui é a pessoa que eu fiquei na casa dela".
Se realmente concordamos com tal raciocínio, o próximo passo é admitir que a variação pode chegar até o nível do indivíduo. Aliás, "concordar" acaba não sendo o termo

mais conveniente aqui. Com efeito, estamos constatando um fato lingüístico. Nosso acordo não vem ao caso, mas sim a decisão de que concepção de língua vamos tomar a partir de tal constatação.
Dando importância ao fato de que um mesmo indivíduo opera com regras variáveis, parece natural optar por uma perspectiva a partir da qual vemos a língua como um

sistema inerentemente variável. Os lingüistas que assim vêem a língua são comumente chamados de sociolingüistas ou variacionistas. O cientista mais conhecido, dada a importância de seus estudos para o desenvolvimento da teoria variacionista, é William Labov.

A opção científica de que a língua é um sistema inerentemente variável não exclui a possibilidade de ver a língua como um sistema homogêneo, em que a variação ocupa um lugar não central. Não vamos discutir, nem mesmo apresentar aqui outras teorias além da variacionista, mas não podemos deixar de mencionar que estudos diferentes são feitos a partir de concepções diversas a respeito da língua.

Feita a nossa opção, temos de nos tomar conscientes das conseqüências que ela implica. Se vamos entender que as línguas são inerentemente variáveis, vamos ter de nos dar ao trabalho de responder às seguintes questões:

. se cada indivíduo pode usar variantes no uso da língua, por que não vivemos num caos lingüístico?

. se fizermos um trabalho descritivo das gravações de conversas de vinte falantes de português numa grande cidade do Brasil, cada um com características sociais diversas, vamos ter uma coleção de vinte "tipos de português" diferentes ou podemos dizer que temos um estudo do português da cidade onde habitam esses falantes?

. o que define o português que reconhecemos como paulistano em relação ao que reconhecemos como carioca ou como gaúcho?

. como podemos definir uma comunidade Lingüística?

São essas as questões que vamos abordar nos itens seguintes.

2.2. A comunidade de fala

Admitimos que a variação Lingüística pode chegar até o nível do indivíduo. Começamos a estabelecer nossos limites e deparamos com um problema: se cada pessoa pode fazer uso de variantes, ora apresentando as regras A', B, C", D, ora apresentando as regras A" , B" , C, D' , seguindo nosso esquema de conjunto de regras, por que não vivemos numa total anarquia Lingüística?

Esse é o limite que temos de estabelecer. Embora o indivíduo possa utilizar variantes, é no contato lingüístico com outros falantes de sua comunidade que ele vai encontrar os limites para a sua variação individual. Como o indivíduo vive inserido numa comunidade, deverá haver semelhanças entre a língua que ele fala e

a que os outros membros da comunidade falam.
Interessa para nós, portanto, identificar agrupamentos de falantes que têm características Lingüísticas comuns. Em outras palavras, interessa saber como se constitui uma comunidade de fala. Vamos aqui usar a definição proposta por Guy (2001), para quem a comunidade de fala é formada por falantes que:

A variação Lingüística
. compartilham traços lingüísticos que distinguem seu grupo de outros; . comunicam-se relativamente mais entre si do que com outros; e
. compartilham normas e atitudes diante do uso da linguagem.
O primeiro dos quesitos evidencia a existência de fronteiras externas para as co munidades: as variantes Lingüísticas que aparecem em uma são distintas, seja na qualidade, seja na quantidade, das que aparecem em outras. Os limites da fala carioca, por exemplo, são definidos em parte pela pronúncia chiante do -s em final de sílaba, assim como pela aspiração do -r em final de sílaba. Os limites da fala dos gaúchos de Porto Alegre estão, do mesmo modo, em grande parte definidos pelo amplo uso do pronome tu, assim como pela baixa freqüência de uso de você, diferentemente do que acontece na maior parte do Brasil.
O quesito seguinte, por sua vez, acaba por explicar o primeiro: a fala do carioca é da maneira que é porque a comunicação, no sentido de contato lingüístico, entre os membros da comunidade de fala carioca é muito mais intensa do que sua comunicação com membros de outras comunidades. As chances cotidianas de um carioca falar com outro
. carioca são muito maiores do que suas oportunidades de falar com um paulistano ou com um gaúcho. Desse modo, ao mesmo tempo que a comunicação intensa entre membros de uma comunidade leva à manutenção de suas características Lingüísticas, a falta de contato lingüístico entre comunidades favorece o desenvolvimento de diferenças Lingüísticas. Tendemos a falar como aquelas pessoas com quem mais falamos.
É comum depararmos com pessoas expressando seu pensamento sobre os usos lingüísticos de outras comunidades, muitas vezes até fazendo julgamentos de valor do tipo "não gosto do jeito como os cariocas pronunciam o -f..."; "a maneira como os paulistas pronunciam o -r é feia". Indo mais longe, temos de notar que não basta

que os membros de uma comunidade tenham contato lingüístico com membros de outra para adotar suas características Lingüísticas: não assumimos as características Lingüísticas daqueles de que, de algum modo, não gostamos ou daqueles de quem queremos nos distanciar ou ainda daqueles com quem não queremos ser parecidos. É necessário, portanto, reconhecer a atitude que todos nós, como membros de uma comunidade Lingüística, temos em relação ao que falamos e em relação ao que os outros falam, escolhendo como queremos falar. É disso que trata o terceiro quesito da lista.

Quando falamos em atitude diante do uso lingüístico, temos de nos transportar das diferenças geograficamente marcadas - que é o caso dos exemplos que acabamos de percorrer - para as diferenças socialmente marcadas. Não temos atitudes apenas diante da língua falada em lugares diferentes, também nos posicio~amos diante de modos de falar correlacionados a fatores sociais, tais como escolaridade e nível econômico. Sabemos, intuitivamente que, no PB, por exemplo, deixar de fazer a concordância de número no sintagma nominal (artigo, núcleo nominal e eventuais adjuntos) é um indício de baixa escolaridade, que em geral vem de mãos dadas com baixo nível econômico. Desse modo, um grupo de indivíduos de maior nível de escolaridade e de melhor situação econômica possivelmente tenderá a evitar realizações como" as pessoa" e "uns carro", em vez de "as pessoas" e "uns carros". Trata-se então de um exemplo claro de que as atitudes Lingüísticas não estão delimitadas apenas por fronteiras geográficas, mas também por fronteiras sociais.

Por outro lado, mesmo o falante que é membro de uma comunidade caracterizada pelo alto nível escolar e econômico pode deixar de realizar a chamada concordância nominal, em alguns casos. Afinal de contas, o indivíduo pode fazer uso de variantes dentro de sua comunidade. Será que os falantes de tal comunidade que vez por outra deixam de marcar o plural no núcleo do sintagma nominal deveriam ser considerados membros de um subgrupo dentro dessa comunidade? Seria conveniente fazer um novo agrupamento de indivíduos dentro de uma comunidade, criando subcomunidades?

Parece que estamos num beco sem saída: de um lado, temos a comunidade de fala, do modo como definimos, de outro, continuamos tendo o falante-indivíduo, que pode usar a língua de maneira variável mesmo dentro da comunidade. Como dar conta, então, do fato de que a variação não é caótica? Como determinar a relação entre os usos lingüísticos dentro de uma comunidade e os fatores sociais que caracterizam seus indivíduos membros?

Chegamos a um ponto, portanto, em que não basta falar em termos do que é diferente e do que é igual, no interior das comunidades Lingüísticas e entre elas. Precisamos saber o quanto se é diferente e o quanto se é igual. Nesse sentido, para estudar a variação Lingüística, torna-se necessário usar um modelo de análise que opere com quantidades de dados. No caso do exemplo do falante que usa "as coisa" em vez de "as coisas", mas que é membro de uma comunidade em que o uso dessa forma é inesperado, a pergunta que se coloca é: com que freqüência esse uso ocorre na fala do indivíduo?

A quantificação dos dados, na análise da variação Lingüística, é o foco do último item.

3. Estudar a variação: quantificar as diferenças

Distinguimos comunidades quando as diferenças entre elas são categóricas: uma comunidade tem um traço e a outra não o tem. Já vimos exemplos disso: na cidade de São Paulo, não encontramos o Irl aspirado do Rio de Janeiro, assim como o uso do pronome

tu, a exemplo do que ocorre na cidade de Porto Alegre. .

Nossa capacidade de captar distinções nos usos lingüísticos, entretanto, parece ser muito mais refinada. Além das diferenças categóricas, somos capazes de perceber distinções mais sutis, que se revelam não na presença ou ausência de uma determinada forma Lingüística, mas na quantidade com que tal forma aparece na fala de um indivíduo ou de um grupo.

Num de seus estudos sobre o inglês falado na cidade de Nova York, nos Estados Unidos, Labov (1972) mostrou que os falantes de lá reconheciam diferenças da ordem de 10% no uso do -r pós-vocálico, operando com essas distinções para fazer julgamentos acerca do status social dos falantes. Nessa cidade americana, deixar de pronunciar o -r e substituí-lo por um alongamento da vogal anterior é considerado sinal de baixo status social e uma pequena diferença na quantidade do

uso de tal variante já é suficiente para perceber a classificação social do falante. Podemos pensar no mesmo tipo de fenômeno variável- o apagamento do fonema !rI - no caso do PB. Já vimos que podemos dizer "andá" em vez de "andar", "comê" em vez de "comer". De uma perspectiva variacionista quantitativa, contudo, temos de lem

A variação Lingüística

brar que haverá falantes brasileiros que vão apagar o Irl muito mais freqüentemente do que outros. Para efeito de exemplificação, vamos considerar a seguinte tabela:

Tabela 1. Taxas limites de apagamento do Irl pós-vocálico no PB

Falantes que mais apagam o Irl
60%
Falantes que menos apagam o Irl
5%

De acordo com essa tabela, quem apagar mais o Irl final em PB vai fazê-lo em 60% dos casos, ao passo que quem o apagar menos vai fazê-lo em 5% deles. É evidente que haverá falantes com diferentes taxas de apagamento entre esses limites. Tais valores são, portanto, uma espécie de quadro geral da variação na pronúncia do Irl final no Brasil. Trata-se, na verdade, de uma primeira dimensão quantitativa.

Por outro lado, como vimos demonstrando, os falantes podem apagar o Irl em final de sílaba de modo variável. Podemos ter falantes que apagam mais o Irl nos verbos em forma infinitiva e falantes que o apagam também consideravelmente em substantivos, como "colhé" e "senhô". Estamos falando de contextos lingüísticos relacionados à aplicação de uma regra: a regra do apagamento do /rI final em PB. Trata-se de uma regra variável, à medida que é aplicada ou não conforme fatores lingüísticos, tais como classe de palavras (o -r está num verbo infinitivo ou num substantivo), e também conforme fatores extralingüísticos, tais como idade e nível econômico do falante.

Para prosseguir no entendimento de "regra variável", temos de atentar para o fato de que, matematicamente, as taxas dadas na Tabela I, de um lado, e a freqüência com que falantes (individualmente ou em grupo) apagam o Irl nos diferentes contextos, de outro, podem variar independentemente.

Estudos têm mostrado que essa possibilidade matemática é encontrada na realidade Lingüística. Cameron (1993), por exemplo, demonstra isso ao estudar o

uso do sujeito nulo em dois lugares diferentes em que se fala espanhol. De modo semelhante ao português, naquela língua o falante pode expressar o sujeito na frase ou não:

. Él escribió la carta y salió a pasear . Escribió la carta y salió a pasear

("Ele escreveu a carta e saiu para passear") ("Escreveu a carta e saiu para passear")

De acordo com o autor, a freqüência com que o sujeito é expresso varia nos diferentes lugares em que o espanhol é falado. Pesquisando o espanhol falado por porto-riquenhos (cidade de San Juan) e por falantes espanhóis (cidade de Madri), Cameron constatou que o pronome tu é usado distintamente nas duas comunidades, com base no seguinte fator de natureza Lingüística: o pronome é usado para fazer referência a uma pessoa específica ou é usado para fazer referência a qualquer pessoa (uso genérico). Os resultados a que ele chegou estão expressos na Tabela 2.

131

132

Introdução à Lingüística

Tabela 2. Expressão do sujeito tu em espanhol

	SanJuan			Madri			
	Número de casos	%	Peso relativo	Número de casos	%	Peso relativo	
[+ específico]	. 145	48	0,51	58	40	0,72	
[- específico]	. 188	69	0,72	ISO	19	0,50	

Na Tabela 2, os pesos relativos indicam, com maior precisão do que os valores porcentuais, a proporção com que o sujeito é expresso. Matematicamente, 40% de sujeitos expressos num universo de 58 casos em que o pronome é usado para fazer referência a uma pessoa específica (Madri) é um valor maior do que 48% de sujeitos expressos num total de 145 casos (San Juan).

Os pesos relativos são valores que vão de zero a um e que indicam matematicamente o peso com que um fator (lingüístico ou extralingüístico) influencia o uso de uma variante, em relação a todos os fatores levados em conta na

observação de um fenômeno de variação Lingüística. Quando o peso relativo de um fator é próximo de zero, significa que tal fator desfavorece o uso da variante. Quando o peso relativo é igual a 0,50, significa que ele não está correlacionado ao uso da variante - tal valor é, pois, o ponto denominado neutro. Finalmente, quanto mais próximo for de I (um), maior será o peso com que o fator favorece o uso da variante. Os valores dos pesos relativos são obtidos a partir de fórmulas estatísticas complexas, do tipo de regressão logística, em que se comparam as porcentagens com que os dados se distribuem pelos diferentes fatores. Pelos objetivos deste capítulo, não vamos nos dedicar ao desenvolvimento dessa fórmula matemática, nem ao modo como ela é aplicada à variação Lingüística.

Em termos lingüísticos, a Tabela 2 evidencia um fato muito interessante. Observando a coluna do número de casos relativos a ambas as cidades, vemos que o panorama geral é o mesmo: os falantes expressam mais o pronome tu quando fazem referência a qualquer pessoa e não a uma pessoa específica. Por outro lado, se atentarmos para a coluna dos pesos relativos, vamos nos dar conta de que a restrição contextual da especificidade opera de modo diametralmente oposto nelas. Em San Juan, a referência específica éneutra para a expressão do sujeito pronominal, ao passo que em Madri a referência específica favorece sua manifestação.

Tais resultados nos permitem ver, portanto, que temos duas dimensões quantitativas na variação Lingüística. Na primeira delas, temos o quadro geral da variação: o fato de que, numa língua, um mesmo sentido pode ser veiculado por mais de uma forma (A, A' , A" ...), cada uma delas com uma determinada freqüência de uso. No caso do exemplo de Cameron, as formas seriam A = sujeito pronominal expresso ou A' = sujeito nulo. Na segunda dimensão quantitativa, temos o efeito dos contextos lingüísticos sobre a variação, de modo que as quantidades de A e A' podem variar de indivíduo para indivíduo e de comunidade para comunidade.

Com base no que foi dito, a teoria da variação vai prestar atenção a basicamente dois fatos:

A variação Lingüística

. falantes que compartilham os mesmos números (pesos relativos) quando aplicam uma regra de acordo com os contextos Lingüísticas, ainda que possam apresentar

números diferentes dentro do quadro geral; e

. falantes que apresentam pesos diferentes, com relação aos contextos lingüísticas, mas que têm um mesmo comportamento dentro do quadro geral.

No primeiro caso, consideramos que os falantes envolvidos apresentam identidade estrutural, revelando uma mesma gramática, apesar de os números do quadro geral poderem ser diferentes. Já no segundo, consideramos que os falantes estão usando gramáticas diferentes, pois os efeitos de contexto Lingüística são diferentes, apesar de os números do quadro geral serem uniformes. O estudo de Cameron, portanto, é um exemplo desse último caso, pois a gramática do uso do pronome tu é diferente em San Juan e em Madri. Na primeira, expressa-se o pronome na frase quando se faz referência a qualquer pessoa (uso genérico) e, na segunda, expressa-se o pronome quando se faz referência a uma pessoa específica.

Há muitos casos, contudo, em que comunidades diferentes apresentam uma mesma gramática, ou seja, os pesos relativos são os mesmos ou muito próximos entre si, quando se correlaciona o uso de formas variantes a um fator Lingüística. Podemos citar o estudo desenvolvido por Zilles (2000), sobre a posição do sujeito em relação ao verbo, no português falado em quatro cidades do Rio Grande do Sul: Porto Alegre, São Borja, Flores da Cunha e Panambi. Nesse exemplo, vamos considerar cada cidade uma comunidade de fala diferente, mas devemos ter claro que, numa mesma cidade, pode ocorrer de haver mais de uma comunidade de fala, de acordo com a definição de Guy (2001). Não se pode confundir comunidade de fala com cidade.

Em PB, sabemos que a ordem mais comum é a sujeito-verbo (ou ordem sv), como na frase Ele chegou cedo. Por isso, a preocupação da lingüista neste trabalho foi a de verificar em que contextos Lingüísticas seria favorecida a ordem verbo-sujeito (ou ordem vs), como nas frases a seguir (Zilles 2000):

. entrava uma pessoa idosa . aí foi construída uma ponte

Após ter procurado os dados em conversas que foram gravadas e transcritas - o chamado conjunto de dados, ou corpus - a autora organizou a seguinte tabela:

Tabela 3. Freqüência de ordem sv e vs

	Porto Alegre	São Borja		Flores da Cunha	Panamb i				
	Númer	%	Númer	%	Número	%	Númer	%	

	o		o				o		
	de casos		de casos		de casos		de casos		
sv	4.585	95	5.469	93	4.550	93	4.601	95	
vs	256	5	407	7	344	7	223	5	
Total	4.841	100	5.876	100	4.894	100	4.824	100	

A Tabela 3 mostra então o óbvio: a ordem sv é muitíssimo mais freqüente do que a ordem VS. Isso se repete nas diferentes cidades consideradas no estudo e provavelmente reflete o que ocorre em todo o Brasil, ainda que em outros lugares possa haver uma distância não tão grande de valores. Temos, assim, o quadro geral da variação, ou seja, uma primeira distribuição dos dados, em valores absolutos e em porcentagens, nas diferentes cidades.

Numa pesquisa como essa, quando se observam os dados nas transcrições das entrevistas que foram usadas como material de análise, várias hipóteses são levantadas a respeito da relação entre o uso de uma forma e um fator Lingüística. Zilles analisou quantitativamente seus dados com base nas seguintes relações:

" . tipo de verbo: transitivo, intransitivo e de ligação;

. animacidade do sujeito: [+ animado] (cachorro), [- animado] (mesa);

. forma de expressão do sintagma nominal (SN): SN pleno (uma pessoa idosa), pronome reto (ela), pronome indefinido (tudo), pronome demonstrativo (este); . extensão do SN: SN pesado (mais de três palavras) e SN não pesado (até três pala vras)

. status informacional do sujeito: o referente foi mencionado pela primeira vez no discurso ou foi mencionado anteriormente; e

. continuidade da referência do sujeito: mesmo sujeito da oração anterior e sujei to diferente da oração anterior.

Para cada um desses fatores Lingüísticas, a hipótese era sempre de natureza quantitativa: os casos de ordem vs seriam mais freqüentes em alguns casos e mais raros em outros. Vamos verificar os resultados a que Zilles chegou apenas no que se refere à primeira das hipóteses acima.

Tabela 4: A ordem vs em relação ao tipo de verbo

	Porto Alegre			São Borja			Flores da Cunha			Panambi		
	Número de casos	%	Peso	Número de casos	%	Peso	Número de casos	%	Peso	Número de casos	%	Peso
Intransitivo	137/906	15	0,86	229/1.210	19	0,82	188/995	19	0,83	149/1.168	13	0,85
Ligação	89/978	9	0,57	110/1.212	9	0,48	89/909	10	0,43	50/437	5	0,52
Transitivo	0/2.955	1	0,35	68/3.454	2	0,38	67/2.990	2	0,39	24/2.719	I	0,32

A ordem vs aparece predominantemente com verbos intransitivos (pesos relativos entre 0,82 e 0,86). Verbos transitivos desfavorecem tal ordem, nas quatro cidades (pesos relativos entre 0,32 e 0,38). Quanto aos verbos de ligação, Porto Alegre apresenta um peso relativo consideravelmente diferente dos das outras cidades: o peso 0,57 mostra que, nesta cidade, verbos de ligação favorecem um pouco a colocação do sujeito após o verbo. Em São Borja e Panambi, o peso relativo para os verbos de ligação está próximo do ponto neutro (0,50), de modo que o efeito do verbo de ligação é fracamente correlacionado ao uso da ordem vs naquelas cidades. Finalmente, com relação a Flores da Cunha, verbos de ligação desfavorecem o uso da ordem sv (peso relativo abaixo de 0,50).

A variação Lingüística

(! t

I

Comparando os resultados obtidos no estudo desenvolvido por Zilles com aqueles a que chegou Cameron, vemos que aqui não temos diferença de estrutura Lingüística entre as comunidades. No caso de Cameron, os pesos relativos em San Iuan e Madri eram opostos, no que dizia respeito à especificidade ou genericidade do uso do pronome tú. No estudo de Zilles, os pesos relativos são praticamente os mesmos nas diferentes cidades. Ou seja, ao passo que Madri e San Iuan mostraram ter gramáticas diferentes no uso do pronome tú, Porto Alegre, São Borja, Flores da Cunha e Panambi apresentam identidade de gramática no uso da ordem VS. Madri

e San Iuan, portanto, são duas cidades que constituem comunidades de fala diferentes, ao passo que as quatro diferentes cidades gaúchas constituem uma mesma comunidade de fala.

Podemos então agora, tendo em mãos esses dados, responder com mais propriedade a algumas perguntas que apareceram quando fazíamos nossas constatações empíricas sobre a variação Lingüística. Para a teoria variacionista, diferenças entre comunidades de fala deverão corresponder a diferenças gramaticais, ou seja, diferenças nos efeitos dos 'contextos lingüísticos sobre o uso das variantes. Como foi dito, para saber se tais efeitos são diferentes ou não devemos sempre considerar não os valores porcentuais de distribuição de dados, mas o peso relativo com que eles se distribuem, nas diferentes comunidades em questão.

Voltando à questão da variação individual, a conclusão a que se chega é a de que as diferenças entre os indivíduos de uma mesma comunidade de fala não poderão ser de natureza gramatical, ou seja, os pesos relativos dos efeitos dos contextos lingüísticos no uso de variante pelos diferentes falantes de uma comunidade deverão ser os mesmos ou ser muito próximos. As diferenças que percebemos entre indivíduos de uma mesma comunidade, portanto, são diferenças no nível geral de usar um fenômeno variável.

Finalmente, podemos responder a uma pergunta que enunciamos no final do item 2.1: podemos estudar a língua de uma comunidade inteira partindo da fala de alguns de seus membros, pois os pesos relativos que vão definir os usos de formas variantes pelos falantes são os mesmos pesos relativos que definem a comunidade inteira, ainda que possa haver diferenças nas quantidades de dados de cada falante, dentro do quadro geral de variação.

3.1. Desenvolvendo um estudo variacionista

Fazer análises quantitativas de dados lingüísticos é a palavra de ordem da SocioLingüística Variacionista. Mas o iniciante nesses estudos deve estar se perguntando: onde eu consigo os "dados"? Para fazer Lingüística variacionista também tenho de saber operar estatisticamente com números?

O conjunto de dados, ou corpus, deve ser obtido pelo pesquisador por meio da gravação de conversas entre falantes de um determinado lugar. Não poderemos desenvolver aqui os detalhes procedimentais necessários para a coleta de dados,

mas há vários problemas a serem tecnicamente minimizados durante sua obtenção ou evitados no momento de sua análise, tais como:

. o fato de que os falantes não se comportam com naturalidade diante de um gravador, podendo deixar de usar variantes que usariam normalmente no dia-a-dia, quando não há nenhum gravador ou pesquisador inibindo sua fala; e

. O fato de que, dependendo do caso de variação que se quer estudar, em muitas horas de gravação, são obtidos uns poucos dados e não se podem fazer estudos estatísticos quando se tem em mãos pouca quantidade de dados.

Existem, contudo, várias bases de dados estabelecidos no Brasil e no mundo. Com o desenvolvimento da SocioLingüística, desde os primeiros estudos efetuados por William Labov no nordeste dos Estados Unidos, os centros de estudos Lingüísticas vêm coletando e armazenando dados, em diferentes regiões. Só no Brasil há vários. Um dos mais conhecidos é o banco de dados estabelecido pelo Projeto NURC (Norma Urbana Culta), que durante a década de 1970 coletou dados da fala de pessoas com formação universitária, de diferentes faixas etárias, em cinco capitais brasileiras: São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Salvador e Recife. Algumas das transcrições dessas entrevistas socioLingüísticas foram publicadas em livros, como é o caso de Preti & Castilho (1986 e 1987), em São Paulo. Um outro projeto, ainda em curso e de grande importância, é o VARSUL (Variação Lingüística nos Estados do Sul), que vem coletando dados em diferentes cidades do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, constituindo um imenso conjunto de dados. O pesquisador interessado em analisar o português falado em algum desses lugares pode ter acesso aos corpora já estabelecidos.

Quanto à análise quantitativa, existem programas estatísticos especialmente elaborados para o tratamento de dados Lingüísticas. O mais conhecido e utilizado é um pacote de programas chamado VARBRUL (Pintzuk, 1988; Sankoff, 1988), que tem hoje diferentes versões para uso em sistema DOS e Windows, em computadores do tipo PC e Macintosh. Saber usar tal pacote estatístico é essencial num estudo variacionista quantitativo, pois ele fornece os pesos relativos com que

cada fator Lingüística e extralingüístico está correlacionado ao uso de uma variante. Para usar esse pacote de programas, o pesquisador tem de primeiro isolar os dados em que está interessado, separando-os das entrevistas que gravou e transcreveu ou obteve em algum banco de dados. Após fazer uma análise qualitativa dos dados, observando como as variantes são usadas nos diferentes contextos Lingüísticas que compõem as entrevistas, o pesquisador levanta suas hipóteses a respeito da correlação do uso das variantes que está estudando com fatores de natureza social e Lingüística. Deve-se então proceder a uma codificação dos dados, antes de submetê-las ao tratamento estatístico.

Coleta e isolamento dos dados, levantamento de hipóteses explicativas para a variação (estabelecimento dos grupos de fatores sociais e Lingüísticas possivelmente relacionados ao uso das variantes), codificação dos dados e uso do VARBRUL são itens de todo um curso de SocioLingüística Variacionista. Não seria possível, pelo grande número de detalhes envolvidos nessa metodologia, desenvolvê-la num capítulo de um livro introdutório como este.

Se alguém estiver interessado nas questões relativas ao estudo da variação, mais de um estudo introdutório pode ser citado como leitura paralela. Um bastante conhecido é Introdução à socioLingüística variacionista, elaborado pelo grupo de sociolingüistas da cidade do Rio de Janeiro e editado pela Universidade Federal daquela cidade. Um outro volume, bastante didático na abordagem dos problemas envolvidos na análise sacio Lingüística, éA pesquisa socioLingüística, de autoria de Fernando Tarallo, publicado pela editora Ática.

Uma última questão que merece ser abordada aqui é a dos fatores sociais envolvidos na variação. Também não poderemos desenvolver amplamente o modo como os usos

lingüísticos estão correlacionados a características sociais, como o sexo do falante, sua idade, seu nível econômico e sua escolaridade. As obras citadas desenvolvem mais longamente a questão.

Entretanto, como o foco de nossa preocupação aqui foi a de demonstrar que diferenças entre comunidades são de natureza quantitativa, é necessário que tenhamos ao menos alguma idéia de como os fatores sociais, portanto

extralingüísticos, operam na variação.

Vazzata-Dias (2000), em seu estudo sobre a marcação do plural em predicativos e em particípios passivos na fala do sul do Brasil, demonstrou como o nível de escolaridade

é decisivo na escolha de variantes como as seguintes: .

. Eles são rebelde mesmo.

. Os vizinho da gente é melhor que os parente. . Os presos foram mandado pra Ponta Grossa.

De acordo com o estudo por ela desenvolvido, os pesos relativos para os diferentes níveis de escolaridade são os da tabela abaixo:

Tabela 5. Influência da variável escolaridade na escolha da variante "presença de marca de plural nos predicativos/particípios passivos"

Escolaridade	Número de casos	%	Peso Relativo
Primário	.45/217	21	0,27
Ginásio	90/253	36	0,43
Colegial	192/298	64	0,72

Conforme o que era esperado, antes mesmo da análise qualitativa, os resultados mostram que há uma relação direta entre o aumento dos anos de escolarização e o favorecimento do emprego da marca de plural nos predicativos/particípios passivos.

Na verdade, a correlação aqui demonstrada é um tanto fácil de vislumbrar, uma vez que estamos tratando de um caso de variação em que uma das variantes - a não marcação do plural- é estigmatizada. Portanto, espera-se que, com um maior nível de escolaridade, menor seja seu número de ocorrências.

Entretanto, não é fácil prever o peso que a escolaridade tem no uso de uma forma como "a gente" utilizada em lugar de "nós", uma vez que nenhuma das formas é estigmatizada no uso diário. Desse modo, qual seria a relação entre nível escolar e escolha de uma das variantes? Por outro lado, podemos imaginar que, nos textos escritos, a freqüência de uso de "nós" seja maior do que na fala. Daí podemos perguntar qual a relação entre freqüência de leitura, por parte dos falantes de uma comunidade, e freqüência de uso dos pronomes "nós" e "a gente".

Questões desse tipo são de grande interesse para o desenvolvimento da teoria socioLingüística. O estudo desse e de outros fatores de natureza social vem sendo amplamente discutido e revisto nos fenômenos de variação Lingüística. E ainda há

muito o que se pesquisar sobre as relações entre uso de variantes e fatores extralingüísticos, tais como

-

137

138

Introdução à Lingüística

idade, escolaridade e nível econômico do falante, a fim de se entender melhor de que modo diferenças sociais contribuem para a formação de comunidades de fala diferentes.

Mais além, constatar as variantes usadas por falantes de diferentes características sociais dentro de uma mesma comunidade é essencial para o entendimento de como uma língua se estabelece como tal, permanece como tal, ou muda através do tempo. Mas essa já é uma outra história, de que não trataremos aqui.

Conclusão

Após a leitura deste texto, o iniciante nos estudos lingüísticos pode pensar que as grandes perguntas, que nos fizemos a partir do momento em que começamos a constatar o fato da variação, já estão respondidas. De fato, conseguimos dar conta de questões importantes, sobretudo a da possibilidade de estudar uma língua falada por uma comunidade, a partir da análise da fala de alguns de seus membros.

Observando como se realiza a análise do uso das variantes, poder-se-la pensar que o trabalho do sociolingüista seria um tanto braçal, uma vez que ele teria a tarefa de estabelecer os limites de uma comunidade de fala, estudando a proporção com que diferentes variantes Lingüísticas são usadas em diferentes comunidades e verificando que comunidades são, lingüisticamente, mais próximas entre si e quais são mais distantes.

Não seria pouco trabalho. Na verdade, o Brasil não está muito adiantado na descrição dos seus dialetos e no traçado de suas fronteiras. Estudos dessa natureza - reconhecida como a perspectiva dialetológica da SocioLingüística - constituem ainda um amplo campo de trabalho.

Por outro lado, embora tenhamos respondido a algumas questões, temos de reconhecer que a maioria delas era relacionada ao nosso próprio ponto de vista científico, isto é, em grande parte do texto estivemos às voltas com a delimitação do

objeto de estudo para uma determinada teoria sobre língua. Definimos limites e estabelecemos um método de trabalho. Contudo, no que diz respeito ao funcionamento das línguas, bem como no que conceme às relações entre uso de variantes e fatores sociais, ainda existem muitas perguntas a serem respondidas. E também perguntas cujas respostas precisam ser revistas, de modo que a teoria Lingüística seja cada vez mais refinada e o conhecimento da linguagem humana cada vez mais preciso.

Podemos voltar, por exemplo, a uma das dicotomias saussureanas. Saussure opôs língua (langue), sistema abstrato, homogêneo, à fala (paro/e), execução momentânea e individual da língua. O mesmo autor sugeriu que a Lingüística deveria ocupar-se sobretudo da língua, uma vez que a fala não teria, de acordo com ele, qualquer caráter sistemático. Saussure deixou claro, em sua obra, que língua e fala são universos distintos, embora interrelacionados. Levando isso em conta, os estudos variacionistas têm especial importância, pois acabam sugerindo que língua e fala estão mais do que inter-relacionadas, uma vez que a relação entre elas parece ser de interdependência. Em PB, podemos usar as variantes "beijo" e "bejo", "cheiro" e "chero", "queixo" e "quexo", "treino" e "treno", mas não podemos fazer variações entre "jeito" e "*jeto", "peito" e "*peto". As variações individuais no momento da fala parecem então estar limitadas por regras sistemáticas que caracterizam o português.

A variação Lingüística

Temos, por outro lado, a questão: será que não podemos pensar em inovações que ocorrem na fala e que, com o passar do tempo, acabam sendo incorporadas ao sistema? Mais uma vez, não vamos nos aprofundar nessa questão, mesmo porque se trata de uma questão a respeito da mudança Lingüística. Entretanto, a possibilidade de encaminhar uma resposta a tal pergunta está na continuidade dos estudos sobre variação, bem como na realização de outros estudos, feitos a partir de outras perspectivas. No final das contas, a rigor, ainda temos muito o que descobrir a respeito das línguas.

Bibliografia

CAMERON, R. Ambiguousagreement, functional compensation, and inespecific tú in Spanish of San Juan, Puerto

Rico, and Madrid, Spain. Linguistic Variation and Change. 5, 3, p. 305-334, 1993.
LABOY, W. The social estratification of (r) in New York city department stores. In: LABOY, W. Sociolinguistic
Patterns, Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.
-. Principies ofLinguistic Change.Internal Factors. Oxford UK, Cambridge USA: Blackwell, 1993. - . Principies of Linguistic Change. Social Factors. Oxford UK, Cambridge USA: Blackwell, 2000. MOLLICA, M. C. (org.) Introdução à socioLingüística variacionista. Cadernos Didáticos da UFRJ. Rio de Janeiro:
UFRJ, 1992.
PINTZUK, S. VARBRuLprograms. Manuscrito não publicado, 1988.
PRET!, D. & Castilho, A. T. A linguagem falada culta na cidade de São Paulo. v. 1. São Paulo: TAQueiroz, 1986. -. A linguagemfalada culta na cidade de São Paulo. v. 2. São Paulo: T. A. Queiroz, 1987.
SANKOFF, D. Variable mies. In: AMMON, U.; DITIMAR, N.; MATIHEIR, K.L. (eds.) Sociolinguistics. Nova York:
Walter de Gmyter, 1988. pp. 984-987.
SAPIR, E. Language, an introduction to the study ofspeech. Nova York: Harcourt, Brace and Company, 1929. TARALLO, F. Fotografias socioLingüísticas. Campinas: Pontes Editores e Editora da Unicamp, 1989.
-. A pesquisa socioLingüística. São Paulo: Ática, 1991.
YAZZATA-DIAS, J. F. A concordância de número nos predicativos/particípios passivos na fala do Sul do Brasil
motivações extraLingüísticas. Letras de Hoje, v. 35, pp. 209-228, Porto Alegre: PUC-RS, 2000.
WOODS, L. Accent and Attitude - white southerners living in New York. Manuscrito, 2001.
ZILLES, A. M. S. A posposição do sujeito ao verbo no português falado no Rio Grande do Sul. Letras de Hoje, v.
35, pp. 75-95, Porto Alegre: PUC-RS, 2000.
Sugestões de leitura
. Introdução à SocioLingüística Variacionista (organizado por Cecília Mollica)
Este volume dos Cadernos Didáticos da Universidade Federal do Rio de Janeiro,

editado pela mesma universidade, é provavelmente o guia introdutório mais completo para quem está iniciando seus estudos sociolingüísticos, de uma perspectiva variacionista quantitativa. Diferentes autores contribuíram para a constituição desse manual, que contém artigos sobre cada um dos fatores sociais mais comumente abordados na análise da variação Lingüística - como sexo, idade e escolaridade do falante -, bem como artigos sobre os diferentes tipos de condicionamentos lingüísticos, nos diferentes níveis lingüísticos - a fonética, a morfologia, a sintaxe e o discurso. Esse singular manual também traz um artigo sobre como coletar dados lingüísticos, abordando os principais problemas envolvidos na constituição de um corpus e um artigo muito esclarecedor sobre o modelo matemático que caracteriza o pacote estatístico VARBRUL. Trata-se, na verdade, de um minicurso de Sociolingüística compilado na forma de livro, o que faz dele uma leitura obrigatória.

. A pesquisa socioLingüística (Fernando Tarallo)

Editado pela Ática, este é também um pequeno manual de particular interesse nos estudos introdutórios de SocioLingüística. A particularidade desse texto está no fato de que o autor evidencia muito didaticamente as relações entre variação e mudança lingüísticas, chamando a atenção do leitor iniciante para a importância do estudo da heterogeneidade de um ponto de vista sincrônico (a língua vista num determinado recorte temporal de sua história) e de um ponto de vista diacrônico (a língua vista através dos tempos, em diferentes momentos de sua história).

. Fotografias socioLingüísticas (organizado por Fernando Tarallo)

Trata-se de um clássico na literatura sobre SocioLingüística no Brasil. Editado pela Pontes Editores e pela Editora da Universidade Estadual de Campinas (1989), esse é um volume que não pode ser chamado de introdutório, do mesmo modo como os já comentados. Essa reunião de textos, como o próprio nome metafórico sugere, constitui um retrato do português do Brasil a partir de análises teórica e empiricamente bastante elaboradas. Tendo sido introduzido no campo da pesquisa socioLingüística, o leitor encontrará nessa obra abordagens exemplares.

. Principies of Linguistic Change "Princípios de Mudança Lingüística" (William Labov) Volume 1- Internal Factors (Fatores Internos, ou lingüísticos)
Volume 2 - Social Factors (Fatores Sociais)

Ambos editados pela Blackwell, o primeiro em 1994 e o segundo, em 2000, infelizmente ainda não foram traduzidos para o português. Evidentemente, são leituras menos laboriosas quando já se tem alguma maturidade no trabalho sociolingüístico. O interesse para o iniciante, contudo, está no fato de que tais volumes trazem uma riquíssima bibliografia, cuja consulta pode ser bastante ilustrativa para quem está iniciando seus estudos em socioLingüística. Dando especial atenção ao modo como dialetos urbanos vieram modificando-se rapidamente no decorrer do século xx (os exemplos são basicamente do inglês falado nos Estados Unidos e na Inglaterra), Labov dedica-se ao estudo dos princípios mais gerais que governam a alteração da estrutura Lingüística. Apesar de focalizar sobretudo a mudança Lingüística, esses volumes são de grande importância para o entendimento das características da variação, bem como para o entendimento da língua vista como produto social.

5xxx

A mudança Lingüística

Paulo Chagas

Introdução

I

o fato de as línguas passarem por mudanças no tempo é algo que pode ser percebido de mais de uma forma. Uma delas é o contato com pessoas de outras faixas etárias. Quanto maior a diferença de idade, maior a probabilidade de encontrarmos diferenças na forma de falar de duas pessoas. Suponhamos que um falante de cerca de vinte anos converse com outro falante de cerca de setenta anos. Ambos poderão perceber diferenças, por pequenas que sejam, de vocabulário,

construções diferentes, pronúncia diferente de certas palavras ou de certos sons.
Além dessa maneira, acessível a todo falante de uma comunidade Lingüística, outro modo de percebermos a realidade da mudança Lingüística é entrarmos em contato com textos escritos ou falados de outras épocas. Textos falados seriam gravações, filmes ou qualquer outro tipo de registro que permita que escutemos os sons utilizados. Textos desse tipo nos permitiriam recuar apenas cerca de um século no tempo. Se pretendermos ter uma noção das mudanças de alguma língua num período mais extenso ou mais distante do atual, precisaremos recorrer a textos escritos. Ao fazer isso, devemos estar preparados para interpretar o que está registrado nesses textos e em que medida eles são um retrato fiel da língua falada. Embora seja algo conhecido que as línguas mudam, tanto em sua forma falada quanto em sua forma escrita, a língua escrita é sempre mais conservadora do que a língua falada. Quando a língua escrita já se encontra em um estado normalizado, sujeito a regras socialmente estabelecidas e estáveis, ela pode dar a impressão de que certas mudanças ocorrem em bloco e em saltos, o que não é verdade para todos os teóricos. O problema é que o contato com textos escritos de certa forma filtra bastante a nossa percepção da ocorrência de mudanças Lingüísticas. Se nos limitarmos à forma como a escrita registra a pronúncia dos sons e palavras do português, por exemplo, podemos constatar facilmente que já há algum tempo vários tipos de palavras tiveram sua pronúncia alterada, mas continuam a ser grafadas da mesma forma. Por exemplo, palavras como ouro, beijo ou cadeira não são mais pronunciadas pela maioria dos falantes com ditongo na sílaba tônica, mas continuam a ser grafadas dessa forma. Esse afastamento da língua escrita e da língua falada é algo normal e que pode ser verificado em qualquer língua que seja representada graficamente.

Das línguas mais familiares para nós brasileiros, o inglês é um caso extremo de discrepância entre grafia e pronúncia, já que as consoantes iniciais em know e psychology são mudas, bem como a consoante final em palavras bomb, por exemplo. Algumas seqüências gráficas como -ough podem ter várias pronúncias

inteiramente diferentes, como ocorre nas palavras though [õoU] 'embora', through [em:] 'através', tough [tAt] 'duro' e cough [bt] 'tosse' .
São conhecidos também exemplos como o do francês, em que palavras como haie 'sebe, cerca-viva' e est 'é, está', com grafias tão díspares, são homófonos com a pronúncia [E], ou seja, são usadas três ou quatro letras para representar um único som. É importante assinalar que esses não são casos isolados.
Voltando para o português, podemos verificar que se a língua escrita tivesse como objetivo principal representar de forma diferente o que soa diferente e de forma igualo que soa igual, não teríamos palavras homófonas mas com grafia diferente, como o par caçar e cassar. Mas não é isso o que ocorre. O som [s] é um caso extremo no português, podendo receber nove transcrições diferentes. Por incrível que pareça, é isso o que temos em: som, nosso, centro, preço, exceto, sintaxe, voz, crescer e cresça.
Além desse exemplo em que o mesmo som é representado de nove maneiras diferentes, podemos ter também situações um tanto estranhas. Um outro exemplo do português pode nos mostrar como devemos interpretar com cautela as informações que nos são dadas por textos escritos. Se olharmos a grafia das formas preso e prezo do português, perceberemos que a grafia delas nos sugere que o terceiro som da palavra deve ser pronunciado da mesma maneira nas duas palavras, ao passo que o quarto som deve ser pronunciado diferentemente. Uma transcrição fonética das duas palavras nos mostraria o quanto essa hipótese estaria equivocada, já que a primeira palavra seria transcrita [prezu] e a segunda seria transcrita [prEzu]. Um falante de outra língua que visse a grafia dessas formas do português poderia, portanto, imaginar erroneamente a existência de diferenças onde elas não existem e semelhanças igualmente onde elas não existem. A lição que devemos tirar dessas considerações é que é necessário antes de tudo saber interpretar o que o texto escrito nos diz para não ficarmos com um quadro falso de como a língua é, de como ela já foi e, portanto, também do que mudou.
No item seguinte, após termos visto dois textos de épocas diferentes da nossa, veremos diversos exemplos de mudanças gráficas que deverão ser analisadas com desconfiança, antes de virmos a atribuir-lhes o caráter de mudança Lingüística propriamente dita.
Apesar de precisarmos usar de cautela, podemos reconhecer a presença de

alterações também nos textos escritos. Qualquer falante da língua portuguesa que tome contato com textos de outras épocas perceberá que nossa língua sofreu modificações no tempo. Mesmo que nos limitemos a textos em prosa veremos que a língua de um texto do século XIII, época dos primeiros registros escritos em português, não era igual à de um texto do século XVII, e que nenhum dos dois é igual à forma como escrevemos hoje em dia. Evidentemente, a distância de cerca de alguns séculos entre os textos facilitaria a localização de elementos que mudaram. É isso o que faremos inicialmente neste capítulo. Examinaremos inicialmente um texto de cada um desses dois séculos (o XIII e o XVII), a fim de nos familiarizarmos com certas mudanças que ocorreram no português nesse período. Há, então, um intervalo de cerca de 400 anos entre os dois textos e entre o do século XVII e o do período atual. Evidentemente, o conhecimento do português atual fica pressuposto neste capítulo. Os

textos são extraídos de Tarallo (1991), que compreende textos desde o século XIII até o século xx.

Fazendo então, um recuo de cerca de oitocentos anos, vejamos inicialmente o texto do século XIII, a Lei dos Almuxarifes de D. Afonso 11, datada de 1211, e contida nos Portugaliae Monumenta Historica, Leges et Consuetudines, p. 164-165.

I Como el-rey manda aos seus almuxarifes que nom leuem nenhuma cousa d'aqueies a que acaeçe pri2 goo no mar.

3 Stabeleçemos que nenhuum nom leue aaqueles que acaeçer perigoo no mar, assy dos da terra come dos 4 das outras, se acaeçer por britamento de naue ou de nauio, alguma cousa que andasse na naue ou no 5 nauio que aportase na rribeyra ou en alguum porto, mais os ssenhores d'essas cousas ajam-nas todas 6 em pax, assy que os nossos almuxarifes nom leuem d' eles cousa, nem aquelles que de nos as terras 7 teuerem, nem nenhuum outro. Ca ssem rrazom pareçe que aquel que he atormentaado dar-Ihi homem 8 outro tormento. Se per uentuyra alguum contra esta nossa constetiçom quizer hir, reteendo-Ihi o sseu 9 auer, leuando dos dauamdictos alguma .cousa, fecta primeiramente entrega das cousas que Ihi filharom

tO ou perderom, perça quanto ouver.

Avançando cerca de quatrocentos anos no tempo, vejamos em seguida o texto do

século XVII, que é um parágrafo do Capítulo XXIII da Jornada dos Vassalos da Coroa de Portugal, escrita pelo padre Bartolomeu Gomes.

I Do que succedeo na Bahya, sendo Capitão Mor. Francisco Nunez Marinho de Eça

2 Ainda que sabia o Gouernador Matthias de Albuquerque, quam bem prouido estaua o lugar de Capitão 3 Mor na Bahya, na pessoa do Bispo, pello acordo, valor & vigilancia, com que o bom pastor se desue4 laua a fazer guerra ao inimigo, pedia toda a rezão o aleuiasse de tanto trabalho, pera com mayor cuida5 do o ter no gonerno [sic] pera sua Igreja, porque doutrinas hereticas, não tiuessem entrada nella. E ate 6 deste particular, se não esqueceo sua Magestade, que o não encomendasse aos senhores Gouernadores, 7 Bispo, & Gouemador do Brazil, vigiassem com grande cuidado, não espalhassem os inimigos alguns 8 liuros de seus erros. Por este respeito, se resolueo o Capitam Mor da Bahya, ao Capitam, Francisco 9 Nunez Marinho de Eça, do habito de Christo, pessoa de muyta confiança, & experiencia da guerra, na

tO India, & fora della: & que fora Capitam Mor, na Parahiba, em cujos rebaldes aposentado viuia. Leuou II socorro de muniçoens, quanto se lhe podia dar, em tempo Iam necessitado dellas. Levou poderes, não 12 so na sua Capitania, mas na de Seregipe, Ilheos, & Porto Seguro, pera se valer dellas em toda a necessi13 dade que tiuesse de socorro, & mantimentos.

Qualquer um desses textos apresenta características que se afastam das do texto deste capítulo, por exemplo, escrito no início do século XXI.

Se pensarmos um pouco mais detidamente sobre a mudança Lingüística, poderemos formular pelo menos três tipos de perguntas, que nos darão uma perspectiva geral sobre ela. Poderíamos perguntar: (1) o que muda nas línguas?; (2) por que elas mudam?; (3) como elas mudam? Essas perguntas são a essência dos três itens seguintes.

1 . O que muda nas línguas

Observando mais atentamente os textos dos séculos XIII e XVII que vimos, podemos detectar uma série de diferenças entre esses textos e o português atual.

Tendo em mente a ressalva feita na introdução quanto à fidedignidade do texto escrito e seu uso como representação da língua falada, devemos ser cautelosos também ao atribuir a toda e qualquer distinção ortográfica o status de mudança Lingüística. Se as letras da escrita atual não correspondem uma a uma a sons

diferentes, é aconselhável sub
143

144

meter os dados escritos a um crivo bem rigoroso para não ficarmos com idéias falsas a respeito do que mudou. Tendo feito isso, deveremos descartar, por não serem exemplos de mudanças Lingüísticas propriamente ditas, diversas distinções que provavelmente são apenas mudanças ortográficas.

Mesmo que examinemos o trecho mais recente, o da Jornada dos Vassalos, que é do século XVII, ao encontrarmos palavras como mayor e Magestade, podemos pensar numa mudança de pronúncia, já que a escrita é utilizada para representar os sons da língua. Ou seja, podemos raciocinar da seguinte maneira: se a escrita representa os sons da língua e se alterou, isso quer dizer que os sons que ela representa também se alteraram. Na verdade, podemos estar completamente equivocados, o que pode ter acontecido em razão de mudanças gráficas ocorridas por dois motivos distintos. O primeiro relaciona-se a textos de épocas como o século XIII, que têm como característica o fato de não apresentarem uma ortografia oficializada, não estarem sujeitos a regras de ortografia estabelecidas e aceitas por todos.

Assim, autores diferentes podiam grafar a mesma palavra de forma diferente. Na verdade, isso acontecia inclusive com o mesmo autor, que podia grafar a palavra um a seu bel-prazer como um, hum, íl etc. Mesmo em períodos em que a ortografia está fixada por regras definidas, uma mudança de ortografia pode refletir uma mudança de pronúncia ou não. Palavras como sciencia tinham até o início do século xx uma grafia etimológica, ou seja, uma grafia que tinha o objetivo de refletir sua grafia na língua de origem, o latim. Se se passa de uma grafia com preocupações fortemente etimológicas para outra que tenha o objetivo primordial de representar os sons das palavras em sua pronúncia atual, ou pelo menos em uma delas, certos elementos gráficos que não correspondem a uma diferença atual de pronúncia deixam de ser utilizados.

Esses exemplos são em maior número no texto do século XIII (no qual a grafia oscilava de forma bem acentuada), mas também ocorrem no do século XVII.

Algumas dessas falsas diferenças encontradas na Lei dos Almuxarifes são: já na primeira linha do texto, as duas ocorrências de ç antes de e, em stabeleçemos e em acaeçer; em vez do c utilizado atualmente; o uso de s simples ou dobrado de forma oposta à do português atual, como em aportase (linha 3) e ssenhores (linha 4); e o fato de a escrita não distinguir u de v, como vemos na palavra uentuyra (linha 7), em que a primeira ocorrência do u gráfico corresponde ao nosso v atual.

Feitas algumas ressalvas como essas, podemos passar a listar algumas das diversas mudanças de fato do texto do século XIII com relação ao português atual:

. tentando identificar diferenças de pronúncia entre o português do século XIII e o português atual, nos chamam a atenção algumas vogais dobradas. Algumas delas ocorrem em sílaba tônica e talvez reflitam a duração maior das vogais tônicas (o que ocorre ainda hoje), como é o caso de atormentaado (linha 7). Outras, entretanto, como perigoo, na linha 1, não estão em sílaba tônica, e possivelmente refletem uma pronúncia existente na época que ainda mantinha as duas sílabas pós-tônicas etimológicas derivadas do latim periculum;

. formas desusadas de palavras ainda em uso, como assy e come (linha 2), bem como aquel e cousa (linha 5);

. encontramos no texto a preposição per (linha 7). Essa variante, embora em de suso, nos mostra o porquê de termos ainda hoje em dia pelo como contração de

por + o, ou seja, havia essa outra variante em estágios anteriores do português, e a forma que prevaleceu precedendo o artigo foi esta, atualmente desusada quando não seguida do artigo definido (anão ser em formas como pelaí, que encontramos de vez em quando);

. arcaísmos lexicais, ou seja, certas palavras que caíram em desuso, como acaeçer ("acontecer") e britamento ("naufrágio"), na linha 2;filhar ("tomar") na linha 9;

. em termos morfológicos, temos a manutenção (que não fica evidente somente a partir desse trecho) da distinção entre as formas de terceira pessoa do plural do perfeito e do mais-que-perfeito. As formas filharom e perderam (linha 10) são do perfeito. Mais tarde elas se tomaram homônimas com as do mais-que-perfeito

(jilharam e perderam);
. ainda dentro da morfologia, encontramos a forma perça (linha 10) como subjun
tivo do verbo perder.
. em termos sintáticos, temos as palavras nenhuum (linha 1) e alguum (linha 7) como pronomes indefinidos usados substantivamente, de acordo com a terminologia gramatical corrente, ou seja, tendo usos correspondentes aos dos nossos ninguém e alguém atuais;
. há também palavras que deixaram de ser usadas em certas construções, como o verbo haver, com o sentido de "ter", que aparece na forma ajam (linha 4) e na forma ouver (linha 10). É claro que a ausência do h inicial é apenas um problema de grafia distinta da atual, não tendo havido nenhuma mudança em relação a isso. Hoje em dia grafamos todas as formas desse verbo com h inicial, mas nunca o pronunciamos;
. o pronome indefinido homem (linha 7), com sentido de quantificador existencial (alguém) ou genérico (as pessoas em geral). Essa construção, perdida no português atual e em outras línguas românicas, é freqüente nas línguas germânicas e no francês. Em francês, por exemplo, o pronome on (originariamente o caso su
jeito correspondente à forma regida ome, omne, todas elas formas do substantivo com o significado original de "homem") é utilizado em frases como on parle
jrançais "se fala francês", "a gente fala francês". Da mesma forma, em várias línguas germânicas, como o alemão, encontramos o pronome man com esses mesmos sentidos, como em man spricht Deutsch, "fala-se alemão" (literalmente, "homem fala alemão");
. a concordância negativa em que nenhuum nom leue (linha 1), equivalente a que ninguém leve no português atual. Embora seja comum a denominação dupla negação para nos referirmos a esse tipo de construção, atualmente esse termo é reservado para cQIlstruções em que uma negativa cancela a outra. Quando ocorrem dois termos que isoladamente são negativos e o sentido global continua a ser negativo, o termo usado atualmente é concordância negativa.
Vejamos agora algumas diferenças encontradas no texto do século XVII com relação ao português atual. Dada a maior proximidade no tempo, é de se esperar que esses dois momentos da língua sejam mais semelhantes. Várias vezes ocorrem sujeitos separados de seus verbos por vírgula (por exemplo, na linha 1 e no final da

linha 5), mas essa diferença se circunscreve à pontuação, não caracterizando de modo algum uma mudança Lingüística que tenha ocorrido. É possível, no entanto, localizar divergências:

I .L

. algumas palavras apresentam variantes em desuso hoje em dia, como rezão (linha 4), em lugar de razão, e pera (linha 4), em lugar de para. Isso pode tanto indicar uma alteração de pronúncia quanto maneiras diferentes de grafar a vogal átona;

. a palavra rebaldes, hoje desusada. Das numerosas palavras de origem árabe que entraram no português durante o domínio mouro na Península Ibérica, muitas se fixaram na forma precedida do artigo definido al, por exemplo alfaiate, álgebra. Outras se fixaram sem o artigo. Provavelmente houve variação com algumas delas. Nas palavras cuja forma em árabe era iniciada por uma consoante coronal, ou seja, uma consoante produzida com a ponta da língua, havia assimilação do l do artigo definido a essa consoante coronal, surgindo uma consoante geminada ou dobrada, pronunciada mais longa do que a consoante simples. Essa é a origem de palavras como arroz e azeite. A consoante geminada só se manteve nas palavras com r. A palavra rebaldes, que ocorre no texto citado, é a mesma que se manteve na forma arrabalde, tendo sido utilizada, portanto, quer em sua forma sem artigo, quer na forma precedida do artigo definido, que se assimilou ao r seguinte;

. a locução conjuntiva ainda que (linha 1) é empregada com o indicativo (ainda
que sabia), em vez de com o subjuntivo, como hoje em dia (ainda que soubesse);

. a posição distinta do clítico ou pronome átono com relação à negação em E ate
deste particular, se não esqueceo sua Magestade (linha 6), já que atualmente o
clítico se aparece entre a negação e o verbo, e não antes da negação;

. o mesmo ocorre com o pronome de terceira pessoa em que o não encomendasse
... (linha 7);

. há ainda que assinalar a grande ocorrência de orações com o sujeito posposto ao verbo, mesmo com verbos transitivos, o que se distingue do português brasileiro atual. Os exemplos do texto são: "Ainda que sabia o Gouemador Matthias de Albuquerque, quam bem prouido estaua ..." (linhas 1 e 2); "pedia toda a rezão o aleuiasse de tanto trabalho" (linha 4); "E ate deste particular, se não esqueceo sua Magestade" (linha 6); "Por este respeito, se resolueo o Capitam Mor da Bahya" (linha 9);

. no trecho porque doutrinas hereticas, não tiuessem entrada nella (linhas 5 e 6) vemos a conjunção porque com subjuntivo e sentido correspondente ao para que atual;

. o verbo esquecer aparece construído com verbo no subjuntivo na forma negativa na subordinada, em vez de com infinitivo, em se não esquece o sua Magestade, que o não encomendasse aos senhores Gouernadores, Bispo, & Gouernador do Brazil, vigiassem com grande cuidado.

Examinar esses textos e confrontar a linguagem utilizada neles com o português atual pode nos dar a falsa impressão de que o português ainda estava em formação como língua nesses momentos, mas hoje em dia já temos uma língua constituída, que não estaria, portanto, sujeita a mudanças como em períodos anteriores. Não poderíamos estar mais longe da verdade, pois como já foi dito, além dos textos escritos de outras épocas, podemos perceber a mudança conversando com pessoas de outras faixas etárias.

A mudança Lingüística

Para evitar que prevaleça essa impressão, será conveniente listarmos algumas mudanças em operação no português atual, as quais poderão ser multiplicadas pelos leitores. Há algum tempo vêm ocorrendo alterações no sistema dos pronomes pessoais, com formas como tu, nós e vós enfrentando a concorrência de formas como você, a gente e vocês, respectivamente. Dessas três formas, vós é a que já foi praticamente eliminada da língua falada, tanto no Brasil como em Portugal. Já o pronome tu foi perdido em muitas regiões do Brasil no caso reto, mas preserva ainda bem vivos a forma te e o possessivo teu. O pronome nós enfrenta a forte concorrência da expressão a gente, embora se conserve sem ser ameaçado em certos contextos.

O surgimento de particípios passados formados com acréscimo de -o à raiz verbal, como emjá tinha chego, em vez de já tinha chegado. O caso específico de chegar provavelmente é influenciado pela existência do particípio irregular pego, de pegar, foneticamente muito semelhante a ele.

Por esses exemplos podemos perceber que as mudanças não se restringem a um nível da gramática, podendo ocorrer em qualquer um deles. Vimos mudanças fonológicas, sintáticas, morfológicas, semânticas, lexicais etc. É importante também percebermos que uma mudança em um desses componentes da gramática pode levar a alterações em outro, como o surgimento de formas como você, que acabou por afetar o sistema de pronomes possessivos, produzindo ambigüidade no possessivo seu, interpretável como de segunda ou de terceira pessoa.

2. Por que as línguas mudam

A segunda pergunta que fizemos na introdução é a que se relaciona com a razão por que ocorrem mudanças Lingüísticas. Como vimos no começo do capítulo, a língua escrita não reflete todas as mudanças que ocorrem na língua falada. A língua escrita vem normalmente a reboque das mudanças ocorridas na língua falada, havendo freqüentemente uma defasagem entre o aparecimento de mudanças na língua falada e o momento em que elas passam a ser aceitas ou pelo menos toleradas na língua escrita. O que discutiremos neste item diz respeito à língua falada.

A perspectiva aqui adotada é a da SocioLingüística Variacionista, iniciada por Labov. Para compreendermos a importância de Labov no estudo da mudança Lingüística, precisamos antes olhar brevemente o tipo de Lingüística iniciado por outros dois grandes lingüistas no século xx: o estruturalismo saussureano e o gerativismo chomskyano.

Ao fazer qualquer observação a respeito de uma língua, podemos analisar aspectos que são momentâneos (relacionados a um único momento, presente ou não) ou aspectos que apresentam certa duração no tempo (relacionados a pelo menos dois momentos e ao intervalo entre eles). No início do século xx, Saussure apontou, no Curso de lingüística geral, a necessidade de distinguir fatos sincrônicos e diacrônicos, algo inusitado e importantíssimo para a época. Como a Lingüística anterior a ele tinha cunho quase unicamente histórico, utilizando o chamado método histórico-comparativo, a posição de Saussure representou uma grande ruptura ao

destacar de modo incisivo não só a possibilidade mas a necessidade de estudar os fatos lingüísticos sem qualquer correlação com sua história.

Na verdade, a intenção de Saussure foi mais ampla: isolar o estudo da língua de tudo que é exterior a ela, o que inclui os pontos de vista da história, da antropologia, da etnografia, da sociologia e da psicologia, segundo seu modo de ver a Lingüística. Em outras palavras, Saussure quis estabelecer a Lingüística interna como uma disciplina científica, relegando para segundo plano a Lingüística externa, que se ocupa da relação existente entre a língua e a história, as instituições e a estrutura da sociedade. A Lingüística externa é vista por ele como algo secundário. O essencial seria, então, estudar os elementos da língua e como eles se relacionam entre si.

Paralelamente a isso, Saussure estabeleceu uma distinção bastante rígida entre os fatos sincrônicos e os fatos diacrônicos. É o que.verificamos na seguinte citação do Curso de Lingüística geral (p. 96 da edição brasileira): "É sincrônico tudo quanto se relacione com o aspecto estático da nossa ciência, diacrônico tudo o que diz respeito às evoluções. Do mesmo modo, sincronia e diacronia designarão respectivamente um estado de língua e uma fase de evolução".

Como conseqüência dessa forma de ver a relação entre o sincrônico e o diacrônico, verificamos no próprio Saussure que a distinção entre os dois pontos de vista era tida como absoluta, não admitindo compromissos, como vemos neste outro trecho: "A oposição entre o diacrônico e o sincrônico se manifesta em todos os pontos. Por exemplo - e para começar pelo fato mais evidente -, não tem importância igual. Nesse ponto, está claro que o aspecto sincrônico prevalece sobre o outro, pois para a massa falante, ele constitui a verdadeira e única realidade" (idem: 105-106).

Portanto, um ponto fundamental a respeito das posições teóricas de Saussure quanto à língua e seus aspectos diacrônico e sincrônico é o fato de que ele considera que essas são duas perspectivas totalmente distintas. O aspecto sincrônico estaria relacionado ao que é momentâneo e estático e o diacrônico, ao que tem duração no tempo e é dinâmico.

O principal equívoco de Saussure com relação a essa dicotomia, como assinalado por Jakobson (1969), foi justamente equiparar essas duas dicotomias: sincrônico e diacrônico corresponderiam, para Saussure, respectivamente, a estático e dinâmico. Contudo, como apontou Jakobson, as quatro combinações entre essas dicotomias são possíveis. Ou seja, podemos ter as seguintes combinações, exemplificando com o português:

. fatos sincrônicos e estáticos: fatos que se apresentam em equilíbrio, sem perspectiva de alteração num determinado momento, seja ele presente ou não. Exemplos: atualmente há a existência de dois gêneros, há concordância de gênero; no período arcaico havia a distinção entre ch [tS] e x [J];

. fatos sincrônicos e dinâmicos: fatos que num determinado momento apresentam indicação de estarem em processo de mudança. Por exemplo: atualmente, há mudança no uso do pronome pessoal de primeira pessoa do plural, com a gente gradativamente substituindo nós;

. fatos diacrônicos e estáticos: sempre houve três conjugações verbais no portu guês;e

. fatos diacrônicos e dinâmicos: a perda da mesóclise como fenômeno vernáculo no português do Brasil. Vernáculo deve ser entendido aqui no sentido de Labov, um tipo de construção que os falantes usam enquanto estão conversando à vontade e sem fazer esforço consciente para falar "corretamente".

o quadro que se tem da língua em um momento dado, de acordo com a perspectiva saussureana do Curso de Lingüística geral, o de um conjunto fechado e homogêneo de regularidades, de fatos estáticos, prevaleceu durante muito tempo. Assim, seria possível descrever uma língua sem que fosse necessário considerar elementos em variação ou em mudança nem o papel que a estrutura da sociedade teria nesses dois fenômenos. Essa concepção nos leva a ver a língua como algo autônomo, que tem seus fenômenos sincrônicos como primordiais. Provavelmente como conseqüência do fato de ter tido a intenção de romper com a tradição anterior, eminentemente histórica, Saussure acabou por relegar a diacronia a uma posição de pouca importância.

Outra das grandes correntes teóricas da Lingüística, o gerativismo iniciado por Chomsky em meados do século xx, surgiu também como reação ao tipo de Lingüística que se praticava na época. Dessa vez, o alvo da reação foram os estruturalistas americanos, que se filiavam a uma concepção de língua extremamente mecanicista, em que aprender uma língua era visto como um processo de imitação, generalização estimulada por reforços positivos etc., bem à maneira do behaviorismo ou do comportamentalismo de Skinner, que rejeitava a preocupação com o que se passa na mente das pessoas em razão de isso ser algo inacessível a um observador externo.

Em 1959 foi publicada a famosa resenha que Chomsky fez do livro Verbal Behavior de Skinner, na qual são apresentados argumentos fortes a favor de uma concepção segundo a qual os falantes de uma língua são criativos no uso que fazem dela, não podendo se restringir a uma simples imitação do que já ouviram. A concepção que Chomsky tem desenvolvido desde então se centraliza justamente no conhecimento lingüístico armazenado na mente do falante, mudando, dessa forma, por completo o foco das pesquisas Lingüísticas, passando da sua manifestação externa para algo interno ao falante.

Por estar interessado no conhecimento individual a respeito da língua, na relação entre língua e mente, Chomsky pressupõe um falante ideal numa comunidade ideal, também com o objetivo de abstrair considerações sociais. Fazendo uma oposição entre gramática (tida por ele como o conhecimento que cada falante tem do idioma que utiliza), e língua (tida como algo social), Chomsky faz claramente uma opção metodológica em favor da primeira.

Vemos assim que nem a visão estruturalista, descendente de Saussure, nem a visão gerativista, iniciada por Chomsky, pretendem relacionar a língua, suas variações e alterações com a heterogeneidade da sociedade. Diferentemente dessas duas perspectivas, a abordagem socioLingüística variacionista, iniciada por Labov, não procura eliminar da análise o que é variável e mutante. Pelo contrário, ela faz da variação e da mudança lingüísticas os objetos centrais de estudo, relacionando-as justamente a alguns dos aspectos que Saussure e Chomsky quiseram manter fora da análise da língua: a estrutura da sociedade e sua história.

Para Labov, toda língua apresenta variação, que é sempre potencialmente um de sencadeador de mudança. Como a mudança é gradual, é necessário passar

primeiro por um período de transição em que há variação, para em seguida ocorrer a mudança. Como a mudança e a variação estão estreitamente relacionadas, é muito difícil estudar uma sem estudar a outra.
De certa forma, Labov faz o caminho inverso de Saussure, já que este fez um esforço para excluir o que é externo à língua em si dos estudos lingüísticos, e aquele procu

ra justamente demonstrar que o funcionamento de uma língua não pode ser entendido no vácuo. Ela necessariamente faz parte de uma sociedade que a utiliza, a influencia e é influenciada por ela.
Ora, Saussure (1969:13) declara ser um dos objetivos da Lingüística "estudar as forças que estão permanentemente em jogo nas línguas". Embora possamos detectar forças internas à língua agindo sobre ela (fatores gramaticais), é igualmente verdadeiro que há forças externas à língua que atuam nela (fatores sociais, por exemplo). Se deixamos de lado tudo o que é social, não estritamente interno à língua, não podemos explicar, por exemplo, por que alguns falantes utilizam um r retroflexo, isto é, com a ponta da língua voltada para trás, o chamado r caipira, em contextos que outros utilizam um r vibrante alveolar e outros utilizam apenas uma aspiração, sem que haja distinção de significado. Abdicando de qualquer consideração quanto à estrutura da sociedade, à heterogeneidade das classes sociais e das populações de regiões diferentes etc., ficamos apenas com uma "variante livre", que na verdade não é inteiramente livre, se consideramos, por exemplo, a classe social ou a região de origem do falante.
Labov considera, então, que não devemos parar no que é estritamente lingüístico. Se queremos explicar quais forças agem na língua, podemos e devemos incluir o modo como a língua está inserida na sociedade. Muitos fenômenos que pareciam aleatórios recebem assim uma explicação por vezes bastante óbvia.
Mas, afinal, por que as línguas mudam?

Como apontou Coseriu (1979), a língua nunca está pronta. Ela é sempre algo por
refazer. A cada geração, ou mesmo em cada situação de fala, cada falante recria a

língua. Dessa forma, ela está sujeita a alterações nessa recriação. Por outro lado, depende de uma tradição, já que cada falante diz as coisas de determinada maneira em grande parte porque é daquela maneira que se costuma dizer. Há então um delicado jogo de continuidade e de inovações, estas sempre em menor número.

Como a língua está sempre sendo recriada, ela comporta o surgimento de inovações a todo momento. O crucial é que nem toda inovação vinga, nem toda inovação érealmente incorporada e difundida pelos falantes de uma determinada comunidade. Se tomamos as consoantes vibrantes, ou seja, o r fraco e o r forte, que apresentam grande variação no Brasil, constatamos que há variantes que não dão sinais de que estariam se difundindo: a chamada "língua presa", em que o falante pronuncia palavras como presa como se fosse algo como pdesa; o r forte em final de palavra seguida por palavra iniciada por vogal, como emfazer isso, pronunciado como se fossefazerrisso.

É importante termos em mente que as línguas são heterogêneas, não são sistemas perfeitos, prontos, acabados. Pode haver nelas heterogeneidade de origem externa ou interna à língua, e a heterogeneidade de um tipo pode gerar também heterogeneidade do outro tipo. Por exemplo, há atualmente no português do Brasil uma tendência de perda dos pronomes átonos ou clíticos. Essa tendência é bem acentuada nos clíticos de terceira pessoa, mas não se limita a ela. Formas como eu vi ele são bem mais comuns no vernáculo do que eu o vi. Mas além dessa situação de perda de um clítico (o, a, os, as), há também a substituição de um clítico por outro. Com a primeira pessoa do plural encontramos formas como nós se encontramos, em vez de nós nos encontramos. Podemos explicar esse uso, por um lado, considerando que esse se. aparece com nós porque existe a forma de tratamento a gente, que tem o pronome se como seu reflexivo, e talvez haja uma extensão do

uso do se para o de um reflexivo do nós. Mas outro fator que provavelmente influi no uso do se, em vez do nos como reflexivo de nós é um fator prosódico. Os c1íticos são prosodicamente fracos e sujeitos a fortes restrições prosódicas, como que tipo de sílaba eles são, se pesada (com ditongo ou consoante no final da sílaba) ou leve (sem nenhum dos dois).

Nesse sentido, os únicos c1íticos que parecem continuar sendo amplamente usados no português do Brasil são os que apresentam a forma cv (consoante seguida de vogal), o tipo de sílaba considerado o mais básico nas línguas em geral. São eles: me, te e se. Dessa forma, surgem construções como nós se encontramos, evitando-se, assim, o uso de um c1ítico que é uma sílaba pesada. Surgindo essa variante, ela acabou sendo vista como nãopadrão, produzindo assim uma heterogeneidade quanto à reação que provoca. Uns não percebem que seu uso seria um desvio, ao passo que outros a reprovam.

Qualquer desequilíbrio desencadeado por motivos unicamente lingüísticos ou por motivos externos à língua pode dar origem à variação. E toda variação pode em princípio vir a ocasionar mudança.

Como a língua está a todo momento se equilibrando entre tendências potencialmente conflitantes, e até mesmo opostas, está sujeita a sofrer mudanças, pois esse equilíbrio pode vir a ser alterado por qualquer tipo de fator, interno ou externo.

Examinaremos a seguir a relação entre a língua e a sociedade com um exemplo específico, partindo da idéia de que tanto a língua quanto a sociedade podem apresentar uma grande heterogeneidade. Essa heterogeneidade é no fundo a raiz de toda mudança e podemos verificar que a heterogeneidade na sociedade pode gerar heterogeneidade na língua, e vice-versa. No caso dos reflexivos expostos, a heterogeneidade Lingüística gerou uma variação que gera reações diversas, ou seja, uma heterogeneidade externa à língua. Qualquer outra variação que surja por motivos que não os internos à língua constitui também uma heterogeneidade dentro da própria língua.

Tomemos como exemplo o caso dos pronomes pessoais no português. O sistema pronominal herdado do latim tinha tu como único pronome de segunda pessoa do singular. Já dentro do período em que podemos considerar que existia uma língua portuguesa e não mais uma forma diferente do latim, surgem determinadas formas de tratamento que são utilizadas para expressar um grau maior de hierarquia ou respeito do falante pelo seu interlocutor. São formas como Vossa Mercê, Vossa Majestade, Vossa Reverência etc. O surgimento dessas formas de tratamento é obviamente resultado da existência de uma sociedade heterogênea, hierarquizada, na qual pode ser imprescindível expressar nosso reconhecimento e aceitação dessa

hierarquia e dessa heterogeneidade. Temos aí uma heterogeneidade extraLingüística que produziu uma heterogeneidade Lingüística: já não se tinha mais apenas uma forma de segunda pessoa, pois ao lado do pronome tu, havia as diversas formas de tratamento.

Essas formas são lingüisticamente heterogêneas pelo simples fato de o pronome tu ser semanticamente de segunda pessoa e apresentar comportamento morfossintático condizente com isso. Já as formas de tratamento são compostas na verdade de um possessivo de segunda pessoa (do plural, também um sinal de hierarquia e heterogeneidade) e um substantivo feminino. Sintaticamente, portanto, essas formas de tratamento eram, pelo menos na sua origem, sintagmas nominais como quaisquer outros. Dessa forma, são de terceira pessoa do singular, como qualquer outro sintagma nominal singular. Assim, se digo vossa casa é muito bonita, também digo Vossa Mercê é muito importante, e não

* Vossa Mercê és muito importante ou * Vossa Mercê sois muito importante. Surge, então, uma heterogeneidade Lingüística caracterizada pelo fato de quando o locutor se dirige a alguém ele ter a possibilidade de utilizar a segunda ou a terceira pessoa. Essa escolha obviamente não é livre, já que é ditada pela escolha, também não livre, que o falante faz de se dirigir a alguém com o pronome tu ou com a forma de tratamento Vossa Mercê, por exemplo.

Com a difusão das formas de tratamento, contudo, a forma Vossa Mercê, especificamente, tomou-se muito comum, não sendo necessário que houvesse nenhuma diferença hierárquica de fato entre quem falava e seu interlocutor. A forma Vossa Mercê passa a indicar apenas respeito pela pessoa a quem nos dirigimos. Com seu uso ficando comum, surgem diversas formas reduzidas dessa expressão, entre elas: vosmecê, vossuncê e, com reduções ainda maiores, suncê e o nosso você. Passamos de quatro para três e de três para duas sílabas. Já há algum tempo existe também a variante cê, monossilábica, utilizada, por exemplo, em situações em que não há contraste.

Ficando agora unicamente com a forma você, verificamos que a partir do momento

em que você passa a ser uma forma corriqueira de tratamento, semanticamente de segunda pessoa, já indecomponível morfologicamente e com comportamento sintático de terceira pessoa, surgem tendências opostas no seu uso. Sua origem de terceira pessoa força o uso do verbo na terceira pessoa também. Mas sua semântica a confunde com o pronome tu. A heterogeneidade está instalada na língua e em condições de produzir mudanças. Em diversas regiões do Brasil, você desbancou o tu como pronome de segunda pessoa do singular. No entanto, mesmo nessas regiões, normalmente permanecem o pronome átono te e o possessivo teu. Na verdade, em ambos os casos há variação, tanto entre te de um lado e o pronome o/a do outro quanto entre os possessivos teu e seu como de segunda pessoa. A existência dessa variação nos indica que é bom possível que venham a ocorrer novas mudanças.

3. Como as línguas mudam

A última pergunta que fizemos na introdução é a que se relaciona com a maneira como a mudança Lingüística se dá. Dentro de uma perspectiva variacionista se tem como certo que toda mudança pressupõe variação, ou seja, para que a mudança ocorra a língua tem necessariamente de passar por um período em que há variação, em que coexistem duas ou mais variantes. Tomando como exemplo, para simplificar a exposição, o caso em que há apenas duas variantes, uma mais antiga e outra mais nova, poderemos constatar que gradativamente a distribuição das variantes passa de um predomínio da variante mais antiga para um predomínio da variante mais nova, até que haja a substituição completa. Retomando o exemplo das formas você e tu, tínhamos inicialmente apenas a forma tu, depois as duas em concorrência. Em muitas regiões do Brasil, já se completou a mudança, resultando em uma substituição completa do pronome sujeito tu por você. Em outras, temos ainda a variação entre as duas. É importante perceber que não passamos de uma fase em que só se usava a forma tu para outra em que só se usa a forma você, sem uma fase intermediária de variação. Ou seja, para a SocioLingüística Variacionista, a mudança é vista

como gradual. Na próxima seção, veremos que essa concepção não é unânime

entre os lingüistas.

É importante sempre lembrar que pode haver fatores de duas espécies que favoreçam ou dificultem a mudança: fatores estritamente lingüísticos e fatores extralingüísticos. Os fatores lingüísticos se relacionam à forma como a língua está organizada, como funciona o seu sistema, quais são seus elementos, suas regras, etc. Os fatores extralingüísticos relacionam-se à forma como a língua está inserida na sociedade. Inicialmente foram utilizados na SocioLingüística os termos condicionamento lingüístico e condicionamento extralingüístico. Esses termos tinham a conotação de que os fatores que representavam um condicionamento eram determinantes tanto da mudança quanto da não-mudança. Atualmente, prefere-se utilizar o termo correlação para fazer referência aos fatores que influenciam o resultado da variação.

Tendo isso em mente, examinemos mais detalhadamente o processo da mudança Lingüística. Distinguiremos três tipos de questões: como a mudança se inicia, como ela se processa e como ela se difunde.

Como se origina uma mudança Lingüística? Podemos pensar em duas possibilidades. A primeira é a ação de um ou mais elementos externos à língua e à sociedade em que ela se insere. É o que ocorre quando uma língua entra em contato com outra. Por exemplo, o latim,

. ao ser implantado nas diversas regiões do Império Romano, entrou em contato com línguas variadas, que acabaram por modificar certas características do latim em cada região, dependendo das línguas com as quais ele entrou em contato. Assim, na região mais ocidental do Império Romano, houve a sonorização das oclusivas surdas intervocálicas não-geminadas (p, te k), ao passo que em regiões mais orientais, como a Itália central e meridional ou a Dácia (correspondente à atual Romênia), não ocorreu essa sonorização. Na região em que se formou o francês, essas oclusivas passaram por uma transformação mais radical ainda, tendo sido apagadas após terem se sonorizado. Podemos comparar o destino dessas oclusivas surdas intervocálicas em algumas línguas românicas observando a tabela a seguir.

Tabela 1. Oclus ivas intervocálicas e m latim e em algumas línguas românicas

	t intervocáoco	c intervocáoco	p intervocáoco
latim	digitu-	focu-	lupu-

espanhol	dedo	fuego	lobo
português	dedo	fogo	lobo
:francês	doigt [dwa]	u [f0]	loup [lu]
italiano	dito	fuoco	lupo
romeno	deget [ded3et]	IDC	lup

A imagem que normalmente se faz em Lingüística histórica para descrever esse tipo de interação entre línguas é a de camadas Lingüísticas (ou estratos). Pensando em duas línguas A e B que convivem durante certo tempo, são utilizados alguns termos para nos referirmos à relação entre essas línguas. Tomando a língua A como ponto de referência, temos três possibilidades. Se a língua B era falada em certa região e nessa região se insta

la uma população que fala a língua A, que acaba por se sobrepor à língua B, dizemos que a língua B é o substrato da língua A. Se temos a situação oposta, ou seja, a língua A era falada numa região e a língua B é trazida para essa região, havendo, no entanto, a continuidade do uso da língua A nessa mesma região, dizemos que a língua B funciona como superestrato da língua A. Por fim, a terceira possibilidade é a de duas línguas que são faladas em regiões vizinhas. Nesse caso, se a língua B tem alguma influência sobre a língua A, dizemos que a B é um adstrato de A.

Se pensarmos no português falado no Brasil, levando em conta esses conceitos, diremos que ele teve um substrato indígena (tupi e outras línguas nativas). Principalmente com relação ao Sul e ao Sudeste, podemos também dizer que ele teve um superestrato de origem diversa: italiano, alemão, japonês etc. Além disso, nas regiões de fronteira, há o adstrato espanhol.

O elemento mais facilmente afetado pelo contato com uma língua estrangeira é o léxico, como podemos ver atualmente pelo grande número de palavras de origem inglesa que tem entrado no português. O francês teve o mesmo tipo de influência sobre o português e muitas outras línguas, inclusive sobre o próprio inglês, principalmente até a metade do século xx. A influência do francês sobre o inglês teve como marco importante o ano de 1066, quando a Grã-Bretanha foi invadida

pelos normandos, que implantaram o francês da época como língua da corte, fazendo com que o inglês da época fosse socialmente menos prestigiado.

Deve ficar claro que a possibilidade de línguas geograficamente próximas se tornarem mais semelhantes não se limita a línguas que tenham uma origem comum próxima (como o português e o espanhol). As chamadas características Lingüísticas areais, relacionadas a uma área, podem ser o resultado da convergência de línguas mais distantes geneticamente do que o português e o espanhol, como ocorreu na região ba1cânica, em que uma língua românica (o romeno), uma eslava (o búlgaro), o grego e o albanês (todas as quatro de origem indo-européia) adquiriram algumas características muito semelhantes, entre as quais se encontram: o uso do verbo querer para formar o futuro, a fusão do dativo e do genitivo, a grande diminuição do uso ou mesmo o desaparecimento do infinitivo. Mas mesmo línguas com origens absolutamente distintas podem também adquirir características semelhantes, como ocorre no subcontinente indiano, em que as línguas de origem indo-européia e as línguas de origem dravídica (faladas principalmente no sul da Índia) convergem, por exemplo, no fato de terem várias consoantes retroflexas. São sons parecidos com os nossos [t], [d] e [r], com a diferença de que a coroa da língua (a ponta dela) se volta para trás, aproximadamente como no nosso r caipira.

Além de ser desencadeada por contato entre línguas distintas, a mudança pode ser provocada também por fatores internos a uma língua e à comunidade em que ela é falada. O latim possuía uma ordem vocabular bastante livre, o que se relacionava estreitamente com o fato de seus substantivos, adjetivos e pronomes apresentarem marcação de caso, desinências que indicavam sua função sintática independentemente da posição em que eles apareciam na oração. A partir do momento em que começa a haver perda de diversos sons finais no latim falado, há a erosão das desinências de caso, que precisam então ser
substituídas por outro mecani;mo que deixe clara a função sintática dos diversos sintagmas nominais. Passa a prevalecer então uma ordem bem mais rígida do que a que havia em latim. Nesse exemplo, estabelec;emos uma correlação entre um fator estritamente lin

güístico (perda de distinções no final dos vocábulos) e uma mudança no sistema da

língua (aquisição de uma ordem vocabular mais rígida). No caso dos pronomes de segunda pessoa do português, estabelecemos uma correlação entre um fator extralingüístico e uma mudança na língua.

Para responder à segunda pergunta, a de como se processa a mudança Lingüística, podemos estudar como as mudanças afetam a língua como sistema. Nesse tipo de pesquisa, alguns dos exemplos mais bem estudados de mudança Lingüística são as mutações fonológicas. Em princípio, poderíamos acreditar que as mudanças normalmente afetam um elemento ou outro isoladamente. Mas com freqüArncia encontramos mudanças que afetam o sistema lingüístico em si de forma bem mais abrangente e intrincada.

Vejamos como primeiro exemplo as mutações vocálicas que ocorreram do latim para o português. Devemos lembrar em primeiro lugar que o latim possuía uma oposição entre vogais longas e vogais breves, que era distintiva. Uma vogal longa tem praticamente o dobro da duração de uma vogal breve. Podemos marcar essa diferença graficamente como normalmente se faz com a língua latina, utilizando a bráquia sobre as vogais breves, por exemplo, ã, e o mácron sobre as vogais longas, por exemplo, ã. Tínhamos, assim, pares mínimos como malum "mal", com a breve, e mãlum "maçã", com a longo.

No latim vulgar, que foi o que deu origem às línguas românicas, havia num primeiro momento, aliada à diferença de quantidade, a diferença de abertura da cavidade oral na pronúncia das vogais. Assim, por exemplo, o som do i breve [í] era algo intermediário entre o som do i longo [1] e o do e longo [e]. Na passagem do latim vulgar para as línguas românicas, foi perdida a oposição de quantidade entre as vogais breves e longas. No caso da vogal a, foi perdida a distinção, mas no caso das demais vogais, o sistema sofreu uma grande redistribuição em termos de timbre vocálico, como podemos verificar na tabela a seguir, que ilustra o que ocorreu do latim para o português:

Tabela 2. Vogais latinas e portuguesas

Latim	Português
mãre-	mar
latu-	lado
rerru-	ferro
cera-	cera

nlgru- negro
ulnu- vinho
rõta- roda
tõta- toda
liípu- lobo
lüce- luz

No caso do português, houve perda de distinções existentes no latim. Enquanto o latim tinha dez vogais diferentes, o português ficou com sete, se excluirmos as vogais nasais, como normalmente se faz. Temos três casos de fusão: do a longo e do a breve, que produziram a em português; do e longo e do i breve, que produziram e fechado; e do o longo e do u breve, que produziram o fechado. Isso está indicado na tabela pela ausência de divisão nas células correspondentes aos resultados em português das vogais que se fundiram.

Podemos pensar nas mutações vocálicas como deslocamentos das vogais no espaço em que elas podem se situar na cavidade oral. Com o deslocamento de uma vogal, pode ocorrer que ela se aproxime perigosamente de outra, com duas conseqüências possíveis. Se não houver nada que impeça essa aproximação, as duas vogais podem terminar se fundindo em uma única, como aconteceu com o português. Dessa forma, a língua perde uma distinção que possuía. A outra possibilidade é que seja mantida essa distinção de alguma forma. Se a primeira vogal se desloca até ocupar a região antes ocupada por outra no espaço vocálico, necessariamente ocorrerá uma mudança com essa segunda para que a distinção entre as duas se mantenha.

Um exemplo bastante dramático desse tipo de mudança Lingüística é a chamada Grande Mutação Vocálica ocorrida em inglês, que se iniciou por volta do século xv. Ela é um exemplo de mutação em cadeia, na qual uma vogal se altera e provoca alterações em outra, e assim por diante. A tabela a seguir, extraída de Aitchison (1991:153), ilustra o grande rearranjo ocorrido no sistema vocálico do inglês médio para o período inicial do inglês moderno:

Tabela 3. Mutações Vocálicas do Inglês

Grande Mutação Vocálica								
	Inglês Médio	passa a	Início do Inglês	passa a	Inglês Moderno			
			Moderno					
a:	[na:m;)] "nome"	--7	E:	[nE:m']	--7	eI	[neIm] name	
E:	[mE:t] "carne"	--7	e:	[me:t]	--7	1:	[mi:t] meat	
e:	[me:t] "encontrar"	--7	1:	[mi:t]	--7	i:	[mi:t] meet	
i:	[ri:d] "cavalgar"	--7	Ái	[rÁid]	--7	ai	[raId] ride	
o: [bo:t] "barco"	--7	o:	[bo:t]	--7	ou	[bout] boat		
o: [bo:t] "bota"	--7	u:	[bu:t]	--7	u:	[bu:t] boot		

o caso das mutações vocálicas ocorridas nos últimos séculos no inglês ilustra de maneira contundente o fato de que a língua escrita pode demorar, e muito, a registrar as mudanças ocorridas na língua falada, já que, apesar de essas mutações terem sido iniciadas há cerca de seis séculos, a forma como as vogais ou os ditongos são grafados no inglês permanece a mesma, o que faz com que as vogais e os ditongos do inglês sejam grafados de forma bastante diferente da maioria das línguas que utilizam o alfabeto latino.

Ainda quanto à forma como a mudança Lingüística se propaga, duas delas são bastante comuns em outros terrenos que não o fonológico: a reanálise e a extensão. Harris e Campbell (1995) discutem ambos os tipos com relação à sintaxe.

A reanálise ocorre quando determinado tipo de oração mantém sua manifestação superficial mas passa a ter uma estrutura subjacente distinta. Um exemplo de reanálise do português é o dos períodos com subordinadas cujo verbo está no

infinitivo. Sentenças como o guarda não queria deixar o menino entrar são compatíveis com duas análises diferentes, uma em que o menino é o sujeito de entrar e outra em que o menino é o objeto de deixar.
Essa diferença não se evidencia numa sentença como essa, nem se ocorrer um pronome, pois o guarda não queria deixar ele entrar também está sujeita às mesmas duas

A mudança Lingüística
análises. Mas se observarmos o que ocorre, por exemplo, com o pronome de primeira pessoa do singular, passamos de sentenças como o guarda não queria me deixar entrar para o guarda não queria deixar eu entrar, ambas encontradas na língua falada. Se antigamente só ocorria o primeiro tipo de sentença e mais recentemente passou a ocorrer o segundo, isso indica que sentenças como o guarda não queria deixar o menino entrar foram reanalisadas, de forma que o menino passou a ser sentido intuitivamente como sujeito, e não mais como objeto.
Um exemplo de extensão no português do Brasil é o que vem ocorrendo com a construção causativa do verbo fazer seguido da locução conjuntiva com que, como, por exemplo, em o temporal fez com que o jogo fosse cancelado. Até pouco tempo atrás, somente se via o próprio verbo fazer nessa construção. Pouco a pouco, no entanto, ela tem começado a ser estendida a outros verbos causativos. Uma busca na intemet encontrou 30.000 exemplos de fazer com que com o verbo no infinitivo, mas também um pequeno número de outros verbos causativos, também no infinitivo: o verbo evitar (cerca de 40), como em para evitar com que elas se soltem; o verbo impedir (10 casos), como em impedir com que as leis do Alcorão ... sejam violadas; o verbo causar (5 exemplos), como em
fatores e incertezas que poderiam causar com que os resultados atuais sejam diferentes; e o verbo provocar (um único caso), como em provocar com que outras pessoas toquem seus genitais.
A última pergunta que fizemos com relação à mudança nesta seção foi a que trata de como a mudança se propaga, mais especificamente como ela se propaga dentro da sociedade em que ela é falada. É fato conhecido que é bem comum as inovações Lingüísticas serem recebidas com reprovação. Como exemplo, podemos ver a vocalização do [I] em final de sílaba no português do Brasil, ocorrida no século

XX. Na gramática de Napoleão Mendes de Almeida encontramos um incidente que ele narra ocorrido quando de uma visita sua à Bahia, N apoleão comentou com um morador a respeito dessa vocalização, que seria algo errado, segundo seu ponto de vista normativo, e o morador lhe respondeu que quem falava desse jeito era 'boçau'. Apesar de não ter sido vista com bons olhos, essa mudança se implantou praticamente em todo o território nacional.
A resistência inicial normalmente encontrada pelas inovações Lingüísticas explica o padrão de propagação verificado em geral nas mudanças Lingüísticas. Poderíamos supor que a velocidade da mudança seria constante em seu curso. No entanto, ela normalmente apresenta um padrão característico que é a chamada curva em S, ou seja, ela tem uma velocidade de difusão um tanto lenta no início, ganha velocidade na metade e volta a ficar mais lenta no final.
Os fatores que podem estar relacionados à mudança podem ser de diversos tipos: a idade, o sexo, a classe social e o prestígio social, entre outros. Um dos primeiros estudos variacionistas feitos por Labov foi' o que analisou o alçamento de dois ditongos (tendência de elevar mais a língua na produção desses ditongos, com a produção de vogais menos abertas) na pronúncia de uma ilha chamada Martha's Vineyard, localizada em Massachusetis. A ilha tinha uma população de 6.000 habitantes, mas no verão recebia cerca de 40 mil visitantes. Como seria de esperar, a reação dos habitantes à presença dos turistas não era homogênea. Alguns viam os turistas com bons olhos, mas outros os viam como invasores que traziam valores estranhos à cultura local.
Os dois ditongos estudados por Labov foram [aI] e [au], como os que são encontrados em palavras como night e house. Nos dois casos, havia variação entre a pronúncia

mais comum nos Estados Unidos e outra pronúncia, tipicamente local, em que a primeira vogal era pronunciada mais fechada ou com a língua em posição mais alta, produzindo formas como [n;;)It] e [h;;)us], em que o som [~] corresponde aproximadamente à pronúncia americana de but [b~t].

Como a variação era algo inconsciente, não percebido pelos habitantes da ilha, ela não estava associada a nenhum traço estilístico, seja de formalidade, seja de informalidade. O que Labov conseguiu verificar foi que a postura das pessoas perante a mudança das condições socioeconômicas da ilha estava relacionada à maior ou menor freqüência de uso das variantes típicas da ilha. O uso dessas variantes era mais pronunciado entre os pescadores que moravam na região oeste da ilha, uma região mais distante das regiões turísticas da ilha. Ao uso dessas variantes típicas da ilha, os ditongos [~I] e [~u], ficaram associados valores que opunham os habitantes da ilha aos forasteiros: a independência, a força física, a coragem e a habilidade.

Uma última pergunta que podemos fazer com relação à mudança Lingüística é a de como o sociolingüista pode detectar a existência de uma mudança Lingüística. De forma semelhante ao que vimos no início do capítulo, de duas maneiras diferentes. A primeira seria a observação de falantes de diferentes faixas etárias, para estudar como eles utilizam determinadas variáveis, por exemplo, a marcação de plural, a concordância de sujeito e verbo, a pronúncia de determinados sons ou seqüências de sons, o significado que atribuem a determinadas construções etc. Se fizermos essa verificação num prazo pequeno, que pode ser desconsiderado, diremos que verificamos a existência de uma mudança através do tempo aparente.

A outra forma de detectar esse tipo de mudança seria acompanhar a mudança em tempo real, seja com os mesmos falantes, seja com duas amostras diferentes mas representativas da mesma comunidade com um intervalo maior entre elas. Poderíamos detectar a difusão de alguma inovação Lingüística através do tempo verificando qual a porcentagem de pessoas que a utilizam em cada momento, e também a freqüência com que cada indivíduo a utiliza. Se uma dessas cifras ou ambas apresentarem aumento no período considerado, poderemos considerar que a nova forma está se difundindo.

4. Outras abordagens

Ao lado da perspectiva variacionista que seguimos mais de perto até aqui neste capítulo, existem outras perspectivas que são adotadas independentemente da variacionista ou combinadas com ela, o que pode ser feito com maior ou menor sucesso ou coerência. Correndo o risco de simplificar demais a exposição, principalmente por questão de espaço, recomendo aos leitores interessados que

consultem os textos originais ou textos que trabalhem dentro de cada uma dessas abordagens para se aprofundar nesses temas.

Veremos aqui neste último item três outros tratamentos teóricos da mudança lingüística: a da gramaticalização, a paramétrica e a da otimidade.

Vejamos inicialmente a abordagem da gramaticalização. Essa é a menos abrangente das três propostas que discutiremos nesta seção, já que não pretende explicar todo e qualquer fenômeno diacrônico. Os fenômenos fonológicos de maneira geral, por exemplo, estão excluídos dela. Esse quadro teórico focaliza o processo pelo qual elementos

lingüísticos podem passar por uma gradação em que temos palavras independentes em um extremo e morfemas flexionais em outro.

Hopper & Traugott (1993) consideram que existe uma gradação de gramaticalidade com os seguintes pontos focais: elementos com conteúdo> palavras gramaticais> clíticos > afixos flexionais. Essa gradação teria como objetivo explicar transformações extremamente comuns nas línguas naturais, nas quais elementos relativamente independentes em termos sintáticos acabariam por se fundir em uma única palavra. Segundo esse modelo, há também uma tendência desses elementos que se gramaticalizam de passarem de um significado mais concreto para um mais abstrato. Veremos a seguir alguns exemplos claros de elementos do português a que se poderia atribuir o rótulo de gramaticalização.

O substantivo mente, que perdeu seu significado original e passando a significar algo como "modo", acabou se tomando um afixo formador de advérbios extremamente produtivo.

Verbos com significado pleno que passaram a verbos auxiliares, como os verbos ir e vir, ou o verbo ter. O verbo latino tenêõ significava originariamente "segurar". Esse significado se conservou até os nossos dias no francês, em que il tient son livre significa "ele está segurando seu livro". Uma primeira etapa no processo de gramaticalização é representada pela perda desse significado concreto e a aquisição de um significado quase puramente relacional, o de "ter", normalmente caracterizado de forma bastante imprecisa como exprimindo uma relação de posse. O espanhol passou por essa segunda etapa da gramaticalização e se deteve nela.

Temos, então, él tiene dos hermanos, que significa "ele tem dois irmãos". O significado de "segurar" está perdido, mas ele ainda é um verbo que pode constituir um predicado sem que haja outro verbo. Em português, por sua vez, o verbo ter passou por uma terceira etapa do processo de gramaticalização, podendo ser usado também como verbo auxiliar na formação dos tempos perfeitos, contendo aí então apenas uma noção aspectual. É o que temos em exemplos como tem chovido ou eu já tinha saído.
O verbo haver também se gramaticalizou na formação do futuro do indicativo na Romània ocidental, o que abrange a Itália, a França e a Península Ibérica. Em vez da forma latina amãbõ do futuro do indicativo ("amarei"), gradativamente ganhou espaço nas línguas românicas uma locução formada do verbo habeo e do infinitivo do verbo principal. Surge então a forma amare habeo. Inicialmente tínhamos aí duas palavras, mas com o passar do tempo elas se transformaram em uma única palavra. Isso é o que ocorreu plenamente no francês, no espanhol e no italiano, em que os dois elementos se soldaram de forma indissolúvel, produzindo, respectivamente, amerai, amaré e amerà. No português podemos verificar duas situações diferentes. Uma delas é a existência da mesóclise, viva como algo vernáculo pelo menos em Portugal, dando origem a formas como telefonar-teei, o que indica que lá esse processo de "soldagem" dos dois elementos ainda não está terminado, uma vez que eles podem ser separados por um clítico. Já no Brasil, a situação édiferente. Esse tipo de futuro tem uso muito restrito no vernáculo e praticamente já foi substituído pela forma perifrástica com o verbo ir como auxiliar, ou seja, formas como vou viajar são muito mais comuns do que viajarei.
A segunda abordagem que discutiremos brevemente é a paramétrica, que se desenvolve dentro do gerativismo chomskyano. Embora haja vários outros modelos que a rigor poderíamos denominar gerativos, neste item usarei os termos gerativo e gerativismo
- 1
159

160
Introdução à Lingüística
para me referir aos diversos modelos desenvolvidos por Chomsky, como é costume

se fazer. Na década de 1980, o desenvolvimento da teoria gerativa sofreu um forte redirecionamento de uma teoria que considerava uma gramática um conjunto de regras, que poderiam ser extremamente arbitrárias, em direção a uma teoria que buscava explicar as características universais das línguas com base em duas noções: a dos princípios e a dos parâmetros.

De acordo com essa proposta, princípios são características universais invariáveis que todas as línguas necessariamente têm. Essa é então uma concepção que se fundamenta na existência de universais invioláveis. Como exemplo desses universais podemos citar o fato de que todos os sintagmas de uma língua têm o complemento na mesma posição com relação ao núcleo. Em português, por exemplo, todo complemento segue seu núcleo, como no sintagma nominal a leitura do texto, no sintagma preposicional com calma, no sintagma verbal ouvir música e no sintagma adjetival contente com o resultado. Os núcleos dos exemplos foram sublinhados, facilitando a visualização da uniformidade da posição dos complementos em português. O fato de todo complemento estar na mesma posição relativa ao núcleo é um universal absoluto, portanto, um princípio. Mas haveria a possibilidade de essa mesma posição assumir dois valores: antes do núcleo (em todos os sintagmas da língua) ou depois do núcleo (também em todos os sintagmas da língua). O português escolhe a segunda opção. Uma língua como o japonês escolhe a primeira. Como essa posição do complemento em relação ao núcleo admite duas possibilidades, ela não é um princípio, mas sim um parâmetro de variação interLingüística. Apenas para enfatizar a diferença entre uma regra e um parâmetro, reitero que um parâmetro digno desse nome não se refere apenas a um aspecto isolado ou marginal da língua em questão, mas tem amplos reflexos em várias partes da sua gramática.

Se temos então princípios imutáveis e parâmetros que admitem certa variação, obviamente a única explicação possível para a mudança Lingüística deverá estar nos parâmetros, já que os princípios não se alteram. Assim, quando houver uma mudança lingüística abrangente na língua, essa será o resultado da alteração de um parâmetro. Como normalmente se considera que os parâmetros são binários, ou seja, admitem apenas duas possibilidades, não haveria possibilidade de meios-termos, e a mudança é vista, então, pelos lingüistas que trabalham dentro desse paradigma, como algo catastrófico, no sentido de repentino, não gradual, opondo-

se, dessa forma, à visão da SocioLingüística Variacionista.

No quadro teórico gerativista, um dos principais lingüistas que trabalham na explicação da mudança Lingüística é Lightfoot. De acordo com Lightfoot, a mudança lingüística está localizada no período de aquisição da linguagem. Como a criança não tem acesso direto à gramática dos pais ou de outros adultos dos quais ela adquire o domínio de sua língua materna, pode ocorrer de a gramática das crianças apresentar certas diferenças com relação à gramática dos pais. Nesse ponto também, a teoria gerativa se distancia do modo de ver a mudança Lingüística dentro da SocioLingüística Variacionista, pois para esta a mudança pode ocorrer em qualquer período da vida de um falante.

Um último ponto com relação à gramática gerativa é o fato de o modelo mais recente que está sendo desenvolvido nesse quadro teórico é o chamado Programa Minimalista, que vem se desenvolvendo desde o início dos anos 1990. Apesar de ter havido diversas reformulações com relação ao modelo iniciado na década de 1980, a idéia de que as

línguas se fundamentam em princípios e parâmetros continua sendo corrente entre os lingüistas que atuam nesse quadro teórico.

O último quadro teórico de que falaremos neste capítulo é o da Teoria da Otimidade, iniciada por Prince e Smolensky (1993), dentro da Fonologia. Esse quadro teórico . compartilha vários pressupostos com o gerativismo, distinguindo-se principalmente pela forma como vê os universais lingüísticos. A Teoria da Otimidade considera que em toda língua estão presentes restrições universais, normalmente baseadas em questões funcionais como a facilidade de articulação, facilidade de percepção etc. Anttila (1995) e Anttila e Cho (1998) são autores importantes que tratam da variação e da mudança Lingüística nesse quadro teórico.

Para termos uma idéia de como funciona esse modelo, podemos observar a marcação do plural em português, um aspecto da nossa gramática que atualmente apresenta grande variação e possivelmente está em processo de mudança. Ocorre que mesmo o sistema de marcação de plural aceito pela gramática normativa apresenta certas heterogeneidades. A formação do plural de substantivos e

adjetivos se dá basicamente da mesma forma, acrescentando-se um /s/ ao final da palavra, sendo necessário ainda acrescentar a vogal/e/ em casos em que o substantivo termina em consoantes como r e s.

Temos, assim, o contraste entre vida e vidas, de um lado, e mar e mares, do outro. No primeiro caso, o número de sílabas é o mesmo. No segundo, o plural tem uma sílaba a mais do que o singular. O fato de a sílaba tônica no singular e no plural dos nomes (substantivos e adjetivos) ser a mesma é algo intuído facilmente pelos falantes do português. Casos excepcionais em que a gramática normativa prescreve pares de singular e plural que se afastam desse padrão são sentidos como estranhos pela maioria dos falantes. Por exemplo, a palavra caráter tem o plural caracteres. Provavelmente, para a maior parte dos falantes esse tipo de informação soa estranho. É comum utilizarmos o plural para falar de letras ou números digitados, por exemplo, a senha terá de conter oito caracteres. Étão forte o estranhamento dos falantes quanto a esse tipo de par singular-plural que acabou sendo criado o singular caractere para se falar de letras e números digitados. Dizemos então que pelo menos um caractere deve ser algum número.

Voltando à formação do plural em português, então, veremos o que ocorre com as palavras proparoxítonas. Se elas terminarem em vogal não há problema, pois o acréscimo do morfema de plural não acarreta o aumento do número de sílabas. Por exemplo: ótimo, ótimos; lâmpada, lâmpadas; e árvore, árvores. Se passarmos para os nomes terminados em consoantes no singular, no entanto, verificamos que o acréscimo do morfema de plural acarretaria a violação de uma ou outra de duas tendências muito fortes dentro do português: ou violaríamos a restrição que faz com que a sílaba tônica seja a mesma no singular e no plural, ou violaríamos a restrição que faz com que a sílaba tônica tenha de estar localizada na chamada janela de três sílabas (numa das três sílabas finais da palavra). No primeiro caso, palavras como ônibus ficariam com um plural inexistente *onibuses (com bu como a sílaba tônica) ou o também inexistente *ônibuses (com a sílaba tônica sendo
ô). A gramática do português atual opta por deixar o plural sem marcação. Vemos assim que fatores internos à gramática do português forçam a que seja feita uma escolha entre restrições conflitantes, levando à violação de uma ou mais delas.

Já houve, na história do português, alteração na formação do plural de certas palavras. No português antigo, palavras paroxítonas terminadas em sibilante, como

simples,
I 1

162
Introdução à Lingüística
ourives, alferes apresentavam plural regular - como vemos em Ali (1964) e Coutinho (1976) -, ficando com as formas símpleses, ouríveses e alféreses, como ainda hoje ocorre no espanhol. Se o tipo de plural não marcado se difundir para outras formas de plurais, teremos um caso de extensão de um mecanismo lingüístico.

Um outro exemplo dessa tensão entre forças conflitantes dentro da língua é a famosa lei do mínimo esforço, segundo a qual se explicaria toda mudança Lingüística como uma tendência dos seres humanos a optarem por ações mais simples em detrimento de outras opções mais complexas. Se a tendência dos falantes a exercer o mínimo esforço possível agisse livremente ficaríamos apenas com estruturas extremamente simples e insuficientes para a comunicação em sociedade. Limitando a ilustração a um exemplo fonológico, ficaríamos só com palavras com uma sílaba (por serem mais simples) e somente com o tipo mais comum de sílaba, tido como o ideal em termos de facilidade de articulação e percepção, a sílaba cv (consoante mais vogal). Uma língua que tivesse vinte consoantes e cinco vogais, algo próximo do português, teria à sua disposição apenas cem palavras diferentes. Evidentemente essa seria uma língua insuficiente quer em termos de possibilitar o pensamento humano, quer em termos de comunicação. Vemos que contrabalançando os efeitos de um possível mínimo esforço do falante há pelo menos a necessidade de ser compreendido pelos seus interlocutores e continuar a expressar as distinções existentes na língua.

5. Conclusão

Este capítulo discutiu a mudança Lingüística e se valeu principalmente da perspectiva variacionista para explicar seu funcionamento. A apresentação do tema foi evidentemente parcial, mas o leitor com toda probabilidade terá ficado com algumas questões cuja discussão queira aprofundar, ou com pontos de vista aqui expostos que lhe pareçam interessantes, quer concorde com eles, quer discorde deles. Talvez fique simplesmente mais atento para mudanças que estão ocorrendo ao seu redor. Se alguma dessas coisas tiver ocorrido, fica o convite para que o leitor

expanda seu contato com o tema por meio de novas leituras (como as sugeridas a seguir) e se familiarize mais com as teorias propostas como explicação da mudança Lingüística, já que assim como as línguas, as teorias também mudam com o passar do tempo.

Bibliografia

AITCHISON, Jean. Language Change: Progress or Decay? 2". ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1991. ALI, Manuel Said. Gramática histórica. 3". ed. Rio de Janeiro: Melhoramentos, 1964.

ALMEIDA, Napoleão Mendes de. Gramática metódica da língua portuguesa. 25". ed. São Paulo: Saraiva, 1975. ANTTILA, Arto. Deriving Variation from Grammar: A Study ofFinnish Genitives. Ms. Stanford University, 1995.

[Disponível no endereço http://roa.rutgers.edu,ondeaparececomonúmero 63.]

ANTTILA, Arto e CHO Young-Mee YU. Variation and Change in Optimality Theory, Lingua 104, 1998. pp. 31-56. COSERIU, Eugenio. Sincronia. diacronia e história: O problema da mudança Lingüística. Rio de Janeiro/São

Paulo: PresençalEdusp, 1979.

COUTINHO, Ismael de Lima. Gramática histórica. 7". ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1976.

FARACO, CarlosAlberto. Lingüística histórica. 2". ed. São Paulo: Ática, 1998.

A mudança Lingüística

HARRIS, Alice C. e CAMPBELL Lyle. Historical Syntax in Cross-Linguistic Perspective. Cambridge: Cambridge

University Press, 1995.

HOPPER, Paul J. e TRAUGOTI Elizabeth Closs. Grammaticalization. Cambridge: Cambridge University Press,

1993.

JAKOBSON, Roman. A linguagem comum dos lingüistas e dos antropólogos. In: Lingüística e comunicação. São

Paulo: Cultrix, 1969.

LABOV, William. Principies of Linguistic Change. Oxford: Blackwell, 1994.

LIGHTPOar, David W. Principies of Diachronic Syntax. Cambridge: Cambridge University Press, 1979. -. How to Set Parameters: Argumentsfrom Language

Change. Cambridge, MA: MIT Press, 1991. MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. Orientações Atuais da Lingüística Histórica Brasileira', in DELTA 15(I), 1999, pp. 147-166. ..

PRINCE, Alan e SMOLENSKY Paul. Optimality Theory: Constraint Interaction in Generative Grammar. Ms., Rut
gers University, New BrunswicklUniversity of Colorado, Boulder, 1993.
ROBERTS, Ian e KATO Mary Aizawa (orgs.) Português brasileiro: Uma viagem diacrônica: Homenagem a Fernando Tarallo. Campinas: Editora da Unicamp, 1993. SAUSSURE, Ferdinand de. Curso de Lingüística geral. São Paulo: Cultrix, 1969. TARALLO, Fernando (org.) Corpus diacrônico do português. Campinas. 7 vols. 1991. (Edição xerográfica). II

Sugestões de leitura

FARACO, Carlos Alberto. Lingüística histórica. 2". ed. São Paulo: Ática., 1998.
Esse livro discute as características da mudança Lingüística e de sua percepção, apresentando a seguir um panorama das principais correntes da Lingüística histórica nos últimos duzentos anos.
MATIOS E SILVA, Rosa Virgínia. Orientações Atuais da Lingüística Histórica Brasileira, in DELTA 15(1), 1999, pp. 147-166.
Artigo que apresenta os principais grupos que se ocupam de estudos de Lingüística histórica atualmente no Brasil e aponta quais as perspectivas que se apresentam para o futuro.
ROBERTS, Ian e KATO Mary Aizawa (orgs.) Português brasileiro: Uma viagem diacrônica:Homenagem a Femando Tarallo. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.
Coletânea de doze textos de vários autores que analisam diversos aspectos da sintaxe do português do Brasil utilizando, em sua maioria, o modelo de Princípios e Parâmetros.
Sua leitura requer um certo nível de conhecimento prévio de sintaxe gerativa.
TARALLO, Femando. Tempos lingüísticos. São Paulo: Ática, 1990. Esse livro discute as principais hipóteses surgidas para explicar a mudança Lingüística e mostra como podemos usar o presente para entender o passado e vice-versa. Contém capítulos que tratam especificamente das mudanças fonológicas,

morfológicas e sintáticas sofridas pelo português em sua história.
TARALLO, Femando. A pesquisa socioLingüística. 5". ed. São Paulo: Ática, 1997.
Livro introdutório à perspectiva variacionista. A maior parte do livro trata da variação,
mas o penúltimo capítulo se ocupa da relação existente entre variação e mudança.
163

6xxx

A linguagem em uso

José Luiz Fiorin

Certa ocasião, perguntaram a Sérgio Buarque de Holanda se o Chico Buarque era filho dele e ele respondeu:
- Não, o Chico não é meu filho, eu é que sou pai dele.
Festejada por ter sido a segunda mulher a ser nomeada ministra no Brasil, em 1989, Dorothéa Werneck voltará ao cargo, aos 45 anos, no Ministério da Indústria e Comércio. Ela abriu caminho para cinco sucessoras - na área econômica, por exemplo, ninguém mais se chocou quando Zélia Cardoso de Mello ou Yeda Crnsius foram escolhidas. Zélia dividiu opiniões. Yeda foi logo esquecida. Dorothéa mantevese presente no noticiário, mesmo nos curtos períodos em que ficou sem cargo no governo e partiu para a iniciativa privada. (...)
Mesmo. com cuidado e seriedade no trato com a ministra, empresários e sindicalistas - dos quais ela se aproximou em busca de um pacto antiinflacionário - nunca esqueceram que ela era uma mulher. Seu sexo foi lembrado sempre, como defeito ou qualidade. Mário Amato, então presidente da Fiesp, tentou traduzir esse sentimento e foi muito infeliz. Declarou, na frente de jornalistas: "Ela é muito inteligente apesar de ser mulher". O empresário, com isso, ganhou a antipatia da população feminina e de um Brasil que se rendia ao carisma de Doró.
(PINHEIRO, Liliana. O Estado de S. Paulo, 25.12.1994, Bl)
TURMA DA MÔNICA/Mauricio

o Estado de S. Paulo, 8.11.2001, D4
.....

Observando-se os exemplos mostrados, verifica-se que o conhecimento do sistema da língua é insuficiente para entender certos fatos lingüísticos utilizados numa situação concreta de fala. Com efeito, note-se que, do estrito ponto de vista dos valores semânticos das palavras pai e filho, a resposta de Sérgio Buarque de Holanda é um absurdo, pois, se ele é pai do Chico Buarque, este é seu filho. No entanto, na situação específica, o que Sérgio Buarque pretendia dizer é que, como o Chico era muito mais famoso do que ele, não era apropriado apresentar o Chico, dizendo que ele era filho do Sérgio, mas que o mais adequado seria dizer que o Sérgio era pai do Chico. No segundo caso, observa-se que Mário Amato, ao dizer que a ministra Dorothéa Wernerck era mulher e era inteligente e ao ligar as duas afirmações com a expressão apesar de, deixou escapar implicitamente seu preconceito contra as mulheres, porque sua frase diz implicitamente que as mulheres não são inteligentes. No terceiro caso, Bidu, ao dizer Bidu, atribuiu a si mesmo este nome (Meu nome é Bidu), mas o outro cachorro entendeu a palavra bidu, como um adjetivo, aplicado a ele (Você é bidu).
No sistema lingüístico, temos oposições fônicas e semânticas e regras combinatórias dos elementos lingüísticos. No entanto, nem as oposições semânticas, nem as regras de combinação conseguem explicar os fatos acima. Observando-se esses fatos e outros, verificou-se que era preciso estudar o uso da linguagem. Esse é o objeto da Pragmática. Assim, a Pragmática é a ciência do uso lingüístico, estuda as condições que governam a utilização da linguagem, a prática Lingüística.
Saussure dizia que o verdadeiro objeto da Lingüística era a língua e, para ele, a língua era a linguagem menos a fala, ou seja, menos o uso concreto da linguagem. A Pragmática não confere à língua uma posição central nos estudos lingüísticos, não a vê isolada da utilização da linguagem.
O ponto de partida da Pragmática foram os trabalhos dos filósofos da linguagem, particularmente John Austin e Paul Grice. O primeiro diz que a linguagem não tem

uma função descritiva, mas uma função de agir. Ao falar, o homem realiza atos. Por exemplo, ao dizer Eu lhe prometo vir, o ato da promessa é realizado quando se diz Eu lhe prometo. Grice mostra que a linguagem natural comunica mais do que aquilo que se significa num enunciado, pois, quando se fala, comunicam-se também conteúdos implícitos. Quando alguém diz a outro, que está se aprontando para sair, São oito horas, ele não está fazendo uma simples constatação sobre o que marca o relógio, mas dizendo Apresse-se; Vamos chegar atrasados.

A Pragmática estuda a relação entre a estrutura da linguagem e seu uso, o que fora deixado de lado pelas correntes anteriores da Lingüística, que criaram outros objetos teóricos. O estudo do uso é absolutamente necessário, pois há palavras e frases cuja interpretação só pode ocorrer na situação concreta de fala. Por exemplo, nos casos mencionados no início deste capítulo, verifica-se que o sentido da frase o Chico não é meu filho ou os dois diferentes valores da palavra bidu só podem ser entendidos na situação de comunicação. Por outro lado, é necessário também estudar o uso, porque na troca verbal comunicamos muito mais do que as palavras significam. Quando se diz a alguém: Voce temfogo?, não se está perguntando simplesmente a ele se dispõe de um objeto com o qual se possa acender alguma coisa, mas se está pedindo que empreste esse objeto, porque se pretende acender um cigarro etc. Seria muito estranho que a pessoa respondesse pura e simplesmente Tenho e não pegasse o isqueiro ou os fósforos para passar à pessoa que perguntou.

A Linguagem em uso

Segundo Moeschler, há três domínios de fatos lingüísticos que exigem a introdução de uma dimensão pragmática nos estudos lingüísticos: os fatos de enunciação, de inferência e de instrução.

'I

I. A enunciação

Como vimos, a enunciação é o ato de produzir enunciados, que são as realizações Lingüísticas concretas. Certos enunciados não têm por finalidade a designação de um objeto ou um evento do mundo, mas referem-se a si mesmos, ou seja, não têm uma função referencial, mas auto-referencial. Em outras palavras, há certos fatos lingüísticos, que só são entendidos em função do ato de enunciar. Por exemplo:

1) os dêiticos: é um elemento lingüístico que indica o lugar ou o tempo em que um enunciado é produzido ou então os participantes de uma situação de produção do enunciado, ou seja, de uma enunciação. São dêiticos os pronomes pessoais que indicam os participantes da comunicação eu/tu; os marcadores de espaço, como os advérbios de lugar e os pronomes demonstrativos (por exemplo, aqui, lá, este, esse, aquele), os marcadores de tempo (por exemplo, agora, hoje, ontem). Um dêitico só pode ser entendido dentro da situação de comunicação e, quando aparece, num texto escrito, a situação enunciativa deve ser explicitada. Havia, numa lousa da Faculdade de Filosofia da USP, em que os alunos deixam recados uns para os outros, a seguinte mensagem: Estive aqui hoje e não consegui encontrá-la. Esse aviso é totalmente incompreensível, porque não se sabe quem esteve lá, para quem ele escreveu a mensagem e quando ele esteve à procura de uma determinada pessoa. Em síntese, não se pode saber o que significam o eu, o você e o hoje da mensagem, pois falta o conhecimento da situação de comunicação, certamente, porque alguém passou por lá e apagou o nome da pessoa a quem a mensagem era dirigi da, o nome da pessoa que a havia escrito e a data em que fora escrita. No caso dos dêiticos, de nada adianta o conhecimento do sistema lingüístico, o que é preciso, para entendê-los, é conhecer a situação de uso.

2) enunciados performativos: são ~s que realizam a ação que eles nomeiam. É o caso da promessa, da ordem, do juramento, do desejo, do agradecimento, do pedido de desculpas etc. A realização da ação depende da enunciação da frase. Em outras palavras, a enunciação faz parte integrante da significação. Assim, quando alguém diz: Eu juro que eu não disse nada; Peço-lhe desculpas pelo que aconteceu; Eu prometo estudar bastante, o juramento, o pedido de desculpas e a promessa realizam-se no ato de dizer Eujuro; Peço-lhe desculpas; Eu prometo. Não há a possibilidade de realizar esses atos, senão enunciando-os.

3) uso de conectores. Quando se observam os seguintes usos: a) Pedro pedirá aposentadoria, mas éum segredo; b) Você pode vir aqui um pouquinho? Porque estou precisando de ajuda, nota-se que os conectores mas e porque não conectam os conteúdos, mas os atos de enunciação. Com efeito, no primeiro caso, a conexão se faz com a informação dada, é a informação que é secreta e não o pedido de aposentadoria; no segundo caso, o

porque explica a pergunta e não seu conteúdo, ou seja, o conector explica o motivo

da pergunta. .
4) certas negações. Quando se diz Não gosto de doces, adoro-os; O trânsito não estava ruim, estava péssimo, a negação não incide sobre a proposição negada, mas sobre sua assertabilidade, isto é, sobre a possibilidade de sua afirmação. O que o falante está di

zendo não é que não gosta de doces ou que o trânsito não esteja ruim, mas que gostar e ruim são termos pouco apropriados para definir o quanto ele gosta de doces e o estado do trânsito. É a enunciação desses termos que é posta em questão e não o seu conteúdo.
5) advérbios de enunciação. Em exemplos como Sinceramente, não gostei de sua atitude; Infelizmente, não posso fazer nada ou Francamente, não vejo como posso ajudá-lo, os advérbios não modificam o verbo, mas qualificam o próprio ato de dizer como sincero, infeliz ou franco. As frases não significam Não gostei de sua atitude de modo sincero etc., mas Dizendo de modo sincero, não gostei de sua atitude; Você desculpe-me pelo que vou dizer, mas não posso fazer nada; Dizendo de maneira franca, não vejo como posso ajudá-lo.
11. A inferência
Certos enunciados têm a propriedade de implicar outros. Assim, quando se diz
João é meu sobrinho, esse enunciado implica Sou tio de João; quando se afirma Se tivesse chovido, não haveria falta de energia, essa afirmação implica que Não choveu e há falta de energia. Essas implicações derivam dos próprios enunciados e, portanto, não exigem, para que sejam feitas, informações retiradas do contexto, da situação de comunicação. No entanto, em muitos casos, a comunicação não é literal e, por conseguinte, só pode ser entendida dentro do contexto. Nesse caso, os falantes comunicam muito mais do que as palavras da frase significam. Os exemplos seguintes mostram isso: (a) Não há mais homens no mundo; b) Você pode me passar esse pacote 1; (c) A lata de lixo está cheia. No primeiro caso, o que se está dizendo, quando se comenta, por exemplo, o fato de que muitos homens cuidam da casa, enquanto as mulheres trabalham fora, é que o papel masculino, tal

como era concebido, está mudando. Isso só pode ser entendido num contexto específico. No segundo caso, não se pergunta sobre a capacidade que tem o interlocutor de passar o pacote, mas pede-se a ele que o passe para o falante. No terceiro caso, quando, por exemplo, a patroa diz a frase para a empregada, ela não faz uma constatação, mas indica à interlocutora que ela deve.levar o lixo para fora.

A Pragmática deve explicar como os falantes são capazes de entender não literalmente uma dada expressão, como podem compreender mais do que as expressões significam e por que um falante prefere dizer alguma coisa de maneira indireta e não de maneira direta. Em outras palavras, a Pragmática deve mostrar como se fazem inferências necessárias para chegar ao sentido dos enunciados.

Há duas distinções fundamentais em Pragmática: significação versus sentido e frase versus enunciado.

A frase é um fato lingüístico caracterizado por uma estrutura sintática e uma significação calculada com base na significação das palavras que a compõem, enquanto o enunciado é uma frase a que se acrescem as informações retiradas da situação em que é enunciada, em que é produzida. A mesma frase pode estar vinculada a diferentes enunciados. A frase Está chovendo pode ocorrer, dependendo da situação em que é enunciada, como os seguintes enunciados: Finalmente, a seca vai acabar; Não podemos sair agora; É preciso ir recolher a roupa; Feche as janelas etc.

A significação é o produto das indicações Lingüísticas dos elementos componentes da frase. Assim, a significação de Está chovendo é Tomba água do céu. O sentido, no entanto, é a significação da frase acrescida das indicações contextuais e situacionais. Num contexto em que se comenta o problema do racionamento de energia derivado do esvazia

~

mento das represas das hidrelétricas, Está chovendo pode significar Agora o racionamento vai acabar.

A frase é estudada pela sintaxe e pela semântica, enquanto o enunciado é objeto da Pragmática.

m. A instrução

A Pragmática concebe que as chamadas palavras do discurso (principalmente, os conectores, como conjunções, preposições, advérbios), cuja função varia de acordo com o contexto lingüístico em que se acham colocadas, significam porque há uma instrução sobre a maneira de interpretá-las. Tome-se a análise que o lingüista francês Oswald Ducrot faz da conjunção mas. Para isso, observem-se os enunciados abaixo:

(a) O tempo está feio, mas estou com vontade de dar um passeio. (b) O tempo está feio, mas a chuva vai encher as represas.

(c) O tempo está feio, mas um raio de sol bate na minha mesa. (d) Mas o que você está fazendo?

Em cada um desses casos, há um sentido diferente da palavra mas. Esses sentidos são o resultado do emprego diferente de uma unidade lexical que corresponde à seguinte instrução sobre a maneira de interpretá-la: na frase P mas Q, de P tire a conclusão R, de Q tire a conclusão não R e de P mas Q tire a conclusão não R. No primeiro enunciado, de O tempo está feio tira-se a conclusão de que não se deve sair; de Estou com vontade de dar um passeio tira-se a conclusão de que devo sair; da conexão de P e Q com a conjunção mas tira-se a conclusão de que devo sair. No segundo enunciado, de O tempo estáfeio tira-se a conclusão de que isso é ruim; de A chuva vai encher as represas tira-se a conclusão de que isso é bom; da conexão de P e Q com a conjunção mas tira-se a conclusão de que a chuva é boa. No terceiro enunciado, de O tempo estáfeio tira-se a conclusão de que não se vê o sol; de Um raio de sol bate na minha mesa tira-se a conclusão de que o sol brilha; de P mas Q tira-se a conclusão de que o sol é visível. No quarto enunciado, usa-se o mas como introdutor de tópico de conversação que vai em direção contrária àquela do tópico anterior. Como se vê, pode-se entender todos os sentidos da conjunção mas nos diferentes enunciados, partindo da mesma instrução. Tomem-se as duas frases que seguem: a) Marcelinho joga muito futebol, mas é desagregador e (b) Marcelinho é desagregado r, mas joga muito futebol. No primeiro caso, o falante não quer Marcelinho no seu time; no segundo, sim. Podemos compreender dessa maneira os dois enunciados, porque em P mas Q sempre prevalece o argumento não R dado por Q.

Nos anos 1970, a Pragmática era considerada por muitos lingüistas a "lata do lixo

da Lingüística", pois diziam eles que ela se ocupava em resolver os problemas não tratados por outros objetos teóricos da ciência da linguagem. Seu objeto seria um conjunto de fatos marginais. Essa visão é completamente errônea. Ela trata dos princípios que regem o uso e não dos usos singulares. Se uma expressão tem vários sentidos quando é usada, isso deriva de um princípio pragmático aplicado a ela. A Pragmática vai procurar descobrir esses princípios que governam os diferentes sentidos dados pelo uso. Por exemplo, observem-se as frases que seguem: (a) Pedra ocupava a cabeceira da mesa e o copeira trazia os pratos; (b) O copeiro trazia os pratos e Pedra ocupava a cabeceira da mesa. Essas duas frases descrevem os mesmos eventos, mas em seqüência diferente: a primeira afirma que o copeiro trazia os pratos, depois que Pedro ocupava a cabeceira da mesa e a segunda, que Pe

dro só ocupava a cabeceira da mesa depois que o copeiro trazia os pratos. Isso significa que existe uma máxima da ordem, que diz que, se uma seqüência de proposições é apresentada numa certa ordem, o interlocutor, salvo indicação contrária, é autorizado a pensar que elas estão temporal e mesmo causalmente ordenadas. São esses princípios de uso que a Pragmática deve explicar. Enquanto a Sintaxe explica a boa formação das frases e a Semântica, sua significação, a Pragmática explica a interpretação completa dos enunciados.

Há duas grandes correntes na Pragmática: uma que considera que ela estuda o conjunto de conhecimentos que deve ter o falante, para utilizar a língua nas diferentes situações enunciativas, e outra que afirma que os aspectos pragmáticos estão codificados na língua, que contém todas as instruções para os usos possíveis. A primeira pensa que a Pragmática, por estudar fatos de fala, está radicalmente separada da Semântica; a segunda integra a Pragmática e a Semântica, cada uma estudando aspectos diferentes do sentido.

Teoria dos atos de fala

Como já dissemos, a Pragmática tal como a conhecemos hoje tem início quando Austin começa a desenvolver sua teoria dos atos de fala. Até então, a Lingüística pensava que as afirmações serviam para descrever um estado de coisas e,

portanto, eram verdadeiras ou falsas. Uma afirmação como O céu é azul descreve o estado do firmamento e, portanto, o falante pode verificar se ela é verdadeira ou falsa, no momento em que é usada. Austin vai mostrar que a Lingüística se deixava levar por uma ilusão descritiva, pois é preciso distinguir dois tipos de afirmações: as que são descrições de estados de coisa, a que ele vai chamar constativas e as que não são descrições de estados de coisa. São essas que lhe interessam. Toma, então, certos enunciados na forma afirmativa, na primeira pessoa do singular do presente do indicativo da voz ativa, com as seguintes características: a) não descrevem nada e, por conseguinte, não são nem verdadeiros nem falsos; b) correspondem, quando são realizadas, à execução de uma ação. A essas afirmações vai chamar per
jormativas. Quando se observa uma frase como Ordeno que você saia daqui, verifica-se que o ato de ordenar se realiza, ao se enunciar a afirmação. Por outro lado, uma ordem não é verdadeira nem falsa, ela pura e simplesmente realiza-se.
São muitos os exemplos de performativos:
(a) Declaro aberta a sessão.
(b) Aceito (Resposta à pergunta Aceita esta mulher como sua legítima esposa?, na cerimônia de casa
mento).
(c) Prometo que a situação não vai ficar assim.
(d) Lamento que isso tenha ocorrido.
(e) Eu te perdôo.
É preciso observar mais uma coisa sobre os performativos: para que a ação corres
pondente a um performativo seja de fato realizada, é preciso não somente que ele seja enunciado, mas também que as circunstâncias de enunciação sejam adequadas. Um performativo pronunciado em circunstâncias inadequadas não é falso, mas nulo, ele fracassou. Assim, por exemplo, se o irmão da noiva e não o noivo diz aceito, na cerimônia de casamento, o performativo é nulo, porque quem realizou o performativo não é aquele que, nessa circunstância de enunciação, deve realizá-lo. Por isso, Austin vai estudar as

condições de felicidade (sucesso)! e fracasso dos performativos, ou seja, as

circunstâncias de enunciação que fazem com que um performativo seja efetivamente realizado.

As principais condições de sucesso de um performativo são:

. A enunciação de certas palavras em determinadas circunstâncias têm, por con venção, um determinado efeito. Portanto, as pessoas e as circunstâncias devem ser aquelas convenientes para a realização do enunciado em questão. Por exemplo, se um faxineiro e não o presidente da Câmara diz Declaro aberta a sessão, o performativo não se realiza, porque o faxineiro não é a pessoa que pode executar a ação de abrir a sessão; por outro lado, se o presidente declara aberta a sessão sozinho no seu gabinete, o performativo não se realiza, porque não está sendo executado nas circunstâncias apropriadas para sua realização.

. A enunciação deve ser executada corretamente pelos participantes. O uso da fórmula incorreta toma nulo o performativo. Assim, no batismo, é preciso usar a fórmula correta, para que o performativo se realize. Se o padre diz Eu te perdôo em lugar de Eu te batizo, o batismo não ocorre.

. A enunciação deve ser realizada integralmente pelos participantes. Assim, quando um performativo exige outro para ser realizado, é necessário que os dois sejam realizados para que haja sucesso. Por exemplo, quando alguém diz Aposto dez reais como vai chover, para que o ato de apostar tenha sucesso, é preciso que o outro aceite a aposta, enunciando a aceitação.

Há duas outras condições para o sucesso dos performativos, que são de natureza diferente, são as que fazem do performativo um ato puramente verbal, vazio. Quando sua enunciação exige que o falante tenha certos sentimentos ou intenções, é preciso que ele tenha de fato esses sentimentos ou intenções. Quando alguém diz Quero exprimir-lhe meus pêsames, sem que sinta nenhuma simpatia pelo pesar do interlocutor, ou Prometo que virei, sem ter nenhuma intenção de vir, o performativo realiza-se, mas não terá sucesso, ou seja, realizar-se-á verbalmente, mas não efetivamente. A promessa será feita, mas o que se prometeu não será realizado; os pêsames serão dados, mas efetivamente o falante não sente nenhum pesar. Por outro lado, na seqüência dos acontecimentos, o falante que executou um performativo deve adotar o comportamento implicado pelo ato de enunciação. Assim, quando o falante que diz Prometo que virei não vier, a promessa não será efetivada. Ela permanece um puro ato verbal.

Na verdade, do estrito ponto de vista da realização dos performativos na enunciação, as três primeiras condições são mais importantes, porque sua ausência implica que nem sequer se reconheça que o performativo se realizou no ato de enunciação.

Como já foi dito, Austin põe em xeque a ilusão descritiva, quando mostra que há afirmações que descrevem estados de coisas e que podem ser verdadeiras ou falsas - as constativas - e afirmações que não descrevem nada, mas pelas quais se executam atos, que podem ser felizes ou infelizes, ter sucesso ou fracassar - as performativas. Os constativos

I A expressão "condições de felicidade" do performativo não é uma boa denominação em português. Seria melhor dizer "condições de sucesso". No entanto, a partir da tradução do texto de Austin, essa expressão começou a ser usada e é encontrada em muitos textos de Pragmática.

são verdadeiros se existe o estado de coisas que eles descrevem e falsos em caso contrário. Os performativos têm sucesso, quando certas condições são cumpridas, e fracassam, quando não o são. Em Eu jogo futebol, o fato de jogar independe de minha enunciação; em Eu me desculpo pelo que ocorreu, o fato de desculpar-me depende de minha enunciação.

Até agora, estamos trabalhando com performativos indicados por verbos na primeira pessoa do singular do presente do indicativo da voz ativa na forma afirmativa. Assim, Desejo que você venha jantar comigo é um performativo, porque a ação de desejar se realiza, no ato de enunciar. Nas outras pessoas, nos outros tempos, nos outros modos, não haveria performativos, mas constativos. Com efeito, quando se diz Ele ordena que ele saia ou Eu ordenei que ele saísse, o que temos são constativos que descrevem a realização de um performativo por uma terceira pessoa ou por mim mesmo num tempo passado. No entanto, a questão não é tão simples assim. Há performativos que se realizam de maneira diferente dos que vimos mostrando até agora. Observem-se os exemplos:

(a) Proibido fumar.

(b) Os senhores estão autorizados a falar em meu nome.

(c) Os alunos ficam advertidos de que os que não fizerem matrícula na data determinada perderão sua
vaga.

Nesses casos, realizam-se os performativos da proibição, da autorização e da advertência, sem que sejam utilizadas as formas proíbo, autorizo e advirto. Poder-se-la então pensar que o modo, o tempo e a pessoa não bastam para saber se um performativo existe, mas que certas palavras, como proibido, autorizado, advertido, seriam necessárias para que eles se realizassem. No entanto, pode haver performativos sem que apareçam no enunciado palavras relacionadas ao ato a ser executado e, ao mesmo tempo, podem estar presentes no enunciado palavras correspondentes ao performativo, sem que ele se realize. Assim, em Curva perigosa, existe um performativo de advertência, mas em Você tinha mandado o aluno ficar quieto não há performatividade, apesar da presença do termo mandado.

Austin abandona a idéia de que possa existir um teste puramente lingüístico para determinar a existência do performativo e volta à própria definição do performativo, ou seja, ele é a realização, ao enunciar, de um ato pelo falante. Quando se observam enunciados como Saia e Ordeno que você saia, verifica-se que os dois são performativos. Sabese que o primeiro é performativo porque ele pode desenvolver-se ao segundo. Saia quer dizer Ordeno que você saia. Eu virei amanhã quer dizer Prometo que virei amanhã. É proibido fumar significa Eu proíbo fumar, pois existe um eu que é responsável pela proibição. Assim, um enunciado será performativo quando puder transformar-se em outro enunciado que tenha um verbo performativo na primeira pessoa do singular do presente do indicativo da voz ativa. Os enunciados que não contêm um verbo performativo na pessoa, no tempo, no modo e na voz indicados serão chamados performativos implícitos; os que têm o verbo na forma mencionada serão denominados performativos explícitos.

Para eliminar a ambigüidade dos performativos, temos de levar em conta a situação de enunciação, o modo verbal (por exemplo, o imperativo), a entonação etc. Mesmo os performativos explícitos podem ser ambíguos. Por exemplo, no enunciado Eu me desculpo, pode-se, dependendo da situação de enunciação, estar pedindo desculpas ou descrevendo o que se fará num futuro próximo, Se a questão é essa, quando eu chegar lá, eu me desculpo.

A linguagem em uso

~ I ~

Para distinguir os constativos dos performativos, Austin vai discutir mais profundamente a questão: que é que se faz, quando se diz alguma coisa? Note que, quando se diz algo, realizam-se três atos: o ato locucionário (ou locucional); o ato ilocucionário (ou ilocucional) e o ato perlocucionário (ou perlocucional).

O ato locucionário é o que se realiza enunciando uma frase, é o ato lingüístico de dizer. O ilocucionário é o que se realiza na linguagem. O perlocucionário é o que se realiza pela linguagem. Assim, quando se toma a frase Advirto-o a não mais fazer isso, há o ato de dizer, de enunciar cada um dos elementos lingüísticos componentes da frase. É o ato locucional. Quando se enuncia essa frase, realiza-se o ato da advertência, que se realiza na linguagem, no próprio ato de dizer. No caso, esse ato está inclusive marcado com a forma verbal advirto. É o ato ilocucional. Há ainda mais um ato, que é o resultado do ato de linguagem e do ato ilocucional proferido e que depende do contexto da enunciação. Quando se enuncia a frase acima, o resultado pode ser a persuasão do interlocutor. Assim, é um ato que não se realizou na linguagem, mas pela linguagem. É o ato perlocucional. O ato ilocucional tem um aspecto convencional, ou seja, está marcado na linguagem, enquanto o ato perlocucional não. O que significa estar marcado na linguagem? Significa que o ato ilocucionário pode ser explicitado pela fórmula perfomativa correspondente. Assim, na frase Não se preocupe, eu virei amanhã, o ato ilocucionário só pode ser a promessa, porque, nesse contexto, só se pode explicitar esse ato pela fórmula performativa prometo. O ato perlocucional é um efeito eventual dos atos locucional e ilocucional. Assim, por exemplo, a promessa de vir amanhã pode ser sentida pelo interlocutor como uma ameaça.

Aqui se chega ao ponto mais alto da teoria austiniana. Observando as afirmações constativas, verifica-se que também nelas o falante realiza um ato ilocucional, o ato da afirmação, idêntico àquele que executa quando jura, adverte, ordena, aconselha etc. Numa frase como Choveu pouco este mês, há um ato ilocucional, que pode ser explicitado pela forma performativa afirmo. Assim, em todo constativo, há uma parte, o que se afirma, que pode ser submetida à prova da verdade e da falsidade. Quando se diz Ele é um bom estudante, temos um ato ilocucional Afirmo que ele é

um bom estudante. O ato de afirmar não é verdadeiro nem falso, pois ele simplesmente se realiza, enquanto o conteúdo afirmado, ou seja, ele é um bom estudante, pode ser submetido à prova da verdade. Ao verificar que os constativos são um caso particular dos performativos, Austin chega ao que Paulo Ottoni denomina visão performativa da linguagem. A linguagem é ação, é uma forma de agir no mundo. Isso tem uma importância muito grande para a Lingüística, pois permite estender seu campo de atuação, mantendo liames orgânicos com a teoria das interações e das ações e com a etnografia da comunicação. É muito diferente dizer que, ao comunicar ou ao interagir, o homem descreve o mundo ou age no mundo.

Um dos sucessores de Austin é John Searle, que retoma seu programa, e vai desenvolver uma série de aspectos de sua teoria. Um deles é que, ao comunicar uma frase, realizam-se um ato proposicional e um ato ilocucional. O primeiro corresponde à referência e à predicação, ou seja, ao conteúdo comunicado. O segundo, como pensava Austin, ao ato que se realiza na linguagem, ao dizer. Como se isola a proposição, resultado dos atos proposicionais? Searle mostra que não podemos confundir a proposição com a força ilocutória, porque enunciados que têm força ilocucional diferente, podem exprimir a mesma proposição. Por exemplo:

(a) João estuda bastante.
(b) João estuda bastante?
(c) Estude bastante, João.
(d) Ordeno que você estude bastante, João.

Os atos ilocucionais são, respectivamente, a afirmação, a interrogação, o conselho e a ordem. No entanto, o conteúdo proposicional é sempre o mesmo, João estudar bastante.

Exprimir uma proposição é executar um ato proposicional e um ato ilocucional. Por conseguinte, uma proposição pode ser expressa pela fórmula F (p), em que p é marcador do conteúdo proposicional e F é o marcador da força ilocutória, que indica o ato ilocutório executado. Esses marcadores nem sempre estão explícitos no

enunciado. Em Eu virei amanhã, há um força ilocucionária de promessa, que, no entanto, não está sintaticamente marcada na frase. Essa distinção só é sintaticamente marcada nos performativos explícitos.

Essa distinção entre marcadores ilocucionais e proposicionais permite explicar certos fenômenos lingüísticos, como da negação. Há negações que incidem sobre o ilocucional e negações que incidem sobre a proposição. Quando se tomam enunciados como (a) Eu não lhe ordeno que saia daqui e (b) Eu lhe ordeno que não saia daqui, observa-se que, em (a), nega-se o ato ilocucional e, em (b), nega-se a proposição.

Searle vai desenvolver outros aspectos da teoria austiniana, vai estudar de maneira aprofundada a classificação dos atos ilocucionais. Não se pretende mostrar aqui essa classificação, mas enunciar uma questão importante notada por Searle. Ele dizia que não se deve confundir a análise dos verbos ilocutórios com a dos atos ilocutórios. Muitos lingüistas, ao tentar determinar os atos ilocutórios trabalham com os verbos ou com os substantivos derivados desses verbos. Assim, falam em ordenar, interrogar, prometer, ameaçar ou em ordem, interrogação, promessa etc. No entanto, muitas vezes, os atos ilocutórios são expressos indiretamente, são os chamados atos de fala indiretos. Por exemplo, quando alguém está atrasado, pode dizer Desculpem-me pelo atraso ou O trânsito está terrível. No primeiro caso, o ato de desculpar-se foi expresso diretamente; no segundo, foi enunciado indiretamente, pois o valor patente da afirmação recobre, na verdade, um valor latente de pedido de desculpas. A mesma coisa ocorre, quando uma ordem é expressa sob a forma de um desejo: Eu queria um talão de cheques; quando um pedido é feito sob a forma de uma interrogação: Você tem cigarro?, e assim por diante. Seria muito estranho que o interlocutor pensasse que o falante não quer mais o talão de cheques ou que a pergunta sobre os cigarros é mera curiosidade. Por outro lado, o falante vale-se dos atos de fala indiretos para minimizar a força da ordem, para não constranger o interlocutor com um pedido direto etc.

Essa questão das razões pelas quais se utilizam os atos de fala indiretos produziu toda uma corrente de estudo dos atos de fala denominada interacionista. Para a teoria clássica, os atos de fala são universais; enquanto para a teoria interacionista, variam de cultura para cultura, de grupo social para grupo social. Por exemplo, a maioria das sociedades conhece o ato de fala agradecimento. No entanto, a forma

como ele é feito é variável. Na sociedade brasileira da primeira metade do século xx, como se lê nos manuais de etiqueta, não se agradecia os criados, os garçons etc. Hoje, agradece-se a eles por qualquer serviço que nos prestam. A forma de fazer os agradecimentos indica uma mudança

cultural, a passagem de uma sociedade mais "aristocrática" a uma mais "democrática". Por outro lado, fórmulas religiosas de agradecimento, como Que Deus lhe dê em dobro ou Que Deus lhe abençoe só subsistem nas áreas menos modernas do país.

Além disso, a teoria clássica pensa os atos de linguagem de maneira isolada, enquanto a teoria interacionista os vê como um encadeamento de atos: por exemplo, a um pedido corresponde uma recusa ou uma aceitação; a uma saudação, uma resposta etc. Austin mostrou que dizer é fazer; os interacionistas, na fórmula de Orecchini, mostram que dizer é fazer fazer. Isso significa que os atos de linguagem têm um efeito muito grande nas relações interpessoais, o que abriu um novo campo para a Lingüística, o estudo da polidez Lingüística.

Essas regras de polidez articulam-se sobre a teoria das faces, desenvolvida por Brown e Levinson, na seqüência dos trabalhos de Goffman. Face é o amor-próprio do sujeito. Há uma face positiva e uma negativa. Aquela deriva da necessidade de ser apreciado e reconhecido pelo outro, é a boa imagem que o sujeito tem de si mesmo; esta advém da necessidade de defender o eu, é seu território. Na interação social, o indivíduo procura salvar sua face. Por outro lado, cada um dos interlocutores tem interesse em manter a face do outro, para não pôr em perigo sua face. No entanto, há atos ameaçadores da face negativa do interlocutor, porque tentam invadir seu território (por exemplo, a ordem, o conselho, a ameaça), e atos ameaçadores de sua face positiva, porque podem ser vistos como uma tentativa de destruir a imagem do outro (por exemplo, a reprimenda, a refutação, a crítica). Há também comportamentos ameaçadores da face negativa do falante, porque podem ser considerados uma maneira de obrigar o falante a se expor (por exemplo, a

promessa, a garantia, o juramento) e atos ameaçadores de sua face positiva, porque destroem sua imagem (por exemplo, confissão, pedido de perdão, autocrítica). A polidez lingüística tem por efeito diminuir os efeitos negativos dos atos ameaçadores da face, de adoçálos. É para isso que recorremos aos atos de fala indiretos: não se dá uma ordem brutalmente, mas exprime-se um desejo. Há outras estratégias de polidez Lingüística: não se critica um trabalho, sem fazer uma série de preliminares que mostram que ele está bom. Nas situações de comunicação, minimizam-se, modalizam-se, adoçam-se os atos ameaçadores da face. Por outro lado, há atos valorizadores da face, como os cumprimentos e os elogios. Na polidez, busca-se reforçar esses atos.

Há uma polidez positiva, em que se busca produzir e reforçar atos valorizadores da face e uma polidez negativa, em que se procura evitar e minimizar os atos ameaçadores da face. Nela, tenta-se evitar o excesso de atos valorizadores da face, pois o falante poderia parecer hipócrita ou bajulador, bem como a falta de minimização de atos ameaçadores da face, pois o falante poderia parecer grosseiro. O excesso, a falta, os limites entre o que é percebido como valorizador ou ameaçador, tudo isso é cultural. O estudo da polidez Lingüística oferece dados muito preciosos para a compreensão das culturas.

Máximas conversacionais

Para explicar a construção e a compreensão dos atos de fala indiretos, é preciso, de um lado, desenvolver melhor a teoria dos atos de fala e, de outro, os princípios gerais que

regem a conversação.2 Segundo inúmeros estudiosos da Pragmática, ela é governada por um princípio de cooperação, que exige que cada enunciado tenha um objeto ou uma finalidade. Muitas vezes, os atos de fala não são manifestados explícita mas implicitamente e, portanto, só se percebe o objeto ou o propósito de um enunciado quando se entendem esses implícitos. Para explicar isso, pode-se tomar um célebre exemplo da Pragmática. Quando se lê num cartaz, à entrada de um restaurante, Aberto às segundas, só se pode decidir se ele quer dizer Aberto também às segundas ou Aberto somente às segundas, se se tem uma informação

proveniente do contexto, ou seja, se os restaurantes do lugar fecham às segundas, o cartaz indica que o restaurante estará aberto também às segundas; se eles abrem às segundas, o cartaz significará que o restaurante abre só às segundas. Quando se sabe que o PT é um partido que denuncia sistematicamente a corrupção nos diversos escalões do governo e se diz Certos deputados do PT são corruptos, o que se está significando é que o PT é um partido como qualquer outro e, portanto, não se pode considerar ao abrigo da corrupção.

Segundo alguns autores, os comportamentos lingüísticos são determinados por regras ou princípios gerais de natureza racional, ou seja, a maneira de utilizar a linguagem na comunicação é regida por princípios gerais assentados em inferências pragmáticas. Grice, em artigo publicado em 1975, começa a estudar esses princípios. Com isso, a Pragmática estabelece uma forma diferente de conceber a comunicação. A contribuição de Grice são a noção de implicatura e o estabelecimento do princípio geral da comunicação, o da cooperação.

Observando que existe uma divergência freqüente entre a significação das frases e o sentido do enunciado e que, portanto, certos enunciados comunicam muito mais do que os elementos que o compõem, Grice formula a noção de implicatura, que são inferências que se extraem dos enunciados. Ele não usa o termo implicação, porque a noção de implicatura é mais ampla do que a de implicação, já que esta só pode ser provocada por uma expressão Lingüística, enquanto aquela pode ser suscitada por expressões Lingüísticas e pelo contexto ou pelos conhecimentos prévios do falante.

Grice começa por distinguir dois tipos de implicaturas: as desencadeadas por uma expressão Lingüística, as implicaturas convencionais, e as provocadas por princípios gerais ligados à comunicação, as implicaturas conversacionais. Em E/e é a/uno de Letras, mas sabe escrever, há uma implicatura desencadeada pela conexão entre as duas orações com a conjunção mas: os alunos de Letras não sabem escrever. É uma implicatura convencional. No enunciado A defesa da tese de Mário correu bem, não o reprovaram, háuma implicatura de que a tese não presta. É uma implicatura conversacional, pois não advém da significação de nenhuma palavra da frase, mas dos conhecimentos prévios do interlocutor. No caso, sabe-se que dificilmente uma tese é reprovada, portanto a menção ao fato de que ele não foi reprovado significa que o falante está dizendo, implicitamente, que a tese não é

boa.
A distinção entre implicaturas convencionais e conversacionais parece bastante clara: aquela é provocada por uma expressão Lingüística e esta é suscitada pelo contexto.
2 A exposição que segue está fundamentada nos trabalhos de Grice (1975), Moeschler e Reboul (1994) e Orecchioni (1998).

A linguagem em uso
No entanto, a questão é mais complicada, pois Grice estabelece uma distinção entre implicaturas conversacionais generalizadas e implicaturas conversacionais particulares. Aquela é desencadeada também por elementos lingüísticos, enquanto estas, apenas pelo contexto. Quando se diz André vai encontrar uma mulher à noite, a implicatura é que a mulher com quem vai encontrar-se não é sua mãe, sua irmã, sua esposa etc., mas que esse encontro é de natureza sexual. Para a construção dessa implicatura entram em jogo dois elementos: um é o uso do artigo indefinido, que produz a inferência de que essa mulher não é uma mulher pertencente a seu círculo íntimo; outro é o contexto, que indica que, quando não se faz referência à mulher com que um homem vai encontrar-se, trata-se de" um encontro de natureza sexual. Tem-se, nesse caso, uma implicatura conversacional generalizada, que é desencadeada por um elemento lingüístico e pelo contexto. Quando se diz Ele enriqueceu durante o exercício de seus mandatos de deputado, tem-se a implicatura de que ele é desonesto. Não há nenhum elemento lingüístico que desencadeie essa implicatura, é o contexto que diz que, como no Brasil muitos políticos são corruptos, essa inferência pode ser feita. Trata-se de uma implicatura conversacional particular.
A implicatura convencional é provocada apenas por um elemento lingüístico, ela não precisa de elementos contextuais para ser feita, enquanto a implicatura conversacional, seja ela generalizada ou particular, apela sempre para as noções de princípio da cooperação e máximas conversacionais.
Como se disse acima, para Grice, o princípio da cooperação é o princípio geral que rege a comunicação. Por ele, o falante leva em conta sempre, em suas intervenções, o desenrolar da conversa e a direção que ela toma. Grice formula da seguinte maneira esse princípio:

Que sua contribuição à conversação seja, no momento em que ocorre, tal como re
queira o objetivo ou a direção aceita da troca verbal em que você está engajado.
Esse princípio é explicitado por quatro categorias gerais - a da quantidade das informações dadas, a de sua verdade, a de sua pertinência e a da maneira como são formuladas - que constituem as máximas conversacionais. Grice formula assim essas máximas:
Máximas da quantidade
. Que sua contribuição contenha o tanto de informação exigida.
. Que sua contribuição não contenha mais informação do que é exigido.
Máximas da qualidade (da verdade)
Que sua contribuição seja verídica.
. Não afirme o que você pensa que é falso.
. Não afirme coisa de que você não tem provas.
Máxima da relação (da pertinência)
Fale o que é concemente ao assunto tratado (seja pertinente)~
Máximas de maneira
Seja claro.
. Evite exprimir-se de maneira obscura.
. Evite ser ambíguo.
. Seja breve (evite a prolixidade inútil).
. Fale de maneira ordenada.

Muitas críticas foram feitas às concepções de Grice. Alguns autores dizem que ele tem uma concepção idealista da comunicação humana e, por conseguinte, da sociedade, porque imagina a troca verbal como um evento harmonioso, ignorando os antagonismos, os litígios, as discórdias e as oposições que caracterizam tantos atos de comunicação. Por outro lado, diz-se que Grice é normativo, que ele pretende ditar regras para a comunicação humana. Nenhuma das duas críticas procede. As máximas conversacionais não são um corpo de princípios a ser seguido

na comunicação, mas uma teoria de interpretação dos enunciados. Grice não ignora a existência dos conflitos na troca verbal. No entanto, mesmo quando a comunicação é conflituosa, ela opera sobre uma base de cooperação na interpretação dos enunciados, sem o que o conflito não se pode dar. Mesmo para divergir, os parceiros da comunicação precisam interpretar adequadamente os enunciados que cada um produz. Além disso, a existência das máximas implica sua violação. Por um lado, pode-se violar uma máxima, para não infringir outra, cujo respeito é mais importante. No exemplo que segue, calcado num exemplo de Grice, viola-se a máxima da quantidade, para que não se infrinja a primeira máxima da qualidade.

- Onde Maria mora? - No Brasil.

A resposta à questão não é suficientemente informativa, o que significa que se cria
uma implicatura: o interlocutor não sabe exatamente onde Maria mora.

Por outro lado, há o que Grice chama a exploração das máximas, que é a criação de determinados efeitos de sentido obtidos com a violação das máximas. A ironia, por exemplo, é uma exploração da máxima da qualidade, como veremos em seguida.

As máximas da quantidade indicam que o falante deve sempre dar a informação mais forte de que dispõe. Assim, quando se diz A bandeira brasileira é verde, infere-se que a bandeira brasileira é inteiramente verde e não se infere que ela é verde, amarela, azul e branca, porque se supõe que o falante deu a informação mais forte. Da mesma forma, quando se afirma Ele tem quatro apartamentos, a inferência que se tira é que ele tem exatamente quatro apartamentos e não três. A lógica da conversação é diferente da lógica formal. Nesta, quando se diz que alguém tem quatro apartamentos, pressupõe-se que ele tem tr.ês, porque três está contido em quatro. Na conversação, isso não ocorre, porque se se diz que tem quatro apartamentos, está-se dizendo que são exatamente quatro e não três.

Viola-se a máxima da quantidade, quando se verbalizam informações evidentes, que suscitam respostas que marcam a inutilidade da informação.

- Sou eu.
- Estou vendo.
- Você está aqui.

- Não, estou na França.

Infringe-se também essa máxima, quando não se dá a informação mais forte que se tem. Uma faxineira disse à dona da casa, quando esta chegou: "A secretária eletrônica caiu". A dona da casa respondeu que não havia problema. Mais tarde, ela constatou que o aparelho estava quebrado. Nesse caso, a faxineira violou a máxima da informatividade.

Quando se afirmam banalidades que todos conhecem, há também infringência a essa máxima. Numa reunião de professores de latim, dizer que o latim tem cinco declinações é uma violação dessa máxima.

A linguagem em uso

Em casos em que não se sabe o nível de conhecimentos das pessoas que participam da troca verbal, quando se afirma alguma coisa que se crê ser banal, é preciso dizer como todos sabem, peço desculpas por lembrar etc. Por outro lado, quando se repete uma informação, é necessário afirmar como se disse anteriormente etc.

Pode-se explorar a máxima da quantidade com tautologias como:

(a) Criança é criança.

(b) Dinheiro é dinheiro. (c) Amanhã é um outro dia.

Nesses casos, o elemento repetido ganha um novo sentido. Em (a), está-se dizendo que criança é sempre irresponsável etc.; em (b), que dinheiro sempre tem valor, é sempre bem-vindo; em (c), que as coisas mudam com a passagem do tempo.

As seqüências não informativas tornam-se informativas quando são exploradas argumentativamente. Por exemplo, é uma informação banal no Brasil dizer que o PT não ocupa a Presidência da República nem ministérios. Entretanto, isso se torna informativo, no exemplo abaixo:

o PT não ocupa a Presidência da República nem nenhum ministério. Portanto, ele não tem de apresentar soluções para os problemas econômicos do Brasil.

Na comunicação fática, não vigora a máxima da quantidade. Essa comunicação é aquela feita apenas para manter o canal de comunicação. São as trocas verbais realizadas, por exemplo, em encontros sociais, em que é falta de educação ficar calado e, portanto, conversa-se sobre o tempo etc. Por outro lado, certas comunicações muito evidentes em placas indicam os hábitos culturais de um povo:

por exemplo, a placa Não feche o cruzamento, em nossas grandes cidades.
A máxima da quantidade diz também que se deve dar o tanto de informações necessárias para a comunicação, ou seja, não se deve dar informações supérfluas. Assim, por exemplo, quando alguém conta a um amigo que sofreu um acidente de carro, não precisa enunciar o número de sua carteira de habilitação. No entanto, quando faz o relato do acidente à companhia de seguros, essa informação é pertinente.
A máxima da qualidade diz que a contribuição à conversação tem de ser verídica. Assim, quando alguém diz Antônio fala seis línguas, infere-se que o falante está certo de que Antônio fala seis línguas. Poder-se-la perguntar se essa máxima tem propósito, dado que uma das propriedades da linguagem é enganar os outros, é transmitir informações falsas. Só o homem mente. É impossível que uma abelha, em sua linguagem para transmitir às companheiras informações sobre a localização do pólen, minta. É preciso entender bem essa máxima. Ela não diz que a pessoa que fala deve necessariamente crer no que afirma, que o falante que faz uma promessa tem a intenção de efetivamente cumpri-la, que quem pergunta alguma coisa quer verdadeiramente saber a resposta. O que ela enuncia é que o falante, exceto nos enunciados explicitamente não verdadeiros, como piadas, brincadeiras, pretende ser sincero, deseja que o interlocutor creia em suas palavras, mesmo que elas não sejam verdadeiras. O que comprova a existência da máxima da qualidade é a impossibilidade de produzir enunciados como Comprei um revólver, mas não acredito que o tenha comprado. Esse enunciado é visto como francamente contraditório, porque, quando o falante afirma que comprou um revólver, ele pretende que o interlocutor atribua a ele um crédito de sinceridade.

A exploração dessa máxima é feita, por exemplo, nas metáforas e nas ironias. Quando se diz O coração de André é uma pedra, não se está dizendo que se acredita que ele seja efetivamente uma pedra, mas que é duro como uma pedra. Quando no conto "A negrinha", de Monteiro Lobato, o narrador diz A excelente Dona Inácia era mestra na arte de Judia r de crianças, não se pode inferir a implicatura de

que ele acredite que Dona Inácia era excelente, pois a ironia obriga a entender o contrário do que foi dito.

A máxima de relação rege a coerência da conversação, indica como se encadeiam os assuntos e como se faz para mudar de assunto. O exemplo dado por Grice mostra como ela opera:

- Estou sem gasolina.
- Há um posto na esquina.

A afirmação de A apresenta a seguinte implicatura: Você pode me indicar onde eu encontro gasolina? A resposta de B permite inferir o que segue: O posto da esquina está aberto.

A exploração dessa máxima é feita por frases que aparentemente não têm coerência. Quando um falante diz A mulher de João o está traindo e o interlocutor percebe que João está ouvindo a conversa e diz Onde você comprou esta camisa?, a resposta não é incoerente, mas apresenta a implicatura Mudemos de assunto.

As máximas de maneira indicam como falar, obrigam a produzir enunciados claros, a codificar e a decodificar o sentido contextualmente mais verossímil. Viola essa máxima quem, ouvindo a frase O álcool mata lentamente, responde Eu não tenho pressa, pois o mais verossímil é que o foco da interpretação incida sobre o predicado e não sobre o advérbio.

Segundo Orecchioni, a máxima de maneira explicita-se por uma regra de economia, que determina que se escolha a formulação mais simples e direta para dizer alguma coisa. Daí o efeito engraçado da frase atribuída a Mae West: Gosto de dois tipos de homens: os que têm bigode e os que não têm. A formulação mais simples seria: Gosto de qualquer tipo de homem. Quando se diz que se gosta de dois tipos de homens, espera-se um recorte no universo dos homens e não a apresentação de sua totalidade.

A máxima da maneira explicita-se ainda por uma exigência de honestidade, que leva o interlocutor a acreditar nas citações feitas pelo produtor do enunciado, no discurso científico, e leva a supor, na conversação cotidiana, que ele saiba do que está falando. Quando alguém diz Este restaurante é muito bom, faz-se a implicatura de que o falante está dizendo que já foi lá.

Essa máxima compreende ainda uma exigência de neutralidade, que obriga a usar recursos indiretos para influenciar os outros. Quando dois amigos estão discutindo

se vão a um jogo de futebol ou a um restaurante e um deles diz O Morumbi é muito desconfortável, infere-se que ele está dizendo que não quer ir ao jogo.
Essa máxima abarca ainda o respeito a todas as regras que regem a conversação, como respeitar os turnos de fala, ou seja, a vez de cada um intervir na conversação. Se alguém não respeita os turnos, pode ouvir o seguinte comentário metacomunicativo: Ouvi sem interrompê-lo, portanto, deixe-me falar.
Há alguns discursos que se constroem exatamente violando as máximas conversacionais. O discurso poético cultiva a ambivalência; o discurso eufêmico infringe a máxima da quantidade; o discurso irônico viola a máxima da qualidade.

A Linguagem em uso
181
Todas essas máximas procuram mostrar como o falante, na troca verbal, resolve o problema do que deve dizer e do que não deve dizer. Conforme a situação de enunciação, há assuntos autorizados e proibidos e atos de linguagem que se impõem (por exemplo, as desculpas são obrigatórias, quando se está atrasado; uma pergunta deve ser feita, quando alguém afirma que vai sair de férias).
Pressupostos e subentendidos
...
A questão das implicaturas tenta explicar o problema dos conteúdos implícitos. Esse tema foi estudado de inúmeras maneiras na Pragmática. Por exemplo, a dificuldade de estabelecer uma distinção nítida entre implicaturas generalizadas e implicaturas particulares leva Orecchioni, inspirada no lingüista francês Oswald Ducrot, a dizer que os conteúdos transmitidos pelos atos de fala podem ser explícitos e implícitos. Estes são as inferências e dividem-se em pressupostos e subentendidos.
Para que alguém perceba os conteúdos implícitos, eles precisam estar marcados, seja no enunciado, seja na situação de comunicação. Quando se toma o exemplo clássico Pedra parou de fumar, nota-se que há um conteúdo explícito, Pedra não fuma atualmente, e dois conteúdos implícitos, Pedra fumava antes e Que isso sirva de exemplo para você. O primeiro conteúdo implícito é um pressuposto, pois é veiculado pelo enunciado, no qual se acha incontestavelmente inscrito. Um falante não poderia usar o verbo parar, se não quisesse veicular a informação de que um evento acontecia antes do momento da fala. Já o segundo conteúdo implícito é um

subentendido, pois depende de um contexto particular (por exemplo: o falante vem insistindo com o interlocutor para que ele pare de fumar).
O conteúdo explícito é denominado posto e é o verdadeiro objeto do dizer. Quando alguém diz Minha mulher gastou neste ano cem mil reais, o verdadeiro objeto do dizer não é Sou casado (pressuposto), mas Gastou neste ano cem mil reais (posto).
De acordo com formulação de Orecchioni, o pressuposto é a informação que não é abertamente posta, isto é, que não constitui o verdadeiro objeto da mensagem, mas que é desencadeada pela formulação do enunciado, no qual ela se encontra intrinsecamente inscrita, independentemente da situação de comunicação. Observe-se o exemplo que segue:
Agora, segundo impressão colhida na reunião do BID, [o Brasil] tornou-se um país menos contiável (VEJA, 12/4/1995, p. 93).
Nele, afirma-se explicitamente que o Brasil é um país menos confiável. Do sentido do verbo tornar-se decorre incontestavelmente o implícito de que antes o Brasil era mais confiável. Se o país nunca tivesse apresentado um grau de confiabilidade maior que o de hoje, não se poderia usar o verbo tornar-se, que significa "transformar-se", "converterse". Veja-se um outro exemplo:
Está na hora de o governo usar o cassetete também contra esses empresários. (Jair Meneguelli)
Nele, está explícito o dever do governo de usar o cassetete contra empresários. Da expressão está na hora provém o implícito: o governo nunca usou o cassetete contra empresários; do termo também deriva a informação pressuposta de que o governo usa o cassetete contra quem não é empresário.

o que é dito explicitamente pode ser questionado. Os pressupostos, no entanto, devem ser verdadeiros ou, ao menos, tomados como tal. Os explícitos são construídos sobre os pressupostos. Assim, se um pressuposto for falso, ou considerado como tal, os conteúdos explícitos não têm o menor sentido, não podem sequer ser considerados falsos. Se o falante não achasse que Pedro fumava, não teria qualquer propósito ele dizer que Pedro parou de fumar.
O uso adequado dos pressupostos é muito importante, porque esse mecanismo

lingüístico é um recurso argumentativo, uma vez que visa a levar o leitor ou o ouvinte a aceitar certas idéias. Com efeito, introduzir no discurso um dado conteúdo sob a forma de pressuposto implica tomar o interlocutor cúmplice de um dado ponto de vista, pois ele não é posto em discussão, é apresentado como algo aceito. Mesmo a negação das informações explícitas contribui para corroborá-lo. É por isso que muitos lingüistas dizem que os pressupostos não são sensíveis à negação, à interrogação e ao encadeamento dos postos. Quando o falante diz Pedra não parou de fumar nega que ele não fume atualmente, mas não nega que ele fumava antes. Quando faz a interrogação Pedro parou de fumar?, interroga sobre o fato de ele não fumar atualmente, mas não sobre a idéia de que fumava antes. Quando faz o encadeamento Pedro parou de fumar, porque estava com problema nos pulmões, o encadeamento se faz sobre o fato de que atualmente ele não fuma e não sobre o fato de que não fumava antes. A pressuposição aprisiona o leitor ou o ouvinte numa lógica criada pelo produtor do texto, porque, enquanto o posto é proposto como verdadeiro, o pressuposto é, de certa forma, imposto como verdadeiro. Ele é apresentado como algo evidente, indiscutível.

Quando se diz que o pressuposto não é sensível à negação, à interrogação e ao encadeamento do posto, não se está dizendo que não se possa negar o pressuposto, interrogar sobre ele ou fazer encadeamentos com ele, mas apenas que, quando a negação, a interrogação e o encadeamento atingem o posto, não alcançam necessariamente o pressuposto. Assim, na frase Só Pedro ama Maria, temos um posto Apenas Pedro ama Maria e um pressuposto Pedro ama Maria. Quando se nega o posto Não é só Pedro que ama Maria, não se nega o pressuposto Pedro ama Maria. Quando se interroga sobre o posto Só Pedro ama Maria?, não se interroga sobre o pressuposto. Quando se faz um encadeamento com o posto Só Pedro ama Maria, porque só ele tolera sua arrogância, não se faz encadeamentos sobre o pressuposto. No entanto, isso não significa que não se possa negar o pressuposto Pedro não ama Maria, fazer interrogações sobre ele Pedro ama Maria? ou fazer encadeamentos com ele Pedro ama Maria, porque está enganado sobre ela.

Muitas das "verdades incontestáveis", que constituem a base do discurso político, são na realidade pressupostos, ou seja, conteúdos tomados como aceitos por todos. Nesses oito anos de Revolução o Brasil emergiu da longa infância e da tumultuada

adolescência para o estágio de nação adulta e séria que sabe para onde vai e o que pretende. (Presidente Mediei, em cadeia de rádio e televisão)
Nesse texto, diz-se explicitamente que o Brasil é uma nação adulta e séria. Por ou tro lado, deixa ele pressuposto que:
. houve uma revolução no Brasil;
. o país estava num estágio infantil ou adolescente antes dela.
Se formos discutir se o Brasil é ou não uma nação adulta e séria, estaremos reafir mando os pressupostos em que se baseia o discurso; se negarmos o que é dito explicita

mente, ainda assim estaremos confirmando o que é dito implicitamente.
A refutação dos pressupostos impede a continuação de qualquer debate; só sua aceitação permite o diálogo, pois não tem sentido ou não é possível uma discussão em que cada interlocutor se funda em pressupostos distintos. Por isso, é considerada extremamente grosseira a negação pura e simples dos pressupostos apresentados pelo outro.
Os principais marcadores lingüísticos da pressuposição são:
. os adjetivos ou palavras similares
A única coisa que me preocupa no plano é que os economistas estão gostando dele. (Jô Soares)
O adjetivo única pressupõe que o plano não traz nenhuma outra preocupação para o produtor do texto.
. verbos que indicam permanência ou mudança de estado (por exemplo: tomar-se, transformar-se, converter-se, ficar, vir a ser, passar a, deixar de, começar a, principiar a, ganhar, perder, permanecer, continuar)
A imprensa continuará livre, mas é preciso que continue colaborando com as autoridades. (Oa!. JustinoAlves Bastos)
Os dois verbos continuar deixam pressupostos os seguintes conteúdos: a imprensa é livre; a imprensa colabora com as autoridades.
. verbos que revelam um ponto de vista a respeito do que é expresso por seu com
plemento (por exemplo, pretender, alegar, supor, presumir, imaginar, assacar)

~

Ele pretende que tudo se passou da maneira como conta.

O verbo pretender pressupõe que o falante não aceita como verdade o que alguém apresenta como tal.

. certos advérbios

o país está muito mal, e não quero mais fazer o papel de bobo da corte. (Xuxa)

O advérbio mais implicita a informação de que o produtor do texto antes fazia o papel de bobo da corte.

. as orações adjetivas

Não adianta investigar os parlamentares se a elite empresarial que financia a corrupção fica assistindo às sessões da CPI pela televisão (Senador José Paulo Bisol, ao defender a tese de que a corrupção é como pederastia, não tem ativo ou passivo).

A oração que financia a corrupção é uma adjetiva restritiva. Pressupõe ela que não é toda a elite empresarial que financia a corrupção, mas apenas uma parte dela. Essa frase poderia ser reescrita, utilizando-se em lugar da restritiva uma explicativa (nesse ca

so, a oração adjetiva viria entre vírgulas):

Não adianta investigar os parlamentares se a elite empresarial, que financia a corrupção, fica assistindo às sessôes da CPI pela televisão.

Nesse caso, o que se alterou foi o pressuposto transmitido pela oração adjetiva. O que se deixa implícito é que toda a elite empresarial financia a corrupção.

A diferença entre uma oração adjetiva restritiva e uma explicativa reside nos pressupostos que elas criam. A primeira pressupõe que uma dada afirmação diz respeito a apenas parte dos elementos do conjunto designado pelo antecedente do pronome relativo; a segunda deixa implícito que uma determinada asseveração concerne à totalidade dos elementos do conjunto designado pelo antecedente do pronome relativo.

. certas conjunções

o Collor é um bom rapaz, mas não aceitem atravessadores; se quiserem um

malufista, votem em mim (Paulo Maluf, durante a campanha para as eleições presidenciais).
A conjunção mas liga dois segmentos de valor contrário entre si. Não aceitem atravessadores não é, a rigor, um segmento de valor contrário a Collor é um bom rapaz. Isso significa que o mas cria um implícito: Collor é um malufista não original.
Os subentendidos são informações veiculadas por um dado enunciado, cuja atualização depende da situação de comunicação. Álvaro Dias, presidente do PP, falando dos ministros do governo Itamar, disse: O governo não escolhe ministro por currículo, mas por prontuário. Nessa frase, o deputado deixa subentendido que os ministros do governo Itamar eram bandidos, que tinham passagem pela polícia.
A diferença entre um pressuposto e um subentendido é que aquele é uma informação indiscutível, ou apresentada como tal, tanto para o falante quanto para o ouvinte, pois decorre necessariamente do sentido de um marcador lingüístico, enquanto este é de responsabilidade do ouvinte. O pressuposto pode ser contestado, mas é formulado para não o ser. Já o subentendido é construído, para que o falante, caso seja interpelado, possa, apegando-se ao sentido literal das palavras, negar que tenha dito o que efetivamente quis dizer. Se o presidente Itamar interpelasse o deputado Álvaro Dias, este poderia afirmar que o que estava querendo dizer é que o presidente era muito cuidadoso na escolha dos ministros e só escolhia aqueles que tivessem uma vida absolutamente limpa, sem registro em prontuários policiais.
O subentendido é um meio de o falante proteger-se, porque, com ele, diz o que quer sem se comprometer. Com os subentendidos, diz-se sem dizer, sugere-se, mas não se diz. O grau de evidência de um subentendido depende do grau de notoriedade dos fatos extralingüísticos a que remetem. O presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Marco Aurélio de Mello, comentando as longas greves do funcionalismo público, afirmou: Greve é coisa para se resolver em uma semana, mas, a meu ver, nesse processo que estamos vivendo alguém está radica/izando demais (O Estado de S. Paulo, 22/11/2001, A6). Do estrito ponto de vista Lingüística, a afirmação do ministro poderia ser entendida como uma observação neutra dos fatos, em que ele diz que uma das partes, qualquer uma, está radicalizando. No entanto, o contexto, que nos leva a saber que o ministro é um crítico das ações do governo federal, subentende que o governo é que está

radicalizando e, portanto, conduzindo mal a questão da greve no serviço público.
A insinuação e a alusão são dois tipos de subentendidos. A primeira é um subentendido maldoso. A revista Veja, de 7 de novembro de 2001, publicou um artigo sobre o patrimônio de Brizola. O texto não diz, mas insinua que o patrimônio de Brizola é fruto de corrupção. O primeiro parágrafo é o seguinte:

A linguagem em uso
Entre as qualidades do ex-governador Leonel Brizola uma chama a atenção: a capacidade de não se descuidar das finanças pessoais mesmo quando mantém dedicação integral à política. Nos últimos vinte anos, ele esteve envolvido em nada menos que onze eleições, sendo que em seis delas diretamente como candidato. Nas outras cinco trabalhou na costura de apoios e alianças capazes de levar adiante seu projeto de criar um partido político forte e chegar à Presidência da República. Registre-se que nesse intervalo ocupou por duas vezes a cadeira de governador do Rio de Janeiro. Apesar de tanta labuta, nos últimos tempos vem colhendo mais insucessos do que êxitos. Para sua sorte, as dificuldades se dão apenas na política. No plano pessoal, vive uma surpreendente prosperidade. Foi justamente nesses anos atribulados que Brizola realizou uma façanha inatingível para a maioria dos brasileiros: a de erigir um magnífico patrimônio. Mesmo sem despender a mesma energia que dedicou aos palanques - e sem chamar a atenção -, ele costurou um pé-de-meia de pelo menos 15 milhões de reais em terras e imóveis. Em outras palavras, Brizola tomou-se um abastado senhor de terras (p. 43).
A alusão pode ser um subentendido de conteúdo licencioso, com conotação sexual; um subentendido que se refere a fatos só conhecidos dos parceiros da troca verbal ou a remissão a conteúdo de outro texto ou discurso. Vejamos exemplos:
(a) André é delicado (para fazer alusão ao fato de que é homossexual);
(b) Bebedeira grossa! (alusão a um fato que é conhecido apenas por um dos parceitos da comunicação); (c) Que, em verdade, há dois meios de granjear a vontade da mulheres: o violento, como o touro de Euro
pa, e o insinuativo, como o cisne de Leda e a chuva de ouro de Dânae... (Machado de Assis. Memórias póstumas de Brás Cubas, capo xv) (alusão às conquistas de Júpiter narradas pela mitologia grega).

~

Aqui foram dados alguns exemplos dos assuntos tratados pela Pragmática: os atos de fala, as máximas que regem a conversação, os conteúdos implícitos veiculados pelos atos de fala. No entanto, ela trata de muitos outros temas: a dêixis, o emprego dos conectores, a argumentação e a orientação argumentativa, as escalas argumentativas (aqui se estudam fenômenos como o uso de pouco, um pouco etc.): a polifonia: o sentido literal e o sentido figurado etc. Ela preocupa-se com o uso da linguagem em geral. O objeto da Pragmática é a produção e a interpretação completa dos enunciados, em situações reais de uso. Ela busca explicar como as produções e interpretações levam em conta não somente a língua, mas também o contexto. Enquanto a Lingüística.que tem por objeto o sistema ou o conhecimento.dirá que a célebre frase de Chomsky As verdes idéias incolores dormem furiosamente é agramatical, a Pragmática afirmará que, num contexto em que se discorre sobre as idéias dos ecologistas (verdes idéias) que perderam o apelo que tinham (incolores), mas que continuam a atuar ativamente no substrato da sociedade (dormem furiosamente), ela pode perfeitamente ser usada, pois a Pragmática explica o uso real.

Bibliografia

AUSTIN, John Langshaw. Quando dizer é fazer. Palavras e ação. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990. DASCAL, Marcelo (org.) Fundamentos metodológicos da Lingüística. Pragmótica. V. IV. 1986 DUCROT, Oswald. Princípios de semântica Lingüística: dizer e não dizer. São Paulo: Cultrix, 1977. MOESCHLER, Jacques e REBOUL, Anne. Dctionnaire encyclopédique de pragmatique. Paris: Seuil, 1994. ORECCHIONI, Cathérine Kerbrat. L'implicite. Paris: Arrnand Colin, 1998.

OTTONI, Paulo. Visão performativa da linguagem. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.

SEARLE, John R. Os actos de fala: um ensaio de filosofia da linguagem. Coimbra: Almedina, 1991.

Sugestões de leitura

AUSTIN, John Langshaw. Quando dizer é fazer. Palavras e ação. Porto Alegre: Artes Mé
dicas, 1990.
Obra clássica de Austin, em que está exposta sua teoria dos atos de fala, que implica uma
concepção performativa da linguagem.
DASCAL, Marcelo (org.) Fundamentos metodológicos da Lingüística. Pragmática. v. IV.
1986
Coletânea de textos fundamentais da Pragmática, entre eles o trabalho de Grice, intitula
do Lógica e conversação, que estuda as máximas conversacionais.
DUCROT, Oswald. Princípios de semântica Lingüística: dizer e não dizer. São Paulo: Cul
trix, 1977.
Um livro antigo de Ducrot, mas ainda fundamental para o estudo dos implícitos, sejam
eles pressupostos ou subentendidos.
MOESCHLER, Jacques e REBOUL, Anne. Dctionnaire encyclopédique de pragmatique. Pa
ris: Seuil, 1994.
É uma obra que expõe todos os temas tratados pelas diversas correntes da Pragmática,
confrontando as diferentes abordagens de um mesmo assunto.
ORECCHIONI, Cathérine Kerbrat. L'implicite. Paris: Armand Colin, 1998.
Estuda a questão das informações implícitas, discutindo a posição dos diferentes autores
que trataram do tema e expondo seu entendimento sobre a matéria. Trata dos diferentes tipos de conteúdos implícitos, dos tropos, das competências requeridas do sujeito falante, para produzir enunciados com informações implícitas, e do cálculo interpre
tativo realizado para compreendê-las.
OTTONI, Paulo. Visão performativa da linguagem. Campinas: Editora da Unicamp,

1998. Expõe minuciosamente a teoria dos atos de fala de Austin, mostrando suas implicações e
as vertentes tomadas pela teoria austiniana em diferentes autores.
SEARLE, John R. Os actos de fala: um ensaio de filosofia da linguagem. Coimbra: Alme
dina, 1991.
Nessa obra, Searle examina a condições de felicidade de um ato de fala e, ao mesmo tem
po, discute a distinção entre atos proposicionais e atos ilocucionários.

XXX

Abordagem do texto

Luiz Tatit

1 . Introdução

~

A passagem do estudo das frases ao estudo dos textos requer significativa mudança de enfoque. As gramáticas que nos explicam as construções frasais mostram-se inadequadas para a descrição da combinação dessas unidades num contexto mais amplo, o que fez o grande teórico Émile Benveniste considerar que a Lingüística perderia o seu lastro científico se tentasse integrar as frases num nível superior de análise.l Embora as frases façam parte do texto, a análise minuciosa de cada uma delas em nada contribui para a nossa compreensão do texto global. .

Entretanto, há um modo, até certo ponto metafórico, de conceber a frase que despertou a atenção de alguns lingüistas dos anos 1960 para a existência de um possível denominador comum entre as noções de frase e texto. Ambas podem ser contempladas com base na figura do "espetáculo".

A centralidade do processo verbal numa frase simples como "O pai dá um presente

ao filho" permite que identifiquemos uma pequena encenação com personagens ("pai" e "filho") e coisas ("presente") e que presenciemos uma transformação de estados. Ou seja, a frase indica, no mínimo, que o processo ("dar") fez do filho-sem-presente um filhocom-presente. Esse espetáculo altamente condensado poderia ser o esquema básico de um imenso romance que narrasse as incontáveis peripécias de um "pai" que, obstinado pela idéia de fazer o filho feliz, não poupasse esforços para conquistar um determinado objeto e entregá-lo ao jovem no final da história.
Esse foi um dos pontos de partida que fez o então lexicólogo lituano Algirdas Julien Greimas fundar um novo projeto de ciência, cuja principal indagação incidiria sobre o sentido construído no âmbito do texto (e não mais da palavra ou da frase), a que chamou "semântica estrutural" (1966)2 e, logo em seguida, "semiótica".
Inspirando-se numa proposição do lingüista Lucien Tesniere que, com finalidade didática, associara a estrutura de um enunciado simples à estrutura de um espetáculo,
n
n
I 1 cr BENVENISTE, E. Problemas de Lingüística geral, São Paulo: Nacional/Edusp, 1976, p. 137. 2 GREIMAS, A. J. Semântica estrutural, São Paulo: Cultrix, 1973.

Greimas muniu-se ainda do sólido modelo de análise do conto maravilhoso russo, formulado por Vladimir Propp3, e, depois de sucessivas adaptações, lançou sua própria teoria narrativa, cujos elementos conceituais demonstraram ser possível uma abordagem sintáxica do texto integral. A semiótica adota a forma "sintáxico" para definir relações entre categorias referentes ao texto global, reservandoo termo "sintático" para relações entre elementos no nível da frase.
Assim, com essa solução, digamos, "horizontal", Greimas estendeu as perspectivas gramaticais à dimensão do texto e reconheceu imediatamente que, nesse salto, não estava mais operando com unidades Lingüísticas. As noções funcionais que ainda mantinham interseção com a abordagem frasal - como as de sujeito e objeto, por exemplo estavam sendo então reprojetadas para definir papéis narrativos que só adquiririam seu verdadeiro alcance no contexto geral de um romance, um poema,

um tratado, uma notícia etc. Portanto, em vez de noções Lingüísticas, o autor estava agora operando com noções semióticas.
Embora a sintaxe narrativa surgisse como um dispositivo engenhoso para explicar a organização seqüencial da linguagem, jamais o pensador lituano a considerou suficiente como modelo semiótico, ou seja, como quadro teórico que pudesse descrever os diferentes estratos de sentido construídos no texto. Para que seu enfoque fosse mais abrangente, Greimas adotou também o que chamaremos de solução "vertical", ou seja, uma perspectiva "gerativa" segundo a qual as unidades manifestadas na superfície do texto seriam elementos já "enriquecidos", provenientes da articulação entre categorias mais simples e abstratas localizadas em patamares mais profundos que só o procedimento descritivo pode revelar.
Pensemos, por exemplo, numa composição de Lupicínio Rodrigues cujo texto faz alusão à "Torre de Babel":
Quando nos conhecemos Numa festa que estivemos
Nos gostamos e juramos Um ao outro ser fiel Depois continuando Nos querendo e nos gostando Nosso amor foi aumentando Qual a Torre de Babel
E a construção foi indo Foi crescendo, foi subindo
Lá no céu quase atingindo
Aos domínios do senhor E agora aproximando-se O nosso maior momento
Este desentendimento
Quer parar o nosso amor Mas eu não acredito Isso não há de acontecer Porque eu continuo lhe adorando E hei de arranjar
3 PROPP, VI. Morf%gia do conto. Lisboa: Vega, 1983.

Um meio de lhe convencer Que volta meu amor Seu bem está chamando Por um capricho seu Não há de ser que esta amizade V á ter este desfecho tão cruel Que tiveram porque se desentenderam Aqueles que pretenderam Fazer a Torre de Babel
A figura da "Torre de Babel" reveste, no âmbito geral da letra, a noção mais abstrata (mas ainda manifestada textualmente) de "desentendimento". Tal apreensão de superfície supõe que tenhamos captado, num plano mais profundo, indícios de que a comunicação entre os personagens está comprometida e que as relações

predominantes são de ordem polêmica e, portanto, calcadas em funções antagonistas. Todo esse quadro pressupõe também um desarranjo no âmbito cognitivo do crer e do saber e, de fato, a descrição da letra confirma que se encontram abaladas tanto a confiança quanto a concordância entre seus atores-sujeitos. Finalmente, podemos dizer que, entre as categorias mais gerais selecionadas pelo enunciador do texto, predominam as de natureza descontínua e que, em última instância, essa descontinuidade é responsável pelos obstáculos narrativos e comunicativos disseminados em seus planos mais superficiais.

Essas "camadas" de sentido, por enquanto apenas mencionadas, revelam que há uma inspiração gerativista - associada ao nome de Noan Chomsky - no modelo de Greimas: o valor "descontinuidade", selecionado em nível profundo, gera funções antagonistas (entre sujeito e anti-sujeito, por exemplo) que, por sua vez, gera o tema do desentendimento, cuja principal figura, já na superfície discursiva, é a Torre de Babel. Mas as equivalências com a gramática gerativa limitam-se a essa concepção de modelo descritivo em níveis, dos elementos mais abstratos e gerais aos mais concretos e particulares. O projeto de Greimas tinha como meta a descrição do que Louis Hjelmslev denominou "forma do conteúdo", uma espécie de estrutura geral da significação que subjaz aos textos, sejam eles verbais ou não-verbais.4 Desde seus primórdios, portanto, a semiótica concebe uma teoria para a análise do conteúdo humano que se manifesta em dimensão transfrasal, independentemente da configuração textual escolhida para a sua organização e difusão. Esse conteúdo pode surgir como literatura, filme, pintura, música ou até como linguagem coloquial; tudo isso é passível de descrição semiótica.

Como vimos, a concepção de que um texto mantém seu conteúdo organizado em articulações narrativas trouxe um parâmetro sintáxico consistente para a pesquisa do sentido gerado por essas unidades que transcendem - e muito - o nível da frase. Numa primeira etapa, os semioticistas dedicaram-se ao estudo exaustivo das operações pragmáticas, que compreendem as atuações do sujeito em busca de seus objetos, e das operações cognitivas, que enfocam as comunicações do sujeito com seus pares, transmitindo informações e, principalmente, realizando persuasões.

Em seguida, já nos anos 1980, esses pesquisadores passaram a investigar as condições narrativas do sujeito, a partir de uma compreensão mais exata dos

elementos que ar

4 HJELMSLEV, L. Prolegômenos a uma teoria da linguagem, São Paulo: Perspectiva, 1975, p. 59.

ticulam seus desejos, suas obrigações, suas frustrações, suas esperanças, enfim, de tudo o que provoca, ou paralisa, as ações dos personagens. Nessa ocasião, os esquemas narrativos foram empregados para analisar também os conteúdos passionais que aparecem nos textos, como "ciúme", "desespero", "vingança", "indiferença", "vergonha" etc. Muito rapidamente verificou-se então que esses estudos da "paixão", centrados no ser do sujeito, complementavam com o máximo proveito os estudos da "ação", baseados no seu fazer, que deram origem ao modelo narrativo.

Como se pode notar, diferentemente das gramáticas frasais, a semiótica jamais deixou de acolher a dimensão semântica dos textos como parte essencial de seu objeto de estudo; entretanto, seu maior desafio sempre foi o de extrair o valor sintáxico desses elementos. Assim, uma noção como "vingança", por exemplo, pressupõe a existência de um sujeito prejudicado por narrativas anteriores - cujos efeitos desastrosos (ao ver da vítima) teriam abalado suas crenças essenciais em seus semelhantes - que, agora, articula um programa narrativo de desagravo, com etapas de execução bem definidas, tentando com isso reequilibrar as porções de prazer e sofrimento do seu mundo emocional. Esses dados poderão ser ampliados ou restringidos, a depender dos termos de um texto específico. De todo modo, a busca de um coeficiente sintáxico é o que distingue a semiótica das demais teorias textuais ou discursivas.

2. Níveis narrativo e discursivo

Passemos agora a comentar os dispositivos da análise semiótica a partir de um texto concreto (Com açúcar, com afeto, Chico Buarque):

Com açúcar, com afeto
Fiz seu doce predileto
Pra você parar em casa. Qual o quê
Com seu terno mais bonito Você sai, não acredito Quando diz que não se atrasa.

Você diz que é operário Vai em busca do salário Pra poder me sustentar. Qual o quê
No caminho da oficina
Há um bar em cada esquina Pra você comemorar
Sei lá o quê
Sei que alguém vai sentar junto Você vai puxar assunto Discutindo futebol
E ficar olhando as saias
De quem vive pelas praias Coloridas pelo sol
Vem a noite e mais um copo Sei que alegre ma non troppo Você vai querer cantar
Na caixinha um novo amigo Vai bater um samba antigo Pra você rememorar
Quando a noite enfim lhe cansa Você vem feito criança
Pra chorar o meu perdão Qual o quê
Diz pra eu não ficar sentida Diz que vai mudar de vida Pra agradar meu coração
E ao lhe ver assim cansado Maltrapilho e maltratado Ainda quis me aborrecer Qual o quê
Logo vou esquentar seu prato Dou um beijo em seu retrato E abro os meus braços pra você
Podemos identificar, neste texto, três etapas narrativas nitidamente distintas. De início, os quatro primeiros versos indicam que um sujeito ("eu" ou o próprio narrador) pretendia fazer com que o outro sujeito ("você") não saísse de casa, ou seja, pretendia estabelecer com seu parceiro uma relação de manipulação, nesse caso, umfazer não fazer. Em seguida, do verso "qual o quê" até "pra você rememorar", temos a ação realmente praticada pelo sujeito "você" que, rejeitando a manipulação do primeiro, desenvolve seu

percurso em sentido oposto ao desejado pelo narrador: passa afazer justamente o que deveria não fazer. Por fim, a partir de "Quando a noite enfim lhe cansa", o sujeito recobra o contato com o "eu", reconhece seu desvio narrativo e se submete a um processo de julgamento que decide a sua sorte.
Temos, portanto, as etapas que caracterizam um esquema narrativo padrão: manipulação, ação e julgamento (ou sanção, nos termos da semiótica). Cada uma delas merece ser devidamente explicada.
2.1 Manipulação

A manipulação supõe uma espécie de contrato entre as funções sintáxicas de destinador-manipulador e destinatário-manipulado. Empregamos essas noções sempre que houver uma situação de comunicação persuasiva envolvendo dois sujeitos, mesmo que, ao final do processo, a relação contratual não se consolide (como no texto ora examinado). O que importa é o esforço do destinador no sentido de despertar a confiança do destinatário (jazer crer) para, em seguida, completar a manipulação, fazendo-o fazer ou não

fazer. No caso de um processo de manipulação bem-sucedido, o destinador praticamente

suprime a liberdade de escolha do destinatário, deixando-o numa situação de não poder

. não fazer ou, em outras palavras, de não poder deixar de cumprir o contrato estabelecido.

Esse início de análise, como podemos observar, já se apóia em dispositivos conceituais que estão na base de constituição dos textos em geral. As funções de destinador/ destinatário/sujeit%bjeto, e outras que veremos adiante, perfazem a noção de actantes da narrativa. A articulação de verbos (em versão positiva ou negativa) como fazer crer,

fazer fazer, poder fazer etc., representa a dinâmica modal que faz com que os predicados se modifiquem mutuamente e produzam as transformações necessárias à evolução narrativa. As modalidades são entidades que nos ajudam a definir a forma de relação do sujeito com seus objetos e com outros sujeitos.

A manipulação pode ser explicada tecnicamente como um caso de sobremodalização entre dois actantes, o destinador e o destinatário-sujeito (em geral, o destinatário manipulado transforma-se automaticamente em sujeito da ação). O primeiro tem como meta universalfazer o segundo fazer. Nesse sentido, em relação ao sujeito, o destinador-manipulador desempenha um papel inverso ao do anti-sujeito: enquanto este conspira para fazer o sujeito parar, aquele empreende todos os esforços para manter o sujeito em continuidade. Só que não há como pôr um sujeito em ação sem interferir em sua competência modal, ou seja, para realizar sua narrativa, o sujeito precisa querer (ou achar que deve), saber e poder desempenhar esse papel ativo. Cabe ao destinador muni-lo dessas quatro modalidades (ou parte delas) por meio das operações de sobremodalização.

Algumas delas já fazem parte do quadro aplicativo padrão da semiótica. Lembremos aqui a noção de "sedução", em que o destinador manifesta um saber fazer o destinatário querer fazer, elogiando-o ou enaltecendo-o de tal maneira que qualquer sinal de recusa à manipulação significaria também a renúncia a todas as qualidades que lhe foram atribuídas. Do mesmo modo, já foi estudada a "tentação", domínio em que o destinador demonstra poder fazer o destinatário querer fazer, apresentando-lhe uma recompensa de algum modo irrecusável; a "provocação", caso no qual o primeiro actante obtém com o seu saber fazer o dever fa

zer do destinatário, já que o leva a agir como única forma de refutar a depreciação que lhe foi imposta; a "intimidação", processo que põe em cena um destinador dotado de um poder fazer (normalmente extradicursivo) o destinatário dever fazer a partir de algum tipo de ameaça.5 Pode-se notar, portanto, que as modalidades dão margem a operações sintáxicas especialmente úteis para a abordagem semiótica.

O acordo entre destinador e destinatário subentende que ambos os actantes compartilham, ou passaram a compartilhar, opiniões semelhantes a respeito do valor do objeto em pauta. Há maior chance de êxito quando a manipulação se processa no interior do mesmo quadro axiológico, ou seja, quando as duas funções operam sob um certo consenso sobre o que é desejável ou indesejável em seu ambiente cultural. Tudo indica que, no texto em exame, há um consenso apenas parcial entre destinador (eu) e destinatário (você). Este último, em sua atividade interpretativa, não chega a contestar os valores defendidos pelo primeiro. Ao contrário, ele necessita de um subterfúgio para poder manifestar sua concordância no nível cognitivo e, ao mesmo tempo, poder realizar sua discordância no nível pragmático. Simulando que só sai de casa para ir ao trabalho, o destinatário-sujeito deixa entender que, se não fosse por esse "nobre" motivo, poderia muito bem permanecer em casa. Trata-se de uma concordância no nível do fazer saber (cognitivo, portanto). Entretanto, ao realizar justamente o fazer (pragmático, portanto) implicitamente condenado pelo destinador, o destinatário está demonstrando que convive com um esquema de manipulação concorrente, cujos

objetivos estão comprometidos com valores de natureza completamente oposta. Na hora de executar de fato o seu programa narrativo o destinatário-sujeito rejeita a manipulação do narrador e adere aos valores do "ócio" e do "lazer" .

O trecho "Com açúcar com afeto / Fiz seu doce predileto / Pra você parar em casa" reproduz com clareza as intenções contidas num processo de manipulação. Para despertar o querer do destinatário, o destinador empenha-se na boa qualificação do objeto, ou seja, apresenta a seu interlocutor as vantagens de se "parar em casa". Note-se que o primeiro actante demonstra conhecer o universo de preferências do segundo ("doce predileto") e isso vai determinar sua estratégia de persuasão: associa o objeto ("parar em casa") com a oferta desejada (o doce) e aproveita o ensejo para inserir-se, metonimicamente, na composição desse universo de conteúdos atraentes. De fato, a expressão "com açúcar com afeto" - que, na superfície do texto, representa os ingredientes do doce - acusa, no nível narrativo, a presença do "eu" também no âmbito do objeto, afinal, a doçura e a afeição são partes daquele que fala, servindo de "isca" ao sujeito.

Convém, desde já, distinguirmos os "fatos discursivos", que nos apresentam aquilo de que fala o texto, das categorias narrativas, que nos indicam como esses conteúdos estão organizados em funções, direções e finalidades. Aos primeiros pertencem, por exemplo, os liames entre "açúcar", "afeto" e "doce", que nos reportam ao mundo sensível sugerido pelo texto. Temos aí a impressão, ao mesmo tempo gustativa, tátil e visual, de

que poderíamos deparar com esses fatos no mundo "real". Por isso, a semiótica denomina-os figuras. Pertencem também ao nível discursivo os chamados atores que, neste texto de Chico Buarque, aparecem sob as formas do "eu" e "você".

5 Cf. BARROS, D. L. P. Teoria do discurso -fundamentos semióticos. São Paulo: Atual, 1988, p. 38.

Abordagem do texto

No nível narrativo, encontram-se (1) as dependências entre funções actanciais (só existe sujeito porque existe objeto, só existe destinador porque existe destinatário, e viceversa); (2) as operações de manipulação, ação e sanção; (3) as oposições que criam embaraços ao desenvolvimento narrativo (que, no fundo, é mais um tipo de dependência: se hásujeito, há anti-sujeito); (4) as interações modais já comentadas;

e (5) o universo passional do sujeito.
O sujeito passional é o que sofre o efeito de ações anteriores que de algum modo o imobilizam pragmaticamente, na mesma medida em que o estimulam do ponto de vista sensível e afetivo. No nível narrativo, esse sujeito responde modalmente aos processos que o levam à perda ou à reaquisição do objeto, vivenciando estados de maior ou menor frustração, mas o que acaba definindo cabalmente suas grandes oscilações passionais são as criações de expectativa em relação a outros sujeitos. O não cumprimento dos acordos que normalmente nem sequer estão explícitos - estabelecidos entre os actantes é a principal razão dos sentimentos de decepção e mágoa que levam, muitas vezes a retaliações contundentes. Em outras palavras, para Greimas, a espera fiduciária (baseada na confiança) é o conceito por excelência que está na base das operações intersubjetivas que regulam o universo passional do sujeito. Do ponto de vista gerativo, a paixão resulta da conversão de modulações tensivas formuladas no nível profundo, conforme veremos àfrente.
No caso específico da letra em exame, o universo passional dos sujeitos não é marcado por grandes "crises" que pudessem determinar impasses narrativos ou mesmo alterações substanciais nas relações entre os actantes. Não obstante, pode-se sentir sua presença constante na constituição dos atores e dos percursos temáticos (as manifestações de paciência do ator "eu" ou da vadiagem incorrigível do ator "você") da letra, bem como nas direções eufóricas e disfóricas assumidas pelo enfoque narrativo.
Resta-nos dizer neste item que, embora se encontrem completamente imbricados na superfície do texto, os níveis narrativo e discursivo podem e devem ser particularizados com toda a nitidez pela atividade analítica. É comum, por exemplo, um ator do nível discursivo assumir mais de um papel actancial no nível narrativo. O "eu" dessa letra desempenha a função de destinador manipulador, mas também projeta-se, como já vimos, na instância do objeto, identificando-se com os afetos prometidos. Do mesmo modo, o ator "você" é o destinatário da manipulação (ou persuasão) e, virtualmente, o sujeito convocado para "cumprir" a tarefa. Esses processos, conhecidos como sincretismos, proporcionam ao texto uma certa economia de personagens.

2.2 Ação

Tendo em vista o que sucede na seqüência da letra, verificamos que as ações

desenvolvidas pelo sujeito não correspondem ao projeto inicial do destinador. Mais do que isso, o sujeito acaba empreendendo um fazer que se opõe frontalmente àquele desejado pelo outro actante: em vez de ficar em casa, ele se entrega aos "prazeres" da rua. Ora, pela lógica do esquema narrativo, esse sujeito está na verdade executando um programa idealizado por outro destinador - pressuposto, mas ausente das manifestações dessa letra -, representante de uma axiologia em todos os sentidos refratária à do primeiro destina

dor. Não é difícil detectarmos aí a função de anti-sujeito concorrendo com o programa inicialmente proposto ao sujeito. E quando o narrador, que dá voz ao "eu"-destinador, demonstra que conhece bem todo o ritual da trajetória cumprida pelo "você" ("sei que alguém vai sentar junto / você vai puxar assunto" etc.), fica claro que se trata de um "compromisso" antigo do sujeito com os valores antagonistas. Em outras palavras, o sujeito age na verdade como anti-sujeito, aceitando a persuasão de um antidestinador que, embora esteja oculto, configura-se plenamente, em oposição ao primeiro destinador, como guardião dos valores não~domésticos.

Entretanto, o fato de realizar esse antiprograma narrativo não confere ao sujeito "você" um estado de completa ruptura com a instância do primeiro destinador. Na realidade, o sujeito jamais manifesta claramente sua rejeição ao universo axiológico inicial. Faz de seu percurso uma espécie de desvio de rota que, ao final, se reintegra ao ponto de partida. Outro sinal importante de manutenção do vínculo inicial é a estratégia adotada pelo sujeito para camuflar seu acordo com o antidestinador. Seu disfarce - pouco convincente - de trabalhador é uma tentativa de criar uma razão para a saída, o que denota uma concordância de princípios com a esfera do primeiro destinador.

De todo modo, ao ganhar a rua, o espaço reservado ao mundo antagonista, o sujeito desenvolve diversos programas narrativos, diversos fazeres, que nada mais são que desdobramentos de um mesmo percurso (ou projeto) narrativo, caracterizado como "vadiagem". Assim, entrar nos bares, papear, olhar as mulheres,

beber, cantar um samba constituem realizações narrativas da noção geral de "vadiar" ou "perambular". São ações parciais que definem o papel temático do sujeito (o vadio, o perambulante), desenvolvido em sentido oposto ao desejado pelo destinador, cuja intenção explícita, já vimos, era a de mantê-lo em casa.

Na realidade, quando depara com as situações típicas da "rua", o sujeito manifesta uma competência modal que certamente foi adquirida em outros universos de experiência. O desejo irrefreável que o leva a praticar as ações descritas acima, depois de haver simulado um papel temático de trabalhador, indica que sua disposição para esse gênero de atividade já está suficientemente estimulada por um querer fazer, na certa proveniente de vivências anteriores em que outros destinadores o convenceram das vantagens de se deixar atrair pelos valores do "bom".6 Não há dúvida também de que, pelos mesmos motivos, sua competência é dotada de um saber fazer próprio do percurso da vadiagem. E, finalmente, como toda ação transcorre no campo da transgressão, ou seja, nas veredas traçadas pelo anti-sujeito, o actante sente-se ainda beneficiado por um poder fazer, desde que mantido sob algum disfarce.

Essa ação narrativa vem enriquecida, no plano discursivo, com outras figuras sensoriais cuja isotopia nos permite situar a cena na esfera do lazer. A isotopia é um processo de construção do sentido na dimensão sintagmática do texto oriundo de uma espécie de

6 Empregado aqui no sentido pulsivo do termo: o sujeito tende a buscar o "bom", ou seja, o que lhe causa prazer individual. Em nível social, porém, há uma dimensão ética que lhe impõe limites em nome de valores associados ao "bem" coletivo. A caracterização semiótica dessas noções está em ZILBERBERG, CL. Raison et poétique du senso Paris: PUF, 1988, p. 128.

controle que os sememas7 das palavras empregadas exercem uns sobre os outros. Por exemplo, a expressão "saias", no contexto "E ficar olhando as saias / De quem vive pelas praias / Coloridas pelo sol", tem pouco a ver com a veste em si e muito com o fato de se referir ao corpo feminino e, particularmente, à região das pernas. São esses, no caso, os

sememas selecionados. Entretanto, no contexto mais amplo, em confronto com os

termos.
"bar", "amigo", "futebol", "samba", "praia", "copo", tais sememas são submetidos a outras formas de controle que põem em destaque uma concepção de entretenimento tipicamente masculina. Ou seja, cada uma dessas palavras cede boa (ou a maior) parte de seus sentidos parciais em favor de uma categoria mais ampla situada num lugar (topos) onde todas convergem para o mesmo (iso-) sentido. Daí o conceito de isotopia.

Podemos dizer, mais precisamente, que esse tipo de entretenimento que caracteriza a atividade do vadio constitui uma isotopia temática formulada por diversas isotopias
figurativas que, estas sim, mantêm o vigor discursivo do texto. Assim, a idéia de "pernas femininas", engendrada nos três versos citados, além de participar da tematização do entretenimento, mantém sua força figurativa de remissão visual ao mundo fora do texto. Do mesmo modo, a menção à bebida, pelo "bar" e pelo "copo", reforça afigurativização numa ordem sensorial gustativa. A conversa ("Você vai puxar assunto / Discutindo futebol"), o samba ("Na caixinha, um novo amigo / Vai bater um samba antigo"), numa ordem auditiva, e assim por diante.

2.3 Sanção

Cansado de perambular pelas ruas, o ator "você" regressa ao lar e à companhia do narrador que, desta feita, assume a função de destinado r julgador:

Quando a noite enfim lhe cansa Você vem feito criança
Pra chorar o meu perdão

Ao pedir perdão, o ator denuncia o seu papel de sujeito destinatário de um julgamento perante o qual já reconhece a própria incapacidade de cumprir os termos do contrato inicial, bem como a fragilidade de caráter q~e o faz desenvolver justamente o percurso narrativo do anti-sujeito. Dado por encerrado o percurso de ação do sujeito, inicia-se agora a atividade de sanção do destinador.

O destinador julgador é por assim dizer a versão terminativa do universo transcendente, de onde provêm as decisões sobre o valor dos valores que circulam numa comunidade. A versão incoativa (relativa ao começo) desse universo, já vimos, é o destinador manipulador. Para proceder ao julgamento, o destinador deve confrontar o seu saber a respeito do percurso do sujeito destinatário com o critério de "verdade" decorrente dos acordos estabelecidos entre os actantes implicados

numa narrativa específica. Surge assim uma oposição entre o que "é de fato" (ou esquema de imanência) e o que "parece ser"

7 Os sememas, grosso modo, dizem respeito às acepções que as palavras podem ter, dependendo do contexto em que estão inseridas.

(esquema de manifestação), de acordo com o citado critério. Como só se tem acesso à imanência pela manifestação, o cruzamento desses dois esquemas num esquema global, conhecido como quadrado semiótico, apresenta um bom rendimento para se compreender o critério de verdade.

Segundo esse modelo, portanto, ser e parecer são modalidades veridictórias que articulam esquemas contrários (imanência e manifestação), e que possuem, cada uma, o seu termo contraditório (não ser e não parecer). Projetando-as sobre o quadrado (cuja estrutura será exposta à frente), podemos extrair uma segunda geração de termos (termos complexos) que demonstram que um critério de verdade depende de algumas trajetórias que conjugam também as noções de ilusão, segredo e falsidade:

~

verdade

~ser

parecer

~

não-ser /

segredo

ilusão

~

não-parecer

falsidade ~

Ou seja, de acordo com os contratos assumidos pelos actan'tes do texto, algo será considerado verdadeiro quando puder, ao mesmo tempo, ser e parecer; será ilusório

ao apresentar o composto parecer e não-ser; constituirá um segredo se articular simultaneamente ser e não-parecer. Por fim, não sendo e nem parecendo, corresponderá ao conceito de falsidade. Operando essas modalidades veridictórias, o destinador julgador pode distinguir o herói (aquele que, nos contos padrão, pertence à esfera do "segredo": é mas não parece) do vilão (aquele que manobra a "ilusão": parece mas não é), e transferir o primeiro ao domínio da "verdade" (ser + parecer), com gestos de reconhecimento e retribuição, e o segundo ao âmbito da "falsidade" (não-ser e não-parecer), com gestos de denúncia e punição.

Com açúcar, com afeto apresenta com nitidez as três fases típicas de uma narrativa completa: manipulação, ação e sanção. Entretanto, a forma de desenvolvimento de cada uma delas vem sempre introduzida por um dispositivo lingüístico que anuncia o rompimento das expectativas previstas pelo modelo padrão: "qual o quê". A partir desse elemento, a manipulação inicial não se completa (o sujeito não pára em casa), a ação não se desenvolve na orientação simulada (o sujeito não vai ao trabalho) e, finalmepte, a sanção não se processa nos moldes canônicos (o sujeito que age como anti-sujeito não é punido). Cada texto constrói sua coerência interna. Cabe à teoria refinar seus instrumentos de análise para dar conta das particularidades que fazem dos textos objetos de estudo sempre singulares.

Na verdade, o ator "eu", que assume ambas as funções de destinador (manipulador e julgador), é também o"narrador onisciente que descreve com profusão de detalhes todas as condutas do ator "você" e que não mais se espanta com o comportamento des

Abordagem do texto

viante do sujeito. Em outras palavras, o destinador já sabe que o sujeito não tem competência para cumprir um contrato que disponha sobre seus deveres domésticos ou sobre sua condição de trabalhador. O sujeito, por sua vez, embora reconheça que não contribui para o "bem"g do casamento (tanto que pede perdão), comporta-se como quem não responde por si e vive à mercê de destinadores circunstanciais que conduzam seus desejos imediatos. Assim, ao fazer seu julgamento, o destinador leva em conta o despreparo do outro actante para uma ação disciplinada e madura, fato que vem reforçado pela isotopia infantilista sutilmente construída desde os primeiros versos.

De fato, a simulação que "você" empreende no nível discursivo, vestindo-se como quem se dirige ao trabalho e tentando ludibriar justamente a pessoa que mais está a par de todos os seus estratagemas, configura desde o início um registro infantil de atuação: se conseguir impor seu jogo de disfarce, o sujeito sente-se liberado do contrato original. De volta ao lar, o ator reincorpora os traços infantilistas ("Você vem feito criança / A chorar o meu perdão") e, como um garoto que passou o dia fazendo traquinices, reaparece em estado lastimável ("Maltrapilho e maltratado"), solicitando os cuidados "matemos". Ora, apenas nesse registro de amor incondicional (o amor matemo), compreende-se o perdão sem reservas - seguido ainda de recompensa ("Logo vou esquentar seu prato") - dado pelo destinador.
Em outras palavras, ao realizar o seu fazer interpretativo, o destinador avaliou todas as etapas pregressas da narrativa. Verificou, por exemplo, que o sujeito fingiu sair para trabalhar mas acabou mergulhado na vadiagem. Isso seria suficiente para que o destinador desmascarasse o sujeito, denunciando seu comportamento mentiroso e ilusório, e lhe aplicasse uma sanção negativa. Sua interpretação, porém, é mais ampla e abrange principalmente as condições de competência do sujeito para a ação: considera que as operações iniciais de persuasão e manipulação não foram suficientes para produzir no sujeito o desejo (querer) ou a necessidade (dever) de desenvolver um percurso narrativo na direção prevista pelo destinador manipulador; considera que a não observação desse contrato inicial deixa o sujeito à deriva e ao sabor das influências que o conduzam a objetivos imediatos e efêmeros, justamente os que o destinador procurava evitar; considera, por fim, que o sujeito não é "dono" da própria vida, condição para poder manifestar um comportamento "adulto", cuja representação semiótica mais freqüente é a de um ator que processa dentro de si as funções de destinador e destinatário-sujeito. É essa incapacidade para as missões extensas e duradouras, figurativizada no plano discursivo como isotopia infantilista, que leva o destinador julgador a interpretar a trajetória do sujeito como um percurso narrativo, dentro das condições descritas, inevitável e, portanto, merecedor de perdão.
Em sentido oposto ao do fazer interpretativo transcorre o fazer persuasivo que define tanto a manipulação inicial (frustrada, neste caso) entre destinador e destinatário como também a etapa final em que o sujeito, convencido de sua "culpa", reúne argumentos para fazer o destinador julgador crer em suas boas

intenções: "Diz pra eu não ficar sentida / Diz que vai mudar de vida / Pra agradar meu coração". O interessante dessa proposta é que a noção de fazer persuasivo não se restringe à etapa reservada à manipulação (seu
lugar, por excelência) mas diz respeito à toda extensão progressiva do esquema narrativo.
8 Se o "bom" possui como cifra modal o querer, o "bem" funda-se no dever.

Do mesmo modo, o fazer interpretativo também não se reduz à última etapa do esquema. Ele é um traço de toda a extensão regressiva do percurso narrativo, a começar da avaliação elaborada pelo destinatário dos argumentos do destinador manipulador.
3. Nível profundo
A semiótica considera ainda que todos os conceitos articulados até aqui pressupõem categorias mais abstratas, que resumem os percursos narrativos e discursivos de um texto em alguns termos muito gerais instituídos por operações de transformação. A hipótese de que tudo isso se dê num nível mais profundo (também chamado nível fundamental), e que possa ser representado topologicamente pelo quadrado semiótico, vem resistindo ao tempo, embora, hoje em dia, já conviva com novas abordagens introduzi das sobretudo pela "semiótica tensiva".9
O quadrado sernÍótico, do qual já comentamos algumas características, prevê uma sintaxe sumária que consegue apreender em seus termos (desde que bem escolhidos) não só os estados narrativos mas especialmente suas transformações. Para tanto, conta basicamente com as operações de negação e asserção. Com a primeira, instaura os termos contraditórios que, muitas vezes, funcionam como termos de passagem. Com a segunda, instaura os termos contrários que articula a principal oposição contida num texto:
termos contrários
SI
S2 ><
termos contraditórios

nãoS,
não S2
Se tentarmos definir semanticamente as operações fundamentais que demarcaram as grandes linhas da nossa letra talvez pudéssemos escolher, para a posição de SI, o termo integração (a tentativa de fazer o sujeito integrar-se aos hábitos domésticos) e, para a posição de S2, o termo transgressão (a seqüência de ações efetivamente realizadas pelo sujeito). Nesse caso, o "perdão" final seria, em última instância, uma nova oportunidade de integração:
integração
transgressão
L><J
não-transgressão
não-integração
9 Cf. FONTANILLE, J. e ZILBERBERG. CL. Tensão e significação. São Paulo: Discurso EditorialIHumanitas. 2001.

Abordagem do texto
Pela lógica do quadrado semiótico, a passagem de um pólo a outro da categoria (integração/transgressão) jamais se dá diretamente. Um termo precisa ser negado para que o outro possa ser afirmado. No texto em exame, o destinatário-sujeito não acolhe totalmente a manipulação (não-integração) para, em seguida, passar à execução de programas narrativos antagonistas (a transgressão propriamente dita). Do mesmo modo, para ser reintegrado, o sujeito se submete ao fazer interpretativo do destinador, reunindo todos os esforços para anular o peso da transgressão (não-transgressão), até conseguir obter o perdão (integração). As setas indicam, em bloco, as trajetórias que serão desenvolvidas nos níveis superficiais.
Acontece que, para Greimas, o ser vivo não se relaciona com essas categorias se
mânticas sem nelas imprimir sua marca sensível. Assim, de acordo com o contexto em
I
exame, todo microuniverso semântico contém um índice axiológico, ou seja, é portador
de valores considerados atraentes ou repulsivos. No primeiro caso, temos os

valores eufóricos e, no segundo, os disfóricos. Se adotarmos a posição do narrador em Com açúcar; com afeto, verificaremos que a operação que vai da não-transgressão à integração manifesta uma tendência euforizante, enquanto a operação contrária, da não-integração àtransgressão, manifesta a tendência disforizante. Euforia e disforia, por sua vez, são articulações da categoria complexa foria, cuja raiz etimológica ("força que leva adiante") ajuda-nos a compreender o mecanismo sintáxico da negação ~ asserção ~ denegação etc., já delineado no quadrado semiótico:

foria

euforia

[;ntegrnção 'mnsgre«ão

não-",,"~g<""ãO

disforia

]

De fato, se tomarmos a foria como uma força que transporta as categorias semânticas, toma-se plausível admitir que estas últimas já surgem conformadas por modulações tensivas. A euforia opera a passagem das relações tensivas, caracterizadas por rupturas, às relações relaxadas, as que restabelecem os elos contínuos entre os elementos. Contrariamente, a disforia compreende a passagem das continuidades às descontinuidades que geram as tensões. Desse modo, a integração traduz o maior relaxamento possível (algo que seria expresso pela aceitação passiva e plena da manipulação inicial), imediatamente negado pela forma pontual da disforia: a contenção (expressa pela rejeição do contrato narrativo). A transgressão propriamente dita perfaz a forma expandida da disforia, a retenção (expressa pelos antiprogramas narrativos desenvolvidos pelo sujeito) que, por sua vez, é negada pela forma pontual da euforia: a distensão (expressa pela desistência das ações transgressivas, "Quando a noite enfim lhe cansa / Você vem feito criança"). Por fim, a reintegração permite retomar a forma expandida da euforia: o relaxamento ("Dou um beijo em seu retrato / E abro os meus braços pra você").

199

200

Introdução à Lingüística
foria
euforia
[
rel~=~
distensão contenção
disforia
]
Portanto, ao projetannos a categoria fórica sobre as articulações semânticas do nível profundo, estamos, na verdade, atribuindo-lhes valores tensivos. Nestes já estão contidas as tendências evolutivas que serão convertidas, nos níveis superficiais, em mudanças de estado, em progresso narrativo ou mesmo em maior ou menor intensidade passional. O caráter tensivo, e portanto dinâmico, desses termos introduz na instância fundamental um componente sintáxico que vai muito além das operações de negação e asserção já previstas no quadrado semiótico.
Esses quadrados que vimos formulando adotam, evidentemente, o ponto de vista do narrador desta letra (o "eu"). Nesse sentido, são eufóricas as tensões decrescentes cuja propensão natural é a supressão de descontinuidades, especialmente as que acarretam disjunções no nível narrativo, como quebra de contratos entre destinador e destinatário, separação entre sujeito e objeto ou mesmo os confrontos entre sujeito e anti-sujeito. São disfóricas, portanto, as tensões crescentes que eliminam os elos contínuos e geram, nos níveis superiores, rupturas entre os actantes e, no domínio dessa letra específica, tudo o que provoca o afastamento de "você" do âmbito do "eu".
Ora, ao verificarmos que nossa letra inicia-se com uma ruptura de contrato e mantém-se por um tempo significativo no campo da transgressão, caracterizando detalhadamente os antiprogramas narrativos, estamos detectando, por trás do relato do narrador, um enunciado r geral que privilegia os valores disfóricos - disfóricos ao ver do narrador para manter o interesse da letra. É obra desse enunciador, pressuposto por todo e qualquer texto, a instauração do próprio narrador (a quem delega o enfoque adotado) e sobretudo a distribuição das forças tensivas do texto. Em Com açúcar; com afeto, a contenção disfórica assinala sua presença subjacente desde o primeiro "qual o quê". A permanência dos versos seguintes nessa nova

condição indica que a ruptura não foi tratada apenas como parada simples do estado de integração pleiteado pelo "eu", mas também como retenção da ordem transgressiva durante boa parte do texto, ou seja, como continuação da parada.
Conservando-se nessa faixa disfórica (contenção/retenção), o enunciador garante ao texto dois expedientes fundamentais para a sua compreensão: (1) de um lado, a configuração pormenorizada do percurso do anti-sujeito (o ator "eu" assumindo seu papel de vadio) deixa transparecer b aspecto distensivo e, portanto, eufórico da ação antagonista, quando observada de sua própria perspectiva; (2) de outro, a efemeridade e, por conseguinte, a ilusão desse mesmo aspecto eufórico quando submetido à ação do tempo, como se o ponto de vista disfórico do narrador se impusesse à medida que se prolonga a atividade antagonista. Pelo primeiro expediente, entendemos o caráter irresistível dos antiprogramas narrativos (o que faz o sujeito descumprir seu contrato com o destinador) e, pelo

segundo, o destino inexorável da retenção: o acúmulo da carga tensiva leva à distensão. Ou seja, como a parada não pode durar indefinidamente uma outra parada se faz necessária: a parada da parada, 10 expressão que define a idéia de distensão.
Assim, se considerarmos que dentre os valores pressupostos nesse plano profundo consta também a noção "ideal" de um mundo completamente integrado, sem qualquer ruptura, e se definirmos esse relaxamento perfeito como uma continuação da continuação, ainda podemos obter outra representação - bastante operacional - desses valores tensivos:
foria
[
continuação da continuação
,
continuação da parada
euforia
L><J
disforia
parada da parada

parada da continuação
Essas duas últimas representações no quadrado são modos correlatos de expressar os valores tensivos acoplados às categorias semânticas gerais (integração/transgressão) dessa letra. Podemos operar com qualquer uma delas - a que parecer mais compatível com o texto em exame -, até mesmo com as próprias categorias semânticas axiologizadas apenas com os termos euforia/disforia. Assim procedeu durante anos a análise semiótica, valendo-se de noções gerais como vida e morte ou natureza e cultura, das oscilações fóricas, e propondo modos de conversão desses semantismos em valores do nível narrativo.
Na última década do século xx, os aspectos sensíveis envolvidos no processo de geração do sentido passaram a concorrer com os aspectos inteligíveis que até então haviam ocupado a cena teórica do modelo semiótico. As modulações do sentimento, suas intensidades e extensidades começaram a sugerir soluções sintáxicas mais dinâmicas do que aquelas articuladas com as categorias semânticas. No presente momento, há uma tendência da parte dos estudiosos do nível profundo em conjugar os dispositivos inteligíveis, caracterizados pela discretização, com os dispositivos sensíveis, caracterizados pela gradação dos valores, que serão incorporados nos níveis superiores.
Ao dizermos que essa letra possui um foco na contenção inicial, estamos introduzindo a noção sintáxica de parada no âmbito de um processo pretensamente contínuo (relaxamento); na medida em que essa parada deixa de ser apenas um ponto de interrupção e adquire uma força de permanência, uma extensão, podemos identificá-la ao estado de retenção (continuação da parada), ou seja, de ampliação do tempo disfórico (adotando
10 Cf. ZILBERBERG, CL. Raison et poétique du sens, op. cit., p. I 13.

sempre a perspectiva do narrador). Se pensarmos que há um enunciador pressuposto operando as seleções de valores em cada nível gerativo e, conseqüentemente, convertendo-os em articulações dos níveis superiores, não é difícil concebermos que a escolha dos elementos contenção e retenção no nível

profundo deu origem, respectivamente, às noções de ruptura do contrato manipulatório e à permanência do sujeito na nova condição, como agente de diversas ações transgressivas, no nível narrativo.

Do mesmo modo, quando o enunciador seleciona os valores distensão e relaxamento, está operando o mesmo princípio sintáxico, só que dessa vez propondo a parada da própria parada, que definia as condições tensivas anteriores, como articulação necessária à determinação de nova continuidade (relaxamento). Cabe lembrar ainda que o conceito de retenção, por sua vez, procede da contenção mas já prevê uma "necessidade" de distensão, dado que sua duração interna compreende quase sempre uma tensão crescente. O auge dessa tensão aparece, em nível discursivo, como razão do "cansaço" que traz o sujeito de volta ao lar ("Quando a noite enfim lhe cansa"). A distensão propriamente dita instrui, no nível narrativo, o abandono dos antiprogramas desenvolvidos até então pelo sujeito e seu reingresso na rota desejada pelo destinador. O relaxamento surge em narrativa como perfeita união entre sujeito e objeto ou, se preferirmos, como cifra da sanção positiva que reintegra o sujeito ao lar ("Dou um beijo em seu retrato / E abro os meus braços pra você").

Podemos dizer, em resumo, que as articulações narrativas e discursivas possuem cifras tensivas às quais podemos atribuir, a título de ilustração, uma representação esquemática:

I = parada da continuação (contenção)

-1 1- = continuação da parada (retenção)

I - parada da parada (distensão)

= continuação da continuação (relaxamento)

As mesmas representações podem ser sugestivas ao estudarmos o valor tensivo das modalidades. Assim, o saber tende à posição de encerramento, na medida em que avalia algo concluído (cf. sanção); o querer se conforma como ponto de partida imprescindível a todo programa narrativo; o poder caracteriza o próprio transcurso desse programa; [l-e o ser, em condição passional, normalmente recobre o pólo da retenção;I2

I = saber

-1 1- = ser

I - querer

= poder

O percurso gerativo pode ser pensado então como conversão desses dispositivos
tensivos do plano profundo em interações modais e actanciais do plano narrativo que, por

11 A caracterização tensiva dessas três modalidades já estão sugeridas em GREIMAS, A. J. e FONTANILLE, J. Semiótica das paixões, São Paulo: Ática, 1993, pp. 41-42.

12 Na letra em pauta, os antiprogramas desenvolvidos pelo sujeito correspondem ao estado passional vivido pelo narrador.

sua vez, serão enriquecidas com as configurações discursivas de ordem temática e figurativa. Nada impede, também, que as escolhas tensivas instruam diretamente o nível discursivo, especificando suas figuras (como já vimos no caso do "cansaço") e regendo seus processos de temporalização e espacialização.

4. Enunciação

o enunciador geral de um texto responde por esse percurso "vertical" da significação, mas também pelos desdobramentos "horizontais" das categorias em cada um dos estratos. No nível profundo, tais desdobramentos ficam somente sugeridos, de maneira condensada, pelas determinações sintáxicas contidas nas noções tensivas e nas articulações do quadrado semiótico. No plano narrativo, ganham estatuto sintagmático já que o enunciador dissemina os actantes pelo texto executando um projeto de natureza linear (iniciase com a manipulação e encerra-se com a sanção, passando por diversos segmentos narrativos). No plano discursivo, a trajetória sintagmática é concretizada por processos temporais, ocupações espaciais mas também por redundâncias sêmicas que vão gerar as isotopias.

Se no plano profundo só ficamos sabendo do enunciador geral do texto por suas escolhas de valores fóricos, que vão gerar ascendência de algumas tensões sobre outras, nos níveis narrativo e discursivo essa entidade pressuposta envia alguns representantes que, todavia, jamais podem ser confundidos com ela. No nível narrativo, reconhecemos a atividade do enunciador pela disposição das funções

actanciais e pela distribuição entre elas dos atributos modais. No nível discursivo, o enunciador simula maior ou menor distância do texto por meio dos dispositivos conhecidos como debreagem e embreagem. 13

A debreagem pode ser enunciva ou enunciativa, conforme se refira, respectiva- I mente, ao enunciado ou à enunciação. Com a debreagem enunciva, o enunciador provoca um efeito de distanciamento do seu lugar enunciativo. Instaura um assunto, ao qual se reporta em terceira pessoa ("ele"), tratado em outro tempo ("então") e outro espaço Clá") que não os da enunciação. Com a debreagem enunciativa, o enunciador provoca um efeito de aproximação de sua própria instância, na medida em que se manifesta em primeira pessoa ("eu") e simula estar atuando num tempo e espaço presentes ("agora" e "aqui"). Ambos os efeitos são ficções que devem ser tomadas como estratégias persuasivas desenvolvidas pelo enunciador geral do texto. Fazendo uso da debreagem enunciva, ele causa a impressão de objetividade, o que pode ser útil em alguns gêneros literários (como o épico), numa tese acadêmica ou na confecção da primeira página de um jornal diário. Atendo-se à debreagem enunciativa, o enunciador investe na impressão de subjetividade, o que pode favorecer outros gêneros literários (como o romântico), os textos de depoimento ou confidência e as manifestações líricas de modo geral. Todas essas estratégias têm como objetivo fazer com que as coisas ditas pareçam, de acordo com o contexto discursivo, verdadeiras.

13 Confira o estudo completo sobre o assunto em FIORIN, J. L. As astúcias da enunciação, São Paulo: Ática, 1996.

A embreagem, em sua acepção geral, corresponde justamente ao reengate de todos esses efeitos à instância da enunciação, de modo que se conceba tanto os recursos enuncivos quanto os enunciativos como procedentes da mesma fonte. Em outras palavras, se há coisas consideradas verdadeiras, há um responsável por essa verdade. A embreagem, em sua acepção específica, corresponde a processos estritos de uso do "ele" com valor de "eu" (ex.: Edson Arantes do Nascimento tecendo elogios a Pelé).

Em Com açúcar, com afeto, o uso dos dispositivos de debreagem e embreagem é

bastante complexo. Há a nítida intenção de se criar um jogo de cena com a mistura de recursos enunciativos e enuncivos. A projeção do "eu" num evento narrativo ancorado no passado ("Fiz seu doce predileto"), em princípio, desloca o actante da instância enunciativa - na qual poderia, por exemplo, se comunicar com um "você", aqui e agora - para a instância enunciva, onde se integra como actante de uma narração, cujos episódios já estariam presumivelmente concluídos. Um efeito parecido se produz com "você", instaurado na mesma cena narrativa do "eu", ambos os actantes tratados aparentemente como assunto (estatuto de ele).

Entretanto, a debreagem de "eu" e "você" no enunciado sempre comporta traços da instância enunciativa que, neste caso, se reforçam com a adoção do tempo presente ("Você sai, não acredito...") como registro adequado para o relato dos acontecimentos. Resultado: a dimensão enunciativa ressoa no enunciado assim como este ressoa na enunciação.

No primeiro caso, "eu" e "você" fazem parte de um enredo que se desenrola a partir da confecção do "doce predileto" - no passado, portanto - e se serve de um presente histórico para tomar as cenas mais próximas e mais vivas. Só nos instantes finais da letra, confirma-se a ancoragem num "então", com o verso "Ainda quis me aborrecer". No segundo caso, impõe-se a dimensão que prevê um "eu" relatando a "você" as etapas narrativas das quais o próprio "você" é personagem principal. Nessa versão, estão em jogo, não propriamente os fatos que já são do conhecimento do personagem a quem se fala, mas as indicações de que o sujeito em primeira pessoa sabe de tudo, a ponto de poder deduzir a etapa seguinte de cada situação narrada: "Sei que alguém vai sentar junto...". Nesses termos, o assunto tratado está a serviço da intenção enunciativa de desancorar a narrativa do passado para trazê-la ao presente e mesmo projetá-la ao futuro, como se o enunciador discursivo quisesse dizer que a relação entre "você" e a trajetória transgressiva é de natureza atávica e, portanto, será reproduzida em qualquer tempo. Algo como: mesmo com o "do

ce predileto", você saiu, continua saindo e sempre sairá. .

Subordinado à debreagem do "eu", tanto na tendência enunciativa como na enunciva, o sistema de localização espacial dessa letra elege o espaço em que se situa o narrador como a principal referência (o "aqui") à circulação dos actantes. Trata-se do lugar de onde sai ("Você sai não acredito...") e para onde retoma ("Você

vem feito criança") o su
jeito da letra. Ao ganhar a rua, o actante passa a explorar a dimensão do "lá", típica da debreagem enunciva: é quando mais se sente um "você" com valor de "ele". Além da ocupação do espaço rueiro (o "caminho da oficina", o "bar" etc.), a espacialização compreende toda a proxêmica (disposição dos actantes no espaço) que determina os movimentos do sujeito, distanciando-se e reaproximando-se do "aqui" enunci~tivo, a direção de seus gestos e seus olhares ("E ficar olhando as saias"), enfim, tudo que representar do ponto de vista espacial as transformações narrativas já comentadas anteriormente.

Portanto, enquanto a temporalização põe em seqüência, processualiza, as ações antagonistas do sujeito, a espacialização lhes oferece uma base tópica para que sejam construídos os temas e as figuras examinados na análise dos níveis narrativo e discursivo.
Ao manobrar todos esses recursos "verticais" (gerativos) e "horizontais" (narrativos e discursivos), o enunciador geral do texto exerce uma atividade muito próxima daquela que, em nossa letra, caracterizou o projeto de ação inicial do "eu" -narrador. Todo enunciador dirige-se a um enunciatário tentando persuadi-lo do que está sendo dito (ou escrito, desenhado, filmado, interpretado, composto etc.), o que o faz assumir necessariamente o papel de um destinador persuasivo (ou manipulador) e a conceber seu enunciatário como um destinatário de suas estratégias criativas e argumentativas. O conceito de enunciador deve ser tomado como uma categoria abstrata, cujo preenchimento, numa manifestação específica, faz emergir o que conhecemos como autor, falante, artista, poeta etc.; a noção de enunciatário, igualmente, define-se como categoria por meio da qual se manifestam leitores e fruidores de maneira geral. E, como já vimos, ao fazer persuasivo do destinador corresponde um fazer interpretativo do destinatário.
Para fazer com que o enunciatário creia em seu texto, o enunciador parte de um simulacro de tudo o que poderia constituir a instância do seu actante complementar: suas crenças, seus conhecimentos, seus afetos e seus valores. Tal simulacro, embora não passe de uma construção imaginária (um conjunto de hipóteses sobre o

mundo do outro), baseia-se em consensos culturais, em acordos e decisões sobre o que deve ser considerado verdadeiro e confiável num determinado universo de discurso da comunidade. Do mesmo modo, o enunciatário faz um simulacro da visão de mundo e das intenções do enunciador para realizar o seu fazer interpretativo. A partir disso, as comunicações visam, antes de mais nada, a firmar um contratofiduciário (estribado na confiança), que é a principal garantia para o estabelecimento de um contrato veridictório (aquele pelo qual as coisas ditas parecem verdadeiras). Todas as estratégias de geração e sintagmatização do sentido nessa letra revelam o esforço do enunciador de convencer o enunciatário da plausibilidade dos conteúdos relatados. Para ficarmos num exemplo mais visível, basta lembrarmos da isotopia infantilista construída para justificar a sanção positiva atribuída ao sujeitodestinatário que desempenhara funções de anti-sujeito.

Nesses termos, até mesmo a competência interpretativa do enunciatário é objeto de consideração do enunciador, sobretudo se este precisar escolher a modalidade de expressão (verbal, musical, pictórica etc.) mais adequada para realizar a comunicação e, no interior da modalidade, o gênero. Como o critério de confiabilidade e de verdade é construído dentro do texto, uma música terá de ser musicalmente persuasiva, uma pintura, plasticamente persuasiva; assim também, de uma tese acadêmica espera-se que seja cientificamente persuasiva, de uma novela, que seja ficcionalmente persuasiva, de um documentário, que seja realisticamente persuasivo, e assim por diante.

Talvez o coeficiente persuasivo do nosso exemplo não possa ser integralmente avaliado na medida em que separamos, para fins didáticos, a letra da melodia. Uma análise da
compatibilidade dos recursos aqui destacados com as articulações da melodia talvez nos proporcionasse uma medida mais real da força enunciativa dessa canção como um todo. Só esperamos que a seleção desse objeto parcial não tenha comprometido também o coeficiente persuasivo da análise ora concluída.

Na verdade, preocupados que estávamos em demonstrar como se processa a

construção do sentido na dimensão do texto, abordamos a letra de Com açúcar, com afeto como se fosse um texto em prosa. Deixamos de lado não apenas a melodia mas também os arranjos rítmicos e sonoros (rimas, aliterações etc.) praticados no plano da expressão (ou significante), que assinalam a intenção estética da canção como um todo. Tal conduta seria inaceitável se estivesse entre nossos propósitos neste capítulo a constituição de uma semiótica poética. Nesse caso, a descrição do plano do conteúdo deveria ser confrontada com a descrição do plano da expressão e só então teríamos um modelo mais adequado ao que foi proposto pelo artista. 14

Diferentemente da poesia, entretanto, a prosa dispensa a elaboração fonética em nome de uma estruturação fonológica cuja eficácia está justamente em permitir ao leitor, ou ao ouvinte, a imediata transposição do plano da expressão ao plano do conteúdo. Podemos observar que a sonoridade de nossa linguagem cotidiana, embora seja necessária àcomunicação, se desfaz assim que compreendemos a mensagem veiculada.15 São os sentidos abstratos construídos nos textos e retidos em nossa mente os objetos privilegiados de uma semiótica geral que deseje dar conta do que Saussure denominou significado e que Hjelmslev precisou como plano do conteúdo.

Essa é a razão pela qual não se pode mais conceber que a serniótica tenha como objeto um sistema de signos. Isso determinaria a existência de signos antes mesmo dos processos de significação. E se considerarmos, com Hjelmslev, que há signos-palavras, signosenunciados e signos-textos, o objeto da semiótica é justamente a geração dessas grandezas numa fase aquém do signo ou, se preferirmos, "anterior" à constituição da função semiótica. Nesses termos, podemos dizer que a semiótica dissocia o plano do conteúdo do plano da expressão e estuda-os separadamente até reunir condições conceituais para relacionar categorias de ambos os planos e então compreender melhor o mecanismo geral da semiose. 16

Neste capítulo, por exemplo, separamos o plano da expressão do plano do conteúdo e nos ativemos à descrição deste último em virtude dos objetivos lingüísticos deste volume. A Lingüística, como se sabe, trata dos textos em prosa, ou seja, dos que se servem do plano da expressão apenas como porta de acesso ao plano do conteúdo.17 Quando ultrapassa o nível das frases, entretanto, a construção do sentido nos sistemas verbais toma uma configuração que foge

completamente ao alcance dos modelos lingüísticos descriti

14 As definições de significante como imagem acústica e de significado como conceito foram introduzi das por Ferdinand de Saussure na tentativa de descrever os componentes da noção de signo. Louis Hjelmslev ampliou essa abordagem e considerou que todas as articulações que contribuem para a organização paradigmática e sintagmática tanto da sonoridade como do universo conceitual - instituindo palavras, enunciados ou textos - pertencem, respectivamente, ao plano da expressão e ao plano do conteúdo. E a relação entre ambos, para o lingüista dinamarquês, não constitui mais uma grandeza sígnica mas sim uma função, afunção semiótica (relação de interdependência entre plano da expressão e plano do conteúdo).

15 Cf. VALÉRY, P. Variedades. São Paulo: Iluminuras, 1991, p. 209.

16 A semiose define o processo contínuo de produção sígnica pelo encontro do significante com o significado. 17 Nesse sentido, enquanto a fonologia é uma disciplina verdadeiramente Lingüística, a fonética é uma ciência auxiliar que contribui tanto para a Lingüística quanto para a física e a fisiologia.

vos, conhecidos como gramáticas da língua natural. A semiótica, com seus conceitos erigidos à luz das formas expandidas de significação do texto, apresenta-se, assim, bem mais equipada para o empreendimento analítico.

6. Considerações finais

A exposição dos conceitos semióticos a partir de um cor pus, nos moldes que realizamos neste trabalho, oferece um risco apreciável: os aspectos do modelo teórico geral não contemplados especialmente pelo texto de referência podem receber um tratamento pouco acurado ou até desaparecer do campo de abordagem circunscrito pela descrição. Cremos, contudo, que o risco vale a pena em face da grande vantagem que o enfoque proporciona: a análise de um corpus concreto deixa transparecer de imediato o rendimento e as insuficiências do modelo, dois efeitos que convivem em nosso espírito desde que ingressamos na prática descritiva dos textos. Verificamos a todo instante que, embora a teoria nos oriente nas observações dos fatos textuais, é necessário habituar-se às exceções e, mais do que isso, habituar-se a acolher as exceções em novas formulações, dado que a

longo prazo são elas que farão as novas regras. Em outras palavras, refletir a partir de um texto é sempre prestar um tributo a sua intrigante singularidade.

Bibliografia

BARROS, D. L. P. Teoria do discurso -fundamentos semióticos. São Paulo: Atual, 1988.

BENVENISTE, E. Problemas de Lingüística geral, São Paulo: Nacional/Edusp, 1976.

FIORIN, J. L. As astúcias da enunciação, São Paulo: Ática, 1996.

FONTANILLE, J. e ZILBERBERG, CL. Tensão e significação. São Paulo: Discurso EditoriallHumanitas, 2001. GREIMAS, A. J. e FONTANILLE, J. Semiótica das paixões, São Paulo: Ática, 1993.

-. Semântica estrutural, São Paulo: Cultrix, 1973.

HJELMSLEV, L. Prolegômenos a uma teoria da linguagem, São Paulo: Perspectiva, 1975.

PROPP, VI. Moifologia do conto. Lisboa: Vega, 1983. VALÉRY, P. Variedades. São Paulo: Iluminuras, 1991. ZILBERBERG, CL. Raison et poétique du sens, op. cito

-. Raison et poétique du senso Paris: PUF, 1988.

Sugestões de leitura

BARROS, Diana Luz Pessoa de. Teoria do discurso: fundamentos semióticos. São Paulo:

Humanitas, 2000. (Original de 1988).

Obra que traça um perfil completo da teoria semiótica até a década de 1980, com exposição sistemática e encadeada dos três níveis do percurso gerativo da significação (fundamental, narrativo e discursivo) e com rica seleção de exemplos concretos. Não faltam também boas propostas para um estudo metódico das paixões e dos processos de

manipulação existentes nos discursos.

FIORIN, José Luiz. Elementos de análise do discurso. São Paulo: Contexto/Edusp, 1989. Trata-se de uma explanação didática das principais categorias semióticas que engendram

207

208

o sentido de um texto. O autor apresenta o modelo padrão de Greimas e detém-se particularmente no nível discursivo para o qual oferece exemplos esc1arecedores sobre o processo enunciativo e alguns princípios para a sistematização dos temas e figuras do texto.

FIORIN, José Luiz. As astúcias da enunciação. São Paulo: Ática, 1996.

Estudo completo dos procedimentos enunciativos que promovem nos discursos um jogo
incessante de projeções da enunciação no enunciado e deste na enunciação. As técnicas de debreagem e embreagem minuciosamente examinadas pelo autor no plano da pessoa, do tempo e do espaço elucidam boa parte das estratégias persuasivas desenvolvidas no discurso e repropõem a abordagem das figuras retóricas em bases semióticas.

FONTANILLE, Jacques & ZILBERBERG, Claude. Tensão e significação, São Paulo: Discurso/
Humanitas, 2001. (Original francês de 1988)

Primeiro tratado de semiótica tensiva constituído a partir de alguns conceitos fundadores, como "valor", "valência", "categoria", "fidúcia", "práxis enunciativa", "presença", "paixão" e "emoção", entre outros, que permitem investigar os conteúdos sensíveis sem abandonar os princípios teóricos que deram identidade à semiótica de Greimas.

GREIMAS, Algirdas Julien. Semântica estrutural. São Paulo: Cultrix/Edusp, 1973. (Origi
nal francês de 1966)

Livro que inaugura os estudos semióticos na França. Com o formato irregular típico dos trabalhos pioneiros, esse volume perfaz uma trajetória de pesquisa que vai da lexicologia à abordagem narrativa, passando por modelos de Lévi-Strauss e pela fenomenologia de Merleau-Ponty. A originalidade do enfoque de Greimas abriu as portas para a rigorosa pesquisa de método que sucedeu este livro.

GREIMAS, Algirdas Julien. Sobre o sentido. Petrópolis: Vozes, 1975. (Original francês de
1970)

Obra de depuração da metalinguagem semiótica, composta de diversos

artigos dedicados

às noções de transcodificação, quadrado semiótico, mundo natural e língua natural,

estrutura e história, e voltada especialmente para a organização do nível narrativo.

GREIMAS, Algirdas Julien & COURTÉS, Joseph. Dicionário de semiótica. São Paulo: Cul

trix, s.d. (Original francês de 1979)

Trabalho de longo alcance que reuniu todos os conceitos erigidos na fase de implantação

da semiótica numa engenhosa rede de remissões mútuas, o que ofereceu à teoria um

caráter orgânico incomum em ciências humanas.

GREIMAS, Algirdas Julien & FONTANILLE, Jacques. Semiótica das paixões. São Paulo: Áti

ca, 1993. (Original francês de 1991)

Essa obra assinala uma nítida inflexão da semiótica, que até então se pautava por um viés intelectivo sob o qual imperavam as categorizações descontínuas, para o enfoque dos conteúdos sensíveis, com toda a reformulação epistemológica necessária ao estudo da apreensão de modulações gradativas. Esboçam-se aqui os primeiros sinais de incorporação dos conceitos tensivos ao centro de ebulição da teoria semiótica.

HJELMSLEV, Louis. Prolegômenos a uma teoria da linguagem. São Paulo: Perspectiva,

Abordagem do texto

1975. (Original dinamarquês de 1943)

Obra fundamental que faz a passagem da Lingüística de Saussure à semiótica de Greimas. O autor cria, de um lado, as noções de plano da expressão e plano do conteúdo para especificar melhor os conceitos de significante e significado e, de outro, as noções de forma e substância para traduzir com mais rendimento os conceitos de língua e fala. Entre a substância e a forma do conteúdo configurou-se, mais tarde, a semiótica greimasiana.

LANDOWSKI, Eric. A sociedade refletida. São Paulo/Campinas: Educ/Pontes, 1992.

(Origi
nal francês de 1989)
Reunião de vários estudos sobre as relações sociossemióticas existentes nos planos político, jurídico, publicitário, nas práticas cotidianas, na comunicação e na intersubjetividade. Destaque para o artigo "Simulacros em construção" que investiga o sujeito semiótico como um efeito de sentido decorrente do enunciado realizado.
LANDOWSKI, Eric. & OLIVEIRA, Ana Cláudia (orgs.) Do inteligível ao sensível. São Paulo:
Educ, 1995.
Livro de revisão dos fundamentos semióticos que promove um verdadeiro rito de passa
gem - valendo-se de fragmentos de texto escritos pelo próprio Greimas - ao domínio
dos conteúdos sensíveis e das apreensões estéticas.
TATIT, Luiz. Análise semiótica através das letras. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.
Este volume oferece uma alternativa de ensino semiótico com base na análise concreta de
quinze letras de canções brasileiras bastante conhecidas como "Saudosa Maloca", "Asa Branca", "Cio ?a Terra", "Alegria, Alegria" etc. Além de aplicar os conceitos gerais da semiótica padrão, o autor introduz em suas descrições alguns elementos de semiótica tensiva.
209

8xxx

A aquisição da linguagem

Raquel Santos

Introdução

o objetivo deste capítulo é discutir como se dá a aquisição da linguagem. Nos

capítulos anteriores, tratou-se da teoria do signo, da relação entre forma e conteúdo, da distinção entre língua, linguagem e comunicação, da diferença entre competência e desempenho. Este capítulo pretende trazer um pouco da discussão que ocorre na Lingüística sobre a aquisição da linguagem, isto é, como a criança de um a quatro anos aprende a língua que dominará pouco tempo depois. Este capítulo será dividido em duas partes. A primeira trará algumas descrições e análises sobre o processo de aquisição do português. A segunda parte tratará das teorias de aquisição da linguagem, isto é, das propostas que tentam explicar como se dá esse desenvolvimento e por que ocorre da maneira como ocorre.

1. O desenvolvimento da língua

Este item tem como objetivo dar exemplos do processo de aquisição da linguagem. As pesquisas são sobre o português - brasileiro e europeu. A escolha foi por alguns processos (estrutura silábica, causatividade e estruturas relativas) que pudessem ser compreendidos sem que houvesse necessidade de uma grande discussão de noções lingüísticas. Por essa razão, não serão discutidos em detalhes os processos adquiridos, nem serão polemizadas as análises apresentadas. Os dados são das análises utilizadas (coletados para o Projeto de Aquisição da Linguagem, desenvolvido na Universidade Estadual de Campinas). Nos estudos de aquisição da linguagem eles são codificados da seguinte maneira: (R. I ;6.6). A inicial identifica a criança. Os números indicam a idade: um ano, seis meses e seis dias.

1 .1 . A estrutura silábica

A fonologia diz respeito aos sons de uma língua. Os sons, como parte de um sistema lingüístico, são chamados de fonemas. No entanto, não cabe à criança aprender apenas quais os fonemas de sua língua - os aspectos segmentais (por exemplo, ItJ e Id/ são

fonemas em português; /8/, como em "theater", é um fonema do inglês, mas não do português). Há muito mais coisa envolvida na aquisição fonológica: a aquisição do sistema entonacional, da acentuação, da estrutura silábica, por exemplo. A estrutura silábica será alvo deste item.

A constituição básica da sílaba em português é a conhecida como cv

(consoantevogal). Além dessa, outras podem ser encontradas: v (vogal), ccv (consoante-consoantevogal), cvc (consoante-vogal-consoante), cvv (consoante-vogal-vogal). As estruturas v, cv e ccv são consideradas sílabas leves, e as estruturas cvv e cvc são consideradas sílabas pesadas (cf. Bisol, 1989). A sílaba é entendida não como uma seqüência de consoantes e vogais, mas uma estrutura como (01) abaixo:

(01)

/<J", Ataque Rima

/ '"

Núcleo Coda

A primeira vogal preenche o núcleo da sílaba. A consoante (ou consoantes) anteriores preenchem o ataque (onset). A vogal ou consoante que se segue ao núcleo preenche a coda. Nessa introdução, estamos deixando de lado outros problemas relativos à estrutura da sílaba. Assim, as constituições referidas no parágrafo acima preenchem a estrutura em (01) da seguinte maneira:

(02)

<J

/'"

Ataque Rima

/'"

Núcleo Coda

c		V		casca
		V		ave
C		V	V	coitado
C		V	C	castigo
C	C	V		prato

Como é possível observar, as sílabas pesadas preenchem duas posições na rima, enquanto as sílabas leves preenchem apenas uma. A estrutura silábica é importante porque dela depende uma série de operações fonológicas (por exemplo, a acentuação).

É interessante notar que o processo de aquisição varia muito pouco de criança para criança (os dados discutidos são baseados nos estudos de Freitas, 1997; Santos, 1998, 2001). Em português brasileiro e europeu, as crianças começam produzindo

apenas sílabas cv, e logo depois adquirem a sílaba vem posição de início de palavra (o ponto separa as sílabas na palavra e a marca superior antes da sílaba indica a sílaba acentuada):
(03) (04) (05)
['e. si] = esse (R. 1 ;6.6) [a.'ki] = aqui (T. 1;5.21) ['ga.tu] = gato (T. 1 ;6.4)
A partir de 1;11 é possível encontrar dados de estrutura v em posição não-inicial em R. e em T.:

A aquisição da linguagem
(06) (07)
[pa.'gai.u] = papagaio (T. 1;11.14/1;11.29) ['lu.a]= lua (R. 1; 11.12)
No entanto, essas estruturas de v não-inicial são, por um período, evitadas pelas crianças, e elas modificam seus enunciados para que estes se conformem com a estrutura cv:
~
(08) (09)
[pi.'ru.ra] = perua (T. 1;11.14) [ko.'le.lu] = coelho (T. 2;3.18)
213
Antes de a estrutura cvc ser adquirida, a c final pode ser omitida, substituída por outro segmento, ou a criança pode acrescentar um v final e ressilabificar a estrutura cvc em cv.cv:
As estruturas que surgem em seguida são as cvc e cvv:
(10) (11) (12) (13) (14) (15)
[mais] = mais (T. 1;7.12)
['por.ku] = porco (T. 1;10.22) [gaz.'go] = engasgou (T. 2;1.10) [dos] = dois (R. 1;6.22)
[pa'pEu] = papel (R. 1; 11.2)
['kar.tu] = quarto (R. 2;0.5)
(16) (17) (18) (19) (20) (21) (22) (23) (24) (25) (26)
['be.su] = berço (R. 1 ;6.29)
[a.pei.'ta] = apertar (T. 1 ;7.12)
['ka.sa] = calça (R. 1;7.21)
['po.ku] = porco (T. 1;7.12/1;10.22) [ko.'lai] = colar (R. 1 ;8.25) [ba.'doi] = gravador (R. 1;9.9) [foi] = flor (T. 1;10.22)

['kai.sa] = calça (R. 1;11.3)
['lu.zi] = luz (T. 2;3.18/2;5.11) [a.'zu.lu] = azul (T. 2;5.11) [na.'ri.ze] = nariz (T. 2;1.10)
A última estrutura que surge é a CCV:
(27) (28) (29) (30) (31)
[is.'tre.la] = estrela (T. 2;2.28) ['plas.ti.ku] = plástico (T. 2;3.4) ['pe.dru] = Pedro (T. 2;3.4) ['grã.di] = grande (R. 2;0.20) ['de.tru] = dentro (R. 2;0.20)
Pode-se dizer que a criança começa com a constituição básica, universal. A seguir, a criança trabalha com o fato de que a posição da rima pode ramificar, bifurcar, e aí têmse cvc e cvv. Essa ramificação é importante porque toma a sílaba pesada (o que atrai o acento em português, segundo algumas teorias sobre o acento). Por fim, a última estrutura a ser adquirida é a ccv. Essa estrutura foge da constituição básica, mas não toma a sílaba pesada. Esse é um dos possíveis argumentos para explicar por que essa estrutura é a última a aparecer.
~

1.2. A causatividade
Observe as sentenças abaixo:
(32) O João correu.
(33) O João morreu. (34) O João matou Pedro.
Os verbos das sentenças acima implicam noções diferentes e são caracterizados como verbos de tipos diferentes. No exemplo (32), não há mudança de estado; no exemplo (33), há mudança de estado, mas não necessariamente há um agente envolvido na ação; por fim, no último caso (34), o verbo implica que há um agente envolvido e que há uma mudança de estado resultante da ação. Este último tipo de verbo é conhecido como verbo causativo. Verbos causativos são verbos de realização, isto é, o verbo expressa as noções de um ato em que o sujeito está envolvido e de mudança de estado resultante deste ato, podendo envolver processos morfológicos (enriquecer. legalizar), formas supletivas no léxico (ver/mostrar, matar/morrer), processos sintáticos (João quebrou a janela/ a janela quebrou), uso de expressão perifrástica jazer + verbo (jazer escorregar, jazer dormir).

Segundo Figueira (1985), durante o processo de aquisição da causatividade, a criança transforma sentenças não-causativas em causativas, e vice-versa. Num primeiro momento do processo de aquisição (2;8 a 4;1), a criança usa verbos não-causativos como causativos:

(35) situação: A. vê cena de novela em que uma mulher grávida está tendo nenê no hospital. Médico e outras personagens ladeiam a mulher. Acaba nesta cena o capítulo.

A.: amanhã ele vai terminar de nascer o nenê? (= de fazer o nenê nascer?)

Mãe: quê?

A: amanhã ele vai terminar de nascer o nenê? (= de fazer o nenê nascer?)

Mãe: quem?

A.: o médico. (A 4;9.21)

(36) Mãe: como é que faz pra desmanchar?

A.: cê cai aqui (= cê derruba/faz cair aqui) (A 3;8.14) (37) mãe, não sei se este balanço vai te cair (= o balanço vai te derrubar) (A. 3;8.15) (38) situação: A. brinca de colocar passageiros num bondinho, para viajar

A: deixa eu viajar a menina. (= deixa eu levar a menina pra viajar) (A.3;9.29)

(39) ele quer me tomar injeção (= porque ele quer me dar injeção) (A 3;3.26)

(40) eu saio você do berço (=eu tiro você do berço) (A. 4;10.14)

(41) eu vou morrer essa (florzinha) (= eu vou matar essa florzinha) (A 4;8.26)

(42) a Luísa veio uma menina hoje aqui (= a Luísa trouxe uma menina aqui hoje) (A 3; I!.?)

(43) Mãe: A, cê tomou banho?

A.: A Elza não quer me tomar banho (= a Elza não quer me dar banho) (A. 4;6.20)

Num segundo momento (4;2 a 5), a criança segue mais freqüentemente o caminho contrário, isto é, tende a transformar construções causativas em não-causativas:

(44) situação: A mãe arruma o material escolar deA.

A. joga na sacola o estojo de pasta de dente e a tampa solta-se. A. mostra à mãe:

A: tirou! (= saiu!) (A 4;2.19)

(45) situação: A. vê cena de novela em que um personagem aparece debruçado sobre a mesa. A.: quem morreu ele?

Mãe: ah?

A.: quem deixou ele morrer?

(A 4;5.19)

A aquisição da linguagem

-J I

(46) situação: A. pede à mãe para esta pegar o livro João e Maria)

A.: cê me faz ler, mãe?

Mãe: hein?

A.: cê me faz ler, mãe?

Mãe: como?

A.: eu não sei mais. (A.4;9.11)

(47) situação: A. descobre em seu armário um quebra-cabeça que não via há muito tempo. A.: pode brincar de montar, mãe?

Mãe: pode.

A.: cê faz eu montar, mãe, porque eu não sei muito bem, sabe? (A. 4;9.11)

Por volta dos seis anos, a criança já ultrapassa essa etapa de desenvolvimento lingüístico, aproximando-se da gramática do adulto. Veja a ilustrativa seqüência abaixo (Figueira, 1985), por exemplo, em que A., aos 6;1.18 corrige J., sua irmã menor:

(48) situação: cai espontaneamente um objeto da estante da sala, onde estão J., A. e a mãe. A.: ai, caiu!

J.: não fui eu que caiu.

Mãe: o quê, J.?

situação: 1. calada.

A.: ela falou que não foi eu que caiu. Não fui eu que deixou cair. (A. 6; 1.18) (J. 2;6.?)

1.3. As estruturas relativas

Não só a produção, mas também a compreensão dá pistas sobre o conhecimento lingüístico. Os trabalhos de Iha (1979) e Vasconcelos (1995) tratam da compreensão de orações relativas por crianças brasileiras e portuguesas, respectivamente. Especificamente, o objetivo é testar a compreensão das orações relativas e dos pronomes relativos utilizados. Para tanto, foram feitos dois testes com as crianças. Num, o pesquisador lia-lhes sentenças e elas deveriam repetir. Num outro teste, as crianças recebiam brinquedos (um elefante, um urso e uma

girafa, por exemplo) e deveriam fazer a ação correspondente à sentença com os brinquedos. Por exemplo:

(49) o urso que empurrou o cavalo seguiu o elefante. (50) o urso empurrou o cavalo que seguiu o elefante.

Observe que, em (49), a oração relativa está encaixada no meio da sentença, enquanto em (50) a oração relativa está à direita da oração principal. Em (49), o pronome relativo que tem a mesma função que seu antecedente (sujeito da oração); enquanto em (50), o pronome relativo é sujeito da oração encaixada, mas seu antecedente é objeto da oração principal. São quatro as possibilidades combinatórias:

(51) o urso que empurrou o cavalo seguiu o elefante (o sujeito da encaixada é sujeito da
principal- SS)

(52) o cavalo que o elefante empurrou pulou a girafa (o objeto da encaixada é sujeito da
principal- SO)

(53) o elefante empurrou o urso que seguiu a girafa (o sujeito da encaixada é o objeto da
principal- OS)

(54) o cavalo pulou a girafa que o urso empurrou (o objeto da encaixada é o objeto da principal- 00)

.

No teste de repetição das sentenças, foi observado que as crianças menores, entre três e quatro anos, tendem a repetir as sentenças como se fossem coordenadas. Por exemplo, para a sentença (53), as crianças menores tendem a repetir como "o elefante empurrou o urso e seguiu a girafa". A hipótese é que as crianças nessa faixa etária ainda não processam o pronome relativo. Entre cinco e seis anos, as respostas corretas tendem a aumentar.

Não apenas a compreensão do pronome relativo é tardia, como também, no caso

dos acertos, depende de sua função. Há graus de dificuldade na compreensão das orações relativas. Para o português brasileiro, lha propõe que é: SS » 00 » OS » SO (SS é a estrutura mais fácil, SO a mais dificil), como visto em (55) e (56), quando o pronome relativo não necessariamente tem a mesma função que seu antecedente. Foi observado que quando o pronome relativo tem a mesma função que seu antecedente (SS ou 00), a porcentagem de acertos é maior, em todas as faixas etárias.

lha defende que a criança utiliza a estrutura básica NVN para ancorar sua interpretação. Quando esta estrutura não é suficiente (porque o pronome relativo não está sendo computado), a criança conserva a função, isto é, a criança preenche o elemento que falta na relativa com o elemento da oração principal que cumpre esta mesma função que falta na oração relativa.

(55) 'O elefante empurrou o urso / que seguiu a girafa (OS) N V N/V N

Assim é que, numa sentença como (55), a criança tende a fazer com que o elefante empurre o urso e siga a girafa.

2. As teorias de aquisição

Como observado no item], a aquisição da linguagem não é caótica, aleatória. Há idiossincrasias e erros, mas estes são em bem menor número do que se pode supor. O fato de as crianças, por volta dos três anos, serem capazes de fazer uso produtivo de suas línguas suscita a questão de como estas línguas são aprendidas, adquiridas. É a essa questão que as teorias de aquisição tentam responder. Neste item será apresentado um breve panorama das principais correntes teóricas em aquisição da linguagem. Ressalta-se que não é objetivo deste capítulo apresentar uma descrição detalhada de cada corrente, nem discutir as diversas propostas que se aproximam mais ou menos de uma (ou mais de uma) corrente teórica. Muitas vezes, correr-se-á o risco de o tratamento parecer até um pouco simplista, reducionista, mas o objetivo deste capítulo é dar uma visão geral das teorias (uma discussão mais pormenorizada é alvo de uma disciplina específica). Não serão discutidas propostas particulares, mas os princípios que são comuns a elas.

2.1 . O empirismo

Como propostas empiristas entendem-se aquelas para as quais o conhecimento é derivado da experiência. Não se nega a existência da mente, nem que os seres humanos têm conhecimento e idéias na mente. A questão é como essas idéias

foram adquiridas ou aprendidas. Para as teorias empiristas, o que é inato é a capacidade de formar associações entre estímulos, ou entre estímulos e respostas, com base na similaridade e contigüidade.

A aquisição da linguagem

A estrutura não está no indivíduo, nem é construída por ele, mas está no exterior, fora do organismo.

2.1 .1 . O behaviorismo

Durante a tradição estruturalista da Lingüística, era muito comum a visão associacionista entre som e significado. Esse tipo de aproximação que previa o aprendizado de comportamentos não-lingüísticos e lingüísticos por meio de estímulos, reforços e privações pode ser resumido na visão de Skinner (1957) para o comportamento.

Skinner propunha ser capaz de predizer e controlar o comportamento verbal mediante variáveis que controlam o comportamento (estímulo, resposta, reforço) e a especificação de como essas variáveis interagem para determinar uma resposta verbal particular. Segundo essa proposta, um estímulo externo provoca uma resposta externa do organismo. Se essa resposta for reforçada positivamente, a tendência é que o comportamento se mantenha. Se a resposta for reforçada negativamente, o comportamento é eliminado. Se não há reforço (positivo ou negativo), o comportamento também tende a desaparecer.

(56) S (estímulo)

~ R (resposta)

Reforço

.

Imagine a situação de uma criança que vê a mãe e quer sair do berço (estímulo). Ela começa a chorar (resposta). Caso a mãe a retire do berço, ela está reforçando positivamente o comportamento da criança, isto é, a criança "aprende" que para sair do berço deve chorar. Se, por outro lado, a mãe não atender a criança (reforço negativo), esta "aprenderá" que não é chorando que vai conseguir sair de lá.

O mesmo princípio é usado para o aprendizado da língua. Imagine que a criança vê a mamadeira (estímulo) e diz "papá". Se ela conseguir com isso que lhe dêem a mamadeira, será reforçada positivamente, "aprenderá" que quando quiser comida

deve dizer "papá".
Assim, para Skinner, o aprendizado lingüístico era análogo a qualquer outro aprendizado (o que, naquela época, significava dizer que todo o comportamento/aprendizado - lingüístico ou não - era visto como aprendido por reforço e privação). Considerando a aquisição desse modo, o behaviorismo acaba recaindo num processo indutivo de aquisição, porque considera somente os fatos observáveis da língua, sem preocupar-se com a existência de um componente estruturador, organizador, que possa estar trabalhando junto com os dados (experiência) na construção da gramática de uma língua particular.
Um dos principais problemas da proposta de Skinner no que diz respeito à linguagem é a aquisição do léxico (conforme já apontado por Chomsky, 1959). Skinner tratava os nomes próprios como "resposta sob controle" (isto é, uma pessoa, diante de um estímulo, nomeava-o, podendo ou não ser reforçada), e esse controle era a referência, a denotação de algo; no entanto, ficava faltando, para a língua, o significado, a conotação. O problema na aquisição do léxico é que ela acaba por obscurecer a diferença entre referência e significado (já analisada por Frege em 1892).
Outro importante problema para as propostas behavioristas é explicar como produzimos e compreendemos sentenças nunca ouvidas antes, principalmente porque nem

todas as sentenças têm sua referência no contexto em que são produzidas. Imagine a cena de um casal de namorados num cinema, assistindo a um filme romântico e comendo pipocas. De repente, a moça vira-se para o namorado e diz "Minha professora me disse que eu vou repetir de ano!". Há que se concordar que não há nada no contexto (filme, namorado, pipoca) que seja a referência da sentença; no entanto, todos entendemos o que a garota quer dizer.
Além dessas questões, os dados de aquisição trazem duas outras questões para as teorias behavioristas. O primeiro diz respeito à rapidez do processo. Uma criança com apenas quatro anos já é competente em sua língua nativa e domina a maior

parte das regras dessa língua (algumas formas, como a passiva, por exemplo, surgem bem mais tarde, em idade escolar). Se o aprendizado se dá por imitação, seria esperado um tempo muito maior de exposição à língua para que a criança adquirisse um repertório suficiente de frases para que pudéssemos dizer que ela "aprendeu" uma língua.

A outra questão que os dados de aquisição levantam é a competência. As crianças, durante o processo de aquisição, produzem enunciados que nunca ouviram de seus interlocutores. Por exemplo:

(57) Situação: R. empUITa o pica-pau de brinquedo para o topo de uma haste de metal onde ele está

parcialmente preso. Ela olha para a base e então para o pica-pau.

[ej. vaj. la] = ele vai lá

R. observa a trajetória do pica-pau escoITegando pela haste de metal.

[ej. vaj. la] = ele vai lá

O pica-pau chega à base.

[vaj.lo] = vai lô. (R. 1;10).

Este exemplo, além de pitoresco, mostra que a criança está fazendo uma análise de sua língua. Neste caso, ela aplica um afixo verbal num advérbio. A classe a que a criança aplica o afixo é errada, mas tanto a forma do afixo [-o] quanto o significado (passado), estão corretos.

Entre 2 e 2;6, R. também diz cabeu,fazi,fazeu e engoliva. Esses exemplos, apesar de desviarem-se da forma adulta, são completamente interpretáveis. Qualquer falante nativo é capaz de dizer que R. está aplicando a forma regular em verbos irregulares, ou, no caso de engoliva, de que está tratando o verbo engolir como se fosse de primeira conjugação. Slobin (1979) já apontava para o fato de que a fala da criança diverge de maneira sistemática da fala do adulto, isto é, diverge obedecendo a determinadas regras, que são resultado de uma análise parcial. Num período inicial, antes dos dois anos, R. produz as formas fez, fiz. No período de 2 a 2;6, R. generaliza a regra de formação regular do passado, inclusive para as formas que deveriam ser exceções. Posteriormente, R. aprenderá as exceções e voltará a produzir as formas fiz e fez. Esse movimento de "forma correta - erro - forma correta" é conhecido na literatura como Curva em U. Deve-se, no entanto, tomar cuidado com as afirmações que se fazem acerca dessas produções. As primeiras

formas corretas são formas não analisadas. A criança aprende a seqüência sonora [fis] e a utiliza em determinados contextos, com uma significação de ação acabada. Não há análise da palavra que está sendo utilizada (Gebara, 1984). Scarpa (1999) defende que nesse momento não se pode nem falar que a criança usa "palavras", mas fragmentos enunciativos. É justamente o erro que indica que a criança está trabalhando com as formas verbais. E o erro vai sempre na direção de uma regularização das formas irregulares das línguas (essas

supergeneralizações são encontradas também em outras línguas. Em inglês as crianças dizem comed, goed, taked para verbos no passado, e feets, mouses para o plural de nomes). A segunda forma correta indica que a criança aprendeu que as regras têm exceções, e ela está aprendendo as exceções para a formação do passado. Desse modo, a primeira forma correta é uma forma não analisada, enquanto a segunda forma correta é o aprendizado de uma forma que viola uma regra geral.

O que esses dois exemplos indicam é que a criança está envolvida no processo de aquisição. Esse processo não é simplesmente das variáveis externas ao organismo; pelo contrário, o indivíduo tem parte nesse processo. Essa noção de modelo de aquisição encaixa-se com as propostas racionalistas e ocorre por operações dedutivas. Para Chomsky (1965), somente uma teoria racionalista, mentalista, conseguiria dar conta da aquisição da gramática de uma língua. O que diferencia uma teoria empirista de uma teoria racionalista é que a primeira tenta descrever uma língua apenas com os dados observáveis e por processos indutivos, ou seja, procurando construir o sistema de regras da língua apenas pela observação direta dos dados. Chomsky argumenta que o conhecimento da língua nem sempre é passível de observação direta e que somente quando, além da observação dos dados, postula-se um conjunto de informações internas, inatas, é que se toma possível chegar a uma representação de uma determinada língua.

2.1.2. O Conexionismo

~

O conexionismo é uma proposta teórica relativamente nova (dos últimos quinze

anos). Muitas vezes é denominado de novo associacionismo. Tanto para o associacionismo quanto para o conexionismo, o aprendizado é ad hoc, nas relações entre os dados de entrada (input) e saída (output), mas admitem analogias e generalizações. No entanto, o behaviorismo nega a existência da mente, enquanto o conexionismo tenta exatamente analisar o que ocorre entre os dados de entrada e saída. Essa explicação será dada em termos neurais.

Os modelos conexionistas têm por objetivo explicar os mecanismos que embasam o processamento mental, e a linguagem é apenas um desses processos. Os modelos conexionistas podem ser treinados para aprender a flexionar os verbos no passado, a sonorizar textos escritos, pegar bolas, equilibrar uma régua (Plunkett, 2000).

As propostas conexionistas buscam a interação entre o organismo e o ambiente, assumindo a existência de um algoritmo de aprendizagem. Por organismo, entende-se a intrincada rede neural (os trabalhos conexionistas tentam replicar, computacionalmente, o que ocorre no cérebro). Segundo Plunkett (2000), pode-se imaginar que o cérebro é formado por uma rede de unidades de processamento interconectadas e que cada uma dessas unidades é um neurônio que recebe atividade elétrica de outros neurônios, via sinapses, ou seja, conexões que propagam atividade elétrica entre neurônios por neurotransmissores. Essas sinapses podem ser fortes (excitatórias) ou fracas (inibitórias). Os modelos conexionistas assumem a existência de um algoritmo de aprendizagem interno que permite o aprendizado a partir de experiências. A aprendizagem está vinculada a mudanças nas conexões neurais. Cada vez que um estímulo (dado de entrada) ativa, ao mesmo tempo,

determinados neurônios, a conexão entre eles toma-se mais forte. Essa conexão reforçada

cria uma rede, de modo que, posteriormente, quando um desses neurônios receber um es. tímulo, toda a rede será ativada (Chiele, 1998). O algoritmo de aprendizagem, então, modifica a força entre as conexões da rede, o que permite a codificação de informações.

Um modelo conexionista dá grande importância para a quantidade de dados de entrada - freqüência - e para a variabilidade dos dados de saída. A freqüência do input é que reforça a conexão, e, como dissemos, a conexão entre os neurônios é alterada pelos dados de entrada. Dessa forma, dá-se grande importância à freqüência. A aprendizagem se dá pela modelagem estatística de inferências.

2.2. O racionalismo

Slobin (1985) observa que as teorias atuais sobre aquisição da linguagem assumem que, juntamente com as experiências, as crianças fazem uso de alguma forma de capacidade inata. No entanto, embora essa capacidade inata seja consensual, muito se discute sobre qual é a sua natureza. Pode-se dizer que são duas as correntes inatistas: uma assume que o aprendizado da linguagem é independente da cognição e de outras formas de aprendizado (conhecida como hipótese gerativista ou inatista); e a outra assume que a linguagem é parte da cognição, ou que o mecanismo responsável pelo aprendizado da linguagem é também responsável por outras formas de aprendizado (são conhecidas como teorias cognitivistas, construtivistas).

2.2.1. O inatismo

Consideremos inicialmente a hipótese inatista. A proposta de que o ser humano é dotado de uma gramática inata remonta a Chomsky (1965). Sua proposta procura dar conta da competência e cri atividade do falante. Hoje em dia, outros argumentos são também invocados a favor de uma hipótese inatista, defendendo que a faculdade da linguagem não é um módulo da cognição. Pinker (1994) aponta para o fato de que pessoas com atraso ou problemas mentais não necessariamente têm problemas lingüísticos. Por outro lado, há famílias inteiras com problemas lingüísticos (Specific Language Impairement), enquanto suas capacidades cognitivas são normais. Um último fato evocado são os casos de afasia (Broca e Wemicke), que afetam aspectos diferentes da linguagem conforme a área cerebral atingida.

Se se assume que há um componente inato e independente da cognição, cumpre tentar explicá-lo. São várias as propostas inatistas. Serão discutidas aqui as propostas básicas de Chomsky 1965 e 1981. Chomsky 1965 propõe que a criança tem um dispositivo de aquisição da linguagem (DAL) inato que é ativado e trabalha a partir de sentenças (input) e gera como resultado a gramática da língua à qual a

criança está exposta. Segundo o autor, esse dispositivo é formado por uma série de regras, e a criança, em contato com sentenças de uma língua, seleciona as regras que funcionam naquela língua em particular, desativando as que não têm nenhum papel. Esse modelo pode ser esquematizado como em (58) a seguir:

A aquisição da linguagem

(58)

input sentenças

.. I DAL I

GU

.

output

Língua L [regras 1,3,4]

[

regra 1

]

regra 2 regra n

De acordo com essa proposta, a criança tem uma Gramática Universal (GU) inata que contém as regras de todas as línguas, e cabe a ela, criança, selecionar as regras que estão ativas na língua que está adquirindo. Essa proposta de aquisição está de acordo com as teorias tanto sintáticas como fonológicas da época, segundo as quais as línguas comportam uma estrutura profunda que se transforma, por meio de regras, numa estrutura superficial. Essas regras têm como domínio estruturas intermediárias entre a estrutura profunda e a estrutura superficial.

Com a Teoria de Princípios e Parâmetros (Chomsky, 1981), a concepção do que seja a gramática universal muda. Segundo essa teoria, a gramática universal é formada por princípios, ou seja, "leis" invariantes, que se aplicam da mesma forma em todas as línguas, e parâmetros, "leis" cujos valores variam entre as línguas e dão origem tanto à diferença entre as línguas como à mudança numa mesma língua. O trabalho da criança está em escolher, a partir do input, o valor que um determinado parâmetro deve tomar. Por exemplo, assume-se que as sentenças de todas as línguas devam ter sujeito. No entanto, esse sujeito pode ou não ser omitido - esse é o parâmetro que precisa ser marcado. Caso a criança seja exposta a dados

do inglês, ela vai marcar o valor do parâmetro como "o sujeito deve ser sempre preenchido", pois é o que acontece nessa língua (lembre-se de que em inglês, sentenças como está chovendo têm um sujeito: it is raining); por outro lado, caso a criança seja exposta ao português, o valor do parâmetro será "o sujeito pode ser omitido". No entanto, a tarefa não é tão simples como parece. Muitas questões ainda hoje estão por ser respondidas no que diz respeito aos parâmetros: quantos são os valores dos parâmetros? No estado inicial da GU, um dado parâmetro já tem uma marcação especificada ou não tem marcação alguma? É possível haver reparametrização? O que desencadearia a parametrização? A tarefa da criança é de segmentar o input para poder processá
10 e derivar os valores paramétricos. Mas o que a faz iniciar esse processo? A criança sófaz uso das sentenças ouvidas (evidência positiva) ou também leva em conta o fato de nunca ter ouvido uma sentença (evidência negativa)? Quanto tempo uma criança deve esperar por uma evidência antes de definir o valor paramétrico? Qual a freqüência de ocorrência (bem como o tempo de exposição necessário diante de um tipo de dado) para que a criança o considere relevante para desencadear a parametrização.
Essas questões dizem respeito ao aspecto lógico da aquisição, isto é, a teoria que deve tratar tanto de qual é o conhecimento a ser adquirido quanto de como pode se dar essa aquisição (Dresher, 1992). Um outro aspecto é o desenvolvimental, que deve dar conta da variabilidade (diferentes estratégias) e do tempo real em que esse processo ocorre.
Três diferentes propostas tentam responder a esse segundo aspecto, isto é, de como ocorre a atribuição dos valores aos parâmetros. Uma hipótese assume que os parâmetros não estão todos disponíveis no início do processo, mas que eles maturam, isto é, tornam-se disponíveis no decorrer da aquisição da linguagem. Segundo essa proposta
221

222
Introdução à Lingüística
hipótese maturacional- , os parâmetros estão programados geneticamente para serem fixados em diferentes estágios de maturação, de maneira gradual (cf.

Lightfoot 1982, 1989; Radford 1990). Segundo Lightfoot (1989), os dados desencadeadores do processo maturacional seriam o que provocaria a passagem, a transformação da gramática universal para a gramática da língua a ser aprendida.

Uma outra hipótese é a continuísta, que se subdivide em duas tendências: hipótese da competência plena/total e a hipótese da aprendizagem 1exical. Segundo a primeira, todos os princípios estão disponíveis desde o início; se os parâmetros não são fixados imediatamente é porque há dificuldades (de memória, de processamento, por exemplo) em sua determinação (cf. Hyams 1986). Já a hipótese da aprendizagem lexical defende que, embora os princípios estejam todos disponíveis, o desenvolvimento sintático é guiado pela aprendizagem de novos itens lexicais e morfológicos (cf. Pinker 1984).

2.2.2. O Construtivismo

Segundo Slobin (1985), um segundo tipo de teoria inatista é o que considera que o mecanismo responsável pela aquisição da linguagem também é responsável por outras capacidades cognitivas (ressalte-se, no entanto, que o construtivismo clássico, por excelência, não é inatistacf. Piaget 1979, Chomsky 1979). Segundo esse tipo de teoria, as crianças constroem a linguagem. Serão aqui apresentadas duas vertentes construtivistas: a cognitivista e a interacionista.

2.2.2.1. O Cognitivismo

Esta proposta teórica, que vincula a linguagem à cognição, foi desenvolvida a partir dos estudos de Jean Piaget. Piaget dá um grande valor para a experiência, mas não se deve confundi-lo com um empirista. Para ele, a criança constrói o conhecimento com base na experiência com o mundo fisico, isto é, a fonte do conhecimento está na ação sobre o ambiente. Piaget também é, algumas vezes, chamado de "interacionista"; no entanto, esta interação é entre a criança e o mundo. Na literatura sobre aquisição, o termo interacionista acabou mais utilizado para os trabalhos que consideram o papel do adulto no processo de aquisição.

Para Piaget, os universais lingüísticos são reflexos das estruturas cognitivas universais; o conhecimento lingüístico de uma criança em um determinado momento reflete as estruturas cognitivas que foram desenvolvidas antes e que determinam este conhecimento (cf. Piaget & Inhe1der 1976). Seu interesse não é pela linguagem per se, mas a linguagem como porta para a cognição. Aqui nos deteremos nos aspectos de sua teoria relativos à aquisição da linguagem. Os

estudos cognitivistas sobre aquisição da linguagem foram desenvolvidos por seus seguidores.

Piaget propõe que o desenvolvimento cognitivo passa por períodos, estágios: sensório-motor (zero a dezoito meses), pré-operatório (dois a sete anos), operações concretas (7 a 12 anos) e operações formais. Os estágios piagetianos são universais (gerais e invariáveis) e, em cada um, a criança desenvolve capacidades necessárias para o estágio seguinte, provocando mudanças qualitativas no desenvolvimento. De acordo com esse conceito de estágio, o desenvolvimento é descontínuo, uma vez que os estágios são qualitativamente diferentes, mas contínuos, no que se refere ao tempo em que ocorre (cf. Perroni 1994). As principais características dos estágios são: a ordem de sucessão das aquisições é constante; as estruturas construí das são parte integrante das estruturas seguintes, portanto, cumulati

vas; a caracterização desses estágios é pela estrutura do conjunto e não pela justaposição de propriedades estranhas; os estágios comp0l1am um nível de preparação e um nível de acabamento; eles têm processos de formação e formas de equilíbrio passíveis de distinção.

Para a discussão deste capítulo, interessam os períodos sensório-motor e pré-operatório. Aquele é caracterizado pelos exercícios reflexos, os primeiros hábitos, a coordenação entre visão e apreensão e a busca de objetos desaparecidos. Este é marcado pela função simbólica e pelas organizações representativas.

Como foi discutido nos capítulos iniciais deste livro, o signo "está por" alguma coisa. Para que a criança faça uso do signo lingüístico, é necessário que ela "aprenda" que as coisas existem mesmo que não estejam no seu campo de visão. Pode parecer banal para nós, adultos, mas não é. Quando a mãe brinca de se esconder e aparecer para uma criança pequenininha, a criança chora. É que a criança não consegue se separar do mundo, ela e o mundo são um todo indissociável (é essa a noção básica por trás do egocentrismo). Se a mãe desaparece de seu campo de visão, ela deixa de existir. Assim, um dos requisitos para adquirir a linguagem é a permanência do objeto: um objeto existe mesmo que não seja visto (afinal, muitas

vezes usamos uma palavra para falarmos do que não está no nosso campo de visão). O segundo pré-requisito para a aquisição da linguagem é a representação. Voltando aos capítulos anteriores, foi discutido o caráter representativo e arbitrário do signo. Por exemplo, quando a criança, no almoço, brinca com uma batata com palitos de dente espetados, fingindo ser esta uma vaca, ela está representando.

No final do período sensório-motor, início do pré-operatório, encontra-se, então, a função simbólica (ou semiótica). A linguagem não será a única forma de simbolizar; as crianças usam também da imitação diferida (a imitação afasta-se do contexto e do momento em que a ação que está sendo imitada ocorre), o jogo simbólico, o desenho, as imagens mentais (cf. Piaget, 1978).

Um dos aspectos lingüísticos que mais chamou a atenção de Piaget foi o discurso egocêntrico. Para ele, as conversações das crianças são egocêntricas ou centralizadas. Caracteriza-se como egocêntrica a fala da criança consigo mesma. Não há intenção de se comunicar, não há preocupação com o interloc.utor (nem sehá um interlocutor), não tem ela nenhuma função social. Segundo Piaget, a maior parte dos discursos de crianças em idade pré-escolar é egocêntrico. Por volta dos sete anos esse discurso tende a diminuir, atédesaparecer, enquanto o discurso socializado ganha espaço.

São muitos os estudos sobre aquisição da linguagem numa abordagem cognitivista. Uma questão deve ser colocada a todos: a noção de estágio. Como foi mostrado, no começo deste subitem, o estágio é geral, invariável e cumulativo. Isso significa que todas as crianças deveriam passar pelos mesmos processos, e na mesma ordem, durante a aquisição da linguagem. No entanto, não é isso que se encontra. Mesmo estudos que assumem estágios falam de variações no processo de aquisição, ou de como crianças não passam por determinados estágios.

2.2.2.2. O Interacionismo

Vygotsky (1962) também defende que o desenvolvimento da fala segue as mesmas leis, o mesmo desenvolvimento que outras operações mentais. O autor, no entanto, chama a atenção para a função social da fala, e daí a importância do outro, do interlocutor, no desenvolvimento da linguagem. Os estudos de base interacionista apontam para o papel do adulto como quem cria a intenção comunicativa, como o facilitador do processo de aquisição. Assim como Piaget, Vygotsky estava interessado na relação entre língua e pensamento.

o autor propõe quatro estágios no desenvolvimento das operações mentais (aí incluídas as operações responsáveis também pelo desenvolvimento da fala): natural ou primitivo (que corresponde à fala pré-intelectual e ao pensamento pré-verbal); psicologia ingênua (a criança experimenta as propriedades físicas tanto de seu corpo quanto dos objetos, e aplica essas experiências ao uso de instrumentos - inteligência prática); signos exteriores (as operações externas são usadas para auxiliar as operações internas; nesse estágio ocorre a fala egocêntrica); e crescimento interior (em que as operações externas se interiorizam).

No que se refere à linguagem, Vygotsky aponta inicialmente para uma dissociação . entre fala e pensamento. Segundo o autor, fala e pensamento têm raízes genéticas diferentes. Existe uma fase pré-verbal do pensamento (relacionada à inteligência prática), e uma fase pré-intelectual da fala (segundo o autor, o balbucio e o choro, por sua função social, seriam exemplos de fala sem pensamento). Por volta dos dois anos, fala e pensamento se unem e dão início ao comportamento verbal. A fala passa, então, a servir ao intelecto, e os pensamentos podem ser verbalizados. São características dessa nova fase a curiosidade da criança pelas palavras e a ampliação do vocabulário.

Outro aspecto importante dos estudos de Vygostky está relacionado ao uso da palavra. Segundo o autor, para a criança a palavra é parte integrante do objeto. Seus experimentos mostram que as crianças tentam explicar os nomes dos objetos por seus atributos e trocar o nome significa trocar as características dos objetos. Um de seus exemplos é o que segue (Vygotsky, 1984: 111): foi dito para a criança que um cão seria chamado de vaca, durante uma brincadeira. O experimentador então pergunta para a criança se uma vaca tem chifres e a criança responde que sim. O experimentador lembra-lhe, então, que a vaca é na realidade um cão, e pergunta se cão tem chifres. A criança responde: "é claro, se é uma vaca, se é chamado de vaca, então tem chifres. Esse cão tem de ter chifres pequenos". Vygotsky defende que, no início, existe apenas a função nominativa com uma referência objetiva. Posteriormente, desenvolvem-se a significação independente da nomeação e o significado independente da referência.

Por fim, é importante ressaltar que a fala egocêntrica, para Vygotsky, tem características e motivações diferentes do que para Piaget. Como vimos, segundo Piaget, a fala egocêntrica não tem função no pensamento e desaparece quando a criança se socializa. Para Vygotsky, a fala egocêntrica é um instrumento de que a criança faz uso para. buscar e planejar a solução de um problema, e tende a ser interiorizada. Essa fala é característica do terceiro estágio (signos externos), em que a criança usa os dedos para contar, por exemplo. A fala egocêntrica também funciona como um auxiliar externo para que a criança solucione tarefas, serve para ajudar a criança a superar dificuldades. De modo a provar sua hipótese, Vygotsky e sua equipe fizeram, com crianças pequenas, testes que exigissem reflexão. Um dos testes consistia em dar como tarefa para a criança desenhar, mas não lhe fornecer o lápis que necessitaria. Observou-se que as crianças tentavam dominar a situação falando para si próprias: "Onde está o lápis? Preciso de lápis azul. Deixa lá, vou desenhar com o lápis vermelho e molho-o na água; ficará mais escuro e parecerá azul" (Vygostky, 1984:30). À medida que a criança cresce, esse discurso tende a internalizar-se.
As mesmas críticas em relação à generalização de estágios aplicam-se aos estudos interacionistas, ou seja, estes também propõem um caráter geral e invariável para os estágios propostos, o que não se Eonfirma nos dados. Para as propostas construtivistas, fica ainda a questão de responder como a criança passa de categorias cognitivas para categorias puramente Lingüísticas, no processo de aquisição da linguagem.

3. Considerações finais
I ~
A aquisição da linguagem é fascinante. Observar como, num período tão curto, a criança passa a dominar uma língua é instigante, desafiador. São muitos os aspectos relativos a essa aquisição: Como esse processo ocorre tão rapidamente? Há um período crítico (idade máxima) para a aquisição? Qual a relação entre a produção e a percepção da linguagem? Existe algum componente da linguagem (fonologia, morfologia, sintaxe...) que é adquirido antes do que outro? Ou algum

componente da linguagem serve para a criança apoiar-se enquanto adquire outros componentes? Qual a relação entre a aquisição normal e a aquisição por crianças com algum tipo de desvio?

Infelizmente não foi possível tratarmos de todos esses aspectos. De modo a mostrar o caráter não aleatório e não caótico da aquisição, foram apresentados, no primeiro item, os resultados de estudos sobre três aspectos da aquisição da linguagem: a aquisição da estrutura silábica, da causatividade e das orações relativas.

O segundo item apresentou um panorama das principais correntes teóricas que tentam explicar o processo de aquisição da linguagem. Algumas parecem melhores para explicar alguns processos lingüísticos, mas não oferecem boas explicações para outros processos. Todas têm aspectos positivos e esclarecedores, mas, quando confrontadas com os dados de uma criança, ainda têm muitas questões por explicar.

Bibliografia

IIISOL, L. o ditongo na perspectiva da fonologia atual. DELTA vol. 5 n. 2 São Paulo: Educ, 1989.

CHIELE, L. K. O modelo conexionista na interface da inteligência e do aprendizado de leitura. Letra.5 de Hoje,
n.112. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998.

CHOMSKY, N. A review of B.F. Skinner's Verbal Behavior. Langaage 35 n. I, 1959.

- . Aspect.5 o(the TheO/y !!f'Syntax Cambridge: MIT Press, 1965.

- . Lectures on Government and Binding: the Pisa lectures Camblidge: MIT Press, 1981.

- . A propósito das estruturas cognitivas e de seu desenvolvimento: uma resposta a Piaget. In: PIATELLI
PALMARINI Corg.) Teoria.5 da linguagem, Teorias da aprendizagem. O debate entre Jean Piaget e Noam CllOmsky. São Paulo: Culttix, 1983.

IJRESHER, B. E. A learning mo dei for a.paramettic theory in phonology. In: LEVINE R. Ced.) Formal Gramnwr:
/heO/y and implementation Oxford: Oxford University Press, 1992.

FIGUEIRA, R. A. Causatividade: um estudo longitudinal de suas principais manifestações no processo de aquisi
ção do português por uma criança. Tese de doutorado Campinas: Unicamp, 1985.

I'REGE, G. Sobre sentido e referência. In: LÓgica e/iloso/ia da linguagem. São Paulo: Cultrix, 1982.
rREITAS, M. 1. Aqui.\"içÜo da es/rutwrt .\"ilâbica do p0/1uguês eumpeu. Tese de doutorado. Universidade de Lisboa, 1997. GEBARA, E. M. The developmen/ !! f'/ntonation and Dialogue PlVces.5es in IWO Brazilian Children. Tese de dou
torado. University of London, 1984.
HYAMS, N. Language Acquisition and the Theory !!/Parameter.5. Dordrecht: Reidel Publishing Co., 1986.
IHA, S. Compreensão de orações relativas por clianças de três a seis anos. Dissertação de mestrado. Campinas:
Unicamp, 1979.
I.IGHTFOOT, D. The Language LOllery: /oward a biology of'grammars. Cambridge: MIT Press, 1982.
- . The child's trigger experience: degree-O learnability. In: Behavioral and brain science. Nova York:
Cambridge University Press,] 989.
PIAC;Ef, 1. A ./iJI7l1açÜo do símbolo na criallça: imitaçÜ{), jogo. e sonho, imagem e representaçÜo. Rio de Janeiro: Zahar,
1978.
-. Psicogênese dos conhecimentos e seu significado epistemológico. In: PIATELLH'ALMARINI Corg.) Teorias da
linguagem. Teorias da aprendimgem. O debate entre Jean Piaget e Noam Chotllsky. São Paulo: Culttix, 1983.
PIAGET, J. & INHELDER B. A psicologia da criança. Rio de Janeiro: Bertrand Basil, 1990.

P1NKER, S. Language Learnability and Language Development. Cambridge: Harvard University Press, 1984. PINKER, S. The Language Instinct - the new science of language and mind. Londres: Peguin books, 1994. PWNKET, K. O conexionismo hoje. Letras de Hoje. vol. 35 n. 4 Porto Alegre: EDIPUC-RS, 2000.
RADFORD, A. Syntactic Theory and the Acquisition of English Syntax. Oxford: Basi1

B1ackwell, 1990.
SANTOS, R. S. A aquisição da estrutura silábica. Letras de Hoje. n. 112 Porto Alegre: EDIPUC-RS, 1998.
-' A aquisição do acento primário no português brasileiro. Tese de doutorado. Campinas: Unicamp,2ool.
SKINNER, B. F. Verbal Behavior. Nova York: Appleton-Century Crofts, 1957.
SLOBIN, D. r. Psicolingüístics. Glenview, Ill: Scott, Foresman and Company, 1979.
-' Psicolingüístics Glenview, 111: Scott, Foresman and Company, 1985.
VASCONCELOS Relative clauses acquisition and experimental research: a study with portuguese children. In: F ARIA r. H. &
FREITAS M. J. (ed.) Studies on the Acquisition of Portuguese. Lisboa: Colibri APL., 1995..
VYGOTSKY Pensamento e Linguagem São Paulo: Martins Fontes,1996.
_.A Formação Social da Mente-o desenvolvimento das processos psicológicos superiores. São Paulo: Martins Fontes, 1984.
Sugestões de leitura
Abaixo são sugeridos alguns títulos, em português, que possam servir de leitura complementar a esse texto. Ressalte-se que a sugestão leva em conta o conhecimento prévio assumido para os leitores, isto é, alunos do nível básico de letras:
ELLIOT, A. J. (1981) - A Linguagem da Criança. Rio de Janeíro: Zahar Editores, 1982.
Este livro traz, em seus dois primeiros capítulos, um resumo das propostas behaviorista, inatista, cognitivis
ta e interacionista. Também discute os diferentes métodos de estudo em aquisição da linguagem. Por fim, apresenta o resultado de alguns estudos em aquisíção nas áreas de fonologia, sintaxe e semântica.
PIATELLI-PALMARINI Teorias da linguagem, Teorias da Aprendizagem. O debate entre Jean Piaget e
Noam Chomsky. São Paulo: Cultrix, 1983.
Esta obra traz textos de Piaget, Chomsky e uma série de debatedores que discutem seus trabalhos. Trata-se de um livro interessante porque, como foi dito neste capítulo, a linguagem nunca foi o objetivo de Piaget, assim como o processo de

aquisição nunca foi o objetivo principal das discussões de Chomsky. Nestes artigos os autores concentram-se mais no tema da aquisição da linguagem.
SCARPA, E. M. Aquisição da Linguagem. tn: Mussalin & Bentes (org.) Introdução à Lingüística domínios efronteiras. vol. 2, p. 203-232. São Paulo: Cortez Editora.
Este artigo apresenta um resumo das principais discussões que permeiam os estudos sobre a aquisição
da linguagem, como conflito natureza vs. ambição e o período crítico.
SKINNER, B. F. (1957) - Comportamento Verbal. São Paulo: Cultrix, 1985.
O autor apresenta sua teoria de como a linguagem e outros comportamentos têm o mesmo padrão de
aprendizagem. Por comportamento verbal Skinner entende não só a linguagem verbal, mas toda a forma de comunicação (tocar uma sineta para chamar o criado, bater palmas, por exemplo). Há dois capítulos específicos sobre a linguagem verbal.
SLOBIN, D. I. PsicoLingüística. São Paulo: Nacional, 1980.
Neste livro o autor aborda a relação entre a gramática e a psicologia. Discute-se o papel da cognição e, em
especial, da memória no processamento da linguagem. Há também um capítulo dedicado especificamente à aquisição da linguagem, com a discussão do desenvolvimento da sintaxe.
VYGOTSKY Pensamento e Linguagem. São Paulo: Martins Fontes, 1962.
Nesta obra é discutida a proposta de Vygotsky sobre a relação entre a linguagem e o pensamento e o
papel que tem a interação social no desenvolvimento da linguagem. Vygotsky apresenta também experimentos que corroboram sua proposta.

Volume 2

Introdução à Lingüística

José Luiz Fiorin (org.)
Introdução à Lingüística II. Princípios de análise
Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)
Introdução à lingüística II : princípios de análise / José Luiz Fiorin, (org.). 2. ed. - São Paulo: Contexto, 2003.
Vários autores Bibliografia
ISBN 85-7244-221-9
Lingüistica 2. Lingüistica - Estudo e ensino, Fiorin, José Luiz.
03-0091
CDD- 410
Indices para catálogo sistemático: I. Lingüistica: Introdução 410
EDITORA CONTEXTO Diretor editorial: Jaime Pinsky Rua Acopiara, 199 - Alto da Lapa 05083-11 O - São Paulo - sp PABX: (11) 3832 5838 contexto@editoracontexto.com.br www.editoracontexto.com.br
2003

Sumário Volume II

Prefácio
José Luiz Fiorin

Naquele Império, a Arte da Cartografia conseguiu tal perfeição que o mapa de uma só província ocupava toda uma cidade, e o mapa do Império, toda uma província. Com o
tempo esses mapas enormes não satisfizeram, e os Colégios de Cartógrafos levantaram
um mapa do Império, que tinha o tamanho do Império e coincidia com ele ponto por
ponto. Menos apaixonadas pelo Estudo da Cartografia, as gerações seguintes entenderam que esse mapa ampliado era inútil e não sem impiedade o entregaram às inclemências do sol e dos invernos. Nos desertos do oeste perduram despedaçadas ruínas do
mapa, habitadas por animais e por mendigos; em todo o país não há outra relíquia das
disciplinas geográficas.

Borges, História Universal da Infâmia

Como anunciamos no prefácio do primeiro volume, estamos apresentando o segundo volume de nossa Introdução à Lingüística, que é consagrado aos princípios de análise e que conta com um capítulo dedicado à fonética; um, à fonologia; um, à morfologia; um, à sintaxe; dois, à semântica; um, à pragmática e um, ao discurso.

Neste livro, não se pretende fazer um curso completo de fonética, de fonologia, e assim por diante. O que se quer é introduzir o aluno nos princípios da análise lingüística em seus diferentes níveis e em suas várias perspectivas. O que se deseja é que o aluno aprenda o que significa fazer a análise lingüística, vendo a língua como um fenômeno complexo. Mais do que ensinar fonética, sintaxe, etc., este livro visa a levar o aluno a apreender o espírito da descrição e da explicação dos fatos lingüísticos.

Cabe perguntar o que é um fato lingüístico. Todos sabemos que a realidade do objeto não é distinta da do método, já que, como ensina Saussure, é o ponto de

vista que cria o objeto. É indispensável que uma base teórica supere o empirismo na delimitação dos fatos e na sua análise. É isso que este livro pretende mostrar aos estudantes.

Consagramos dois capítulos à semântica: o primeiro aborda os princípios de uma semântica formal, de base referencialista, próxima da lógica; o outro discute as bases de uma semântica lexical, de extração não referencialista, muito mais afim da retórica. Por que colocar, num livro de introdução, dois capítulos teoricamente distintos para estudar um mesmo aspecto da linguagem? Porque, como dissemos acima, o que almejamos é ensinar aos estudantes uma atitude científica. Freqüentemente na universidade se tem uma concepção religiosa de ciência e não um ponto de vista verdadeiramente científico a respeito dela. O discurso religioso é o discurso que pretende explicar tudo, donde viemos, para onde vamos, qual o sentido da vida, por que sofremos, qual a origem de tudo. Ao mesmo tempo, pretende-se absolutamente verdadeiro e, por isso, intangível. A ele deve-se aderir

pela fé. Ao contrário, o discurso científico constrói modelos que explicam parte da realidade. Por isso, ele não chega à verdade absoluta e eterna, mas a consensos parciais sobre as explicações que dá para certos fenômenos. Ele é sempre uma aproximação da realidade. A ciência tem sempre compromisso com o real e, por isso, sua validade precisa ser verificada. Não se adere ao discurso científico pela fé, mas pelo conhecimento. Como a ciência não chega à verdade, progride sempre, é sempre mutável. Ao afirmar que muitas vezes se tem uma concepção religiosa de ciência, estamos dizendo que há freqüentemente uma mitificação, que não deixa de ser uma mistificação, de certas teorias, levando a crer que elas são a verdade, enquanto as outras são o erro e, por isso, merecem ser anatematizadas. Criticam-se teorias por elas não explicarem o que não pretendem explicar. Ora, batemo-nos fortemente contra isso, é preciso que o aluno saiba que a contradição é inerente ao fazer científico. Não podíamos expô-lo, por causa da natureza deste livro, em todos os níveis de análise, a essa perspectiva. Por isso, pretendemos fazê-lo pelo menos em um dos aspectos da análise lingüística. Escolhemos para isso a semântica. Ao estudar duas concepções semânticas distintas, o aluno deve perceber que a ciência

é constituída de uma multiplicidade de pontos de vista e que cada um aporta uma parcela de conhecimento da realidade. Escolhemos, por diferentes razões, um deles para trabalhar, discutimos o ponto de vista alheio, mostrando suas limitações e seus problemas, mas não condenamos seus partidários à "fogueira", porque a ciência precisa do debate, já que ela não se constitui de dogmas proclamados ex cathedra.

Uma outra característica da ciência é o fato de que ela não reproduz a realidade, mas erige dela um modelo. O texto de Borges colocado como epígrafe neste prefácio constrói uma das mais belas metáforas da ciência. Ela só tem valor na medida em que é um mapa e, portanto, permite abarcar, de um certo ponto de vista, a totalidade do território. O que reproduz o real em toda sua complexidade é a descrição, no sentido vulgar da palavra. Por isso, são descabidas as críticas feitas aos modelos científicos de que eles nâo dão conta de todos os matizes do objeto. Os que assim pensam estão num estágio pré-científico e, numa ideologia pré Marx e pré Freud, imaginam que cada objeto criado pelo homem seja singular e que, portanto, ao analista só cabe reproduzi-lo.

Nosso propósito é levar os estudantes a entrar no universo de uma análise com vocação científica, mostrando a eles que a ciência não é a verdade, mas é uma explicação provisória da realidade, e que o debate, a contradição e o conflito são inerentes ao fazer científico.

São Paulo, 3 de outubro de 2002

Fonética

Raquel Santana Santos

Paulo Chagas de Souza

1. Relação entre fonética e fonologia

Muitas pessoas podem se perguntar por que tratar fonética e fonologia em capítulos separados se ambas lidam com os sons usados na fala e muitos defendem que devam ser tratadas juntas. A decisão por separar fonética e fonologia decorre da perspectiva com que se estuda o som.

A fonética trabalha com os sons propriamente ditos, como eles são produzidos, percebidos e que aspectos físicos estão envolvidos em sua produção. A fonologia opera com a função e organização desses sons em sistemas. Por exemplo, a fonética discute a produção de sons como o 's', o 'm' e o 'r'. No entanto, em algumas línguas é possível que uma sílaba seja formada pela seqüência desses sons no início de uma mesma sílaba (por exemplo, em serbo-croata smrad 'fedor '), enquanto em outras línguas essa seqüência é evitada (por exemplo, em português, em que não há três sons consonantais seguidos numa mesma sílaba). Essas diferenças combinatórias são estudadas pela fonologia.

Pensemos ainda no caso dos surdos. As línguas de sinais não usam sons, mas ninguém pode negar que haja uma organização nos sinais usados, regras combinatórias para eles (por exemplo, é impossível, em língua de sinais, um sinal produzido pelas duas mãos com movimentos diferentes; ou as mãos estão em uma mesma configuração com um movimento simultâneo ou alternado, ou, se a configuração

das mãos for diferente, uma está sempre parada, servindo de apoio para a mão em movimento - Karnopp 1999). Tanto os sinais quanto os sons são organizados e regulados por um sistema abstrato. Há regras que são gerais, universais (aplicam-se a todas as línguas) enquanto há outras regras que são particulares, características de cada língua individual. Cabe à fonologia o estudo desse sistema abstrato, tanto das regras universais como aquelas que caracterizam as diferentes línguas.

Retomando a discussão do primeiro volume, lembramos que Hjelmslev (1973) divide a língua em dois planos: expressão e conteúdo. A expressão corresponde ao significante e o conteúdo, ao significado. Hjelmslev também afirma que cada um desses planos contém uma substância e uma forma. Há uma substância da expressão e uma forma da expressão (e o mesmo se dá com o conteúdo). Se pensarmos nas línguas faladas, a substância da expressão são os sons propriamente ditos, a forma da expressão é o recorte e a organização destes sons num sistema. Podemos então dizer que a fonética opera com a substância da expressão e a fonologia, com a forma da expressão.
Este capítulo é dedicado à discussão sobre a produção dos sons ou, em termos hjelmslevianos, à substância da expressão.

2. Aspectos segmentais e supra-segmentais

Os estudos iniciais em fonologia privilegiaram seu caráter segmental, ou seja, seqüências de sons discretos, segmentáveis, divisíveis, cujas propriedades são atribuídas a cada segmento. Acima desse nível segmental, reconhece-se um nível supra-segmental, onde não se situam segmentos discretos mas propriedades que se estendem por mais de um segmento, tendo valores relativos, não absolutos. Por exemplo, numa sentença como: ele comeu bolo?, temos uma seqüência de
sons e-l-e   Cada um desses sons pode ser descrito: o e é uma vogal produzida com a boca meio fechada, os lábios estendidos, etc. Acima desses segmentos e se estendendo por eles está, por exemplo, a entonação de uma questão (ele comeu bolo?vs ele comeu bolo.). A entonação se estende por toda a sentença e não por apenas um segmento. Outro exemplo é a acentuação. As línguas procuram ser rítmicas, alternando sílabas fortes e fracas. Mas não há como se definir o que seja 'forte'. O 'forte' é 'forte' por oposição ao 'fraco'. Assim, numa palavra como
cavaleiro, ca e lei são sílabas mais fortes por comparação com as sílabas va e ro. A acentuação tem, então, valores relativos (sua descrição depende da comparação entre sílabas), ao contrário dos segmentos, que têm valor absoluto (descrevem-se os segmentos sem levar em conta os segmentos seguintes).
Neste capítulo vamos nos ater a descrever os aspectos segmentais da cadeia sonora. As únicas exceções ficarão pela notação da divisão de sílabas e da sílaba

mais acentuada de uma palavra.

Fonética

3. Unidade de estudo: fone

Como foi dito na seção anterior, este capítulo concentra-se no segmento. A unidade de análise, neste caso, é o som discreto e concreto. Como se viu, por discreto entende-se segmentável, divisível. Por exemplo, numa palavra como 'pata' é possível distinguir a produção de quatro sons (p-a-t-a). Por concreto entende-se a realização concreta, material de um segmento, que pode ser medido fisicamente.
Esses segmentos, denominados fones, são unidades constituintes da linguagem humana que se caracterizam por ser as mínimas unidades discretas constituintes do sistema lingüístico e organizar-se linearmente nas diversas línguas. Dizer que os segmentos são as unidades mínimas de análise não significa dizer que eles não possam ser decompostos em unidades menores. Os fones são formados por traços que se combinam. A diferença entre o nível dos fones (nível fonemático) e o nível dos traços é que, no nível dos fones, duas operações são possíveis, segmentação e substituição, enquanto no nível dos traços (merismático, de acordo com Benveniste 1976), apenas a substituição é possível. Por exemplo, o fone [p] tem, entre outros, os seguintes traços:
(1)
[p]:
+ consonantal - vocálico
- nasal
- sonoro
Não é possível produzir um traço depois do outro (isto é, produzi-los linearmente, o que permite a segmentação). São necessários todos os traços juntos para formar o som [p]. Mas é possível substituir o valor de um traço. Se ao invés de [-sonoro] ocorrer o [+sonoro], o som representado é o [b]. A discussão sobre os traços que compõem os segmentos ocorrerá no capítulo sobre fonologia.
Ao contrário dos traços, os sons são segmentáveis, isto é, podem ser separados

numa seqüência sonora. Essa segmentação só é possível dado o caráter linear dos segmentos. É impossível produzir dois segmentos ao mesmo tempo. Por exemplo, não é possível produzir os quatro sons de 'pata' ao mesmo tempo. Um ocorre depois do outro. Além da operação de segmentação, também é possível a substituição. Por exemplo, no lugar de 'pata', podemos ter 'cata', 'lata', 'bata', substituindo o primeiro fone dessas palavras.

Vale lembrar algumas regras para a notação usada neste e nos próximos capítulos. Sempre que a palavra estiver em itálico, estaremos escrevendo-a de acordo com a transcrição ortográfica (a escrita comum); quando ela estiver entre aspas simples (por exemplo, 'pata') é porque estamos citando a palavra. Quando transcrevemos foneticamente, os fones são colocados entre colchetes [ ]. Por exemplo, para a palavra 'pata', a transcrição fonética é [Ipa.ta]. O ponto [mal marca a separação entre sílabas e as aspas simples colocadas antes de uma sílaba marcam que ela é acentuada.

11

12

Introdução à Lingüística 11

4. Tipos de descrição dos sons

Os sons podem ser descritos, basicamente, de três maneiras, que correspondem a três dimensões:

a. dimensão articulatória - motora; b. dimensão auditiva - perceptual; c. dimensão acústica - sinal acústico;

A dimensão articulatória é aquela que leva em conta o que se passa no
aparelho fonador durante a produção de sons. A dimensão auditiva é aquela que considera a percepção do ouvinte e a dimensão acústica centra-se nas propriedades fisicas da onda sonora que é produzida pelo ar ao passar pelo aparelho articulador.

Cada uma dessas dimensões é composta por três componentes que têm uma correspondência entre si (Couper-Kuhlen 1986). Acusticamente, a fala é formada por freqüência (que se refere à vibração das moléculas do ar causadas por um

objeto vibrante e cujo correlato auditivo é a altura, que distingue o grave e agudo); amplitude (que se refere ao deslocamento máximo de uma partícula de seu lugar de descanso e cujo correlato perceptual é a intensidade, que distingue o forte e fraco); e o tempo (que se refere ao momento em que os articuladores se movimentam para a produção de um segmento e cujo correlato auditivo é a duração, que distingue o breve e longo). A relação entre as dimensões está apontada em (2):

(2)

DIMENSÕES

ARTICULATÓRIA	ACÚSTICA	AUDITIVA
Vibração das cordas vocais	Freqüência fundamental	Altura
Esforço fisico	Amplitude	Intensidade
Momento dos movimentos articulatórios	Tempo	Duração

É da relação desses três componentes que se discutem os aspectos segmentais, supra-segmentais, etc. Isto é, cada som tem sua própria freqüência fundamental e amplitude e, além do mais, se estende no tempo. No que se refere ao contorno entonacional, temos variações de altura em um enunciado. Um outro exemplo é a acentuação. Sílabas mais fortes tendem a ser mais altas, intensas e com duração maior do que sílabas fracas.

Como o objetivo deste capítulo é uma introdução à fonética, daremos atenção à dimensão articulatória, isto é, nossos estudos estarão concentrados nos aspectos fisiológicos da produção de sons. Estudos que levem em conta as outras dimensões serão objeto de uma disciplina específica.

Fonética

5. Aparelho articulador

Para entender a produção dos sons, é necessário analisarmos as partes do corpo humano que estão envolvidas na produção dos sons da fala. Essas partes do corpo que compõem o aparelho fonador são: pulmões, traquéia, laringe, epiglote, cordas vocais, glote, faringe, véu palatino, palato duro, língua, dentes, lábios, mandíbula e cavidade nasal. Elas não têm, como função primária, a função de produção de sons, mas outras funções, como alimentação e respiração. Em (3), abaixo, temos uma

figura que mostra algumas dessas partes envolvidas na fala:
13
15

1. pulmões: são a principal fonte de ar para a produção de sons da fala (embora, como veremos em 7, haja outras fontes de ar utilizadas). Os pulmões são conectados à traquéia por dois tubos bronquiais.
2. traquéia: vai dos tubos bronquiais até a laringe e é responsável pela maior fonte de energia para a produção dos sons da fala. É formada por anéis cartilaginosos que se mantêm unidos por uma membrana.
3. laringe: trata-se de uma válvula cuja função principal é controlar o ar que sai e entra nos pulmões, além de impedir que alimentos entrem nos pulmões. É formada por várias cartilagens. Algumas dessas cartilagens se movimentam, entre elas as cartilagens a que se ligam as cordas vocais.
4. cordas vocais: não são cordas, mas ligamentos de tecido elástico que estão unidos às cartilagens aritenóides (na parte de trás, chamada de posterior, da laringe) e à tireóide (localizada na parte da frente, chamada
13

14
Introdução à Lingüística 11
de anterior, da laringe) na laringe. Dessa maneira, as cordas vocais são fixas na tireóide e seu movimento de abertura se dá pelo movimento das cartilagens aritenóides. A abertura ou fechamento dessas cartilagens faz com que as cordas vocais se abram ou fechem em diferentes graus, provocando alterações na corrente de ar que vem do pulmão (o que provoca diferentes modos de fonação, como veremos em 7). Uma sugestão para ver as cordas vocais em ação é assistir a um vídeo de laringoscopia.
5. glote: é o espaço, a abertura entre as cordas vocais, que pode assumir
diferentes formas, a depender da posição das cordas vocais.
6. epiglote: cartilagem em forma de colher cuja função é fechar a laringe de modo que o alimento não entre na laringe e, portanto, nos pulmões.
7. faringe: é um tubo muscular com forma de um cone invertido, que vai da glote à

base do crânio. Através dele ocorre a passagem do ar para a respiração e para a fonação (via traquéia) e do alimento ingerido (via esôfago). Ela se divide em oro-faringe (que vai da glote até o véu palatino) e naso- faringe (do véu palatino até as fossas nasais).

8. véu palatino: também conhecido como palato mole. Trata-se da continuação do céu da boca (escorregue a língua pelo céu da boca que é possível sentir quando não há mais osso, o que deixa o tecido muscular mole). Esse tecido muscular termina na úvula. Ele se move para cima de modo a impedir a passagem do ar pela cavidade nasal, permitindo sua passagem apenas pela cavidade oral. Quando o véu palatino está abaixado, a passagem velo- faringal encontra-se aberta e o ar pode passar pela cavidade nasal.

9. úvula: a conhecida 'campainha'. Trata-se de um prolongamento do véu palatino.

10. cavidade nasal: o espaço entre a passagem velo-faringal e as fossas nasais. Quando o véu palatino está abaixado, o ar transita por essa passagem. É separado da cavidade oral pelo palato duro.

11. palato duro: parte superior da cavidade bucal, fica à frente do véu palatino, logo atrás da arcada alveolar. É fixa e óssea. Também é conhecida como abóbada. Ocupa dois terços do palato.

12. cavidade oral: formada pelos lábios, dentes, mandíbula e língua. Den tro dela destacam-se, ainda, os alvéolos.

13. arcada alveolar: parte óssea atrás dos dentes superiores, antes do palato duro.

14. dentes: influem na fonação porque podem impedir, total ou parcial mente, a passagem de ar.

Fonética

15. lábios: duas pregas que marcam o final da cavidade oral e do trato vocal. Sua constituição muscular permite grande plasticidade e mobilidade, alterando a forma da cavidade oral.

16. mandíbula: ou maxilar inferior. Graças a sua mobilidade, permite tam bém alterações na cavidade oral.

17. língua: trata-se de um grande músculo extremamente plástico e móvel

responsável pelas maiores modificações do volume e da geometria da cavidade oral. Como diferentes partes da língua são utilizadas na produção dos sons da fala, cumpre identificá-las mais detalhadamente. Em (4) temos um corte sagital do trato vocal com as diferentes partes da língua identificadas: 1. ponta da língua, 2. lâmina, 3. centro, 4. dorso, 5. raiz e 6. sub-lâmina.

6. Mecanismos para produção de correntes de ar

Como foi dito em 5, a principal fonte de ar para produção de sons vocais é o pulmão. Os sons do português, por exemplo, são produzidos pelo ar que sai dos pulmões em direção à boca quando o diafragma é movimentado para cima. No entanto, essa não é a única direção possível para o ar na produção dos sons nem os pulmões são a única fonte de ar para a fonação.
São duas as direções: egressiva e ingressiva. A direção egressiva é aquela em que o ar vai 'para fora' do corpo, enquanto a direção ingressiva é aquela em que o ar vai 'para dentro' do corpo. No caso do português, apenas temos sons cujo mecanismo é egressivo. Há, no entanto, línguas que usam mecanismos ingressivos, como igbo, por exemplo.
15

16
Introdução à Lingüística 11
As correntes de ar podem ser pulmonares, glotais ou velares. A corrente pulmonar é aquela que se inicia nos pulmões e é responsável, além da fonação, pelo ciclo respiratório. A corrente pulmonar egressiva é usada em todas as línguas. Exemplos de sons pulmonares egressivos são os utilizados no português. Segundo Clark e Yallop (1995), não há línguas que utilizem a corrente pulmonar ingressiva para a produção de sons distintivos (fonemas).
A corrente de ar glotal ou faringal usa o ar que está acima da glote fechada, e inicia a corrente de ar através do movimento da laringe para cima e para baixo. Os sons produzidos pela corrente glotal egressiva se dão quando são produzidos pelo movimento dos músculos da laringe para cima e são normalmente conhecidos como

ejetivos. Clark & Yallop (1995: 17) mostram como perceber a produção desses sons: respire fundo e segure o ar fechando a glote; diga então [p], [t], [k] sem abrir a glote, usando apenas o ar comprimido pela laringe. Os sons resultantes não são sons do português. Os sons produzidos pela corrente de ar glotal ingressiva são realizados pelo movimento dos músculos da laringe para baixo e são conhecidos como implosivos. De fato, a laringe, com a glote fechada, é puxada para baixo e a pressão do ar que está presa entre a laringe e outra oclusão no trato vocal fica rarefeita. Quando a oclusão do trato vocal é desfeita, o ar de fora do trato vocal entra de modo a equilibrar a pressão do ar de dentro do trato vocal.

A corrente de ar velar ou oral é produzida dentro da cavidade oral por meio do levantamento da parte posterior da língua, que entra em contato com o véu palatino fechando a parte posterior da cavidade oral e, na parte anterior, pelo fechamento dos lábios ou pelo contacto da língua com o céu da boca. A corrente de ar velar ingressiva é conhecida como clique. Novamente, um exemplo de clique de Clark & Yallop (1995:18) nos ajuda a entendê-lo: a língua esta 'colada' no céu da boca. Quando ela se move para baixo, a corrente de ar produz um som como aquele realizado para indicar desaprovação, representado como tsttst na linguagem escrita.

É possível também combinar os processos de produção da corrente de ar para a produção de sons, como por exemplo uma corrente pulmonar egressiva com uma corrente glotálica ingressiva. Neste caso, o que ocorre é que a laringe é puxada para baixo, criando uma corrente de ar glotálica ingressiva. Ao mesmo tempo uma corrente de ar pulmonar egressiva vai em direção às cordas vocais, apenas levemente fechadas, fazendo-as vibrar.

Resumindo, temos em (5) a combinação da fonte e da direção do ar, bem como exemplos de línguas que fazem uso fonológico (distintivo e combinatório) desse tipo de som (exemplos de Ladefoged & Maddieson 1996, Clark & Yallop 1992):

Fonética

(5)

INICIADOR DA CORRENTE DE AR DIREÇÃO DO AR LÍNGUAS QUE SE UTILIZAM

FONOLOGICAMENTE DESSES SONS

Pulmonar egressivo (plosivo) todas as línguas
imgressivo não há línguas conhecidas
glotal ou faringal egressivo (ejetivos) haussá, haida, uduk, wintu...
ingressivo (implosivo) igbo, sindhi, lendu, maidu...
velar ou oral egressivo não há línguas conhecidas
ingressivo (diques) nama, zulu, yei, dahalo, xhosa...
Por fim, deve-se ter em mente que o ar tem duas possibilidades de saída: pela boca (sons orais), pelo nariz (sons nasais) ou por ambos ao mesmo tempo (sons nasalizados). Para que o ar saia pela boca é necessário que o véu palatino esteja levantado, impedindo a saída do ar pela passagem naso-faringal. São sons orais, por exemplo, [b], [s], [a]. Quando a cavidade oral está fechada (quer nos lábios, quer nos dentes ou no palato) e o véu palatino está abaixado, permitindo que o ar passe pela passagem naso- faringal, temos os sons nasais (por exemplo, [n], [m]). Por fim, quando o véu palatino está abaixado e não há impedimento de saída de ar pela cavidade oral, temos os sons nasalizados (por exemplo [ã], [õ]).

7. Modos de fonação

Outro fator a ser considerado na produção dos sons é o modo de fonação. Laver (1994:184) define o termo fonação como "o uso do sistema laríngeo para gerar, com a ajuda da corrente de ar produzida pelo sistema respiratório, uma fonte audível de energia acústica que pode ser modificada pelas ações articulatórias do resto do aparelho vocal". Essas modificações são produzidas, principalmente, pelas cordas vocais. Em (6) está esquematizado um exemplo de passagem da corrente de ar (pulmonar de direção egressiva) pelas cordas vocais:
(6)
cordas vocais
~~~~
traquela ar ar
17

18
Introdução à Lingüística 11
~~~~

Em a) as cordas vocais estão fechadas, separando a traquéia da laringe. Em b) a pressão do ar vindo dos pulmões força as cordas vocais a se abrirem para que possa passar. Em c) as cordas vocais se reaproximam, encontrando-se novamente fechadas em d).

No entanto, deve-se ter em mente que o processo de abertura das cordas vocais é um contínuum. Ladefoged (1975) distingue quatro grandes modos de fonação, que variam de acordo com a tensão e a abertura das cordas vocais. Esses modos de fonação também são conhecidos como qualificadores de voz.

Uma possibilidade de produção de sons é com as cordas vocais separadas (como quando há somente a respiração), com a glote aberta, deixando a passagem do ar livre, sem vibrar as cordas vocais. Neste caso temos o modo de fonação desvozeado, que caracteriza os sons surdos. Por exemplo, em português, o [s], [f], [p]. Se colocarmos a mão ao redor da garganta (para os homens, na altura do pomo-de-adão), notaremos que não há vibração. Uma outra maneira de 'sentir' a vibração das cordas vocais é tampando as orelhas com as mãos enquanto se produz os sons (teste alternando f e v). Veja item a. da figura 7.

Por outro lado, mantendo a mão ao redor da garganta, se produzirmos [z], [v], [b], sentiremos a vibração provocada pela passagem do ar nas cordas vocais. É que, neste caso, as cordas vocais estão unidas e a glote fechada. A pressão do ar para passar pela abertura que está fechada faz as cordas vocais vibrarem (como vibra uma folha de papel quando a esticamos e as sopramos uma de suas bordas). Esse é o modo de fonação vozeado, que produz sons sonoros (veja figura 7b).

Pode ocorrer também de as cordas vocais estarem não muito abertas, de modo que uma grande porção de ar passe, mas as cordas vibrem. Há duas posições possíveis para isso ocorrer. Ou as cordas vocais estão abertas em um dos lados (figura 7c) ou estão com uma pequena abertura por toda sua extensão (figura 7d). Este é o modo de fonação conhecido como murmúrio (muitas vezes distinguem-se esses modos como murmúrio e sussurro, respectivamente).

Por fim, um quarto tipo de fonação é o rangeado, típico das vozes graves. Neste caso, as cordas vocais estão tão fechadas próximo às cartilagens aritenóides que só é possível haver vibração próximo à cartilagem cricóide (figura 7e). Davenport & Yallas (1998) exemplificam esse modo de fonação como aquele que se produz ao imitar o som de uma porta não-lubrificada fechando lentamente.

(7) ~/ tireóide

cricóide

a.

cordas vocais

b.

Fonética

8. Mecanismos de produção de segmentos consonantais e vocálicos

Uma primeira distinção que fazemos dos sons produzidos e que podem ser utilizados nas línguas é entre consoantes e vogais. Articulatoriamente, a diferença entre consoantes e vogais é que, para as consoantes, o ar é obstruído de alguma maneira, enquanto a passagem do ar é livre para as vogais. Se se produz [m], [t], [s], percebe-se que, no primeiro caso, há uma obstrução do ar nos lábios e o ar sai pelo nariz. No segundo caso, o ar é completamente obstruído por algum tempo nos dentes e depois é solto de uma vez. Para o [s], o ar não é obstruído na cavidade oral mas também não sai livremente. A língua deixa pouco espaço para o ar sair e este o faz numa espécie de fucção. Por outro lado, quando se produz [a], [i], [u], o ar sai livremente, não há nenhum articulador na cavidade oral que obstrua seu caminho.

8.1. As consoantes

As consoantes podem, então, ser classificadas pelo lugar ou ponto da obstrução do ar e pelo modo como o ar é obstruí do. Um terceiro fator de classificação das consoantes é a vibração das cordas vocais.
Vejamos inicialmente os pontos de articulação. Os pontos de articulação são denominados de acordo com os articuladores passivos (lábio superior, dentes, arcada alveolar, palato duro, véu palatino, parede posterior da faringe, úvula e glote), sendo estes os lugares em que os articuladores ativos (língua, maxilar inferior) obstruem a passagem de ar. Deve-se lembrar que o trato vocal é um continuum que está sendo dividido nos lugares de produção. Desse modo, não há pontos fixos para

a produção de sons. Por exemplo, o som [t] é produzido com a ponta da língua contra os alvéolos. Alguns falantes podem produzir esse som colocando a ponta da língua um pouco mais à frente, de modo a encostar também nos dentes superiores. Descrevemos abaixo os pontos de articulação, conforme são apresentados na tabela do alfabeto fonético da Associação Fonética Internacional (IPA). Na medida do possí
19

20
Introdução à Lingüística 11
vel, serão apresentados exemplos de palavras em português que utilizem esses sons. No entanto, alguns sons não são utilizados no sistema fonológico do português e, neste caso, os exemplos serão apenas de outras línguas.
a. bilabial: diga pata, bata, mata. O primeiro som de cada uma dessas palavras é produzido pela obstrução do ar pelos dois lábios. Os sons bilabiais são produzidos pelo fechamento ou estreitamento do espaço entre os lábios.
b. labiodental: há sons que são produzidos pela obstrução parcial da corrente de ar entre o lábio inferior e os dentes superiores. É, por exemplo, o caso dos primeiros sons das palavras faca, vaca.
c. dental: são os sons produzidos com a ponta da língua contra a parte de trás dos dentes superiores ou com a ponta da língua entre os dentes. É o caso do primeiro som do the do inglês.
d. alveolar: diga data, NASA, Lara. Nesses casos, os dois sons consonantais
são produzidos com a ponta ou a lâmina da língua contra a arcada alveolar.
e. palato-alveolar: são sons também conhecidos como pós-alveolares ou alvéolo-palatais, pois são produzidos com a lâmina da língua contra a parte anterior do palato duro, logo após os alvéolos. São exemplos de sons palato-alveolares os primeiros sons de chave, jaca. Também são palato-alveolares os primeiros sons de tia e dia do dialeto carioca.
f. retroflexa: são os sons produzidos pela ponta da língua levantada e voltada para trás, de modo que a parte de baixo da língua (sub-lâmina) fique voltada em direção ao palato duro. É exemplo de som retroflexo o 'r' caipira em par, por exemplo.
g. palatal: diga calha, sanha. O segundo som consonantal de ambas as

palavras é produzido com o centro da língua contra o palato duro.

h. velar: ao dizer cata, gata, o primeiro som é produzido pelo dorso da língua contra o véu palatino. Também é exemplo de som velar o som nasal em angu.

i. uvular: sons uvulares são aqueles produzidos pelo dorso da língua contra o véu palatino e a úvula. Por exemplo, o orra (de orra, meu) produzido por alguns dialetos paulistas.

j. faringal: são os sons produzidos pela raiz da língua contra a parede posterior da faringe. Um exemplo de som faringal é aquele som grave produzido quando 'limpamos a garganta'. Os sons faringais não são tão comuns nas línguas. Um exemplo de língua que se utiliza dos sons faringais é árabe. Trata-se, por exemplo, dos primeiros sons consonantais de ewada 'oásis' e damaemam 'banho'.

Fonética

k. glotal: são os sons produzidos pelas cordas vocais. É exemplo de som glotálico o 'r' produzido em Belo Horizonte para carro e rua.

A distinção dos pontos de articulação auxilia na descrição dos sons, mas não é suficiente, pois, por exemplo, classifica como do mesmo grupo os sons consonantais em data, NASA, Lara. Repetindo essas palavras, pode-se perceber que esses sons, embora iguais quanto ao ponto de articulação, são diferentes no que se refere à maneira como a corrente de ar sai, ou seja, o modo de articulação. Dessa forma, o modo de articulação também é importante para a descrição dos sons consonantais. São 8 os modos de articulação:

a. oclusivo: é o som produzido pelo fechamento completo dos articuladores na cavidade oral de modo que o ar não possa escapar. O véu palatino também se encontra levantado, de modo que o ar não pode escapar pela cavidade nasal. Quando os articuladores se abrem, a corrente de ar sai como numa explosão (por isso, esses sons também são conhecidos como plosivos). São exemplos de sons oclusivos os sons consonantais em cata, gaba.

b. nasal: nos sons nasais, os articuladores da cavidade oral estão fechados, impedindo a passagem do ar. No entanto, o véu palatino está abaixado, permitindo que o ar escape pela cavidade nasal. Os sons consonantais em manhã e Ana são sons nasais.

c. vibrante: o som produzido quando o articulador ativo bate várias e rápidas vezes no articulador passivo. Um exemplo é quando a ponta da língua bate várias vezes nos alvéolos. Por exemplo, em italiano o segundo som consonantal de carro e o primeiro de rana (rã). Também é encontrada no português europeu, para o primeiro som de rata.
d. tepe: é também conhecido como flepe ou vibrante simples. Trata-se do som produzido pela batida rápida e única do articulador ativo no articulador passivo. Por exemplo, o segundo som consonantal em fora e fraca.
e. fricativo: são os sons produzidos por uma aproximação dos articuladores, estreitando o trato vocal de modo que o ar sai produzindo fricção. Exemplos de sons fricativos são os sons consonantais de fava, sã e chave.
f. fricativo-lateral: são os sons em que a corrente de ar é obstruída no centro da parte anterior da cavidade oral fazendo com que o ar escape pelos lados. O estreitamento do aparelho fonador faz com que o ar que escapa saia produzindo fricção. Em inglês, é o segmento que normalmente ocorre em final de palavra, comol em fill, ou antes de uma consoante, como em filmo
g. aproximante: são os sons produzidos por um estreitamento menor da cavidade oral, de modo que a corrente de ar sai mais livremente, sem a turbulência provocada nas fricativas. Como a passagem de ar é estreita
21

22
Introdução à Lingüística 11
e livre, algumas aproximantes parecem vogais. É exemplo desse tipo de aproximante o segundo som do ditongo cai. No inglês falado na Califómia, é o segundo som de SOlTOW. A discussão sobre esses sons será retomada quando se discutir as vogais.
h. aproximante-latera1: são os sons em que a corrente de ar é obstruí da no centro da parte anterior da cavidade oral pela língua, mas o ar escapa pelas laterais sem causar fricção, e por isso são aproximantes (ao contrário das fricativas laterais, que têm fricção). É o caso do segundo som em calha e cala, por exemplo.
xxx
Além desses modos de produção, cumpre descrever um outro, muito comum na

literatura: as africadas. Elas são mais bem entendidas se analisamos que há dois modos de articulação envolvidos na produção desses sons. Inicialmente há uma obstrução completa dos articuladores e o véu palatino está levantado, impedindo a saída de ar pela cavidade nasal. Quando a corrente de ar é solta, ela não o é totalmente, os articuladores continuam próximos, fazendo com que a corrente de ar saia causando fricção. É como se tivéssemos uma oclusiva seguida de uma fricativa. Dizemos tratar-se de uma afticada porque o ponto de articulação é o mesmo. São exemplos de africadas os primeiros sons de tia e dia do dialeto carioca. Voltando aos exemplos data, NASA, Lara. Usemos, ainda, a notação ortográfica. Todos esses sons consonantais são alveolares. Pode-se dizer que [d] e [t] são oclusivos, [n] é nasal, [s] é fricativa, [l] é aproximante-lateral e [f] é um tepe. Assim, graças à descrição do modo de articulação, subdividimos esses sons em cinco grupos. No entanto, ainda não é suficiente para uma descrição precisa de cada som, pois
[d] e [t] são ambos oclusivos alveolares. Um terceiro fator deve ser levado em conta na descrição dos sons. Esse fator é a sonoridade ou vozeamento, isto é, a vibração ou não das cordas vocais. Quando as cordas vibram, temos os sons sonoros - como os sons consonantais de gado, banha e janela. Quando as cordas vocais não vibram, os sons são surdos - como os sons consonantais de pata, caça e chapa.

8.2. As vogais

As vogais, como já foi dito, são caracterizadas pela passagem relativamente mais livre do ar. Assim, não se pode classificá-las por ponto e modo de articulação (que significam o local onde o ar é obstruído e a maneira como ele o é). Os sons vocálicos (aqui vocálicos está sendo usado para identificar os sons das vogais em oposição às consoantes) são sons produzidos por uma corrente de ar pulmonar egressiva que faz vibrar as cordas vocais normalmente. O que varia nos sons vocálicos é a forma e o tamanho do trato vocal. No entanto, não é possível demarcar pontos onde esses sons são produzidos. Os sons vocálicos dependerão de três fa

tores: a altura do corpo da língua, posição anterior ou posterior da língua e o grau de arredondamento dos lábios.

A altura do corpo da língua diz respeito à altura que a língua ocupa no trato vocal durante a produção de um som. Quando se diz pi, pe, pé, pa nota-se que a língua vai baixando no trato vocal. Assim, o espaço vertical na cavidade oral para o escape de ar em [a] é maior do que em [i]. São quatro os graus de altura da língua:

a. alto: são os sons em que a língua está mais alta e, portanto, o trato vocal está mais fechado para o escape do ar. Por isso esses sons também são conhecidos como fechados. São exemplos de sons vocálicos altos os primeiros sons vocálicos em chita e chuta.

b. médio-alto: também conhecido como meio-fechado. Se assumirmos que podemos dividir a altura do corpo da língua em quatro graus, esses sons não são tão fechados. É, por exemplo, o caso dos primeiros sons vocálicos de pêra e poço.

c. médio-baixo: novamente, se pensarmos na divisão em quatro graus, trata-se do terceiro nível de abertura. É também conhecido como meioaberto. Os primeiros sons vocálicos de peça e posso são exemplos de sons vocálicos médio-baixos.

d. baixo: é o maior grau de abertura vertical, em que a língua se encontra mais baixa. É também conhecido como aberto. É exemplo de som vocálico baixo o primeiro som vocálico de casa.

Como é possível observar, somente a altura não é suficiente para a classificação dos sons vocálicos, pois não distingue os sons [i] e [u], ambos altos. Quando esses sons são pronunciados, percebe-se que há duas diferenças entre eles: a posição da língua e o arredondamento dos lábios.

A posição da língua é conhecida como o eixo horizontal da área vocálica, isso porque diz respeito à movimentação da língua para frente (anterior) ou para trás (posterior), o que altera a cavidade oral. São três as posições da língua:

a. anterior: a língua está projetada em direção dos lábios. São exemplos de sons anteriores os sons vocálicos de casa, café e teste.

b. central: a língua está em posição neutra, nem projetada para a frente, nem retraída. Por exemplo, o som vocálico de the do inglês, e a primeira vogal de cama.

c. posterior: a língua está mais 'retraída', em direção à faringe. São exem plos de sons posteriores os primeiros sons vocálicos de posso, poço e tu.

Por fim, o último aspecto a ser considerado na produção dos sons é o arredondamento dos lábios. Como foi dito, [i] e [u] não diferem apenas em relação àposição

do corpo da língua mas também quanto ao arredondamento: [u] é produzi
23

24

do com os lábios arredondados, enquanto que em [i] os lábios estão estendidos, não-arredondados. São essas as duas formas de protusão labial:
a. arredondados: por exemplo, os sons vocálicos em ovo, urso e mostro.
b. não-arredondados: por exemplo, os sons vocálicos em Ivete e Eva.
Embora no sistema do português os sons posteriores sejam arredondados e
os anteriores não-arredondados, é possível a produção de sons posteriores não-arredondados e anteriores arredondados. Diga o e tente não-arredondar os lábios. Diga i arredondando os lábios (trata-se de um som utilizado no sistema do francês, como em deux e Saussure).
Se cruzarmos todos os aspectos em questão, deveríamos encontrar 24 sons vocálicos (4 alturas x 3 posições x 2 arredondamentos). Devemos também lembrar, no entanto, que essas posições, essas alturas não são pontos fixos. Quando se diz ovo, os dois segmentos vocálicos não são iguais. O primeiro deles é um pouco mais baixo do que o segundo e a língua não é tão retraída. No entanto, não podemos dizer que este seja um [u] como em uva. O mesmo pode ser dito para os segmentos vocálicos de dele. O segundo som vocálico não é tão baixo nem anterior como no primeiro, mas também não é alto como [i] em Ivo.
8.2.1 Os glides
Quando foram apresentados os modos de articulação das consoantes, dissese que as aproximantes, por serem caracterizadas pela saída de ar mais livre e sem turbulência, muitas vezes parecem vogais. Na ortografia, são descritos em português como a segunda vogal em cai e mau. Inicialmente deve-se chamar a atenção que nem todo aproximante parece-se com uma vogal (veja o exemplo em 8.1 para aproximante).
A distinção entre essas aproximantes que parecem vogais (conhecidas como glides ou semi-vogais) é muito mais fonológica do que fonética. Foneticamente, esses sons se caracterizam por permitirem a passagem do ar sem obstrução e sem fricção, com ressonância no centro do trato vocal (ao invés das laterais) e por terem

um espaço vertical para a passagem do ar mais estreito do que as vogais a que são associados (como em xixi e urubu). Fonologicamente, essas aproximantes se comportam como consoantes, isto é, não preenchem posições de núcleo da sílaba e nunca são acentuadas. Em português temos a aproximante palatal (em CaI) e a aproximante lábio-velar (em mau). Em inglês, tem-se essas aproximantes em yes e wet. Em Francês, ocorre a aproximante lábio-palatal vozeada em lui ('ele').

Fonética

8.3. O aparelho vocal e os sons consonantais e vocálicos

Se observarmos o aparelho vocal e os aspectos que são considerados tanto na
produção dos sons vocálicos quanto dos consonantais, temos o seguinte, em (8):

(8)

A parte rachurada do desenho indica o local de produção das vogais. É possível observar uma correlação entre as vogais anteriores e as consoantes produzidas na região dos sons palatais. Do mesmo modo, as vogais posteriores estão na mesma zona do que os sons consonantais produzidos pelo ponto de articulação velar.

9. Alfabeto Fonético Internacional

Uma pergunta que normalmente as pessoas se fazem é: por que usar, para representar os sons nos estudos de fonética, um alfabeto diferente do alfabeto que usamos para escrever? A resposta é simples. Uma vez que a fonética lida com a substância da expressão, deve-se tentar registrá-la o mais fielmente possível. São várias as razões para utilizarmos um alfabeto diferente do alfabeto ortográfico.

Em primeiro lugar, qualquer pessoa já deparou com problemas ortográficos do tipo: haja tem ou não 'h'? jiló é com 'g' ou 'j'? As crianças, que estão aprendendo a grafia, escrevem xícara com ch, exame com z, malha com lia. Isso ocorre porque, na ortografia, um som não necessariamente corresponde a uma letra. Vejamos: a letra x tem diferentes pronúncias (exame, xícara), o s pode ser como em sapo ou em asa. Por outro lado, assim como temos uma letra que corresponde a mais de um som, um som pode corresponder a mais de uma letra. Por exemplo, o

25

26

primeiro som da palavra zebra pode ser grafado como z (zéfiro), s (mesa) ou x (exame). O primeiro som da palavra rato ora é grafado com um r(rio), ora com rr (carro); o primeiro som de sapo é escrito ortograficamente como s (seis), ss (passa), ç (caça), x (auxílio). Por fim, há muitos casos em que se usa uma combinação de letras para indicar um determinado som (por exemplo, 00, lh, ch), em que uma única letra que representa mais de um som (x para sexo) e em que se utilizam letras que não têm correspondente sonoro algum (por exemplo, o h em hospital).

Uma outra razão para a utilização de um alfabeto fonético é que, ao operar com a substância da expressão, temos que tentar ser o mais fiel possível a essa realidade. O alfabeto ortográfico já é uma abstração. Ninguém escreve como fala. A palavra porta é grafada igualmente por cariocas, piracicabanos e gaúchos; no entanto, cada um pronuncia esse r de maneira diferente. Essa abstração é importante para a uniformização e o entendimento (preocupação com o conteúdo), mas, se a preocupação é com a expressão, deve-se tentar identificar cada som diferente.

É por isso que se faz uso de um alfabeto fonético, que visa a notar mais precisamente cada som. Por exemplo, como foi mostrado na discussão sobre as vogais, a segunda vogal de ovo não é igual à primeira, assemelha-se a um [u], mas também não é como a primeira vogal de uva. Essa segunda vogal de ovo é mais central do que a vogal [u] e um pouco mais alta do que a vogal [o]. Há um símbolo único para descrever esse som: [u]. A mesma coisa ocorre com a segunda vogal de sete. Ela não é baixa como um [e] nem é tão alta e anterior como um [i]. Seu símbolo é o [I]. No caso dos ditongos, a posição da vogal não acentuada leva os estudiosos a analisá-las como aproximantes, e por isso tem-se seu [sew] e muito ['muj.to].

Toda essa preocupação em descrever cada som não significa que, mesmo neste tipo de alfabeto, não haja uma generalização dos sons. Por exemplo, usa-se o [t] para notar o primeiro som da palavra tacape e [tI] para grafar o primeiro som de tia. No entanto, pode ocorrer de certas pessoas produzirem o [t] colocando a ponta da língua entre os dentes e alvéolos, como o fazem os gaúchos. Neste caso, acrescenta-se um diacrítico [!] para marcar a posição, se o intuito for uma transcrição mais detalllilda, ou simplesmente se usa [t], caso uma descrição mais geral seja suficiente. Os diacríticos servem também para marcar outros fenômenos en-

volvidos na produção de sons. Por exemplo, quando sussurramos uma palavra como tendência, o [d], que é sonoro, é produzido desvozeado. Para marcar esse desvozeamento, usa-se um outro diacrítico junto com o símbolo [ç].
Em (9) abaixo, encontra-se a tabela fonética internacional (IPA) com a revisão de 1993 e atualização de 1996. A tabela é organizada de acordo com os traços envolvidos na produção dos sons, isto é, para as consoantes, leva-se em conta o modo de produção, o lugar de produção e a vibração ou não das cordas vocais (surdas ou sonoras). Para as vogais, leva-se em conta o grau de abertura, o grau de arredondamento dos lábios e a posição relativa da língua na boca. Na seção (9) foi apresentada a descrição desses traços com alguns exemplos; na tabe

Fonética

la abaixo encontram-se os símbolos correspondentes aos sons que são produzidos pela conjunção dos traços. Note que alguns dos sons discutidos estão anotados sob 'outros símbolos' .

(9) O Alfabeto Fonético Internacional (adaptado de Silva 1999)

Con_nles (mecanismo de corrente de ar pulmonar)

bilabi.1 lâbio-dental dental I alveolar IJ'ÓS"alveolar .....,flexa
palatal v.1ar uvuJar farinI!>I glutal

Oclusiva P b t d t q c
f k 9 q G I ? I

Nasal m 11] n I1. JI
IJ N

Vibtanl<: B r
R

T.pe (ou flepe) r t

Fricativa <I> ti f v a õ 18 z II 3 f; " ç
I x y x y h h li

Frical;vala.".1 i B

Aproximanl<: U I -I.
j Uj

Aprox. lateral I 1

não silábica e .raiz da lingua avançada e
.
. roticização a-a- raiz da língua retraida F
27

28
Introdução à Lingüística 11
Exercícios
(alguns dos exercícios foram adaptados de Davenport & Hannahs 1998)
1. Dê cinco exemplos de palavras que têm mais sons do que letras e outros cinco exemplos de palavras que são grafadas com mais letras do que sons. Por exemplo, hoteltem cinco letras (h-o-t-e-l) e quatro sons [O.ltEW].
2. Considerando os seguintes dados de uma língua hipotética, faça um quadro fonético dos sons dessa língua registrando-os de acordo com os seguintes critérios de classificação: para as consoantes, ponto de articulação, modo de articulação e sonoridade; para as vogais, grau de abertura, posição do ponto de constrição má-ximo e presença de arredondamento dos lábios.
a. [sallJa] 'homem'
b. [eca] 'raiz'
c. [tallJza] 'flor'
d. [tatsa] 'pó'
e. [ece] 'árvore'
3. Escreva ortograficamente as seguintes palavras do português, aqui transcritas foneticamente:
f. [esa] 'folha'
g. [zama] 'semente' h. [tadza] 'galho' i. [csallJa] 'pétala'
a. [d3I.'seJ-:tSI] b. [XES.'tfw.gu] c. [frã.ki.'ah] d. [i.bru.'Áa.du] e. [IOW.SU]
f. ['sE.d3I]
g. [bJ,lkoj.tu]
h. [pex.se.gL'do.fIS] i. [se.'gLrt9]
j. [z'bEW.tU]
4. Circule o símbolo adequado à transcrição fonética mcativa labiodental surda.
a. [s] c. [v]

b. [t] d. [x]
5. O símbolo fonético para uma oclusiva bilabial sonora é_. 6. Qual a descrição correta para o som [v]?
a. Fricativa bilabial vozeada
b. Africada labiodental desvozeada c. Fricativa labiodental vozeada d. Fricativa dental desvozeada

Fonética
7. Qual a descrição correta para o som [u]?
a. vogal alta anterior arredondada
b. vogal média posterior não-arredondada c. vogal alta posterior arredondada
d. vogal baixa anterior arredondada
8. Escreva o símbolo fonético para cada urna das descrições articulatórias.
a. vogal média-baixa anterior não-arredondada = b. oclusiva bilabial vozeada =
c. nasal alveolar =
9. Transcreva ortograficamente as palavras transcritas foneticamente e, depois, transcreva foneticamente as transcritas ortograficamente.
a. [oxo1rozu] b. ['õwtej] c. [ejg~'Sadu] d. [d3ia'ristu] e. [am~j1~] f. [kõwldadu] g. [bu'SeSu] h. [d3is'tSinu] i. [~'miÁa] j. [Islteru]
k. pergaminho 1. milharal
m. porco n. trabalhar
o. vareta p. cinto q. nadar r. altitude
s. queIJo
t. amarrado
10. Em cada uma das palavras abaixo há um som grifado. Transcreva-as fonetica-mente e diga, para cada par de palavras, qual a diferença entre os sons grifados. Por exemplo, entre pata e bata, que foneticamente são transcritas como ['pa.tu] e [Iba.tu], a diferença está no vozeamento.
a. pasta / rasga b. cabelo / camelo c. bago / gago
d. cama / cana
g. caça / casa h. sonho / sono i. sal/seu
j. calo / caro
e. pó / pé

f. velha / vela

29

30

Introdução à Lingüística 11

11. Identifique a diferença na articulação entre os grupos de sons. Por exemplo, [f 8 são fricativas e [Ã L] são aproximantes.

a. [k 9 p] vs [8ôx]

b. [(E 0 o] vs [e ai]

c. [p <I>] vs [3 Ã]

d. [li i] vs [a a]

e. [n I r] vs [txs]

f.[pbm] vs [tdn]

g. [y u u :)] vs [i E ;:)<I:]

Bibliografia

CLARK, J. & C. YALLOP (1992). An Introduction to Phonetics and Phonology Blackwell Publishers, Oxford COUPER-KUHLEN, E. (1986). An Introduction to English Prosody. Edward Arnold Publishers, London DAVENPORT, M. & S. J. HANNAHS (1998). Introducing Phonetics & Phonology. Amold ed., London

HJELMSLV, L. (1973). Prolegãmenos a uma teoria da linguagem. Perspectiva, São Paulo

KARNOPP, L. (1999). Aquisição fonológica na língua brasileira de sinais: estudo longitudinal de uma crian\

surda. Tese de doutorado não publicada. PUCRS, Porto Alegre

LADEFOGED, P. (1975). A Course in Phonetics. Harcourt Brace Jovanovich Inc., New York

LADEFOGED, P & 1. MADDIESON (1996). The Sounds of the World' s Languages. Blackwell Publishers, Oxford LAVER, J. (1994). Principles ofPhonetics. Cambridge University Press, Cambridge

Sugestão de leitura

CAGLIARI, L.c. & G. MASSINI-CAGLIARI (2001). 'Fonética'. InMussALIN & BENTES (ed

Introdução à Lingüística I: domínios e fronteiras. Cortez Ed., São Paulo Neste artigo

os autores apresentam os conceitos básicos da fonética articulatória acústica, discutindo aspectos segmentais e supra-segmentais.

DAVENPORT, M. & S. J. HANNAHS (1998). Introducing Phonetics & Phonolog~ Amold ed., London

Este livro, além de discutir os princípios da fonética e fonologia, traz exercícic para cada tópico tratado.

KARNOPP, L. (1999). Aquisição [onológica na língua brasileira de sinais: estuo longitudinal de uma criança surda. Tese de doutorado não publicada. PUC RS, Porto Alegre

Trata-se de uma tese que discute a aqui,sição da fonologia da língua de sina brasileira.

Fonética

LADEFOGED, P. (1975). A course in Phonetics. Harcourt Brace Jovanovich Inc., New York

É difícil falar de fonética sem falar de Ladefoged. Trata-se de um livro texto, introdutório, mas que trata com mais atenção do inglês. Há, no entanto, discussão sobre outras línguas e exercícios no final dos capítulos.

MAIA, E. M. (1999). No reino da fala. 4". edição. ed. Ática, São Paulo

A autora discute os princípios da fonética, tanto articulatória quanto acústica, de maneira clara e didática.

SILVA, T. C. (1999). Fonética e Fonologia do Português - roteiro de estudos e guia de exercícios. ed. Contexto, São Paulo

A autora discute os aspectos fonéticos e fonológicos do português brasileiro, trazendo também exercícios ao final de cada capítulo. Os livros da segunda edição vêm acompanhados por um cd com a gravação dos sons da tabela IPA.

http://www.upmc.edu/upmcvoice

Este site da Universidade de Pitsburgh (EUA) traz um conteúdo bem organizado sobre a anatomia do aparelho vocal. É possível ver fotos e vídeos da movimentação das pregas vocais na produção do som.

http://www. sil. org

Neste site é possível fazer o download das fontes do Alfabeto Fonético Internacional. É também possível ouvir os sons representados (basta clicar no

símbolo que se quer).
31

Fonologia

Paulo Chagas de Souza Raquel Santana- Santos

- A propósito, o que houve com o bebê? - disse o Gato. - Quase ia me esquecendo
de perguntar.
- Transformou-se num leitão - respondeu Alice tranqüilamente, como se o Gato
tivesse voltado de modo natural.
- Era o que eu pensava - disse o Gato, e esvaneceu-se outra vez.
Alice esperou mais um pouco, na expectativa de vê-lo ainda, mas ele não apareceu.
Depois de algum tempo caminhou na direção onde morava a Lebre de Março. "Já vi chapeleiros antes" - ela pensou. - A Lebre de Março deve ser ainda mais interessante, e depois, como estamos em maio, talvez ela não esteja delirando ... pelo menos não estará tão louca quanto em março." Enquanto murmurava isso, levantou a vista e
lá estava o gato outra vez, sentado num galho de árvore.
- Você disse "leitão" ou "letão"?
- Eu disse "leitão" - respondeu Alice, acrescentando: - Gostaria que você não
aparecesse ou sumisse tão de repente.

Lewis Carroll. Alice no País das Maravilhas.

1. Aspectos segmentais e supra-segmentais

Como vimos no capítulo anterior, os sons podem se distinguir uns dos outros por propriedades que detectamos em cada um deles ou por propriedades que só podemos detectar sintagmaticamente. Entre as primeiras se encontram o modo de articulação, os articuladores que o produzem (ativo e passivo). Entre as que somente são detectadas sintagmaticamente, temos o fato de um som ser prolonga-

do ou não, ser agudo ou grave (correspondentes respectivamente na linguagem cotidiana a sons mais finos ou mais grossos). As primeiras são as propriedades segmentais e as demais são as propriedades supra-segmentais.
Entre as propriedades supra-segmentais encontramos o acento e os tons. O acento, familiar a nós falantes de português, pode ser manifestado por qualquer um dos três tipos de propriedades acústicas vistas no capítulo anterior (altura, intensidade e duração), ou por uma combinação de mais de um tipo dessas propriedades. Os tons se relacionam basicamente à altura do som (no sentido de ser um som relativamente agudo ou relativamente grave).
Ambos os tipos de propriedades supra-segmentais podem ter a importante função de distinguir itens lexicais. Numa língua como o português, o acento pode ter uma função distintiva. Assim, em palavras como sábia, sabia e sabiá, a acentuação distingue o significado delas.

Em outras línguas, são os tons que distinguem significado e não a acentuação. É como se caju, pronunciado com entoação descendente, e caju?, que tem entoação ascendente, em vez de serem a mesma palavra utilizada como asserção e como interrogação, pudessem apresentar significados distintos. Se adotarmos a convenção de utilizar o acento agudo para indicar um tom alto e o acento grave para indicar um tom baixo, essas duas formas de pronunciar a palavra caju poderiam ser representadas, respectivamente, por cáju e càjú.
Como exemplo de língua que usa os tons distintivamente, temos o japonês. Simplificando um pouco e adotando a mesma convenção do parágrafo anterior, temos em japonês pares de palavras como háshi e hàshÍ, em que o primeiro significa 'palitinhos usados para comer' e o outro significa 'ponte'. Outro exemplo éo par Ímà 'agora' e imá 'quarto'. Embora esses dois tipos de propriedades supra-segmentais sejam extremamente importantes no estudo da fonologia das línguas naturais, por questão de espaço, eles serão deixados de lado aqui neste capítulo, que é uma introdução à análise fonológica.
Assim como foi feito no capítulo anterior, portanto, neste também o foco estará nas propriedades segmentais da cadeia sonora.

2. Unidade de estudo: o fonema

Uma afirmação fundamental de Saussure em relação à lingüística e ao seu objeto é a de que "o ponto de vista cria o objeto" (CLG 1969: 15). O que isso quer dizer é que maneiras diversas de estudar um mesmo objeto, por conter perguntas diferentes com relação a ele, nos levarão a obter visões diversas desse objeto. Podemos aplicar isso com relação aos sons utilizados nas línguas naturais. Mantendo constante o nosso objeto do estudo, os sons nas línguas naturais, podemos fazer indagações bastante diversas quanto a sua natureza, e assim, o quadro que teremos dos sons poderá nos revelar propriedades bastante distintas a respeito deles.

Embora este capítulo e o anterior tenham em comum o tipo de características da cadeia sonora que será enfocado, seus aspectos segmentais, a forma de abordar esses aspectos difere de maneira significativa de um para outro. No capítulo anterior, estudamos os sons de uma perspectiva fonética, ou seja, privilegiando as características fisicas e fisiológicas envolvidas em sua produção. Neste, o ponto de vista será outro.

Como a língua é um sistema de signos, embora possamos em princípio estudar os significantes por si sós (enfocando apenas suas propriedades fisicas, por exemplo), o estudo das relações existentes entre o significante e o significado, ou entre o plano da expressão e o plano do conteúdo, apresenta um caráter mais marcadamente lingüísti
co, pois toca na relação fundamental dos sistemas lingüísticos, a função semiótica. Assim, os sons não são vistos apenas como sons em si mesmos, mas em termos das
relações que estabelecem entre si e das relações que os unem ao plano do conteúdo.

Fonologia

Essa relação está na base da análise vista no primeiro volume, feita por Martinet, segundo a qual a língua é caracterizada como sendo dotada da chamada dupla articulação, isto é, da possibilidade de a sua cadeia sonora ser decomposta de duas maneiras distintas. Como foi visto, a primeira forma de decomposição de um enunciado chega às suas menores unidades dotadas de significado, os morfemas.

Esse tipo de análise será feito no capítulo que trata da morfologia. Já a segunda forma de decomposição de um enunciado chega aos fonemas, as suas menores unidades linearmente segmentáveis, não dotadas de significado, mas que permitem a distinção de significado. Esse tipo de análise será feito neste capítulo.

Voltando brevemente ao ponto de vista adotado no capítulo anterior, podemos estudar os sons de uma língua natural de uma forma mais concreta, observando inicialmente apenas quais são os sons ou fones que ocorrem nessa língua. Digamos que seja feito um levantamento dos sons oclusivos produzidos numa determinada língua e se observe que essa língua apresenta os sons [p, b; t, d; k, g]. Podemos afirmar por enquanto que essa língua apresenta seis fones oclusivos, três surdos e três sonoros. O simples fato de apresentar esses sons nas diversas manifestações da cadeia sonora, no entanto, não nos indica como funcionam esses sons no interior da língua em questão. Qual será, então, a rede de relações existente entre esses sons dentro dessa língua específica?

Uma possibilidade bastante comum, que é a que se verifica no português, é a de que cada um dos fones desses pares separados por ponto e vírgula possa ser utilizado para distinguir significado entre si. Comparando pares de palavras como par e bar, tom e dom, e cola e gola, verificamos que, em cada um deles, o fato de trocarmos a consoante oclusiva surda inicial pela sonora com o mesmo ponto de articulação produz uma alteração de significado. Podemos dizer que, numa língua desse tipo, além de conterem fones diferentes, cada um dos pares [p, b], [t, d] e [k, g] contém realizações de dois fonemas diferentes. A outra possibilidade é a de esses três pares de sons não poderem distinguir significado na língua em questão. Em campa, uma língua falada no Peru, encontramos exemplos como os seguintes: a palavra 'ar' apresenta as formas ['tampia] e ['tambia], e a palavra 'feijão' apresenta as formas [ma'tSaki] e [ma'tSagi]. Em ambas as palavras a troca de uma oclusiva surda por uma sonora e vice-versa não provoca alteração de significado, ou seja, essa variação não é distintiva. Se não houver nessa língua nenhum caso em que ela distinga significado, diremos que pares como [P] e [b], por exemplo, não são constituídos de dois fonemas distintos.

Vejamos um exemplo que compara a situação do português do Brasil com outra língua próxima, o italiano. Se obsérvamos as palavras que são grafadas com ti, percebemos que há diferença de pronúncia de certas regiões para outras do Brasil.

Na cidade de São Paulo e no Rio de Janeiro, por exemplo, predomina a pronúncia q~e normalmente grafaríamos tchi, mas que em transcrição fonética seria [tSi] ou [tSi]. O som produzido antes de [i] não é o mesmo produzido antes de [a, e, E, J, o, u]. Mas regiões como o estado de Pemambuco, por exemplo, têm
35

36
Introdução à Lingüística 11
como pronúncia mais comum aquela em que o som [t] ocorre antes de qualquer vogal, inclusive antes de [i]. Ou seja, esse é o som que nós transcreveríamos como [t] em todas as situações.
Se compararmos a situação encontrada no português com a encontrada em italiano, por exemplo, veremos que elas são diferentes. Circunscrevendo a nossa observação aos sons [t, tS, d, d3], a princípio pode parecer que o funcionamento desse conjunto de sons é igual nas duas línguas. Todos os quatro ocorrem em português e em italiano, como vemos nos exemplos a seguir:
Português:
direto [d3i'rEtu]	dois ['dOIs]	tigre ['tSign]	ator [altor]
Italiano:
cinema ['tSinema]	testa ['tESta] titolo ['titolo]	cielo ['tSdo]
dire ['dire]	giusto [' d3usto]	gente ['d3ente]
Apesar dessa semelhança em termos mais superficiais, a de os sons simplesmente ocorrerem ou não na língua em análise, há uma diferença importante: em italiano encontramos pares como tintura [tin'tura] 'tinta' e cintura [tSin1tura] 'cinto', por um lado, e adire [a'dire] 'comparecer' e agire [a'd3ire] 'agir', por outro. Isso nos indica que nos pares [t, tJ] e [d, d3] temos distinção de significado, portanto, esses sons são fonemas diferentes em italiano. Podemos assinalar esse fato nos referindo aos fonemas ItJ, Id!, ItJI e Id3I. Observem que distinguimos os fones, que são transcritos entre colchetes [...], dos fonemas, que são transcritos entre barras I...!. Assim, em português, [t, tJ] não são fonemas diferentes, são realizações distintas do mesmo fonema. A mesma coisa ocorre com [d, d3].
Em suma: dois sons diferentes mas materialmente semelhantes podem funcionar como se fossem o mesmo elemento ou como se fossem elementos diferentes. É o

que Saussure tinha em mente quando elaborou o conceito de valor, que é algo relativo a cada sistema lingüístico. O mesmo som encontrado em sistemas lingüísticos distintos pode apresentar valores diferentes, dependendo de suas relações com os demais elementos existentes. Assim, o valor de um elemento não é apenas aquilo que é, mas também aquilo que ele não é, ou seja, a quais outros elementos ele é igual e de que outros elementos ele é diferente.

3. Alofones

Como vimos na última seção, pode acontecer de dois sons pertencerem ao mesmo fonema, ou serem realizações do mesmo fonema. As diferentes realizações de um determinado fonema são denominadas seus alofones. O fonema Ia/, por exemplo, tem pelo menos três realizações diferentes em português. Em sílabas

tônicas ele é pronunciado como [a], ou seja, com a cavidade oral apresentando seu grau máximo de abertura. É o que ocorre em pá, caso e ávido. Em sílabas átonas finais, o mesmo fonema Ia! se apresenta com um grau um pouco menor de abertura, o que é transcrito como [u]. Embora essa diferença não seja óbvia à primeira vista, basta prestar atenção na pronúncia de palavras como fala e casa. A vogal da sílaba tônica apresenta um grau de abertura maior do que o da sílaba átona final. Uma última realização do mesmo fonema Ia! é a que encontramos quando ele é nasalizado. Tanto em palavras como lã, como em palavras como cama, o Ia! tônico é realizado com um grau de abertura menor do que o do [a] tônico oral. Essa realização do fonema Ia! pode ser transcrita como [~], embora se encontre na literatura notações como [~], [3] ou mesmo [ã], sendo que esta última parece a mais inadequada. Para chegarmos a uma conclusão sobre o estatuto desses sons dentro do sistema fonológico do português, é importante observarmos que a troca de um pelo outro não produziria mudança de significado. No máximo produziria realizações estranhas, não utilizadas pelos falantes, como ['kame], com [a] oral e com abertura máxima em sílaba tônica precedendo uma consoante nasal.

Cada realização distinta de um determinado fonema recebe o nome de alofone. Portanto, na discussão do parágrafo anterior, fizemos referência a três alofones distintos do fonema Ia!.

Todo fonema pode em princípio apresentar mais de uma realização possível,

podendo o número dessas diferentes realizações ser relativamente alto. Como exemplo, temos o fonema ItI em inglês, que pode ser realizado [th] em início de palavra como em top, [t] quando precedido de [s] como em stop, [r] quando entre vogais como em better, [f] em uma das realizações possíveis quando em final de palavra, como em cat, [ti] quando preceder um [n] silábico, como em button. Há aí pelo menos cinco realizações distintas de um mesmo fonema. Deve ficar claro que o mesmo fone [r] pode fazer parte de um fonema numa língua e de um fonema diferente em outra. Podemos observar que não se trata apenas de questão de ortografia, já que nas diversas formas da mesma palavra há altemância, por exemplo, entre [t] e [r], como em wait ['weIt] 'esperar' e waiting ['weIfIIJ] 'esperando'.

3.1. Par suspeito, par mínimo e par análogo

Vejamos agora, quais seriam os procedimentos adotados para classificarmos os sons da língua que estivermos estudando. Se estamos estudando a fonologia de uma língua, precisamos fazer um levantamento de todos os sons que ocorrem nela. Cada som que ocorre nessa língua, independente de seu status dentro do sistema fonológico da língua, é um fone diferente. Se dizemos isso, estamos levando em consideração apenas o lado mais concreto do som, sua produção em termos articulatórios, ou sua percepção, em termos auditivos.

37

38

Introdução à Lingüística 11

Dois sons diferentes podem ser utilizados dentro de um sistema lingüístico sempre de forma distinta, sempre da mesma forma ou às vezes de forma diferente e às vezes da mesma forma. Para podermos afirmar qual dessas possibilidades é a verdadeira, é preciso mais do que listar esses sons e analisar suas características materiais. Só no interior de um determinado sistema lingüístico é que eles operam como a mesma unidade funcional ou não.

Para entendermos o funcionamento do sistema fonológico de uma língua, precisamos fazer um levantamento dos fones que nela ocorrem e depois passar a examiná-los para verificar quais são distintivos ou não nessa língua. Como os sons podem ser modificados de acordo com o contexto em que ocorrem, pode ser que dois sons diferentes sejam apenas versões ligeiramente modificadas de um mesmo

elemento.
Precisamos então fazer um levantamento dos sons que são foneticamente semelhantes na língua em estudo. Por exemplo, sons como [p] e [b], ou [t] e [d] são bastante semelhantes, pois diferem um do outro apenas pelo fato de serem surdos ou sonoros.
Cabe aqui uma observação importante. O funcionamento dos sons dentro dos sistemas fonológicos em geral nos indica que a classificação de ponto de articulação tradicionalmente feita na análise fonética é minuciosa demais para uma análise fonológica, a ponto de colocar no mesmo nível distinções que têm peso diferente no funcionamento dos sistemas sonoros das línguas naturais.
Se considerarmos os sons [b], [v] e [d] quanto ao seu ponto de articulação segundo essa classificação tradicional, o primeiro é bilabial, o segundo é labiodental e o terceiro é linguodental ou dental (ou ainda alveolar). Pois bem, o som [v], que tem como articuladores o lábio inferior e os dentes superiores, aparece, portanto, como intermediário entre os sons puramente labiais e os sons dentais, já que um de seus articuladores coincide com um dos articuladores envolvidos na produção de [b] ou com um dos articuladores envolvidos na produção de [d]. Acontece que embora seja bastante comum encontrar uma língua em que [b] e [v] se confundem ou alternam entre si, dificilmente encontraremos uma língua em que o mesmo se verifique com relação ao par [v] e [d]. Isso ocorre porque o fato de dois sons terem o mesmo articulador ativo é mais significativo fonologicamente do que o fato de dois sons terem o mesmo articulador passivo. Dessa forma, na classificação fonológica dos sons, é preferível falarmos em sons labiais (o que
abrange tanto [b] quanto [v]) em oposição, por exemplo, aos sons coronais, que são produzidos com a ponta da língua como articulador ativo. Utilizando esse tipo de classificação, temos como resultado que [b] e [v] passam a se distinguir apenas
pelo fato de o primeiro ser oclusivo e o segundo fricativo, ao passo que [v] e [d] se distinguem, além disso, pelo fato de o primeiro ser labial e o segundo corona!.
Retomando então ao processo de verificação de quais sons foneticamente semelhantes de uma língua são distintivos entre si, facilmente verificamos que há distinção de significado nos pares suspeitos do português em que o único fone

iJ. e

distinto é o [s] e o [z]. É o que ocorre com pares como roça, com [s], e rosa, com [z]. Outros exemplos seriam: zelo e selo; raça e rasa; ouço e ouso. Esse tipo de procedimento é chamado de teste de comutação: alteramos o significante em um único ponto e verificamos se há alteração de significado. Quando confirmamos que há distinção sistemática de significado entre pares desse tipo, temos que nessa língua os pares suspeitos formam pares mínimos.

É importante ter em mente que não bastaria achar um exemplo isolado, porque poderemos generalizar uma conclusão que estaria correta apenas para um pequeno número de palavras, alguns empréstimos, por exemplo. Observemos exemplos como os seguintes: derrubare derribar; assobiare assoviar. Cada um desses pares pode nos levar a conclusões equivocadas a respeito de um par de fones do português. O par derrubar e derribar pode nos dar a impressão de que [u] e [i] não distinguem significado em português. O mesmo podemos dizer com relação ao par [b] e [v] em assobiar e assoviar. Isso ocorre porque em ambos os casos, no da troca de [u] por [i], e no da troca de [b] por [v], o significado das palavras não se altera. Ocorre que esses dois são casos relativamente isolados. O da troca de [b] por [v] sem alteração de significado nem é tão restrito, já que poderíamos acrescentar exemplos como berruga e verruga, ou bassoura e vassoura. Já o da troca de [u] por [i] é raríssimo no português. Se compararmos esses casos isolados com pares como bucho e bicho, chuta e chita, dúvida e dívida, muco e mico, fuga e figa, por um lado, e pares como bala e vala, botar e votar, livra e libra, cabo e cavo, Líbia e Lívia, por outro, veremos que os casos em que esses pares de sons são distintivos entre si são mais numerosos que aqueles em que eles não distinguem significado.

Um último tipo de par de que podemos lançar mão na análise fonológica de uma língua é o chamado par análogo. Pode acontecer de não encontrarmos pares mínimos em que dois fones específicos sejam substituídos um pelo outro numa língua. Por exemplo, em inglês, são muito poucos os pares mínimos entre [.f] e [3]. Entre os pouquíssimos existentes está o par allusion [~'lu:3~n] 'alusão' e Aleutian [~'lu:S~n] 'aleúta, das Ilhas Aleútas'. Possivelmente o segundo membro do par não faz parte do vocabulário comum do inglês. Nesse caso, o pesquisador pode recorrer a pares não-mínimos, mas que diferem em pontos que se presumem que não impedem que se conclua que os dois fones pertencem a dois fonemas distintos. No

caso do inglês, podemos utilizar exemplos como vision ['vI3~n] 'visão' e fission ['fIS~n] 'fissão', presumindo que a ocorrência de [f] ou [v] na primeira sílaba não afeta a possibilidade de ocorrência da fricativa surda ou sonora na sílaba seguinte. Assim, um par quase perfeito, quase mínimo, o qual difere não em um mas em dois pontos, pode nos indicar que temos dois fonemas distintos.

e a

e e

o tS

,e

te lá le

39

40

Introdução à Lingüística 11

3.2. Distribuição Complementar e Variação Livre

Retomando o que foi dito na seção 2, dois sons diferentes podem funcionar sempre distintamente num sistema lingüístico. Nesse caso, não há dúvida, eles são realizações de fonemas diferentes. Mas mesmo que eles sejam realizações de um único fonema, a relação entre essas variantes pode ser de mais de dois tipos diferentes.

Examinemos o primeiro tipo de relação entre alofones. Em português, várias consoantes produzidas com a ponta da língua como articulador ativo podem ser realizadas de duas maneiras distintas, como alveolares ou como dentais. Você pode experimentar pronunciar as palavras tom, dar, não e lá com a ponta da língua encostando nos dentes superiores ou na arcada alveolar ao produzir os sons iniciais de cada um dessas palavras. Não há qualquer possibilidade de distinguir significado em português através dessa oposição. Se eu disser que tenho um [' gatu] em casa e meu vizinho tem um [Igajo], com certeza temos o mesmo tipo de animal doméstico, embora a pronúncia utilizada seja diferente.

Podemos dizer, então, que entre o [t] alveolar e o Ij:] dental existe variação livre. Ao afirmarmos isso, não estamos excluindo a possibilidade de que algum fator exterior ao sistema lingüístico propriamente dito, como, por exemplo, a região de origem dos falantes ou sua idade influa em qual realização será preferida. Nesse caso, a

variação entre essas duas formas será livre, numa análise imanente da língua (ou seja, restringindo nossa análise aos elementos estritamente lingüísticos), mas não será, sociolingüisticamente falando.

Um outro exemplo de variação livre é o que ocorre com o [.(I, o [r], o [R] em final de sílaba. Assim, se eu pronunciar ['gw<L{.du], ['gwardu] ou ['gwaRdu], não haverá qualquer distinção de significado entre as três formas.

Vejamos, agora, o segundo tipo de relação entre alofones. Dizemos que ocorre distribuição complementar quando um fone ocorre em determinados ambientes e outro fone ocorre nos demais ambientes. Por exemplo, nos falares do português do Brasil em que há palatalização diante de [i], o /d/ pode ser realizado de duas maneiras: como [d] diante de tepe e diante de qualquer vogal que não seja o [i]; ou como [d3] diante de [i]. Diante de qualquer consoante que não o tepe, ocorre a forma [d3], mas nesse caso ocorre epêntese ou inserção de um [i] entre o [d] e a consoante seguinte. É o que ocorre em admirar, que é pronunciada como se houvesse um [i] entre o [d] e o [m], provocando a aplicação da regra de palatalização do [d], que passa a [d3]. O resultado é, portanto, a forma [ad3imi'rar]. A principal conclusão a que devemos chegar é que onde ocorre [d] não ocorre [d3] e vice-versa. Podemos dizer então que esses dois fones ocorrem em distribuição complementar. Se examinamos, então, as palavras andar, poder, débito, dívida, doce, dose, dúvida, admirar e droga, verificamos que só ocorre a variante [d3] diante de [i], quer esse [i] seja grafado quer não. Por outro lado, em todos os outros contextos somente ocorre a realização [d].

4. Neutralização e Arquifonema

Fonologia

41

Na seção anterior, discutimos o tipo de relação que pode ocorrer entre dois fones distintos, concluindo que há duas possibilidades: ou eles são realizações do mesmo fonema ou não. Essa conclusão, no entanto, não recobre todas as relações encontradas entre dois fones distintos nas línguas naturais. Isso porque uma observação mais atenta nos revela que a possibilidade existente de estabelecer contrastes entre dois fonemas diferentes pode não ser a mesma em todas as posições ou.em todos os contextos.

Examinando as vogais anteriores do português, por exemplo, verificamos que embora haja distinção entre [e, i], como em vê-la e vila, esse contraste não existe em sílaba átona final. Assim, não é possível haver distinção de significado entre rSavi, 'Save]. O português não distingue palavras dessa forma. Isso, contudo, não invalida o fato de que é pelo menos possível contrastar palavras unicamente através da distinção entre as três vogais anteriores. O estudo das línguas nos mostra que é extremamente comum certas posições privilegiadas, prosódica ou morfologicamente, como a sílaba tônica ou a raiz, respectivamente, freqüentemente exibirem um maior número de contrastes do que outras posições, como sílabas átonas e afixos.

Voltando às vogais anteriores, podemos nos referir a essa situação dizendo que a oposição de abertura das vogais anteriores é neutralizada em português em posição átona final. Ou seja, tanto faz pronunciarmos de uma forma ou de outra, que não haverá distinção de significado. Na verdade, há uma realização normal dessa vogal neutralizada, que é algo intermediário entre [e] e [i], a vogal transcrita como [I] (semelhante ao j do inglês lip).

A outra forma de nos referirmos a essa situação é falarmos em um arquifonema. Se em outros contextos, os tônicos, por exemplo, temos três fonemas distintos (e, E, i), na sílaba pós-tônica esses três fonemas deixam de ter esse papel distintivo. O arquifonema é o resultado de uma neutralização.

Há inúmeros tipos de neutralização bastante comuns nas línguas naturais. Uma das mais comuns é a neutralização da sonoridade das obstruintes (oclusivas, fricativas e africadas). Muitas línguas distinguem obstruintes surdas e sonoras, mas perdem ou neutralizam essa distinção em final de palavra ou em final de sílaba. Alguns exemplos do holandês ilustram essa situação. Observermos as seguintes formas:

[de:n] 'dinamarquês' [hont] 'mão' [hondbu'k] 'manual' [vu.t] 'pé'

[bol] 'bola'

[spo:r] 'marca'

[te:n] 'dedo do pé' [hond~] 'mãos' [hantpolm] 'palma da mão' [vu't~] 'pés'

[vu'tEmd~] 'ponta do pé' [vu'tspo:r] 'pegada'

[hond~l] 'cabo'

[Em~] 'fim, ponta' [vu'dbal] 'futebol'

Pelos dados, podemos observar que, embora [t] e [d] distingam significado (vide os dois primeiros exemplos) e exista a possibilidade de ocorrer tanto [d] quanto [t] antes de vogal (vide mãos, cabo, pés, fim, ponta do pe'), essa possibilidade inexiste em final de palavra, onde só ocorre [t], antes de oclusiva surda, onde também só ocorre [t], e antes de oclusiva sonora, onde só ocorre [d]. Nesses casos, podemos dizer que a oposição entre os fonemas Itl e IdI foi neutralizada e o resultado dessa neutralização é um arquifonema, o qual pode ser representado por ITI ou por /DI, indiferentemente.

5. Traços e classes naturais

Na análise de Martinet que vimos no volume anterior e no início deste capítulo, os fonemas são apresentados como os menores elementos da cadeia sonora. Isso estará correto se estivermos nos limitando a segmentar a cadeia sonora em elementos que não ocorrem simultaneamente.

Se abandonarmos essa limitação, mesmo um único som pode ser percebido como um elemento composto de elementos menores, que seriam efetivamente os menores elementos da cadeia falada. Esses são os chamados traços distintivos, os quais podem ser tanto articulatórios quanto acústicos. A denominação traço distintivo ressalta o fato de que nem todas as características que diferenciam os sons são utilizadas nessa classificação, mas apenas aquelas que podem ter um papel distintivo no interior dos sistemas fonológicos das línguas naturais. Normalmente se costuma usar os traços articulatórios, inclusive por apresentarem maior facilidade de identificação pelo próprio lingüista, em geral sem necessidade de nenhum tipo de equipamento.

Os sons que sofrem alterações em cada contexto de uma determinada língua não são sons aleatórios, mas sim grupos homogêneos de sons. Por exemplo, os sons que se palatalizam diante de [i] no português do Brasil são o [t], o [d] e o [n], embora este último não seja tão perceptível. Os três apresentam duas características em comum que os distingue de todos os outros sons do português: são sons dentais ou alveolares não-contínuos. Da mesma forma, a distinção entre [e] e [E] que é perdida nas sílabas átonas em português, ou entre [o] e [:)], trata de maneira uniforme as vogais médias. Nas diversas regiões do Brasil, há variação entre as que utilizam as

vogais médias baixas [E, :)] e as regiões que utilizam as vogais médias altas [e, o] nas sílabas átonas. Não há regiões que utilizem uma vogal média alta e outra média baixa. Uma característica importante que transparece do inventário vocálico do português é o fato de que há o mesmo número de alturas nas vogais posteriores e nas anteriores, ou seja, o sistema é simétrico. Embora não seja necessário que isso ocorra nas línguas naturais, essa é uma propriedade bastante comum.

Fonologia
43
o
E
:)
a
Outras línguas que têm sistemas vocálicos simétricos, embora de modo distinto, são o espanhol e o grego moderno. O espanhol não tem as vogais médias baixas [8] e [:>]. O grego moderno não tem [e] e [o].
Podemos ver simetria também nos sistemas consonantais. Por exemplo, nas línguas que fazem oposição entre oclusivas surdas e sonoras, normalmente, encontramos sistemas simétricos como o do português, que têm [p, b; t, d; k, g], ou seja, pares de oclusivas em cada ponto de articulação, sendo uma surda e outra sonora. Línguas com oposição entre oclusivas surdas e sonoras que apresentam outras oclusivas, normalmente têm um ou mais pares adicionais. O húngaro, além desses pares, possui o par palatal [c, J]. A simetria, contudo, pode não ser total, como vemos pelo árabe, que possui [k, g, t, d], mas possui apenas [b] e não [p].
O que isso nos indica é que os sistemas fonológicos funcionam de maneira organizada, de acordo com critérios bem definidos, não aleatoriamente. Podemos ver bem a diferença entre grupos uniformes de sons e grupos aleatórios de sons comparando as seguintes listas: {a, b, u, Á, k} e {p, b, k, g, t, d}. O primeiro grupo é uma lista aleatória, um 'saco de gatos': contém duas vogais e três consoantes; das vogais, uma é arredondada e a outra não; das consoantes, cada uma tem um articulador ativo distinto, não apresentam um modo de articulação unifome, e assim por diante. Já o segundo pode ser definido facilmente como formado por consoantes oclusivas. Esses grupos uniformes de sons ou segmentos são chamados

de classes naturais. Portanto, a primeira lista não representa uma classe natural. Apenas a segunda.
Um dos principais achados da fonologia durante o século XX foi justamente o fato de que os traços distintivos são utilizados para delimitar as classes naturais, isto é, os elementos de uma classe natural têm um determinado conjunto de traços distintivos em comum. Podemos, então, falar do conjunto de fonemas do português Ip, f, t, s, S, k/ como uma classe natural, a que é formada pelos fonemas que são surdos, ou que têm o traço [- sonoro]. Quanto maior o número de traços naturais de uma classe, menor tenderá a ser o número de seus membros. Assim, se acrescentarmos o traço [+ labial] ao traço [- sonoro], a classe de que acabamos de falar ficaria reduzida aos fonemas Ip, fi. Conforme discutido em 3.1, os traços utilizados nas análises fonéticas não são os mais convenientes para os estudos fonológicos. Isto porque, embora descrevam de forma precisa os articuladores

44

Introdução à Lingüística 11

envolvidos na produção dos sons, eles não captam as relações entre esses sons, que acabamos de discutir. É por isso que, para discutirmos as classes naturais em que os sons se organizam, utilizamos outros traços.
Há uma discussão teórica, que não cabe aqui neste capítulo introdutório, a respeito do caráter dos traços distintivos a qual procura determinar se todos os traços distintivos são binários ou não. Para simplificar a apresentação dos traços, abstrairemos dessa discussão e apresentaremos todos eles como binários, ou seja, contendo duas possibilidades: a de serem marcados positivamente e a de serem marcados negativamente com relação a determinado traço. Precisa ficar absolutamente claro que a binaridade e o fato de os traços serem representados com os sinais de + e de - não quer dizer que esses traços sejam vistos como graduais. A oposição é categórica e os sinais representam sim e não, respectivamente. Se dizemos que um primeiro som tem o traço [+sonoro] e um segundo som tem o traço [-sonoro], embora leiamos isso dizendo que 'o primeiro som tem o traço maÍs sonoro e o segundo som tem o traço menos sonoro' isso não significa que o primeiro é mais sonoro e o segundo é menos sonoro no sentido de o primeiro ter uma quantidade maior de sonoridade do que o primeiro. O que se quer dizer é que o primeiro som é

sonoro e o segundo não é sonoro. É o mesmo que ocorre com os sinais + e - em matemática. Quando falamos dos números +3 e -3, isso não quer dizer que o primeiro deles é mais positivo que o segundo. Simplesmente o primeiro é positivo e o segundo é negativo.
Tendo deixado isso claro, passemos então a examinar os traços distintivos um a um. Primeiramente veremos traços que são denominados de independentes dos articuladores, pois não estão associados a um único articulador:
. [:f: consonantal]: corresponde intuitivamente à divisão entre vogais e consoantes. Têm o traço [+ consonantal] os sons que apresentam um grande obstáculo à passagem do ar pela parte central da cavidade oral, isto é, se há neles um fechamento total (como nas oclusivas, nas nasais, laterais e vibrantes) ou quase total (como nas fricativas). Dessa forma, as semivogais ou glides ficam classificadas com o traço [- consonantal].
. [:f: vocálico]: são vocálicos os sons produzidos sem impedimento à passagem de ar. Assim, como os sons [1 Á r f] são produzidos com relativa desobstrução do ar, eles são considerados como tendo o traço [+ vocálico]. Por outro lado, como os glides caracterizam-se por terem o espaço da passagem do ar mais reduzido do que nas outras vogais, eles são caracterizados como [- vocálico].
. [:f: soante] ou [:f: sonorante]: uma das formas de caracterizar essa oposição é dizer que têm o traço [+ soante] os sons que não dificultam a produção de vibração das cordas vocais. É atribuído o traço [- soante] aos sons que apresentam uma obstrução grande à passagem do ar, dificultando,

dessa maneira, essa vibração. Têm o traço [- soante], portanto, as oclusivas, fricativas e africadas. Os demais sons (vogais, semivogais, nasais, laterais e vibrantes) têm o traço [+ soante].
. [f: contínuo]: os sons que têm o traço [+ contínuo] são produzidos sem que haja uma interrupção do fluxo de ar. Se houver essa interrupção, considera-se que o som tem o traço [- contínuo], o que abrange as oclusivas, as africadas e as vibrantes.
. [f: tenso]: são tensos os sons produzidos com considerável esforço muscular. A oposição entre os chamados r fraco (o de era) e o r forte (o de erra) pode ser caracterizada por esse traço, tendo eles o traço [- tenso] e [+ tenso],

respectivamente.
Os demais traços são dependentes de um articulador, pois estão associados a um articulador ativo específico. Primeiramente temos os de ponto de articulação:
Em Chomsky & Halle (1968), em vez de serem postulados os traços [:t labial] e [:t dorsal], a distinção entre os sons coronais e esses outros dois grupos era feita através da combinação dos traços [:t coronal] e [:t anterior]. Assim, os sons labiais eram descritos com o conjunto de traços [- coronal, + anterior] e os dorsais (velares e uvulares) com o conjunto de traços [- coronal, - anterior]. Posteriormente, algumas análises passaram a utilizar os traços [+labial], [+coronal] e [+dorsal].
.[+ coronal]: são coronais os sons produzidos com a ponta da língua como articulador ativo, o que se move em direção ao articulador passivo. São coronais, portanto, sons como [s, 1, I]. Algumas análises também consideram as vogais anteriores como coronais. Todos os demais são não-coronais.
.[+ labial]: são labiais os sons produzidos com o lábio inferior como arti
culador ativo. Essa classe abrange os sons bilabiais e labiodentais.
.[+ dorsal]: são dorsais os sons produzidos com a parte posterior da língua como articulador ativo. Inclui as consoantes uvulares e velares, além das vogais posteriores. Algumas análises, no entanto, incluem todas as vogais entre os sons dorsais.
Além desses três traços, há os seguintes:
. [f: anterior]: são anteriores os sons produzidos com a ponta da língua na
região anterior do trato vocal (que corresponde, para as consoantes, aproximadamente, aos sons que são produzidos utilizando os lábios, dentes e/ou alvéolos como articuladores).
. [f: posterior]: são posteriores os sons produzidos com um certo recuo da língua em relação à sua posição neutra. As vogais [u] e [o], e a semivogal [w], por exemplo, são posteriores.
45

46
Introdução à Lingüística 11
. [:I: arredondado]: distingue os sons que são produzidos com arredondamento dos lábios dos que não o são. São arredondadas as vogais [::>, o, u, y, re], por exemplo.

São não-arredondadas as vogais [a, e, 10, UI, A], por exemplo.
. [:I: alto]: possuem o traço [+alto] os sons que são produzidos com uma grande elevação da língua, que se localiza numa posição bem próxima ao céu da boca. As vogais [i, u] são exemplos de vogais com o traço [+alto], ao contrário das demais do português, que têm o traço [- alto].
. [:I: baixo]: as vogais produzidas com abertura máxima da cavidade oral apresentam o traço [+baixo],já que a língua fica em uma posição bastante baixa em relação ao céu da boca. Em português, apenas a vogal [a] apre
senta o traço [+baixo]. As demais têm o traço [-baixo].
Temos ainda alguns traços de modo de articulação:
. [:I: sonoro]: corresponde à distinção entre sons sonoros e surdos, ou seja, respectivamente, os que apresentam e os que não apresentam vibração das cordas vocais quando produzidos.
. [:I: nasal]: os sons que têm o traço [+nasal] são produzidos com o véu palatino abaixado, permitindo a entrada da corrente de ar na cavidade nasal, que age então como uma cavidade de ressonância.
. [:I: lateral]: os sons que têm o traço [+lateral] são produzidos com fechamento da passagem do ar na posição central da cavidade oral, mas permitindo a passagem do ar pelos lados ou por apenas um deles. Normalmente os sons laterais são coronais.
Há ainda alguns traços não relevantes para o português:
. [:I: aspirado]: são aspirados os sons produzidos com um retesamento acen
tuado das pregas vocais, em toda a sua duração (como no caso de [h]), ou em parte de sua duração (como na consoante aspirada [th]).
. [:I: glotalizado]: os sons glotalizados apresentam um fechamento total da glote, o que interrompe por alguns milissegundos completamente a passagem do ar. Podemos pronunciar um hiato como o de a ilha sem interrupção nenhuma da vibração das cordas vocais. Se entre as vogais ocorrer, no entanto, um breve instante de silêncio, representamos essa interrupção seguida de abertura como uma parada glotal. A seqüência a ilha ficaria nesse caso transcrita como [a '?iÁu], em que a interrogação sem ponto é a transcrição da parada glotal, um som glotalizado.
Tendo visto os principais traços distintivos postulados na teoria fonológica, devemos saber a respeito deles que o que se afirma é que o conjunto de traços distintivos é

potencialmente o mesmo em todas as línguas. Pode, todavia, ocorrer de determi

nados traços não serem utilizados distintivamente numa língua ou noutra, como dissemos com relação ao português, que não distingue sons aspirados de não-aspirados.

Uma maneira comum de organizar os segmentos de acordo com seus traços seria através de uma matriz com os traços e seus valores em colunas e fileiras. Abaixo, apresentamos uma possibilidade de organização em classes naturais dos fonemas do português brasileiro em forma de árvore (Abaurre, 1992). Ressaltamos que é possível assificar esses sons em classes naturais utilizando outros traços.

[p , t , k , b , d , 9 , f, s , S , v , z , 3 , m , n , J1 , 1 , Á , r , r , j , w , i , e , E , a , :) , o , u]

+ / ~- consonantal

[p, t, k, b, d, g, f, s, S, v, z, 3, m, n,J1, 1, Á, r, r] [j, w, i, e, E, a,:), o, u]

+ / ~- -/ ~+

[I, Á

/

' r,

\

r] [p~ / b, d~:/, s, S, v, z, 3, m, n,J1]

~

[j, w] [i, e

/\

, E, a,:), o, u]

[m, n,J1] [p, t, k, b, d, g, f, s, S, v, z, 3]

\+ - +/ ~

[I, Á] [r, r] f\ [f, s, S, v, z, 3] [p, t, k, b, d, g]

+/ \ - ~ + I \ - + ~ + ~ + - +

[I] [Á] 1\ [m, n] 1J1] [f, s, v, z] [J,3] [p, t, b, d] [k, g] [j] [w] [i, e, E][a,:), o, u]

+/\- +A

~

+A

~

[n] [m] [s, z] [f, v] [t, d] [p,b]

+/\-+1\-+ -+""+~- +

[z][s] [v][f] [3]m [d][t][b][p] [g][k]

vocálico

nasal

contínuo

anterior

coronal

+

[r][r]

- baixo

sonoridade

tenso

+

- +

[E][i, e][a, :)][o, u] +1\

A

+ /\- alto

[i][e] [u][o]

+ - arredondado

r:)] [a]

Observamos na quarta linha da árvore a classe natural composta dos fonemas [m, n,J1], que têm em comum os traços [+ consonantal], [-vocálico] e [+nasal]. Isso se verifica examinando a parte da árvore que está acima dessa classe natural. Se examinarmos o que vem abaixo dela, verificamos que ela se divide em [m, n], que têm o traço [+anterior], e (J1], que tem o traço [-anterior]. A classe [m, n], por sua vez, se divide em [n], que é coronal, e [m], que não é.

6. Processos

Já vimos que os sons não são realizados sempre da mesma maneira. Dependendo do contexto em que ocorrem, os sons podem sofrer modificações. Eles podem se modificar de forma que se tornem mais parecidos com um ou mais sons próximos sintagmaticamente, num processo que recebe o nome de assimilação. Podem

também se modificar de forma que se tornem mais diferentes de um ou
47

48

mais sons próximos sintagmaticamente, num processo que recebe o nome de dis-similação. Podem ainda adquirir características diferentes por estarem num contexto prosódico específico. Em muitas línguas, é comum encontrarmos vogais que não são pronunciadas da mesma maneira num contexto tônico e num contexto átono. A esse tipo de processo de alteração da pronúncia de uma vogal num contexto átono podemos dar o nome de redução. Veremos a seguir alguns dos tipos mais comuns de processos fonológicos.

6.1 . Assimilação

Assimilação é um termo genérico que se refere a qualquer processo em que um som adquire características ou traços dos sons que o rodeiam. Como exemplo podemos observar o sufixo transitivizador em ainu, lingua falada no norte do Japão (Itô 1984).

mak-a 'abrir' ker-e 'tocar' pis-i 'perguntar' pop-o 'ferver' tus-u 'agitar'
tas-a 'cruzar' per-e 'rasgar'
nik-i 'dobrar'
tom-o 'concentrar' yup-u 'apertar'

Esse tipo de assimilação é chamado de assimilação total, já que a vogal do sufixo é uma cópia exata da vogal da raiz. Mas além dela, há também a assimilação parcial, que pode assumir diversas formas, algumas das quais vêm ilustradas nas seções a seguir.

6.1 .1 . Assimilação de Ponto de Articulação

Um dos tipos mais comuns de assimilação é aquele em que um segmento adquire o mesmo ponto de articulação de um outro segmento vizinho. Vejamos um exemplo do português. Quando pronunciamos uma palavra que contém uma vogal nasal seguida de uma oclusiva, há uma certa variação entre duas pronúncias possíveis. Na primeira delas, pronunciamos apenas a vogal nasal e a consoante oclusiva. Na segunda, entre elas ocorre uma consoante nasal bastante rápida. A palavra samba, por exemplo, pode ser pronunciada ['sübu] ou ['sümbu]. Observem que na segunda

transcrição não estamos assinalando duas vezes a mesma nasalidade. O til e a letra m indicam coisas distintas. O til indica que a vogal é nasal. O m indica que se pronuncia uma consoante nasal entre a vogal nasal e a consoante oclusiva. Poderíamos representar essa transição como se no primeiro caso pronunciássemos ['sü] e depois [bu], e no segundo caso pronunciássemos ['sü] depois [m] e depois [bu].

1

I

I

I

I

I

Fonologia

Caso essa consoante nasal seja pronunciada nessa palavra, ela sempre será um [m]. Mas isso não acontece sempre. Se tomarmos palavras como janta e longo, poderemos verificar que a consoante nasal que pode surgir em janta é sempre um [n] e a que pode surgir em longo é sempre um [1]]. Dizemos nesse caso que a consoante nasal assimila o ponto de articulação da consoante oclusiva que a segue.

samba janta longo

['sumbu] * ['3umtu] * ['lõmgu]

assimilação do traço [labial] assimilação do traço [coronal] assimilação do traço [dorsal]

* ['sunbu] ['3untu]

* ['lõngu]

* ['su1]bu] * [' 3u1]tu]

['lõ1]gu]

Observando a direção em que se dá a assimilação, podemos classificá-la em progressiva ou regressiva. Concebendo a assimilação como a propagação de uma determinada característica, podemos ver que ela se propaga para a frente, em direção ao fmal da palavra, ou para trás, em direção ao começo da palavra. A assimilação do primeiro tipo é denominada progressiva, enquanto a do segundo tipo

é denominada regressiva.

6.1.2. Nasalização

Um tipo de processo fonológico bastante comum no português é o da nasalização. Quase toda vogal tônica que precede consoante nasal se nasaliza. Assim, palavras como cama, tema, time, dono e rumo apresentam a vogal da sílaba tônica nasalizada. Nas sílabas pré-tônicas há variação, pois algumas pessoas nasalizam a vogal da sílaba inicial de panela e outras não. Isso inclui a nasalização nos processos fonológicos que têm, além do condicionamento proveniente dos traços distintivos, também um condicionamento prosódico, ou seja, devido ao acento. Palavras do português do Brasil que apresentam consoante nasal após sílaba átona e após sílaba tônica ilustram bem a distinção. É obrigatória a nasalização regressiva se a sílaba anterior for tônica, mas é opcional se for átona: ex. [ba'nu.nu], [bu. 'nu.nu] mas não *[ba. 'na.nu], nem *[bu. 'na.nu]. Em suma, não é só o segmento seguinte que influencia a nasalização da vogal. A prosódia também influencia o processo.

6.1.3. Harmonia Vocálica

Em muitas línguas, ocorre um fenômeno pelo qual as vogais dentro de um determinado domínio concordam com relação a um ou mais traços, ou seja, apresentam características semelhantes. É a chamada harmonia vocálica.

Alguns exemplos tradicionais de línguas com harmonia vocálica entre as línguas européias são o finlandês, o húngaro e o turco. Vejamos alguns exemplos

em finlandês em que são apresentadas três formas de alguns substantivos: o nominativo (forma do sujeito), o inessivo (que indica o lugar em que algo está, por ex., na casa) e o elativo (que indica o lugar de onde algo provém, por ex., da casa).

Nominativo	Inessivo	Elativo	Significado
talo	talossa	talosta'casa'	
puu	puussa	puusta	'árvore'
rivi	rivissre	rivistre	'fileira'
ty0	ty0ssre	ty0stre	'trabalho'

É fácil perceber que o inessivo é formado através do acréscimo ao nominativo de uma terminação, que pode ser [ssa] ou [ssre], e que o elativo é formado através do acréscimo ao nominativo de outra terminação, que pode ser [sta] ou [stre]. O que deve ser observado é que a variação existente nas formas das terminações corresponde ao tipo de vogal presente na palavra. Se ela contém vogais posteriores, como [talo] e [puu], a terminação também possui uma vogal posterior, no caso, [a]. Se ela contém vogais anteriores, como [rivi] e [tY0], a terminação também possui uma vogal anterior, nesse exemplo, [re]. É esse tipo de fenômeno, em que há uma concordância de traços entre vogais que podem não ser idênticas, que recebe o nome de harmonia vocálica.

6.2. Dissimilação

A dissimilação, o processo pelo qual um som adquire características distintas dos sons que o rodeiam, é bem menos freqüente do que a assimilação. Ilustramos seu funcionamento com outro exemplo do ainu. Alguns verbos, em vez de apresentarem um sufixo que assimila totalmente a vogal da raiz, apresentam um sufixo com uma vogal alta, a qual pode ser [i] ou [u], e que tem o valor oposto ao da raiz quanto ao traço [:t posterior].

a.
hum-i 'picar' pok-i 'abaixar'
mus-i 'fazer engasgar' hop-i 'levantar'

b.
pir-u 'limpar com um pano' ket-u 'esfregar'
kir-u 'alterar' rek-u 'tocar, soar'

(Itô 1984:506)

Fonologia

6.3. Outros Processos

Outros processos fonológicos que podem ocorrer nas línguas naturais podem ser determinados não só por certos traços distintivos, mas também pela prosódia (tonicidade e atonicidade, estrutura da sílaba) e pela morfologia (como a distinção entre raízes e afixos).

Um desses processos é a chamada redução vocálica, que afeta algumas ou todas as vogais em certos contextos prosodicamente menos privilegiados, como as

sílabas átonas finais. Já vimos um exemplo desse tipo, no português, na seção que tratava dos alofones, com relação ao fonema Ia/, e na seção que tratou da neutralização, com relação ao arquifonema vocálica anterior que podemos transcrever como IEI.

Há também a elisão, que é nada mais do que o apagamento de um som em determinado contexto. Por exemplo, em português, em seqüências como hora errada L:)fe'Radu], em que o lal final de hora deixa de ser pronunciado.

Fenômeno parecido é o da degeminação, em que uma seqüência de duas vogais idênticas é pronunciada como se fosse uma só. Ex.: hora agá, pronunciado L:)fa'ga].

Esses tipos de fenômenos sofrem restrições prosódicas,já que não ocorrem antes de vogal tônica de enunciado, ou seja, não ocorre em ela compra uva, onde uva teria o acento principal do enunciado, mas sim em ela compra uva rosada, onde esse acento incide na palavra rosada.

Outra distinção possível nos processos fonológicos, a qual será discutida em detalhe no capítulo sobre morfologia, é a que distingue contextos morfológicoso Como exemplo temos a que apontamos no início desta seção entre raízes e afixos. No dialeto quêchua de Puyo Pungo, por exemplo, as oclusivas surdas se sonorizam após consoantes nasais, como vemos no contraste entre sinikpa 'do porco-espinho' e kamba 'teu', onde o [pa] que marca o genitivo (ou possessivo) passa a [ba] depois de [m]. Esse processo, entretanto, só ocorre se a oclusiva fizer parte de um afixo. Se ela for parte da raiz, como em pampaPina 'saia', a oclusiva se mantém surda.

7. Notação das regras

Quando formulamos uma regra fonológica, devemos indicar os seguintes elementos: o que muda (o foco da regra), em que ele se transforma (a mudança estrutural da regra) e em que situação isso ocorre (o contexto ou descrição estrutural da regra). Podemos ter uma regra como a seguinte:

A~ B I C

D

51

52

Introdução à Lingüística 11

Essa regra diz que o som A (o foco) se transforma em B (o que caracteriza uma

mudança estrutural) se estiver entre C e D (o contexto).
Determinadas regras fonológicas descrevem processos que ocorrem sem restrições na língua examinada, ou seja, em qualquer contexto (nesse caso, podemos considerar que C e D são nulos). Outros processos, no entanto, podem ocorrer apenas em certos contextos fonológicos ou morfológicos. Um exemplo de regra que normalmente se considera que não leva em conta fatores prosódicos ou morfológicos é a que pode representar as realizações possíveis do fonema ItJ nos falares do português do Brasil que apresentam a palatalização:
ItJ ~ [t.f] I - [i]
([t] I nos demais contextos

Essa regra nos diz que o fonema It/ é realizado como [t.f] diante de [i] e como [t] nos demais contextos.
Há regras que são restritas a contextos determinadas por propriedades estritamente fonológicas, como, por exemplo, no início de uma sílaba, no final de uma sílaba. Podemos indicar isso na regra fonológica através do símbolo cr ou do símbolo $, que indicam fronteira de sílaba. Se a regra for restrita a determinados contextos morfológicos, poderemos precisar do símbolo #, que indica fronteira de morfema. Se a regra só se aplica em fronteira de palavra, podemos indicar isso

através da notação ##.
Vejamos alguns exemplos de processos e suas respectivas regras.
Em bielo-russo, por exemplo, um [v] se transforma em [w] em final de sílaba.

certo [Ipravl] regra ['pravila] verdade ['prawda]
Podemos formalizar esse processo com a seguinte regra:
[v] ~ [w] 1_$

Nesse exemplo, vimos também que podemos simplesmente indicar qual som se transforma em qual outro, sem explicitar quais os traços envolvidos no processo.

Em campa axininca, falada no Peru, há a inserção de [t] entre vogais em fronteira de morfema, como nos seguintes exemplos:

Ino-N-koma-il ~ [noIJkomati] 'ele remará'

Ino-N-koma-aa-il ~ [noIJkomataati] 'ele remará novamente'
Esse processo pode ser formalizado com a seguinte regra: 0 ~ [t] I V # - V
A regra indica que um vazio (0) precedido por fronteira de morfema (#) se transforma em [t], se antes da fronteira houver uma vogal (V) e após o vazio

também houver uma vogal (V).

Fonologia
o último tipo pode ser ilustrado com o português do Brasil, em que observamos variação na pronúncia das formas verbais terminadas em Irl, como vemos a seguir:

quer ['ker] ['ke] querem ['kerei]* ['kcei]
for ['for] ['fo] forem ['forei] * ['foei]
sair [sal ir] [sa'i] saírem [sa'irei] * [sa'iei]

Sempre que o Irl fica em final de palavra, ele pode ser elidido. É importante observarmos que essa elisão só ocorre em final de palavra.
Irl ~ 0 I # #
Um último ponto a respeito de notação que deve ser mencionado é o que relaciona o valor de mais de um traço, ou do mesmo traço em mais de um segmento. Exemplificamos com um processo que ocorre em grego moderno, o qual afeta certas palavras como se segue:
'ontem' 'eu chego' 'eu separo' 'oito' 'asa'
[x8es] ~ [xtes] [man:)] ~ [ftan:)] ['sxiz:)] ~ ['skiz:)] [:)k't:)] ~ [:)x't:)] [pre'r:)] ~ [ftc'r:)]
o que está sendo alterado nesses exemplos é o modo de articulação. Se temos duas obstruintes com traço [:t contínuo] com a mesma especificação, a primeira passará a ser fricativa e a segunda oclusiva, independente do que havia antes da aplicação da regra.
C,
[a cont]
C2 ~ [a cont]
C1
[+ cont]
C2
[- cont]
A notação com a letra grega [a] antes do traço indica um valor qualquer desse traço, positivo ou negativo. Havendo mais de uma ocorrência dessa letra, no entanto, todas as vezes em que ela ocorrer o sinal deverá ser o mesmo, ou seja, [a] significa numa determinada regra sempre positivo ou sempre negativo.
A seguir encontramos alguns exercícios que representam os primeiros passos da

prática da análise fonológica das línguas naturais.

Exercícios

I) Verifique qual traço ou quais traços cada um dos processos a seguir afeta:
a) b)
[b] ~ [v] [r] ~ [l]
53

54 Introdução à Lingüística 11
c) [g] ~ [k] i) [u] ~ [m]
d) [s] ~ li] j) [d] ~ [n] e) [u] ~ [y] t) [o] ~ [u] g) [8] ~ [t] h) [u] ~ [i]

II) ALEMÃO: Verifique se, de acordo com os dados do CORPUS a seguir, os sons [u:] e [y:] constituem par mínimo efetuando o teste da comutação. Faça o mesmo com relação aos sons [ç] e [x). Caso algum dos pares não seja distintivo, diga em que contextos aparece cada um dos fones e se eles apresentam variação livre ou distribuição complementar.

['maxt] poder ['meçtIç] poderoso ['daIç] dique ['raux] fumo ['raux~n] fumar ['bx] buraco ['bu:x] livro ['by:ç~r] livros ['breç~n] quebrar ['brax] quebrei, quebrou ['ku:l~] frescor ['ky:l~] cova ['bru:d~r] irmão ['bry:d~r] irmãos ['bly:t~] (eu) sangro ['blu:t~] flor, inflorescência

III) TURCO: O turco tem 8 vogais que podem ser distinguidos em termos de 3 traços fonológicos, como representa o quadro a seguir:

não arredondada arredondada I fechada i y u m I não- fechada e 0 o a anterior posterior

Somente um dos traços é pertinente para o processo de harmonia vocálica que ocorre nessa língua. Com base nos seguintes dados, conclua qual é o traço pertinente e explique o processo.

1. [evde] 'na casa' 2. [ankara] 'Ancara' 3. [verdim] 'eu dei' 4. [k0pry] 'ponte'

5. [aldmm] 'eu peguei' 6. [odun] 'madeira' 7. [odasm] 'sua sala' 8. [g0stermek] 'mostrar'

IV) Observe as seguintes palavras do japonês. Nelas ocorre um processo de ensurdecimento de vogais, o que é notado no alfabeto fonético internacional através do diacrítico [o] abaixo da vogal que ocorre como surda. As vogais longas foram transcritas como duas vogais. Assim [00] é um [o] longo.

a) Formule uma regra fonológica que indique quais vogais são afetadas pelo processo e em que contextos.

[tiikatetslÇ] 'metrô' [take] 'bambu'

[tSiisai] 'pequeno' [srngoi] 'incrível, terrível'

[d3idooSa] 'automóvel' [takj] 'cachoeira' [ku}tslÇ] 'sapato' [saSimi] 'sashimi'

[ç,ikookj] 'avião [kitanai] 'sujo' [gaklÇsee]' estudante' [sekai] 'mundo'

b) A palavra 'lá' apresenta variação entre as formas [asoko] e [asrnko]. Haverá ensurdecimento em alguma delas? Ou em ambas? Justifique.

V) Em espanhol, além dos sons [b], [d], [g], os sons [13], [õ], [y] - sons correspondentes fticativos - também são realizados em palavras da língua. Baseando-se nos dados apresentados a seguir, conclua se [b] e [13], [d] e [õ], [g] e [y] são fonemas distintos ou são alofones. Se forem alofones, estabeleça o contexto pertinente para a distribuição complementar:

1. [ayusar] 'apontar (lápis)' 2. [grÍl)go] 'estrangeiro' 3. [gordo] 'gordo' 4. [payar] 'pagar' 5. [tienda] 'loja'

6. [tiyre] 'tigre' 7. [ta131aõo] 'tablado' 8. [ta13ako] 'tabaco' 9. [prender] 'prender' 10. [bandiõo] 'bandido'

11. [ardiÁa] 'esquilo' 12. [arbol] 'árvore' 13. [burdo] 'duro' 14. [buskar] 'buscar' 15. [de13er] 'dever' 16. [deõo] 'dedo'

VI) Nos dados a seguir do grego moderno encontramos dois processos fonológicoso Formule as duas regras correspondentes e diga que tipos de assimilação ocorrem. OBS: as formas nominais estão no nominativo (forma que o substantivo assume quando é sujeito de uma oração, por exemplo) e no acusativo (forma que ele assume quando é objeto direto, por exemplo). Todos os substantivos gregos dos exemplos são femininos e estão precedidos do artigo definido, que concorda com o substantivo, aparecendo a forma [i] no nominativo e uma forma variável no acusativo.

Nominativo Sg. [i ai li8j a] [i ':Jpsi] [i 'bri]

Acusativo Sg. [tin a'li8ja]

[tin ':Jpsi] [til) Ig:Jri]

'a verdade' 'o olhar'

'a menina'

56 Introdução à Lingüística 11 [i 'p:Jli] [tim 'b:Jli] 'a cidade' [i 'taksi] [tin 'daksi] 'a ordem' Alguns verbos:
[Er1yaz:JmE] 'eu trabalho' [sinEr1yaz:JmE] 'eu colaboro' [kati 'b] 'eu moro/habito' [silJgati 'b] 'eu coabito' ['plEb] 'eu teço' [sim'blEb] 'eu entrelaço' ['Erx:JmE] 'eu venho' [si InErx:JmE] 'eu me reúno' [ti'r:J] 'eu mantenho' [sindi'r:J] 'eu conservo'

VII) Elabore uma regra fonológica que dê conta do processo verificado nos seguintes dados em húngaro. Os dois pontos que aparecem após algumas vogais na transcrição indicam que elas são longas.

['ne:p] 'povo' ['ke:z] 'mão' ['dffe:k] 'cintura' ['hu:J] 'carne' ['1a:b] 'perna, pé' ['hu:s] 'vinte' ['ti:z] 'dez'

['daI] 'canção' ['ne:bdaI] 'canção folclórica' ['kre:m] 'creme' ['ke:skre:m] 'creme para as mãos' fb0:Se:g] 'largura' ['dffe:gb0:Se:g] 'medida da cintura' ['gombo:ts] 'bolinha' ['hu:3gombo:ts] 'almôndega' ['ta:mas] 'apoio' ['la:pta:mas] 'apoio para o pé' ['galamb] 'pombo' ['hu:z 'galamb] 'vinte pombos' ['kalap] 'chapéu' ['ti:s 'kalap] 'dez chapéus'

VIII) Verifique que tipo de processo fonológico ocorre nos seguintes dados da língua ainu, falada no norte do Japão. Escreva uma regra fonológica que corresponda ao processo encontrado.

a. /kukor fUsuy/ -7 [kukon fUsuy] 'quero ter (algo)' b. /kor rametok/ -7 [kon rametok] 'a valentia dele' c. /kor mat/ -7 [kor mat] 'a esposa dele' d. /kukor kur/ -7 [kukor kur] 'meu marido' *kukon kur

(Suzuki 1988: 81)

IX) Considere as formas fonéticas das seguintes palavras de hebraico e observe a distribuição de [v] - [b] e [f] - [p] em:

1. [bika] 'lamentado' 4. [Javra] 'quebrada' 7. [litef] 'lançado' 10. [mitpaxat] 'lenço'

2. [mugbal] 'limitado' 5. [?ikev] 'atrasado' 8. [Jefer] 'livro' 11. [fia?alpim] 'Alpes'

3. [Javar] 'quebrado' 6. [bara] 'criado' 9. [para] 'vaca'

.Fonologia

a) Escreva a regra ou explique a distribuição de [v] - [b] e [f] - [p].

b) Aqui está uma palavra sem um fone. Uma lacuna aparece no lugar do som que falta: [fiid_ik]. Baseado na distribuição encontrada no item anterior, qual das seguintes alternativas corresponde a uma afirmação correta (só uma é correta):

i) [b] mas não [v] pode ocorrer no espaço vazio ii) [v] mas não [b] pode preencher o espaço iii) tanto [b] como [v] podem preencher o espaço iv) nem [b] nem [v] podem preencher o espaço

c) Qual das seguintes alternativas é correta para a palavra [word - ana]?

i) [f] mas não [p] pode preencher a lacuna ii) [p] mas não [f] pode preencher a lacuna iii) tanto [p] quanto [f] podem preencher a lacuna iv) nem [p] nem [f] podem preencher a lacuna

Bibliografia

ABAURRE, Maria Bemadete (1992). Anotações de curso 'Fonologia '. Campinas, UNICAMP.
CHOMSKY, Noam & Morris Halle (1968). The Sound Paffem ofEnglish. Cambridge, MA: MIT Press.
ROCA, 199y & Wyn Johnson (1999). A Course in Phonology. Oxford: Blackwe11.
ROCA, 199y & Wyn Johnson (1999). A Workbook in Phonology. Oxford: Blackwell.
SAUSSURRE, Ferdinand de (1969). Curso de lingüistica geral. São Paulo: Cultrix.

Sugestões de Leitura

BISOL, Leda (org.) (1999). Introdução a estudos de fonologia do português

brasileiro.
Porto Alegre: Editora da PUCRS.
Esse livro reúne textos especialmente escritos por vários autores para apresentar a teoria fonológica gerativa. O primeiro capítulo faz um apanhado geral da teoria gerativa na fonologia e os capítulos seguintes tratam de assuntos como a estrutura da sílaba, do sistema vocálico e do sistema consonantal do português, bem como o acento em português. Cada um dos capítulos relaciona a discussão específica do português à teoria fonológica. São abordadas também análises de autores estruturalistas, como Mattoso Câmara.

CAGLIARI, Luiz Carlos (1997). Análise fonológica. Campinas: Ed. do Autor.
Livro que apresenta de forma detalhada os procedimentos de análise de sistemas fonológicos, como a verificação do status dos sons e suas oposições dentro de uma determinada língua.

57

.

CAGLIARI, Luiz Carlos (1997). Fonologia do português: análise pela geometria de traços. Campinas: Ed. do Autor.
O autor apresenta o modelo denominado geometria de traços, o qual foi desenvolvido a partir de meados da década de 80 e propõe que os traços distintivos são reunidos em subgrupos, estando alguns mais estreitamente relacionados do que outros. O modelo é utilizado para analisar o sistema fonológico do português.

FERREIRA NETTO, Waldemar (2001). Introdução à fonologia da língua portuguesa. São Paulo: Hedra.
Encontramos nesse livro uma discussão detalhada da representação gráfica dos sons no português, bem como da formação da fonologia do português a partir do latim. Há inúmeros exemplos de diversas variedades do português, principalmente do Brasil mas também de Portugal, e capítulos que tratam das sílabas e do acento na língua portuguesa. Cada capítulo é complementado por exercícios.

GOLDSMITH, John (org.) (1995). The Handbook ofContemporary Phonological Theory.
Oxford: Blackwell.
Composto de 24 capítulos de cunho predominantemente teórico que cobrem as principais áreas e teorias da fonologia e oito capítulos que focalizam línguas específicas, todos eles redigidos por especialistas de renome internacional, esse é um livro indispensável para quem quiser se aprofundar no estudo da fonologia.

KAGER, René (1999). Optimality Theory. Cambridge: Cambridge University Press.
Esse é um livro bastante didático que introduz a teoria da otimidade, surgida no início da década de 90, a qual não foi tratada neste capítulo, mas foi mencionada brevemente no final do capítulo relativo à mudança lingüística no primeiro volume. A

discussão é bastante detalhada e acessível a quem tiver alguma familiaridade com a fonologia gerativa.

KENSTOWICZ, Michael (1994). Phonology in Generative Grammar. Oxford: Blackwell.
Esse livro apresenta de forma bastante completa uma discussão dos principais aspectos da teoria fonológica gerativa. O autor utiliza exemplos de inúmeras línguas e discute em detalhe as implicações das principais propostas teóricas. Um livro essencial para quem quiser se aprofundar no estudo da teoria fonológica.

Morfologia

Margarida Maria Taddoni Petter

Para bom entendedor meia palavra basta. Palavra de rei não volta atrás.
Pesar as palavras, medir as palavras, pedir a palavra, empenhar a palavra, cortar a palavra, em quatro palavras, palavra de honra, santas palavras, última palavra... São alguns provérbios e expressões que demonstram que, para o falante, a palavra é identificada como uma unidade formal da linguagem que, sozinha ou associada a outras, pode constituir um enunciado. Se para o leigo parece evidente reconhecer palavras, para o lingüista não é tão simples caracterizar a entidade que representa, aproximadamente, a primeira articulação da linguagem, aquela que se manifesta por meio de unidades significativas.
Para começar a compreender as palavras na perspectiva do lingüista, vamos partir da prática da gramática tradicional, segundo a qual são atribuídos dois significados ao termo 'palavra'. O primeiro deles poderia ser ilustrado pela resposta fácil à pergunta: quantas palavras há na frase "José contou muitas estórias"?
Nenhum locutor de português vacilaria em afirmar que há quatro palavras. Por outro lado, se questionarmos o número de palavras da seqüência contou, contamos, contava, contávamos, contasse, provavelmente haveria alguma hesitação, e uma das respostas possíveis consideraria a existência de formas diferentes de uma mesma palavra; teríamos, então, o segundo sentido de palavra, decorrente de uma

interpretação especial do conceito. Essa segunda acepção levaria em conta: (i) a forma vocabular, ou forma de palavra, e (i i) o lexema, a palavra como

unidade abstrata, com significado lexical, CONTAR, no caso. É essa última a forma registrada pelos dicionários; corresponde à forma de citação padronizada, aquela que é empregada para a referência aos lexemas.
Essas primeiras observações já nos permitem esboçar uma parte das questões investigadas pela Morfologia - freqüentemente definida como a área da lingüística que estuda "a forma das palavras". Restaria acrescentar, para completar o domínio de investigação da morfologia, que, a partir de CONTAR, também podemos obter uma outra série de palavras: conto, contista, contador, conta, contagem. Embora sejam formas associadas a CONTAR, não podemos afirmar que sejam formas diversas do mesmo lexema, pois cada novo termo possui um significado lexical próprio e constitui, portanto, um novo lexema. Esse conjunto de palavras fonnou-se por um processo diverso daquele da seqüência anterionnente analisada (contou, contamos, contava, contávamos, contasse) pois criou novos itens lexicais. Na construção dos dois conjuntos de termos formados de CONTAR pudemos constatar a atuação de dois processos morfológicos distintos: a flexão, no caso de contou, contamos, etc. - produzindo "formas de palavras"- e a derivação, em conto, contista, etc. -produzindo novos "lexemas". O primeiro deles é objeto de estudo da Morfologia Flexional e o segundo, da Morfologia Lexical.

1. Morfologia é O estudo da forma...

O Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa (2001) apresenta como primeiro significado de morfologia: "estudo da forma, da configuração, da aparência externa da matéria". O termo foi inicialmente empregado nas ciências da natureza, botânica e geologia. Na lingüística, começou a ser utilizado no século XIX. Nessa época, sob influência do modelo evolucionista de Darwin, acreditava-se que o estudo da "evolução" das 'quatrocentas ou quinhentas' raízes básicas do indo-europeu

poderia levar à solução do velho enigma da origem da linguagem (Mattews, 1974:3). Hoje, essa questão está praticamente fora do âmbito da pesquisa lingüística, e "o estudo da forma das palavras" assume outra abrangência e complexidade.
O estudo comparativo das línguas desenvolvido no século XIX pennitiu que August von Schegel (1818) fonnulasse uma tipologia morfológica, reorganizada por August Sch1eicher (1821-1868), segundo a qual todas as línguas se distribuiriam em três tipos:

a) isolantes: em que todas as palavras são raízes, isto é, as palavras não podem ser segmentadas em elementos menores, portadores de informação gramatical e/ou significado lexical. O chinês é uma língua isolante:
WQ rnãi j úzi chi /eu/comprar/laranjas/comer/ "eu comprei laranjas para comer" (Crystal, 1987:293);

b) aglutinantes : em que as palavras combinam raízes (elementos irredutíveis e comuns a uma série de palavras) e afixos distintos para expressar as diferentes relações gramaticais, como o turco: kaYIk+ lar+Iffilz / barco/ plural/nosso/ "nossos barcos", onde distinguimos, claramente, a raiz kaYIk, os afixos: -lar (plural) e -IIDIZ (possessivo la peso pl.), observando um afixo para cada informação gramatical;

c) tlexionais: em que raízes se combinam a elementos gramaticais, que indicam a função das palavras e não podem ser segmentados na base de 'um som e um significado', ou um afixo para cada significado gramatical, como nas línguas aglutinantes. O latim é um exemplo de língua flexional, pois as desinências casuais trazem muitas informações - caso, número e gênero - como em bon-as, em que -as se combina à raiz bon- para indicar o caso acusativo, o número plural e o gênero feminino.

Sabe-se que não há nenhuma língua que seja exclusivamente isolante, aglutinante ou flexional; o que ocorre é uma tendência maior a organizar as palavras conforme um ou outro tipo. Em muitas línguas consideradas "isolantes", em que os valores gramaticais não estão marcados segmentalmente, são as variações tonais que os expressam, realizando a flexão no nível supra-segmental. Embora hoje essa tipologia seja reconhecida como tendo um caráter meramente descritivo, pois não há nenhuma "vantagem" lingüística em apresentar morfologia flexional ou "desvantagem" em ter morfologia predominantemente isolante, essa classificação, por influência de Schleicher, foi interpretada por muito tempo como tendo o valor de uma escala hierárquica evolutiva, que teria, na base, as línguas isolantes africanas, indígenas e asiáticas; no topo estariam as línguas flexionais, "mais evoluídas"- as línguas da família indo-européia (Leroy, 1971: 34-43).
Humboldt (1836) identificou um quarto tipo de organização morfológica nas línguas do mundo, o das línguas polissintéticas, caracterizadas por uma morfologia complexa capaz de colocar numa única palavra muitos morfemas que seriam

palavras independentes em muitas línguas analíticas. Muitos lingüistas questionaram se "polissintética" consistiria uma categoria tipológica independente, uma vez que essas línguas apresentam traços flexionais e aglutinantes. No início do século XX, Whitney, Franz Boas e Sapir desenvolveram vários estudos descritivos sobre línguas polissintéticas (chamadas também incorporantes), a maioria delas concentrada na América do Norte, nas famílias Esquimó-Aleúte, Algonquina, Iroquesa, Na-Dene. As línguas polissintéticas não se confundem com as línguas que possuem palavras longas, decorrentes de processos de composição, como o alemão ou sânscrito, pois naquelas as palavras são verdadeiras frases, ou palavras-sentenças como ilustra o exemplo abaixo, de uma 'palavra' na língua BellaCoola [Salishan] (Fortescue, 1992: 2602):

mntsk -lqsak - m - ts

61

62

Introdução à Lingüística 11

(contar - dedo - progressivo - I a peso singular) "Eu estou contando nos meus dedos"

Foi o conhecimento maior de línguas fora do domínio indo-europeu que permitiu à lingüística rever o seu conceito sobre "palavra" e os mecanismos utilizados para sua identificação. Critérios semânticos - uma palavra, um significado - ou fonológicos - um acento principal por palavra - mostraram-se insuficientes, quando aplicados a várias línguas, como as polissintéticas, por exemplo.
O critério sintático é considerado por muitos lingüistas como o mais adequado.
Seriam palavras as seqüências sonoras que poderiam constituir a resposta mínima a uma pergunta e que poderiam ser usadas em várias posições sintáticas. Conforme esse princípio, o exemplo acima de língua polissintética seria uma 'palavra', pois seria a resposta mínima a uma questão do tipo: "Com o que você está contando?" Formulada em português, a resposta mínima para essa pergunta seria "dedos", uma palavra, da mesma forma que a 'palavra-sentença' da língua polissintética é uma palavra; nas duas línguas a palavra obedece aos critérios sintáticos de poder ocorrer isoladamente e em várias posições sintáticas.
Adotando a definição sintática de palavra - o elemento mínimo que pode ocorrer livremente no enunciado ou pode sozinho constituir um enunciado - resta examinar o que significa estudar a "forma das palavras". Num sentido mais amplo, em que as palavras são signos lingüísticos, poderíamos associar a forma ao significante do signo lingüístico, sua expressão sonora, que se relaciona com o significado, o conteúdo semântico. Para Helmslev, significante e significado corresponderiam, respectivamente, ao plano da expressão e ao plano do conteúdo, ambos dotados de forma e substância. Nesse sentido o 'estudo da forma' deveria explicar a relação entre a "forma da expressão" e a "forma do conteúdo", ou seja, os sons organizados lingüisticamente para produzir significado. Mas qual seria, então, a unidade mínima

de análise: os fonemas e traços, como foram definidos pela Fonologia? A resposta é negativa, pois a Morfologia possui sua própria unidade básica. Podemos tomar como unidade mínima de análise, o signo, a palavra, CONTEI, por exemplo, pois pode ocorrer sozinha enquanto forma livre, como também podemos considerar como unidade de análise os signos mínimos ainda portadores de significado, mas que não podem ocorrer sozinhos, CONT - EI. Essas unidades mínimas com significado são denominadas morfemas.

Considerar o morfema ou a palavra como a unidade central do estudo morfológico resulta em modos diferentes de abordar a morfologia. Podemos dizer que a noção de morfema está relacionada com o estruturalismo, que tinha como problema central a identificação dos morfemas nas diferentes línguas do mundo.

O privilégio dado à noção de palavra é próprio de estudos preocupados com o "modo pelo qual a estrutura das palavras reflete suas relações com outras palavras em construções maiores, como as sentençàs, e com o vocabulário total da língua" (Anderson, 1992:7; 1988: 146; apud Rosa, 2000: 16).

Morfologia

Como nosso objetivo é introduzir o estudante de lingüística na metodologia da análise morfológica das línguas, vamos apresentar os princípios de descrição desenvolvidos dentro do quadro teórico estruturalista, pela sua eficácia na segmentação e na análise dos processos de associação dos morfemas.

2. Identificação de Morfemas

Bloomfield, ao definir morfema como "a forma recorrente (com significado) que não pode ser analisada em formas recorrentes (significativas) menores" (l926:27),já deixava entrever que a comparação é a técnica básica para a identificação dos morfemas, os menores signos ainda portadores de significado. Assim, a tarefa primeira da análise morfológica consistirá em observar pares ou grupos de palavras que apresentam uma oposição parcial, tanto na expressão como no conteúdo. Opera-se da mesma maneira utilizada para reconhecer fonemas, verificando se a substituição, ou a comutação, de elementos diferentes, mantendose os recorrentes, provoca uma alteração parcial de conteúdo. Observe os dados da língua Baulê (Níger-Congo, grupo kwa), falada na Costa do Marfim (os diacríticos indicam os tons - variações de altura das sílabas das palavras, que permitem distinguir significado: ['] tom baixo; [']tom alto):

nbá "eu chego" àbá "você chega" obá "ele/ela chega" ebá "nós chegamos" ámubá "vocês chegam" bebá "eles/elas chegam"

A comparação dos dados da língua africana mostra que o elemento mínimo recorrente é {- bá} e que as formas {n, à, o , e, ámu, be} se opõem na forma e no significado, como se constata pela tradução em português. Identificamos, então, sete morfemas, o que equivale dizer que podemos segmentar as formas verbais como segue:

n-bá

à-bá

o-bá

ámu-bá

be-bá

e-bá

O morfema recorrente é portador do significado de "chegar" e os seis morfemas diversos transmitem a significação de pessoa e número. O morfema recorrente é portador do significado lexical, e os demais trazem a informação gramatical. Para grande parte dos lingüistas franceses, a denominação 'morfema' restringe-se ao elemento de significado gramatical, utilizando 'lexema' para o significado lexical e 'monema' para ambos. Utilizaremos o termo "morfema" para os signos mínimos que indicam tanto o significado lexical quanto o gramatical.

63

64

Introdução à Lingüística 11

2. 1 . Alomorfes

A diversidade morfológica das línguas é muito grande, maior do que a diversidade sintática. Não se pode generalizar uma informação obtida pela análise do português ou de qualquer outra língua indo-européia. No entanto, a descrição já estabelecida de muitas línguas revela funcionamento semelhante. A afirmação de que cada morfema tem uma forma única para expressar um mesmo significado é contestada por todas as línguas em diferentes graus e situações.
Observe-se o quadro abaixo do português (Borba, 1987:148):

(i) feliz, crível, grato, real, mortal, legal, adequado, hábil, natural.

(ii) infeliz, incrível, ingrato, irreal, imortal, ilegal, inadequado, inábil, inatural.

Comparando-se as duas séries nota-se que em (ii) o segmento inicial tem sempre um valor negativo, mesmo que sob forma fonética diversa [i], [i] , [in]. A diferença fonética é, no entanto, previsível: teremos [in] antes de vogal;
[i] antes de [1, r, fi, n] e [i] antes de qualquer outra consoante. Essas formas são variantes de um mesmo morfema, o que permite compreender que o morfema é, na verdade, resultado de uma abstração ou generalização: ele pode apresentar várias configurações fonéticas, cada uma delas é um morfe do mesmo morfema. O conjunto de morfes que representam o mesmo morfema são seus a10morfes. Nenhum alomorfe pode ocorrer no mesmo contexto que outro, o que significa dizer que os a10morfes de wn morfema devem estar em distribuição complementar.
Se a escolha entre dois ou mais alomorfes depender do contexto sonoro em que ele se encontra, diz-se que houve um condicionamento fonológico (ou fonético). A alomorfia fonologicamente condicionada reflete, geralmente, as restrições de

combinatória de fonemas que ocorrem em cada língua. Assim, em português nenhuma sílaba pode terminar em / rs/, então * /bars/ não é uma seqüência permitida; já em inglês ou francês essa seqüência é possível.

Quando não for possível explicar a alomorfia pelo contexto fonético, como o caso do alomorfe do plural de palavras em inglês como OX, ox-en, em que a escolha depende de signos lingüísticos particulares, diz-se que houve um condicionamento morfológico, isto é, uma forma exige a outra simplesmente. Tal é o caso do particípio passado dos verbos em italiano, cujos alomorfes -ato, -uto, -ito, dependem dos alomorfes do morfema dos três grupos do infinitivo: -are, -ere, -ire. Assim, comprare "comprar", credere "crer", dormire "dormir" têm como formas de particípio passado: comprato, creduto, dormito. As classes do infinitivo, portanto, são relevantes para a escolha entre os alomorfes do morfema do particípio passado.

O condicionamento fonológico é interpretado por muitos lingüistas como sendo um assunto para a fonologia e não para a morfologia. Como é flagrante a relação entre o nível fonológico e o morfológico, alguns autores (principalmente os do-Círculo Lingüístico de Praga) propuseram a existência de um nível inter-

mediário, objeto de estudo da morfo(fo)nologia, ou morfofonêmica, que trataria da estrutura fonológica dos morfemas, de suas modificações combinatórias, das mudanças fônicas que adquirem função morfológica. Para os propósitos deste trabalho, interessa principalmente observar a interação entre a fonologia e a morfologia, manifestada nos processos fonológicos que atuam na distribuição dos alomorfes. Sendo assim, vamos analisar a assimilação, processo muito freqüente nas mais diversas línguas:
Em temne (Níger-Congo, grupo atlântico, falada em Serra Leoa), o morfema do artigo definido plural de uma classe de nomes apresenta alguns alomorfes:

:J-baj "o chefe" :J- t ik "o estrangeiro" :J-kabi "o ferreiro"

am-baj an-tik aIJ-kabi

"os chefes"

"os estrangeiros" "os ferreiros"

o morfema do definido plural pode ser descrito por {a+Nasal}, em que a éonsoante nasal será especificada pela consoante que a seguir, ou seja, a nasal assimila-se ao ponto de articulação da consoante do morfema seguinte: será a nasal bilabial, antes de consoantes bilabiais; alveolar, antes de consoantes alveolares; velar, antes de consoantes velares.
A descrição morfológica deverá indicar o processo fonológico que determinou a escolha do alomorfe, que poderá ser expressa por meio de uma regra:

[am-] I - bilabial (labial) [an-] 1- alveolar (coronal) [aIJ-] I - velar (dorsal)

{a + N} ~

Um tipo de assimilação bastante comum é a palatalização, em que as consoantes velares ou dentais assimilam-se às vogais anteriores altas, que têm articulação semelhante às consoantes palatais. Esse fato ocorre no italiano, em I ami t S i / "amigos", plural de lamiko/ "amigo", em que a velar seguida de lil assumiu o ponto de articulação da vogal anterior alta.

3. Processos Morfológicos

A associação de dois elementos mórficos produzindo um novo signo lingüística obedece a certos princípios ou mecanismos que variam em sua possibilidade de combinação nas diferentes línguas. Esses modos de combinação são processos morfológicos que se manifestam sob a forma de :

a) ADIÇÃO: quando um ou mais morfemas é acrescentado à base, que pode ser uma raiz ou radical primário, isto é, o elemento mínimo de significado lexical. Em aprofundar, temos os seguintes morfemas aprofund-ar, onde a- e - ar, são morfemas aditivos, que se acrescentaram

65

à raiz profund-. Aprofund- é a base de aprofundar. São chamados afixos os morfemas que se adicionam à raiz; afixação é o processo. Dependendo da posição dos afixos em relação à base podemos ter cinco tipos:

(i) Sufixação: depois da base. Ex: livro> livro-s; casa>cas-eiro; (ii) Prefixação: antes da base. Ex: ler>re-ler; certo>in-certo ;
(iii) Infixação: dentro da base. Ex: em Kmu (Laos):

/rkeIJ/ "esticado" > /rrnkeIJ/ "esticar" (infixo I-m-/);

(iv) Circunfixos são afixos descontínuos que enquadram a base, como em Georgiano (Cáucaso) :

IU...esl "muito" - lu-lamaz-es-i/ "muito bonito" (cf. /lamaz-i/ "bonito")

lu-did-es-il " muito largo" (cf. I did-il "largo"); I-il é um sufixo de nominativo. Embora u- pareça ser um prefixo e -es assemelhe-se a um sufixo, nenhum dos dois tem significado isoladamente, por isso é preferível tratar a combinação dos dois como uma unidade.

(v) Os transfixos são descontínuos e atuam numa base descontínua, como em Hebraico:

Isagarl "ele fechou" lesgorl "eu fecharei" Essas formas podem ser analisadas em:
char", e os transfixos vocálicos:
I.a.a.! 3 a pessoa singular passado I.e.o.! 1 a pessoa singular futuro

b) REDUPLICAÇÃO: é um tipo especial de afixação, que repete fonemas da base, com ou sem modificações. Nas línguas clássicas -latim, grego e sânscrito - está associado à flexão verbal. Alguns perfeitos latinos são marcados pela repetição da consoante inicial do radical do verbo, seguida de -e-

base consonantal Is.g.rl "fe-

PRESENTE

PERFEITO

pepigi peperci cecini

pango pargo cano

"concordo" "abstenho-me de" "canto, celebro"

O morfema reduplicado pode aparecer antes, no meio ou depois da raiz.
Pode, também, repetir toda a raiz ou parte dela. No pidgin da Nova Guiné, repete-se a sílaba final da raiz: lapun "velho", lapunpun "muito velho".
Nas línguas crioulas, os significados mais freqüentemente obtidos pela reduplicação são de intensidade, iteração e distribuição. Em Fa d' Ambu, crioulo de base portuguesa da ilha de Ano Bom temos (Post: 1995: 196):

Morfologia 67 Intensidade kitsyi "pequeno" kitsyikitsyi "muito pequeno" gavu "bom" gagavu "muito bom" iteração nda "andar" ndanda "perambular" fa(1a) "fala" fafal "tagarelar" distribuição dosy "dois" dodosy "ambos" bodo "borda" bodobodo " costa"

c) ALTERNÂNCIA: quando alguns segmentos da base são substituídos por outros, de forma não arbitrária, porque são alguns traços que se alternam com outros; como em português: pus/pôs; fiz/fez; fui/foi, ou em inglês, alguns plurais, como foot/feet; man/men. Em alemão, também alguns plurais se formam apenas pela alternância vocálica [f ate r] / [f 8 t e r] "pai!
pais", ou pela alternância e o acréscimo de sufixos [m a n] / [m8~er] "homem/homens". A lingüística histórica trata esses processos de alternância de vogais no interior da raiz como apofonia e metafonia.

d) SUBTRAÇÃO: quando alguns segmentos da base são eliminados para expressar um valor gramatical. Bloomfield apresentou um exemplo clássico para explicar o masculino em francês como resultante desse processo, em que as formas masculinas podem ser derivadas das femininas pela queda da consoante final, como nos itens:

Feminino Masculino Sat Sa "gato" 18d 18 "feio" mOV8Z mOV8 "mau" fr8S fr8 "fresco" b:::m b5 "bom"

Descrever essa série partindo da forma masculina, levaria a identificar uma lista muito grande de morfemas do feminino (-t, -d, -z, - S, - n, nos exemplos citados), o que dificultaria uma generalização. Explicando por meio do morfema subtrativo obtém-se uma descrição mais regular.
Diferentemente do francês, pode-se dizer que no português alguns femininos são formados por subtração de morfemas do masculino, como em órfão/órfã;
anão/anã; campeão/campeã, etc.
Os processos morfológicos que afetam traços supra-segmentais, como acento e tom, podem ser aditivos ou substitutivos. Em inglês, nos pares nome/verbo que se

distinguem pela posição do acento, como se vê em tránsfonn/transf6nn "transformação/tran~formar" pode-se tomar o verbo como a forma básica e derivar o nome por meio de uma mudança de acento ou assumir que ambas as formas (nome e verbo) são uma base não especificada quanto ao acento mais um padrão de acento nominal [~-], ou padrão de acento verbal [- ~] .

Algumas vezes, vários processos podem aparecer combinados, como, em português, no plural da palavra ovo, em que há uma altemância o / o e uma sufixação {-s}, ovos.
A situação examinada acima nos mostra que um único traço de conteúdo (plural, no caso) pode ser expresso por uma combinação de marcas. Inversamente, uma única marca pode simbolizar muitos traços de conteúdo, como no francês au [o J, que funciona como a preposição à "para" mais o artigo masculino le, em au début"no começo", por exemplo. Em latim, temos as desinências dos nomes, que indicam o caso (função) o gênero e o número, como bon-i "bons", em que {-i} significa nominativo (sujeito), masculino, plural. Em português, pode-se analisar que, na primeira pessoa do presente do indicativo de am -o, o {-o} representa cumulativamente presente do indicativo + 1 a pessoa do singular (Pontes, 1965).
Esses exemplos são tratados como casos de cumulação, e os morfes são denominados de cumulativos ou portemanteau ("cabide", em francês).

4. Morfema zero

A noção de morfema zero {0} deve ser postulada com bastante parcimônia.
Segundo Gleason (1961: 80), pode-se dizer que há morfema zero somente quando não houver nenhum morfe evidente para o morfema, isto é, quando a ausência de uma expressão numa unidade léxica se opõe à presença de morfema em outra, como se depreende da comparação das formas verbais (Kehdi, 1993:23):

Falávamos Falava

Nesse caso, pode-se destacar o morfema {-mos} como expressão de primeira pessoa do plural. Quanto à falava, forma de primeira ou terceira pessoa do singular,

não se identifica nenhum segmento que indique essas noções. Nesse caso é a ausência de marca que expressa a pessoa e o número; portanto é o morfema zero {0} que traz a informação gramatical.

Seguindo Kehdi (1993:25), pode-se afirmar também que os alomorfes de plural em português: /-s,-es,-isl, incluem um alomorfe zero, presente, por exemplo, em pires, cujo número só é recuperável pelo contexto: o pires novo / os pires novos. Pode-se afirmar que pires é constituído do radical pires mais o alomorfe / 0/ de número (singular /plural).

A descrição de uma língua desconhecida a partir da tradução exige um cuidado adicional, pois muitas vezes a tradução pode deixar de lado alguns traços do significado ou acrescentar outros. Postular a existência de um morfema zero pode ser útil, em muitas situações, como um expediente temporário na análise, até que um estudo mais extenso possa confirmar ou contestar a análise proposta.

Morfologia

Uma descrição superficial dos nomes em Diulá (Níger-Congo, grupo mandê, Costa do Marfim, Burkina Fasso, Guiné) poderia concluir que não há marcas para o morfema do definido, comparando as formas: /musà/ "mulher" e /musô/ "a mulher". No entanto, uma observação mais atenta, com maior número de dados, demonstraria que o definido manifesta-se por meio de um tom baixo que se combina com o último tom da palavra, gerando, um tom modulado fI'/ alto-baixo, no lexema investigado. Não se trata, portanto, de um morfema zero, mas sim de um morfema tonal.

5. A Ordem dos Morfemas

Todas as línguas apresentam restrições quanto à combinação de morfemas, que levam em conta a forma e a ordem linear da distribuição dos morfemas.
Construções como ama-na-mos impedem qualquer desrespeito à ordem linear, tomando impossível * ama-mos-na, *mos-ama-na, por exemplo. Alguns lingüistas, como os de orientação distribucionalista, argumentaram que somente esses casos, em que se observam combinações no interior dos segmentos internos da palavra, devem ser analisados pela morfologia, cabendo à sintaxe estudar as combinações no nível da frase e do sintagma. Essa discussão remete a uma relação difícil de negar entre a morfologia e a sintaxe, visto que a restrição à seqüência * livro o não é intrinsecamente diferente da restrição à forma * ama-mos-na. No âmbito estrito da morfologia, Hockett (1954:389) chegou a propor a descrição de um padrão tático das línguas que incluiria a enumeração das classes de distribuição característica dos morfemas.

6. Morfologia Lexical e Morfologia Flexional

Podemos agora, depois de ter aprendido a segmentar os morfemas e reconhecer seus processos de organização, voltar a um tópico apenas enunciado na introdução

deste capítulo, a subdivisão dos estudos da morfologia em dois campos:

(i) um dedicado ao estudo dos mecanismos morfológicos por meio do qual se formam palavras novas - domínio da morfologia lexical;

(ii) outro, voltado para a análise dos mecanismos morfológicos que apresentam informações gramaticais - domínio da morfologia flexional.

O mecanismo básico da morfologia lexical é a derivação, por meio do qual se formam séries assistemáticas e as simétricas com muitas lacunas: "trabalhartrabalhador, lavrar - lavrador, carregar - carregador, mas não ensinar - *ensi-

69

nador, estudar - *estudador, porque os lugares já estão ocupados por professO! mestre, lente e estudante" (Sandmann, 1991, 24). Na morfologia flexional, (mecanismo básico é a flexão, que forma conjuntos sistemáticos completos ou fechados, os paradigmas flexionais das conjugações verbais, por exemplo. Na primeira temos a formação de palavras novas, na segunda as palavras são as mesmas, com modificações que indicam relações gramaticais.

Os morfemas derivacionais, embora mais numerosos, têm unia distribuição mais restrita, condicionada pelo uso. Os sufixos do português - ção, - mento, pOI exemplo, unem-se a verbos, para indicar nome de ação ou resultado de ação, como: invenção, casamento; enquanto os sufixos - ismo, ura - unem-se a adjetivos, para expressar, também, ação ou resultado de ação: civismo, doçura. Os morfemas flexionais, numericamente limitados, têm uma distribuição mais ampla; o sufixo flexional de plural, o -s, se liga a qualquer nome contável.

O acréscimo de morfemas derivacionais pode provocar a mudança de categoria gramatical das palavras; os flexionais conservam seus membros na mesma classe. Em português, podemos exemplificar alguns casos de transferência de classe:

Nome + sufixo> verbo Verbo + sufixo> nome Adjetivo + sufixo> nome

Ex: clarear, civilizar, coroar, mapear Ex: contagem, pesagem, vencedor, punição Ex: escuridão, imensidão, realidade, finalidade

A derivação lexical, por expressar diferenças vocabulares, é responsável pela maior parte da criatividade ou produtividade lexical da língua. Podemos observar sua atuação nos neologismos bastante previsíveis criados pelos sufixos -ismo ou -ista difundidos pelos jornais: lulismo, serrismo, cirista, brizolista.

7. Morfologia Lexical

Derivação e composição são os processos mais gerais de formação de palavras. O processo de derivação é o mais utilizado para formar novos itens lexicais.

Embora a grande diversidade morfológica observada nas línguas do mundo dificulte o reconhecimento da existência de "universais morfológicos", a pesquisa, ainda incipiente na área, revela que entre os processos de afixação (prefixação e sufixação) há uma preferência pela sufixação. Raras são as línguas exclusivamente prefixais; mas muitas são exclusivamente sufixais, como o turco e o japonês.

Examinaremos, na seqüência, os processos de derivação e composição no português, a partir dos trabalhos de Borba (1987) e Basílio (1987).

Na derivação acrescenta-se um afixo (sufixo ou prefixo) a uma base, como em:

Prefixo + base: des + fazer = desfazer

Base + sufixo: formal + mente = formalmente

Morfologia

A base de uma forma derivada é geralmente uma forma livre, isto é, uma forma mínima que pode constituir sozinha um enunciado, como um verbo, um adjetivo ou um advérbio. Podemos ter derivados a partir de formas presas, isto é, formas que não podem ocorrer sozinhas, como morfológico, em que se juntou o sufixo - ico, formador de adjetivos, à base morfolog, composta de morio + log, que é ao mesmo tempo composta (dois radicais gregos) e presa.
A composição consiste na associação de duas bases para formar uma palavra nova. Teremos palavras compostas a partir de formas livres, como guarda-livros (guarda + livros) como também a partir de formas presas, como geologia (geo+logia).

7.1 . Derivação

Em português, raízes e radicais servem de base para a adjunção de afixos.
Se tomarmos a palavra marinha, verificaremos que o sufixo I-inhalfoi acrescentado à raiz mar-; já na palavra marinheiro, o sufixo I-eirol foi acrescentado ao radical marinh-. A raiz é o elemento irredutível e comum às palavras derivadas (mar-inha, mar-inheiro); o radical inclui a raiz e os elementos afixais que servem de suporte para outros afixos, criando novas palavras, como marinheiro, cujo radical é marinh-. Os afixos são em número limitado. Em português, por exemplo, são pouco mais de cinqüenta prefixos e aproximadamente cento e quarenta sufixos. Apresentam funções sintático-semânticas definidas, que delimitam o significado e o uso possível da nova palavra formada. Assim, os prefixos combinam o seu valor semântico ao da raiz a que se unem, como nos exemplos:

inter+por = interpor; contra + senso = contra-senso; vice + rei = vice-rei.

Os sufixos também apresentam uma significação léxica, mas é mais comum terem um valor geral e abstrato, como -dade, -ez, - ia, que formam substantivos abstratos (liberdade, viuvez, alegria); -ense, -este, -ício, que formam adjetivos (catarinense,

celeste, vitalício); -ar, -ear, -izar, que formam verbos (penar, florear, concretizar). Há sufixos que acumulam valores semânticos diversos, como -ada (i) idéia de coleção (filharada), (ii) idéia de golpe (agulhada), (iii) idéia de produto alimentar (feijoada), (iv) idéia de duração (temporada).

Os processos derivacionais são bastante produtivos. Tal fato pode ser explicado não só pela possibilidade elevada de combinação de raízes e afixos, mas porque: (i) em muitos casos mudam a classe da nova palavra formada, como a nominalização de verbos, processo altamente produtivo que forma substantivos a partir de verbos, como pesar> pesagem, (ii) envolvem noções bastante comuns e de grande generalidade, como a idéia de negação (ilegal), grau (gatinho), designação de indivíduos (pianista), nomes abstratos (bondade).

71

72

Introdução à Lingüística 11

7.2. Composição

o processo de composição junta uma base a outra, com ou sem modificação de sua estrutura fônica; aglutinando-se, em aguardente, ou justapondo-se, em pentacampeão. Os elementos do composto apresentam uma relação entre um núcleo e um modificador (ou especificador), entre um determinado e um determinante. Em português, o primeiro elemento do composto que funciona como núcleo nas estruturas formadas por:

Substantivo+substantivo Ex.: sofá-cama, peixe-espada, mestre-sala Substantivo+adjetivo Ex.: caixa-alta, obra-prima, amor-perfeito Verbo+substantivo Ex.: guarda-roupa, porta-estandarte, beija-flor

Nas estruturas com adjetivo, esse é sempre o especificador, independente de sua posição: belas-artes, livre-arbítrio.
A composição distingue-se da derivação por seu próprio mecanismo de estruturação: enquanto pela derivação se expressam noções comuns e gerais, o processo de composição permite categorizações mais particulares. A associação de dois elementos independentes do léxico em apenas um elemento cria formas compostas muitas vezes desvinculadas do significado particular de cada um de seus componentes, como em amor-perfeito.

8. Derivação Regressiva

Diferentemente dos processos de derivação e de composição, em que há adição de morfemas, existe, em português, um mecanismo de criação lexical em que se observa a redução de morfemas, conhecido como processo de derivação

regressiva. Pode-se observá-lo em derivados do tipo: busca, de buscar, implante, de implantar, manejo, de manejar. Os derivados são, na maioria, substantivos deverbais, isto é, construídos a partir de verbos.

9. Derivação Parassintética

A derivação paras sintética consiste na adição simultânea de um prefixo e um sufixo a uma base. É um processo mais produtivo na formação de verbos (en- + feitiço + -ar = enfeitiçar) do que na de adjetivos (des- + alma + -ado = desalmado). A função semântica é atribuída ao prefixo, enquanto a função sintática cabe ao sufixo, que mud~ a classe da palavra a que pertence a base.

Morfologia

Reconhece-se como construção parassintética apenas aquela em cujo processo de estruturação não se pode identificar uma etapa de prefixação antecedendo à de sufixação, como em enraivecer, que não pressupõe *enraiva. Já em insensatez reconhecemos diferentes níveis de estruturação: o da prefixação, atribuindo valor negativo ao adjetivo sensato, formando insensato, e a sufixação de -ez, formando insensatez.

10. Morfologia Flexional

A morfologia flexional trata, principalmente, dos morfemas que indicam relações gramaticais e propiciam os mecanismos de concordância, estando mais diretamente relacionada à sintaxe. Nas línguas do mundo, as categorias gramaticais freqüentemente manifestadas pelos morfemas flexionais são:
para os nomes, as categorias de gênero, número e caso; para os verbos, as categorias de aspecto, tempo, modo e pessoa. Chegou-se até a formular a hipótese da existência de universais morfológicos relativos à flexão. Greenberg (1963:112) constatou que, freqüentemente, havendo um morfema para cada categoria, a ordem de ocorrência junto ao nome é: gênero, número e caso.
Bybee (1985:13-24), na tentativa de explicar certos universais morfológicos, afirma que as categorias mais relevantes são colocadas mais próximas aos radicais ou bases; no caso dos verbos, a ordem varia em função do tipo de afixos, se estes forem sufixos a ordem preferencial é aspecto -tempo - modo - pessoa - número; se forem prefixos, a ordem será invertida.
A evidência desses universais não significa que todas as línguas manifestarão todas essas categorias, nem que todas elas serão representadas pelos mesmos tipos de morfema. Para compreender o funcionamento dos morfemas flexionais vamos examinar como se apresentam os nominais nas línguas do grupo banto (Níger-Congo, bênue-congo) com exemplos do quimbundo, língua falada em Angola:

mu-tu à-tu mu-xi mi-xi

"pessoa" "pessoas" "árvore" "árvores"

ki-nu i-nu di-zwi mà-zwi

"pilão" "pilões" "língua" "línguas"

Identificamos claramente um morfema prefixal para o singular e outro para o plural, em cada par de palavras, mas não temos elementos para prever a forma de cada um desses morfemas. A diversidade de formas, no entanto, não é aleatória, ela obedece a um sistema chamado "classe nominal", que inclui todos os substantivos da língua numa classe de singular e noutra de plural; cada classe sendo caracterizada por um prefixo. As classes se organizam aos pares; em quimbundo há

73

74

Introdução à Lingüística 11

18 classes nominais, com 9 emparelhamentos singular/plural. Analisando os e xemplos acima temos:

a) classe 1 {mu-} tem como plural a classe 2 {a-} , refere-se aos sere:
humanos. Ex. mu-tu / à-tu;

b) classe 3 {mu-} tem como plural a classe 4 {mi-}, refere-se às plantas.
Ex. mu-xi/ mi-xi;

c) classe 5 {di-} tem como plural a classe 6 {ma-}, refere-se ao corpo coletivos. Ex: di-zwi/mà-zwi;

d) classe 7 {ki-} tem como plural a classe 8 {i-}, refere-se a objetos fabrica dos. Ex: ki-nu li-nu

Os valores semânticos associados às diferentes classes constituem apena uma referência, nem sempre verificada na língua. O que atribui a classe a un substantivo é o fato de pertencer a um determinado sistema de concordância, po exemplo classe 3/classe 4, isto é, a classe de singular com a classe respectiva di plural. Trata-se de um mecanismo de flexão, que não cria novos itens na língua apenas atualiza as raízes para que possam participar de um enunciado.
O sistema de classes nominais em que se inserem os substantivos do quim bundo rege também um mecanismo de determinação, que opera no nível do sin tagma como também no nível da frase. Assim, teremos:

(1) mu- tu ú-màxi 'uma (só)pessoa" /cl1/pessoa! pref.pron. c11/umI /pessoa! uma!

(2) ki-nu ki-màxi 'um (só) pilão / c17 -pilão/pref. pron.c1. 7/umI /pilão/umI

Osmorfemas que precedem os modificadores do substantivo concordan com este em classe.
Observe-se, abaixo, como as marcas de concordância com a classe do nú cleo nominal se manifestam no nível da frase:

(3) mutu

úmàxi

wádikwàmà

/mu -tu/ú- màxi/u-á-di-kwàmà/

/cll- pessoa! pref.pron.cll-uml índice do suj.c1asse 1- passado - reflexivo - fem "Uma (só) pessoa se feriu" (Bonvini, 1996:81)

Podemos afirmar que o sistema de classe nominal é um sistema de con cordância, em que todos os especificadores do núcleo nominal devem concorda com ele em classe; no exemplo acima, o prefixo pronominal (categoria dos nu merais em quimbundo, conforme descrição de Bonvini) e o índice do sujeit~ (anafórico do sujeito, obrigatório mesmo com sujeito preenchido lexicalmente apresentam-se sob a forma que assumem ao relacionar-se com substantivos d

classe 1. Se o núcleo nominal fosse preenchido por um substantivo de outra classe, esses morfemas assumiriam outras formas, conforme o paradigma de cada categoria. Assim como o paradigma das classes nominais em quimbundo possui 18 morfemas, os paradigmas dos prefixos pronominais e os paradigmas dos índices do sujeito também possuem 18 morfemas cada um, para permitir que a flexão manifeste a solidariedade sintática dos morfemas inter-relacionados.

Considerações finais

A morfologia é uma área que tem provocado muitas controvérsias entre os lingüistas, que nem sempre consideraram o nível morfológico pertinente para a construção de uma teoria da gramática. O estruturalismo tratou a morfologia como uma questão fundamental, ao valorizar a descrição da diversidade das línguas, evidenciada pela grande diferença morfológica. Para o gerativismo, essa diversidade remete a um aspecto crucial: como conciliar a proposta de uma gramática universal diante de tamanha diversidade morfológica? Esse é o desafio que o gerativismo está enftentando hoje, ao considerar a morfologia como um problema central a investigar (Sandalo, 2001: 191-204).

Referências Bibliográficas'

BASiLIO, M. (1987) Teoria Lexical. São Paulo: Ática.

BLOOMFIELD, L. (1966[1926]) A set of postulates for the science of language. JOos, M. (ed.) Readings in Linguistic I: The development of Descriptive Linguistics in America 1925-56. Chicago: The University of Chicago Press.

BONVINI, E. (1996) "Classes d'accord dans les langues négro-afucaines. Un trait typologique du Niger-Congo. Exemples du kasim et du kimbundu". Faits des langues, L'Accord - Revue de Linguistique, Paris: Opbrys 8 : 77-88.

BORBA, F.S. (1987) Introdução aos estudos lingüisticos. São Paulo: Companhia

Editora Nacional.
BYBEE,1. L. (1985) Morphology: A Study ofthe Relation betweeen Meaning and Fonn. Amsterdã: John Benjamins.
CRYSTAL, D. (1987) The Cambridge Encyclopedia ofLanguage. Cambridge: Cambridge University Press.
FORTESCUE, M. (1994) Morphology, Polisynthetic. In ASHER, R.E., SIMPSON, J. M. Y. The Encyclopedia of Language and Linguistics, vol. 5, Oxford, New York, Seul, Tóquio: Pergamon Press.
GLEASON IR., H.A. (1961) Introdução à lingüistica descritiva. Trad. 1. Pinguelo. Lisboa: Calouste Gulbenkian.
GREENBERG, 1. (1963) Some universais of grammar with particular reference to the order of meaningful elements.
In GREENBERG, J. (ed.) Universals ofLanguage. MIT Press, Cambridge, MA.
HOCKETT, Ch. (1966) Two models of grammatical description. JOos, M. (ed.) Readings in Linguistic I: The Development ofDescriptive Linguistics in America 1925-56. Chicago: The University of Chicago Press.
HOUAISS, A. (200 I) Dicionário Houaiss da lingua portuguesa. Rio de Janeiro: Editora Objetiva.
KEHDI, Y.(1993) Morfemas do português. São Paulo: Ática.
LEROY, M. (1971) As grandes COITentes da lingüistica modema. São Paulo: Cultrix, EDUSP.
LOPES, E. (1991) Fundamentos da lingüística contemporânea. São Paulo: Cultrix.
MATTHEWS, P.H.(1974) Morphology. An Introduction to the Theory of Word-structure. Cambridge: Cambridge University Press.
POST, M. (1995) Fa d' Ambu. In ARENDS, 1., PUYSKEN, P., SMITH, N. Pidgins and Creoles - an Introduction. Amsterdã!
Filadélfia: John Benjamins.

7.5

PONTES, E.(1965) Estrutura do verbo no português coloquial. Belo Horizonte; UFMG.
ROSA, M.C.(2000) Introdução à mario/agia. São Paulo; Contexto.
SANDMANN, A. J. (1991) Mario/agia geral. São Paulo; Contexto.
SANDALO, M.F. (2001) Morfologia. In MUSSALIM, F. & BENTES, A. C. Introdução à lingüística, São Paulo; Cortez.

Sugestões de leitura

CÂMARA JR., J.Mattoso. Estrutura da língua portuguesa. Petrópolis, Vozes, 1970.
. Problemas de lingüística descritiva. Petrópolis, Vozes, 1969.
Merecem uma leitura cuidadosa as obras do lingüista que introduziu o estruturalismo no Brasil e renovou os estudos da morfologia portuguesa, particularmente no que se refere à flexão nominal e verbal.

GLEASON JR., H.A. Introdução à lingüística descritiva. Trad. J. Pinguelo. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1961.
É um manual que apresenta de forma bastante clara a metodologia da lingüística descritiva, com especial atenção para a descrição fonológica e morfológica das línguas.

KEHDI, V Morfemas do português. São Paulo: Ática, 1993.
Apresenta de forma clara as técnicas de segmentação de morfemas e oferece uma análise competente de sua manifestação na língua portuguesa.

NIDA, E. Morphology. Ann Arbor, Michigan, University Press, 1949.
É uma obra extremamente completa sobre segmentação e classificação de

morfemas. Oferece exemplos de análise de uma grande diversidade de línguas. É um texto clássico da morfologia distribucional.

ROSA, M.C. Introdução à morfologia. São Paulo: Contexto, 2000.
Partindo de uma abordagem gerativista da linguagem, a autora apresenta o desenvolvimento dos estudos da morfologia, com explicação clara dos conceitos básicos da análise morfológica, orientando a reflexão do leitor sobre diferentes abordagens dos fenômenos tratados.

SANDMANN, A. J. Morfologia geral. São Paulo: Contexto, 1991.
. Morfologia Lexical. São Paulo: Contexto, 1992.
Nas duas obras o autor discute aspectos da morfologia do português, com destaque para a formação do léxico atual do português brasileiro. Defende a tese de que o morfema {-a} do feminino dos substantivos não é flexional, discordando da análise tradicional da categoria de gênero.

Exercícios

Morfologia

I. Destaque os morfemas que identificam o nome de agente, no masculino singular, no feminino singular e no plural (dos dois gêneros), em Haussá (Níger, Nigéria).
O tom e a duração vocálica, indicados pelos diacríticos acento grave e mácron, não devem ser considerados na análise (CARON, B. & Amfani, H. 1997: 28)

NOME DE AGENTE Verbo Masculino Feminino Plural I.ginà "construir" magini maginiya .
maglnã 2.dinkà "costurar" madinki madinkiya madinkã 3.j emà "curtir" majemi majemiya majemã 4.kera "forj ar" makeri makeriya makerã 5.nõma "cultivar" manàmi manõmmiya manõmã 6.rina "tingir" marini mariniya marinã 7.sãka "tecer" masàki masãkiya masàkã

77

II. Descreva o morfema que significa diminutivo em Agta (Filipinas) (Richards, 1981:46)

l.assal) 2.talobag 3.bag 4. bakbaka t 5.abbil) 6.bahuy 7.ala'?assal) 8.talatalobag 9.balabakbakat 10.balabag l1.balabahuy 12.ala'?abbil)

"pequeno" "besouro" "tanga"

"avó"

"criança" "porco"

"muito pequeno" "joaninha" "avó pequena" 'tanga pequena" "porco pequeno"

"criança pequena"

m. Identifique os morfemas (Asteca de Tete1cingo - México)

1. nikwika 2. t ikwuika

3.nikonis

"Eu canto" "Você canta"

"Eu vou beber"

4.tikwikas 5. nikwikatika 6.tikonitika 7.nikwikataya 8. t ikonik

"Você vai cantar" "Eu estou cantando"

"Você está bebendo" "Eu estava cantando"

'Você bebeu'

IV. Depreenda os morfemas gramaticais e explique a distribuição de seus alomorfes, em B8l) (Costa do Marfim) (TCHAGBALE, Z., 1984: 74):

Um/uma o/a uns/umas o s/as bãl) bãni bãl)l) bãnil) "corda" gbil) gbini gbil)l) gbinil) "odor" bel) beni bel)l) benil) "buzina" ce cele cel) ceel) "camarada" si sile - , Si8l) "palmeira" Sll) züle ZÜl) - - , "peito" zu zuol) t6 t61e t6l) t66l) "nome" t5l) t5ni t5l)l) t5nil) "colina" jé jéle jél)l) . / , , "boca" Je8l)

V. Identifique os morfemas (Matis- Amazonas)

1. minbi nami pek i 2. nami pek 3.nuki nami pek 4.minbi nami peak 5.mikui nami peak 6.nami peak 7.abarek 8.mikui abarek

'Você come carne' "Ele come carne"

"Nós comemos carne" "Você comeu carne"

"Vocês comeram carne" "Ele comeu carne"

"Ele corre" "Você correm"

VI. Identifique os morfemas e explique a alternância consonantal observada em Anhi (Gana, Costa do Marfim) (Creissels, 1989: 125):

;) ka

;) à-h a

;) I)-gà

"ele não fica"

"ele fica"

"ele ficou"

Morfologia

:) dàfÍ :) à-làfÍ :) n-náfÍ "ele dorme" "ele dormiu" "ele não dorme" :) ba :) à-wá :) m-mà "ele vem" "ele veio" "ele não vem"

VII. Indique o morfema do definido e a regra que prevê seus alomorfes, no Crioulo do Haiti:

I I I I I I I I I I i I I I

livla "o livro" fwea "o feno" sE:vjE:tla "a toalha" waa "o rei" b5tea "a bondade" münla "a pessoa" plim "caneta" dloa "a água" dãa "o dente" sakla "o saco" SE:Z "cadeira" Simea "o caminho" bãnãnãlã "a banana" lj5a "o leão" fia "a menina" w5tla "a vergonha" fi "menina" lj5 "leão" liv "livro"

VIII. Descreva os morfemas que ocorrem nos dados do Popoluca da Serra (México) (Richards, 1981: 25):

13 pes., presente 23 pes., presente 23 pes., passado 1. "subir" aki2mpa miki2mpa miki2mwom 2. "trabalhar" ayo'sa'p miyo'sa.p miyo'sawom 3. "engordar" apA'pa mipA'pa mipA'wom 4."construir casa" atAga . p mitAga'p mitAgawom 5. "empalidecer" apooba' p mipooba'p mipoobawom 6. "ouvir" amotoIJpa mimatoIJpa mimatoIJwom 7. "comer" awi2kpa miwi2kpa miwikwom 8."cortarlenha" akAAba'p mikAAba'p mikAAbawom 9. "espirrar" aheetYikspa miheetYikspa miheetyikswom

Referências Bibliográficas

CARON, B. & AMFANI, H. (1997) Dictionnaire fTançais-haoussa. Paris, Ibadan: Karthala, Ifra-Ibadan.
CREISSELS, D. (1989) Aperçu sur les structures phonologiques des langues négro-africaines. Grenoble: ELLUG.

RICHARDS, J. (1981) Exercícios de análise gramatical. Brasília; SIL (Summer Institute ofLinguistics).
rCHAGBALE, Z. (1984) T.D. de Linguistique - exercices et corrigés. Abidjan: ILA (Institut de Linguistique Appliquée).

79

Sintaxe: explorando a estrutura da sentença

Esmeralda Vailati Negrão
Ana Paula Scher Evani de Carvalho Viotti

1. Introdução

Saber como os itens lexicais de uma língua se estruturam em uma sentença é a parte central da competência lingüística dos seres humanos, tal como é entendida pela Gramática Gerativa e como foi abordada no volume I desta Introdução.
O falante de qualquer língua natural tem um conhecimento inato sobre como os itens lexicais de sua língua se organizam para formar expressões mais e mais complexas, até chegar ao nível da sentença.
Imaginemos o léxico de nossa língua como uma espécie de dicionário mental composto pelo conjunto de itens lexicais (palavras) que utilizamos para construir

nossas sentenças. Nossa competência nos permite ter intuições a respeito de como podemos dividir esse dicionário, agrupando itens lexicais de acordo com algumas propriedades gramaticais que eles compartilham. Essas propriedades nos levam a distinguir um grupo por oposição a outro. Assim, por exemplo, no processo de aquisição de nossa língua materna, sabemos, desde muito cedo, que um item lexical como mesa é diferente de um item lexical como cair. Uma criança logo diz caiu, mas nunca diz mesou. Isso indica que ela sabe que cair faz parte de um grupo de palavras - como chorar, querer, paparque pode combinar-se com um tipo particular de sufixos, como -ou, -eu, -iu. Ao mesmo tempo, ela sabe que mesa faz parte de um outro grupo de palavras - como cadeira, berço, brinquedo - que, por sua vez, pode se combinar com outro tipo de sufixo.

82

Introdução à Lingüística 11

Nossa competência lingüística também nos ajuda a perceber que as sentenças de nossa língua não são o resultado da mera ordenação de itens lexicais em uma seqüência linear. Sem nunca ter passado por um aprendizado formal a respeito desse assunto, sabemos que uma seqüência de palavras como menino bicicleta o da caiu não é uma sentença do português. Ao mesmo tempo, sabemos que, para termos uma sentença do português formada por esses mesmos itens lexicais, precisamos, antes, fazer combinações intermediárias: compor o com menino; compor da com bicicleta; compor caiu com da bicicleta; e, finalmente, compor o menino com caiu da bicicleta. Sabemos, portanto, que a estrutura da sentença não é linear, mas sim hierárquica.
Essa nossa competência também nos indica que uma sentença se constitui de dois tipos de itens lexicais: de um lado, estão aqueles que fazem um tipo particular de exigência e determinam os elementos que podem satisfazê-la; e, de outro, estão os itens lexicais que satisfazem as exigências impostas pelos primeiros.
Tomemos, como exemplo, uma sentença como 'O João construiu uma casa'. Intuitivamente, sabemos que o verbo construir é um item lexical do tipo que faz exigências. Construir precisa ser acompanhado de duas outras expressões lingüísticas: uma que corresponda ao objeto construído e outra, ao agente construtor. Na sentença em exame, as expressões uma casa e o João são as expressões que, respectivamente, satisfazem essas exigências impostas por construir. Isso é tão natural para nós que só nos damos conta de que as coisas são como são, se formos expostos a uma sentença fora de contexto, em que uma das exigências impostas por construir não esteja satisfeita. Imaginemos que alguém se aproxime de nós e nos diga, como início de conversa, 'construiu uma casa'. Nossa reação é imediata! Perguntamos logo 'quem construiu uma casa?'. Com isso, estamos pedindo a nosso interlocutor que acerte sua sentença, de modo a que as imposições feitas pelo verbo construir sejam satisfeitas.

Nosso objetivo, neste texto, é mostrar como esse nosso conhecimento lingüístico pode ser usado como um guia a nos orientar no trabalho de análise da estrutura das sentenças de nossa língua.

2. Categorias gramaticais

Qualquer falante da língua portuguesa dirá que a palavra menino é do mesmo tipo que garota ou cachorros e de um tipo diferente das palavras comprar, comprou, compraria que, por sua vez, são do mesmo tipo que cantar, cantávamos, cantarão.
Ou seja, os falantes de uma língua sabem que um certo item lexical pertence a uma determinada categoria gramatical. Alguns poderiam dizer que esse saber é conseqüência do conhecimento do significado do item lexical em questão. No entanto, se expusermos os falantes a sentenças com palavras inventadas, que não existem no

dicionário da língua, mas que exibem o comportamento gramatical próprio de uma determinada categoria de palavras, sem dúvida tal falante reconhecerá a palavra inventada como integrante da categoria condizente. Vejamos o conjunto de dados em (1), em que sentenças são construí das com o item lexical plongar, palavra não encontrada em nenhum dicionário da língua portuguesa:

(1) a. Os meninos plongam sempre aos domingos.
b. Na minha infância, eu plongava todas as tardes.
c. Uma vez, um jornalista do Estado plongou vários artistas aposentados.
d. Quando ele chegou, nós estávamos plongando os convidados todos.

Ao tomar conhecimento dos dados em (I), qualquer falante do português classifica a palavra plongar como pertencente à mesma categoria de cantar ou comprar. Mais ainda, se ele tiver conhecimento da metalinguagem da teoria gramatical dirá não só que plongar é um verbo, mas também que é um verbo que tem um sujeito e um complemento. Ele é capaz de dizer essas coisas, pois é capaz de perceber quais são as propriedades gramaticais - morfológicas, distribucionais e semânticas - que caracterizam cada uma das categorias da língua.
Explicitando melhor essas propriedades, podemos dizer que o falante reconhece que o item lexical plongar pertence à mesma categoria do item lexical cantar porque ambos possuem a propriedade de assumir formas variadas dependendo dos traços morfológicos de seus sujeitos, que, de maneira geral, são os elementos que antecedem os verbos. Assim, em (I)a, o elemento que antecede plongar - seu sujeito - tem marcas de 3". pessoa do plural. Plongar assume, também, marcas de 3". pessoa do plural, concordando com esse elemento. Da mesma forma, em (1)b, plongar assume as marcas morfológicas correspondentes à I". pessoa do singular, uma vez que o elemento que o antecede - seu sujeito - é o pronome eu, que se refere à pessoa que fala. Ou seja, nessas sentenças plongar carrega marcas morfológicas que variam de acordo com os traços de pessoa e número do elemento

que o antecede. Essas marcas também variam dependendo de a situação descrita pela sentença ter ocorrido em um tempo anterior ao momento da fala, como em (I)c, ou de estar ocorrendo simultaneamente a uma outra situação, como em (I)d. Ainda, as marcas variam dependendo de o evento ser episódico, como em (1)c, ou de ter uma duração no tempo, como em (1)d. Na língua portuguesa, somente itens lexicais do tipo de plongar, isto é, verbos, recebem sufixos que denotam o tempo e o aspecto do evento descrito pela sentença e que estabelecem uma concordância de número e pessoa com o seu sujeito. Portanto, essas marcas morfológicas permitem que distingamos a categoria gramatical dos verbos das demais categorias de palavras.

Além do critério morfológico, a posição que um item pode ocupar na estrutura sentencial é uma propriedade definidora crucial da categoria gramatical do item lexical, funcionando, assim, como um critério distribucional. Tomemos uma sentença como (2):

(2) O menino

a banana.

Quando for solicitado a preencher sua lacuna, o falante certamente vai preenchê-la com itens do tipo encontrou, queria, estava comendo, ou seja, com verbos. O mesmo vai acontecer em contextos mais complexos, como nas seguintes sentenças:

(3) a. a aula, os alunos saíram.
b. Os alunos foram saindo sem que o professor

Em (3)a, o falante teria as seguintes opções para preencher a lacuna: (i) poderia usar um item como depois; (ii) poderia inserir uma palavra como após, ou (iii) poderia, ainda, usar um verbo como terminar no particípio passado. Entretanto, para que depois possa tomar o constituinte a aula como seu complemento será necessária a introdução de um elemento que possa estabelecer a relação entre eles, como de. Por outro lado, verbos e itens lexicais como após podem, por si mesmos, estabelecer relações com o constituinte que os segue.
Em (3)b, o falante só teria a opção de usar uma forma verbal na lacuna. A expressão sem que introduz uma sentença que requer um verbo tlexionado e o falante sabe disso.
O fato de os verbos, nas sentenças acima, serem os itens lexicais que denotam situações que podem ser do tipo de atividades, estados ou eventos também é um critério, nesse caso semântico, com o qual os falantes operam para classificar os itens lexicais de sua língua.
Concluindo, as propriedades morfológicas, distribucionais e semânticas próprias de cada um dos itens lexicais de uma língua nos permitem agrupá-los em categorias

que passam a ser definidas exatamente pelo fato de que os itens que as integram compartilham tais propriedades gramaticais. Sendo assim, o trabalho do analista da linguagem é observar o comportamento gramatical de cada um dos itens lexicais que integra o dicionário de sua língua e dividi-los em grupos de itens que exibem comportamentos comuns. Cada grupo corresponde a uma categoria gramatical.

O trabalho de agrupamento de itens lexicais de cada uma das línguas naturais em categorias gramaticais não é novo. Ao contrário, é tão antigo quanto os estudos lingüísticos. Qualquer livro de gramática contém uma seção, comumente chamada "classes de palavras", em que, a partir de alguns critérios tomados como definidores, classificam-se os itens lexicais de uma língua.

O modo como tais livros nos apresentam as categorias gramaticais de nossa língua nos dá a impressão de que o trabalho de classificação dos itens lexicais do português já está pronto, restando-nos somente a tarefa de memorizar os critérios expressos sob a forma de definições, e, conseqüentemente, de memorizar os itens que integram cada classe. No entanto, essacompletude é apenas aparente. Quem já se submeteu à tarefa de analisar a língua viva, defrontou-se com problemas, uma vez que, nesses livros, só vemos tratados os casos prototípicos. É por isso

que, no nosso entender, devemos não memorizar, mas iniciar-nos no trabalho de observação das propriedades gramaticais dos itens lexicais de nossa língua para, assim, ter a experiência da própria elaboração de agrupamentos que serviram de base para o estabelecimento das categorias gramaticais.

Utilizando-nos dos critérios morfológicos, distribucionais e semânticos podemos começar a levantar propriedades caracterizadoras de algumas categorias gramaticais, para que assim possamos vivenciar o processo de construção dos agrupamentos dos itens lexicais de nossa língua. Examinemos as sentenças em (4):

(4) a. A fagia sumiu no céu b. As fagias sumiram no céu c. Ele encontrou muitas fagias gigantescas.

A primeira propriedade que observamos ao comparar as sentenças em (4) é a de que a palavra fagia tem formas diferentes dependendo do fato de ela ser singular ou plural. O morfema plural -s é característico de palavras do tipo de garota/garotas. Em nossa língua, palavras terminadas em -a são, em geral, palavras marcadas como pertencentes ao gênero feminino. Marcas de gênero e número são típicas de itens lexicais que integram a categoria dos nomes ou substantivos.

Do ponto de vista distribucional, observamos que em (4)a e (4)b, o item lexical fagia(s) vem antecedido pelos determinantes a, as. Em (4)c, ele vem antecedido pelo quantificador muitas e seguido pela propriedade expressa pela palavra gigantescas, funcionando como o núcleo do constituinte que integra. Ainda distribucionalmente, observamos que o constituinte do qual fagia(s) é núcleo pode anteceder ou seguir o verbo e satisfaz exigências sintáticas e semânticas por ele impostas. Tanto o fato de serem núcleos de seu constituinte, quanto o fato de satisfazerem as imposições sintáticas e semânticas do verbo reafirmam nossa hipótese de que fagia(s) pertence à categoria dos nomes.

Por fim, apesar de não conhecermos o significado de fagia (s), sabemos que esse item nomeia uma entidade. É a classe dos nomes que inclui os itens lexicais que

desempenham o ato de nomear.

Continuemos nossa experiência de observação das propriedades com o fim de estabelecer agrupamentos de itens lexicais analisando as sentenças em (5):

(5) a. o João é um menino murge, mas não feliz.

b. O João e o Pedro são meninos muito murges.

c. O João está mais murge do que qualquer pessoa que eu conheça.

d. Ele tem agido muito murgemente nesses dias.

1

O item lexical murge na sentença (5)a atribui uma propriedade ao substantivo menino, com o qual concorda em gênero e número. Essa concordância pode ser comprovada na comparação entre (5)a e (5)b. Essa atribuição de propriedade ao substantivo pode se dar de maneira direta ou pela intermediação de um verbo, como na sentença (5)c. O item murge aceita que a propriedade por ele atribuída varie em grau como em (5)b e (5)c. Em (5)b, essa variação de grau se faz de forma

85

absoluta; em (5)c, ela se faz de forma comparativa. Com a sentença (5)d vemos que, se acrescentarmos o sufixo -mente a murge, formamos um novo item lexical. Esse novo item lexical parece pertencer a uma nova categoria gramatical. Sabemos isso porque, contrariamente ao que foi observado a respeito de murge, murgemente não aceita receber marcas morfológicas flexionais, como pode ser observado pela estranheza da sentença (6):

(6) *Os meninos têm agido muito murgementes nesses últimos dias.

Ao ser exposto às sentenças em (5), qualquer falante do português dirá que, apesar de não saber o significado do item murge, ele parece ser do mesmo tipo que triste, por exemplo. Para o falante iniciado nos estudos gramaticais, isso equivale a dizer que o item murge pertence à categoria gramatical dos adjetivos. Essa conclusão baseada basicamente na análise de propriedades morfológicas é corroborada pela análise da distribuição de murge nas sentenças. Em (5)a murge combina-se com o substantivo menino, que, subseqüentemente, combina-se com o determinante um para formar o constituinte um menino murge. Portanto, murge é parte integrante do constituinte nucleado por menino. Já em (5)c, ele é um constituinte independente do item ao qual atribui uma propriedade. A utilização de itens lexicais que têm a propriedade de substituir constituintes, que aqui chamamos de PROFORMAS, pode funcionar como evidência de que murge tanto pode integrar um constituinte nucleado por um substantivo quanto pode formar um constituinte independente. Observem as sentenças em (7):

(7) a. O João é isso. b. O João está assim.

Em (7)a, isso substitui o constituinte um menino murge, da sentença (5)a;

em (7)b, assim substitui o constituinte mais murge do que qualquer pessoa, da sentença (5)c. Distribucionalmente, podemos dizer, então, que adjetivos ou integram constituintes nominais, ou são constituintes que têm a característica de atribuir uma propriedade a um constituinte nominal. Essa atribuição de propriedade feita pelo adjetivo é mediada por um verbo, como mostra a sentença (7)b. A conclusão de que murge pertence à categoria dos adjetivos nos permite agora prever outros contextos em que ele pode ocorrer. Consideremos a sentença abaixo:

(8) Eu encontrei murge o aluno que tinha feito a proposta.

Na sentença (8), murge nucleia um constituinte que pode estar relacionado a dois constituintes diferentes Um deles pode ser o constituinte eu. Nesse caso, desencadeia-se a interpretação de que eu estava murge quando encontrei o aluno que tinha feito a proposta. O outro pode ser o constituinte o aluno que tinha feito a proposta, levando-nos à interpretação de que murge era o estado em que estava o aluno que tinha feito a proposta, quando eu o encontrei. Mais uma vez, essas

observações confirmam nossa análise de que murge pertence à categoria gramatical dos adjetivos.

Cabe ainda observar que a sentença (8) pode ter a ela associada mais uma interpretação: a de que murgepode estar qualificando, de alguma maneira, o próprio evento de encontrar. Essa observação poderia pôr em dúvida a análise até aqui desenvolvida. Afinal, estamos dizendo que adjetivos se associam a nomes ou a constituintes nominais e essa última interpre'blção parece mostrar que murge pode se associar a verbos. De fato, há outras palavras da categoria de murge que se associam a verbos, e não a nomes. É isso o que vemos a propósito de redondo, na seguinte sentença, usada no comercial de cerveja:

(9) Skoll, a cerveja que desce redondo.

Nesse exemplo, redondo está associado a descere não a cerveja: a interpretação aqui não é a de que a cerveja estava redonda enquanto descia, mas é a de que a cerveja descia de modo redondo, suavemente, sem arestas. Aliás, é essa a imagem mostrada no comercial!

A possibilidade que temos de substituir redondo por redondamente e a falta de marca flexional de gênero (na sentença (9), temos a forma redondo e não redonda) podem nos dar uma pista do que está acontecendo nos casos de (8) e (9). Podemos dizer que, nessas sentenças, temos um caso de coincidência de formas. Na verdade, quando murge integra ou se relaciona a constituintes nominais, ele é um item lexical da categoria dos adjetivos. Por outro lado, quando murge se relaciona a verbos, ele pertence a uma outra categoria gramatical. O mesmo acontece com redondo. A impossibilidade de esses itens variarem de acordo com os traços de gênero e número de um nome sustentam essa proposta. Sendo assim, podemos dizer que murge e murgemente e redondo e redondamente, nesses casos, são variantes do mesmo item lexical.

Tradicionalmente, itens lexicais terminados em -mente são analisados como

integrando uma outra categoria gramatical, a dos advérbios. Tendo em vista a discussão dos casos de (8) e (9), poderíamos nos perguntar: afinal de contas, a que categoria gramatical itens como murge e redondo pertencem: adjetivos ou advérbios? A distribuição desses itens, nas sentenças (8) e (9), parece indicar que estão no caminho certo as hipóteses que sugerem que adjetivos e advérbios em -mente constituem uma única categoria gramatical. Nos termos dessas hipóteses, adjetivos estão para constituintes nominais assim como advérbios em -mente estão para verbos.

Um outro fato que corrobora uma análise que engloba adjetivos e advérbios em -mente em uma única categoria é o de que esse último grupo apresenta propriedades muito diferentes das de outros itens tradicionalmente assumidos como pertencentes à categoria gramatical dos advérbios. Observemos a sentença (10):

(10) Ele pôs o carro dentro da garagem.

Dentro é um dos itens lexicais tradicionalmente classificado como advérbio Tanto quanto os itens lexicais terminados em -mente, dentro é invariável, no sentid de que ele não concorda em gênero e número com nenhum outro constituinte d sentença. Entretanto, em termos distribucionais ele exibe propriedades muito diferen tes das dos itens terminados em -mente. Em primeiro lugar, ele precisa se comportar com outros itens lexicais para formar um constituinte, do qual ele é o núcleo. Com tal, ele impõe exigências sintáticas e semânticas a esses itens lexicais que a ele se juntam para formar um constituinte. Dessa forma, podemos dizer que a garagem satisfaz condições impostas por dentro. Para que a combinação entre dentro e garagem seja possível é necessária a intermediação do item de. O constituinte dentro da garagem, por sua vez, satisfaz, tanto quanto o constituinte o CaITO, as condiçõe sintáticas e semânticas impostas pelo verbo pôr. O verbo pôr exige vir acompanhE do por dois constituintes, um expressando o objeto locado e outro expressando, lugar em que esse objeto foi locado. Como se vê, portanto, o comportamento sintáti

co e semântico de dentro é muito diferente do comportamento de murge/murgé mente, pondo em dúvida análises que os agrupam na mesma categoria.
As observações feitas neste primeiro item tiveram o objetivo de exemplifi car o raciocínio que fazemos para realizar os agrupamentos de itens lexicais. Ela também mostraram que, apesar do grande conhecimento que existe sobre ess questão, muito ainda há por fazer.

3. Estrutura de constituintes

Em sua superficie, as sentenças das línguas naturais são formadas por um seqüência linear de itens lexicais. Mas essa seqüência não é aleatória. Assim, SE bemos que uma sentença como (Il)a é bem formada em português, e que um sentença como (11)b não é possível em nossa língua.

(11) a. O menino comprou uma bicicleta nova com a mesada.
b. * A comprou uma menino nova o com bicicleta mesada.

Esse conhecimento é parte de nossa competência lingüística, j á estudada n volume I deste livro. Sem jamais ter sido formalmente ensinados a reconhece estruturas possíveis ou impossíveis em nossa língua, temos uma intuição ares peito de como as seqüências de elementos lingüísticos devem se estruturar suces sivamente, de modo a formar unidades mais e mais complexas, até chegarmos formação de uma sentença. Essas unidades são chamadas de constituintes sintáti cos e são os átomos com que a sintaxe opera.
Tomemos, como exemplo, a sentença (Il)a. Sabemos que o item lexic, nova deve se juntar à palavra bicicleta para formar um constituinte superior.
bicicleta nova - que, por sua vez, se junta ao item lexical uma, para formar ur

\
\
\

constituinte ainda superior - uma bicicleta nova. O mesmo acontece com as palavras menino e o, que formam um constituinte superior - o menino, e com os itens mesada e a, que formam um outro constituinte - a mesada. Esse último constituinte, por sua vez, se junta com a palavra com, para formar um constituinte hierarquicamente superior - com a mesada. O verbo comprou e os constituintes uma bicicleta nova e com a mesada se juntam, formando um constituinte hierarquicamente mais alto - comprou uma bicicleta nova com a mesada. Por fim, os constituintes complexos o menino e comprou uma bicicleta nova com a mesada se juntam para formar o constituinte hierarquicamente mais elevado, que é a sentença.
Essa organização, que parte de itens lexicais e os inclui em grupos maiores e hierarquicamente superiores, é chamada de estrutura de constituintes. A estrutura de constituintes da sentença (11)a pode ser representada pelo seguinte diagrama:

Figura 1 o menino comprou uma bicicleta nova com a mesada

I o menino I I comprou uma bicicleta nova com a mesada I

~ I menino I I comprou I I uma bicicleta nova I I com a mesada I

I umallbicicleta nov~ I comi Ia mesadal

Ibicicletallnoval ~ Imesad~

É a impossibilidade de atribuirmos uma estrutura de constituintes ao exemplo (II)b que o toma agramatical. Nossa competência lingüística nos informa que não é

possível juntarmos um item lexical como a a outro como comprou, para formar um constituinte superior. Da mesma forma, uma palavra como bicicleta não pode formar um constituinte sintático com mesada. E assim por diante.
Em resumo, as sentenças das línguas naturais não são formadas por seqüências lineares de itens lexicais. Elas são formadas a partir da estruturação hierárquica de seus constituintes, em que palavras são agrupadas em sintagmas e sintagmas são agrupados em sintagmas mais altos, até que se chegue ao nível da sentença.
Nossa competência lingüística nos permite ter intuições sobre o modo de estruturação das sentenças nas línguas naturais. Entretanto, muitos fatos lingüísticos, vários dos quais de natureza eminentemente sintática, podem nos ajudar a corroborar nossas intuições sobre a estrutura de constituintes de nossa língua. Na próxima seção, vamos examinar alguns deles.

3.1 Evidências para a estrutura de constituintes

Alguns fenômenos da língua que constituem evidência sintática para o fato.
de que a sentença é uma estrutura hierárquica de constituintes são relacionados às

possibilidades de distribuição dos constituintes em diversas posições na sentença. Tomemos como exemplo a seguinte sentença:

(12) O João vai comprar o último livro do Chomsky na Borders' amanhã.

Para obtermos certos efeitos discursivos, os vários constituintes dessa sentença podem ser colocados em posição inicial. Esse tipo de deslocamento pode ser chamado de TOPICALIZAÇÃO:

(13) a. Amanhã, o João vai comprar o último livro do Chomsky na Borders'.
b. Na Borders', o João vai comprar o último livro do Chomsky amanhã.
c. O último livro do Chomsky, o João vai comprar na Border's amanhã. d. Do Chomsky, o João vai comprar o último livro na Borders' amanhã. e. Comprar o último livro do Chomsky, o João vai amanhã, na Borders'.

Ainda, podemos deslocar os constituintes da sentença para realizar uma

operação que é chamada de CLIVAGEM. Nessa operação, constituintes da sentença são não só movidos para uma posição frontal, mas também são 'ensanduichados'

entre o verbo ser e o conectivo que. Esse deslocamento serve para construirmos

sentenças de foco, como as em (14):

(14) a. É o João que vai comprar o último livro do Chomsky na Borders' amanhã.
b. É o último livro do Chomsky que o João vai comprar na Borders' amanhã.

c. É na Borders' que o João vai comprar o último livro do Chomsky amanhã. d. É amanhã que o João vai comprar o último livro do Chomsky na Borders'.

Da mesma maneira, alguns constituintes podem ser deslocados para a posição final da sentença. Comparem-se as sentenças em (15):

(15) a. O João contou [toda a história sobre aquele terrível mal-entendido] [para a Maria].
b. O João contou [para a Maria] [toda a história daquele terrível mal-entendido].

Uma outra possibilidade de deslocamento que evidencia a estrutura de constituintes de uma sentença construí da com um verbo transitivo direto é a PASSIVIZAçÃo. De uma sentença como (12), podemos construir uma sentença como (16)a.
E, de uma sentença como (15)a, podemos construir uma sentença como (16)b:

(16) a. O último livro do Chomsky vai ser comprado pelo João amanhã na Borders'.
b. Toda a história daquele terrível mal-entendido foi contada pelo João para a Maria.

Todos os casos acima apontados envolvem movimento de constituintes. Os

movimentos evidenciam o fato de que a sentença é estruturada em constituintes,

precisamente porque não é possível deslocarem-se partes de constituintes, nem seqüências que não formem um constituinte:

(17) a. *[Último], o João vai comprar o livro do Chomsky amanhã na Borders'.
b. *[Chomsky], o João vai comprar o último livro do amanhã na Borders'.
c. *0 João contou [toda a história daquele] [para a Maria] [terrível mal-entendido].
d. * [Toda a] o João contou história sobre aquele terrível mal-entendido para a Maria.

Uma outra evidência de natureza distribucional para a estrutura de constituintes de uma sentença é o que tem sido chamado de FRAGMENTOS DE SENTENÇAS. Considere-se o seguinte diálogo:

(18) A: Aonde o João foi?
B: Ao cinema.

Ao invés de dar a resposta completa à pergunta de A, B prefere usar uma forma curta, ou seja, um fragmento de sentença. Só constituintes podem servir como fragmentos de sentença em respostas. Voltando à sentença (12), vejamos quais os constituintes que nós conseguimos evidenciar a partir do uso de construções que envolvem fragmentos de sentenças:

(19) A: Quem vai comprar o último livro do Chomsky amanhã?
B: O João.

(20) A: O que o João vai comprar amanhã?
B: O último livro do Chomsky.

(21) A: De quem o João vai comprar o último livro amanhã?
B: Do Chomsky.

(22) A: Quando o João vai comprar o último livro do Chomsky?
B: Amanhã.

(23) A: Onde o João vai comprar o último livro do Chomsky?
B: Na Borders'.

(24) A: O que o João vai fazer?

B: Comprar o último livro do Chomsky.

(25) A: O João vai comprar o último livro do Chomsky amanhã?

B: Vai.

Notem que, em (25), conseguimos isolar úm constituinte - o verbo auxiliar vai - que não havíamos conseguido separar pelas construções que envolvem movimento. É importante sempre se ter em mente que nem todos os constituintes são evidenciados pelas mesmas construções.
Uma outra evidência sintática que comprova a estrutura de constituintes e que já não diz mais respeito à sua distribuição na sentença é a PRONOMINALIZAÇÃO.
As línguas naturais utilizam-se de proformas para retomar a referência de entidades e eventos já mencionados na sentença ou no discurso. As proformas, no entanto, só substituem constituintes sintáticos. Portanto, toda vez que pudermos substituir uma seqüência de palavras por uma proforma, vamos estar diante de um constituinte sintático. Voltemos à sentença (12), que aqui retomamos em (26)a, e vejamos os constituintes que podem ser substituídos por proformas:

(26) a. O João vai comprar o último livro do Chomsky na Borders' amanhã. b. Ele vai comprar o último livro do Chomsky na Borders' amanhã. (o João) c. O João vai comprá-la na Borders' amanhã. (o último livro do Chomsky) d. O João vai comprar o último livro do Chomsky lá amanhã. (na Borders')

91

e. O João vai fazê-Io amanhã. (comprar o último livro do Chomsky na Borders') f. O João vai fazê-Io. (comprar o último livro do Chomsky na Borders' amanhã)

Um outro recurso que temos para evidenciar constituintes cujo núcleo é o verbo é o que envolve um fenômeno lingüístico conhecido como ELIPSE. Respeitadas certas condições discursivas, algumas partes da sentença podem ser elididas, como no seguinte diálogo:

(27) A: A criança não vai parar de gritar.
B: Eu acho que ela vai p= de ~iw, mas só se você parar de dar bola para ela.

Vejamos como esse recurso se aplica à sentença (12):

(28) a. O João vai comprar o último livro do Chomsky na Borders' amanhã e a Maria também [v ai ce.mpl ar e. últime. li v ro de. Chomsk~ na DOI dcrs' amanhã].
b. O João vai comprar o último livro do Chomsky na Borders' amanhã e a Maria também vai [ce.mpHtl e. últime. li v J(j de. Cholnsk~ na De.rda s' amanhã].
c. O João vai comprar o último livro do Chomsky na Borders' amanhã e a Maria vai [comprM o últin10 livlo do Chomsk~ na Dôldcls'] na segunda-feira.
d. O João vai comprar o último livro do Chomsky na Borders' amanhã e a Maria vai [ce.mpun o último livlo do Chon,sk~] na Brentano's.

Os exemplos em (28) mostram que a elipse se aplica sobre um constituinte da sentença coordenada, que é idêntico a um constituinte da primeira sentença.
No caso de (28)a, esse constituinte é integrado pelo verbo auxiliar, o verbo principal e seu complemento, e os constituintes denotadores de tempo e lugar que modificam o verbo. Já em (28)b, o constituinte elidido não inclui o verbo auxiliar. Em (28)c, por

sua vez, o constituinte elidido não inclui o advérbio de tempo. E, finalmente, em (28)d, o constituinte elidido deixa de fora constituintes denotadores de lugar. Essas possibilidades evidenciam que aquilo que a gramática tradicional chama predicado tem uma estrutura bastante complexa, sendo formado por vários constituintes hierarquicamente relacionados.
Como nos demais casos, para que o fenômeno lingüístico da elipse possa ocorrer, é necessário que o elemento elidido seja um constituinte sintático. Portanto, uma sentença como (29) não é possível em português:

(29) *0 João não vai comprar o último livro do Chomsky na Borders' amanhã, mas a Maria vai comprar o último livro[do Chomsky na DOIdcu' amanhã]. .

Em resumo, nesta seção vimos vários fatos sintáticos que evidenciam que as sentenças das línguas naturais não podem ser entendidas apenas como uma seqüência linear de palavras. Elas são formadas por constituintes hierarquicamente estruturados. O que fizemos com os exemplos analisados acima foi um mero exercício para corroborar nossa intuição sobre a estrutura de constituintes.
Entretanto, esses fatos sintáticos assumem um papel especial quando deparamos com um certo tipo de sentença ambígua. Nesses casos, além de evidenciar a estrutura de constituintes das sentenças das línguas naturais, esses fatos servem tam-

bém para mostrar que existem ambigüidades que são causadas pela possibilidade de estarmos diante de duas ou mais estruturas sintáticas distintas. Vamos tratar de alguns casos desse tipo na próxima seção.

3.2 Ambigüidades estruturais

Tomemos a seguinte sentença:

(30)0 Pedro viu a menina com o binóculo.

Essa sentença tem duas possíveis interpretações. Pela primeira, entende-se que o Pedro viu a menina através do binóculo que ele trazia com ele. Pela segunda, entende-se que a menina que o Pedro viu usava ou carregava um binóculo. Em outras palavras, pela primeira interpretação, a expressão com o bÍnóculo é entendida como o instrumento que possibilitou ao Pedro ver a menina. Pela segunda, diferentemente, a mesma expressão é entendida como algo que qualifica a menina que o Pedro viu.

Muitos poderiam argumentar que essa ambigüidade só existe porque a sentença está fora de contexto. Em contextos apropriados, ela deixaria de ser ambígua: um contexto específico nos levaria a uma interpretação e não a outra. Isso não deixa de ser verdade. Entretanto, a sintaxe tem como um de seus objetivos o estabelecimento de princípios gerais que se apliquem de maneira uniforme a um tipo de sentença, independentemente do contexto particular em que ela foi enunciada. Portanto, sua análise não vai poder se basear nas variáveis de contexto, que são inúmeras, e, por essa razão, resistem a uma generalização. O que a sintaxe vai fazer é investigar a possibilidade de a ambigüidade de uma sentença como (30) estar associada a diferentes estruturas. Apliquemos algumas das construções apresentadas na seção anterior para fazer essa investigação. Comecemos por aquelas que envolvem movimento de constituintes:

(31) a. [Com o binóculo], o Pedro viu a menina.
b. Foi [com o binóculo] que o Pedro viu a menina.

(32) a. [A menina com o binóculo], o Pedro viu.
b. Foi [a menina com o binóculo] que o Pedro viu.

Nas sentenças (a), acima, usamos a topicalização, e nas sentenças (b), usamos a clivagem. A primeira observação que deve ser feita é que, com esses movimentos, a ambigüidade desaparece. Nas sentenças em (31), só é possível termos a primeira interpretação, ou seja, a de que o Pedro viu a menina através do binóculo. Nas sentenças em (32), paralelamente, só temos a segunda leitura, ou seja, aquela conforme a qual a menina que o Pedro viu carregava ou usava um binóculo. Notem, ainda, que, no caso de (31), o constituinte que foi deslocado para a realização da topicalização ou da clivagem foi com o binóculo. Poderia ter sido, também, a menÍna:

93

(33) a. [A menina], o Pedro viu com o binóculo.
b. Foi [a menina] que o Pedro viu com o binóculo.

Diferentemente, nas sentenças em (32), o constituinte deslocado foi a menina com o binóculo. Considerando-se que, ao mover constituintes diferentes, acabamos por desfazer a ambigüidade da sentença, estamos diante de uma forte evidência de que essa ambigüidade é causada pela possibilidade de a sentença apresentar duas estruturas sintáticas diferentes.
Vejamos, agora, os resultados da passivização:

(34) a. [A menina] foi vista pelo Pedro [com o binóculo].
b. [A menina com o binóculo] foi vista pelo Pedra.

De novo, com a aplicação da passiva, a ambigüidade da sentença original se desfaz. Em (34)a tem-se apenas a possibilidade da primeira leitura, e em (34)b tem-se apenas a possibilidade da segunda interpretação. Ainda, da mesma forma que aconteceu com a topicalização e a c1ivagem, os constituintes que foram deslocados para a construção da passiva foram diferentes. Em (34), apenas a menina foi movido para a posição de sujeito da sentença. Diferentemente, em (34)b, o co'nstituinte que agora ocupa a posição de sujeito é a menina com o binóculo. Eis aqui, portanto, uma outra evidência de que a ambigüidade da sentença (30) é de natureza sintática: uma única ordenação linear esconde duas estruturas hierárquicas distintas. A aplicação do teste de fragmento de sentença confirma essa idéia:

(35) A: Quem o Pedro viu com o binóculo?
B: A menina.

(36) A: Quem o Pedro viu?

B: A menina com o binóculo.

o mesmo acontece com a pronominalização:

(37) a. O Pedro a viu com o binóculo. (a = a menina) b. O Pedro a viu. (a = a menina com o binóculo)

A primeira leitura, ou seja, a de que o Pedro viu a menina através do binóculo está associada à possibilidade de a menina e com o binóculo serem dois constituintes separados. Por outro lado, a leitura segundo a qual a menina que o Pedro viu usava ou carregava um binóculo está associada à possibilidade de a menina com o binóculo ser um único constituinte sintático. Todos os movimentos e substituições de constituintes revelam essas possibilidades e evidenciam o caráter estritamente sintático da ambigüidade da sentença (30).
Passemos, agora, à análise de uma outra sentença ambígua:

(38) Os meninos comeram as maçãs verdes.

A primeira interpretação que se pode fàzer dessa sentença é a de que, considerando-se que existam, no cenário, maçãs vermelhas e maçãs verdes, os meninos

comeram as maçãs verdes. A segunda leitura possível é a de que os meninos comeram as maçãs antes de elas amadurecerem, quando elas ainda estavam verdes.
Como já foi dito a propósito da sentença (30), concordamos que só nos damos conta dessa ambigüidade porque a sentença está fora de contexto. Contextos específicos nos levariam a uma única interpretação, fazendo-nos automaticamente excluir a outra possibilidade. Entretanto, neste texto, queremos mostrar que a ambigüidade de uma sentença como (38), tanto quanto a de uma sentença como (30), é causada pela possibilidade de ela apresentar diferentes estruturas sintáticas. No caso de (38), uma outra possibilidade de explicação para a ambigüidade poderia ser levantada. Talvez ela se deva à possibilidade de que, em ~sso léxico, existam duas palavras verde, que têm o mesmo som e grafia, mas sentidos diferentes: um deles corresponderia à cor verde e o outro seria equivalente a nãomaduro(a). Entretanto, podemos argumentar contra essa explicação, mostrando que casos de ambigüidade semelhantes acontecem em sentenças construí das com palavras que não apresentam a mesma duplicid~de de sentido que verde. Observese a sentença (39):

(39) Os meninos comeram as cenouras cruas.

A ambigüidade é a mesma apresentada pela sentença anterior. Duas leituras são possíveis. A primeira é a de que, de um conjunto de cenouras cozidas e cruas, os meninos comeram as cruas e deixaram as cozidas. A segunda é a de que os meninos comeram as cenouras quando elas ainda estavam cruas. Nesse caso, no entanto, não podemos nos valer de uma explicação de caráter lexical. Em ambos os casos, o sentido das palavras crua é o mesmo. Portanto, mantemos a idéia de que a ambigüidade de (38) (e também de (39)) é de natureza estritamente sintática. As construções que usamos para evidenciar a estrutura de constituintes vão nos ajudar a comprovar essa idéia.

Como fizemos anteriormente, comecemos pela topicalização e pela clivagem:

(40) a. [As maçãs verdes], os meninos comeram.
b. Foram ["as maçãs verdes] que os meninos comeram

(41) a. [As maçãs], os meninos comeram [verdes].
b. Foram [as maçãs] que os meninos comeram [verdes].

Nas sentenças (a), acima, temos casos de topicalização, e nas sentenças (b), temos casos de clivagem. Com esses movimentos, a ambigüidade que existia na sentença original desaparece. Nas sentenças em (40), só é possível termos a interpretação de que os meninos comeram as maçãs verdes e não as vermelhas. Nas sentenças em (41) só temos a leitura de que os meninos comeram as maçãs antes de elas amadurecerem. Em (40), o constituinte que foi deslocado para a realização da topicalização ou da clivagem foi as maçãs verdes. Diferentemente, nas sentenças em (41), o constituinte deslocado foi as maçãs. Novamente, estamos diante do fato de que, ao mover constituintes diferentes, desfazemos a ambigüidade da

95

sentença. Isso indica que a ambigüidade é causada pela possibilidade de a senten ça apresentar duas estruturas sintáticas diferentes.
Vejamos, agora, os resultados da passivização:

(42) a. [As maçãs verdes] foram comidas pelos meninos.
b. [As maçãs] foram comidas verdes pelos meninos.

Da mesma forma que na topicalização e na clivagem, com a aplicação d:
passiva a ambigüidade da sentença original se desfaz. Em (42)a, tem-se apenas:
possibilidade de primeira leitura e, em (42)b, tem-se apenas a possibilidade d segunda interpretação. Os constituintes que foram deslocados para a construçãl da passiva foram diferentes. Em (42)a, o constituinte que foi movido para a posiçãl de sujeito da sentença foi as maçãs verdes. Diferentemente, em (42)b, apenas a maçãs ocupa a posição de sujeito. Estamos, mais uma vez, diante de uma evidên cia de que a ambigüidade da sentença (38) é de natureza sintática. Corroboran essa idéia os testes de fragmento de sentença, em (43) e (44), e o de pronominali zação, em (45):

(43) A: O que os meninos comeram?
B: As maçãs verdes.

(44) A: O que os meninos comeram verde?
B: As maçãs.

(45) a. Os meninos as comeram. (as = as maçãs verdes) b. Os meninos as comeram verdes. (as = as maçãs)

A leitura segundo a qual os meninos comeram as maçãs verdes e não a vermelhas está associada à possibilidade de as maçãs verdes serem um único cons tituinte sintático. Diferentemente, a leitura segundo a qual os meninos comeral1 as maçãs antes de elas amadurecerem está associada à possibilidade de as maçãs verdes serem dois constituintes sintáticos separados. Mais uma vez, construçõe que movem ou substituem constituintes revelaram essas possibilidades de manei ra inequívoca, evidenciando o caráter estritamente sintático da ambigüidade d sentença (38).

4. Predicados e argumentos

A idéia de que usamos as línguas naturais para a expressão do pensamentc ou seja, a idéia de que as línguas naturais se relacionam a representações mentai não é nova. É com base nessa idéia que vamos desenvolver esta seção sobr predicados e argumentos.

Imaginem uma fotografia em que aparecem uma criança e um gato. A fo tografia foi tirada em um lugar qualquer, uma saleta, por exemplo, em que havÜ'

além da criança e do gato, uma poltrona vermelha, uma mesa, um cesto de palha contendo vários novelos de lã e algumas revistas sobre a poltrona, e um quadro pendurado na parede atrás da poltrona. Perto da criança e do gato havia muitos pedaços de fios de lã arrebentados.

Ao comentar uma fotografia como essa, podemos descrever várias situações diferentes, dependendo do que se mostrar mais relevante para nós. E cada pessoa que se proponha comentar a mesma fotografia poderá descrevê-la de modo diferente, realçando uma determinada situação e minimizando a importância de outra.

Assim, as sentenças que seguem, em (46), são expressões de algumas situações ou propriedades possivelmente reveladas pela fotografia:

(46) a. Criança adora gato.
b. O gato está correndo pela sala.
c. O gato arrebentou um monte de lã.
d. Um monte de lã arrebentou.
e. Nossa! Houve uma guerra da criança contra o gato!
f. Tem um cesto de palha sobre a poltrona.
g. Esse gato é amigo da criança.
h. A destruição dos novelos pelo gato vai irritar a mãe.
i. A poltrona é vermelha.
j. O quadro na parede é agradável aos olhos.

As sentenças de (46)a a (46)d expressam situações diferentes. Situação é um termo geral para descrevermos atividades, estados ou eventos. Cada uma dessas situações é descrita, em termos gerais, por uma única palavra, nesse caso o verbo das sentenças. Assim, tem-se a situação de adorar em (46)a, de correr em (46)b e de arrebentar em (46)c e (46)d, todas descritas por um verbo. Essas situações envolvem um número de participantes de um certo tipo, desempenhando papéis

específicos dentro dela.

Assim, a situação de adorar, expressa em (46)a, requer a presença de dois participantes que são os constituintes criança e gato. Cada um deles desempenha um papel diferente nessa situação: um adora e o outro é adorado. De modo paralelo, o evento de correr, em (46)b, também envolve a presença de participantes. Na verdade, nesse caso, apenas um participante é requerido e o gato é o constituinte que satisfaz esse requerimento. Esse participante também desempenha um papel específico dentro da situação descrita, que é o de corredor. O constituinte pela sala não está na sentença para preencher um requisito do verbo correr. Dizemos, então, que, em (46)a, criança e gato são os ARGUMENTOS do PREDICADO adorar.

Sobre (46)b, dizemos que o gato é o único ARGUMENTO do PREDICADO correr. Podemos, então, caracterizar os argumentos de um predicado como os elementos que são capazes de satisfazer suas exigências e que desempenham papéis específicos determinados por ele. A expressão, pela sala, por outro lado, não se caracteriza como argumento: além de não ser requerida pelo predicado, não desempenha nenhum papel designado por ele.

97

Podemos representar essas situações e seus participantes ou, em outros termos, esses predicados e seus argumentos como (47)a e (47)b.

(47) a. adorar

b. correr

(criança, gato) (o gato)

Assim, dizemos que adorar é um predicado de dois lugares, porque el~ toma dois argumentos, cada um desempenhando um papel diferente. De corre~ dizemos que ele é um predicado de um lugar, porque ele toma apenas um argumento, que também desempenha um papel específico.
Voltemos às possibilidades de descrição da fotografia. As sentenças em (46)c ~ (46)d expressam duas situações semelhantes. Cada uma delas define participantes dife.
rentes, no entanto. A situação em (46)c requer a presença de dois participantes, os cons.
tituintes o gato e wn monte de lã, que vão, cada um, desempenhar um papel diferente: e de arrebentador e o de arrebentado. Em (46)d, apenas um participante se faz necessário wn monte de lã. Esse participante também desempenha um papel nessa situação, e daquele que-é arrebentado. Assim, em (46)c, o gato e wn monte de lã são argumentos de predicado de dois lugares arrebentar, em (46)d, wn monte de lã é argumento do predica do de um lugar arrebentar. Reparem que o papel desempenhado pelo constituinte un monte de lã é o mesmo em (46)c e (46)d e, por isso, em (48)a e (48)b, temos um:
possibilidade inicial de representação dos predicados nessas sentenças:

(48) a. arrebentar

b. arrebentar

(o gato, um monte de lã) (um monte de lã)

Os verbos são considerados os predicados por excelência, mas todas as ou tras categorias lexicais também podem funcionar como tal. É o caso das preposi ções, dos nomes e dos adjetivos, que discutimos a seguir.
Tomemos, inicialmente, as sentenças (46)e e (46)f. Observem o comporta mento das preposições contra em (46)e, e sobre em (46)f. Notem que, tanto quan to os verbos, elas descrevem uma situação, ainda que estática, da qual participan certas entidades. A preposição contra, por exemplo, expressa uma situação qUi envolve dois participantes em uma relação particular de oposição ou antagonismo No caso da sentença (46)e, esses participantes são a criança e o gato. Esses cons tituintes satisfazem os requerimentos impostos pela preposição contra e de sem penham os papéis que ela lhes atribui. A preposição sobre, em (46)f, express:
uma situação de representação do espaço, que envolve dois participantes: un cesto de palha e a poltrona. Esses constituintes satisfazem as exigências imposta:
pela preposição sobre e desempenham os papéis que são determinados por ela.
Temos, portanto, que, na sentença em (46)e, existe um predicado de doi lugares, que é a preposição contra, que toma como argumentos os constituintes, criança e o gato. Em (46)f, o predicado de dois lugares sobre toma, como seu argumentos, os constituintes wn cesto de palha e a poltrona. As representaçõe que, inicialmente, podemos propor para esses predicados são:

(49) a. contra

b. sobre

(a criança, o gato)

(um cesto de palha, a poltrona)

Passemos, agora, à observação da sentença (46)g. Essa sentença expressa a situação estativa de o gato ser amigo da criança. A sentença (46)a também expressa uma situação estativa: a de que criança adora gato. Mas existe uma grande diferença entre as sentenças (46)a e (46)g, no que diz respeito ao tipo de verbo que participa de sua construção. Podemos dizer que o verbo adorar, em (46)a, é um verbo que tem valor predicativo, no sentido de que ele determina três coisas: (i) o número de participantes envolvidos na situação que ele descreve; (ii) as características que esses participantes devem ter - se precisam ser [I humanos], [I animados], etc.; e (iii) o papel que cada um desses participantes desempenha na evento descrito. Diferentemente, o verbo ser, em (46)g, não exibe essa capacidade. Ele é um verbo puramente gramatical, no sentido de que sua função é a de simplesmente carregar as marcas de flexão de tempo, aspecto, modo e pessoa. Ele não tem valor predicativo. Se o verbo ser não tem valor predicativo, o que é que está funcionando como predicado na sentença (46)g? É o nome amigo. Vejam que é o termo amigo que requer pelo menos dois participantes na situação que ele descreve, que determina as características que esses participantes precisam ter e que estabelece quais os papéis que eles vão ter na situação descrita. Em (46)g, os constituintes esse gato e a criança são esses participantes. Dizemos, então, que amigo, na sentença em exame, é um predicado de dois lugares, que toma as expressões esse gato e a criança como seus argumentos. Portanto, nomes, em determinados contextos, também podem ser considerados predicados.

Mas que contextos são esses? Será que nomes só podem ser predicados em sentenças construí das com verbos que não têm valor predicativo, como seI? Não.
Para entendermos melhor como isso pode ocorrer, passemos à análise da sentença (46)h. Nessa sentença, temos uma situação expressa pelo verbo irritar, na qual estão envolvidos dois participantes - a destruição dos novelos pelo gato e a mãeambos satisfazendo as imposições do verbo. Portanto, nessa sentença, há um predicado de dois lugares, que é o verbo irritar, e seus dois argumentos são a destruição dos novelos pelo gato e a mãe. Mas notem que essa não é a única relação de predicação que existe nessa sentença. Dentro do argumento a destruição dos novelos pelo gato também existe uma relação de predicação, dessa vez estabelecida pelo nome destruição. Vejam que destruição expressa uma situação estática, que envolve dois participantes: o gato e os novelos. Cada um deles desempenha um papel específico, respectivamente, o de destruidor e o de destruído. Mais uma vez, portanto, estamos diante de um predicado de dois lugares, que toma dois argumentos.
Dessa fórma, vemos que nomes, tanto quanto verbos e preposições, também podem se comportar como predicados. As representações dos nomes que funcionam como predicados nas sentenças (46)g e (46)h estão a seguir:

99

(50) a. amigo b. destruição

(esse gato, a criança)

(o gato, os novelos)

Finalmente, passemos às sentenças (46)i e (46)j, com especial atenção par:
os adjetivos vermelha, em (46)i, e agradável em (46)j. Novamente, estamos dian te de sentenças construí das com o verbo ser que, como já vimos, é um verbo qUi não tem valor predicativo. Nessas sentenças, a predicação está sendo feita pelo adjetivos, que expressam propriedades que precisam ser atribuídas a entidades Na sentença (46)i, a propriedade vermelha é atribuída à entidade expressa pell constituinte a poltrona. Da mesma forma, em (46)j, a propriedade agradável SI aplica à entidade expressa pelo constituinte o quadro na parede e atinge a entidad denotada pelo constituinte os olhos. O predicado de um lugar vermelho toma I constituinte a poltrona como seu único argumento. O predicado de dois lugare agradável, por sua vez, toma os constituintes o quadro na parede e aos olho como seus argumentos. Sua representação pode ser feita da seguinte forma:

(51) a. vermelho b. agradável

(a poltrona) (o quadro na parede, aos olhos)

O que fizemos até aqui, então, foi observar a relação entre predicados e argu mentos em funcionamento em uma língua natural, o português brasileiro. Concluí mos que verbos, nomes, preposições, adjetivos e advérbios podem ser predicados I que, nesse caso, determinam o número de participantes da situação que expressam

as características que esses participantes devem ter e o papel que cada um dele desempenha na situação. É importante enfatizar que a noção de predicado que esta mos usando não corresponde exatamente à noção de predicado de que faz uso: gramática tradicional. Para nós, todas as categorias lexicais - nomes, verbos, adje tivos, advérbios e também as preposições - podem ser consideradas predicados Predicados são itens capazes de impor condições sobre os elementos que com ele compõem o constituinte do qual são núcleos. Argumentos, por outro lado, são o itens que satisfazem as exigências de combinação dos predicados.

Retomemos, em mais detalhe, a idéia de que os predicados impõem exigên cias a seus argumentos. Essas exigências são de dois tipos: semânticas e sintáti caso No que diz respeito às exigências semânticas, elas estão relacionadas ao: papéis dos participantes na situação descrita. Tecnicamente, chamamos esses pa péis de PAPÉIS TEMÁTICOS. Um predicado atribui tantos papéis temáticos quanto forem os argumentos associados a ele. Papéis temáticos são, portanto, os papéi: desempenhados por todo argumento de um predicado e atribuídos a esses argu mentos pelo próprio predicado que os seleciona. Intuitivamente, podemos dizer de um predicado como adorar, na sentença (46)a, que ele atribui os papéis temáti cos de EXPERIENCIADOR (aquele que adora, o adorador), e o de TEMA (o objeto adora do). De um predicado como correr, na sentença (46)b, podemos dizer que ele tendo apenas um argumento, atribui apenas um papel temático, que é o de AGENTI (aquele que corre, o corredor).

Vejamos, agora, o que acontece com um predicado como arrebentar, presente nas sentenças (46)c e (46)d. Na sentença (46)c, o verbo se comporta como um predicado de dois lugares, atribuindo dois papéis temáticos a seus argumentos:
o de AGENTE (o arrebentador), e o de PACIENTE (o objeto arrebentado). Diferentemente, em (46)d, o verbo se comporta como um predicado de um lugar, atribuindo apenas um papel temático a seu argumento: o de paciente, ou seja, o de objeto arrebentado.
Será que podemos dizer que a alternância entre, de um lado, um predicado de dois lugares com atribuição de dois papéis temáticos e, de outro, um predicado de um lugar com atribuição de apenas um papel temático, observada para o verbo arrebentar, é uma idiossincrasia e indica que estamos diante de dois verbos diferentes e não de um único verbo? A discussão dessa questão teve seu início no capítulo sobre Competência Lingüística do volume I deste livro. Tratando de verbos como quebrar, terminar, abrir e xerocar, sugerimos que fenômenos como esses apontam para a sistematicidade nas relações entre léxico e sintaxe, observada em vários conjuntos de fatos lingüísticos do português e de outras línguas.
Uma possível análise para essas alternâncias é admitir que, no léxico, podem acontecer operações que afetam as propriedades dos predicados relativamente ao número de argumentos que eles podem tomar, e, conseqüentemente, ao tipo de papéis temáticos que eles podem atribuir. Isso dá conta da possibilidade das seguintes sentenças com o predicado abrir.

(52) a. O João abriu a porta do carro com o arame.
b. O João abriu a porta do carro.
c. O arame abriu a porta do carro d. A porta do carro abriu.

o que acontece com um predicado como abrir é algo parecido com o que acontece com arrebentar, visto acima. Na sentença (52)a, o verbo abrir se comporta como um predicado de três lugares, atribuindo três papéis temáticos a seus argumentos: o de

AGENTE (o que abre), o de PACIENTE (o obj eto que é aberto) e o de INSTRUMENTO (o objeto com que se abre um outro objeto). Por outro lado, em (52)b e em (52)c, o verbo se comporta como um predicado de dois lugares, atribuindo a seus argumentos, em (52)b, os papéis temáticos de AGENTE e de PACIENTE e, em (52)c, os papéis temáticos de INSTRUMENTO e de PACIENTE. Finalmente, em (52)d, o verbo abrir é um predicado de um lugar, atribuindo a seu único argumento, o papel temático de PACIENTE.

O mapeamento das informações semânticas contidas no léxico precisa se manifestar nas sentenças de modo explícito. A sintaxe fornece um esqueleto estrutural sobre o qual são projetados os itens lexicais que trazem para a sintaxe toda a informação semântica a eles associada. Vejamos como essa projeção se realiza, tomando, como exemplo, a seguinte sentença:

(53) O João comprou batatas.

No léxico, comprar é um predicado que toma dois argumentos, um que expressa o objeto comprado e outro que expressa o comprador. No caso da sentença em análise, esses argumentos são representados pelos constituintes batatas e o João. Na sintaxe, comprar vai ser mapeado em uma posição de NÚCLEO, já qU(esse é o termo responsável por todas as exigências impostas aos outros termos d, sentença. Uma primeira generalização que podemos fazer, então, é a de que predica.
dos são mapeados em posição de NÚCLEO. Será que os dois argumentos de com prar se juntam ao verbo simultaneamente? Evidências de várias ordens, que nã(caberiam nesta introdução à análise sintática, demonstram que não. Um dos argu mentos, que chamamos de ARGUMENTO INTERNO, junta-se primeiramente ao verbo ocupando uma posição que chamamos de COMPLEMENTO. O núcleo e seu complemento formam um sub-constituinte, ao qual se junta o segundo argumento, de.
nominado ARGUMENTO EXTERNO. Chamamos a posição ocupada pelo argumente externo de ESPECIFICADOR. Com isso, formamos o constituinte verbal, que pode se representado por um diagrama arbóreo, como o seguinte:

Figura 2

SV

~

SN V' O João ~ V SN

comprar

batatas

Esse diagrama representa os passos de estruturação mencionados acima. C verbo é mapeado na sintaxe na posição de núcleo. Notem que o rótulo dessa posiçã(é V, que corresponde à categoria gramatical do predicado que está sendo mapeado Em seguida, a ele se junta seu argumento interno, que, no nosso exemplo, corres ponde ao constituinte batatas, cujo núcleo é um nome. Por isso, o rótulo desse constituinte é SN, que significa sintagma nominal. Com isso, forma-se o sub-constituinte representado no diagrama pelo rótulo V'. A esse sub-constituinte junta-se (argumento externo do verbo, o João, também nucleado por um nome, daí o rótulo de SN. Com isso, fecha-se o sintagma verbal, representado pelo rótulo Sv. Ness, configuração, dizemos, então, que o argumento interno, batatas, ocupa a posição de complemento, e o argumento externo, o João, ocupa a posição de especificador.
Em resumo, o esqueleto estrutural que a sintaxe constrói tem por base a~ seguintes relações:

i. a relação que se estabelece entre o núcleo e seu complemento;
ii.a relação que existe entre o sub-constituinte formado pelo núcleo + com plemento e o especificador.

Notem que, por essa análise, o que tradicionalmente se conhece por sujeito e objeto resulta de uma configuração estrutural ao invés de receber uma definição nocional. Dessa forma, sujeito é o constituinte que ocupa a posição de especificador e objeto direto é o constituinte que ocupa a posição de complemento do verbo.
Com isso, evita-se o uso definições problemáticas como as que dizem que sujeito é aquele que pratica a ação expressa pelo verbo.
Mais ainda. Essa análise prevê que todas as categorias podem ter um complemento e um especificador a elas associados. Assim, passemos agora à verificação de como as projeções de cada categoria - nomes, adjetivos e preposiçõesse realizam, usando como exemplos os predicados em (54).

(54) a. A destruição dos novelos pelo gato. b. O quadro na parede é agradável aos olhos.
c. O cesto de palha está sobre a poltrona.

Comecemos por (54)a. Já vimos que destruição é um predicado que toma dois argumentos, um que expressa o objeto destruído e outro que expressa o destruidor. Em (54)a, são os constituintes os novelos e o gato que representam esses argumentos. Se destruição é o predicado, ele vai ocupar a posição de núcleo da representação sintática. Essa posição corresponde à posição N (de nome). O argumento interno, ou seja, o objeto destruído, junta-se primeiramente ao núcleo do predicado, ocupando a posição de complemento. O resultado parcial é um subconstituinte rotulado N', ao qual se junta o argumento externo. O resultado final é um constituinte rotulado SN -sintagma nominal, que pode ser representado por um diagrama arbóreo, como o seguinte:

Figura 3

SN

~

SN N' o gato ~ N SN

destruição

os novelos

Por razões de natureza sintática, em português, não podemos ter argumentos de um nome sem que eles sejam introduzidos por uma preposição. Portanto, ao argumento interno de destruição precisamos acrescentar a preposição de, de modo a obter dos novelos; e a seu argumento externo, acrescentamos a preposição por, de modo a obter pelo gato. Algumas peculiaridades do português também nos forçam a fazer uma outra operação para que possamos ordenar linearmente os constituintes do sintagmas, de modo a obtermos a seqüência a destruição dos novelos pelo gato.

103

Quanto a (54)b, temos que o predicado deve ser agradável, já que, como ~ visto, o verbo ser não tem valor predicativo. Esse predicado também toma do argumentos, um que expressa o objeto que tem a propriedade de ser agradávelquadro na parede - e outro que expressa a entidade atingida por essa proprieda< que o objeto denotado tem - os olhos. Sendo predicado, agradável ocupa a posiçi de núcleo da representação sintática, que, nesse caso, recebe o rótulo A, da categl ria adjetivo. Mais uma vez, o argumento interno, representado pela entidade af tada pela propriedade de ser agradável, ocupa a posição de complemento e se jun ao núcleo do predicado, resultando no sub-constituinte agradável aos olhos, rotl lado A'. A esse sub-constituinte vai se juntar o argumento externo o quadro J parede. O resultado final será um constituinte o quadro na parede agradável ai olhos, rotulado SA, representado pelo seguinte diagrama arbóreo:

Figura 4

SA
~
SN A' O quadro na parede ~ A SP agradável aos olhos

Finalmente, (54)c tem a preposição sobre como um predicado de dois argume tos: um que expressa um objeto - o cesto de palha - e outro que expressa o lugar sob o qual esse objeto se encontra - a poltrona. Na sintaxe, sobre ocupa a posição (núcleo da representação, nesse caso a posição P (de preposição), à qual se junta, primt ramente, o argumento interno, que ocupa a posição de complemento. Disso resulta u sub-constituinte rotulado P'. O argumento externo se junta a esse conjunto e o result do final é um constituinte rotulado SP, como no diagrama arbóreo a seguir:

Figura 5

SP

~

SN P' O cesto de palha ~ P SN so bre a poltrona

Uma última observação se faz necessária. As sentenças podem conter con tituintes que não são previstos como exigências dos predicados no léxico. É iSi o que acontece com o constituinte ontem, na sentença abaixo:

(55) O João comprou batatas ontem.

Onde é que podemos colocar constituintes como esses em nossa estrutura? Eles não ocupam nem a posição de complemento, nem a de especificador. Na verdade, eles ocupam uma outra posição na estrutura, a posição de ADJUNTO, que apresentamos na Figura 6:

Figura 6

SV

~

SV SA ~ ontem SN V'

~

V SN comprar batatas

O João

Reparem que ao incluirmos o adjunto na estrutura, criamos uma projeção que repete o rótulo do sintagma verbal. Isso acontece porque adjuntos não formam um novo nível hierárquico. Essa é a grande diferença sintática que existe entre argumentos e adjuntos. Quando argumentos são mapeados na sintaxe, o núcleo projeta um novo nível hierárquico. Quando um adjunto entra na estrutura, isso não acontece. Ele é somente um outro segmento da mesma categoria. Assim, na estruturação da sentença (55), ilustrada na Figura 6, vemos que o núcleo verbal comprar se compõe, primeiramente, com seu complemento, o sintagma nominal batatas. Nesse momento, o núcleo projeta um nível hierárquico superior, que tem o rótulo de V', na Figura 6. Essa nova expressão complexa, formada pelo verbo e seu complemento, por sua vez, compõe-se com o argumento externo, o sintagma nominal o João. Nesse momento, há a projeção de um novo nível hierárquico superior, que, desta vez, toma o rótulo de SV. Fecha-se, assim, a projeção do núcleo comprar. Com isso, queremos dizer que foram projetadas, na sintaxe, todas

as expressões lingüísticas exigidas pelo verbo, nomeadamente, o argumento que corresponde ao objeto comprado e o argumento que corresponde ao agente comprador. Desse momento em diante, o núcleo comprar não pode mais projetar níveis superiores, porque todas as suas exigências já foram satisfeitas.

Na sentença em exame, a presença do advérbio de tempo ontem não se deve a uma exigência do verbo comprar. Por isso, quando ele é mapeado na sintaxe, não há que se falar em uma nova projeção hierárquica. Antes, ele é mapeado como um constituinte que se aplica a uma projeção fechada do tipo SV, e a mantém com a mesma estruturação hierárquica que ela apresentava anteriormente.

Essa é a razão pela qual dizemos que um adjunto é um segmento da categoria à qual ele se aplica.

105

4. Conclusão

A sintaxe é a área da Lingüística que estuda a estrutura das sentenças. Os princípios envolvidos na estruturação das sentenças de nossa língua são parte de nossa competência lingüística. Portanto, estudar a estrutura das sentenças envolve, como um primeiro passo, trazer à tona um conhecimento que qualquer falante da língua tem. Os alicerces desse conhecimento são:

i. sabermos organizar os itens lexicais em categorias gramaticais, estabelecidas de acordo com as características morfológicas, distribucionais e semânticas por eles exibidas;

ii. sabermos que a sentença resulta da projeção dessas categorias em constituintes hierarquicamente estruturados, fazendo com que ela não seja apenas uma seqüência linear de itens lexicais;

iii. sabermos que esses constituintes se organizam a partir de um núcleo cujas exigências sintáticas e semânticas devem ser satisfeitas pelos elementos que vão se compor com ele.

Nosso objetivo, neste texto, foi justamente o de dar o primeiro passo, no estudo da estruturação das sentenças.

Exercícios

A.Determine a que categorias gramaticais pertencem as palavras em caixa alta (palavras inventadas) nas seguintes sentenças, retiradas, em sua forma original, de

obras de Machado da Assis. Argumente em favor de sua análise.

(1) a) Como eu estava cansado, SEFLEI os olhos três ou quatro vezes.
b) Disse isso SEFLANDO o punho e proferi outras ameaças.
c) José Dias sorriu deliciosamente, mas fez um esforço grande e SEFLOU outra vez o rosto.
d) O beijo de Capitu SEFLAVA-me os lábios.

(2) a) E a voz não lhe saía DOLMA, mas velada e esganada.
b) Já agora acabo com as coisas DOLMAS.
b) A cabeça da minha amiga sabia pensar DOLMO e depressa.
c) Senti que não poderia falar DOLMAmente.

(3) a) Fiquei tão MUPESTRE com esta idéia, que ainda agora me treme a pena na mão.
b) As horas tristes e compridas eram agora breves e MUPESTRES.
c) Ele me explicou por estas palavras MUPESTRES.

(4) a) Era o pai de Capitu, que voltava da repartição um pouco mais BODRO, como usava às vezes.
b) Não quero saber dos santos óleos da teologia; desejo sair daqui o mais BODRO que puder, oujá....
c) (...) íamos sempre muito BODRO, logo depois do almoço, para gozarmos o dia compridamente.

8. A definição usual de advérbio é:

"Advérbio é uma palavra invariável que modifica um verbo, um adjetivo ou outro advérbio, exprimindo circunstância de tempo, lugar, modo, dúvida, etc."

Examine o comportamento da palavra LÁ, usualmente classificada como advérbio, nas sentenças abaixo. Diga se a definição acima pode se aplicar a cada uma delas. Se não, diga a que categoria você acha que LÁ pertence, em cada um dos exemplos.

(5) LÁ é maravilhoso. (6) Eu detestava LÁ. (7) Ele saiu de LÁ.
(8) Aquele homem LÁ disse coisas ótimas.
(9) Eu cheguei LÁ em Santos.
(10) Eu cheguei LÁ atrasado.
(11) LÁ, tudo acontecia como se ninguém soubesse de nada.

C. Dentre as construções discutidas no item 3 do texto (topicalização, clivagem, pronominalização, fragmento de sentença, elipse), utilize as que forem apropriadas para descobrir as diferentes possibilidades de estruturação sintática das sentenças que seguem:

(12) O professor vai presentear os alunos com notas altas.

(13) Os alunos andavam entusiasmados pelo Museu.
(14) O presidente parecia confiante no Senado.

D. Nas expressões abaixo, os predicados, que são os núcleos de sua projeção, aparecem em caixa alta. Diga qual a posição que os demais constituintes ocupam na projeção desses predicados: complementos, especificadores ou adjuntos. Para treino, faça uma árvore para cada projeção. Ignore os artigos e os verbos de ligação.

(15) professores CONSCIENTES de sua responsabilidade (16) a CONSCIÊNCIA da responsabilidade (17) um JOGADOR de futebol da Itália (18) o João JOGA basquete nos Estados Unidos (19) o pé SOBRE a mesa (20) o pé sobre a mesa é FALTA de educação (21) trabalhadores IRRITADOS com seus baixos salários

107

(22) alunos irritados com a falta de professores é COMUM (23) um ALUNO de Física de cabelo encaracolado (24) a Cecília CONHECEU um aluno de Física de cabelo encaracolado (25) a PROFUNDEZA do oceano ao sul do Equador (26) o oceano ao sul do Equador é PROFUNDO (27) líderes governistas CONTRA deputados da oposição (28) líderes governistas contra deputados da oposição é o RESUMO da história política do país (29) olhos SENSÍVEIS à claridade (30) a sensibilidade à claridade CAUSA problemas sérios para a visão

E. Levando em consideração as exigências lexicais dos predicados em caixa alta, localize, nas sentenças abaixo, o elemento que atende a cada uma dessas exigências.

(31) As escolas não PUNEM os alunos que FALTAM às aulas.
(32) Ao APLICAR o exame, o diretor não ESCOLHEU os melhores alunos.
(33) Como os governadores não PROPUSERAM emendas à Constituição aos deputados e senadores, o presidente já ANUNCIOU apoio ao projeto.
(34) Como FORAM ANALISADAS mais de mil propostas, vÊ-se que a escolha deve ter sido dificil.
(35) Os alunos aprovados ganham bolsas para ESTUDAR e VIVEM nos alojamentos da faculdade.
(36) Nos primeiros anos de vida pode-se DIZER se uma criança será um adulto introvertido ou expansivo. Isso é o que se CHAMA traço de personalidade.
(37) Que animais o diretor do zoológico DISSE que a comida que COMERAM FOI COMPRADA direto do CEAGESP?

F. Considere os pares de sentenças abaixo. As sentenças (a) têm um argumento presente a mais do que a variante (b). Considerando as exigências lexicais feitas

pelo verbo em cada sentença, imagine uma explicação para essa possibilidade. Contraste os pares entre (38) e (41) com as impossibilidades apresentadas pelos pares entre (42) e (45) (o sinal * que antecede os exemplos em (b) marca a agramaticalidade das sentenças):

(38) a) A Maria está lavando suas camisetas importadas.
b) As camisetas importadas lavam fácil.

(39) a) A tempestade afundou o barco.
b) O barco afundou.

(40) a) Poirot prendeu o criminoso.
b) O criminoso foi preso.

(41)a) b) (42) a) b) (43) a) b)

As crianças já comeram o bolo.
As crianças já comeram.

O Pedro vai comprar aquela casa de esquina.
* Aquela casa de esquina compra fácil.

O professor escreveu o artigo.
*0 artigo escreveu.

(44)a) A atitude do marido chateava a Ana.
b) * A Ana era chateada.

(45)a) As crianças devoraram o bolo.
b) * As crianças devoraram.

Bibliografia

CHOMSKY, N. (1981). Lectures on Govemment and Binding: the Pisa Lectures. Dordrecht: Foris.
CHOMSKY, N. (1986). O conhecimento da língua: sua natureza, origem e uso. Tradução Anabela Gonçalves e Ana Teresa Alves. Lisboa: Editorial Caminho.
FRANCHI, C. (1997). Teoria da predicação. Ms. Unicamp/USP.
FRANCHI, C., E. V. NEGRÃO & A. L. de P. MULLER. (1998). "Um exemplo de argumentação em sintaxe". Revista da ANPOLL, n. 5, pp. 37-63,jul-dez.
HAEGEMAN, L. (1994). Introduction to Govemment and Binding Theory. Cambridge,

Mass.: Blackwell, 2'd Ed.

JESPERSEN, O. (1948). The PhilosophyofGrammar. Londres: George Allen&Unwin Ltd.

MIOTO, C., M.C. FIGUEIREDO-SILVA E R.V. LOPES. (1999). Manual de sintaxe. Florianópolis: Insular.

RADFORD, A. (1989). Transformational Grammar. Cambridge: Cambridge University Press.

RAPOSO, E. (1992). Teoria da gramática: a faculdade da linguagem. Lisboa: Editorial Caminho.

Sugestões de leitura

FRANCHI, C., E. V. NEGRÃO & A. L. de P. MULLER. (1998). Um exemplo de argumentação em sintaxe. Revista da ANPOLL, n. 5, pp. 37-63,ju1-dez.

Um artigo que leva o leitor, passo a passo, a construir uma análise sintática para a estrutura de constituintes de sentenças ambíguas.

MIoro, C. M.C., FIGUEIREDO-SILVA e R.V. LOPES. (1999). Manual de Sintaxe. Florianópolis: Insular.

Um livro de introdução aos estudos de sintaxe tendo por base a Gramática Gerativa. É destinado a estudantes de graduação em Letras ou Lingüística ou a todos que se interessarem por uma abordagem formal para o tratamento sintático das línguas naturais.

A semântica lexical

Antonio Vicente Seraphim Pietroforte Ivã Carlos Lopes

Conta-se que um determinado professor explicava o conceito saussuriano de signo escrevendo, com uma das mãos, no quadro negro, a palavra "nariz" e apontando, com a outra, para o seu próprio nariz. Ensinava que a palavra escrita é o significante e o órgão para o qual apontava, o significado. Recolhida durante uma aula, essa história é engraçada porque mostra um equívoco a respeito do ponto de vista saussuriano, pois a personagem do relato propaga um conceito de língua há algum tempo colocado sob suspeita por muitas correntes da ciência da linguagem.

O signo é uma relação entre um significante e um significado, e não entre uma palavra e uma coisa, como entendeu o professor acima mencionado. Ao apontar para seu nariz e para a palavra escrita no quadro negro, ele entendeu, erroneamente, que significanteé o mesmo que "palavra" e, significado, o mesmo que "coisa". Saussure, no entanto, não diz isso. Ao definir uma relação entre um significante, a imagem acústica do signo, e um significado, o seu conceito, o sentido do signo deixa de depender de um referente fora da língua, como é o caso do nariz, e passa a ser determinado por uma relação entre duas grandezas lingüísticas: uma

imagem acústica, de ordem fonológica, e um conceito, de ordem semântica.

A idéia de que o significado é a coisa é bastante antiga. Na mitologia judaico-cristã ela aparece logo depois da cena da criação:

Javé Deus disse: "Não é bom que o homem esteja só, vou fazer-lhe um auxiliar que lhe convenha". Javé Deus plasmou do solo todos os animais e todas as aves do céu. Conduziu-os à presença do homem, para ver que nome lhes daria: todo ser teria o nome que G homem lhe desse. E o homem deu nome a todos os animais domésticos, às aves do céu ê a todos os animais do campo.

(Gên, 11, 18-20:

Nessa passagem, a relação estabelecida é entre nomes e coisas, ou seja, entre os nomes dos animais e seus referentes, apresentados diretamente ac homem por seu criador. Séculos depois, o Satã do poeta inglês Milton, em sel Paraíso perdido, tem um ponto de vista diferente. Ao cair no inferno, declam~ o anjo rebelde:

Adeus, felizes campos, onde mora Nunca interrupta paz, júbilo eterno!
Salve, perene horror! Inferno, salve!
Recebe o novo rei cujo intelecto Mudar não podem tempos, nem lugares:
Nesse intelecto seu, todo ele existe;
Nesse intelecto seu, ele até pode Do Inferno Céu fazer, do Céu Inferno.

Milton - O paraíso perdido. (s. d.) São Paulo, Edigraf, p. 15

Para Satã, tanto o inferno quanto o céu são definidos no discurso que ele em seu intelecto, é capaz de articular. Os conceitos de ambos os signos, portanto são determinados pelo discurso, e não por meio de um referente externo à lingua gem dado previamente, como ocorre no capítulo citado do Gênesis, em que c homem dá nome aos animais. Sem uma referência fora da língua, cabe ao discurs~ determinar os conceitos de céu e o de inferno e, por isso um pode ser tomado pel, outro,

dependendo do ponto de vista.
A fim de formar uma primeira idéia da distinção entre essa tradicional con cepção de linguagem-nomenclatura e a perspectiva saussuriana, que data do inícil do século XX, precisamos de algumas noções elementares a seu respeito. Uma outra concepção dão origem a modos contrastantes de edificar a semântica.

1. Concepções de linguagem, signo, sentido

Um trecho de um conhecido poema de João Cabral de Melo Neto, "Paisa gem do Capibaribe", vai nos ajudar a introduzir questões de ampla abrangênci acerca das concepções de linguagem nos estudos da lingüística e campos afins.

[...]
Na paisagem do rio dificil é saber

A semântica lexical

1 1

I

I

onde começa o rio;
onde a lama começa do rio;
onde a Terra começa da lama;
onde o homem, onde a pele começa da lama;
onde começa o homem naquele homem.

Dificil é saber se aquele homem já não está mais aquém do homem;
mais aquém do homem ao menos capaz de roer os ossos do oficio;
capaz de sangrar na praça;
capaz de gritar se a moenda lhe mastiga o braço;
capaz de ter a vida mastigada e não apenas dissolvida (naquela água macia que amolece seus ossos como amoleceu as pedras).

João Cabral de Meio Neto - O cão sem plumas, "Paisagem do Capibaribe, II".
In: Serial e antes. (1997) Rio de Janeiro, Nova Fronteira, p. 79-80.

A par da contundente denúncia de condições de vida e trabalho aviltantes de populações situadas num tempo (anos 1940) e num espaço (Pernambuco) determinados, esse trecho traz um questionamento sobre os limites entre as coisas postas em cena: onde a fronteira entre o rio e a lama? Entre a lama e a terra, entre a terra e o homem?.. Esse recuo para aquém do evidente, essa problematização daquilo que parecia ponto pacífico - traço marcante do refletir - pode ser encarado, nesse caso, como algo mais do que a mera caracterização de uma certa terra e uma

certa gente. Aponta para uma discussão decisiva nos estudos da linguagem e que formularemos nos seguintes termos: devemos tomar a segmentação do mundo em classes como qualquer coisa da ordem do "já dado" ou do "construí do"? Em outras palavras, seria a estruturação do mundo em categorias algo previamente constituído nas próprias coisas ou dependeria ela das diferentes maneiras de olhar para o mundo? Se aderirmos à primeira hipótese, levantaremos uma teoria escorada no referente externo à linguagem, ou seja, nas "próprias coisas", supondo portanto que o homem tem acesso direto a elas, independentemente de quaisquer filtros interpostos pela sua inserção sócio-histórica ou cultural. Para essa visão, as

113

línguas naturais seriam como que nomenclaturas apensas às coisas de um mun(preliminarmente discretizado, recortado. A segunda dessas hipóteses nos leva, 1 contrário, a uma teoria da linguagem que privilegia os diferentes modos de mir as coisas, concedendo prioridade ao ponto de vista, não ao objeto. Isso implic por exemplo, que dois observadores pertencentes a comunidades lingüísticas di tintas não vêem nunca exatamente o mesmo mundo. Sendo a semântica o estu< sistemático do sentido nas línguas naturais, cada uma dessas maneiras de constn a teoria da linguagem resultará numa semântica peculiar.

Último capítulo a integrar a história da lingüística no Ocidente, a semâ tica, cujos desenvolvimentos mais notáveis são obra do século XX, assumiu dif rentes faces na dependência das tradições a que se filia esta ou aquela de su tendências. A questão do significado daquilo que se diz constituiu uma interr gação permanente dos estudos sobre a linguagem desde seus primórdios. Es reflexão pode ser vista historicamente sob a forma de oscilações entre os três V(tices de um triângulo assim constituído (Rastier, 1990: 7):

vox/

CONCEPTUS (conceito)

~RES

(palavra)

.... (coisa)

Um dos destacados comentadores de Aristóteles durante a Idade Méd São Tomás

de Aquino, assim se manifestava sobre esse problema: "As palavl são os signos dos pensamentos, e os pensamentos, similitudes das coisas. [...] palavras referem-se às coisas designadas mediante os conceitos" (Suma teológi, apudRastier, 1990: 7). Considerações semelhantes pontuam a história dos estud ocidentais sobre a linguagem, o signo e o sentido, e contam também com se adeptos em nossos dias. Há hoje toda uma semântica do referente, desenvolvi na esteira de nomes como Carnap e Frege, na qual se reconhece a herança tradição lógico-gramatical dominante no mundo ocidental, desde os antigos gregl passando pela escolástica na Idade Média, pela lógica de Port-Royal na Ida Moderna e por seus inúmeros desdobramentos nos séculos XVIII e XIX. Ne~ concepção, os estudiosos sempre acreditaram, com alguma variação terminoló:
ca de um autor para outro, que as palavras remetem aos conceitos e que estes, J sua vez, representam as coisas. Uma outra vertente, tributária por sua vez da n menos ilustre herança retórico-hermenêutica, pode ser caracterizada como um pOI de vista que, em vez das relações linguagem-coisas, prefere examinar o que passa entre o fazer persuasivo de um locutor e o fazer interpretativo de um int, locutor; já não se trata das relações linguagem-coisas ou linguagem-mundo, e s das relações entre o que se diz e como se diz, ou, em termos mais modernos, en

significantes e significados. A lingüística inaugurada ao raiar do século XX no Curso de Saussure liga-se muito mais profundamente à segunda dessas tradições, a que estamos chamando, com François Rastier, de tradição retórico-hermenêutica. A expressão é por certo muito ampla, mas diz respeito à postulação de um estudo da linguagem humana orientado pelo que se passa em seu interior, e não numa instância qualquer situada fora dela.

De fato, fazer das coisas do mundo a pedra angular da semântica, tal como é o caso na tradição lógica, é instaurar a semântica com base em certos pressupostos filosóficos. Se as expressões das línguas humanas apontam para conceitos situados fora delas e concebidos como independentes desta ou daquela língua natural, isso quer dizer que tais conceitos são universais, logo imutáveis para todo e qualquer ser humano, pouco importando em que cultura este tenha nascido e sido criado.

Além disso, se os conceitos, por sua vez, são garantidos pelas coisas do mundo, também chamadas de referentes, é preciso então assumir que o mundo é o mesmo para todos. Nesse raciocínio, diz Rastier, "as palavras teriam um sentido porque as coisas têm um ser (como afirma Aristóteles em sua Metafisica)" (Rast~er s/d: 18).

Essa concepção da linguagem nos levaria, assim, a admitir que, só havendo um mundo "real", a verdade, que é garantida por esse mundo, é conseqüentemente uma coisa única. Eis a principal razão, prossegue o lingüista, pela qual a semântica do referente não costuma trabalhar com essas "porções de significados", com esses "fragmentos" de coisas que são os semas da semântica componencial- a noção de sema será definida adiante, no item "Semântica e léxico" -: a semântica do referente trabalha, no fundo, com essências. Encarada como essência, a coisa não admite cisão. No triângulo acima reproduzido, aquele vértice Res significa, em última análise, o Ser. Se o sentido do que dizemos é fundamentado no próprio ser e se o verdadeiro ser só pode ser visto como uno - tendo em vista que, se fosse múltiplo, estaria colocada a questão de saber qual deles seria o real -, então o problema da interpretação pode ficar relegado a segundo plano ou até mesmo negligenciado.

Qualquer um tem o direito, entretanto, de questionar essa idéia de uni cidade necessária.
A tradição retórico-interpretativa, por seu turno, prefere transferir o eixo da produção do sentido para o que se passa, não entre linguagem humana e mundo, mas sim "de homens para homens", ou seja, prefere enxergar a produção do sentido como fenômeno humano, de uma ponta a outra. Diante daquele triângulo a que acabamos de aludir (palavra-conceito-coisa), ela faz suas próprias escolhas, carregadas de conseqüências: (i) põe entre parênteses o pólo do referente, evitando decidir sobre a natureza última do real, problema que lhe aparece como desprovido de pertinência para a compreensão do sentido e, mais ainda, como uma aderência metafisica, que a teoria da linguagem pode abandonar sem hesitação; (ii) concebe de outra maneira o pólo do conceito e, por conseguinte, (iii) também o vértice da "palavra" é interpretado de modo diverso daquele da tradição lógica. Contra a idéia de que as coisas do mundo seriam as mesmas para todo observador e de que

115

já viriam previamente discretizadas, bastando às línguas naturais colar-lhes rótlJ los designativos, insurgiu-se Saussure, na virada entre os séculos XIX e XX. (vértice do "conceito" será visto de preferência, a partir de seus ensinamento~ como o que ele denomina "significado", em ligação com o vértice da "palavra' posição ocupada pela idéia saussuriana de "significante". A distinção mais rel~ vante entre o tradicional "conceito" e o "significado" saussuriano reside no carát~ específico e relacional deste último: ao contrário dos "conceitos" da tradição lógl ca, encarados como universais, os "significados" saussurianos (i) só valem, a r:
gor, no interior de uma determinada língua, e (ii) só se definem na sua relação cor os seus significantes, por um lado, e com os demais significados de sua classe, pc outro. Ora, tanto significado quanto significante fazem parte da linguagem hum, na: são as duas faces do signo lingüístico, tal como essa noção se define no CurSj Uma das características do signo fteqüentemente evocadas pela lingüística de f liação saussuriana é o fato de as diversas línguas naturais estabelecerem, cada qw para uso próprio, diferentes estruturações do "mundo" por elas concebido. Pc isso, nessa perspectiva, tanto o pólo da "palavra" quanto o do "conceito" sã variáveis segundo a inserção sócio-histórica das expressões que estejam em paut:
conseqüência disso, entre outras, é ter de admitir que não existemjamais traduçõt:
exatas entre duas línguas.
Ilustrando: em 1973, o grupo de rock britânico Pink Floyd gravou um de discos mais célebres da sua longa carreira, intitulado The dark side ofthe moon..
capa mostrava, contra um fundo negro, um raio de luz branca que vinha do lad esquerdo, atravessava, no centro do quadro, um prisma e saía decomposto, à dire ta, nas cores do arco-íris. Entre nós, brasileiros, só quem deteve um pouco o olh:
se deu conta de que o espectro à direita do prisma compreendia seis cores, em vt:
das sete que esperaríamos. A razão muito simples para isso é que, em inglês, arco-íris de fato só conta com seis cores: na região superior do espectro, one temos em

português o roxo e o anilado, a língua inglesa junta tudo em um ~ purple. Na língua bassa, falada na Libéria, o mesmo conjunto do arco-íris se d vide em não mais que duas faixas, uma compreendendo o que conhecemos COIr cores "frias" e outra, as cores "quentes". Ninguém imaginaria tratar-se de difere] ças nos fenômenos naturais observados, nem tampouco na acuidade visual de UI e outros povos. A estruturação do mundo em classes, ou seja, a maneira de ver que varia, de uma cultura para outra, sem que se possa apontar quem é que es com a razão nessa história.

Outra mudança de perspectiva relevante, trazida pelo olhar não-referencii lista, é na concepção de "verdade": já não se trata de invocar, como garantia fin da verdade, o "mundo real" idêntico para todos, mas sim de admitir que a verdac é sempre uma construção dos homens e que por isso é necessário acolher st:

caráter múltiplo, problemático, variável em função dos pontos de vista humano Alguma garantia de verdade, quan~o se admita, será decorrente não de uma objl

tividade invariável e absoluta, mas de uma assunção intersubjetiva, que é por vocação algo mais cambiante, mais instável e sujeito a controvérsias. Todo consenso é provisório. Dito isso, é necessário ressalvar, a bem da justiça, que foi a existência de uma antiga tradição presa ao referente, nos estudos da linguagem, que tornou possível a emergência de um ponto de vista não-referencialista; se este ocupa algum lugar nos estudos da linguagem hoje, isso de certa forma deve ser creditado àquela, contra a qual ele pôde se erguer.
a lingüista dinamarquês Louis Hjelmslev, em uma das páginas mais belas da lingüística, formula assim a idéia de que o sentido emana da linguagem:

A linguagem - a fala humana - é uma inesgotável riqueza de múltiplos valores. A linguagem é inseparável do homem e segue-o em todos os seus atos. A linguagem é o instrumento graças ao qual o homem modela o seu pensamento, seus sentimentos, suas emoções, seus esforços, sua vontade e seus atos, o instrumento graças ao qual ele influencia e é influenciado, a base última e mais profunda da sociedade humana. Mas é também o recurso último e indispensável do homem, seu refúgio nas horas solitárias em que o espirito luta com a existência, e quando o conflito se resolve no monólogo do poeta e na meditação do pensador.
Antes mesmo do primeiro despertar de nossa consciência, as palavras já ressoavam a nossa volta, prontas para envolver os primeiros germes frágeis de nosso pensamento e a nos acompanhar inseparavelmente através da vida, desde as mais humildes ocupações da vida cotidiana aos momentos mais sublimes e mais íntimos dos quais a vida de todos os dias retira, graças às lembranças encarnadas pela linguagem, força e calor. A linguagem não é um simples acompanhante, mas sim um fio profundamente tecido na trama do pensamento;
para o indivíduo, ela é o tesouro da memória e a consciência vigilante transmitida de pai para filho. Para o bem e para o mal, a fala é a marca da personalidade, da terra natal e da nação, o título de nobreza da humanidade. O desenvolvimento da linguagem está tão inextricavelmente ligado ao da personalidade de cada indivíduo,

da terra natal, da nação, da humanidade, da própria vida, que é possível indagar-se se ela não passa de um simples reflexo ou se ela não é tudo isso: a própria fonte do desenvolvimento dessas coisas.

(Hjelmslev, 1975: 1-2)

Com essas considerações, Hjelmslev contraria a opinião comum de que há um mundo objetivo, dotado de referentes e de acontecimentos, que são refletidos pela linguagem. Para ele, na mesma linha de pensamento de Saussure, dá-se justamente o contrário. Já que a linguagem está presente em todas as atividades humanas, é possível indagar se ela pode ser considerada como fonte, e não como um reflexo dessas "coisas". É em tomo dessa indagação que afirmamos há pouco que o ponto de vista contrário, das coisas para a linguagem, é posto sob suspeita.
Não se quer dizer com isso que o mundo fisico não exista fora da linguagem. Simplesmente, segundo a concepção não-referencialista, ao estudioso da linguagem não compete pronunciar-se sobre a verdade ou falsidade absolutas, assim como ele deve abster-se de tentar explicar por que é que existe alguma coisa, em vez de coisa alguma. Saussure, Hjelmslev e aqueles que compartilham sua visão sobre a linguagem não se referem ao mundo fisico em suas considerações, mas ao mundo de sentido construído pelo homem. Para eles, não é pertinente, portanto, estudar o mundo material, mas estudar como as línguas o interpretam e categori-

117

zam, atribuindo-lhe sentido. Eis um ponto de partida para uma semântica lingü tica, preocupada com a unidade e diversidade dos sentidos nas línguas naturais não mais subordinada às categorias ditadas por alguma instância hierarquicamer superior (o Real, o Pensamento, o Cérebro, etc.). A semântica assim concebi será menos ligada às noções lógicas e mais próxima de muitas questões oriunc da herança retórica, mas num enfoque renovado.

2. Semântica e léxico: lexemas e destinos de lexem(

A intuição de que os dois planos da linguagem, o plano da expressão (s nificantes) e o do conteúdo (significados), podem ser descritos pelos mesmos prin pios, permitiu aos lingüistas efetuar uma transposição dos métodos já aplicac com êxito à descrição dos fonemas às unidades do conteúdo. A fonologia já di crevera as unidades do plano da expressão seguindo um procedimento metódi de decompô-las em seus traços distintivos. Dessa maneira pode-se organiza sistema fonológico de uma língua, evidenciando suas classes internas. O conjm das consoantes oclusivas orais do português, por exemplo, está distribuído cOl se vê abaixo:

	Oral	Oclusivo	Bilabial	Dental	Velar	Vozeado
Ipl	+	+	+	-	-	-
Itl	+	+	-	+	-	-
/k/	+	+	-	-	+	-
/bl	+	+	+	-	-	+
Id/	+	+	-	+	-	+
Igl	+	+	-	-	+	+

Cada unidade assim descrita comporta pelo menos um traço em coml com as

demais (no nosso exemplo são dois traços, oral e oclusivo) e também menos um traço que a diferencia do resto da série. Pelos mesmos princípios possível desvendar a composição das unidades de um campo lexical, e agora estaremos situados no domínio da semântica. No lugar dos traços distintivos p prios da fonologia, introduziremos os traços distintivos próprios do conteúdo, i é, os chamados semas. Observemos, para ilustrar, como estão formadas algun unidades do campo lexical dos chapéus; na tabela a seguir, os lexemas estão c postos em linhas e os semas que os compõem, em colunas:

para cobrir com com copa com com abas com pala de matéria ajustável à masa cabeça copa alta abas largas sobre os flexível cabeça culino olhos
boné + + - - - + + + +/-
gorro + + - - - - + + +/~
sombreiro + + - + + - + - + panamá + + - + - - + - + cartola + + + + - - + - +
coco + + - + - - - - +
boina + + - - - - + - +/-
quepe + + - - - + - - +
chapelina + + - + +/- - + - -

Já com um quadro parcial como esse, podemos perceber que tal tipo de descrição, denominada análise componencialou sêmica, ordena da maneira mais explícita os conteúdos focalizados dentro de um campo lexical, pondo à mostra o que esses itens lexicais possuem em comum, bem como aquilo que faz a especificidade de uns e outros. Obviamente, esse método tem também suas limitações:
traços como "de matéria flexível" e "com copa alta", por exemplo, não se prestam bem a uma análise binária, sendo notoriamente uma questão de gradações ao longo de um eixo contínuo. A análise em termos de "presença (+) / ausência (-)" dos traços distintivos é na verdade um expediente útil para introduzirmos categorizações em grandes linhas, mas deve ser refinada com ajuda de ferramentas descritivas aptas ao processamento do contínuo. Tal discussão, contudo, ultrapassa os limites desta breve exposição.
Uma unidade lexical da língua portuguesa, escolhida arbitrariamente, vai nos ajudar a ilustrar esses rudimentos da análise sêmica do léxico: trata-se do lexema faca. Diremos, por brevidade e comodidade, que um lexema é uma entrada de dicionário. Definindo semema como um conjunto de semas, podemos afirmar que a cada lexema deve corresponder no mínimo um semema, ou seja, uma acepção aceita culturalmente, no âmbito da língua em apreço. É costume, nos dicionários, separar os diferentes sememas ou acepções de um mesmo lexema por números. Nesse

raciocínio, o semema de "vaca" comporta os semas: boi + fêmea +adulto. Classificam-se diversos tipos de semas. Por exemplo, os lexemas pertencentes ao campo lexical dos assentos, de que o semanticista Bemard Pottier fez uma descrição hoje clássica, comportam semas funcionais ("para sentar-se"), morfológicos ("com/sem pés", "com/sem encosto"), matéricos ("de matéria rígida"),

119

etc., podendo-se, por meio de suas combinações, estabelecer um quadro precis das distinções entre lexemas como cadeira, banco, poltrona, pufe e outros. Es~ tipo de análise introduziu, ainda nos anos 1960, uma série de princípios úteis pai o desenvolvimento dos estudos semânticos posteriores. Vamos apresentar agOJ uma rápida aplicação desses princípios, indo da faca dos dicionários às facas (João Cabral de Meio Neto.

Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa - Caldas Aulete, 53 ed., 1964:

I FACA!, s.E Instrumento cortante formado por uma lâmina curta de ferro ou aço e um cabo. [...]

Aurélio:

FACA I. S.E Instrumento cortante, contituído de lâmina e cabo.
Michaelis - Modemo dicionário da língua portuguesa:

FACA sfl. Instrumento cortante formado por uma lâmina com gume engasta da em um cabo. [..,]

Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa:

, !FACA s.E (s. XV cf. Fich IVPM) 1. Instrumento constituído por lâmina cortante presa a um cabo; cuchila. [...]

Em todas essas definições, a faca é apresentada como um "instrument<

Um instrumento, por seu turno, é

Instrumento S. m. 1. Objeto, em geral mais simples do que o aparelho, e que serve de age mecânico na execução de qualquer trabalho [...] 2. P. ext. Qualquer objeto considerado sua função ou utilidade. [...] (Aurélio)

Instrumento s. m. (1048 cf. JM) 1 Objeto simples ou constituído por várias peças, que se para executar uma obra, levar a efeito uma operação mecânica, fazer alguma observação mensuração (em geral trabalhos delicados e de precisão); dispositivo, apetrecho, ferram ta. 2 p. ext. Todo objeto que serve de ajuda para levar a efeito uma ação física qualquer.
ext. Qualquer objeto considerado em relação à sua função, ao uso que dele se faz; utensí
[...] (Houaiss)

Isso situa, de início, a faca numa posição bem peculiar nessa qualidade instrumento: podemos dizer que um instrumento está colocado entre a catego dos objetos e a dos sujeitos, uma vez que, sem deixar de ser um "objeto", segur os dicionários, ele atua como um meio para fazer algo; ora, o fazer não é vi culturalmente como atributo dos objetos, mas dos sujeitos. Um instrumento é adjuvante da ação. Essa posição intermediária ocupada por ele permite vê-lo mais como objeto, ora mais como sujeito. Há uma diferença de "agentividal entre instrumentos de tipos distintos. O que decidirá se um determinado ins1 mento vai aparecer mais com feições de sujeito ou de objeto é o discurso qu

puser em cena, já que, ao ser empregada num determinado texto, uma unidade lingüística qualquer sofre sempre algumas especificações. Na passagem do sistema virtual da língua ao processo de seu uso discursivo, uma unidade, por exemplo, uma palavra, sofre simultanteamente duas transformações:

(i) uma mobilização desigual dos semas contidos em seu semema, pois a atualização em discurso corresponde a uma seleção dos semas que ganharão destaque no texto em pauta;

(ii) o núcleo sêmico - o conjunto daqueles semas já reconhecidos nas definições dos dicionários - é acrescido de semas contextuais.

Somados, esses dois fenômenos produzirão um efeito de relevo ou de perspectiva, projetando semantismos de "primeiro plano" e semantismos de "planos secundários", num dispositivo comparável aos processos perceptivos de que se ocupa a psicologia da Gestalt (forma-fundo). Assim, num catálogo de facas de colecionador, projetadas por designers e vendidas como peças de joalheria, essas podem ser apresentadas como objetos de fruição estética - pelos materiais de que são feitas, pelas linhas de seu perfil, etc. - ou de evocação de modelos marcados pelo tempo (históricos) ou pelo espaço (exóticos); nesses casos, não será tanto pelo que permite fazer, mas sobretudo pelo seu próprio "ser" que será avaliada esta ou aquela peça: valor de troca, mais do que valor de uso, e isso demonstra que estamos lidando com os limites da definição de faca, pois como conceberíamos um "instrumento" que não serve para ser usado? Em outras palavras, um utensílio não-utilitário? Bem outros já serão os valores em foco, obviamente, num catálogo de facas para sobrevivência na selva ou para uso militar.
Do que acabamos de dizer decorre que a linguagem, longe de precisar atrelarse a

algum referente-coisa do mundo, cria por si própria um mundo para o homem, que é o mundo do sentido. Nesse mundo, estamos às voltas não com um "real" único e ontológico, mas com um número variável de realizados (grandezas de linguagem historicamente atestadas em discurso) e de realizáveis (grandezas calculáveis mas não necessariamente presentes em discurso), para usarmo.s os termos de Hjelmslev. É por isso que, ainda no século XVIII, Georg Christoph Lichtenberg pode brincar, sem se machucar, com imagens como a de "uma faca sem lâmina, à qual falta o cabo". Mesmo que pareça insólito, esse objeto não é semanticamente equivalente a "nada": não se trata de ir buscar o referente, a coisa em si, mas as significações realizáveis dessa expressão, as quais incluem os semas "instrumento", "cortante", "com lâmina", "com cabo". Pela mesma razão, "por mais que a 'flecha' tenha desaparecido das armas modernas, 'ela continua a ferir'", conforme bem colocou Italo Calvino (citado por Denis Bertrand em seus Caminhos da semiótica literária, capo 5). Nenhuma dessas discursivizações da faca ou da flecha exige, para ser interpretada, que verifiquemos a existência "real" da coisa no mundo: independentemente disso, seus efeitos de sentido nos tocam, pedindo interpretações, e é o que importa.

Mesmo um pequeno conjunto de definições, como essas que acabamos de transcrever de dicionários usuais da língua portuguesa, já exibe alguns matizes de significado dignos de nota. Perceba-se que o Michaelis, diferentemente dos demais, opta por reiterar o traço "afiado", duplamente declarado em "... cortante ...
com gume". O Caldas Aulete, por outro lado, vai além dos outros em grau de especificidade: "instrumento cortante formado por uma lâmina curta de ferro ou aço e um cabo". Das duas partes componentes da faca, lâmina e cabo, essa definição explicita as propriedades da primeira, que é dita "curta" [dimensão] e "de ferro ou aço" [matéria]. O primeiro desses dois traços só pode ser afirmado mediante um cotejo tácito com outros "instrumentos" comparáveis: a faca é curta, confrontada ao facão ou ao sabre, mas já será considerada longa, perante o canivete de bolso.
Em outras palavras, esse primeiro traço semântico situa-se num ponto relativamente à direita, sobre um continuum que leva das propriedades objetiváveis (a) às subjetivadas (/1), tal como as expõe Bemard Pottier (Pottier, 1992: 100):

~a

~1

esse livro é:

quadrado

volumoso

interessante

OBJ. (normas definíveis em termos relativos) SUBJ.

Quanto à segunda propriedade atribuída pelo Caldas Aulete à lâmina, a de ser feita "de ferro ou aço", e que estaria evidentemente posicionada mais à esquerda sobre essa mesma linha, trata-se de um indício mais sintomático da época de redação do verbete. Esse dicionário é anterior à multiplicação das redes de fast food, onde tudo, pratos, copos e talheres, é feito de plástico descartável e destinado a ir para o mesmo cesto de lixo após a refeição.
Examinemos algumas das metamorfoses sofridas pela faca sob a pena de João Cabral. Dentre as numerosas manifestações dessa figura da agressão e do assassinato, que retoma obsessivamente na obra do poeta, destacamos suas aparições em dois poemas do volume A escola das facas.

A escola das facas

o alísio ao chegar ao Nordeste baixa em coqueirais, canaviais;
cursando as folhas laminadas, se afia em peixeiras, punhais.

Por isso, sobrevoada a Mata, suas mãos, antes fêmeas, redondas, ganham a fome e o dente da faca com que sobrevoa outras zonas.

o coqueiro e à cana lhe ensinam, sem pedra-mó, mas faca a faca, como voar o Agreste e o Sertão:
mão cortante e desembainhada.

J. C. de Meio Neto - A escola das facas (1975-1980), in: A educação pela pedra e depois.
(1997) Rio de Janeiro, Nova Fronteira, p. 109.

A semântica lexical

Nesse texto, o semema de faca é acrescido de certos semas contextuais, como "faminta" e "com dente(s)"; este lhe empresta uma característica morfológica de animal e aquele, uma intencionalidade rudimentar, também animal, representada pela fome. Essa fome - no poema a seguir será a vez da sede da peixeirafaz já desse vento-faca um sujeito, um sujeito ainda não humano, mas já animado e mostrado também como macho e agressivo (cortante), empenhado em buscar algum objeto para saciar-se. Os principais elementos figurativos presentes nesse texto (Zona da Mata, Agreste, Sertão, peixeiras, punhais) são postos em cena de maneira mais extensa no segundo poema, "As facas pernambucanas". A associação observada na "Escola das facas" entre faca e ar, mediante sua especificação pelo vento, cederá lugar, no próximo texto, a ligações entre as facas e dois outros elementos da natureza, a água no caso da peixeira e o fogo, no do punhal.

As facas pemambucanas

O Brasil, qualquer Brasil, quando fala do Nordeste, fala da peixeira, chave de sua sede e de sua febre.

Lá no Agreste e no Sertão é outra a faca que se usa:
é menos que de cortar, é uma faca que perfura.

O couro, a carne-de-sol, não falam língua de cais: de cegar qualquer peixeira a sola em couro é capaz.

Mas não só praia é o Nordeste, ou o Litoral da peixeira:
também é o Sertão, o Agreste sem rios, sem peixes, pesca.

No Agreste, e Sertão, a faca não é a peixeira: lá, se ignora até a carne peixe, doce e sensual de cortar.

Não dá peixes que a peixeira, docemente corte em postas:
cavalas, perna-de-moça, carapebas, serras, ciobas.

Esse punhal do Pajeú, faca-de-ponta só ponta, nada possui da peixeira: ela é esguia e lacônica.

Se a peixeira corta e conta, o punhal do Pajeú, reto, quase mais bala que faca, fala em objeto direto.

I

~

I j

J. C. de Melo Neto - A escola das facas (1975-1980), in: A educação pela pedra e depois.
(1997) Rio de Janeiro, Nova Fronteira, p. 117-118.

Novas especificações do semema de faca se observam nesse poema. Subdividem-se agora claramente os tipos de facas pernambucanas, numa categorização orientada da costa para o interior. A faca pernambucana do litoral é a peixeira, apresentada com os semas "de cortar" e (especificação suplementar) "para cortar peixes". Uma vez que a carne do peixe está assinalada como "doce e sensual de cortar", os semas "doce" e "sensual" passam a compor, metonimicamente, o semema da peixeira. Contrapõe-se à região costeira um conjunto composto por "Agreste + Sertão", conjunto que se destaca pela privação tanto pragmática, material ("sem rios, sem peixes, pesca") quanto cognitiva ("lá, se ignora até a carne peixe, doce e sensual de cortar"). O punhal dessa região é dado, no texto, como

uma faca destituída da capacidade de cortar, pois seu semema ex~lui o "de cort, para incluir outra especificação sêmica, "de perfurar". Também esta faca do Sert + Agreste está marcada pela metonímia com figuras materiais da civilização típi da região, o couro e a carne-de-sol. Desses, o couro é mostrado como obstácule toda ação da peixeira. Ao darmos mais um passo na abstração, notaremos qU(peixeira cumpre aí um papel de sujeito. Com efeito, a posição sintática das fac evolui. A peixeira surge como "algo de que o Brasil fala" e depois passa a fa~ coisas; o punhal surge como "outra faca que se usa", mas depois passa tambén posição de sujeito das orações. O couro é o anti-sujeito contraposto à peixeira, q não somente é invulnerável à ação dessa faca litorânea, como ainda pode tirar-l todo corte, privando-a de seu poder de ação. A não ser pela sua condição coml de facas, o punhal e a peixeira contrapõem-se em tudo na encenação do te) ("Esse punhal do Pajeú, / faca-de-ponta só ponta, / nada possui da peixeira").
partir da transformação da "outra faca" em "punhal", entra em pauta uma no oposição: a faca litorânea é do gênero feminino, contrariamente ao punhal SI tanejo, do gênero masculino. Daí por diante, passam a motivar-se pela oposiç cultural entre o masculino e o feminino.
A peixeira ganha, com aquela metonímia do "doce e sensual" da carne peixe, algo de desacelerado, sendo essa desaceleração aquilo que permite a e~ faca, além de cortar, contar. Esse "contar" admite ao menos duas leituras: (i) cc tar (enumerar) as postas de peixe que a peixeira vai cortando; (ii) contar (narr:
uma história. Tanto uma operação como outra exigem um certo tempo, uma ce duração. Duas acepções provenientes do mesmo étimo, lat. computare. Em cc traposição, o punhal do Pajeú é dito "reto" e "quase mais bala que faca", ele teu rapidez da linha reta (a menor distância entre dois pontos) e da bala dispara pelas armas de fogo. Entra aí também novo traço no semema do punhal, um tra /fogo/, por intermédio dessa bala, que repercute aquele "sol" da carne-de-sol. E~ fogo vem

fazer contrapeso à/água/, metonimizada na peixeira. Graficamente:

Peixeira Punhal - de cortar - de perfurar - a lâmina - a ponta - metonímia: a carne "doce e - metonímia: a carne-de-sol, sensual" do peixe, ligada ou seja, carne /seca/; o foge à agua do mar - metonímia: o couro e sua dureza/, por oposição à / doçura/ da carne do peixe - feminina - masculino - duração - instantaneidade

A semântica lexical

Nosso percurso das facas dicionarizadas às facas de João Cabral permitiu-nos apreender, já nessa análise abreviada, algumas das transformações por que passa o semantismo das palavras, por ocasião de seu emprego em discurso. A incorporação de traços semânticos provenientes do contexto é processo observável a cada novo uso discursivo, alterando parcialmente a identidade das acepções das unidades de que se trata. Não significa que a passagem ao discurso implique um abandono completo das acepções dicionarizadas: significa sua transformação parcial, no interior de limites aceitos intersubjetivamente pelos falantes da língua focalizada.

3. Há um grau zero da linguagem?

A idéia de que existe um referente para as palavras encontra ecos na concepção de que há um grau zero da linguagem. Nesse nível de realização, a linguagem deve referir-se às "coisas" objetivamente, ou seja, por meio de denotações, de modo que há uma relação direta entre as palavras e elas. Além do mais, o discurso deve relatar os acontecimentos em ordem cronológica. As frases devem ser escritas em ordem direta. Nesse ponto de vista, em grau zero, a linguagem reflete o mundo objetivo. Contudo, se há uma ordem direta, há também um tipo de linguagem em que pode haver desvios dessa ordem. Essa linguagem desviada é a chamada linguagem figurada, ou seja, conotativa. Assim, aprende-se que há uma linguagem própria, utilizada nos discursos científico, filosófico e jomalístico, por exemplo, e uma linguagem figurada, utilizada nos discursos poéticos. A linguagem própria ganha, desse modo, o estatuto de verdadeira e objetiva e a figurada, o estatuto de inventada e subjetiva.
Nesse ponto de vista, o grau zero retrata o mundo das coisas como um reflexo seu e o sentido emana delas. Ora, no ponto de vista de Saussure e de Hjelmslev, essas considerações precisam ser revistas. Se é da linguagem que emana o sentido, é a partir de mecanismos de linguagem que se constrói efeitos de sentido tanto de

denotação quanto de conotação. Assim, a linguagem produz efeitos de sentido e não é reflexo das coisas. Já vimos no primeiro volume que tanto a denotação quanto a conotação são construções discursivas. É no discurso que se constroem metáforas, metonímias, etc.

4. As relações entre as palavras

As palavras são definidas umas em relação às outras. Por isso, na própria estruturação do sistema lexical, elas estabelecem diversos tipos de relações entre si. Vamos examinar seis dessas relações: a sinonímia, a antonímia, a hiperonímia/ hiponímia, a homonímia, a paronomásia e a polissemia.

125

126

Introdução à Lingüística 11

A sinonímia

Dois termos são chamados sinônimos, quando apresentam a possibilida de se substituír um ao outro em determinado contexto. "Novo" é "sinônimo "jovem", porque, no contexto homem novo, pode ser substituído por "jovem". :
entanto, não existem sinônimos perfeitos, a não ser nas terminologias (por exe plo, em botânica, o nome científico de uma planta e seu nome popular), pore eles não são intercambiáveis em todos os contextos. Na expressão livro novo, r se pode substituir a palavra "novo" por "jovem". Mesmo quando os termos podl substituir-se no mesmo contexto, eles não são sinônimos perfeitos porque condições de emprego discursivo são distintas: um apresenta mais intensidade que o outro (por exemplo: adorar/amar); um implica aprovação ou censura, (quanto o outro é neutro (por exemplo: beato/religioso); um pertence a uma lingi gem considerada vulgar, enquanto o outro não (por exemplo: trepar/fazer ame um pertence a uma variedade de língua antiga ou muito nova e outro não (} exemplo: avença/acordo); um pertence a um falar regional e outro não (por exe plo: fifó/lamparina); um pertence à linguagem técnica, enquanto outro pertenc fala geral (por exemplo: escabiose/sama); um pertence à fala coloquial e outro r (por exemplo: jamegão/assinatura); um é considerado de um nível de língua m elevado do que o outro (por exemplo: rórid%rvalhado), etc.
No discurso, o enunciador pode tomar sinônimas palavras ou expressi que em outro contexto não o são. Por exemplo, o discurso político e econôm cria sinônimos, para substituir palavras ou expressões que têm uma carga neg~ va. Diz-se, então, "compressão das despesas de custeio" no lugar de "arroe salarial do funcionalismo" ; "excitação altista dos preços" em vez de "inflaçã, "desaquecimento da economia" em lugar de "recessão".
Por outro lado, o discurso pode desfazer sinonímias. As palavras belo, sul me e

bonito, por exemplo, podem perfeitamente ser usadas no mesmo contex No entanto, muitos são aqueles que, ao discuti-las como conceitos estéticos, ~ finem diferenças que determinam aplicações específicas para cada uma delas.
texto que segue faz parte de um manual de introdução ao estudo da filosofia:

o Belo decorre do equilíbrio resultante da perfeita combinação de todos os elementos e ticamente relevantes.
O Sublime nasce da exacerbação do Belo. Ele é alcançado, segundo Kant, quando ao E aliam-se elementos que trazem à consciência certa idéia de infinito. Há nesta categoria 1 grandiosidade que ultrapassa a dimensão humana.
O Bonito é a forma diminuída do Belo; é o apoucamento do Belo. Não alcança a harmc e a realização cabal deste.

Antônio Xavier Teles - Introdução ao estudo da filosofia. (1974) São Paulo, Ática, p.]

As diferenças entre as três palavras são feitas no discurso, o que quer di:
que elas podem ser desfeitas por meio dele.

A semântica lexical

A antonímia

Na antonímia dá-se o contrário da sinonímia. Nela, significados contrários são realizados por meio do léxico. Bonito vs. feio, alto vs. baixo, pequeno vs.
grande, etc. são palavras antônimas. Assim como não existe semelhança total de sentido entre sinônimos, não há oposição absoluta entre antônimos. Palavras diferentes podem ter um mesmo antônimo, desde que tenham ao menos um sentido em comum: "fresco" e "jovem" têm o antônimo "velho", porque "fresco" significa, quando se refere a alimentos, "que acabou de ser preparado, novo". Por isso, usam-se as expressões pão fresco e pão velho. Uma só e mesma palavra pode ter tantos antônimos quantos forem seus significados: "preto" opõe-se a "colorido" em TV em branco e preto, a "mais claro em seu gênero" em pão preto, a limpo em tinha as unhas pretas, etc.; "negro" opõe-se a "destinado ao bem" em magia negra, a "legal" em mercado negro, etc.
Há antônimos que expressam oposições polares: dar vs. receber; morto vs.
vivo; comprar vs. vender. Outros definem os limites de um contínuo que, por sua vez, pode ser recortado por gradações: rico vs. pobre (pode-se ter mais ou menos rico, mais ou menos pobre).
A aplicação desses antônimos sujeitos a gradação depende do ponto de vista colocado em discurso. Tomando como exemplo o eixo da magnitude das coisas, vê-se que ele está organizado em tomo de pequeno vs. grande. O tamanho das "coisas", no entanto, depende do enunciador que as avalia em seu discurso, pois é a partir de sua percepção que as palavras antônimas determinadas sobre o eixo pequeno vs. grande estabelecem um critério de avaliação. O que é grande, de um ponto de vista, pode ser pequeno, de outro.
Na obra Viagem ao centro da Terra, de Júlio Veme, Axel, o jovem assistente do professor Lidenbrock, é obrigado a subir no campanário na igreja de Vor Frelsers Kirke, em Copenhague. A obrigação é uma aula, seu professor o expõe às alturas para tomar lições de abismo. Mais tarde, quando chegam na Islândia e escalam o

vulcão Sneffels, é isto o que ele aprendeu em suas lições (Veme, 1999: 93-94):

Eu ocupava o cume de um dos dois picos do Sneffels, o do sul. Dali, minha visão alcançava a maior parte da ilha. A ótica, comum a todas as grandes altitudes, destacava os contornos, enquanto as partes centrais pareciam afundar. Eu diria que um desses mapas de relevo de Helbesmer estava aberto a meus pés. Via os vales profundos cruzarem-se em todos os sentidos, os precipícios abrirem-se como poços, os lagos transformarem-se em charcos, os rios tomarem-se córregos.

Júlio Verne - Viagem ao centro da Terra. (1999) São Paulo, Ática, p. 93-94.

Sobre o Vulcão, para Axel os precipícios são vistos como poços, os lagos, como charcos e os rios, como córregos. Sua percepção das "coisas" é alterada pelas alturas, de modo que o eixo pequeno vs. grande orienta as transformações de seu ponto de vista. Essa relação de magnitude, estabelecida entre os contrários

J

127

grande vs. pequeno, faz com que as palavras precipício e poço, lago e charco, e e córrego sejam tomadas, no discurso de Axel, na mesma relação antonímica (está estabelecida entre os termos grande e pequeno do eixo semântico que ori tou a sua percepção. Como se vê, o discurso estabelece antônimos. Pode ele t~ bém desfazê-los, ao criar novos significados para as palavras. Na frase Uma. quente (= sensual, vibrante) deixa Maria gelada (= paralisada), os sentidos "quente" e "gelada" fazem com que eles não sejam antônimos nesse contexto

A hiperonímia e a hiponímia

A hiperonímia e a hiponímia são fenômenos derivados das disposições] rárquicas de classificação próprias do sistema lexical. Há significados que, pelo domínio semântico, englobam outros significados menos abrangentes. Na taxio mia animal, por exemplo, mamífero engloba felino, canídeo, roedor, primata, e O semema da palavra animal tem um domínio semântico muito abrange A palavra animal opõe-se às palavras vegetal e mineral no critério de clas~ cação das "coisas" do mundo. Animal e vegetal opõem-se a mineral pela prese do sema /vivo/, e opõem-se entre si porque animal tem o sema /capaz de 10 moção/ e vegetal, não.

VIVO capaz de locomoção animal + + vegetal + mineral - -

No discurso da taxionomia animal das ciências biológicas, a presençé:
coluna vertebral, de glândulas mamárias, etc., é convertida em semas que, ao rem convocados para compor o semema de um de seus termos técnicos, dimim os domínios de seu campo semântico. O semema de animal é abrangente porql formado por menos semas que a palavra mamífero que, além dos semas /vivo capaz de locomoção/, tem o sema /com glândulas mamárias/, utilizado para c os

animais mamíferos aos demais. Dentre os mamíferos, por sua vez, outros seI são estabelecidos para especificar ainda mais a classificação animal, dividindc entre roedores, cetáceos, felinos, canídeos, marsupiais, etc. Esse modo de clas~ car o mundo envolve um adensamento de semas, de modo que a quantidad(semas é inversamente proporcional à extensão do sentido da palavra: quanto n semas, mais específica é a sua aplicação e vice-versa.

Essa disposição sêmica permite que se construa uma árvore de clas~ cação, que coloca os term~s com menos semas no alto e os termos com n semas, embaixo:

[
réptil

I I roedor cetáceo

animal
~

aves

1 mamífero I I I canídeo marsupial

1 primata

I felino

Nesse tipo de disposição hierárquica, há uma relação entre significados englobantes e englobados de acordo com o domínio semântico da cada termo da classificação. O significado de animal é englobante dos significados de réptil, aves e mamíferos, cujos significados são englobados por ele. O significado dê mamífero, por seu vez, é englobante em relação aos significados de roedor, cetáceo, felino, canídeo, marsupial e prima ta, seus englobados. O termo englobante é chamado hiperônimo dos demais e, os englobados, hipônimos seus. Ser um ou outro depende de como é enfocada a sua posição na taxionomia, pois mamífero é hiperônimo de prima ta mas é hipônimo de a~ima1.
Essa categorização sêmica é também construída pelo discurso. Esse critério de classificação taxionômica é baseado no enfoque dado a determinadas características animais e na exclusão de outras. A entomologia, recentemente, tem optado por classificar os insetos de acordo com o formato de seus pênis, abrindo

mão, assim, do antigo critério baseado em outras partes do corpo, como o formato das asas ou do exoesqueleto.
No entanto, mesmo mudando os critérios de classificação pela especificação de outros semas, uma hierarquia entre termos englobantes vs. englobados é articulada, e as definições de hiperonímia e hiponímia dependem dessa relação de englobamento.

A homonímia

A homonímia resulta da coincidência entre significantes de palavras com significados distintos. Entre manga fruta e manga da camisa há apenas uma coincidência entre imagens acústicas iguais. Geralmente, a explicação desse fenômeno é diacrônica. Certas palavras com significantes e significados distintos nas línguas de partida terminam por apresentar o mesmo significante na língua de chegada.
A manga da camisa tem sua origem no latim manica, que quer dizer "parte da vestimenta que recobre os braços", já a manga fruta tem sua origem no tâmul mankay, que quer dizer "fruto da mangueira". Ambas têm origens distintas, com significados e significantes diferentes. No entanto, a partir de uma sonorização que transforma o fonema Ik/ em /g/, em português elas passam a ter significantes idênticos.

129

A paronomásia

Na paronomásia, significantes com imagens acústicas semelhantes pode ter seus significados aproximados em um engenho poético ou em um equívoco I vocabulário. Confundir retificar com ratificar é comum devido à semelhança e tre os significantes, embora os significados sejam contrários. Já gritar, grifar, gl fare gravar não se confundem, nem escravo e escrevo, mas nos versos do poer Greve, de Augusto de Campos, a semelhança entre os significantes é utilizal para reforçar uma aproximação entre os significados.

arte longa vida breve escravo se não escreve escreve só não descreve grita grifa grafa grava uma única palavra greve

Augusto de Campos - Poesia. (1979) São Paulo, Duas Cidades, p. 11

As palavras gritar, grifar, grafar e gravar não se relacionam, por seus se tidos, com a palavra greve, nem a palavra escravo se relaciona com a pala\ escrevo. A palavra gritar pertence ao campo semântico dos sons, as palavras g far e grafar, ao campo semântico da escrita, e a palavra gravar, a ambos os Cal poso a poema Greve tematiza a atitude política de paralisar o trabalho, em sinal protesto, quando não há condições aceitáveis para realizá-Io, e um dos modos atuação em uma greve é divulgá-la por meio da palavra, gritada em megafones, , por meio de comunicados escritos ou gravados. Desse modo, os significados gritar, grifar, grafar, gravar e greve, aproximados pelo discurso dos versos, poema, têm seus significantes aproximados em paronomásias. Primeiro, grita grifar pela permutação do fonema Itl em If/; em seguida, grifare grafarpela p\ mutação do fonema lil em la/; depois, grafare gravar pela permutação do foner Ifl em Iv/; e, finalmente, gravar e greve pela

permutação do fonema Ia! em le pela perda do Irl no final de gravar.

a mesmo se dá com as palavras escravo e escrevo. A palavra escravoperten ao campo semântico dos regimes de trabalho e escrevo, ao campo semântico escrita. Uma das formas de denunciar um trabalho mal remunerado, capaz motivar a deflagração de uma greve, é denunciá-lo como um trabalho escrm Como o campo semântico da escrita já está realizado no poema por meio d palavras grifar, grafar e gravar, a denúncia da comparação do trabalho Calr escravidão pode ser relacionada com sua expressão por meio da escrita, fruto fazer escrever. Desse modo, com os significados de escravo e escrevo aproxirr dos pelo tema da greve, constrói-se outra paronomásia.

A semântica lexical

A polissem ia

Tanto a homonímia quanto a paronomásia são fenômenos da ordem do significante. A homonímia entre a manga da camisa e a manga &uta, bem como a paronomásia entre escravo e escrevo dizem respeito, respectivamente, a identidades e semelhanças entre suas imagens acústicas. Os próprios termos técnicos são cunhados referindo-se aos significantes, homónymos, do grego, quer dizer "que tem o mesmo nome", e parónymos, também do grego, quer dizer "nome próximo de outros".

Quando se utiliza o termo polissemia, o critério de definição muda do significante para o significado. Assim, palavras polissêmicas, que possuem mais de um significado para o mesmo significante, opõem-se às palavras monossêmicas, que possuem apenas um. Na polissemia, a um único significante correspondem vários significados: por exemplo, ao significante vela correspondem os significados "objeto para iluminação formado de um pavio constituído de fios entrelaçados, recoberto de cera ou estearina"; "peça que causa a ignição dos motores";
"pano que, com o vento, impele as embarcações", etc.

A polissemia e a monossemia estão relacionadas ao uso discursivo que se faz de uma mesma palavra. Em geral, são os vocabulários técnicos que, por meio de definições construí das em seus discursos, operam modificações sêmicas que transformam palavras polissêmicas em monossêmicas. No discurso jurídico, roubo opõe-se a furto porque o primeiro é cometido mediante intimidação por parte do assaltante, já o segundo, não; nele o assaltado é espoliado sem saber. No vocabulário coloquial, ambas as palavras são usadas apenas com o sentido de "tomar para si algo que pertence a outrem". O direito, em sua necessidade de definir dois tipos diferentes de crime para aplicar diferentes penalidades, operou em seu discurso uma redução do campo semântico das duas palavras utilizando o sema /com intimidação/ para fazer a distinção necessária. Assim, elas são transformadas em duas palavras monossêmicas com significados específicos no discurso jurídico.

No discurso coloquial, ambas podem ser usadas como sinônimas, já que são intercambiáveis nos mesmos contextos. No discurso jurídico, não; nele elas não são sinônimas.

A polissemia está na base de inúmeros jogos de palavras.

a) Qual é a diferença entre o estudante e o rio?

O estudante deve deixar seu leito para seguir seu curso, enquanto o rio segue seu curso sem deixar seu leito.

b) Qual é o cúmulo da covardia?

Re~uar diante de um relógio que adianta.

Pode-se explorar a polissemia, usando a mesma palavra com sentido diferente. Um exemplo é a conhecida frase de Pascal: O coração tem razões (= motivações, motivos) que a própria razão (= faculdade de julgar, de raciocinar) desconhece.

131

A linguagem humana é polissêmica, pois os signos, tendo um caráter ai bitrário e ganhando seu valor nas relações com os outros signos, sofrem alteraçõ{ de significado em cada contexto. A polissemia depende do fato de os signos serel usados em contextos distintos:

a) A babá tomou a mão da criança (segurou).
b) Os EUA tomaram Granda (ocuparam).
c) Agora ele só toma água (bebe).
d) A Cidade Universitária toma vários alqueires (ocupa).
e) Depois que ele virou universitário, tomou um ar insuportável (assumit

Exercícios

1) Em seu livro Estruturas léxicas do português (Vilela, 1979), Mário Vilela me tra a construção de vários campos semânticos. Utilizando-se de um dicionário I língua portuguesa, preencha os campos abaixo colocando o sinal + para marca] presença do sema especificado e o sinal - para marcar sua ausência. Caso a pI sença do sema seja facultativa, preencha com o sinal +/-.

. campo semântivo de cursos de águas (adaptado de Vilela, 1979: 140-141):

~ curso volume volume deságua deságua feito pelo de águas grande pequeno no rio no mar homem palavras rio afluente levada ribeira ribeiro arroio

. campo semântico de vias de comunicação (adaptado de Vilela, 1979:141-142):

I:S: via de em meIOs com com Im- para auto- caminho rua caminhe com cc comUlll-

urbanos dupla pressão de móveis principal prin- estreito plantas Jan palavras cação saída vastidão cipal via rua ruela avenida travessa beco estrada caminho vereda senda

A semântica lexical

2) A partir das palavras e dos semas dados, construa o campo semântico especificado, repetindo os mesmos procedimentos do exercício anterior.

. campo semântico: verbos de cozinhar (adaptado de Vil ela, 1979: 143-144) . palavras: cozinhar, ferver, cozer, assar, grelhar, torrar, tostar, fritar, estufar, escalfar, refogar e guisar.
. semas: ação de preparar alimentos por ação do fogo utilizando água utilizando gordura fogo direto com utensílio especial para o alimento ovo para os alimentos carne e peixe para o alimento legume para o alimento pão

. campo semântico: som (adaptado de Vilela, 1979:145-146) . palavras: som, ruído, eco, tom, timbre, estrondo, detonação, estalido, estampido, grito, clamor . semas: algo audível contínuo refletido homogêneo agudo musical intensivado por seres VIVOS localizado

3) As palavras espírito e alma são geralmente usadas como sinônimas. Verifique se na citação abaixo, extraídas do livro A grande trfade, de René Guénon, é possível manter essa relação entre elas, justificando sua resposta por meio de uma análise sêmica.

Pode-se ainda formular a pergunta: como é possível que, apesar da falta de simetria que apontamos entre eles, o espírito e a alma sejam, no entanto, tomados às vezes, de certo modo, como complementares, sendo então o espírito considerado em geral como princípio masculino e a alma como princípio feminino? que, sendo o espírito o que, na manifestação, está mais próximo do pólo essencial, a alma se acha, em relação a ele, do lado substancial;
assim, um em relação ao outro, o espírito é yang e a alma yin, e é por isso que eles são muitas vezes simbolizados, respectivamente, pelo Sol e a Lua. Isso pode, além disso, justificar-se ainda de modo mais completo, dizendo-se que o espírito é a luz

emanada diretamente do Princípio, enquanto a alma apresenta apenas um reflexo dessa luz.

René Guénon - A grande tnade. (s. d.) São Paulo, Pensamento, p. 73.

133

4) A partir da citação do exercício 3, mostre como a polissemia das palavras pírito e alma foi transformada em monossemia no discurso religioso de Rt Guénon. Use a análise sêmica para justificar sua resposta.

5) As palavras lixo e luxo pertencem a campos semânticos contrários, no entar o poeta Augusto de Campos utiliza a permutação dos fonemas lil e lu! para co truir uma paronomásia em seu poema concreto Luxo. Analise o tema discursivi do e mostre como essa aproximação é realizada no texto do poema.

!I.'IJ1!:9 !I.1B1!:e !t'IJ1!:9 !t'!JI!:9 !..'!J1!:9 !,,~1!;9 !..~9 !I.~1!;9 !..~I!:9 !b~I!:e !.. ~9!L~9

!L~9 !L~I!:9
!,,~1!;1} !..~9
!L~1!;9 !L~I!:9
!L~1!;91!;9
!..~9
!,,~1!;9I!:9 !..'!J1!;1} !L~I!:9 !..~1!;1} !b~J5:e
!,,~1!;1} !..~]!!;9

1L1B1!:9 !L'IJJI3:9 !L'IJJI3:9 !L'IJJI3:9 !I.'IJJ!9 !L~J!9 !I.'IJJI3:9!1.~I!:9!1.'IJJI3:9 ! I.'IJJI3:9 !I.~]!!;9 !I.'IJJI3:9 !I.'IJJI3:9 !..~9 !}fJJ!9 !..~9 !I,~]!!;9!1.~9 ! I,~9!..'!J]!!;e!I,~9 !L~9 !..~]!!;9 !I.~9

!I.~9 1f,~9 !L~J5:-9 !L~-9 !L~-9 !L'!JI!:-9 !L~J5:9 !L'!JJ.I:1} !L'!JI!:1}

Augusto de Campos - Poesia. (1979) São Paulo, Duas Cidades, p.

6) A palavra são, a terceira pessoa do plural do presente do indicativo do v~ ser, a palavra são, com o sentido de sadio, e a palavra são, com sentido de sa são homônimas. Consultando o Dicionário Houaiss da língua portuguesa, dem tre essa homonímia por meio de uma análise etimológica.

7) Em seu texto A sistemática das isotopias (Greimas, 1975: 96-125), Fran Rastier analisa o poema Salut, de Mallarmé, mostrando as metáforas constru no discurso do poema em tomo dos temas do brinde e da navegação. Demor como isso pode ser feito a partir da tradução de Augusto de Campos do me poema. Utilize as palavras destacadas em itálico para sua demonstração.

Nada, esta espuma, virgem verso A não designar mais que a copa;
Ao longe se afoga uma tropa De sereias vária ao inverso.

Navegamos, ó meus fiaternos Amigos, eu já sobre a popa Vós a proa em pompa que topa A onda de raios e de invernos;

Uma embriaguez me faz arauto, Sem medo ao jogo do mar alto, Para erguer, de pé, este brinde.

Solitude, recife, estrela A não importa o que há no fim de Um branco afã de nossa vela.

Augusto de Campos, Décio Pignatari e Haroldo de Campos - Mallarmé. (1991) São) Perspectiva, p. 33.

A semântica lexical

Bibliografia

BERTRAND, Denis - Caminhos da semiótica literária. Trad. Grupo CASA. Bauru, SP, EDUSC, 2002.
GREIMAS, Algirdas Julien - Semântica estrutural. Trad. Haquira Osakabe e Izidoro Blikstein. São Paulo, Cultrixl EDUSP, 1976.
GREIMAS, A. J. e outros (1975). Ensaios de semiótica poética. São Paulo, Cultrix.
HJELMSLEV, L. (1975). Prolegômenos a uma teoria da linguagem. São Paulo, Perspectiva.
PARRET, Herman (1987). "Lettre sur les passions". Versus, 47-48, maio-dezembro de 1987, n. 2, p. 16.
POTTIER, B. (1992). Sémantique générale. Paris, PUF.
RASTIER, F. (1990). "La triade sémiotique, le trivium et la sémantique linguistique". Nouveaux Actes Sémiotiques, 9.
- s/do "De la signification au sens: pour une sémiotique sans ontologie". Ensaio disponível em www.revuetexto.net. Acesso: maio/2002.
VILELA, M. (1979). Estruturas léxicas do português. Coimbra, Almedina.

Sugestões de leitura

BERTRAND, Denis - Caminhos da semiótica literária. Trad. Grupo CASA. Bauru, SP, EDUSC, 2002.
Bom roteiro para iniciação, não apenas à abordagem semiótica da literatura, como também a uma série de questões semânticas mais gerais e à transição histórica entre a semântica estrutural da palavra e asemiótica do discurso. Destaque para os capítulos 1, "Percurso do método", e 5, "Acesso à figuratividade".

GREIMAS, Algirdas Julien - Semântica estrutural. Trad. Haquira Osakabe e Izidoro Blikstein. São Paulo, Cultrix/EDUSP, 1976.

Obra fundadora do que mais tarde viria a chamar-se "Escola semiótica de Paris", e na qual o pensador lituano, após uma discussão sobre a significação dos lexemas, encaminha a reflexão para a integração da semântica lexical numa teoria do sentido situada na dimensão do discurso. Reavaliações constantes viriam a trazer, nas décadas seguintes, muitas mudanças à teoria greimasiana, mas esse livro, publicado pela primeira vez em 1966, continua a valer como um clássico.

VILELA, Mário - Estruturas léxicas do português. Coimbra, Almedina, 1979.
Esse livro trata da análise sêmica aplicada à língua portuguesa. Nos dois primeiros capítulos, há uma exposição teórica em que se define léxico e o modo de analisá10 de acordo com o estruturalismo europeu e norte-americano. Em seguida, dezesseis campos semânticos são analisados de acordo com a teoria dos semas. Escrita em uma linguagem clara, a obra é uma boa introdução a esse modelo de análise semântica, principalmente pelas aplicações da teoria em campos semânticos específicos.
135

Semântica formal

Ana Lúcia de Paula Müller

Evani de Carvalho Viotti

1. Introdução
A definição de semântica como a área da lingüística que estuda o significado das línguas naturais é bastante consensual. Essa definição é, no entanto, pouco esclarecedora, porque, para entendê-la, precisamos definir, antes, o que é significado.

E essa é uma tarefa árdua! Especialmente porque os semanticistas têm diferentes visões a respeito do que seja o significado e a significação. É por isso que podemos dizer que há semântica de todo tipo. Há semântica textual, semântica cognitiva, semântica le
xical. Há semântica argumentativa, semântica discursiva Todas elas estudam o significado, cada uma do seu jeito. Tamanha variedade mostra que o estudo do significado pode ser feito de vários ângulos. Podemos, por exemplo, investigar a relação entre expressões lingüísticas e representações mentais. Lembremo-nos de uma tira do Garfield, em que alguém oferece a ele um pedaço de bolo. Ao invés de pegar o pedaço de bolo que a pessoa está dando para ele, ele pega todo o resto do bolo. Quando a pessoa expressa surpresa por essa atitude, Garfteld diz algo como 'nós não vamos discutir semântica, vamos?' Essa semântica a que o gato guloso se refere é justamente aquela que tem por objetivo o estudo das relações entre as expressões lingüísticas e os conceitos mentais que as pessoas têm a elas associados. Evidentemente, a representação mental que Garfteld tem da expressão lingüística pedaço é bastante diferente da representação que a maioria das pessoas têm da mesma palavra.

Podemos, ainda, investigar a relação que existe entre expressões lingüís ticas, ideologia e cultura. Uma das questões de interesse, dentro desse pontl de vista, que vem sendo debatida já há alguns anos por lingüistas que estudan o inglês, diz respeito ao uso de palavras como chairman para designar tant, o homem quanto a mulher que esteja ocupando um cargo de chefia. ChaÍl man é uma palavra composta da palavra man, que designa ser humano di sexo masculino. Com o avanço do movimento feminista e com o fato de qu mais e mais mulheres têm ocupado cargos de chefia em vários setores profis sionais, a propriedade do uso de uma palavra como chairman passou a se questionada, mostrando uma clara pressão das mudanças culturais e ideológi cas sobre a língua.
Podemos também investigar a rede de relações que uma expressão esta belece com as outras expressões da mesma língua. É isso o que o lingüista fa quando estuda a origem das palavras e compõe uma rede de palavras aparentada~

que têm parte de seu significado em comum com as demais.

E assim por diante...

Provavelmente essas perspectivas não são totalmente incompatíveis, pois I significado possui realmente vários ângulos. O que as diversas teorias semântica fazem é recortar o objeto de estudo de formas diferentes, privilegiando o estudo d alguns aspectos envolvidos na análise do significado. Conseqüentemente, toda elas vão encontrar limites em seu alcance. Nenhuma teoria científica escapa
essa limitação, na medida em que todas elas precisam, necessariamente, recorta seu objeto de estudo.

2. O que estuda a Semântica Formal?

Dentre as várias possibilidades de investigação do significado, uma dela se concentra no estudo da relação que existe entre as expressões lingüísticas e I mundo. Não se pode negar que uma das características importantes das ex pressões lingüísticas é que elas são sobre alguma coisa. Tomemos, como exem plo, a sentença em (1):

(1) Tem um rato na cozinha.

Se alguém enuncia essa sentença em uma situação em que realmente há un rato em uma cozinha presente no contexto da enunciação, diremos que esse falan te disse a verdade, porque a sentença descreve com fidelidade a situação. É ess: referência a situações externas à língua que sugere que os significados estão di alguma forma ligados ao mundo, a algo que tomamos (ou construímos) com independente da língua. Sugere, pelo menos, que é assim que nós interpretamo grande parte de nossos enunciados.

Semântica formal

A Semântica Formal considera como uma propriedade central das línguas humanas o ser sobre algo, isto é, o fato de que as línguas naturais são utilizadas para estabelecermos uma referencialidade, para falarmos sobre objetos, indivíduos, fatos, eventos, propriedades, ..., descritos como externos à própria língua. Assim, a referencialidade é tomada como uma das propriedades fundamentais das línguas humanas. Por essa razão, na Semântica Formal, o significado é entendido como uma relação entre a linguagem por um lado, e, por outro, aquilo sobre o qual a linguagem fala. Esse 'mundo' sobre o qual falamos quando usamos a linguagem

pode ser tomado como o mundo real, parte dele ou mesmo outros mundos ficcionais ou hipotéticos.

Conhecer o significado de uma sentença, dentro desse paradigma, é, em parte, conhecer suas condições de verdade. Conhecer as condições de verdade de uma sentença significa saber em que circunstâncias, no mundo, aquela sentença pode ser considerada verdadeira ou falsa. Para exemplificar, voltemos à nossa sentença (1). Quando ouvimos alguém enunciá-la, podemos não saber se ela é verdadeira ou falsa. Sabemos, entretanto, em que situações ela seria verdadeira. Diversas coisas poderiam variar. O rato poderia estar na pia ou no armário, a cozinha poderia ser grande ou pequena. Mas, de qualquer maneira, teria de haver um rato na cozinha!

Evidentemente, podemos não saber se há ou não um rato na cozinha, mas certamente sabemos dizer em que situações a sentença (1) seria verdadeira. Esse conhecimento é semântico (e, portanto, gramatical) em sua natureza: ele faz parte do nosso conhecimento do significado de (1).

A Semântica Formal, portanto, se apóia no fato de que, se não conhecemos as condições nas quais uma sentença é verdadeira, não conhecemos seu significado. Ela afirma que o significado de uma sentença é o tipo de situação que ela descreve e que a descrição dessas situações possíveis é equivalente às condições de verdade da sentença. No caso da sentença (1), a teoria diz que seu significado é a descrição de uma situação em que há um rato na cozinha. À primeira vista, essa explicação não parece muito esclarecedora. Mas vamos ver que ela dá uma contribuição relevante para o estudo do significado, na medida em que ela pressupõe a investigação dos passos que tomamos para chegar ao significado de uma sentença a partir do significado de suas partes. Exemplificando novamente com a sentença (1): o que queremos saber é como construímos as suas condições de verdade a partir do significado de tem, um rato, na cozinha, um, na, rato e cozinha.

Uma outra propriedade central das línguas naturais é sua produtividade. As línguas naturais nos permitem produzir e compreender constantemente significados novos. E isso não só pela sua flexibilidade na criação de palavras novas, mas principalmente porque elas nos permitem produzir e compreender sentenças completamente novas. Isso é possível porque a partir do significado dos itens lexicais

e da maneira como eles se compõem derivamos o significado das unidades complexas. Ou seja, cada parte de uma sentença contribui de forma sistemática para seu significado. Em outros termos, cada parte de uma sentença contribui para as suas condições de verdade.

Vamos dar alguns exemplos simples de como é possível analisar composicionalmente o significado de uma sentença:

(i) A composição de um sujeito com seu predicado: Quando compomos um
sujeito e um predicado, descrevemos um conjunto de situações nas quais o indivíduo sobre o qual o sujeito fala pertence ao conjunto das entidades sobre as quais o predicado fala. A sentença (2), por exemplo, afirma que a cidade de São Paulo pertence ao conjunto das entidades poluídas.

(2) São Paulo é poluída.

(ii) A denotação de sentenças coordenadas: Quando compomos duas sen
tenças por coordenação o resultado é uma situação que é a soma das situações descritas por cada uma das sentenças individualmente. A sentença (3) ilustra esse fato, pois descreve uma situação em que a cidade de São Paulo é simultaneamente poluída e perigosa.

(3) São Paulo é poluída e São Paulo é perigosa.

É a introdução de uma estrutura sentencial que possibilita à semântica avançar
para além do estudo do significado das palavras. Se tudo o que soubéssemos fosse o significado individual das palavras que compõem as sentenças (4) e (5), não seríamos capazes de diferenciar seus significados.

(4) João matou o bandido. (5) O bandido matou João.

Vemos então que o significado de uma sentença não é determinado apenas pelo significado de suas palavras, mas também por sua estrutura gramatical. Em (4) e (5), as regras sintáticas do português determinam qual é o sujeito e qual é o objeto na sentença. Essa estrutura gramatical está relacionada à estrutura argumental do verbo que, por sua vez, determina, por exemplo, quem é o agente e quem é o paciente de matou nas sentenças em questão.

A Semântica Formal pode ser descrita como um programa de pesquisa que procura

responder às seguintes perguntas: O que "representam" ou "denotam" as expressões lingüísticas? Como calculamos o significado de expressões complexas a partir dos significados de suas partes?

No item 2, vamos apresentar a noção de denotação, e, no item 3, vamos discutir algumas relações semânticas entre palavras e entre sentenças, que participam do cálculo geral do significado das expressões lingüísticas.

Semântica formal

3. Denotações

Algumas expressões nominais são usadas para representar diretamente um indivíduo do mundo, isto é, são usadas para referir. Esse é o caso de nomes próprios em (6), das descrições definidas em (7), e dos pronomes em (8).

(6) F ernando Henrique Cardoso, F ernanda Montenegro, São Paulo, rua Luciano Gualberto,
rio Pinheiros

(7) o maior rio do mundo, o jogador mais velho da Seleção, o maior escritor brasileiro, o autor de 'Dona Flor e seus dois maridos', os moradores de Carapicuíba, o primeiro clone animal.

(8) eu, vocês, ele, mim

o significado de sentenças com sujeitos formados por expressões referenciais, como (9) e (10), pode ser descrito como atribuindo uma propriedade ao indivíduo que o sujeito denota ou refere. Em (9), estamos afirmando que o indivíduo denotado pela descrição definida o maior escritor brasileiro possu~ a propriedade de ser inteligente. Usando uma linguagem algébrica, podemos descrever
o significado de (9) afirmando que o indivíduo denotado por o maior escritor brasileiro pertence ao conjunto dos indivíduos inteligentes. Podemos descrever o significado de (10) do mesmo modo.

(9) O maior escritor brasileiro é inteligente.

(10) A quarta sinfonia de Beethoven é eterna.

Por outro lado, não existe uma maneira trivial de atribuir uma referência a
expressões nominais como nada em (11) ou nenhum escritor brasileiro em (12).

(11) Nada é eterno.

(12) Nenhum escritor brasileiro é bonito.

Não é possível descrever o significado de (11) como a afirmação de que ser
eterno é uma propriedade que se atribui ao indivíduo denotado por nada. Não podemos descrever o significado de (11), afirmando que o indivíduo denotado por nada pertence ao conjunto das coisas eternas. Veja que não podemos dizer que nada denota o vazio, ou, mais tecnicamente, o conjunto vazio. Se isso fosse verdade, em (11) estaríamos afirmando que o conjunto vazio está contido no conjunto das coisas eternas. Mas isso não impede que outras coisas além do conjunto vazio pertençam ao conjunto das coisas eternas. Teríamos o conjunto vazio, mas poderíamos ter também a quarta sinfonia, o diamante da coroa inglesa, etc. Lembremonos de que o conjunto vazio está contido em todos os conjuntos. E não é isso quequeremos dizer quando enunciamos (11).
O significado da sentença (11) é mais fielmente descrito se dissermos que a propriedade de ser eterno não pode ser atribuída verdadeiramente a nenhuma en

tidade. Em outros termos, estamos afirmando que o conjunto das coisas eternas é vazio. Quando prestamos atenção, vemos que, entre (9) e (11), houve uma mudança na direção da atribuição de uma propriedade a uma entidade. Em (9), é o predicado que atribui uma propriedade ao sujeito. Em (11), é o sujeito que atribui uma propriedade ao predicado. Já o significado de (12) pode ser descrito como uma situação em que não existe uma relação entre a propriedade de ser um escrÍtor brasileiro e a propriedade de ser bonito. Em termos de teoria dos conjuntos, dizemos que não há nada que pertença à intersecção do conjunto dos indivíduos que são escritores brasileiros com o conjunto dos indivíduos bonitos.
Vemos, portanto, que a noção de referência/denotação deve ser estendida, pois as palavras podem representar não só indivíduos do mundo, mas também podem representar objetos mais complexos, como propriedades e relações entre propriedades. A noção de referência, portanto, deve ser entendida de uma maneira mais ampla do que o falar sobre indivíduos concretos no mundo real. Uma semântica baseada nessa noção reconhece que também falamos de indivíduos que habitam outros 'mundos' como o Saçi-Pererê e Brás Cubas. Mais ainda, reconhece

que também usamos a língua para descrever nossos estados mentais. Assim, por exemplo, a diferença entre (13) e (14) é que (13) é uma afirmação sobre o mundo real e (14) é uma afirmação sobre o mundo dos sonhos de Jorge.

(13) O presidente do Brasil aumentou o imposto de renda.

(14) Jorge sonhou que o presidente do Brasil aumentou o imposto de renda.

4. Relações semânticas no nível da palavra e no nível da sentença

Imagine que alguém diga a sentença (15).

(15) Suzana continua a amar o seu primeiro namorado.

Mesmo sem nos darmos conta, uma série de outras informações 'silenciosas' acompanham a enunciação dessa sentença. Assim, por exemplo, por meio de (15), sabemos certamente que (16) e (17) são verdadeiras. Com mais esforço, talvez pudéssemos também imaginar (18) e (19), mas não teríamos certeza da verdade dessas sentenças. Quanto a (20), vemos que ela traz uma suposição que não pode ser exclusivamente baseada na informação que obtemos a partir da sentença (15).

(16) Suzana amava seu primeiro namorado.

(17) Existe alguém que foi o primeiro namorado de Suzana.

(18) ??Suzana é romântica.

(19) ??Suzanajá teve mais de um namorado.

(20) ???Suzana é infeliz.

Como diz Pires de Oliveira (2001), uma sentença estabelece uma trama de sentidos com outras sentenças. As relações semânticas entre palavras, expressões e sentenças têm sido um tema tradicional da semântica. Como as sentenças são compostas de palavras e de sintagmas, certas propriedades e relações semânticas entre palavras e sintagmas correspondem a propriedades equivalentes no nível sentencial. Mais adiante, tratamos de algumas dessas relações. Antes, porém, é necessário entendermos a diferença que existe entre as noções de sentido e de referência.

4.1 As noções de sentido e referência

Uma vez que assumimos que a linguagem fala sobre entidades, estados, propriedades e eventos de alguma forma concebidos/construí dos como externos a ela, podemos nos perguntar sobre o significado de uma sentença como (21). Sob

esse prisma, o significado de (21) pode ser descrito como em (22), onde dizemos que duas expressões lingüísticas - o organizador do livro Introdução à Lingüística I e José Luiz Fiorin apontam para/referem-se ao mesmo indivíduo no mundo real.
(21) O organizador do livro Introdução à LingüÍstÍca I é José Luiz Fiorin.
(22) O indivíduo que organizou o livro Introdução à LingüÍstÍca I é o indivíduo nomeado
pela expressão José LuÍz FÍorÍn.
A sentença (22) parece descrever bastante bem o significado da sentença (21). Entretanto, se é verdade que (22) explicita o significado de (21), teríamos de aceitar (23) como sinônima de (21). Isso porque, tanto em (21) como em (23), estamos afirmando uma relação de igualdade entre um indivíduo e ele mesmo. Essa relação está ilustrada em (24).
(23) José Luiz Fiorin é José Luiz Fiorin.
(24) t = t
No entanto, as sentenças (21) e (23) não dizem a mesma coisa. Não poderíamos afirmar que elas são sinônimas. A sentença (21) é informativa, aprendemos algo com ela. Sua veracidade não pode ser estabelecida a priori. Ela precisa ser verificada no mundo. Diferentemente, a sentença (23) nos diz a obviedade de que um indivíduo é igual a ele mesmo. Essa é uma verdade estabelecida independentemente 'dos fatos do mundo. O que será que não está funcionando bem em nossa descrição do significado de (21)?
O problema está em descrever o significado de uma expressão lingüística levando em conta apenas sua referência, isto é, o objeto para o qual ela aponta.

Estamos deixando de lado a descoberta feita pelo filósofo Gottlob Frege no final do século XIX de que a noção de significado de uma expressão abarca dois conceitos fundamentais: o de SENTIDO e o de REFERÊNCIA. A referência de uma expressão é a entidade (ou as entidades), o objeto ou o indivíduo que ela aponta no mundo. No caso de uma sentença, sua referência é seu valor de verdade. Já o sentido de uma expressão é o modo como apresentamos esse objeto, o caminho pelo qual

chegamos a ele.
Assim, podemos entender por que (21) é uma sentença informativa e (23) não é: as expressões o organizador do livro Introdução à Lingüística I e José Luiz Fiorin têm a mesma referência, ou seja, elas apontam para o mesmo indivíduo no mundo. Entretanto, elas possuem sentidos diferentes. Elas nos informam que o indivíduo José Luiz Fiorin pode ser encontrado no mundo por caminhos diferentes. Por isso é que podemos dizer que aprendemos algo com a sentença (21) e não com a sentença (23).
O fato de que o significado de uma sentença possui tanto um sentido quanto uma referência explica por que nem sempre a substituição de duas expressões com a mesma referência preserva a verdade de um raciocínio. Em (25), por exemplo, temos um raciocínio válido. A substituição de seu irmão (em (25)-a) por Orestes (em (25)-c) é legitima porque (25)-b afirma que os dois nomes têm a mesma referência. Contextos que permitem a substituição de termos com a mesma referência são chamados contextos referenciais ou extensionais.
(25) a. Electra ama seu innão.
b. Orestes é o irmão de Electra. c. Electra ama Orestes.
Já em (26), apesar de sabermos por (26)-c que Orestes é a mesma pessoa que o homem na frente de Electra, a substituição que fizemos acima não é legitima, tomando a conclusão, em (26)-d paradoxal:
(26) a. Electra não sabe que o homem na frente dela é seu irmão.
b. Electra sabe que Orestes é seu irmão.
c. O homem na frente de Electra é Orestes.
d. Electra sabe e não sabe que o homem na frente dela é Orestes.
Por que é que, neste caso, não é legitimo substituir uma expressão por outra com a mesma referência? Verbos como saber, acreditar, sonhar, imaginar, ... criam contextos lingüísticos nos quais a substituição de uma expressão por outra que possua a mesma referência não é legítima. Esses contextos são chamados opacos ou intensionais. Nesses contextos, o relevante não é a referência das expressões que compõem a oração subordinada, mas sim seu sentido. Em (26)-a e em (26)-b, duas expressões diferentes são usadas para a referência do mesmo indivíduo no mundo, que é o irmão de Electra: Orestes e o homem na frente dela. Isso significa que dois sentidos diferentes são usados para denotar um único indivíduo, um único

referente. Portanto, o que Electra não sabe em

(26)-a é diferente do que ela não sabe em (26)-b. Poderíamos dizer também que Electra não sabe que o homem na frente dela é um modo de apresentação de seu irmão Orestes.

Tendo visto a diferença que existe entre sentido e referência, podemos retomar nossa discussão sobre as relações semânticas que existem entre palavras e sentenças, notando que algumas delas se estabelecem entre os sentidos das expressões e outras se estabelecem entre suas referências.

4.2 Acarretamento e Pressuposição

Para entendermos a noção de acarretamento, precisamos, antes, entender a noção de HIPONÍMIA. A hiponímia é uma relação de sentido entre palavras tal que o significado de uma está incluído no significado da outra. Vejam os exemplos em (27).

(27) a. escarlate é hipônimo de vermelho

b. gato é hipônimo de animal

c. liquidificador é hipônimo de eletrodoméstico

Notem que o sentido de escarlate está incluído no sentido de vermelho. Da mesma forma, o sentido de gato está incluído no sentido de animal e o de liquidificador está incluído no sentido de eletrodoméstico.

A noção de hiponímia pode ser estendida para sentenças. Assim chegamos à noção de ACARRETAMENTO. Observemos as sentenças (15) e (16), aqui retomadas:

(28) Suzana continua a amar seu primeiro namorado.

(29) Suzana amava seu primeiro namorado.

A situação descrita em (29) está incluída na situação descrita em (28). Portanto, (29) é hipônima de (28). Uma outra maneira de expressar essa relação édizer que (28) ACARRETA (29).

Entretanto, enquanto a relação de hiponímia é uma relação que pode se estabelecer também entre sentidos, acarretamento é uma relação que se estabelece exclusivamente entre referências. Define-se formalmente a noção de acarretamento, fazendo-se uso do conceito de verdad~, que é a referência de uma sentença. Uma sentença acarreta uma outra sentença se a verdade da primeira

garante, necessariamente, a verdade da segunda, e a falsidade da segunda garante, necessariamente, a falsidade da primeira.
Podemos agora verificar formalmente que (28) acarreta (29). Vejam que, se é verdade que Suzana continua a amar seu primeiro namorado (sentença (28», é verdade também que Suzana amava seu primeiro namorado (sentença (29». É importante observar que temos que interpretar ambas as sentenças em um mesmo mundo e a partir de um mesmo referencial temporal. Vejam também que, se
145

146
Introdução à Lingüística 11
é falso que Suzana amava seu primeiro namorado (sentença (29)), também é necessariamente falso que Suzana continua a amar seu primeiro namorado (sentença (28)).

Acarretamento é uma relação semântica fundamental entre sentenças e de termina alguns de nossos padrões de inferência. Observem as sentenças em (30):

(30) a. Ronaldo é brasileiro.

b. Ronaldo é jogador de futebol

c. Ronaldo é um jogador de futebol brasileiro.

Por exemplo, se (30)-a e (30)-b são verdadeiras, nós sabemos que (30)-c também é verdadeira. Podemos dizer que as sentenças (a) e (b) juntas acarretam (c), porque a situação descrita por (a) e (b) juntas é suficiente para descrever a situação em (c). Em outras palavras, sempre que as sentenças Ronaldo é brasileiro e Ronaldo é jogador de futebol forem verdadeiras, a sentença Ronaldo é umjogador de futebol brasileiro também será verdadeira.
Uma observação importante a ser feita é a de que acarretamento é uma versão forte daquilo a que chamamos de implicação ou inferência na linguagem cotidiana. Assim, por exemplo, dizer que (28) implica (31) é apenas sugerir que (31) é verdadeira. Vejam que, do fato de Suzana continuar a amar seu primeiro namorado, não podemos deduzir com 100% de certeza que ela é romântica. A verdade de (28) toma a verdade de (31) apenas provável, mas não necessária.
(31) Suzana é romântica.
O mesmo acontece entre (32) e (33). A sentença (32) sugere (33), mas não acarreta

(33), porque se (32) for verdade, (33) não é necessariamente verdade.

(32) Hoje o sol está brilhando.

(33) Hoje o sol está quente.

Uma noção próxima à relação de acarretamento é a noção de PRESSUPOSIÇÃO.

É importante salientarmos que, neste texto, vamos tratar apenas do que se conhece na literatura por PRESSUPOSIÇÃO LÓGICA. Mas os estudos do significado fazem uso de outras noções de pressuposição, que não caberia discutir aqui.

A pressuposição lógica também é um tipo de implicação. Uma 'présuposição' é uma suposição que é pano-de-fundo de uma asserção. Ela é considerada parte do conhecimento partilhado pelo falante e pelo ouvinte. Por exemplo, (34) pressupõe (35):

(34) A Maria parou de fumar. (35) A Maria fumava.

Não se pode parar de fumar se não se fumava antes. Dessa forma, a pressuposição pode ser definida como uma relação entre duas sentenças, sendo que a primeira trata a verdade da segunda como não-controversa. Conseqüentemente,

um contexto apropriado para se enunciar (34) é um contexto em que tanto o falante quanto o ouvinte sabem que Maria fumava. No caso dos exemplos acima, podemos, então, dizer que parar é uma expressão que introduz uma pressuposição.

Como sabemos se temos um caso de pressuposição ou um caso de acarretamento?

É possível testar essa diferença em contextos que preservam pressuposições mas não acarretamentos. As sentenças em (36) mantêm a pressuposição de que Maria fumava, pois todas elas só fazem sentido se enunciadas em um contexto em que o fato de que Maria fumava faz parte da informação partilhada entre falante e ouvinte:

(36) a. A Maria parou de fumar.

b. A Maria parou de fumar?

c. A Maria não parou de fumar.

d. Eu lamento que a Maria tenha parado de fumar.

e. Se a Maria parou de fumar, então sua saúde deve ter melhorado.

Com exceção da sentença (b), todas as sentenças em (36) tanto pressupõem quanto acarretam (34). Mas a sentença (36)-b apenas pressupõe (34). Por que é

que (36)-b não acarreta (34)? Porque, como já vimos, a noção de acarretamento é definida em termos de preservação da verdade. Acarretamento é uma relação entre duas sentenças, de tal modo que a verdade da segunda segue, necessariamente, da verdade da primeira. Como (36)-b é uma pergunta à qual não podemos atribuir nem verdade ou falsidade, a noção de acarretamento não se aplica a esse caso.

Como pudemos ver no exemplo (36), a pressuposição é propriedade de uma família de sentenças sintaticamente relacionadas: uma asserção, uma negação, uma interrogação, uma suposição. Uma forma de testar se há pressuposição é verificar se tanto a asserção quanto a negação de uma sentença (que dá origem a toda uma família de sentenças) possuem o mesmo acarretamento. Observem que se (36)-d é verdadeira, então (35) é necessariamente verdadeira. Do mesmo modo, se a negação de (36)-d (Eu não lamento que a Maria tenha parado de fumar) é verdadeira, então (35) continua sendo verdadeira. Ou seja, tanto Eu lamento que a Maria tenha parado de fumar, quanto sua negação, acarretam A Maria fumava. Esse duplo acarretamento mostra que temos um caso de pressuposição.

Como vimos, algumas implicações podem ser ao mesmo tempo um acarretamento e uma pressuposição da sentença. Assim, (37)-a acarreta (38), porque, se (37)-a é verdadeira, (38) é necessariamente verdadeira. Ao mesmo tempo, (37)-a também pressupõe (38) porque todos os membros da família de (37) pressupõem (38).

(37) a. Foi o João que tirou 10 na prova.

b. Foi o João que tirou 10 na prova?

c. Não foi o João que tirou 10 na prova.

d. João lamenta ter tirado 10 na prova.

e. Se foi o João que tirou 10 na prova, então ele estudou muito.

(38) Alguém tirou 10 na prova.

Entretanto, em alguns pares de sentenças existe acarretamento mas não pres-suposição. Observem (39) e (40):

(39) a. João tirou 10 na prova.

b. João não tirou IOna prova.

c. João tirou IOna prova?

d. Se o João tirou lOna prova, ele deve ter estudado muito. e. Eu lamento que o João tenha tirado 10 na prova.

(40) Alguém tirou 10 na prova

A sentença (39)-a acarreta (40), mas não se pode dizer que existe uma relação de pressuposição entre essas sentenças. A relação de acarretamento se explica porque, se (39)-a é verdadeira, (40) é necessariamente verdadeira. No que diz respeito à pressuposição, não podemos dizer que ela existe porque todos os outros membros da família de (39) não implicam (40). Na realidade, com exceção da sentença (e), nenhuma das demais sentenças em (39) pressupõe que alguém tenha tirado lOna prova.

Para que haja pressuposição lógica, é preciso que tanto a verdade quanto a falsidade da primeira oração levem à verdade da segunda oração. No caso das relações entre (39)-a e (40), o que acontece é que, se (39)-a é verdadeira, então (40) vai ser verdadeira. Ou seja, se for verdade que o João tirou lOna prova, vai ser verdade que alguém tirou lOna prova. Entretanto, se (39)-a não for verdadeira, não se pode dizer que (40) é verdadeira. Ou seja, se o João não tiver tirado lOna prova, não podemos saber se é verdade que alguém tirou lOna prova. É por essa razão que não podemos dizer que haja pressuposição entre essas duas sentenças.

Diferentemente, em outros pares de sentenças, existe pressuposição mas não acarretamento. Retomemos o seguinte par, repetido de (37)-c e (38), respectivamente:

(41) Não foi o João que tirou 10 na prova. (42) Alguém tirou lOna prova.

Como vimos, toda a família de (41) (que está em (37)) pressupõe (42). Mas não existe acarretamento entre (41) e (42), porque se (41) for verdadeira, (42) não precisa ser necessariamente verdadeira. Em outras palavras, o fato de não ter sido o João que tirou lOna prova não significa que alguém tenha tirado lOna prova. Tanto assim que a negação de (42), dizendo que Ninguém tirou lOna prova, não cria uma contradição em relação a (41).

Uma outra observação importante que precisa ser feita é que a noção de acarretamento se limita ao conteúdo informacional da sentença. Ela não envolve o contexto. A noção de pressuposição, por outro lado, vai além do conteúdo informacional da sentença, pois envolve as suas condições de uso na relação com o discurso. A informação pressuposta é condição de emprego da oração que a pres-

supõe. A pressuposição então é também um mecanismo de atuação no discurso. Assim, por meio do que o falante escolhe apresentar como pressuposto, ele direciona a conversa. Se o interlocutor decide negar a pressuposição, ele muda, neces

sariamente, a direção da conversa. De certa forma, ele tem que 'desafiar' o falante. Vejam um exemplo no diálogo em (43):

(43) A: O Pedro parou de bater na mulher.

B: Mas o Pedro nunca bateu na mulher!

Ao enunciar (43)-A, o falante está pressupondo que Pedro batia na mulher. Em (43)-B, o interlocutor nega a pressuposição. Com isso, ele muda o rumo que A havia estabelecido para a conversa. Portanto, fazer pressuposições e negá-las são maneiras de construir o discurso.

4.3 Sinonímia e paráfrase

Outra relação de sentido entre palavras que pode ser estendida para as sentenças é a relação de SINONÍMIA. A sinonímia é uma relação entre duas expressões lingüísticas que têm o mesmo sentido, como em (44).

(44) a. careca é sinônimo de calvo

b. referência é sinônimo de denotação c. matar é sinônimo de causar a morte

É fácil perceber, no entanto, que dificilmente encontramos uma sinonímia perfeita e que, mudando-se o contexto, expressões aparentemente sinônimas, perdem sua equivalência. A substituição de seca por enxuta em (45) preserva o sentido da sentença. Já em (46), a mesma substituição não é possível.

(45) a. A roupa está seca.

b. A roupa está enxuta.

(46) a. Jorge escreveu uma carta breve e seca.

b. Jorge escreveu uma carta breve e enxuta.

Em (47), a substituição de careca por calvo também preserva o sentido da sentença (exemplos tirados de Ilari e Geraldi (1990)).

(47) a. Todo careca sonha descer uma ladeira correndo com os cabelos soltos ao vento.

b. Todo calvo sonha descer uma ladeira correndo com os cabelos soltos ao vento

Entretanto, em contextos metalingüísticos, isto é, em contextos em que usamos a linguagem para falar sobre ela mesma, a relação de sinonímia não se preserva, como se pode ver se nas sentenças em (48):

(48) a. A sílaba tônica de calvo é a primeira.

b. A sílaba tônica de careca é a primeira.

Chamamos PARÁFRASE à relação de sinonímia entre sentenças. A noção de acarretamento nos dá uma maneira de definir formalmente o conceito de paráfrase, pois quando duas sentenças são sinônimas, uma acarreta a outra e vice

149

150

Introdução à Lingüística 11

versa. Vejam o exemplo em (49). Podemos dizer que (49)-a acarreta (49)-b porqUI se é verdade de João quebrou o vaso, é verdade que O vaso foi quebrado por João E vice-versa: se O vaso foi quebrado por João é verdadeira, então João quebrO! o vaso é necessariamente verdadeira. Podemos concluir que as duas sentenças sã(sinônimas ou que (49)-a é paráfrase de (49)-b e vice-versa. Em (50) e (51), temm outros exemplos de paráfrases.

(49) a. O João quebrou o vaso.

b. O vaso foi quebrado pelo João.

(50) a. A Maria é tão inteligente quanto a Joana.

b. A Joana é tão inteligente quanto a Maria.

(51) a. O João tem o livro do Chomsky.

b. O livro do Chomsky é do João.

A escolha entre duas sentenças estruturalmente sinônimas nunca é completamente inocente. A escolha entre uma forma ativa ou passiva, como no exemplo (49), altera a organização informacional da sentença. O que é tema - ou informação velha - na forma ativa, é' rema -ou informação nova - na voz passiva, e vice-versa. As relações estabelecidas entre as sentenças, portanto, não se esgotam em suas relações lógicas.

É importante notar que ACARRETAMENTO e SINONÍMIA SENTENCIAL são noções semânticas que não se definem estritamente em termos de relações entre palavras ou entre estruturas sentenciais. Vejam que, apesar de (52) e (53) possuírem a

mesma estrutura sintática e serem formadas pelas mesmas expressões, com exceção do determinante, (52)-a acarreta (52)-b, mas (53)-a não acarreta (53)-b.

(52) a. Os atletas correram e nadaram.

b. Os atletas correram.

(53) a. Poucos atletas correram e nadaram.

b. Poucos atletas correram.

É claro que, se os atletas correram e nadaram, então eles correram. Mas, surpreendentemente, não podemos deduzir do fato de que poucos atletas correram e nadaram que poucos atletas correram. Imagine~ uma situação em que 100 atletas participaram de uma gincana que incluía correr e nadar. Imaginem também que 80 desses atletas participaram apenas das corridas e que apenas 20 dos 100 atletas também nadaram. Nessa situação, (53)-a seria verdadeira e (53)-b seria falsa. Concluímos então que (53)-a não acarreta (53)-b, pois a verdade de (53)-b não decorre obrigatoriamente da verdade de (53)-a.

Semântica formal

4.4 Contradição

A noção de contradição, por sua vez, está ligada às noções de acarretamento e sinonímia: ela acontece quando duas expressões têm sentidos incompatíveis com a mesma situação. As sentenças em (54) e (55) são contraditórias.

(54) O João beijou a Maria mas a Maria não foi beijada pelo João.

(55) A Maria comeu mamão de manhã, mas não comeu nenhuma fruta.

Duas sentenças são contraditórias quando ambas não podem ser simultaneamente verdadeiras. Em outras palavras, duas sentenças são contraditórias se, quando uma delas é verdadeira, a outra é necessariamente falsa.

A relação lexical à que chamamos de antonímia pode ou não envolver contradição. Ela se apóia nas noções de contrário ou oposto, mas essas relações não envolvem necessariamente uma contradição. Vejam que, apesar das sentenças entre (56) e (58) conterem itens lexicais considerados opostos, elas não envolvem uma relação de contradição. Em todos os casos, os pares de sentenças podem ser simultaneamente verdadeiros ou falsos. Em (56), nascer/molTernão são processos contraditórios, mas momentos extremos do processo de viver. Já em (57), a relação de oposição encontra-se nos resultados obtidos pelas duas ações. Finalmente, a

oposição em (58) está entre os distintos papéis atribuídos ao sujeito.
(56) a. Carlos nasceu na Bahia.
b. Carlos morreu na Bahia.
(57) a. Carlos abriu a porta.
b. Carlos fechou a porta.
(58) a. Carlos deu um presente para a Maria.
b. Carlos recebeu um presente de Maria.
Por outro lado, certas relações de antonímia são verdadeiramente contraditórias. Vejam que os pares de sentenças em (59) e (60) não podem ser simultaneamente verdadeiros (ou simultaneamente falsos).
(59) a. O cachorro de Lauro é manso.
b. O cachorro de Lauro é bravo.
(60) a. Lauro é alto para um jogador de basquete.
b. Lauro é baixo para um jogador de basquete.
É importante notar que o fato de que duas sentenças são contraditórias não impede seu uso no discurso. Informações contraditórias não resistem a um esforço motivado de interpretação. Nos casos (61) e (62) é a própria existência da contradição que nos leva à busca de um significado metafórico ou irônico para as sentenças.
(61) O bígamo que não tinha nenhuma mulher.
151

152
Introdução à Lingüística 11
(62) Não sou eu que moro no mesmo bairro que a Joana. É a Joana que mora no mesmo
bairro que eu.
4.4 Ambigüidade
Uma outra relação entre palavras que também existe na sentença é a ambigüidade.
A sentença em (56) é ambígua porque a palavra balada é ambígua, podendo significar tanto um tipo de música, como, em gíria atual, um acontecimento social.
(63) A balada de ontem foi divertida.
Mas existem outras causas de ambigüidade sentencial. Uma sentença pode ser

ambígua porque a sintaxe prevê diferentes possibilidades de combinação de palavras em constituintes. Assim, uma sentença vai ser ambígua quando ela puder ter mais de uma estrutura sintática. Vejam a sentença (64), por exemplo.

(64) Os alunos e os professores inteligentes participaram do simpósio.

Essa sentença pode ser usada para afirmar que tanto os alunos como os professores que participaram do simpósio eram inteligentes, como pode ser usada para afirmar que todos os alunos participaram do simpósio, mas, entre os professores, apenas os inteligentes participaram. As diferentes interpretações se devem a diferentes combinações possíveis entre o adjetivo inteligente e os substantivos alunos e professores. As duas estruturas estão expressas em (65).

(65) a. [[Os alunos e os professores] inteligentes] participaram do simpósio.

b. [[Os alunos] e [os professores inteligentes]] participaram do simpósio.

Outros exemplos de ambigüidades são discutidos no capítulo sobre Sintaxe. Mas as ambigüidades não se limitam àquelas causadas por diferentes possibilidades de estruturação sintática, ou àquelas causadas pela presença, na sentença, de um item lexical ambíguo. Existem ambigüidades puramente semânticas que não

têm um caráter lexical.

Observem as sentença abaixo:

(66) A vizinha de João gosta dele.

(67) Vários eleitores escolheram um candidato jovem.

Em (66), a referência do pronome ele pode ser encontrada de duas maneiras: (i) pela retomada anafórica de João, na própria sentença; ou (ii) pela busca de algum indivíduo de sexo masculino saliente no contexto. Esse caso envolve a resolução da denotação de expressões dêiticas - aquelas que apontam para um referente no contexto, ou anafóricas - aquelas que apontam para um referente denotado por outra expressão da mesma sentença.

Semântica formal

A sentença (67), diferentemente, envolve o que chamamos de relações de escopo, que são relações que tratam fatos lingüísticos em que a interpretação de uma expressão depende da interpretação de outra. Vejam que (67) pode significar que um certo candidato jovem foi escolhido por vários eleitores ou que cada um entre vários eleitores escolheu um candidato jovem, mas não necessariamente o mesmo.

Assim a interpretação da sentença (67) depende da relação de distribuição entre vários eleitores e um candidato.
Vamos nos deter mais nesses casos, explorando melhor as noções de relações dêiticas e anafóricas e relações de escopo.

4.4.1 Relações Dêiticas e Anafóricas

Um pronome é sempre um termo cuja denotação não é lexicalmente fixa, mas varia segundo o valor que lhe é atribuído, seja por um contexto extralingüístico, em uma relação dêitica, seja em função do próprio contexto lingüístico, em uma relação anafórica. Vejam que, em (68)-a, o pronome ele pode buscar sua referência tanto em um antecedente lingüístico - no caso, Jorge - como no contexto extra-lingüístico. Nesse caso, ele será alguém de sexo masculino que esteja saliente no contexto. Já em (68)-b, o pronome reflexivo se refere-se obrigatoriamente a Jorge, não podendo ir buscar um referente no contexto.

(68) a. Jorge achou que o cargo era ideal para ele.
b. Jorge se machucou ao sair.

A identificação da referência de um pronome é um tópico interessante porque envolve vários aspectos de nossa competência lingüística. Envolve conhecimento lexical, sintático, semântico e pragmático. Vamos discutir aqui apenas seu aspecto semântico. Observem novamente as sentenças em (68)aJb. Dizemos que, em uma de suas interpretações, existe uma relação de co-referência entre Jorge e ele, e entre Jorge e se. Agora observem as sentenças em (69):

(69) a. Cada candidato achou que o cargo era ideal para ele.
b. Ninguém se machucou ao sair.

Surpreendentemente, não podemos dizer o mesmo de uma das relações entre cada candidato e ele, ou entre ninguém e se nas sentenças (69)aJb. Vejam que essas sentenças não possuem o mesmo significado que as sentenças em (70), nas quais substituímos os pronomes por seus respectivos antecedentes:

(70) a. Cada candidato achou que o cargo era ideal para cada candidato.
b. Ninguém machucou ninguém ao sair.

Expressões como cada çandidato, em (69)-a, ninguém, em (69)-b, ou vários eleitores, em (67), poucos atletas em (53)-a, nada, em (11), e nenhum escritor
153

brasileiro, em (12) são EXPRESSÕES QUANTIFICADAS. Elas envolvem operações sob quantidades de entidades. No caso de nossos exemplos, elas envolvem qua tidades de candidatos, pessoas, eleitores, atletas, coisas e escritores brasileirc Sentenças com expressões quantificadas dizem algo sobre o número de entidad envolvidas. Elas não falam sobre indivíduos ou entidades determinadas. As relaçõ anafóricas entre pronomes e expressões quantificadas não podem ser c1assificad como relações de co-referência. Temos aí casos de relações de ligação, onde referência do pronome está ligada à referência (ou depende da referência, varia c acordo com a referência) de cada uma das entidades escolhidas pelo quantificad(Podemos caracterizar o significado de (69)-b como em (71):

(71) a. Para todas as pessoas relevantes [não é o caso que - machucou - ao sair]

b. Jorge não machucou Jorge ao sair, e Maria não machucou Maria ao sair, e Carl

não machucou Carlos ao sair, e.......

4.4.2 Relações de Escopo

Relações de escopo são relações que se estabelecem quando a interpretaçi de uma expressão depende da interpretação de outra, como mencionamos acima, propósito do exemplo (67). Observem, ainda, as seguintes sentenças:

(72) a. Cada aluno nesta sala leu dois livros.

b. Cada aluno leu dois livros (possivelmente) distintos. c. Existem dois livros determinados que cada aluno leu.

A sentença (72)-a é ambígua. Uma das interpretações que ela pode ter es parafraseada em (72)-b. Nesse caso, dizemos que cada aluno TEM ESCOPO SOBI dois livros. A outra interpretação permitida por (72)-a é a em que dois livros TE ESCOPO SOBRE cada aluno, que é a leitura parafraseada em (72)-c. Portanto, el termos semânticos, existem duas possibilidades para estabelecermos a distribuiç[entre alunos e livros, afetando o significado da sentença: ou existe uma leitura el que cada aluno - o João, o Pedro e o Ricardo -leram dois livros, quaisquer ql
sejam ((72)-b); ou existe uma leitura em que existem dois livros específicos Ilíada e a Odisséia, por exemplo - que cada aluno leu ((72)-c). Na Figura 1 tem(um diagrama da leitura correspondente a (72)-b, e na Figura 2 temos um diagraa

correspondente à leitura (72)-c.

Semântica formal

Figura 1:

I AIlíada

I A Odisséia

João

Pedro I A Divina Comédia

I

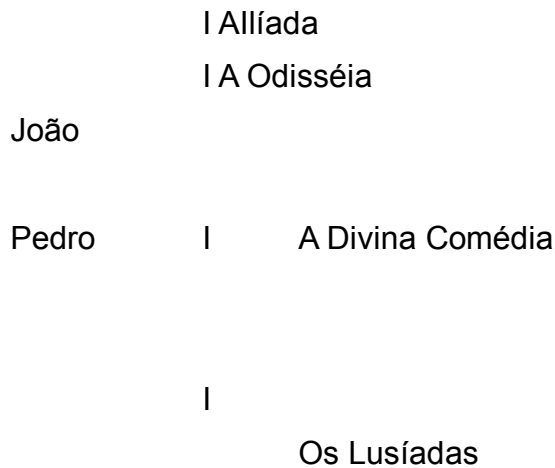
Os Lusíadas

Ricardo

Figura 2:

João

~

>

~

Pedro

AIlíada A Odisséia

Ricardo

Vejam, agora, as relações de escopo que se estabelecem na sentença em (73)-a:

(73) a. Infelizmente, todos os ratos não morreram. b. Todos os ratos não morreram.

c. Nem todos os ratos morreram.

Nesse caso há também duas possíveis interpretações associadas a duas possibilidades de relações de escopo entre a expressão quantificada todos os ratos, e o operador de negação não. Quando todos os ratos tem escopo sobre a negação, a interpretação que se obtém é a paraftaseada em (73)-b: absolutamente nenhum rato morreu. Quando a negação tem escopo sobre a expressão quantificada, a interpretação é aquela expressa em (73)-c: de um conjunto de todos os ratos, alguns morreram, mas não todos.

Por fim, examinemos a sentença (74)-a.

(74) a. Jorge provavelmente vai casar com uma americana.
b. Provavelmente Jorge vai casar com alguma pessoa de nacionalidade americana.
c. Existe uma americana determinada com quem Jorge provavelmente vai casar.
Novamente, estamos diante de uma sentença ambígua. Nesse caso, a ambigüidade é causada pelo fato de que a referência de uma americana pode ser
155

156
Introdução à Lingüística 11
determinada antes ou depois da afirmação de probabilidade. Assim, em (74)-b, temos a interpretação em que a probabilidade é determinada antes da referência da expressão uma americana. Em (74)-c, temos a interpretação em que a referência de uma americana é estabelecida antes da probabilidade.
5. Conclusão
Neste texto, traçamos um panorama de algumas das questões centrais de que trata a Semântica Formal. Primeiramente, apresentamos a noção de denotação, que diz respeito à maneira como algumas expressões nominais são usadas para representar diretamente os indivíduos ou entidades do mundo. Em seguida, tratamos da composicionalidade e apresentamos algumas das relações semânticas que se estabelecem tanto no nível da palavra, quanto no nível da sentença. Para esclarecer algumas das características dessas relações, introduzimos a distinção clássica que se faz entre sentido e referência. Por fim, detivemo-nos na relação semântica da ambigüidade, descrevendo algumas instâncias de ambigüidade causadas por relações dêitico-anafóricas ou por relações de escopo.
Por que consideramos que é importante conhecer a Semântica Formal? Por vários motivos. Primeiramente, porque só ela se propõe analisar algumas questões relacionadas ao significado das línguas naturais. Segundo, porque ela é, explicita ou implicitamente, em maior ou menor grau, utilizada nas análises de outras semân-ticas, como a Semântica Cognitiva e a Semântica Argumentativa, e também na Pragmática e na Sintaxe, tanto a funcional quanto a gerativa.
Exercícios
1. Quando usamos a expressão' Pelé' , imediatamente pensamos naquele jogador de futebol excepcional, que usava a camisa 10, quando jogava no Santos e na

seleção brasileira. 'Pelé' representa um dos sentidos que nos permite chegar a esse indivíduo no mundo. Pense em outros sentidos para e'ssa mesma referência.

2. Explique por que é que quando dizemos uma sentença como "Chico Buarque de Hollanda é o compositor de 'Construção'" aprendemos algo sobre o mundo.

3. Analise os pares de sentenças abaixo e diga se eles podem ser consideradas paráfrases:

a) O João é o irmão do Thiago. b) O Thiago é irmão do João.

c) Meu primo é dono desta casa.

d) Esta casa pertence ao meu primo.

e) Alguns estados brasileiros não são banhados pelo mar.

f) Nem todos os estados brasileiros são banhados pelo mar.

g) O Pedro vendeu o livro para um amigo da Joana.

h) Um amigo da Joana comprou o livro do Pedro.

4. Normalmente, as versões ativa e passiva de uma sentença são consideradas paráfrases uma da outra, como em 'O médico examinou a garota' e 'A garota foi examinada pelo médico'. Observe, agora, o seguinte par:

Todos os alunos desta sala falam duas línguas. Duas línguas são faladas por todos os alunos.

Será que essas duas sentenças podem ser consideradas paráfrases? Dê uma expli cação para sua resposta.

5. Analise os pares de sentenças abaixo e diga se há acarretamento da primeira para a segunda sentença. Justifique suas respostas:

a) O Pedro cozinhou um ovo.

b) O Pedro ferveu um ovo.

c) O Ricardo ferveu um ovo.

d) O Ricardo cozinhou um ovo.

e) A Cecília viu uma menina correndo. f) A Cecília viu uma pessoa correndo.

g) O Juca ouviu uma pessoa cantando. h) O Juca ouviu um homem cantando.

i) Hoje teve sol.

j) Hoje fez calor.

k) O Rui sempre come sobremesa depois do almoço. 1) O Rui sempre come doce depois do almoço.
m) O João tirou nota 10 na prova.
n) Alguém tirou nota lOna prova.
o) O João e a Maria são casados. p) O João é casado com a Maria.
6. Analise os pares de sentenças abaixo e diga se a segunda sentença do par pode ser pressuposta da primeira. Lembre-se que a pressuposição lógica é uma relação que se estabelece quando tanto a verdade quanto a falsidade da primeira sentença implicam a verdade da segunda:
,

158
Introdução à Lingüística 11
a) O João tirou nota 10 na prova.
b) Alguém tirou nota lOna prova.
c) Foi a Maria que tirou nota 10 na prova. d) Alguém tirou nota lOna prova.
e) O Luís começou a tocar c1arineta.
t) O Luís não tocava c1arineta.
g) Só o João sabe o caminho para a casa do Marcelo. h) Ninguém mais sabe o caminho para a casa do Marcelo.
i) A Regina continua morando em São Paulo.
j) A Regina morava em São Paulo.
k) Foi difícil para o Pedro enfTentar aquela crise.
1) O Pedro enfrentou a crise.
7. Compare o par de sentenças abaixo e discuta o comportamento do pronom
'ele' nos dois casos:.
a) A Cecília tem um cachorro e cuida bem dele.
b) Toda criança que tem um cachorro cuida bem dele.
8. Discuta a ambigüidade das seguintes sentenças:
a) Todo homem ama uma mulher.
b) Três meninos comeram duas pizzas.
c) O Ricardo quer se corresponder com uma norueguesa. d) Todas as crianças não comemjiló.

Bibliografia

ALLWOOD, 1., L.G. ANDERSSON & b. DAHL (1971). Logic in Linguistics. Cambridge: Cambridge University Pres CANCADO, M. (1999). Curso de introdução à semântica. Manuscrito não-publicado. Universidade Federal (
Minas Gerais.

CHIERCHIA, G. & S. MC CONNELL-GINET (1992). Meaning and Grammar. Cambridge, Mass.: The MIT Press. FREGE, G. (1978). "Sobre o sentido e a referência" In: P. Alcoforado. Lógica e Filosofia da Linguagem. S.Paul,
Cultrix.

HEIM, L & A. KRATZER (1998). Semantics in Generative Grammar. Oxford: Blackwell.

HURFORD, J. & B. HEASLEY (1983). Semantics: A Coursebook. Cambridge: Cambridge University Press. ILARI, R. & J.W. GERALDI (1990). Semântica. São Paulo: Ática.

LYONS, J. (1977). Semantics. Cambridge: Cambridge University Press.

PIRES DE OLIVEIRA, R. (200Ia). Semântica formal: uma breve introdução. Campinas: Mercado de Letras PIRES DE OLIVEIRA, R. (200Ib). "Semântica". In: F. Mussalim & A.C.Bentes. Introdução à Lingüística. 82
Paulo: Cortez.

DE SWART, H. (1998). Introduction to Natural Language Semantics. Stanford: CSLI Publications

Semântica formal

Sugestões de leitura

ILARI, R. & J.W. GERALDI (1990). Semântica. São Paulo: Ática

Esse livro trata, de forma clara, de questões que têm tido um lugar de destaque na reflexão semântica desde o século passado, como a diferença entre sentido e referência, e como as relações de sentidos entre expressões lingüísticas - acarretamento, pressuposição, contradição, ambigüidade, etc.

PIRES DE OLIVEIRA, R. (200 Ia). Semântica Founal: Uma Breve Introdução. Campinas:
Mercado de Letras

Trata-se de um livro introdutório, que desenvolve, em mais detalhes, alguns dos

conceitos que foram apresentados neste texto.

HURFORD,1. & B. HEASLEY (1983). Semantics: A Coursebook. Cambridge: Cambridge
University Press.

Esse é um excelente livro de introdução à Semântica, que leva o leitor pela mão no raciocínio das questões semânticas. Todas as explicações são seguidas de inúmeros exercícios, o que ajuda imensamente na retenção dos conceitos. Entretanto, sua única versão disponível está em inglês.

159

Pragmática

José Luiz Piorin

- Veja, agora a senhora está bem melhor! Mas, francamente, acho que a senhora devia

ter uma dama de companhia!

- Aceito-a com todo prazer! - disse a Rainha. - Dois pence por semana e doce todos os outros dias.

Alice não pôde deixar de rir, enquanto respondia: Não estou me candidatan do... e não gosto tanto assim de doces.

- É doce de muito boa qualidade - afirmou a Rainha.

- Bom, hoje, pelo menos, não estou querendo.

- Hoje você não poderia ter, nem pelo menos nem pelo mais - disse a Rainha. - A regra é: doce amanhã e doce ontem - e nunca doce hoje.

- Algumas vezes tem de ser "doce hoje" - objetou Alice.

- Não, não pode - disse a Rainha. Tem de ser sempre doce todos os outros dias; ora, o dia de hoje não é outro dia qualquer, como você sabe.

(Carroll, Lewis. As aventuras de Alice. 3 ed. São Paulo, Summus, p. 182)

1. Introdução

Nessa passagem, Alice e a Rainha Branca discutem sobre o sentido de certas palavras como hoje e outros. Interessa-nos aqui a discussão sobre o significado do termo hoje. Para a Rainha, o sentido das palavras ontem, hoje e amanhã éfixo. Por isso, se a regra é doce amanhã e doce ontem, Alice não poderá nunca ter os doces. Já Alice mostt=a que o sentido dessas palavras está relacionado ao ato de produzir um enunciado e, por isso, algumas vezes "tem de ser doce hoje", já que hoje é o dia em que um ato de fala é produzido. O significado da palavra hoje se dá na relação com a situação de comunicação.

No primeiro volume, vimos que a Pragmática é a ciência do uso lingüístico, estuda as condições que governam a utilização da linguagem, a prática lingüística. Um dos domínios de fatos lingüísticos que exigem a introdução de uma dimensão pragmática nos estudos lingüísticos é a enunciação, ou seja, o ato de produzir enunciados, que são as realizações lingüísticas concretas. Essa exigência se dá, porque há certos fatos lingüísticos, que só são entendidos em função do ato de enunciar. É o que acontece, por exemplo, com os dêiticos, que são elementos lingüísticos que indicam o lugar ou o tempo em que um enunciado é produzido ou então os participantes de uma situação de produção do enunciado, ou seja, de uma enunciação. São dêiticos os pronomes pessoais que indicam os participantes da

comunicação, eu/tu; os marcadores de espaço, como os advérbios de lugar e pronomes demonstrativos (por exemplo, aqui, lá, este, esse, aquele), os marcac res de tempo (por exemplo, agora, hoje, ontem). Um dêitico só pode ser entendi dentro da situação de comunicação e, quando aparece, num texto escrito, a sih ção enunciativa deve ser explicitada. Se encontrarmos um bilhete em que esb escrito Ontem trabalhei muito aqui, não entenderemos plenamente a mensage pois não saberemos quem trabalhou, quando é ontem e onde é aqui. Em resun não se pode saber o sentido do eu, do ontem e do aqui da mensagem, pois falte conhecimento da situação de comunicação. No caso dos dêiticos, não adianta s(conhecimento do sistema lingüístico, pois o que é preciso, para entendê-los conhecer a situação de uso.

Neste capítulo, dedicado à análise pragmática, vamos estudar a dêixis. To enunciado é realizado numa situação definida pelos participantes da comunicaç (eu/tu), pelo momento da enunciação (agora) e pelo lugar em que o enunciad(produzido (aqUi). As referências a essa situação constituem a dêixis e os elemt tos lingüísticos que servem para situar o enunciado são os dêiticos.

É preciso refletir um pouco melhor a respeito da enunciação, antes começarmos a estudar os dêiticos.

2. A enunciação

o primeiro sentido de enunciação é, como vimos, o de ato produtor enunciado. Benveniste diz que a enunciação é a colocação em funcionamento

língua por um ato individual de utilização (1974, 80), ou seja, um falante utiliza. da língua para produzir enunciados. Se a enunciação é a instância constitutiva

enunciado, ela é a instância lingüística logicamente pressuposta pela própria xistência do enunciado, o qual comporta seus traços e suas marcas (Greimm Courtés, 1979, 126). O enunciado, por oposição à enunciação, deve ser concebi como o "estado que dela resulta, independentemente de suas dimensões sintagrr ticas" (Greimas e Courtés, 1979, 123). Considerando dessa forma enunciaçãe enunciado, este comporta freqüentemente elementos que remetem à instância

enunciação: pronomes pessoais, demonstrativos, possessivos, adjetivos e adv(bios apreciativos, advérbios espaciais e temporais, etc. Esse conjunto de marc enunciativas colocado no interior do enunciado não é a enunciação propriamer dita, cujo modo de existência é ser o pressuposto lógico do enunciado, mas ~ enunciação enunciada. Teríamos, assim, dois conjuntos no texto: a enunciaç enunciada, que é o conjunto de marcas, nele identificáveis, que remetem à instâ cia de enunciação; o enunciado, que é a seqüência enunciada desprovida de m, cas de enunciação. Quando se diz A Terra é redonda, tem-se o enunciado, poÜ texto aparece sem as marcas do ato enunciativo. No entanto, quando se afirma j

digo que a Terra é redonda, enuncia-se no enunciado o próprio ato de dizer. Temse, então, a enunciação enunciada.

É na linguagem e por ela que o homem se constitui como sujeito, dado que, somente ao produzir um ato de fala, ele constitui-se como eu (Benveniste,

1966,259). Eu é aquele que diz eu. O eu existe por oposição ao tu. Dessa forma, o eu estabelece uma outra pessoa, aquela à qual ele diz tu e que lhe diz tu, quando, por sua vez, toma a palavra. A categoria de pessoa é essencial para que a linguagem se tome discurso.

Como a pessoa enuncia num dado espaço e num determinado tempo, todo espaço e todo tempo organizam-se em torno do "sujeito", tomado como ponto de referência. Assim, espaço e tempo estão na dependência do eu, que neles se enuncia. O aqui é o espaço do eu e o agora é o momento da enunciação. A partir desses dois elementos, organizam-se todas as relações espaciais e temporais.

Como a enunciação é o lugar de instauração do sujeito e este é o ponto de referência das relações espaço-temporais, ela é o lugar do ego, hic et nunc. Benveniste usa os termos latinos ego (eu), hic (aqui), nunc (agora), para mostrar que essas categorias, de pessoa, de espaço e de tempo, não existem apenas em algumas línguas, mas são constitutivas do ato de produção do enunciado em qualquer língua, em qualquer linguagem (por exemplo, as linguagens visuais).

Num texto, vemos que aparecem diversos eu, que remetem a diferentes instâncias enunciativas. Observe o texto que segue:

Encontrei-me com Pedra, que me disse:

- Estou muito insatisfeito com minha relação com Adélia.

Nele, o eu que diz que se encontrou com Pedro não remete à mesma instância enunciativa que aquele que afirma estar insatisfeito com sua relação amorosa.

Há, num texto, basicamente três instâncias enunciativas. A primeira é a do enunciador e do enunciatário (lembremo-nos de que para cada eu existe necessariamente um tu) Esse primeiro nível é o da enunciação considerada como o ato implícito de produção do enunciado e logicamente pressuposto pela própria existência do dito. Assim quando se diz Eu afirmo que todos virão, o enunciador é o eu que diz isso, ou seja, um eu implícito, não projetado no enunciado: (Eu digo) Eu afirmo que todos virão. O enunciatário é o tu a quem ele se dirige. Enunciador e enunciatário correspondem ao autor e leitor implícitos ou abstratos, ou seja, à imagem do autor e à do leitor construí das pela obra. O enunciatário, como filtro e instância pressuposta no ato de enunciar, é também sujeito produtor do discurso, pois o enunciador, ao produzir um enunciado, leva em conta o enunciatário a quem ele se dirige. Não é a mesma coisa fazer um texto para crianças ou para adultos,

para leigos numa dada disciplina ou para especialistas nela.

O segundo nível da hierarquia enunciativa é constituído do eu e do tu instalados no enunciado. No nosso caso, é o eu de Eu afirmo que todos virão. São chamados narrador e narratário. Eles podem permanecer implícitos, como, por exemplo, quando se narra uma história em terceira pessoa.

163

164

Introdução à Lingüística 11

o terceiro nível da hierarquia enunciativa instala-se, quando o narrador dá voz a uma personagem, em discurso direto. No exemplo mais acima, é o eu que afirmava sua insatisfação com sua relação com Adélia. O eu e o tu desse nível são chamados interlocutor e interlocutário.

Passemos ao estudo mais detalhado das categorias de pessoa, espaço e tempo, que constituem o que Benveniste chamava o aparelho formal da enunciação.

3. A pessoa

Benveniste mostra que as três pessoas não têm o mesmo estatuto. Há traços comuns na I a e na 2a pessoas, que as diferenciam da 3a. Em primeiro lugar, enquanto eu e tu são sempre os participantes da comunicação, o ele designa qualquer ser ou não designa ser nenhum. Com efeito, usa-se apenas a 3a pessoa, quando a pessoa não é determinada, notadamente na chamada expressão impessoal, em que um processo é relatado como puro fenômeno cuja produção não está ligada a qualquer agente ou causa (por exemplo: Chove, Faz sol, Faz dois anos). Depois, eu e tu são reversíveis na situação de enunciação. Quando dirijo a palavra a alguém, ele é o tu; quando ele me responde, ele passa a ser eu e eu torno-me tu. No entanto, não é possível a reversibilidade com o ele. A 3a pessoa é a única com que qualquer coisa é predicada verbalmente. Com efeito, uma vez que ela não implica nenhuma pessoa, pode representar qualquer sujeito ou nenhum e esse sujeito, expresso ou não, não é jamais instaurado como participante da situação de enunciação. Por essas razões, a chamada categoria de pessoa possui, para Benveniste, duas correlações: I) a da pessoalidade, em que se opõem pessoa (eu/tu) e não pessoa (ele), ou seja, participantes da enunciação e elementos do enunciado; 2) a da subjetividade, em que se contrapõem eu vs tu; a primeira é"a

pessoa subjetiva e a segunda é pessoa não subjetiva (1966,230-232).
Não se pode esquecer que é a situação de enunciação que especifica o que é pessoa e o que é não pessoa, pois é ela quem determina quem são os participantes do ato enunciativo e quem não participa dele. Chamaremos, então, pessoas enunciativas aquelas que participam do ato de comunicação, ou seja, o eu e o tu, e pessoa enunciva aquela que pertence ao domínio do enunciado, ou seja, o ele.
Uma outra diferença entre a 3a pessoa e as demais reside no fato de que esta, em português, apresenta uma forma de feminino e faz o plural como todas as outras palavras da língua, com o acréscimo de um morfema s. As duas outras pessoas não têm formas específicas para o masculino e o feminino e têm formas distintas para o singular e o plural. O fato de termos formas distintas para as chamadas I a e 2a pessoas do plural mostra que não há nelas uma simples pluralização, enquanto na 3a isso ocorre. Embora haja um vós pluralizado, nós e vós são antes pessoas amplificadas (eu + outra pessoa ou tu + terceira pessoa).

Os significados das pessoas são: eu: quem fala, eu é quem diz eu;
tu: aquele com quem se fala, aquele a quem o eu diz tu, que por esse fato se
toma o interlocutário;
ele: substituto pronominal de um grupo nominal, de que tira a referência;
participante do enunciado; aquele de que eu e tu falam;
nós: não é a multiplicação de objetos idênticos, mas ajunção de um eu com
um não eu; há três nós: um nós inclusivo, em que ao eu se acrescenta um tu (singular ou plural); um nós exclusivo, em que ao eu se juntam ele ou
eles (nesse caso, o texto deve estabelecer que sintagma nominal o ele presente no nós substitui) e um nós misto, em que ao eu se acrescem tu (singular ou plural) e ele(s).
vós: um vós é o plural de tu e outro é um vós, em que ao tu se juntam ele ou eles;
eles: pluralização de ele.
Basicamente, três conjuntos de morfemas servem para expressar a pessoa: os pronomes pessoais retos e oblíquos; os pronomes possessivos e as desinências

número-pessoais dos verbos.

Os pronomes pessoais exprimem as pessoas pura e simplesmente. Os retos exprimem a pessoa em função subjetiva e os oblíquos, em função de complemento. Os adjetivos possessivos são uma variante dos pronomes pessoais, empregada quando se expressa uma relação de apropriação entre uma pessoa (o possuidor) e uma "coisa" (o possuído).

Quando o possessivo acompanha nome concreto comprável, significa posse (meu livro, minha casa); quando está associado a nome de lugar, indica lugar em que se nasceu, lugar em que se mora (minha cidade, meu país); quando está junto a nome designativo de parentesco, assinala a relação de consangüinidade ou de afinidade (meu cunhado), quando está em companhia de nome designativo de instituição, marca pertença (minha escola, meu regimento); quando está unido a nome referente a pessoa, denota relação afetiva intensa (minha querida, meu amor). Há nomes que não admitem a presença de possessivo, a menos que sejam usados em sentido figurado, como, por exemplo, mundo, meridiano, céu, chuva. Já os nomes abstratos têm uma classificação diferente. Podem ser de ação, processo e estado. Quando um possessivo acompanha um abstrato de ação, indica o agente (minha partida = eu parto); quando está associado a um abstrato de processo, assinala o paciente (minha morte = eu morri); quando está em companhia de um abstrato de estado, marca posse de um dado atributo (minha tristeza = eu estou triste)...

4. O tempo

Uma coisa é situar um acontecimento no tempo cronológico e outra é inseri-lo no tempo da língua. O tempo lingüístico é diferente tanto do tempo cronológico, quanto do tempo físico. Este é o tempo marcado, por exemplo, pelo movimento dos astros, que determina a existência de dias, anos, etc. Aquele é o tempo dos acontecimentos, o tempo do calendário (Benveniste, 1974, 73).

O que o tempo lingüístico tem de singular é que ele é ligado ao exercício (fala, pois ele tem seu centro no presente da instância da fala. (Benveniste, 197 73). Quando o falante toma a palavra, instaura um agora, momento da enunciaçã Em

contraposição ao agora, cria-se um então. Esse agora é, pois, o fundamento das oposições temporais da língua.
O tempo presente indica a contemporaneidade entre o evento narrado e momento da enunciação. Mas, como nota Benveniste, esse presente, enquanto função do discurso, não pode ser localizado em nenhuma divisão particular (tempo cronológico, já que ele as admite todas e, ao mesmo tempo, não exige lli nhuma. Com efeito, o agora é reinventado a cada vez que o enunciador enuncia, a cada ato de fala um tempo novo, ainda não vivido (1974, 74).
O agora gerado pelo ato de linguagem constitui um eixo que ordena a cat, goria da concomitância vs não concomitância. A não concomitância, por sua ve articula-se em anterioridade vs posterioridade. Assim, todos os tempos estão i1 trinsecamente relacionados à enunciação. Com a categoria da concomitância 1 não concomitância (anterioridade vs posterioridade), criam-se três momentos (referência: um presente, um passado e um futuro. O momento de referência pn sente é um agora, pois ele coincide com o momento da enunciação. O momento (referência passado indica uma anterioridade ao momento da enunciação; o futun uma posterioridade a esse momento. Os momentos de referência passado e futul precisam ser marcados no enunciado (por exemplo, Em 1822, Na semana ql vem, No século passado, etc.). Nesse caso, faz-se uma ancoragem do tempo lingüí: tico no tempo cronológico (Benveniste, 1974, 77). No entanto, como o moment da enunciação pode ser colocado em qualquer divisão do tempo cronológico (pc exemplo, pode-se dizer Estamos há cem milhões de anos. Os dinossauros pa: seiam pela Terra e, nesse caso, o agora está colocado no passado cronológic remoto), o tempo lingüístico é que comanda as marcações cronológicas referida no texto. O tempo do discurso é sempre uma criação da linguagem, com a qual s pode transformar o futuro em presente, o presente em passado e assim por diante
A temporalidade lingüística marca as relações de sucessividade entre o eventos representados no texto. Ordena sua progressão, mostra quais são anteric res, quais são concomitantes e quais são posteriores. Isso signifíca que se aplic novamente a categoria concomitância vs não concomitância (anterioridade v
posterioridade) a cada um dos momentos de referência e, assim, obtemos um tem

po que indica concomitância ao presente, anterioridade ao presente, posterioridade ao passado e assim sucessivamente. Há, pois, três momentos significativos para a determinação do tempo lingüístico: .

ME - momento da enunciação;

MR - momento de referência (presente, passado e futuro);

MA - momento do acontecimento (concomitante, anterior e posterior a cada um dos momentos de referência).

o tempo é, pois, a categoria lingüística que marca se um acontecimento é concomitante, anterior ou posterior a cada um dos momentos de referência (presente, passado e futuro), estabelecidos em função do momento da enunciação.

Existem na língua dois sistemas temporais: um relacionado ao momento de referência presente e, portanto, diretamente ao momento da enunciação, já que o momento de referência presente é concomitante ao momento da enunciação, e outro ordenado em função de momentos de referência passado ou futuro instalados no enunciado. Assim, temos um sistema enunciativo no primeiro caso e um enuncivo no segundo. Como os momentos de referência instalados no enunciado são dois, temos dois subsistemas temporais enuncivos, um do pretérito e um do futuro.

ME (presente implícito)

Sistema enunciativo Sistema enuncivo

concomitância não concomitância

MR presente

----

anterioridade posterioridade

MR pretérito MR futuro

Para determinar os tempos lingüísticos de cada um dos subsistemas, aplicase, como foi dito acima, a categoria concomitância vs não concomitância (anterioridade vs posterioridade) ao momento de referência

1. Os tempos enunciativos, ou seja, os do sistema do momento de referência presente, ordenam-se da seguinte maneira:

MR presente

----

concomitância não concomitância

presente

----

anterioridade posterioridade pretérito perfeito 1 futuro do presente

167

168

Introdução à Lingüística 11

A) O presente marca uma coincidência entre o momento do acontecimento e o momento de referência presente. Deve haver no presente uma tripla coincidência: MA = MR = ME. No entanto, é necessário precisar o que é a coincidência mencionada, já que o momento da enunciação é dificil de delimitar, na medida em que foge sem cessar. Na verdade, o presente é uma abstração do espírito, uma vez que ele se recompõe com instantes que acabaram de passar e com instantes que ainda vão passar. Por isso, a parcela de tempo do momento de referência que está relacionada ao momento da enunciação pode variar em extensão. Assim, a coincidência assinalada não deve ser entendida apenas como identidade entre esses dois momentos, mas também como não identidade entre eles, desde que o momento de referência, tendo uma duração maior que o momento da enunciação, seja em algum ponto simultâneo a este. Poderíamos dizer que o que marca a coincidência, nesse caso, é o englobamento do momento da enunciação pelo momento de referência.

Três casos de relações entre momento de referência e momento da enunciação podem ser elencados:

a) Presente pontual: quando existe coincidência entre MR e ME.

Um relâmpago fulgura no céu.

o evento fulgurar ocorre no momento de referência presente. Como este é um ponto preciso no tempo, há coincidência entre ele e o momento da enunciação.

b) Presente durativo: quando o momento de referência é mais longo do que o momento da enunciação. A duração é variável, pode ser pequena ou muito longa. Ademais, pode ser contínua ou descontínua. Quando for descontínua, temos o presente iterativo; quando for contínua, temos o chamado presente de continuidade.

Neste ano, ministro um curso de Lingüística para os alunos do primeiro anQ.

O momento de referência tem a duração de um ano. É mais longo do que o momento da enunciação, mas, em algum ponto, é simultâneo a ele. O tempo do acontecimento indicado pelo verbo ministrar coincide com o momento de referência.
Neste milênio, a humanidade progride muito materialmente.
O momento de referência é um milênio e o tempo do progresso coincide com ele. Nesses dois casos, temos um presente de continuidade, pois o momento de referência é contínuo.
Aos sábados, nossa banda apresenta-se na cantina da Faculdade.
O momento de referência (sábados) repete-se. Por conseguinte, também o faz o momento do acontecimento (apresentar-se). Há, portanto, uma coincidência entre eles. No entanto, não se reitera o momento da enunciação. Este é um só e coincide apenas num determinado ponto com o momento da referência: no presente da enunciação a reiteração enunciada ocorre. Temos aqui o presente iterativo.

Pragmática
c) Presente omnitemporal ou gnômico: quando o momento de referência é ilimitado e, portanto, também o é o momento do acontecimento. É o presente utilizado para enunciar verdades eternas ou que se pretendem como tais. Por isso, é a forma verbal mais utilizada pela ciência, pela religião, pela sabedoria popular (máximas e provérbios).
o quadrado da hipotenusa é igual à soma do quadrado dos catetos.
O momento de referência é um sempre implícito, que engloba o momento da enunciação. Como o momento do estado (e') coincide com o momento de referência, o presente omnitemporal indica que o quadrado da hipotenunsa é sempre igual à soma do quadrado dos catetos.
Em português, usa-se, em geral, principalmente na linguagem oral, o presente progressivo (presente do indicativo do auxiliar estar+ gerúndio) para exprimir o presente pontual ou o durativo.
É o que estou dizendo.
Neste ano, estou estudando bastante.
B) O pretérito perfeito I marca uma relação de anterioridade entre o momento do acontecimento e o momento de referência presente.
Luiz Felipe Scolari assumiu a seleção para salvar a pátria do vexame da eliminação

de uma Copa.
(VEJA, julho de 2002, Ed. 1758 A, p. 22)
O momento de referência presente é um agora. Em relação a ele, o momento do acontecimento (assumir) é anterior, ou seja, em algum momento anterior ao momento em que estou falando, Scolari assumiu a seleção.
É preciso notar uma diferença existente entre o português e outras línguas românicas, por exemplo, o francês, o italiano e o romeno, no que concerne ao uso do pretérito perfeito. Em francês, a diferença central entre o passé composé e o passé simple, é que este é um tempo enuncivo, enquanto aquele é um tempo enunciativo. O passé composé indica uma anterioridade em relação ao presente; o simple, uma concomitância em relação a um momento de referência pretérito. Em italiano, a diferença entre o passado composto e o passado simples é a mesma. Por exemplo, diz-se due anni fa andammo in Scozia e Dio ha creato il mundo. No primeiro caso, usa-se o passado simples, porque o acontecimento fomos à Escócia é concomitante ao marco temporal há dois anos; no segundo, utiliza-se o passado composto, porque o acontecimento criar o mundo ocorre num momento anterior ao momento da fala. Já em português o pretérito perfeito simples é usado nos dois casos, porque o pretérito perfeito composto não tem propriamente uma função temporal, mas sim aspectual. Com efeito, se se diz João tem lido até tarde neste mês, tem lido localiza o início do acontecimento num momento anterior ao momento de referência presente e, ao mesmo tempo, indica sua continuidade no mo

mento presente. Dessa forma, tem um valor aspectual iterativo e inacabado. Po isso, o pretérito perfeito simples acumula em português duas funções: anteriori dade em relação a um momento de referência presente e concomitância em relaçã(a um momento de referência pretérito. Temos, por conseguinte, do ponto de vist: funcional, dois pretéritos perfeitos: o I, que é tempo do sistema enunciativo e o 2 que pertence ao sistema enuncivo. O passado composto só conserva seu valor dI anterioridade em casos muito restritos, para expressar um fato que acabou de ocorrer Por exemplo, um orador termina seu discurso dizendo Tenho dito.

C) O futuro do presente indica uma posterioridade do momento do aconteci. mento em relação a um momento de referência presente.
Ronaldo nunca mais jogará em plenas condições.
O acontecimento Uogara) é posterior ao momento de referência presente.
2. Os tempos enuncivos ordenam-se em dois subsistemas: um centrado num momento de referência pretérito.e outro, num momento de referência futuro.
2.1. O primeiro subsistema é o seguinte:
MR pretérito
----
concomitância não concomitância
~ imperfectivo perfectivo
futuro do futuro do
pretérito pretérito simples composto
A) A concomitância do momento do acontecimento em relação a um momento de referência pretérito pode exprimir-se tanto pelo pretérito perfeito 2 quanto pelo pretérito imperfeito. É preciso, pois, estabelecer um outro eixo para distinguir o valor desses dois tempos verbais. A diferença entre eles reside no fato de que cada um deles tem um valor aspectual distinto: o pretérito perfeito 2 assinala um aspecto limitado, acabado, pontual, enquanto o pretérito imperfeito marca um aspecto não limitado, inacabado, durativo.
Se tomarmos duas frases tais que No dia 30 de junho de 2002, o Brasil ganhou o pentacampeonato mundial de futebol e No dia 30 de junho de 2002, o Brasil ganhava o pentacampeonato mundial de futebol, veremos que tanto ga
-----------acabado inacabado pontual durativo
limitado não limitado
pretérito pretérito perfeito2 imperfeito
-----------anterioridade posterioridade pretérito mais
que perfeito

Pragmática
nhou quanto ganhava indicam concomitância em relação a um momento de referência pretérito (30 de junho de 2002). No entanto, no primeiro caso, considera-se a ação como algo acabado, como uma descontinuidade (um ponto) na continuidade

do momento de referência e, portanto, como algo dinâmico, visto do exterior; no segundo, a ação é considerada como inacabada, contínua dentro da continuidade do momento de referência, como algo estático, visto do interior, durante seu desenvolvimento.

Quando se apresentam múltiplos estados ou transformações, o pretérito perfeito apresenta-os como sucessivos, ou melhor, como concomitantes em relação a diferentes momentos de referência pretéritos, marcados principalmente nas narrativas orais por depois, em seguida, e então, e aí, etc. Por isso, o pretérito perfeito é o tempo por excelência da narração.

Em abril de 2000, o ligamento do joelho direito de Ronaldo rompeu-se em plena final do campeonato italiano. O craque foi operado, fez muita fisioterapia, voltou a brilhar na Copa do Mundo de 2002.

o primeiro pretérito mostra um fato concomitante a um marco temporal pretérito (em abril de 2000). Os dois seguintes indicam a mesma relação com marcos temporais implícitos como depois, a seguir, em seguida. O último indica concomitância em relação marco temporal na Copa do Mundo de 2002.

O imperfeito, ao contrário, apresenta os fatos como simultâneos, como formando um quadro contínuo, ou melhor, como vinculados ao mesmo momento de referên

cia pretérito. Por isso, é o tempo que melhor atende aos propósitos da descrição.

À luz de um antigo candeeiro de querosene, reverberava uma toalha de linho claro, onde a louça reluzia escaldada de fresco; as garrafas brancas, cheias de vinho de caju, espalhavam em tomo de si reflexos de ouro; uma torta de camarões estalava sua crosta de ovos; um frangão assado tinha a imobilidade resignada de um paciente; uma cuia de farinha seca simetrÍzava com outra de farinha-d'água; no centro, o travessão do arroz, solto, alvo, erguia-se em pirâmide, enchendo o ar com o seu vapor cheiroso.

(AZEVEDO, Aluísio (1973). O mulato. São Paulo, Livraria Martins Editora, p. 188-189)

O momento de referência pretérito é o momento do jantar. Os sete pretéritos imperfeitos remetem ao mesmo momento de referência e não indicam ações ou estados sucessivos, que aludem a momentos de referência subseqüentes. Por isso, compõem uma simultaneidade, que gera um efeito de sentido de estaticidade.

B) O pretérito mais que perfeito indica uma relação de anterioridade entre o momento do acontecimento e o momento de referência pretérito. Há duas formas desse tempo verbal: a simples e a composta.

No comando da seleção desde junho de 2001, quando foi chamado para substituir o técnico Leão, que substituíra Wanderley Luxemburgo, ele chegou para salvar a pátria (00')

(VEJA, julho de 2002, Ed. 1758 A, p. 23)

o momento de referência, já tomado como pretérito, é junho de 2001. C pretérito mais que perfeito substituíra indica um fato que ocorreu antes desst momento de referência.

No dia seguinte, ele partiu para a França, onde tinha vivido por muitos anos.

o momento de referência pretérito é no dia seguinte. O pretérito mais qU(perfeito fala de um acontecimento anterior a ele.

Deve-se lembrar que a forma analítica vai substituindo a forma sintética m
língua falada. Isso se deve ao fato de que, nas línguas românicas, foram criadm formas compostas para expressar o aspecto acabado (perfectivo) e, desse modo, a forma analítica do pretérito mais que perfeito exprime, ao mesmo tempo, a relação de anterioridade e o aspecto perfectivo, enquanto a forma sintética apresenta apenas a relação de anterioridade. Como, no pretérito mais que perfeito, a anterioridade ao pretérito é, por definição, acabada, é natural que a forma sintética vásendo menos usada.

C) O futuro do pretérito exprime uma relação de posterioridade do momento do acontecimento em relação a um momento de referência pretérito.

o quadro era dramático e alguns médicos especularam que Ronaldo jamais voltaria a jogm como antes.

(VEJA, julho de 2002, Edição 1758 A, p. 27)

O momento de referência pretérito é o instante em que o quadro da lesão de Ronaldo era dramático. O voltar a jogar é um fato que se dará em momento poste
rior ao momento de referência. Daí porque é expresso com o futuro do pretérito.

A forma composta marca, assim como a simples, um fato posterior em relação a um momento de referência pretérito. No entanto, ela indica também um fato anterior a um outro acontecimento no futuro. Em outras palavras, para o uso do futuro do pretérito composto, levam-se em conta dois momentos de referência: ele é posterior a um e anterior a outro. A distinção entre as duas formas do futuro do pretérito poderia ser considerada aspectual: o simples é imperfectivo e o composto é perfectivo. Claro está que esses aspectos devem ser considerados em relação à perspectiva temporal em que se colocam esses tempos.

Todos supunham que, quando o novo ano chegasse, o dólar terĺa parado de subir.

Nessa frase, o momento de referência pretérito é o momento da suposição. Em relação a ele, o novo ano é posterior. Em relação a esse momento, a estabilização do dólar é anterior. A estabilização do dólar é, então, posterior ao momento da suposição e anterior ao novo ano.

2.2. O subsistema organizado em tomo de um momento de referência futuro apresenta a seguinte estrutura:

Pragmática
MR futuro
----
concomitância   não concomitância
presente do ----------
futuro anterioridade posterioridade
          futuro anterior   futuro do futuro

A) O presente do futuro não tem em português uma forma específica. É expresso por um futuro do presente simples ou um futuro do presente progressivo (futuro do presente do auxiliar estar+ gerúndio) correlacionado a um marco temporal futuro.

No momento em que eu chegar, telefonarei para você.

O momento de referência futuro é o momento da chegada. Em relação a ele, o ato de telefonar é concomitante.

B) A anterioridade em relação a um momento de referência futuro é indicada pelo futuro anterior, que, em nossa nomenclatura gramatical, é chamado futuro do presente composto.

No final do ano, terei terminado meu curso.

O momento de referência futuro é no final do ano Em relação a ele o término do curso é anterior.
C) A posterioridade em relação a um momento de referência futuro é indicada pelo futuro do presente simples, que será, nesse caso, um futuro do futuro. Esse futuro estará correlacionado a outro(s) futuro(s). A ulterioridade de um em relação a outro será marcada, implícita ou explicitamente, pela palavra depois ou um sinônimo.
Depois de passar pela Faculdade, irei a sua casa.
O momento de referência futuro é o passar pela Faculdade. Em relação a ele, a ida à casa do interlocutor é ulterior.
Os advérbios de tempo articulam-se também em um sistema enunciativo e um enuncivo. Aquele centra-se num momento de referência presente, concomitante ao momento da enunciação; este organiza-se em torno de um momento de referência (pretérito ou futuro) inscrito no enunciado, o que significa que, no que tange aos advérbios, não existe um subsistema relacionado a um MR pretérito e outro, a um MR futuro. Os advérbios enuncivos servem tanto para indicar o tempo' pretérito como o tempo futuro. A cada um dos momentos de referência (enunciativo e enuncivo) aplica-se a categoria concomitância vs não concomitância (anterioridade vs posterioridade).
173

174
Introdução à Lingüística 11
A) Advérbios do sistema enunciativo Anterior Concomitante
Posterior daqui a pouco
agora logo hoje
amanhã
há pouco
ontem
há uma (duas) semanas/meses/anos, etc.
no mês/ano, etc. passado
no último mês/dia 5,6, etc.
neste momento nesta altura
dentro de ou em um(a) (duas, etc.) semana(s)/ mês(es)/ano(s), etc.

no próximo dia 20, 21, etc./mês/ano/etc.
Anterior
B) Advérbios do sistema enuncivo
Posterior
Concomitante
então
no mesmo dia/mês/ ano, etc.
no dia/mês/ano, etc. seguinte
um(a) dia/semana/mês/ ano, etc. depois daí/dali uma(a)(s) horas/ dias, etc.
na véspera na antevéspera
no dia/mês/ano, etc. anterior
um(a) semana/ mês/ano, etc. antes
5. O espaço
o espaço lingüística ordena-se a partir do hie, ou seja, do lugar do ego. Todos os objetos são assim localizados, sem que tenha importância seu lugar fisico no mundo, pois aquele que os situa se coloca como centro e ponto de referência da localização.
O espaço lingüística é expresso pelos demonstrativos e por certos advérbios de lugar. O espaço lingüística não é o espaço fisico, analisado a partir das categorias geométricas, mas é aquele onde se desenrola a cena enunciativa.
O pronome demonstrativo atualiza um ser do discurso, situando-o no espaço. Segundo inúmeros lingüistas, essa classe de palavras tem duas funções distintas: uma de designar ou mostrar (dêitica) e uma de lembrar (anafórica).

Pragmática
A primeira função é muito importante, pois da mesma forma como não se pode discursivizar sem temporalizar, também não se pode falar do mundo sem singularizar os seres a que nos referimos. Não se podem construir discursos apenas com referências universais. O demonstrativo partilha com ú artigo a função de designar seres singulares, mas não tem como este a função de generalizar. Por outro lado, ainda o diferencia do artigo sua capacidade de situar no espaço (o demonstrativo tem também a função de localizar no tempo (por exemplo, neste ano); neste capítulo, esse uso não será estudado). A função anafórica, que

exemplificaremos mais adiante, por seu lado, ao retomar (relembrar) o que fora dito, é um dos mecanismos de coesão textual. Ao lado dessa, há também a função catafórica, ou seja, de anunciar o que vai ser dito. Todas essas funções são faces de um mesmo papel desempenhado pelos demonstrativos: designar seres singulares que estão presentes para os participantes da enunciação seja na cena enunciativa, seja no contexto.

As gramáticas dizem que o português tem um sistema tricotômico de demonstrativos. Em função dêitica, este e esse indicam o espaço da cena enunciativa e aquele, o que está fora dela. Este, por sua vez, marca o espaço do enunciador, isto é, o que está próximo do eu; esse, o espaço do enunciatário, ou seja, o que está perto do tu.

Ganhei este anel de meu pai - disse, segurando a jóia entre os dedos.. Está ocupada essa cadeira ao seu lado.

Você sabe quem é aquele homem que está parado na porta?

Em função dêitica, no português moderno, está havendo uma neutralização da oposição este/esse. Os dois demonstrativos tornaram-se equivalentes e estão em variação livre, sendo que há um nítido predomínio do segundo sobre o primeiro. Isso significa que o português está transitando de um sistema tricotômico para um dicotômico, em que haverá os seguintes valores: esse (este) assinala proximidade dos participantes da enunciação e aquele, distância desses participantes.

Esse livro que está na minha mão é muito antigo. Essa caneta aí é sua?

Aquela mulher é a mãe da Ruth.

Em função coesiva, a doutrina tradicional ensina que este é empregado em função catafórica; esse, em função anafórica, indicando o que acabou de ser dito e aquele, também em função anafórica, marcando o que foi dito há algum tempo ou noutro contexto.

Eu lhe dei esta informação, que sua casa iria a leilão. Serviram quiabo e jiló. Ele não comia essas coisas.

Eu analisava bem textos, mas aquele do vestibular me deixou confuso.

Essa nonnatização tem muito de convencional, pois, na função anafórica, desaparece a oposição este/esse, havendo, no primeiro, um matiz de ênfase, que não está presente no segundo. Mattoso Câmara diz que a diferença lingüística se tomou uma distinção estilística. Dessa forma, também em função anafórica, o sistema seria dicotômico (1970, 113-114).

Quebrou várias garrafas e diversos pratos e copos. Esses objetos estavam no armário.

Tinham em casa um filhote de pantera. Pensavam que era manso. No entanto, um dia, este

bicho mostrou sua natureza.

Quando dois termos devem ser retomados, este refere-se ao que foi dito por último (estando, por conseguinte, mais próximo do enunciador) e aquele, ao que foi dito primeiro (estando, pois, mais afastado do enunciador):

Ele dividia-se entre o Curso de Letras e o de Jornalismo. Este era de noite e aquele, de manhã.

o português tem uma série de demonstrativos neutros: isto, isso, aquilo. Caracterizam-se por não ter nunca a função de detenninante e por referir-se sempre a COIsas.

Isto que estou bebendo é cachaça.

Que é isso que você tem na mão?

Que é aquilo que ele está jogando no lixo?

Como nessa série se neutralizam as oposições de gênero e de número, seus componentes não se prestam bem à função de remeter a um elemento específico do contexto. Por isso, são usados para reportar-se a todo um segmento do texto, que comporta vários lexemas, ou a uma situação complexa. É por essa razão que, após uma longa argumentação, em conclusão, emprega-se isso, que retoma o conteúdo nocional que o precede, que recupera o plano da expressão e o do conteúdo do que acabou de ser exposto.

Contei-lhe que aquela mulher era amante de seu pai e isso o abalou profundamente.

Os advérbios de lugar constituem duas séries: uma tricotômica, aqui, aí, ali, e uma dicotômica, cá, lá. Aqui e aí marcam o espaço da cena enunciativa, sendo que este assinala o espaço do tu e aquele, o do eu; ali indica o espaço fora da cena

enunciativa.
Quem chega aqui em nossa cidade, logo vem me procurar. Vou aí e quebro sua cara.
Se pudesse ficaria ali o dia inteiro.
Cá marca o espaço da enunciação e lá, o espaço fora do lugar da cena enunciativa.
Acolá opõe-se a lá, para que se possam distinguir dois locais fora do espaço da enunciação.

Pragmática
Venha cá.
Vá prá lá e não me amole.
Corno ensina Mattoso Câmara, as duas séries interferem urna na outra, o que ocasiona os seguintes resultados: cá e aqui tomam-se variantes livres, sendo que o português do Brasil prefere o segundo ao primeiro; lá acrescenta-se à série aqui, aí, ali, para assinalar um lugar além do ali (1970, 114).
Já vi que cabe muita gente aqui. Ali na casa de meu irmão cabem mais uns três. Lá, do outro lado da rua, na casa de meu cunhado, cabe o dobro.
São enunciativos os marcadores de espaço lingüístico, quando se ordenam em relação ao lugar da enunciação.
Minha terra tem palmeiras,
Onde canta o Sabiá:
As aves que aqui gorjeiam,
Não gorjeiam como lá.
(Gonçalves Dias. Canção do Exílio. In: BANDEIRA, Manuel. Poesia da fase romântica.

Rio de Janeiro, Ediouro, 1967, p. 42)

o aqui é enunciativo, porque é o espaço do enunciador. Por sua vez, o lá é determinado em função do aqui. Trata-se também de um espaço enunciativo.
São enuncivos aí, ali, lá, naquele lugar, etc., quando, em função anafórica, retomam um espaço inscrito no enunciado. Nesse caso, seu valor não é determinado pelo espaço do enunciador.
Continuando a descer, chegava-se à beira do rio, que se curvava em seio gracioso, sombreado pelas grandes gameleiras e angelins que cresciam ao longo das

margens.
Aí, ainda a indústria dos homens tinha aproveitado habilmente a natureza para criar meios de segurança e defesa.
(ALENCAR, José. O guarani. São Paulo, Saraiva, 1968, p. 2).
Um cônego da capela imperial lembrou-se de fazer-me entrar ali de sacristão.
(MACHADO DE ASSIS. Obra completa. Rio de Janeiro, Nova Aguilar, 1979, vol. I, p. 154).
Pensando bem, a procura da avó começara bem antes, tinha sido em Paris. Foi lá que se interessou a sério por Lueji.
(PEPETELA. Lueji. Luanda, União de Escritores Angolanos, 1989, p. 154).
177

178
Introdução à Lingüística 11
6. Discursivização das categorias enunciativas
Os mecanismos de instauração de pessoas, espaços e tempos no enunciade
são dois: a debreagem e a embreagem. Debreagem é a operação em que se pro. jetam no enunciado a pessoa, o espaço e o tempo (Greimas e Courtés, 1979,79) Há, pois, uma debreagem actancial (= de pessoa), uma debreagem espacial e um, debreagem temporal.
Podem-se construir enunciados com as pessoas, os espaços e os tempo~ enunciativos ou com a pessoas, os espaços e os tempos enuncivos. No primeirc caso, em que aparecem no enunciado o eu/tu, os tempos do sistema enunciative (presente, pretérito perfeito 1, futuro do presente) ou os espaços ordenados en relação ao espaço da enunciação, temos uma debreagem enunciativa. No segundo quando o eu/tu não aparecem, só ocorrendo o ele, quando a narrativa é contad, com os tempos do subsistema do pretérito (pretérito perfeito 2, pretérito impero feito, pretérito mais que perfeito, futuro do pretérito) ou do futuro (presente de futuro, futuro anterior, futuro do futuro) e são instalados espaços que não se orga. nizam em relação ao espaço da enunciação, temos uma debreagem enunciva.
Resolvo-me a contar, depois de muita hesitação, casos passados há dez anos - e, antes dt começar, digo os motivos porque silenciei e porque me decido.
(RAMOS, Graciliano. MemórÍas do cárcere. 7 ed., São Paulo, Martins, 1972, vol. I,

p. 3)
Nesse caso, há uma instalação no enunciado do eu enunciador, que utiliza c
tempo da enunciação (presente, pretérito perfeito 1). Trata-se, nesse caso, de de. breagens actancial e temporal enunciativas. No exemplo acima da Canção do Exílio de Gonçalves Dias, há uma debreagem actancial, espacial e temporal enunciativas.
Rubião fitava a enseada, - eram oito horas da manhã. Quem o visse, com os po1egare~ metidos no cordão do chambre, à janela de uma grande casa de Botafogo, cuidaria que el, admirava aquele pedaço de água quieta.
(MACHADO DE ASSIS. Obra completa. Rio de Janeiro, Nova Aguilar, 1979, vol. I, p. 643;
O texto principia com uma debreagem actancial enunciva, quando nele se
estabelece o participante do enunciado, Rubião. O verbo fitar, no pretérito imperfeito do indicativo, indica uma ação concomitante em relação a um marco temporal pretérito instituído no texto (eram oito horas da manhã). Como o tempo começa a ordenar-se em relação a uma demarcação constituída no texto, a debreagem tem-poral é enunciva. Aliás, o visse que vem a seguir está relacionado não a um agora, mas a um naquele momento, o que corrobora a enuncividade. O espaço estabeleci-do no texto não é o aqui da enunciação, é um ponto marcado no texto, à janela de uma grande casa de Botafogo (= naquele lugar).. .
A debreagem enunciativa e a enunciva criam, em princípio, dois grandes efeitos de sentido: de subjetividade e de objetividade. Com efeito, a instalação dos simulacros

do ego-hic-nunc enunciativos, com suas apreciações dos fatos, constrói um efeito de subjetividade. Já a eliminação das marcas de enunciação do texto, ou seja, da enunciação enunciada, produz efeitos de sentido de objetividade. Como o ideal de ciência que se constitui a partir do positivismo é a objetividade, o discurso científico tem como uma de suas regras constitutivas a eliminação de marcas enunciativas. Também o jornalismo com seu ideal de objetividade, de neutralidade e de imparcialidade constrói textos sem as marcas da enunciação. Lembramos que não existem textos objetivos, pois eles são sempre fruto da subjetividade e da visão de mundo de um enunciador. O que há são textos que produzem um efeito de

objetividade.

A embreagem é "o efeito de retomo à enunciação", produzido pela neutralização das categorias de pessoa e/ou espaço e/ou tempo, pela denegação, assim, da instância do enunciado.

Como a embreagem conceme às três categorias da enunciação, temos, da mesma forma que no caso da debreagem, embreagem actancial, embreagem espacial e embreagem temporal.

A embreagem actancial diz respeito à neutralização na categori~ de pessoa. Toda embreagem pressupõe uma debreagem anterior. Quando o Presidente diz O Presidente da República julga que o Congresso Nacional deve estar afinado com o plano de estabilização econômica, formalmente temos uma debreagem enunciva (um ele, o Presidente). No entanto, esse ele significa eu. Assim, uma debreagem enunciativa (instalação de um eu) precede a embreagem, a saber, a neutralização da oposição categórica eu/ele em beneficio do segundo membro do par, o que denega o enunciado. Denega justamente porque o enunciado é afirmado com uma debreagem prévia. Negar o enunciado estabelecido é voltar à instância que o precede e é pressuposta por ele.

Você lá, que é que está fazendo no meu quintal?

A embreagem espacial conceme a neutralizações na categoria de espaço. Lá está, nessa frase, empregado com o valor de aí, espaço do tu. Esse uso estabelece uma distância entre os participantes da enunciação, mostrando que a pessoa a quem o enunciador se dirige foi colocada fora do espaço da cena enunciativa.

A embreagem temporal diz respeito a neutralizações na categoria de tempo. Tomemos como exemplo o poema Profundamente, de Manuel Bandeira:

Quando ontem adonneci
Na noite de São João
Havia alegria e rumor
Estrondos de bombas luzes de Bengala Vozes cantigas e risos
Ao pé das fogueiras acesas.
No meio da noite despertei
Não ouvi mais vozes nem risos Apenas balões
Passavam errantes

Silenciosamente
Apenas de vez em quando
O ruído de um bonde Cortava o silêncio
Como um túnel.
Onde estavam os que há pouco Dançavam
Cantavam
E riam
Ao pé das fogueiras acesas?
- Estavam todos dormindo Estavam todos deitados Dormindo
Profundamente
, ,
Quando eu tinha seis anos
Não pude ver o fim da festa de São João Porque adormeci
Hoje não ouço mais as vozes daquele tempo Minha avó
Meu avô
Totônio Rodrigues
Tomásia
Rosa
Onde estão todos eles?
- Estão todos dormindo
Estão todos deitados
Dormindo
Profundamente
(BANDEIRA, Manuel. Poesia completa e prosa. Rio de Janeiro, Nova Aguilar, 1983, p
217-218)

Quando chegamos à segunda parte do poema, compreendemos que ontem ~ na véspera do dia de São João do ano em que o poeta tinha seis anos (naquele tempo). Essa neutralização entre o tempo enunciativo ontem e o tempo enuncivo na véspera, em beneficio do primeiro, é um recurso para presentificar o passado e, assim, revi ver o que aconteceu naquela noite de São João, em que o poeta ador-

mece e vive, no tempo antes, rumor e alegria e, no tempo depois, silêncio. Nessa noite, à vigília do poeta corresponde o sono profundo dos que tinham dançado, cantado e rido ao pé das fogueiras acesas.
Ao fazer a debreagem enunciva, no início da segunda parte (quando eu tinha seis anos...), o poeta afasta o que revivera, transformando-o em lembrança. Há então uma debreagem enunciativa e volta-se para a vida presente. À vigília de outrora corresponde a vida de hoje; ao silêncio daquele tempo corresponde a não vida atual. O .poeta está vivo e só, pois todos os que ele amava estão mortos e enterrados (dormindo e deitados). No passado tivera

Pragmática
essa experiência da ausência, que revive, presentificando o passado. A embreagem temporal resgatou o tempo das brumas da memória e recolocou-o lánovamente.
Todos esses mecanismos produzem efeitos de sentido no discurso. Não é indiferente o narrador projetar-se no enunciado ou alhear-se dele; simular uma concomitância dos fatos narrados com o momento da enunciação ou apresentálos como anteriores ou posteriores a ele; presentificar o pretérito; enunciar um eu sob a forma de um ele, etc. Com a debreagem parece que a linguagem imita os tempos do mundo, os espaços do mundo e as pessoas do mundo. No entanto, com a embreagem, quando se apresenta uma primeira pessoa como segunda, uma terceira como primeira, um futuro do presente como presente, um futuro do pretérito como um pretérito imperfeito, um lá como aí, etc., mostra-se que pessoas, tempos e espaços são criações da linguagem e não decalque da realidade. E assim esse modo de enunciar vai criando sentidos como aproximação, distanciamento, atenuação, irrealidade, etc.
Exercícios
1. Quais os modos de enunciação (debreagem enunciativa, debreagem enunciva ou embreagem) de que se vale o narrador para instaurar no texto os tempos verbais em itálico? Explique o valor de cada um desses tempos:
a) Aqui sou português! Aqui pode respirar à vontade um coração leal, que nunca desmentiu a fé do juramento. Nesta terra que me foi dada pelo meu rei, e conquistada pelo meu braço, nesta terra livre, tu reinarás, Portugal, como viverás n'alma de teus filhos. Eu o juro!

(ALENCAR, José. O guarani. São Paulo, Saraiva, 1968, p. 19)
b) Quando, pois, em 1582, foi aclamado no Brasil D. Felipe 11 como sucessor da monarquia portuguesa, o velho fidalgo embainhou a espada e retirou-se do serviço.
Por algum tempo esperou a projetada expedição de D. Pedro da Cunha, que pretendeu transportar ao Brasil a coroa portuguesa, colocada então sobre a cabeça de seu legítimo herdeiro, D. Antônio, prior do Crato.
Depois, vendo que esta expedição não se realizava, e que seu braço e sua coragem de nada valiam ao rei de Portugal, jurou que ao menos lhe guardaria fidelidade até a morte. Tomou seus penates, o seu brasão, as suas armas, a sua família, e foi estabelecer-se naquela sesmaria que lhe concedera Mem de Sá.
(ALENCAR, José. O guarani. São Paulo, Saraiva, 1968, p. 19).
181

182
Introdução à Lingüística 11
c) No domingo, uma frente fria deixará o céu nublado. Depois que a frente fria chegar, produzir-se-á uma inversão térmica. Antes, porém, a temperatura terá caído muito.
2. Explique se os advérbios ou locuções adverbiais em itálico pertencem ao sistema enunciativo ou enuncivo. Justifique sua resposta.
a) Três anos depois, ele reencontrou o filho que fora raptado. b) Na semana passada, ela voltou de Paris.
c) Há três meses não mora mais aqui. d) Daqui a dois dias, serei operado. e) Dali a dois anos, estará formado.
3. Passe os verbos grifados para os tempos correspondentes do sistema enunciati-vo, fazendo, para isso, as alterações necessárias:
Um dia, o presidente disse que lastimava o tempo que perdera a tentar convencer o Congresso a aprovar as reformas constitucionais e que, num eventual segundo mandato, dedicaria suas energias aos programas sociais do governo.
4. Passe os verbos grifados para os tempos correspondentes dos subsistemas do pretérito e do futuro, fazendo, para isso, as alterações necessárias:
Para o cidadão da classe média, esse debate sobre a aposentadoria dos fim-cionários públicos pouco significa, pois, no seu caso, a Previdência foi e continuará

sendo um sistema injusto.

5. Explique os valor do tempos das palavras grifadas.

a) Um pássaro de plumagem azul risca o céu.

b) Deus ajuda quem cedo madruga.

c) Habituei-me a caminhar todos os dias.

d) Parei o que você me pede.

e) Durante o campeonato brasileiro, ele não vivia uma boa fase.

f) Na copa de 2002, o Brasil não perdeu nenhum jogo.

g) Está terminado o ano de 1992. Sob a regência do presidente da República uma quadrilha assumira o controle da máquina do Estado (Veja, 30/12/ 19992,Ed.1268,p.21)

h) Às dez horas, começou o julgamento. Como o advogado e o promotor falariam por uma hora cada um, a sessão duraria por volta de três horas.

Pragmática

i) Em oito dias, terei terminado o serviço.

j) No momento em que eu lhe der o sinal, você soltará os rojões.

6. Os eu que aparecem no texto pertencem ao mesmo nível enunciativo? Justifique sua resposta.

Foi Virgília quem me deu a notícia da viravolta política do marido, certa manhã de outubro, entre onze e meio-dia; falou-me de reuniões, de conversas, de um discurso...

- De maneira que desta vez fica você baronesa, interrompi eu.

(Machado de Assis. Memórias póstumas de Brás Cubas, capo XLIII)

7. Explique o modo de enunciação (debreagem enunciativa, debreagem enunciva, embregaem) utilizado para a instauração das pessoas da instância da narração nos textos abaixo:

a) A Universidade esperava-me com as suas matérias árduas; estudei-as muito mediocremente, e nem por isso perdi o grau de bacharel; deram-mo com a solenidade de estilo, após os anos da lei; uma bela festa que me encheu de orgulho e de saudades. Tinha eu conquistado em Coimbra uma grande nomeada de folião: era um acadêmico estróina, superficial, tumultuário e petulante, dado às aventuras, fazendo romantismo prático e liberalismo teórico, vivendo na pura fé dos olhos

pretos e das constituições escritas.
(Machado de Assis, Memórias póstumas de Brás Cubas, capo XX)
b) Um criado trouxe o café. Rubião pegou na xícara e, enquanto lhe deitava açúcar, ia disfarçadamente mirando a bandeja, que era de prata lavrada. Prata, ouro, eram os metais que amava de coração: não gostava do bronze, mas o amigo Palha disse-lhe que era matéria de preço, e assim se explica este par de figuras que aqui está na sala: um Mefistófeles e um Fausto.
(Machado de Assis, Quincas Barba, capo III).
8. Nas ftases abaixo, ocorrem casos de embreagem actancial. Mostre o valor da pessoa das palavras grifadas e explique no lugar de que pessoa essas formas estão sendo usadas.
a) Senhor, responde o cordeiro, que Vossa Majestade não se encolerize; mas, ao contrário, que ele considere que, estando eu a beber na corrente mais de vinte passos abaixo dele, não posso sujar sua água. (La Fontaine)
b) Não nego que os católicos vos salvais na Igreja Romana. (Vieira)
c) Sim, eu agora ando bem. E tu, meu Luís, como vamos saúde? (Graciliano Ramos)
d) Sabeis, Senhores, porque tememos o pó que havemos de ser? É porque não queremos ser o pó que somos. Sou pó e hei de ser pó por vontade. (Vi eira)

e) Aires amigo, confessa que ouvindo ao moço Tristão a dor de não ser amado, sentiste tal ou qual prazer, que aliás não foi longo nem se repetiu. (Machado de Assis, Memorial de Aires).
9. Nas frases abaixo, ocorrem casos de embreagem temporal. Mostre o valor temporal das palavras grifadas e explique no lugar de que tempo essas formas estão sendo usadas. Explique também o efeito de sentido criado com a utilização de um tempo pelo outro.
a) Não lhe esconderei que estou muito aborrecido com você.
b) Fora, vivia com o espírito no menino; em casa, com os olhos a observá
10, a mirá-lo, a perguntar-lhe donde vinha (Machado de Assis).

c) Para cúmulo do azar dos seus filhos, o pai fora assassinado em São Pau
lo, dias antes da morte da mãe.

d) Precisava tirar a limpo aquela história, ver se Isabel não teria ido a outro
concerto naquela noite.

e) Se fizermos isso, teremos alcançado uma grande vitória. f) Agora eu fazia o papel de professor.

g) Corria o ano de 1944, e a culpa do colonialismo mal começara a despontar. Vien se tomaria o responsável pelas relações do governo de Saigon com o exterior e publicará uma História do Vietnã.

h) A julgar pelo comportamento do ministro e de seus assessores é nisso que estão pensando, numa forma de dolarização crescente do processo que no seu final seria capaz de dar um alívio à moeda brasileira e aplacar o foguete dos preços.

i) Aqueles para quem a idade já desfez o viço dos primeiros tempos, não se terão esquecido do fervor com que esse dia é saudado na meninice e na adolescência (Machado de Assis).

j) A verdade é que sinto um gosto particular em referir tal aborrecimento, quan- I
do é certo que ele me lembra outros que não quisera lembrar por nada.

10. Nas frases abaixo, ocorrem casos de embreagem espacial. Mostre o valor espacial das palavras grifadas e explique no lugar de que marcadores de espaço essas formas estão sendo usadas.

a) Eu só queria estar lá para receber estes cachorros a chicote (José Lins do Rego)

b) Ei, você lá, que é que está fazendo na minha sala.

c) Revia na imaginação esse filho tão querido.

d) Venha de lá essa resposta, vamos.

Pragmática

Bibliografia

ACADEMIA REPUBLICII SOCIALISTE ROMÂNIA(1966) Gramatica limbii române. Bucareste, Editora da Academia, vol. L BAKHTIN, Mikhail (1979) Marxismo e filosofia da linguagem. São Paulo, Hucitec.

BARROS, Diana Luz Pessoa de (1988) Teoria do discurso: fundamentos semióticos. São Paulo, Atual BENVENISTE, Emile (1966) Problemes de linguistique générale. Paris, Gallimard, vol. L

- (1974) Problemes de linguistique générale. Paris, Gallimard, vol. 11.
CÂMARA IR., Joaquim Mattoso (1970). Estrutura da Língua Portuguesa. Petrópolis, Vozes.
CERVONI, Jean (1987) L'énonciation. Paris, PUF.
CHARAUDEAU, Patrick (1972) Grammaire du sens et de l' expression. Paris, Hachette.
CHEVALIER, Jean Claude et alii (1964) Grammaire Larousse du fTançais contemporain. Paris, Larousse.
CUNHA, Celso e CINTRA, Lindley (1984) Nova gramática do Português contemporâneo. Lisboa, Edições João Sá da Costa. DIAS, Augusto Epiphanio da Silva (1970) Sintaxe histórica portuguesa. Lisboa, Livraria Clássica Editora. FIORIN, José Luiz (1996). As astúcias da enunciação: as categorias de pessoa, espaço e tempo. São Paulo, Ática. GREIMAS, Algirdas Julien e COURTÉS, Joseph (1979) Sémiotique: dictionnaire raisonné de la théorie du langage.
Paris, Hachette, vol. L
GUILLAUME, G. (1968) Temps et verbe. Paris, Champion.
IMBS, Paul (1968) L'emploi des temps verbaux en iTançais modeme. Essai de gmmmaire descriptive. Paris, Klincksieck. MAINGUENEAU, Dominique (1981) Approche de l' énonciation en linguistique fTançaise. Paris, Hachette.
NUNES, Benedito (1988) O tempo na naITativa. São Paulo, Ática.
ORECCHIONI, Cathérine Kerbrat (1980) L'énonciation. De la subjectivité dans le langage. Paris, Armand Colin. REAL ACADEMIS ESPANOLA (Comisión de gramática) (1986) Esbozo de una nueva gramática de la lengua espafiola.
Madrid. Espasa-Calpe.
RICOEUR, Paul (1984) Temps et récit II. La configuration du temps dans le récit de fiction. Paris, Seuil.
SAID ALI, M. (1964) Gramática secundária e gramática histórica da Língua Portuguesa. Brasília, Editora da UNS. SARIANNI, Luca (1989) Grammatica italiana. Turim, Utet.
Sugestões de leitura
BENVENISTE, Emile (1976). Problemas de lingüística geral. São Paulo, Companhia Editora Nacional/EDUSP.
Foi Benveniste, lingüista francês, quem lançou as bases de uma teoria da enun-

ciação. Nesse volume, é importante ler os quatro primeiros capítulos da quinta parte, denominada O homem na língua. Neles, o autor discute a questão da subje tividade na linguagem, bem como sua teoria da pessoa, do espaço e do tempo.
BENVENISTE, Emile (1989). Problemas de lingüística geral II. Campinas, Pontes.
No segundo volume, deve-se ler o capítulo intitulado O aparelho formal da enunciação, em que Benveniste apresenta uma visão geral da questão dos elementos lingüísticos com os quais se povoam os enunciados de pessoas, localizadas num dado espaço e num determinado tempo.
FIORIN, José Luiz (1996). As astúcias da enunciação: as categorias de pessoa, espaço e tempo. São Paulo, Ática.
Nesse livro, que serviu de base para a redação deste capítulo do volume II de Introdução à Lingüística, o autor estuda minuciosamente as categorias de pessoa, de espaço e de tempo, bem como a maneira como são discursivizadas e os efeitos de sentido que se criam com seus diferentes modos de discursivização.
185

Estudos do discurso Diana Luz Pessoa de Barros

1 . Semiótica discursiva

Neste capítulo, a intenção é mostrar como se examina a linguagem enquanto discurso, ou seja, no seu nível de organização discursiva. Diferentes estudos do texto e do discurso, com seus princípios teóricos e metodológicos, propõem perspectivas diversas para seu exame. Há, porém, um ponto de vista comum nesses

caminhos dos estudos da linguagem: a análise do discurso vai além da dimensão da palavra ou da frase e se preocupa com a organização global do texto; examina as relações entre a enunciação e o discurso enunciado e entre o discurso enunciado e os fatores sócio-históricos que o constroem.

Entre os diferentes estudos do nível discursivo, será examinada neste capítulo a perspectiva da semiótica discursiva de linha francesa. Há, além disso, neste livro, o ponto de vista dos estudos pragmáticos, tratado em outro capítulo.

No primeiro volume desta série, dedicado aos objetos teóricos dos estudos lingüísticas, um dos capítulos, elaborado por Luiz Tatit (2002), tratou também da semiótica discursiva. Partiremos desse texto, para que não precisemos retomar as questões que foram já apresentadas, e desenvolveremos um pouco mais sobretudo a análise dos níveis narrativo e discursivo dos textos.

A semiótica tem, portanto, o texto, e não a palavra ou a frase, como seu objeto e procura explicar os sentidos do texto, isto é, o que o texto diz, e, também, ou sobretudo, os mecanismos e procedimentos que constroem os seus sentidos.

Esses mecanismos e procedimentos são de dois tipos: a organização lingüística e discursiva do texto e as relações com a sociedade e a história. Em outras palavras, o texto se organiza e produz sentidos, como um objeto de significação, e também se constrói na relação com os demais objetos culturais, pois está inserido em uma sociedade, em um dado momento histórico e é determinado por formações ideológicas específicas, como um objeto de comunicação. Definido, dessa forma, por uma organização lingüístico-discursiva e pelas determinações sócio-históricas, e construído, portanto, por dois tipos de mecanismos e de procedimentos que muitas vezes se confundem e misturam, o texto, objeto da semiótica, pode ser tanto um texto lingüístico, indiferentemente oral ou escrito, quanto um texto visual, olfativo ou gestual, ou, ainda, um texto em que se sincretizam diferentes expressões, como nos quadrinhos, nos filmes ou nas canções populares.

2. Procedimentos lingüístico-discursivos

A teoria semiótica procura, portanto, explicar os sentidos do texto. Para tanto, vai

examinar, em primeiro lugar, os mecanismos e procedimentos de seu plano do conteúdo. O plano do conteúdo de um texto é, nesse caso, concebido, metodologicamente, sob a forma de um percurso gerativo.

2.1. Percurso gerativo dos sentidos

A noção de percurso gerativo pode ser resumida como segue:

a) o percurso gerativo vai do mais simples e abstrato ao mais complexo e concreto; há, assim, enriquecimento e concretização do sentido da etapa mais simples e abstrata à mais complexa e concreta, ou seja, os elementos que se manifestam na superfície do texto estão já "enriquecidos" e "concretizados" e provêm, metodologicamente, de relações semânticas mais simples e abstratas;

b) são determinadas três etapas no percurso, podendo cada uma delas ser discutida e explicada por uma gramática autônoma, muito embora. o sentido do texto dependa da relação entre os níveis;

c) a primeira etapa do percurso, a mais simples e abstrata, é o nível funda mental e nele a significação se apresenta como uma oposição semântica;

d) no segundo nível, o narrativo, organiza-se a narrativa do ponto de vista de um sujeito;

e) finalmente, a terceira etapa, a mais complexa e concreta, é a discursiva, em que a organização narrativa vai-se tomar discurso, graças aos procedimentos de temporalização, espacialização, actorialização, tematização e figurativização, que completam o enriquecimento e a concretização semântica já mencionados.

Estudos do discurso
189

Na letra da canção infantil A Galinha, de Luiz Henriquez, Sérgio Bardotti e Chico Buarque (1980: 41) pode-se observar corno são concebidos o percurso gerativo do sentido e suas três etapas.

Todo ovo
que eu choco
me toco
de novo.
Todo ovo

é a cara
é a clara
do vovô.
Mas fiquei
bloqueada
e agora
de noite
só sonho
gemada.
A escassa produção alarma o patrão.
As galinhas sérias jamais tiram férias. "Estás velha, te perdôo tu ficas na granja
em forma de canja". Ah!!!
É esse o meu troco por anos de choco dei-lhe uma bicada
e fugi, chocada
quero cantar
na ronda
na crista
da onda
pois um bico a mais só faz mais feliz
a grande gaiola
do meu país.

No nível mais abstrato e simples, o das estruturas fundamentais, os sentidos do texto são entendidos corno urna categoria ou oposição semântica, cujos termos são:

1. determinados pelas relações sensoriais do ser vivo com esses conteúdos
e considerados atraentes ou eufóricos e repulsivos ou disfóricos;
2. negados ou afirmados por operações de urna sintaxe elementar;
3. representados e visualizados por meio de um modelo lógico de relações
denominado quadrado semiótico.

Em A Galinha, a categoria semântica fundamental é liberdade vs dominação (exploração, opressão), que se manifesta no texto de modos diversos, mas que

"resume", de forma simples e abstrata, o conteúdo geral do texto.

O termo liberdade é determinado como eufórico e dominação como disfón ca, ou seja, no texto em questão, a liberdade é atraente e a dominação, repulsiva.

As operações de negação e aftrmação no texto levam ao percurso que segue:

(aftrmação) (negação) (aftrmação)
dominação não-dominação liberdade
(disforia) (não-disforia) (euforia)

Cabem aqui três observações: trata-se de um texto euforizante, ou seja, que vai da disforia à euforia, isto é, de um texto que "acaba bem"; não se passa diretamente de um termo (dominação) ao outro (liberdade), e sim por meio de operações de negação e aftrmação; a categoria fórica, euforia vs disforia, relaciona-se com a categoria tensiva, tensão vs relaxamento, ou seja, a sensação de euforia corresponde à passagem à continuidade do relaxamento, e a de disforia, à passagem à descontinuidade ou separação tensa, como será mais bem examinado no nível narrativo.

A análise efetuada do nível fundamental de A Galinha pode ser visualizada no modelo abaixo do quadrado semiótico:

dominação
disforia ~ ~
t
- ~ ~ A
ensao
liberdade euforia relaxamento
não-liberdade não-euforia retensão
não-dominação não-disforia distensão
- - - - - - - - - termos contrários termos contraditórios termos complementares
~ operação de negação :} operação de aftrmação

Se o texto examinado segue o percurso representado pela seta, podem-se prever outros textos que façam o percurso contrário - liberdade ~ não-liberdade ~ dominação -, como, por exemplo, em alguns textos sobre os índios brasileiros -, ou que determinem de modo diferente os !ermos da categoria -liberdade como disfórica e tensa, desde que sinônimo de bagunça, confusão, desordem, e dominação como

eufórica e relaxada, quando entendida como ordem e regra.

Estudos do discurso
191

A segunda etapa do percurso é a das estruturas narrativas. A conversão do nível fundamental ao narrativo pode ser sintetizada em três pontos:

1. introdução do sujeito - em lugar das operações lógicas fundamentais, ocorrem transformações narrativas operadas por um sujeito;
2. as categorias semânticas fundamentais tomam-se valores do sujeito e são "inseri das" nos objetos com que o sujeito se relaciona;
3. as determinações tensivo-fóricas fundamentais convertem-se em modali zações que modificam as ações e os modos de existência do sujeito e suas relações com os valores.

Em A Galinha, o sujeito patrão opera a transformação que põe o sujeito galinha em situação de dominação e a própria galinha realiza a transformação que a coloca em estado de liberdade. Liberdade é o valor com o qual a galinha se relaciona por via de objetos, e essa é uma relação desejável, ou seja, modalizada pelo querer. Da mesma forma, a galinha quer realizar a transformação de sua situação de dominação em estado de liberdade.

A narrativa de um texto é a história de um sujeito em busca de valores. Para que o sujeito tenha acesso aos valores, são eles inseridos nos objetos. Os objetos, com seus valores, circulam entre os sujeitos. Dessa forma, quando um sujeito ganha ou adquire um valor, outro sujeito doa esse valor ou é dele privado. A conseqüência disso é que a narrativa se desdobra e se redefine como a história de dois sujeitos interessados nos mesmos valores e em busca desses valores desejados. Os percursos dos dois sujeitos se encontram, portanto, e interferem um no outro. Assim, o conto popular O Pequeno Polegar é a história de um menino e de um gigante interessados na bota de sete léguas.

Cada uma das narrativas desdobradas tem uma organização canônica em que três percursos se relacionam por pressuposição: o percurso da manipulação, o da ação e o da sanção, sendo que a sanção pressupõe a ação que, por sua vez, pressupõe a manipulação. É lógico que esses percursos nem sempre estão explicitados no texto, mas se não forem reconstituídos a narrativa perde sentido. Podemse explicar

aqui muito rapidamente as noções de manipulação, ação e sanção. No próximo item, essas questões serão mais bem desenvolvidas.
No percurso da manipulação, um destinador propõe um contrato a um destinatário e procura persuadi-lo, com diferentes estratégias, a aceitar o contrato e a fazer o que ele, destinador, quer que o outro faça. O destinatário, por sua vez, interpreta a persuasão do destinador, nele acredita ou não e aceita ou não o acordo proposto.
No percurso da ação, o destinatário que aceitou o contrato proposto pelo destinador-manipuladortoma-se sujeito e realiza a ação acordada, operando a transformação principal daquela narrativa e agindo sobre os objetos e seus valores.

No percurso da sanção, o sujeito da ação procura convencer o seu destinador de que cumpriu o contrato, fêz o que dele se esperava e que merece, portanto, uma sanção ou julgamento positivo. O destinador vai, então, sancionar positiva ou negativamente o sujeito da ação, reconhecendo-o como cumpridor ou não do contrato estabelecido e atribuindo-lhe uma recompensa ou uma punição.
Em A Galinha, o texto pode ser dividido em duas partes (da linha 1 à 21 e da linha 22 à última) para a análise da narrativa, cada uma delas com uma "historiazinha" ou esquema narrativo "completo". Na primeira parte, comecemos pela sanção Estás velha, te perdôo, tu ficas na granja em forma de canja. O destinador patrão reconhece que a galinha não realizou a ação prevista no contrato, ou seja, não bota mais ovos e não cria mais pintos, o que faz dela uma má galinha ou uma galinha pouco séria, que, portanto, merece ser punida (virar canja).
A sanção pressupõe assim a ação de botar e chocar ovos, a ser realizada pelo sujeito galinha, e a manipulação do destinador patrão, que estabeleceu um acordo com o destinatário galinha, para que ela botasse e chocasse ovos. O texto não explicita a manipulação, suas estratégias de persuasão e de interpretação ou o contrato dela decorrente, mas sem a pressuposição desse acordo não é possível entender o texto.
A ação aparece no texto de duas formas: como ação realizada de botar e de chocar ovos (Todo ovo que eu choco), uma ação rotineira, repetitiva e sem liberdade, e como ação não realizada (Mas fiquei bloqueada; A escassa produção alarma o

patrão; As galinhas sérias jamais tiram férias), o que ensejou a sanção negativa. A realização da ação pressupõe que o sujeito galinha era competente para realizá-la- queria e/ou devia botar ovos, sabia e podia fazê-lo -, competência essa adquirida por meio de contratos com destinadores. A não realização da ação indica que o sujeito galinha não era mais competente para a ação de botar e chocar ovos, no caso teria deixado de poder botar e chocar, por idade ou bloqueio psicológico, o que tomou impossível a realização de ação tão repetitiva e insatisfatória.

Na segunda parte, a sanção negativa do primeiro esquema leva a galinha a não mais aceitar o patrão como destinador e a assumir um outro contrato, consigo mesma, para realizar a ação de adquirir a liberdade (pelo cantar), e ser sancionada positivamente (quero cantar na onda, na crista da onda, pois um bico a mais só faz mais feliz a grande gaiola do meu país). A ação de cantar é uma ação criativa, livre e não rotineira.

O texto tem assim dois esquemas narrativos organizados hierarquicamente, cada qual com os três percursos previstos de ação, manipulação e sanção.

Como foi antes observado, as narrativas são sempre desdobradas, polemicamente. No texto em exame, deve-se entender que a aquisição de liberdade pela galinha corresponde à privação de liberdade do patrão e vice-versa,já que o patrão é livre quando tem lucro graças à dominação da galinha. São, portanto, dois sujeitos em busca do mesmo objeto de valor, ainda que a concepção do valor liberdade não seja exatamente a mesma para ambos.

Estudos do discurso

Resta ainda mencionar, no nível narrativo, a questão do percurso passional que modula a organização narrativa. O percurso passional é, de forma muito simplificada, uma organização de modalidades tais como o querer, o poder, o crer e outras, que produzem efeitos de sentido de paixões na narrativa. São efeitos de amor, de ódio, de satisfação, de tristeza, de confiança e assim por diante. Essa organização de modalidades é determinada pela continuidade do percurso das paixões. Dois tipos de efeitos de sentido passionais percorrem o texto: paixões de objeto, ou seja, de satisfação, felicidade, alegria, insatisfação, infelicidade, tristeza, etc pela aquisição ou não dos valores desejados, e paixões de confiança, decepção, desconfiança, dúvida, em relação a outros sujeitos.

Em A Galinha, o texto mostra a infelicidade e a tristeza da galinha com a ação rotineira de botar e chocar os ovos - Todo ovo que eu choco me toco de novo. Mas fiquei bloqueada e agora de noite só sonho gemada -, sua decepção e revolta em relação ao destinador que, mesmo depois de anos de "trabalho", sancionou-a negativamente e puniu-a - Ah!!! é esse o meu troco por anos de choco, dei-lhe uma bicada e fugi, chocada - e, finalmente, a esperança de felicidade e confiança. Em outras palavras, uma galinha aparentemente satisfeita e confiante com sua "vida de galinha", toma-se infeliz com a rotina de botar e chocar ovos e dar lucros, decepciona-se com o patrão que não aceita e pune seus anseios de liberdade, re-volta-se com a punição e passa a esperar que, com a liberdade, possa tomar-se realmente feliz e confiante.

No nível discursivo, a última etapa do percurso gerativo do sentido, a narrativa vai ser colocada no tempo e no espaço, os sujeitos, os objetos, os destinadores e os destinatários da narrativa, ou seja, os actantes, vão tomar-se atores do discurso, graças a investimentos semânticos e de pessoa, os valores dos objetos vão ser disseminados como temas e transformados, sensorialmente, em figuras.

Em A Galinha, vários procedimentos são empregados nessa discursivização e produzem efeitos de sentido também diversos, embora todos eles procurem fabricar a ilusão de verdade.

Em relação à categoria de pessoa, três procedimentos foram empregados: projetou-se o discurso em primeira pessoa eu e criou-se o efeito de subjetividade da Galinha que conta suas mazelas; projetou-se o discurso em terceira pessoa (A escassa produção alarma o patrão) e obteve-se o efeito de generalização, ou seja, de que em qualquer lugar em que haja patrão, e não apenas naquele galinheiro, a escassa produção causa alarme; deu-se a palavra, internamente, ao patrão, em discurso direto, produzindo a ilusão de realidade, de fato acontecido ("Estás velha, te perdôo tu ficas na granja em forma de canja').

Para o tempo, foram usadas também duas estratégias: o presente, que produz o efeito de proximidade da enunciação, com o seu passado (antes do presente)dei-lhe uma bicada e fugi chocada - e o seu futuro (depois do presente) - quero

193

194

cantar -; o presente gnômico, que produz o efeito de atemporalidade ou de eternidade, usado para criar a ilusão de verdade geral e atemporal, como nos provérbios (A escassa produção alanna o patrão).

No espaço, ao contrário do tempo e da pessoa, não se busca o efeito de proximidade da enunciação. O ponto de referência do espaço é um lá, a granja! meu país, do qual a galinha foge.

A Galinha é um discurso temático-figurativo, pois desenvolve uma ou mais linhas temáticas em que as categorias semânticas são disseminadas de modo abstrato, mas com "cobertura" figurativa, isto é, com a concretização sensorial dos temas por meio de figuras. Trata-se, além disso, de um discurso pluri-isotópico, como, em geral, acontece com os textos poéticos, pois desenvolve várias leituras temático-figurativas:

a) tema da domesticidade ou da dominação e exploração do animal domés
tico pelo homem; .

b) tema socioeconômico do trabalho, que se mostra claramente em termos como produção, patrão, férias, e que faz o texto dialogar com filmes como Os tempos modernos ou A classe operária vai ao paraíso;

c) tema socioeconômico da divisão do trabalho entre homem e mulher e da dominação do homem, cabendo à mulher o trabalho rotineiro de ter e criar filhos (é a cara do vovô), cuidar das tarefas domésticas (só sonho gemada), ser séria e não ter férias (As galinhas sérias jamais tiram férias), e, quando fica velha, virar canja; deve-se mencionar ainda que a galinha resolve cantar, o que é próprio do galo, na espécie, pois só ele canta e tem crista (na crista da onda), a galinha apenas cacareja;

d) tema político, da opressão política no período da ditadura militar no Brasil, a menos clara das leituras, desencadeada pelos versos finais pois um bico a mais só faz mais feliz a grande gaiola do meu país.

As leituras abstratas temáticas estão concretizadas figurativamente por meio de diferentes ordens sensoriais, mas que criam as figuras combinadas e reiteradas de galinha, ovo, chocar, clara, gemada, granja, canja, bicada, crista, gaiola. A dominação e a liberdade usam traços sensoriais diferentes:

dominação

liberdade
tátil
espesso, viscoso (clara, gemada, canja)
sem som ou com som repetitivo (da fala, do choro, do cacarejar)
escuro, turvo (noite) baixo, horizontal, amarelo (ovo, gemada)
claro (onda), alto, vertical (na crista), vermelho (crista da onda)
ralo (onda)
visual
harmonioso (cantar)
auditivo

que nos vários temas organizam coberturas figurativas também diferentes. Assim, por exemplo, o traço auditivo da dominação ocorre como cacarejar na leitura do animal doméstico, como choro de criança, na da mulher, como ruído rotineiro das máquinas da fábrica, na do trabalho, ou como silêncio, na política.

Serão a seguir examinados mais detalhadamente os níveis narrativo e discursivo do percurso gerativo do sentido.

2.2. Nível narrativo

A partir sobretudo das propostas de Vladimir Propp (1970) e da concepção do texto como uma cena espetacular, a semiótica desenvolveu seu modelo de organização narrativa, de que vimos, rapidamente, no item anterior, o esquema narrativo canônico. Vamos agora examinar com um pouco mais de vagar e de detalhes cada um dos três percursos que compõem o esquema narrativo: percurso da manipulação, percurso da ação, percurso da sanção.

Antes, porém, deve-se observar que cada percurso é constituído por unidades elementares mais simples, os enunciados narrativos, organizados hierarquicamente.

Os enunciados narrativos elementares são de dois tipos: enunciados de estado, em que sujeito e objeto mantêm entre si relações transitivas estáticas, e enunciados de transformação, em que a relação é dinâmica. As relações estáticas podem ser, por sua vez, relações de "estar com" o objeto ou relações de conjunção com o objeto, e relações de "estar sem" o objeto, ou relações de disjunção.

Está assim montado o espetáculo com suas personagens - sujeito e objeto, que a

semiótica (Tesniere, 1959) denomina actantes - e com as relações entre elas, de estaticidade e dinamicidade.

Da organização de pelo menos um enunciado de estado e um enunciado de transformação surge o programa narrativo, a unidade funcional da narrativa.

Vejamos como analisar esse espetáculo narrativo, ainda incompleto, no tex
to que segue, uma notícia de revista:

Vilamir Sonda chegava do trabalho para almoçar quando foi assaltado, no ano passado. Dois bandidos quiseram levar seu relógio. Parecia um Rolex, mas era imitação, avaliada em menos de 1000 dólares. Vilamir não entregou o relógio. O assaltante tirou uma arma da cintura e disparou contra seu peito. Ao reparar que um vizinho acompanhava a cena, um dos bandidos tentou matá-lo também. Não deu tempo. "Vamos cair fora", gritou o comparsa que o esperava numa moto.

(VEJA, 24 de maio de 1995).

195

196

Introdução à Lingüística 11

A análise do texto mostra vários enunciados narrativos organizados em pro
gramas:

a) um enunciado de estado de conjunção: o sujeito Vilamir está em con
junção com o objeto relógio;

b) um enunciado de estado de disjunção: o sujeito dois bandidos está em
disjunção com o objeto relógio;

c) um enunciado de estado de conjunção: o sujeito Vilamir está em con
junção com o objeto vida;

d) um enunciado de estado de disjunção: o sujeito Vilamir está em dis
junção com o objeto vida;

e) um enunciado de transformação em que o sujeito dois bandidos procura transformar sua relação de disjunção com o objeto relógio em relação de conjunção;

f) um enunciado de transformação em que o sujeito dois bandidos procura transformar a relação de conjunção do sujeito Vilamircom o objeto relógio em relação de disjunção;

g) um enunciado de transformação em que o sujeito dois bandidostransforma a

relação de conjunção do sujeito Vilamir com o objeto vida em relação de disjunção.
Algumas conclusões são possíveis:
I) os enunciados de transformação operam sobre os enunciados de estado,
. como no texto acima em que o sujeito dois bandidos transforma estados de conjunção em estados de disjunção (em f e g) e estados de disjunção em estados de conjunção (em e);
2) o sujeito transformador, o que opera a transformação no programa narra tivo, pode ser realizado pelo mesmo ator que tem seu estado transforma do (em e) ou por atores diferentes (em f e g);
3) os programas narrativos podem resultar em conjunções ou disjunções, ou seja, podem ser transformações de aquisição (em e) ou de privação (em f e g);
4) há sempre um desdobramento polêmico da narrativa, pois duas transfor mações ocorrem concomitantemente: quando o sujeito dois bandidos adquire o relógio, o sujeito Vilamir é dele privado.
Os percursos do esquema narrativo, que serão examinados a seguir, são, portanto, organizações hierárquicas de programas narrativos, concebidos, por sua vez, como organizações de pelo menos um enunciado de transformação que opera sobre enunciados de estado de conjunção ou de disjunção.

o percurso da manipulação deve ser entendido, assim, em primeiro lugar, como uma ou mais transformações de estado, mas de tipo particular. Para diferenciá-las das demais transformações, o sujeito operador será denominado destinador e o sujeito dos estados sobre os quais ele age, destinatário.
O destinador propõe ao destinatário um contrato, um acordo, com o objetivo de transformar a competência do destinatário e levá-lo, com isso, a tomar-se sujeito operador da transformação "final" de estados, daquela que realmente interessa ao destinador. Em outras palavras, o destinador quer levar o destinatário a fazer alguma coisa. Para tanto, tem que persuadi-lo disso, tem que levá-lo a querer ou a dever fazer, a poder e a saber fazer. Vejamos cada etapa do percurso de manipulação, a partir de um exemplo, um trecho de uma fábula, A morte da tartaruga (1975) de Millôr Femandes:

o menininho foi ao quintal e voltou chorando: a tartaruga tinha morrido. A mãe foi ao quintal com ele, mexeu na tartaruga com um pau (tinha nojo daquele bicho) e constatou que a tartaruga tinha morri do mesmo. Diante da confirmação da mãe, o garoto pôs-se a chorar ainda com mais força. A mãe a princípio ficou penalizada, mas logo começou a ficar aborrecida com o choro do menino. "Cuidado, senão você acorda o seu pai". Mas o menino não se conformava. Pegou a tartaruga no colo e pôs-se a acariciar-lhe o casco duro. A mãe disse que comprava outra, mas ele respondeu que não queria, queria aquela, viva! A mãe lhe prometeu um carrinho, um velocípede, lhe prometeu uma surra, mas o pobre menino parecia estar mesmo profundamente abalado com a morte do seu animalzinho de estimação.

O menino manipula a mãe para que compense, de alguma forma, a sua perda e mitigue a sua dor. A mãe, por sua vez, manipula o menino, ao procurar fazê-lo parar de chorar. Vamos examinar esse segundo caso de manipulação, mais explicitado no texto.

A mãe, no seu papel de destinador, propõe um contrato ao menino, como destinatário. Para isso, ela vai estabelecer uma relação de comunicação ou de manipulação (toda comunicação é uma forma de manipulação) com o menino: vai procurar persuadi-lo de que ela é confiável como destinador, ou seja, de que ela vai cumprir a sua parte no acordo, e de que os valores que ela está oferecendo no contrato interessam ao destinatário ou são por ele temidos. No texto, várias estratégias são usadas para a persuasão:

. intimidação (Cuidado, senão você acorda o seu pai; lhe prometeu uma surra), em que são apresentados valores que o destinador acha que o destinatário teme e quer evitar;

. tentação (A mãe disse que comprava outra; A mãe lhe prometeu um carrinho, um velocípede), em que são apresentados valores que o destinador julga que o destinatário deseja.

O destinador mãe procura, assim, transformar a competência do destinatário filho, levando-o, no primeiro caso, a dever fazer (a dever parar de chorar) para evitar a bronca do pai ou a surra, e, no segundo caso, a querer fazer, para obter

outra tartaruga, um carrinho e um velocípede. A competência é assim um estado em que os valores dos objetos são modais: a intenção da mãe é transformar o estado de disjunção do filho com o objeto de valor dever ou querer parar de chorar em estado de conjunção.

Na perspectiva do destinatário, não se tem apenas a recepção passiva da comunicação e a transformação de sua competência. O destinatário vai realizar também um fazer, isto é, vai interpretar a persuasão do outro, com base em seus conhecimentos e crenças anteriores e nas estratégias empregadas pelo destinador, acreditar ou não nele e em seus valores e, só então, realizar ou não a ação que dele se espera. No texto em exame, a manipulação não "funcionou", provavelmente por duas razões: o menino interpretou que a mãe não era confiável (já prometera surras e presentes, em outras ocasiões e não cumprira o prometido) e/ou que os valores oferecidos não eram tão desejáveis assim (outra tartaruga, por exemplo) ou poderiam ser obtidos de outras formas. A manipulação pode ser concebida, portanto, como um fazer-crer, que determina os valores emjogo, e como um fazer-fazer, responsável pelas transformações e pelos sentidos da narrativa.

Cabem ainda duas observações: a primeira, sobre as estratégias de persuasão ou de fazer-crer empregadas pelo destinador ao propor o contrato, a segunda, sobre a interpretação exercida pelo destinatário e que o leva a crer ou não no destinador e em seus valores.

Além dos dois tipos de persuasão mencionados - a intimidação e a tentação - mais dois merecem ser destacados: a sedução e a provocação.

Para conservar as mesmas relações de manipulação entre mãe e filho, são bons

exemplos as tentativas de uma mãe, em hora de refeição, de fazer o filho comer:

Se você comer tudo, você vai ganhar uma bicicleta no seu aniversário. (tentação)

Se você não comer, você vai ficar de castigo. (intimidação)

Você que é um menino tão bonito e forte, vai comer tudo, não é mesmo? (sedução)

Dúvido que você seja capaz de limpar o prato. Você não é capaz, é muito pequeno ainda.

(provocação)

Se, para tentar e intimidar, o destinador oferece valores que ele acredita desejados ou temidos pelo destinatário, para seduzi~ e provocar, o destinador apresenta

imagens positivas ou negativas do destinatário, de sua competência. Nesse~ casos, para manter ou para evitar a imagem que o outro faz dele, o destinatáric realizará o que lhe é proposto (nos exemplos, "limpará o prato").

Um último exemplo, de sedução, extraído de publicação da Folha de São Paulo de partes do livro Zélia, uma paixão (SABINO, 1991, p. 128):

Via-se que se preparara para cativá-la. E realmente a cativou. Havia champanhe no balde d gelo, canapés variados, e vinho francês, uísque escocês, vodca polonesa, à escolha. Ele S< portava com a distinção de um gentleman. Fosse outro qualquer, ia querer agarrá-la e leva para o quarto. Em vez disso, passou a elogiá-la com requintes de doçura, em palavras qu

Estudos do discurso

199

eram de mel, para a sua alma tão carente de compreensão e afeto. Ela alegava que estava cansadíssima com tanto trabalho, ele respondia, com mel. Que sua vida ultimamente era preocupação sem conta - mais mel. (...) Foi o primeiro homem em sua vida a perceber que ela era frágil, sem outra proteção senão a da figura pública sob a qual se escondia. E tome mel.

o texto começa com a perspectiva de manipulação, da parte do destinador, e mostra que o destinatário interpretou a persuasão do destinador e acreditou nele e em seus valores (E realmente a cativou). Trata-se de manipulação por sedução, ou seja, em que o destinador Bemardo Cabral faz uma imagem positiva do destinatário Zélia, ao considerar que ela merece apenas o melhor: champanhe, canapés, vinho francês, uísque escocês, vodca polonesa, distinção de um gentleman, palavras de mel. Há alguns elementos também de tentação, já que são oferecidos valores desejados como proteção, afeto, compreensão. O texto mostra também que, para a manipulação ser bem sucedida, importam os conhecimentos que o manipulador tem do manipulado (Foi o primeiro homem em sua vida a perceber que...).

Em qualquer dos tipos de manipulação, o destinatário é colocado em posição de obediência ou de falta de liberdade, pois só tem duas opções: fazer o que o destinador propõe e receber assim valores e imagens desejados ou evitar valores e imagens temidos, ou não fazer e não receber os valores e imagens desejados ou sofrer as conseqüências dos valores e imagens temidos.

A interpretação realizada pelo destinatário consiste, para a semiótica, em modalizar a proposta do destinador. O destinatário deverá determinar se o destinador parece e é confiável, ou se ele parece mas não é, não parece mas é, nem parece e nem é. O mesmo acontecerá com os valores, que serão, a partir daí, ditos verdadeiros (parecem e são desejados ou temidos), falsos (nem parecem e nem são), mentirosos (parecem, mas não são) e secretos (não parecem, mas são). As modali-
dades do ser e do parecer são denominadas modalidades veridictórias,ou seja,
que dizem que os sujeitos, suas ações e seus valores são ou não verdadeiros. Em A morte da tartaruga, o menino interpretou, por exemplo, que a mãe parecia, mas não era confiável (uma mentira, portanto).

O destinatário, cuja competência foi transformada pelo destinador, no percurso da manipulação, toma-se o sujeito transformador do percurso da ação.

No percurso da ação organizam-se dois programas narrativos, vistos do ponto de vista do sujeito da ação: um programa narrativo de perfórmance e um programa narrativo de competência. O programa narrativo de perfórmance é concebido como uma transformação de um estado de disjunção em um estado de conjunção, operada por um sujeito transformador que é realizado pelo mesmo ator do sujeito que tem seu estado transformado. Além disso, na perfórmance o valor do objeto é um valor descritivo final, isto é, o valor último a que visa o sujeito da narrativa. No texto do assalto, por exemplo, o sujeito dois bandidos tenta realizar uma perfórmance: procura transformar seu estado de disjunção com o objeto-valor relógio em estado de conjunção.

Tada pragrama de perfórmance pressupõe um pragrama de campetência. O pragrama de campetência é também definida cama uma transfarmaçãa de um estada de disjunçãa em um estada de canjunçãa, mas, ao. cantrária da pragrama de perfórmance, a sujeita transfarmadar é realizada par um atar diferente da da sujeita de estada e a valar da abjeta é um valar madal, isto. é, um valar necessária para que a sujeita abtenha, na perfórmance, a valar descritiva última desejada. Na texto. da assalta, a pragrama de campetência não. está bem explicitada, mas se acha pressupasta, e sem ele não. é passível entender a texto.. É precisa pressupor que

um sujeita, a saciedade, par exemplo., levau a sujeita dois bandidosa querer um abjeta-valor de luxo., um relógio. que parecia um Rolex, e a fazer alga para abtê-lo. Assim, a sujeito dois bandidos teve seu estada de disjunçãa cam a abjetavalar querer-fazer (assaltar para abter a Ralex) transfarmada em estada de can
junção., e a transfarmação fai realizada pela sujeita sociedade. Outra leitura passível seria a sujeita dois bandidos ter seu estada alterada pela miséria, que a levau a dever-fazer, para sabreviver. Vista de panta de vista da percurso. da manipulação., a sujeita transfarmadar do. programa de campetência é a destinadar, e a sujeita cujo. estada madal é transfarmada é a destinatária.
Na texto. A Galinha, a sujeita galinha realiza duas perfórmances, uma em cada esquema narrativa, a primeira, a de batar e chacar avas, isto. é, de transfarmar seu estada de disjunçãa cam avas e pintas em estada de canjunçãa, a segunda, a de cantar, au seja, de transfarmar seu estada de disjunçãa cam a abjeta-valar estética canção. em estada de canjunçãa.
Ao. realizar a perfórmance principal da narrativa, a sujeita cumpriu, de alguma farma, sua parte na cantrata assumida cam a destinadar-manipuladar. O terceiro percurso., o. percurso. da sanção., é aquele em que a destinadar vai dar ao.
destinatária a reconhecimento. pela cumprimenta au não. da acarda e a retribuição. au a punição. daí decarrentes. Na propaganda da Banca da Brasil sabre a seleção. de vôlei, tem-se claramente um percurso. de sanção. explicitada:

Nesse anúncio, a seleção de vôlei está sendo reconhecida como cumpridora de seu contrato com os brasileiros, pois o vôlei brasileiro se consagrou como um dos melhores do mundo, e recebe, como recompensa, o abraço, o carinho de todos os brasileiros, representados pelo banco. As duas fases da sanção estão bem marcadas, a cognitiva ou de reconhecimento de que o sujeito realizou bem a ação e cumpriu os acordos assumidos, a da retribuição ou da recompensa que por isso mereceu. É bastante comum nos textos o sujeito da ação exercer uma manipulação para persuadir o outro a bem sancioná-lo. O texto abaixo, de outro anúncio de banco mostra bem essa manipulação que busca uma sanção positiva:
A excelência no relacionamento com os corretores e os segurados e a solidez da

marca Bradesco Vida e Previdência: foram essas qualidades que levaram o Clube Vida em Grupo (RI) - uma das principais associações do mercado de seguros - a escolher por unanimidade a Bradesco Vida e Previdência como a Seguradora do Ano no periodo de julho de 2001 a junho de 2002.

O Bradesco expõe suas qualidades - excelência no relacionamento, solidez, etc - para ser reconhecido e premiado como a seguradora do ano.

Os textos de sanção apresentados indicam muito bem que a sanção (o reconhecimento e o abraço para a seleção de vôlei ou o prêmio do Bradesco) pressupõe a ação (vitórias no jogo, oferecimento de bons seguros) e a manipulação (acordo com o destinador brasileiro em que a seleção se compromete a ser vitoriosa no jogo, contrato de oferecer bons seguros, do banco com os clientes), na organização do esquema narrativo canônico.

Para completar esse rápido exame do nível narrativo, faltam algumas palavras sobre a modalização e as organizações que produzem efeitos de paixão.

Como foi visto, a competência do sujeito para a ação é caracterizada por sua relação com valores modais, que defmem diferentes estágios ou modos de relação do sujeito com a ação que o poria em conjunção com os objetos de valor. Em outras palavras, a modalização da ação do sujeito é a determinação e a modificação dos enunciados dinâmicos de transformação pelas modalidades do querer, dever, poder e saber: o sujeito que quer ou deve fazer alguma coisa para obter um dado objeto de valor é um sujeito virtual, o sujeito que pode e sabe fazer alguma coisa para obter esse objeto de valor é um sujeito atua1i7ado, o sujeito que realiza o fazer e adquire, por conjunção, o objeto de valor em questão é um sujeito realizado.

Resta observar que também as relações estáticas de conjunção e de disjunção com os objetos de valor são modalizadas, isto é, são determinadas pelas modalidades mencionadas. Nesses casos, os objetos são considerados desejáveis (querer ser) ou temíveis (querer não ser), obrigatórios, necessários (dever ser) ou proibidos (dever não ser), possíveis (poder ser) ou evitáveis (poder não ser), conhecidos (saber ser) ou ignorados (saber não ser). No texto de propaganda Vocêprecisa disso. Você pode ter, a conjunção com o objeto-valor é, para o sujeito, obrigatória ou necessária (dever ser) e possível (poder ser).

o poema de Manuel Bandeira Belo belo (1961: 147-148) oferece bons e
xemplos de modalização do ser e do fazer:

Belo belo minha bela
Tenho tudo que não quero
Não tenho nada que quero
Não quero óculos nem tosse
Nem obrigação de voto
Quero Quero
Quero a solidão dos píncaros
A água da fonte escondida
A rosa que floresceu
Sobre a escarpa inacessível
A luz da primeira estrela
Piscando no lusco-fusco
Quero Quero
Quero dar a volta ao mundo
Só num navio de vela
Quero rever Pemambuco
Quero ver Bagdad e Cusco
Quero Quero
Quero o moreno de Estela
Quero a brancura de Elisa
Quero a saliva de Bela
Quero as sardas de Adalgisa
Quero quero tanta coisa
Belo belo
Mas basta de lero-lero
Vida noves fora zero

o poema apresenta, no início (Tenho tudo que não quero. Não tenho nada que quero) um sujeito em conjunção com valores temíveis (querer não ser) ou, ao menos, indesejáveis (não querer ser) e, ao mesmo tempo, em disjunção com valores desejáveis (querer ser). Ora, um sujeito só está em conjunção com valores

indesejáveis ou temíveis se eles forem obrigatórios (dever ser) e só está em disjunção com valores desej áveis se eles forem proibidos (dever não ser) e/ou impossíveis (não poder ser) e/ou desconhecidos (não saber ser). O poema prossegue explicitando essas modalizações pressupostas, ou seja, mostrando que os valores indesejáveis ou temíveis são obrigatórios:

Não quero óculo nem tosse Nem obrigação de voto

e que os valores desejáveis são impossíveis:

Quero a solidão dos píncaros A água da fonte escondida A rosa que floresceu
Sobre a escarpa inacessivel

Estudos do discurso

A modalização do fazer aponta também um sujeito virtual, que quer fazer alguma coisa para ter os valores desejados ou para evitar os temíveis, mas que não pode ou sabe fazer:

Quero dar a volta ao mundo Só num navio de vela Quero rever Pemambuco Quero ver Bagdad e Cusco

A organização passional da narrativa, conforme foi já explicado, resulta da organização das modalidades da narrativa e modula a narrativa, produzindo no texto o efeito de continuidade. A significação de um texto depende das relações que se estabelecem entre unidades descontínuas. A organização passional, ao criar a ilusão de retomada da continuidade, produz, portanto, o efeito de falta de sentido, do sem-sentido que precede a significação. É esse sentido do sem-sentido que caracteriza o passional e também o estético, de que não se tratará aqui.

Em Belo belo, tem-se a paixão da frustração, decorrente sobretudo de não se poder ter os valores desejados. Há, no texto, um percurso passional contínuo, que vai da satisfação e alegria relaxadas da realização (ter os valores desejados ou acreditar poder tê-los) à insatisfação e frustração intensas da falta de realização (não ter os valores desejados: Vida noves fora zero).

De modo muito simplificado, as paixões dos textos são, assim, efeitos de sentido de organizações de modalidades, moduladas pela continuidade da tensão e do relaxamento.

A propaganda sobre o vôlei do Brasil, já anteriormente mencionada, produz os efeitos passionais de satisfação, confiança e amor, decorrentes dos arranjos modais

modulados que seguem:
. o sujeito (brasileiros em geral e banco) está em conjunção com o valor desejado (vitória, prêmio), portanto, realizado e satisfeito (quer ser, pode ser, sabe ser e é);
. o sujeito (brasileiros e banco) acredita no outro sujeito (seleção), ou seja, crê que ele o porá em conjunção com os valores desejados e isso realmente ocorre;

. o sujeito (brasileiros e banco) quer fazer o bem (paixão benevolente do amor) ao sujeito (seleção) que o fez confiante e satisfeito.

Esse percurso passional ocorre como uma modulação que vai da tensão da espera ainda não realizada e desconfiada ao relaxamento da confiança, da satisfação e do amor.
Analisar as paixões é, portanto, examinar os arranjos modais e os efeitos de sentidos que produzem, e as modulações da narrativa que criam a ilusão de continuidade e de suspensão de sentido dessas paixões.

2.1 .3. Nível discursivo
No nível discursivo, a organização narrativa é temporalizada, espacializada e actorializada, ou seja, as ações e os estados narrativos são localizados e programados temporalmente e espacialmente, e os actantes narrativos são investidos pela categoria de pessoa. Além disso, os valores do nível narrativo são disseminados no discurso, de modo abstrato, sob a forma de percursos temáticos, que, por sua vez, podem ser investidos e concretizados em figuras.
Em relação ao tempo, ao espaço e às pessoas do discurso, serão aqui feitas apenas duas rápidas observações, já que a questão está bem desenvolvida no capítulo dedicado à pragmática.
A primeira observação é a de que o tempo, o espaço e as pessoas instalados no discurso dependem dos dispositivos de desembreagem, por meio dos quais o enunciador do texto, ao temporalizar, espacializar e actorializar o discurso produz também efeitos de sentido de aproximação e distanciamento. Daí a desembreagem poder ser enunciativa, quando o efeito é de proximidade da enunciação, graças ao uso da primeira pessoa eu, do tempo presente do agora e do espaço do aqui, ou

enunciva, quando se produz o efeito de distanciamento da enunciação, com o emprego da terceira pessoa ele, do tempo do então e do espaço do lá. Vejam-se os textos que seguem:

No último dia 12 de setembro, o ex-ministro do TCU (Tribunal de Contas da União), Olavo Drummond, participou em Brasília de um ato de comemoração do centenário do nascimento do ex-presidente Juscelino Kubitschek (1902-1976).

(Folha de S. Paulo, 01/10/02).

Não faço versos de guerra. Não faço porque não sei. Mas num torpedo-suicida. Darei de bom grado a vida. Na luta em que não lutei

(Manuel Bandeira, Testamento, 1961)

No primeiro texto, o tempo aparece como um então, distanciado do tempo da enunciação, realizado pelo pretérito perfeito do indicativo e figurativizado como 12 de setembro. Esse momento do tempo toma-se tempo de referência, a partir do qual vai-se organizar a temporalidade do texto, ou seja, poderá haver um antes (por e-xemplo, o nascimento e a morte de Juscelino) e um depois do dia 12. O espaço é o do lá, distante do espaço da enunciação, figurativizado como o local da comemoração em Brasília, e a partir do qual organizam-se os espaços do discurso. Foi usada a terceira pessoa ele, sendo o ator figurativizado como Olavo Drummond, ex-ministro do Tribunal de Contas da União. Em outras palavras, as três desembreagens, temporal, espacial e actorial, são enuncivas e o discurso produz o efeito de distanciamento da enunciação e, por conseguinte, de objetividade e de neutralidade.

No segundo texto, ao contrário, as desembreagens são enunciativas: o tempo de referência é agora, com o presente do indicativo, tempo de referência a partir do qual se organiza o antes (passado) e o depois (futuro). A pessoa é a primeira pessoa eu. O espaço não está explicitado, podendo-se recuperar o espaço do aqui. O discurso produz o efeito de proximidade da enunciação e, portanto, de subjetividade, de envolvimento.

A segunda observação é a de que muito raramente os discursos apresentam apenas um tipo de desembreagem e de efeito de sentido. O mais comum é que se

misturem e confundam os dispositivos, produzindo assim uma grande variedade de efeitos de sentido. Três procedimentos são os mais freqüentes, tal como estão exemplificados a seguir, com os "arranjos" das pessoas do discurso:

a. desembreagem interna, que pode ser representada como ~ : dá-se a voz, internamente, em primeira pessoa a um outro ator, como, por exemplo, no texto que segue:

Dessa vez, cheguei bem cedo à casa de Zé Cabala, tão cedo que ele e Gulliver ainda estavam dormindo. Bati palmas e, depois de alguns instantes, vi Gulliver espiando pela fresta da janela. Logo depois ele gritou:

- Não, mestre, não é o cara da cobrança.

O grande guru recebeu-me de pijama e com os olhos remelentos.

(Folha de S. Paulo, Ol/Ol/O2).

Esse tipo de desembreagem produz, no discurso, o efeito de realidade ou de referente, pois reconstrói o espetáculo. O exemplo, por excelência, de desembreagem interna é o de As mil e uma noites;

b. desembreagens paralelas ou alternadas, representadas como ~: o dis
curso alterna, por exemplo, desembregens enunciativas e enuncivas, como foi apontado em A Galinha (Todo ovo que eu choco - 13 pessoa -, A escassa produção alarma o patrão - 33 pessoa). Bons exemplos são A morte de Artêmio Cruz, de Carlos Fuentes, em que um capítulo é em eu, um em tu e outro em ele, ou Pantaleão e as visitadoras, de Vargas Llosa, em que se alternam desembreagens enuncivas e enunciativas, no mesmo período;

c. embreagem, representada como -R,: o texto é produzido com desem
breagem enunciativa e, sobre ela, como uma espécie de volta, ocorre uma embreagem enunciva, e vice-versa. Nos textos que seguem, houve uma desembreagem em eu e, "sobre ela", uma embreagem em ele, quando o candidato Anthony Garotinho, em diferentes ocasiões, disse:

O único candidato que não se rendeu ao poderio dos bancos foi Garotinho.

(Folha de S. Paulo, 06/l0/2002).

Se há alguém de mãos limpas, esse é o Garotinho.

(Debate na Rede Globo, 03/l0/2002)

Nos exemplos acima, Garotinho produziu um texto em primeira pessoa, fui eu, no primeiro caso, sou eu, no segundo caso, e sobre a primeira pessoa, projetou a terceira pessoa ele, Garotinho.
Para a análise do tempo, do espaço e das pessoas do discurso, é necessário, portanto, determinar qual foi o procedimento usado, ou seja, o tipo de desembreagem, se ela é "simples", interna, paralela ou se ocorre também embreagem, e quais são os efeitos de sentido desses variados recursos.
A tematização e a figuratização correspondem ao "enriquecimento" semântico do discurso já mencionado. Na tematização ocorre a disseminação no discurso dos traços semânticos tomados de forma abstrata. Já na figurativização, esses traços semânticos são "recobertos" por traços semânticos "sensoriais" (de cor, de forma, de cheiro, de som, etc) que lhes dão o efeito de concretização sensorial. Os discursos são caracterizados pela redundância de traços semânticos dos dois tipos, que se apresentam, assim, como percursos temáticos e figurativos isotópicos. A noção de isotopia é a de reiteração de traços semânticos que tornam o discurso semanticamente coerente. Observem os textos que seguem:
Agulhas
Nas praias do Nordeste, tudo padece com a ponta de finíssimas agulhas: primeiro, com a das agulhas da luz (ácidas para os olhos e a carne nua), fundidas nesse metal azulado e duro do céu dali, fundido em duralumínio e amoladas na pedra de um mar duro, de brilho peixe também duro, de zinco. Depois, com a ponta das agulhas do ar, vaporizadas no alíseo do mar cítrico, desinfetante, fumigando agulhas tais que lavam a areia do lixo e do vivo.
(João Cabral de Melo Neto, 1975: 22)
o samba do educador doido
Uma prova inequívoca de que as associações corporativas encasteladas no Estado brasileiro continuam marchando na contramão da História acaba de ser dada pela Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior, que controla o dia-a-dia de nossas universidades federais: na mesma semana em que o Comitê Central do Partido Comunista da União Soviética está aceitando o fim do monopólio do seu poder e a adoção de um sistema multipartidário, sepultando concepções totalitárias e valores anacrônicos, essa entidade está distribuindo aos professores

universitários do país um jornal no qual defende exatamente aquilo que os soviéticos estão enterrando com um enorme atraso.
(Editorial do Jornal da Tarde, 09/02/90)
A análise da primeira estrofe do poema de João Cabral de Melo Neto mostra tratar-se de um texto temático e figurativo, ou seja, em que se disseminam os traços semânticos abstratos dos temas e em que se reiteram os traços semânticos

"sensoriais" ou "concretos" das figuras, criando no discurso uma ou mais isotopias temático- figurativas. Tomemos um dos temas possíveis, decorrente da disseminação dos valores dos níveis fundamental e narrativo: o tema da vida sofrida, dificil, de luta do homem do nordeste brasileiro, que enfrenta a seca, o sol, o calor, a falta de alimento. Repetem-se assim os traços semânticos de sofrimento (padece, ácidas para os olhos, carne nua, amoladas, rumigando, desinfetante, lavam do vivo, etc) e dificuldades (metal duro do céu, mar duro, peixe duro, mar cítrico, etc). Esse percurso temático, que costura, com as repetições, o texto todo, é recoberto por um percurso figurativo, o da praia, mar, sol, peixe, vento, areia, que usa diferentes ordens sensoriais (tátil, visual e gustativa) em sinestesia. O sofrimento e as dificuldades são, assim, figurativizados pelos traços semânticos sensonaIS que seguem:
. tátil: pontiagudo, fino, que fura (iínísimas agulhas, ponta, amoladas), duro (metal duro, duralumínio, mar duro, peixe duro);
. gustativo: ácido, que "queima", "que pica" (ácidas, cítrico, fUmigando);
. visual: brilhante, ofuscante, que fere a vista (agulhas da luz, ácidas para
os olhos, metal azulado, duralumínio, brilho peixe, zinco).
Misturam-se as ordens sensoriais, criando efeitos de sinestesia entre o pontiagudo, o ácido e o brilhante-ofuscante, ou seja, o gosto "queima ou pica", o tato ofusca e é ácido, a visão é dura e ácida. São esses traços do mar, do sol, da areia e da praia que caracterizam, no poema, os sofrimentos e as dificuldades do nordestino. O discurso tem, assim, isotopia e, portanto, coerência temático-figurativa.
O segundo texto, extraído de um editorial, é considerado um discurso temático, ou

seja, em que a coerência semântica é dada apenas pela reiteração do tema. No caso, o tema do atraso, do conservadorismo e do anacronismo dos professores universitários e de sua associação. Esse tema, abstratamente disseminado, reiterado no texto, é concretizado, aqui e ali, por figuras - encasteladas, na contramão, sepultando, enterrando -, mas essas figuras não constituem no texto uma linha isotópica, são figuras ocasionais, esparsas. Pode-se dizer, assim, que há discursos temático-figurativos, como o de Agulhas, e discursos apenas temáticos, como o do editorial, embora, esses discursos tenham, em geral, figuras esparsas, pontuais.
Ainda sobre a figurativização dos discursos, deve ser dito que há graus diferentes de figurativização. A última etapa, a da iconização, produz efeitos de realidade e de referente, como ocorre, por exemplo, na chamada pintura figurativa ou na fotografia, em que reconhecemos figuras do mundo e que, por isso mesmo, criam a ilusão de "cópia do real". No texto verbal, esses efeitos são obtidos, entre outros, pelo procedimento de ancoragem do tempo, do espaço e dos atores, em datas, lugares e pessoas que o destinatário do texto reconhece como "reais". Daí o recurso a nomes próprios, idade, profissão, no çaso dos atores, dia, mês, ano, hora, minutos, para o tempo, local, endereço, em se tratando do espaço. No texto que

explicou a desembreagem enunciva podem ser encontrados ancoragens dos três tipos e os efeitos de realidade decorrentes: No último dia 12 de setembro (ancoragem de tempo), o ex -ministro do TCU (Tribunal de Contas da União) Olavo Drummond (ancoragem de ator) participou em Brasília (ancoragem de espaço). Se o dia, o mês e o ano estão assinalados, se o ministro existe (tem nome e sobrenome) e se a cidade é conhecida, todo o resto ganha realidade e credibilidade.
Os discursos podem ter uma única isotopia ou serem pluri-isotópicos, como foi visto na análise de A Galinha. As várias isotopias de um discurso são facilmente percebidas quando os textos rompem as leituras, como ocorre em geral nas piadas e, com muita freqüência, nas propagandas. Certos elementos, geralmente palavras do texto, funcionam, nesses textos de ruptura sobretudo e também nos literários, como conectores de isotopias, desde que a polissemia natural das palavras seja

explorada:

Relógio que atrasa não adianta (propaganda de relógio).

o Brasil vai ficar muito mais legal se você responder corretamente ao Censo (propaganda
do último Censo).   .

No primeiro texto, a palavra adianta é usada em dois sentidos, produzindo duas leituras: uma, redundante, que diz que relógio que atrasa não adianta no tempo, outra, que diz que relógio que atrasa, ou seja, não funciona bem, não serve.

No segundo texto, o conector é o termo legal, usado para dizer tanto que o Censo porá o Brasil na legalidade, quanto que ele fará o Brasil melhor.

Outro procedimento bastante usado é o de introduzir um desencadeador de isotopia, ou seja, um elemento semântico que se encaixa mal em uma dada leitura e leva à "descoberta" de uma outra isotopia. O texto de Manuel Bandeira Tragédia brasileira (1961: 106) tem um belíssimo desencadeador de isotopia:

MISAEL, funcionário da Fazenda, com 63 anos de idade,

Conheceu Maria Elvira na Lapa - prostituída, c(.jm sifilis, dermite nos dedos, uma aliança empenhada e os dentes em petição de miséria.

Misael tirou Maria Elvira da vida, instalou-a num sobrado no Estácio, pagou médico, dentista, manicure... Dava tudo quanto ela queria.

Quando Maria Elvira se apanhou de boca bonita, arranjou logo um namorado.

Misael não queria escândalo. Podia dar uma surra,
um tiro, uma facada. Não fêz nada disso: mudou de casa.

Viveram três anos assim.

Toda vez que Maria Elvira arranjava namorado, Misael mudava de casa.

Os amantes moraram no Estácio, Rocha, Catete,
Rua General Pedra, Olaria, Ramos, Bonsucesso, Vila

Isabel, Rua Marquês de Sapucaí, Niterói, Encantado, Rua Clapp, outra vez no Estácio, Todos os Santos, Catumbi, Lavradio, Boca do Mato, Inválidos...

Por fim na Rua da Constituição, onde Misael, privado de sentidos e de inteligência, matou-a com seis tiros,
e a polícia foi encontrá-la caída em decúbito dorsal, vestida de organdi azul.

Uma primeira}eitura é, sem dúvida, a do tema da traição, um tanto machis
ta, em que uma mulher infiel e mal-agradecida vai sendo perdoada por um marido complacente (Podia dar uma surra, um tiro, uma facada. Não fez nada disso), até o momento em que ele não aguenta mais e mata-a com seis tiros. O texto, porém, tem no seu final a frase vestida de organdi azul. Organdi é um tecido fora de moda hoje, transparente e engomado, próprio para saias franzidas e rodadas, babados entiotados, mangas fofas, fabricado apenas em branco e em tonalidades claras (azul-bebê, rosinha, amarelinho), muito usado antigamente para vestidos de noiva, de debutantes, de crianças e de primeira comunhão. Em suma, um tecido do romantismo, da fantasia, da pureza, e que está, portanto, em desacordo tanto com a linguagem da crônica policial do último parágrafo (privado de sentidos e de inteligência, caída em decúbito dorsal), quanto com a leitura da infidelidade de uma mulher mal-agradecida. Esse desencadeador de isotopia nos obriga assim a
reler o texto como a história do desencontro entre uma mulher, jovem, a procura
. \
de romance, de fantasia e não apenas de segurança e boa condição de vida, e de um
homem bem mais velho (com 63 anos de idade) e que não lhe podia oferecer o romance e a fantasia desejados (funcionário da Fazenda). Observe-se ainda no texto um procedimento muito usado por Manuel Bandeira em textos e poemas "extraídos" de notícias de jornal: o texto é fortemente ancorado em relação aos atores (nomes próprios - Misael, Maria Elvira -, profissão - funcionário da Fazenda, prostituta -, idade - 63 anos) e sobretudo aos espaços (Brasil, Lapa e os inúmeros nomes de bairros e ruas conhecidos do Rio de Janeiro e Niterói), mas essa ancoragem não tem por fim produzir os efeitos de realidade e credibilidade das iconizações, mas assume outros papéis na construção dos sentidos do discurso, como vimos ocorrer com 63 anos de idade, por exemplo.

2.1 .4. Além do percurso gerativo

A semiótica distingue texto e discurso. O discurso é a última etapa da construção dos sentidos no percurso gerativo da significação. É nessa etapa que a significação se apresenta de forma mais concreta e complexa. O discurso pertence, portanto, ao plano do conteúdo dos textos. O texto, por sua vez, distingue-se do discurso por ter conteúdo (o do discurso) e expressão. A expressão também se organiza por um

percurso que vai do mais simples ao mais complexo.

o exame do plano da expressão não deve, em princípio, interessar ao estudioso do discurso, àquele que está preocupado em construir os sentidos de um texto. No entanto, em muitos textos, o plano da expressão faz mais do que apenas expressar o conteúdo, ele cria novas relações com o conteúdo, como acontece nos textos poéticos de quaisquer tipos (poesia e outros textos literários, ballet, pintura, etc). Nesses casos, deve o analista do discurso procurar estabelecer as relações novas que se construíram entre expressão e conteúdo e os sentidos e a simbolização delas decorrentes. Vejamos dois trechos, um do início e outro do fim, do conto de Guimarães Rosa, Fita verde no cabelo (1985), em que ocorrem essas relações entre expressão e conteúdo:

Havia uma aldeia em algum lugar, nem maior nem menor, com velhos e velhas que velhavam, homens e mulheres que esperavam, e meninos e meninas que nasciam e cresciam. Todos com juizo, suficientemente, menos uma meninazinha, a que, por enquanto. Aquela, um dia, saiu de lá, com uma fita verde inventada no cabelo.

Sua mãe mandara-a, com um cesto e um pote, à avó que a amava, a uma outra e quase igualzinha aldeia. Fita Verde partiu.

<---'

- "Vovozinha, que braços tão magros os seus, e que mãos tão trementes!"
- "É porque não vou poder nunca mais te abraçar, minha neta..." - a avó murmurou.
- "Vovozinha, mas que lábios, ai, tão arroxeados!"
- "É porque não vou nunca mais poder te beijar, minha neta..." - a avó suspirou.
- "Vovozinha, e que olhos tão fundos e parados, nesse rosto encovado, pálido?".
- "É porque já não te estou vendo, nunca mais, minha netinha..." - a avó ainda gemeu.

Fita Verde mais se assustou, como se fosse ter juizo pela primeira vez.

Gritou: - "Vovozinha, eu tenho medo do Lobo!..."

Mas a avó não estava mais lá, sendo que demasiado ausente, a não ser pelo frio, triste e tão

repentino corpo.
o conto de Guimarães Rosa termina com frio, triste e tão repentino corpo, ou seja, com a repetição de um tipo de sílaba (CCV - frio e triste), de consoantes odusivas, sobretudo o [t], e com a passagem de vogais anteriores ou agudas ([i], principalmente) a posteriores ([o]), sem praticamente usar a vogal [a]. No início do texto, no seu primeiro período, ao contrário, há muita-vogal aberta [a], não há sílabas CCV ou a consoante [t]. Pode-se, então, estabelecer uma correlação entre a expressão e o conteúdo no texto:
Plano da expressão
sílaba CCV, consoante [t], mudança de vogal aguda a grave
ausência de sílaba ceVe de consoante [t], muita vogal aberta [a]
Plano do conteúdo
morte
vida
Essas relações novas que se estabelecem entre expressão e conteúdo são chamadas pela semiótica de relações semi-simbólicas. O semi-simbolismo, como foijá apontado, oferece uma nova leitura do mundo, ao associar diretamente relações

de som (ou de cores, de formas, etc, em outros tipos de textos) com relações de sentido e, dessa forma, sensibiliza os sentidos, isto é, dá som, cor, cheiro, gosto aos sentidos.
As relações semi-simbólicas são, no fundo, relações entre conteúdo e expressão determinados como contínuos e descontínuos ou como extensos e intensos. Em Fita verde no cabelo, por exemplo, a sílaba cevou a consoante [t] e as vogais graves são, no plano da expressão, intensas ou pontuais, assim como a morte, no plano do conteúdo, e a ausência de sílaba CCV, de consoante [t] e a presença da vogal aberta [a] são extensas ou contínuas, da mesma forma que a vida.
Um último exemplo, com um outro tipo de texto, o quadro de Van Gogh Os girassóis:
r
Nele, estabelece-se uma outra correlação:
Plano da expressão

amarelo escUTO, forma arredondada
amarelo claro, forma pontiaguda
Plano do conteúdo
morte
vida
A determinação pela continuidade vs descontinuidade ou pela extensão vs intensão é diferente nesse texto: o amarelo escuro e as formas arrendodadas são extensas ou contínuas, assim como a morte, e o amarelo claro e as formas pontiagudas são intensas ou pontuais, da mesma forma que a vida, no texto de Van Gogh.
Em resumo, o conto de Guimarães Rosa fala do acontecimento extraordinário que é a morte na vida que dura, enquanto a natureza morta de Van Gogh aponta o caráter transitório e passageiro da vida. Em ambos os casos, houve uma sensibilização dos sentidos pelo som, no primeiro texto, pela cor e pelas formas, no segundo.
211

212
Introdução à Lingüística 11
2.2. Relações com a sociedade e a história
Como vimos no início deste capítulo, os procedimentos que constroem os sentidos de um texto são de dois tipos: os procedimentos lingüístico-discursivos que vimos examinando até agora e as relações com a sociedade e a história.
Para a semiótica, as relações sócio-históricas que participam da construção dos sentidos dos textos podem ser examinadas, metodologicamente, de duas formas: pela análise da organização lingüístico-discursiva dos textos, em especial da semântica do discurso, isto é, de seus percursos temáticos e figurativos que revelam, de alguma forma, as determinações sociais inconscientes (Fiorin, 1988); pelo exame das relações intertextuais e interdiscursivas que os textos mantêm com os textos com que dialogam. Já mostramos, um pouco, como analisar temas e figuras. Resta agora fazer algumas considerações sobre os diálogos que os textos estabelecem com outros textos.
Em última instância, um texto dialoga com todos os outros textos em tempos e espaços diferentes, o que inviabiliza, se a questão for levada a ferro e a fogo, a análise de um texto e a construção de seus sentidos. A análise de um texto só se

toma possível se forem reconhecidos três pontos:

1. podem-se fazer recortes no contexto sócio-histórico e considerar apenas alguns dos diálogos entre os textos, como por exemplo, aqueles que são apontados de forma mais ou menos clara, nos textos em exame;

2. a análise que se faz de um texto não é nunca a única possível, pois outros recortes do contexto podem ser efetuados;

3. mas, ao mesmo tempo, não há infinitas possibilidades de diálogo e, em decorrência, de leitura de um texto, por duas razões principais: o texto tem uma organização lingüístico-discursiva coercitiva, que limita as leituras possíveis, o texto traz pistas de certos recortes do contexto sóciohistórico, indica certas direções, o que restringe também as possibilidades de leitura. Assim, no conto Fita verde no cabelo, de Guimarães Rosa, já mencionado, está claramente indicada, já no primeiro trecho citado, do início do conto, a intertextualidade com o conto infantil Chapeuzinho
Venne1ho - nas figuras cromáticas do vermelho e do verde, do chapeuzinho e da fita no cabelo, da aldeia, do cesto, do pote, da mãe e da avó, nos temas do amor familiar e da falta de juízo das crianças, na organização narrativa do estabelecimento de contrato entre mãe e filha e da ação da filha, e assim por diante. Os diálogos de um texto com outro texto, devem ser estabelecidos, como p~ocuramos indicar acima, com os mesmos princípios e métodos utilizados na análise de cada texto. Só assim poderemos perceber se o texto dialoga com o outro

texto para com ele concordar ou dele discordar. Desse modo, se nos primeiros parágrafos do conto de Guimarães Rosa observa-se, como foi apontado, um diálogo de conformidade narrativa e discursiva com Chapeuzinho Vermelho, no seu desenrolar notam-se desconformidades e discordâncias. O conto infantil Chapeu-zinho Vermelho desenvolve sobretudo o tema da obediência, Fita verde no cabelo trata do primeiro contato com a morte e da perda da visão infantil do mundo, ao figurativizar a morte com o lobo. Fita verde no cabelo constrói, portanto, seus sentidos também nesse diálogo com o conto infantil, na relação entre a obediência infantil e a perda da inocência, operada pelo lobo-morte. Outros diálogos apontariam novos elementos da inserção sócio-histórica do conto de Guimarães

Rosa, e também outros elementos de uma análise semiótica do discurso.
Exercícios
1. Examine os tipos de manipulação do texto que segue. Explique o que você entende por manipulação, se ela funcionou ou não no texto, e quais as razões do seu sucesso ou de seu fracasso.
Uma noite, o dentista paulistano Marcelo Kneese chegou em casa e foi abordado por três ladrões. Eles queriam 8000 dólares para subornar a polícia e soltar um comparsa. Kneese não tinha esse dinheiro no bolso. Também não abriu a porta de casa, porque ali estava sua filha. Manteve a calma e quis conversar com os ladrões, tentando tratá-los como amigos. Os bandidos o levaram para um matagal, onde o executaram com catorze tiros. (...). Na delegacia, o bandido explicou por que matou o dentista: "Ele me chamou de amigo. Eu não tenho amigos. Se folgam comigo, os colegas vão me gozar". '
(VEJA, 24/05/1995).
2. Aponte os percursos de manipulação no texto Terezinha, de Chico Buarque (1980: 85-86). Explique.
O primeiro me chegou como quem vem do florista trouxe um bicho de pelúcia trouxe um broche de ametista me contou suas viagens
e as vantagens que ele tinha me mostrou o seu relógio me chamava de rainha
me encontrou tão desarmada que tocou meu coração,
mas não me negava nada
e assustada eu disse "não". O segundo me chegou como quem chega do bar trouxe um litro de aguardente

tão amarga de tragar
indagou o meu passado
e cheirou minha comida vasculhou minha gaveta
me chamava de perdida
me encontrou tão desarmada que arranhou meu coração, mas não me entregava nada

e assustada eu disse "não".
O terceiro me chegou
como quem chega do nada ele não me trouxe nada também nada perguntou
mal sei como ele se chama mas entendo o que ele quer
se deitou na minha cama
e me chama de mulher
foi chegando sorrateiro
que antes que eu dissesse "não" se instalou feito posseiro dentro do meu coração.

3. Mostre, no texto de literatura infantil, Chapeuzinho Ve1111elho(GRIMM, 1989), os três percursos do esquema narrativo.

Era uma vez uma menina tão boa e carinhosa que todos, só de olhá-la, lhe ficavam querendo bem. Mas quem mais a estimava, mesmo, era a sua avozinha, que já não sabia o que fazer para animá-la. Certo dia deu-lhe, de presente, um chapeuzinho vermelho, de veludo. Assentava-lhe tão bem que a pequena não queria usar nenhum outro e por isso a chamavam de Chapeuzinho Vermelho. Disse-lhe um dia sua mãe:

- Chapeuzinho Vermelho, aqui tens um bolo e uma garrafa de vinho; leva-os para a tua avozinha. Ela está doente e ftaca e isso lhe fará bem. Põe-te a caminho antes do sol muito forte e, quando estiveres lá fora, anda direitinho e não te afastes da estrada; poderás cair e quebrar a garrafa e estragar o bolo. E a pobre da avozinha ficará sem nada! Quando entrares no quarto, não te esqueças de dizer "bom-dia" e não te ponhas, primeiro, a olhar, curiosa, pelos cantos.

- Farei tudo como disseste - retrucou Chapeuzinho Vermelho.

Acontece, porém, que a avozinha morava no bosque, cerca de meia hora da vila. Quando Chapeuzinho Vermelho entrou no bosque, encontrou-se com o lobo. A garotinha não se assustou ao vê-lo, pois nem sabia que ele era um bicho tão malvado.

- Bom dia, Chapeuzinho Vermelho! - disse ele.
- Bom dia, lobo!
- Aonde vais tão cedo, Chapeuzinho Vermelho?
- À casa de minha avozinha.
- E o que levas no avental?
- Bolo e vinho que nós fizemos ontem e eu vou levá-los à minha avozinha, que está

doente e fraca, para ajudá-la a refazer-se.
- Chapeuzinho Vermelho, onde mora tua avozinha?
- A um quarto de hora daqui, pelo bosque adentro. A casa fica embaixo de três grandes carvalhos e acima das moitas de avelãs que com certeza conheces - explicou Chapeuzinho Vermelho.
O lobo, porém, pensou: "Esta menina gordinha, macia, é, na certa, um bocado saborosa, muito melhor que a velha. Terei de usar de esperteza para apanhar as duas".

Continuou andando por algum tempo ao lado da menina e depois disse:
- Chapeuzinho Vermelho, repara nessas lindas flores! Por que não dás uma olhada? Acho que nem estás ouvindo o belo canto dos pássaros! Caminhas tão compenetrada como se fosses para a escola, quando há tanta diversão aqui no bosque.
Chapeuzinho Vermelho levantou os olhos e, ao ver dançar os raios do sol por entre as árvores e tudo em tomo cheio de lindas flores, pensou: "Se eu levo um ramo à avozinha, lhe dou uma alegria; é cedo ainda e chegarei a tempo". E afastou-se do caminho para entrar no bosque à procura de flores. Quando colhia uma, paiecia-lhe que, um pouco adiante, havia outra ainda mais bonita e, assim, penetrou cada vez mais fundo no mato.
Nesse meio tempo, o lobo foi direto à casa da avozinha e bateu à porta.
- Quem está ai?
- Chapeuzinho Vermelho, que traz bolo e vinho para ti. Abre!
- É só torceres o trinco - gritou a avozinha - estou muito fraca e não posso levantar-me.
O lobo torceu o trinco e a porta se abriu. Sem dizer uma palavra, encaminhou-se para o leito da velhinha e, de uma só vez, a devorou. Depois, enfiou os vestidos dela, colocou sua touca na cabeça e meteu-se na cama, descendo as cortinas.
Enquanto isso, Chapeuzinho Vermelho corria atrás das flores e, depois de ter colhido tantas que já nem podia carregá-las, lembrou-se da avozinha e retomou o caminho de sua casa. Admirou-se ao ver a porta aberta e, quando entrou, teve uma

sensação estranha que a fez pensar: "Meu Deus, como estou assustada, eu que sempre me sinto tão bem em casa da avozinha!" Em voz alta disse:
- Bom dia! - mas não obteve resposta.
Foi até a cama, abriu as cortinas e viu a avó, com a touca quase lhe tapando o rosto, apresentando um aspecto muito esquisito.
- Avozinha - disse ela - como estão grandes as tuas orelhas!
- É para te ouvir melhor!
- Avozinha, como estão grandes os teus olhos!
- É para te ver melhor.
- E como estão grandes as tuas mãos!
- É para te pegar melhor.
- Mas, avozinha, que boca mais horrivel!
- É para te comer melhor!
Mal disse isso, o lobo saltou da cama e engoliu a pobre menina. Tendo, então, saciado a fome, meteu-se, novamente, na cama, adormeceu e começou a roncar. Pouco depois um caçador que passava por ali, pensou: " Como ronca a velha senhora! Vou dar uma olhada para ver se está se sentindo bem". Entrou no quarto e, ao aproximar-se da cama, viu o lobo dormindo.
- Ah! É aqui que te encontro, velho patife! Há muito tempo que eu te procurava!
Já ia dar-lhe um tiro quando se lembrou que talvez o lobo houvesse devorado a avozinha e, quem sabe, ainda poderia salvá-la. Largou a espingarda, foi apanhar uma tesoura e pôs-se a abrir a barriga da fera adormecida. Aos primeiros cortes, viu aparecer o Chapeuzinho Vermelho e, pouco depois, a menina saltou para fora, exclamando:
- Como me assustei! E que escuridão na barriga do lobo!
A seguir, também a avozinha saiu, ainda viva, embora mal podendo respirar. Chapeuzinho Vermelho correu a trazer umas pedras grandes e com elas encheram a barriga do lobo. Este, ao despertar, tratou de fugir, mas as pedras pesavam tanto que ele caiu morto no chão.
Os três, então se sentiram muito felizes. O caçador tirou a pele do lobo e a levou consigo. A avozinha comeu o bolo e bebeu o vinho que Chapeuzinho Vermelho lhe trouxera e logo se sentiu fortalecida. A menina, por sua vez, pensou: "Nunca mais me afastarei, sozinha, da estrada quando minha mãe o tiver proibido".

4. Faça uma análise da ação narrativa no texto de Chico Buarque, A Rita (1980: 18). Em seguida, aponte alguns percursos passionais:
A Rita levou meu sorriso
No sorriso dela, meu assunto Levou junto com ela
E o que me é de direito Arrancou-me do peito
E tem mais:
Levou seu retrato
Seu trapo, seu prato,
Que papel!
Uma imagem de São Francisco Um bom disco de Noel
A Rita matou nosso amor
De vingança nem herança deixou Não levou um tostão
Porque não tinha não
Mas causou perdas e danos Levou os meus planos
Meus pobres enganos
Os meus vinte anos
O meu coração
E além de tudo
Me deixou mudo
O violão
5. Analise os percursos de sanção da notícia que segue. Observe também os percursos paSSIOnaIS.
No térreo, o outro assaltante estava preocupado porque já entrara na casa sabendo que o comerciante [Viana] possuía uma arma. Viana carregava um 38 num coldre amarrado à perna, mas negou. Quando o bandido mandou que se sentasse no sofá, a calça se levantou e o revólver apareceu por cima da meia. O bandido ficou irritado. "Você mentiu para mim", gritou, avançando sobre o comerciante. Viana sacou e disparou cinco tiros. O bandido também atirou e sobreviveu. Viana agonizou no sofá, o corpo caído em cima do filho. Morreu no hospital. Não foi a única vítima no assalto. Um terceiro bandido, que havia ficado do lado de fora, de

vigília. fugiu com o carro assim que ouviu os primeiros tiros. Alcançado por Nascimento, foi assassinado - punição pela deserção.
(VEJA, 24 de maio de 1995)
6. Na piada que segue, o que você pode dizer sobre o fazer interpretativo e o crer, na perspectiva da semiótica?
Dois peões apoiados numa cerca:
- Você acredita na reforma agrária?
- Eu não, mas meu compadre que já andou de disco voador acredita.
7. Examine os programas de competência e de perfórmance no texto abaixo:
Era a história de um galo chamado Rei -lindo de morrer - que um dia fica louco pra largar a vida de galo. Ele morava num galinheiro com quinze galinhas, mas ele era um cara muito

igual e então achava que era galinha demais pra um galo só. Pra contar a verdade, ele vivia até um bocado semjeito de ser chefe de uma família tão esquisita assim. Então ele resolve fugir do galinheiro. Mas ai dá medo de todo o mundo ficar contra ele. E então ele passa o romance inteirinho naquela aflição de foge, não foge. Quando chega bem no fim da história, ele resolve o seguinte: se a vida dele era furada, ele tinha mesmo que fugir e pronto. E aí ele foge.
(Lygia Bojunga Nunes, A bolsa amarela, 1983: 20)
8. O texto que segue produz efeitos de realidade ou de referente. Quais são os procedimentos utilizados? .
Com 43 anos incompletos, servindo desde dezembro de 1755 na 6" Companhia de Dragões, o regimento de cavalaria regular de Vila Rica, Joaquim José da Silva Xavier era um dos homens mais conhecidos da região. Nascera na fazenda do Pombal, de propriedade de seu pai, às margens do rio das Mortes, perto de São João del Rei, e tinha seis irmãos. Após a morte prematura de seus pais, foi morar com um padrinho, o dentista Sebastião Ferreira Leite, e foi com ele que aprendeu o ofício de arrancar dentes e fazer próteses. Além da profissão, ganhou o apelido de Tiradentes, que ficaria para o resto da vida.
9. Aponte no texto abaixo as diferentes projeções da enunciação no discurso (de ator, de tempo e de espaço) e os efeitos de sentido que produzem:

NASCI para a merda desta vida em lugarejo pobre, distante de qualquer parte, há muito tempo. Pouco depois, meu pai morria; e eu ficava só com minha pobre mãe, e seis irmãos mais novos, triste e abandonado neste vale de lágrimas.

Na manhã fria, cinzenta e enevoada em que fiz sete anos, minha mãe me botou na mão do cego que, afamado de santo, tinha então aparecido acolá na vila, fazendo correr que, por caridade, ia a admitir pupilo. E assim, fui colocado na porta da rua, com o último pedaço de pão duro que na casa havia e os últimos conselhos de minha mãe:

- Filho, sabes que não tenho mais com que alimentar-te. Cabe-te, agora, ganhar o mundo e fazer por tua vida. Estima-te sempre por filho de quem és e faze por merecer um bom destino. Não te dou um patrão, te dou um mestre. Aprende com ele a ser gente e que Deus te abençoe.

E, virando para o cego, já debulhada em lágrimas, concluiu: - Eu o dou, senhor, para seu criado.

- E eu, senhora, o recebo para filho.

(Edward Lopes, Travessias, 1980: 3) 10. Explique o que é um desencadeador de isotopias e um conector de isotopias em:

GRAVE COM BASF e agudos também (propaganda)

No baralho da vida, pifei por uma dama (frase de pára-choque de caminhão)

11. Examine, nos versos que seguem, o estabelecimento de um sistema semi-simbó1ico:

EU faço versos como quem chora De desalento... de desencanto... Fecha o meu livro, se por agora Não tens motivo nenhum de pranto.

(Cados Drummond de Andrade, 1984)

217

218

Introdução à Lingüística 11

Referências bibliográficas

ANDRADE, Carlos Drummond de. (1984). Corpo. Rio de Janeiro, Record.

TODOROV, Tzvetan (1981). Le príncipe dialogique. Paris, Seuil.

BANDEIRA, Manuel (1961). Belo, belo; Tragédia brasileira; Testamento. In: Antologia poética. 3 ed. Rio de Ja

neiro. Ed. do autor, p. 147-148, 106.
BARROS, Diana Luz Pessoa de (1996). Reflexões sobre os estudos do texto e do discurso. Língua e Literatura 22:
181-199.
BUARQUE, Chico (1980). A Galinha, A Rita, Teresinha. In: Chico Buarque de Hollanda. São Paulo, Abril, p. 41,
18, 85-86. FERNANDES, Millôr (1975). A morte da tartaruga. In: Fábulas fabulosas. São Paulo, Círculo do Livro, p. 108-109. FIORIN, José Luiz. (1988). Linguagem e ideologia. São Paulo, Ática.
(1996). As astúcias da enunciação. São Paulo, Ática. FLOCH, Jean-Marie (1985). Petites mythologies de l'oeil et de 1'esprít. Amsterdam, ADES/John Benjamins. FONTAINILLE, Jacques e ZILBERBERG, Claude. Tensão e significação (2001). São Paulo, Discurso/Humanitas (origi
nal tlancês de 1988)
GREIMAS, A. J. (1987). De l'imperfecction. Paris, Pierre Fanlac.
GREIMAS, A. J. e FONTAINILLE, J. (1993). Semiótica das paixões. São Paulo, Ática (original tlancês de 1991). GRIMM, Irmãos (1989). Contos de Grimm. Trad. de Tatiana Belinsky. São Paulo, Edições Paulinas.
GUIMARÃES ROSA(1985). Fita verde no cabelo. In: Ave, Palavra. 3 ed. Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira. LANDOWSKI, Eric (1992). A sociedade refletida: São Paulo/Campinas, EduclPontes (original tlancês de 1989). LANDOWSKI, Eric e OLIVEIRA, Ana Cláudia (orgs.) (1995). Do inteligível ao sensível. São Paulo, Educ.
LOPES, Edward (1980). Travessias. São Paulo, Ed. Moderna, p. 3.
MELO NETO, João Cabral de (1975). Agulhas. In: Antologia poética. 3 ed. Rio de Janeiro, José Olympio, p. 22. NUNES, Lygia Bojunga (1983). A bolsa amarela. 8 ed. Rio de Janeiro, Agir, p. 20.
PROPP, Vladimir (1970). Morphologie du conte. Paris, Seuil.
SABINO, Fernando (1991). Zélia, uma paixão. 3 ed. Rio de Janeiro, Record.
TESNIÉRE, Lucien (1959). Éléments de syntaxe structurale. Paris, Klincksieck.
Sugestões de leitura
(obras de apresentação de conjunto da teoria semiótica)
BARROS, Diana Luz Pessoa de. Teoria do discurso. Fundamentos semióticos. 33 edição, São Paulo, Humanitas, 2002 (13 edição de 1988).

A autora apresenta uma visão de conjunto da teoria, em que são examinadas, entre outras questões, os processos de manipulação, a modalização narrativa, a organização passional e as relações entre texto e contexto.
. Teoria semiótica do texto. São Paulo, Ática, 1990.
Introdução aos princípios e métodos da teoria semiótica, com exemplos concretos de análise.
COURTÉS, J. Analyse sémiotique du discours. De l'énoncé à l'énonciation. Paris, Hachette, 1991. O autor faz uma boa apresentação dos fundamentos teóricos da semiótica, com ênfase em questões do nível discursivo e nos procedimentos enunciativos.

Estudos do discurso
FIORIN, José Luiz. Elementos de análise do discurso. São Paulo, Contexto/EDUSP, 1989.
Introdução clara aos problemas de análise semiótica do discurso, em que o autor examina sobretudo os procedimentos sintáticos e as figuras semânticas do discurso.
GREIMAS, Algirdas Julien. Sobre o sentido. Petrópolis, Vozes (original francês de 1970). Os ensaios reunidos em Sobre o sentido apresentam os elementos fundamentais da teoria e da metodologia semiótica. Vejam-se, entre outros, a Introdução e o ensaio Jogo das restrições semióticas, em que se desenha, pela primeira vez, o quadrado semiótico.
(1983). Du sens II Paris, Seuil.
Como o primeiro volume, Du sens II reuniu ensaios fundamentais para o desenvolvimento da teoria semiótica, tais como A modalização do ser e Sobre a cólera, estudos que desencadearam o exame das paixões, ou O Saber e o crer, em que se examinam questões de veridicção e de interpretação.
GREIMAS, A. J. e COURTÉS, J. Dicionário de semiótica. São Paulo, Cultrix, s/d (origi
nal francês de 1979).
O Dicionário de semiótica faz, sob a forma de verbetes, a mais completa apresentação de conjunto da teoria, na data de sua publicação. Apresenta, pela primeira vez, a concepção de engendramento do sentido sob a forma de um percurso gerativo.

MARSCIANI, F. e ZINNA, A. Elementi di semiotica generale. Bologna, Esculapio, 1991. Os autores fazem uma boa apresentação dos princípios gerais da teoria semiótica.
TATIT, Luiz. Análise semiótica através das letras. São Paulo, Ateliê Editorial, 2001. A partir da análise semiótica de letras de canções brasileiras conhecidas, são apresentados os elementos teóricos e metodológicos da teoria semiótica, inclusive alguns aspectos da chamada semiótica tensiva.
TATIT, Luiz. Abordagem do texto. In: FIORIN, José Luiz (org.). Introdução à Lingüística I. Objetos teóricos. São Paulo, Contexto, 2002, p. 187-209. Nesse texto, o autor introduz alguns elementos da análise semiótica, de forma clara e precisa.
219

Respostas dos exercícios

Respostas dos exercícios de fonética

(1)

1. nascimento 2. assassino 3. chaveiro 4. arrasado 5. hospício 1. pneu 2. xerox 3. advogado 4. técnica 5. dicção

(2)

	lábio-dental	alveolar		palatal
oclusiva		t	d	c
nasal	lll			
fticativa		s	z	

,-
L-
meio- fechada anterior 1
I aberta e
a

(3)

a. discente b. restinga c. franquear d. embrulhado e. ouça f. sede g. biscoito h.perseguidores i. seguirem j.esbelta

(4) b

(5)[b]

(6) c

(7) c

(8) a. [f] b. [b] c. [n]

(9)

a. horrorosa b. ontem c. enganchado d. diarista e. amanhã f. condado g. bochecha h. destino i. família j. esteira

k. [per.ga.'ml.j1u]~ [per.ga.'ml.j1u] ~[peh.ga.'ml.j1u] ~ [pe(.ga.'ml.j1u] 1. [mLÁa.'raw]~ [mLÁa.'ral]

m. t 'pox.ku] ~ ['por.ku] ~ ['por.ku] ~ ['po(.ku]

n. [tra. ba. 'Áar] ~[tra. ba. I Áax] ~ [tra. ba. I Áa( ]

o. [va.1re.tu]

p. ['sln.tu]

q. [na.'dar] ~[na.'dax]~ [na.'dar]~[na.'da(]

r. [aw.tSL'tu.d3I]~ [aLtL'tu.dI]

s. ['kej.3u]~ ['ke.3u]

1. [a.ma.'xa.du] ~ [a.ma.'ra.du]

(10)

a. [Ipas.tu]['xaz.gu] / ['paJ,w]['xa3.gu] - vozeamento (surda vs sonora)

224

Introdução à Lingüística 11

b. [ka.'be.lu][ka.'me.lu] - modo de articulação (plosiva vs nasal)

c. rba.gu][Iga.gu] - ponto de articulação (bilabial vs velar)

d. ['kã.m~]['kã.n~] - ponto de articulação (bilabial vs alveolar)

e. [p::l][pe] - anterior vs posterior

f. rve.Á~]['ve.1~] - ponto de articulação (palatal vs alveolar)

g. rka.s~]rka.z~] - vozeamento (surda vs sonora)

h. [ISÕ.J1U][Isõ.nu] - ponto de articulação (palatal vs alveolar)

i. [sal] ~ [saw][sew] - abertura (aberta vs meio-aberta) (baixa vs médio-baixa) j.

['ka.lu] ['ka.fu] - modo de articulação (lateral aproximante vs vibrante)

(11)

a. plosivas vs fricativas

b. arredondadas vs não-arredondadas c. surdas vs sonoras

d. altas vs baixas (fechadas vs abertas) e. sonoras vs surdas

f. labiais vs alveolares

g. arredondadas vs não-arredondadas

Respostas dos exercícios de fonologia

I)

a) [- contínuo] ~ [+contínuo]

c) [+ sonoro] ~ [- sonoro]

e) [+ posterior] ~ [- posterior]

g) [+ contínuo] ~ [- contínuo]

i) [+ arredondado]~[- arredondado] j) [-nasal] ~ [+nasal]

[- soante] ~ [+soante]

b) [-lateral] ~ [+ lateral]

d) [+ anterior] ~ [- anterior]

f) [- alto] ~ [+ alto]

h) [+post] ~ [-post] e [+arred] ~ [-arred]

11) ALEMÃO: OS sons [u:] e [y:] constituem par mínimo, o que se verifica pelos três últimos pares de formas. Já os sons [ç] e [x] não formam uma oposição distintiva, ocorrendo em distribuição complementar no corpus. [ç] ocorre após vogais anteriores e [x] após vogais posteriores.

III) TURCO: Podemos dividir as palavras em dois grupos, cada um dos quais contém vogais que não ocorrem no outro grupo. Assim, temos, por um lado, as formas [evde], [verdim], [k0pry] e [g0stermek], que contêm apenas as vogais [e, i, 0, y], e por outro as formas [aldwm], [ankara], [odun] e [odasw], que contêm apenas as vogais [a, o, u, w]. Basta, então, observar a tabela que classifica as vogais de acordo com seus traços e veremos que o primeiro grupo de palavras contém apenas vogais anteriores e o segundo grupo contém apenas vogais posteriores. Temos, então, harmonia vocálica do traço [:t posterior].

Respostas dos exercícios

IV) JAPONÊS: as vogais altas i, IU se ensurdecem entre consoantes surdas ou, em final de palavra/enunciado, se o som precedente é uma consoante surda. Deve ser observado que as vogais longas não se ensurdecem, o que a transcrição utilizada toma de visualização mais fácil, já que elas são transcritas como se fossem duas vogais, não sendo uma só vogal entre consoantes surdas.
Ensurdece-se o IU da variante [aswko] porque ele é alto e está entre duas consoantes surdas.
V) ESPANHOL: Listemos, inicialmente, as palavras em que ocorre cada um dos segmentos em estudo:
- ocorre [b] em: [bandiõo], [arbol], [burdo] e [buskar].
- ocorre [13] em [taplaõo], [tapako] e [deper].
- ocorre [d] em: [gordo], [tienda], [prender], [ardiÁa], [burdo] e [deõo].
- ocorre [õ] em: [taPlaõo], [bandiõo] e [deõo].
- ocorre [g] em: [grilJgo] e [gordo].
- ocorre [y] em: [ayusar], [payar] e [tiyre].
Verificamos, então, que os pares de consoantes apresentados contêm alofones com distribuição complementar, já que as fricativas [13, õ, y] ocorrem quando precedidas de vogal e as oclusivas [b, d, g] ocorrem nos demais contextos.
VI)GREGO MODERNO: Houve aqui assimilação de ponto de articulação (regressiva) e de sonoridade (progressiva). Como não foi apontada nenhuma maneira de indicar uma assimilação de ponto de articulação, ficaríamos com duas regras referentes ao primeiro processo:
[n] --7 [m] / - [labial] [n] --7 [lJ] / - [dorsal]
Essa regra se aplica tanto em fronteira de palavra (entre o artigo e o substantivo) como em fronteira de morfema (entre o prefixo e a raiz do verbo). A regra de assimilação de sonoridade, que se aplica após consoante nasal, é a seguinte:
[
- sonoro
]
--7 [+ sonoro] / [+ nasal]
- soante
VII) HÚNGARO: Havendo uma seqüência de obstruintes, haverá assimilação do

traço [:tsonoro] do último som pelo primeiro. A consoante final de Cne:p] se sonoriza diante da consoante inicial de Cdal], produzindo a forma Cne:bdal]. Já a consoante final de Cke:z] se ensurdece diante da consoante inicial de Ckre:m], produzindo a forma Cke:skre:m]. A regra que representa esse processo é a seguinte:

[
- a sonoro
]
--7 [a sonoro] / - [a sonoro] - soante

226
Introdução à Lingüística 11

VIII) AINU: O que podemos verificar nos dados é que quando, na fronteira entre duas palavras, a primeira termina em tepe e a segunda se inicia por tepe, o primeiro se transforma em nasal coronal. Os dados não nos permitem dizer se isso só ocorre na fronteira entre palavras ou é um fenômeno mais difundido na língua. Supondo que isso só se verifica na fronteira entre palavras, teríamos a seguinte regra fonológica:

[
+ soante
]
[
+ soante
]
- nasal -7 + nasal / - # # - nasal
+ coronal + coronal

IX) HEBRAICO:

a) Listemos as palavras em que ocorrem cada um dos fones: - ocorre [b] em [bika], [mugbal] e [bara].

- ocorre [v] em [.favar], [.favra] e [?ikev].
- ocorre [p] em [para], [mitpaxat] e [fia?alpim].
- ocorre [f] em [litef] e [.fefer].

As consoantes mcativas [v] e [f] ocorrem após vogais. As consoantes oclusivas [p] e [b] ocorrem em início de palavra ou após consoante.

b) A alternativa correta é a i), pois após consoante apenas pode ocorrer [b], mas não [v]
c) A alternativa correta é a ii), pois após consoante apenas pode ocorrer [P], mas não [t].
Respostas dos exercícios de morfologia
I) Os nomes de agente são formados, de maneira bastante regular, por meio de dois morfemas, um prefixo {ma-}e um sufixo, que substitui a vogal final do verbo e varia conforme o gênero e o número indicados. Para o masculino {-i}, para o feminino {-iya} e para o plural {-a}.
11) O morfema do diminutivo é um infixo; tem a forma {-la-} e pospõe-se à primeira sílaba da palavra. Se a primeira sílaba for constituída por uma vogal somente, o morfema {-la-} é acompanhado pela glotal ? O conjunto formado pela primeira sílaba + {-la-} é prefixado.
III) Os morfemas identificados são:
{ni-}: lp.sg.;

ti-: 2p.sg;
{kwika}: cantar;
{koni}: beber;
{-s}: futuro;
{-tika}: presente contínuo; {-taya}: passado contínuo; {-k}: passado perfeito;
{ -0} : presente.
IV) Os morfemas gramaticais expressam os artigos definidos e indefinidos. O morfema do indefinido singular é zero; o do definido singular é {- Ü; }; o do plural, tanto para o definido como para o indefinido, é {-1]} . O morfema de plural coloca-se depois do zero do indefinido ou depois do {-18} , do definido. O morfema do definido, quando segue uma nasal, tem o alomorfe [ni] que, devido a
um processo de assimilação, contrai-se com a nasal do radical. .
Quando o morfema de plural segue o definido, a consoante [1] cai e a vogal se assimila ao traço anterior ou posterior da vogal que o precede. Assim:
8-7 a /[+post.]8-7 8/[+ant.]

V) Nos dados do Matis ocorrem os seguintes morfemas: {minbi -} pronome de 2p.sg.;
{0} - pronome3p.sg./3p.pl.; {nuki-} pronome de lp.pl.; {mikui-} pronome de 2p.pl.; {pe} - comer; {abare} - correr; {nami} - carne; {-k }- tempo presente; {-ak} -tempo passado.
VI) Identificam-se os seguintes morfemas: {:)} "3a peso sing.; {à-} "passado"; {N-} "negação" e os morfemas lexicais correspondentes aos lexemas verbais: kà, dà f í , bá . A alternância observada nas consoantes que sucedem os morfemas que marcam a flexão de tempo do verbo coloca em jogo o modo de articulação: consoantes oc1usivas tornam-se não oc1usivas. Observa-se a alternância :
k~h
d~l
b~w
O acréscimo do morfema de negação {N}- que terá seu ponto de articulação espe-cificado pela consoante inicial do radical verbal - provoca sonorização da con

228
Introdução à Lingüística 11
soante inicial, se esta for velar, ou nasalização, quando for uma bilabial ou dental a consoante inicial. A altemância observada é:
k~g
b~m
d~n
VII) O morfema do definido é {-la}, com os seguintes alomorfes:
I-lã/, I-ai, I-ã/. Seus alomorfes podem ser descritos pela regra:
{-la} ->
[Ia] I consoante não nasal [lã] I consoante nasal
[a] I vogal oral[ã] Ivogal nasal
VIII) Os morfemas que expressam a pessoa prendem-se à base verbal em posição inicial: {a-}, la pessoa, {mi-} 2a pessoa. Os morfemas que expressam tempo pospõem-se à base verbal. O morfema do presente é {-pa}, com os alomorfes
{-pa} e {-p}, sendo que este último segue a base verbal terminada em laI. O mor-fema do pretérito é {-wom}.

Correção dos exercícios de sintaxe

A. Determine a que categorias gramaticais pertencem as palavras em caixa alta (palavras inventadas) nas seguintes sentenças, retiradas, em sua forma original, de obras de Machado da Assis. Argumente em favor de sua análise.

(1). a) Como eu estava cansado, SEFLEI os olhos três ou quatro vezes.

b) Disse isso SEFLANDO o punho e proferi outras ameaças.

c) José Dias sorriu deliciosamente, mas fez um esforço grande e SEFLOU outra vez o rosto.

d) O beijo de Capitu SEFLAVA-me os lábios.

Podemos dizer que as palavras grifadas em (1) pertencem à categoria VERBO, uma vez que apresentam marcas de 1" pessoa do singular em (l)a, e de 33 pessoa do singular em (l)c e (l)d, concordando, morfologicamente, com seus sujeitos, que são eu, José Dias e o beijo de Capitu, respectivamente. Além disso, tais palavras contêm marcas que indicam que a situação descrita pela oração em que ocorrem está se desenvolvendo concomitantemente à situação descrita pela oração principal no mesmo período, como em (l)a e (l)b). Também é possível identificar marcas que apontam para o caráter episódico do evento descrito (em (l)a ou (l)c) ou durativo (em (l)b). Nenhum exemplo apresenta marcas de gênero e número,

próprias de nomes. O critério distribucional também confirma a hipótese inicial e nos permite dizer que as palavras em exame são verbos transitivos, já que aparecem com um complemento em todas as sentenças. Finalmente, os itens lexicais marcados nas sentenças denotam eventos, ou seja, o critério semântico é mais uma evidência em favor de nossa análise. .

(2) a) E a voz não lhe saía DOLMA, mas velada e esganada.

b) Já agora acabo com as coisas DOLMAS.

c) A cabeça da minha amiga sabia pensar DOLMO e depressa. d) Senti que não poderia falar DOLMAmente.

O item lexical DOLMA pode ser classificado como membro da categoria dos ADJETIvos pelas seguintes razões. Em (2)a, dolma denota uma propriedade que é atribuída ao substantivo voz, com o qual concorda em gênero e número. Lembre que, pelo critério semântico, itens lexicais que atribuem uma propriedade a um

constituinte nominal são adjetivos. A relação de concordância que se estabelece entre o adjetivo dolma e o substantivo voz pode ser atestada pela estranheza de uma sentença como (2)a' , em que os traços de gênero masculino e plural de dolmos conflitam com os traços de gênero feminino e singular do substantivo voz.
(2)a' *E a voz não lhe saía DOLMOS, mas velada e esganada
Também em (2)b o item lexical DOLMAS exibe morfologia de gênero e número em concordância com os traços morfológicos do substantivo coisas. Observe que a utilização de uma PROFORMA, na sentença (2)a", nos mostra que dolma forma um constituinte independente de voz, em (2)a:
(2)a" E a voz não lhe saía ASSIM, mas velada e esganada.
Por outro lado, em (2)b o uso de uma PROFORMA mostra que dolmas integra o constituinte nominal, como em (2)b'.
(2)b' Já agora acabo com as coisas DOLMAS. Sim, acabo com ELAS.
Além disso, adjetivos como velada e esganada, em (2)a, estão coordenados com dolma. Só elementos da mesma categoria podem ser coordenados.
Ainda, a sentença (2)d confirma a análise segundo a qual dolmo/a(s) é um ADJETI-vo, já que só adjetivos alimentam o processo derivacional de formação de advérbios terminados em -mente.
Em (2)c e (2)d, verifica-se uma modificação do item lexical em relação a (2)a. Nos dois casos, novos itens lexicais são formados e o critério morfológico nos aponta diferenças entre esses elementos e os exemplificados por (2)a e (2)b: marcas nominais como gênero e número não são possíveis em (2)c e (2)d. Isso sugere que dolmo e dolmamentepertencem a uma outra classe de itens lexicais, os ADVÉR-BIOS. O critério distribucional, nesse caso, nos informa que há distribuição com
229

230
Introdução à Lingüística 11
plementar entre os casos em (2)a, por um lado, e os casos em(2)c e (2)d, por outro.
Em (2)a e (2)b, dolmaldolmas estão para constituintes nominais, assim como dolmo e dolmamente, em (2)c e (2)d, respectivamente, estão para verbos. Isso sugeréque as duas classes - adjetivos e advérbios em -mente - podem ser fundidas em uma única classe.

(3) a) Fiquei tão MUPESTRE com esta idéia, que ainda agora me treme a pena
na mão.
b) As horas tristes e compridas eram agora breves e MUPESTRES.
c) Ele me explicou por estas palavras MUPESTRES.

As palavras grifadas denotam propriedades e, portanto, o critério semântico sugere que elas podem pertencer à categoria ADJETIVO. Morfologicamente, elas apresentam variação de número, em concordância com o número dos substantivos aos quais estão relacionadas. Além disso, o grau da propriedade que expressam pode ser comparado ou intensificado por itens como tão, como em (3)a, e muitos outros, como muito, pouco, mais, menos. A hipótese de que mupestre pertence àcategoria dos adjetivos se confirm'a pela distribuição de mupestre nas sentenças. Em (3)c, mupestre se combina com o substantivo palavras, que se combina, então, com o determinante estas, formando estas palavras mupestres. Mupestre é, assim, parte integrante desse sintagma, o que se confirma com a utilização da PROFORMA ISSO: ele me explicou por ISSO. Em (3)a e (3)b, mupestre é um constituinte independente, como mostra a substituição pela PROFORMA ASSIM: fiquei ASSIM com esta idéia, as horas tristes e compridas eram agora ASSIM. A utilização da PROFORMA ISSO confirma a idéia de que mupreste pertence à categoria dos adjetivos, uma vez que estes são os itens lexicais que tanto podem integrar constituintes nominais (em (3)c), como podem formar constituintes independentes do nome ao qual atribuem uma propriedade (em (3)a e (3)b).

(4) a) Era o pai de Capitu, que voltava da repartição um pouco mais BODRO,
como usava às vezes.
b) Não quero saber dos santos óleos da teologia; desejo sair daqui o
mais BODRO que puder, ou já....
c) (...) íamos sempre muito BODRO, logo depois do almoço, para gozar
mos o dia compridamente.

Analisando (4)a, notamos, mais uma vez, que estamos diante de um item lexical que denota propriedade. Sendo assim, podemos levantar a hipótese de que a palavra destacada pertence à categoria dos ADJETIVOS. Se, para confirmar essa hipótese, manipularmos a sentença de tal maneira a observar seu comportamento morfológico com relação à concordância de gênero e número com o substantivo ao qual está relacionado, veremos que precisamos de mais dados.

Respostas dos exercícios

(4) a' Era Capitu, que voltava da repartição um pouco mais BODRA.

a" Era Capitu, que voltava da repartição um pouco mais BODRO.

Tanto a forma com marcas morfológicas de gênero e número, em (4)a', como a forma invariável, em (4)b', são possíveis, o que nos deixa entre classificá-la como adjetivo, no primeiro caso, ou como advérbio, no segundo. Já em (4)b e (4)c temos evidências para propor que bodro pertence à categoria dos advérbios. Primeiramente, porque em (4)b, o constituinte do qual ele é núcleo está coordenado ao item lexicaljá, tradicionalmente classificado como um advérbio. Segundo, porque, em (4)c, ele não pode estar relacionado a um constituinte nominal, uma vez que isso exigiria que ele exibisse marcas morfológicas de número. Concluímos que, por apresentar uma forma invariável, bodro está associado ao constituinte verbal e pode ser classificado como ADVÉRBIO. Note que em todas as sentenças de (4), o grau de bodro é intensificado. As sentenças em (4), reiteram a proposta de considerar adjetivos e advérbios (do tipo de bodro) como uma classe gramatical única.

B. A definição usual de advérbio é:

"Advérbio é uma palavra invariável que modifica um verbo, um adjetivo ou outro advérbio, exprimindo circunstância de tempo, lugar, modo, dúvida, etc."

Examine o comportamento da palavra LÁ, usualmente classificada como advérbio, nas sentenças abaixo. Diga se a definição acima pode se aplicar a cada uma delas. Se não, diga a que categoria você acha que LÁ pertence, em cada um dos exemplos.

(5) LÁ é maravilhoso.

(6) Eu detestava LÁ.

(7) Ele saiu de LÁ.

(8) Aquele homem LÁ disse coisas ótimas.

(9) Eu cheguei LÁ em Santos.

(10) Eu cheguei LÁ atrasado.

(11) LÁ, tudo acontecia como se ninguém soubesse de nada.

Em nenhuma das sentenças, o item lexical LÁ modifica um verbo, um adjetivo ou um outro advérbio, como sugere a definição tradicional para advérbio. Nas sentenças (5), (6) e (7), LÁ está no lugar de um sintagma como aquele lugar, que tem

propriedades nominais e ocupa, respectivamente, as posições de sujeito da oração, complemento do verbo detestare complemento da preposição de. Essas posições não são posições características de modificadores, o que impede que LÁ seja tomado como um advérbio nesses casos, segundo a definição tradicional de advérbios.
Em (8), LÁ integra o sintagma nominal do qual homem é núcleo. Mais uma vez a utilização de uma PROFORMA, como ele em (8)a, em substituição ao sintagma aquele homem LÁ, confirma essa análise:

(8)a Ele disse coisas ótimas.
Em (8), LÁ pode estar no lugar de expressões como: no canto da sala, que está naquele lugar. Pode-se dizer, então, que LÁ está no lugar de um sintagma preposicionado ou mesmo de uma oração inteira, que integram o sintagma que tem por núcleo o substantivo homem. Sendo assim, LÁ é, nesse caso, modificador de um substantivo. Mais uma vez, a definição tradicional de advérbio não se aplica a esse caso.
Em (9), LÁ é núcleo do sintagma LÁ em Santos, que é argumento do verbo chegar.
Em (10) e (11), LÁ substitui um constituinte como naquele lugar. No caso de (10), LÁ é o argumento do verbo chegar, desempenhango o papel, exigido por chegar, de lugar atingido pela chegada. Já elJI (11), LÁ localiza todo o evento denotado pela sentença. Assim, as sentenças acima tomam fácil a verificação de que a definição que tradicionalmente se atribui aos advérbios é insuficiente para abarcar todos os casos de sentenças em que um elemento dessa natureza pode ocorrer.
C. Dentre as construções discutidas no item 3 do texto (topicalização, clivagem, pronominalização, fragmento de sentença, elipse), utilize as que forem apropriadas para descobrir as diferentes possibilidades de estruturação sintática das sentenças que seguem:
(12) O professor vai presentear os alunos com notas altas. (13) Os alunos andavam entusiasmados pelo Museu. (14) O presidente parecia confiante no Senado.
A sentença (12) tem duas interpretações. Intuitivamente, pode-se ter, como primeira

interpretação, a de que o professor vai dar notas altas aos alunos de maneira geral. Como segunda interpretação, tem-se que o professor vai dar algum presente àque-" les alunos que tiveram notas altas. Essa possibilidade de dupla interpretação está associada à possibilidade de a sentença ter duas estruturas sintáticas diferentes. A primeira interpretaçãocorresponde a uma estrutur~ em que "o constituinte com notas altas não se compõe com alunos para formar um único constituinte, formando, portanto, uma projeção independente; diferentemente, a segunda interpretação é possibilitada por uma estrutura em que os alunos e com notas altas estão juntos na mesma projeção. Vejamos como as construções de topicalização, clivagem e passiva, a pronominalização e os fragmentos de sentença nos ajudam a ver a diferença entre as duas estruturas. Marcamos os constituintes relevantes em itálico para deixar mais claro que a primeira interpretação corresponde à estrutura em que esses constituintes estão separados e a segunda interpretação corresponde à estrutura em que esses constituintes estão juntos.

. Topicalização

Leitura 1: Os alunos, o professor vai presentear com notas altas. Leitura 2: Os alunos com notas altas, o professor vai presentear.

Respostas dos exercícios

. Clivagem

Leitura 1: É os alunos que o professor vai presentear com notas altas. Leitura 2: É os alunos com notas altas que o professor vai presentear.

. Passiva

Leitura 1: Os alunos vão ser presenteados com notas altas. Leitura 2: Os alunos com notas altas vão ser presenteados.

. Pronominalização

Leitura 1: O professor vai presenteá-las com notas altas. (os = os alunos) Leitura 2: O professor vai presenteá-las. (os = os alunos com notas altas)

. Fragmento de Sentença

Leitura 1: Quem o professor vai presentear com notas altas? Resposta: Os alunos

Leitura 2: Quem o professor vai presentear?

Resposta: Os alunos com notas altas.

A sentença (13) também tem duas possibilidades de interpretação: a primeira é a de

que o museu é o local em que os alunos andavam entusiasmados; a segunda é a de que o museu é a razão do entusiasmo dos alunos. Novamente, essas diferentes possibilidades de interpretação estão relacionadas a duas estruturas sintáticas diferentes. Vejamos como outras construções da língua nos ajudam a perceber essas diferenças estruturais:

. Topicalização

Leitura 1: Pelo museu, os alunos andaram entusiasmados a tarde inteira; pelo parque, andaram cabisbaixos por pouco tempo.

Leitura 2: Entusiasmados pelo museu, os alunos andaram durante um certo tempo; agora andam entusiasmados pela política.

. Clivagem

Leitura 1: Foi pelo museu que os alunos andaram entusiasmados; pelo par que, andaram cabisbaixos.

Leitura 2: Era entusiasmados pelo museu que os alunos andaram durante um certo tempo; agora andam entusiasmados pela política.

. Pronominalização

Leitura 1: Os alunos andavam por lá entusiasmados. (lá = o museu)

Leitura 2: Os alunos andavam assim. (assim= entusiasmados pelo museu)

233

234

Introdução à Lingüística 11

. Pronominalização com pronomes interrogativos

Leitura 1: Por onde os alunos andavam entusiasmados?

Resposta: Pelo museu

Leitura 2: Como os alunos andavam?

Resposta: Entusiasmados pelo museu

A sentença (14) também tem duas possíveis leituras. Pela primeira, entendemos que, no recinto do senado, o presidente parecia confiante. Pela segunda, entendemos que o senado era a instituição em que o presidente tinha confiança. Como no caso das duas sentenças anteriores, essas possibilidades de interpretação estão associadas a duas estruturas sintáticas distintas. Outras construções do português podem nos ajudar a ver essas diferenças:

. Topicalização

Leitura 1: No senado, o presidente parecia confiante; em seu gabinete, mostrava-se inseguro.

Leitura 2: Confiante no senado, o presidente parece sempre; confiante na câmara de deputados, ele nunca está.

. Clivagem

Leitura 1: Foi no senado que o presidente pareceu confiante; em seu gabi nete, mostrava-se inseguro.

Leitura 2: É confiante no senado que o presidente sempre parece estar; con fiante na câmara ele nunca parece estar.

. Pronominalização

Leitura 1: O presidente parecia confiante lá. (lá = no senado)

Leitura 2: O presidente parecia assim. (assim= confiante no senado)

. Pronominalização com pronomes interrogativos

Leitura 1: Onde o presidente parecia confiante?

Resposta: No senado

Leitura 2: Como o presidente parecia? Resposta: Confiante no senado

D. Nas expressões abaixo, os predicados, que são os núcleos de sua projeção, aparecem em caixa alta. Diga qual a posição que os demais constituintes ocupam na projeção desses predicados: complementos, especificadores ou adjuntos. Para treino, faça uma árvore para cada projeção. Ignore os artigos e os verbos de ligação.

(15) professores CONSCIENTES de sua responsabilidade

O sintagma em (15) tem como núcleo um adjetivo - consciente- sendo, portanto, um sintagma adjetival. O sintagma preposicional de sua responsabilidade é

complemento do núcleo e o sintagma nominal professores é o especificador. A representação arbórea é a que segue:

Figura 1

SA

~

SN A'

professores ~

A SP

conscientes de sua responsabilidade

(16) a CONSCIÊNCIA da responsabilidade

o sintagma em (16) tem como núcleo um nome - consciência - sendo, portanto, um sintagma nominal. O sintagma preposicional de sua responsabilidade é complemento do núcleo. Esse sintagma nominal não tem nenhum constituinte em sua posição de especificador. A representação arbórea é a que está na Figura 2:

Figura 2

SN

~

SN N'

~

N SP

consciência da responsabilidade

(17) um JOGADOR de futebol da Itália

O sintagma em (17) tem como núcleo um nome - jogador - sendo, portanto, um sintagma nominal. O sintagma preposicional de futebol é complemento do núcleo. Esse sintagma nominal não tem nenhum constituinte em sua posição de especificador, mas tem um adjunto, que é o constituinte da Itália. A presença desse constituinte não se deve a uma exigência do nome jogador. Por isso, quando ele é mapeado na sintaxe, não há uma nova projeção hierárquica. O constituinte da Itália é mapeado como um constituinte que se aplica a uma projeção fechada do tipo SN e a mantém com a mesma estruturação hierárquica que ela apresentava anteriormente. Trata-se, portanto, de um adjunto. Examinem a representação arbórea na Figura 3

Figura 3

SN

~

SN SP

~ da Itália

N'

~

N SP
jogador de futebol

236
Introdução à Lingüística 11
(18) O João JOGA basquete nos Estados Unidos
Na análise de (18), vamos ignorar a projeção do tempo verbal e considerar somente a projeção do sintagma verbal, que tem como núcleo um verbo - joga. O sintagma nominal basquete é o argumento interno do verbo e ocupa a posição de complemento do núcleo. Na posição de especificador, está o argumento externo do verbo, que é o João. O sintagma preposicional nos Estados Unidos não é um dos argumentos do verbo, porque não é necessariamente exigido por ele. Por isso, ele é mapeado em uma posição de adjunto, aplicando-se à projeção já fechada do sv. A representação arbórea está na Figura 4
Figura 4
SV
~
SV SP
~ nos Estados Unidos
SN V'
O João ~
V SN
joga basquete
(19) o pé SOBRE a mesa
O sintagma em (19) tem como núcleo uma preposição - sobre - sendo, portanto, um sintagma preposicional. O sintagma nominal a mesa é complemento do núcleo. Na posição de especificador, está outro sintagma nominal- o pé. A representação arbórea é a que está a seguir:
Figura 5
SP
~
SN P'
opé ~

P SN

sobre a mesa

(20) o pé sobre a mesa é FALTA de educação

A estrutura em (20) tem como núcleo um nome - falta - sendo, portanto, um sintagma nominal. O sintagma preposicional de educação é complemento do núcleo. Esse sintagma nominal tem, em sua posição de especificador, um sintagma preposicional, cuja estrutura foi analisada em (19):

Figura 6

SN

~

SP N'

o pé sobre a mesa ~

N SP

falta de educação

(21) trabalhadores IRRITADOS com seus baixos salários

O sintagma em (21) tem como núcleo um adjetivo - irritados - sendo, portanto, um sintagma adjetival. O sintagma preposicional com seus baixos salários é complemento do núcleo e o sintagma nominal trabalhadores é o especificador. A representação arbórea é a que segue:

SA

~

SN A'

trabalhadores ~

A SP

irritados com seus baixos salários

(22) trabalhadores irritados com seus baixos salários é COMUM.

A estrutura em (22) tem como núcleo um adjetivo - comum - sendo, portanto, um sintagma adjetival. Não há nenhum constituinte na posição de complemento do núcleo. Na posição de especificador, está outro sintagma adjetival, cuja estrutura foi analisada em (21):

Figura 7
SA
~
SA A' trabalhadores ~
irritados A
comum
(23) um ALUNO de Física de cabelo encaracolado
O sintagma em (23) tem como núcleo um nome - aluno - sendo, portanto, um sintagma nominal. O sintagma preposicional de Física é complemento do núcleo. Esse sintagma nominal não tem nenhum constituinte em sua posição de especifi

cador, mas tem um adjunto, que é o sintagma preposicional de cabelo encaracolado. A presença desse constituinte não se deve a uma exigência do nome aluno. Por isso, quando ele é mapeado na sintaxe, ele se aplica à projeção já fechada do SN e a
mantém com a mesma estruturação hierárquica que ela apresentava anteriormente:
Figura 8
SN
~
SN SP
~ de cabelo encaracolado
N'
~
N SP
aluno de Física
(24) a Cecília CONHECEU um aluno de Física de cabelo encaracolado
Na análise de (24), como fizemos na análise de (18), vamos ignorar a projeção do tempo verbal e considerar somente a projeção do sintagma verbal, que tem como núcleo um verbo - conheceu. O sintagma nominal um aluno de Física de cabelo encaracolado (analisado anteriormente) é o argumento interno do verbo e ocupa a posição de complemento do núcleo. Na posição de especificador, está o argumento

externo do verbo, que é a Cecília. A representação arbórea está a seguir:
Figura 9
SV
~
SN V'
A Cecília ~
V SN
conheceu um aluno de Física de cabelo encaracolado
(25) a PROFUNDEZA do oceano ao sul do Equador
O sintagma nominal em (25) é ambíguo. O núcleo nominal - profundeza - exige um complemento, que pode ser o constituinte o oceano ao sul do Equador. Nesse caso, o sintagma preposicional ao sul do Equador seria um adjunto do sintagma nominal oceano, como mostra a representação abaixo:

Respostas dos exercícios
Figura 10
SN
~
N'
~
N SP
profundeza do oceano ao sul do Equador
Entretanto, é possível termos, também, a estrutura em que o sintagma preposicional ao sul do Equador é um adjunto de todo o sintagma nominal a profundeza do oceano, como na representação abaixo:
Figura 11
SN
~
SN SP
~ ao sul do Equador
N'
~
N SP

profundeza do oceano
(26) o oceano ao sul do Equador é PROFUNDO
A estrutura em (26) tem como núcleo um adjetivo - profundo - sendo, portanto, um sintagma adjetival. Não há nenhum constituinte na posição de complemento do núcleo. Na posição de especificador, está um sintagma nominal, modificado por um sintagma preposicional adjunto:
Figura 12
SA
~
SN A'
oceano...Equadol' ~
A
profundo
(27) líderes governistas CONTRA deputados da oposição

o sintagma em (27) tem como núcleo uma preposição - contra - sendo, portanto, um sintagma preposicional. O sintagma nominal deputados da oposição é complemento do núcleo. Na posição de especificador, está outro sintagma nominallíderes governistas. A representação arbórea é a que está a seguir:
Figura 13
SP
~
SN P'
líderes governistas ~
P SN
contra deputados da oposição
(28) líderes governistas contra deputados da oposição é o RESUMO da história política do país
A estrutura em (28) tem como núcleo um nome - resumo - sendo, portanto, um

sintagma nominal. O sintagma preposicional da históría política deste país é complemento do núcleo. Esse sintagma nominal tem, em sua posição de especificador, um sintagma preposicional, cuja estrutura foi analisada no exercício anterior:

Figura 14

SN

~

SP N'

líderes. ..contra...oposição~

N SP

resumo da história política deste país

(29) olhos SENSÍVEIS à claridade

O sintagma em (29) tem como núcleo um adjetivo - sensíveis - sendo, portanto, um sintagma adjetival. O sintagma preposicional à claridade é complemento do núcleo e o sintagma nominal olhos é o especificador. A representação arbórea é a que segue:

Figura 15

SA

~

SN. A' olhos ~

A SP

sensíveis à claridade

Respostas dos exercícios

(30) a sensibilidade à claridade CAUSA problemas sérios para a visão

Na análise de (30), como fizemos nas análises de (18) e (24), vamos ignorar a projeção do tempo verbal e considerar somente a projeção do sintagma verbal, que tem como núcleo um verbo - causa. O sintagma nominal problemas sérios para a visão é o argumento interno do verbo e ocupa a posição de complemento do núcleo. Na posição de especificador, está o argumento externo do verbo, que é a sensibilidade à claridade. A representação arbórea está a seguir:

Figura 16

.;

SV

~

SN V'

a sensibilida de ~

V SN

causa problemas sérios para a visão

E. Levando em consideração as exigências lexicais dos predicados em caixa alta, localize, nas sentenças abaixo, o elemento que atende a cada uma dessas exigências.

Uma maneira eficiente de iniciar o trabalho de análise da estrutura das sentenças de nossa língua consiste em: (i) localizar cada um dos predicados que nucleiam os sintagmas que integram a sentença a ser analisada; (ii) determinar quais são as exigências que eles impõem aos constituintes que com eles podem vir a se combinar; (iii) determinar, na sentença a ser analisada, qual o constituinte que satisfaz cada uma dessas exigências. Neste exercício, vamos exercitar os passos (ii) e (iii), uma vez que, nas sentenças que ele inclui, alguns predicados já foram selecionados.

Passemos à sentença (31):

(31) As escolas não PUNEM os alunos que FALTAM à aulas.

Nela, dois predicados foram marcados. O primeiro, punir, é um verbo que exige dois argumentos: (i) algo ou alguém que pune; (ii) alguém que é punido. Em (31), o constituinte as escolas desempenha o papel do punidor e o constituinte os alunos que faltam às aulas desempenha o papel de quem é punido. O segundo predicado marcado é faltar, também um verbo. Faltar exige, para compor uma sentença bem formada, dois constituintes: (i) um que desempenhe o papel de quem ou o que falta; (ii) outro que desempenhe o papel de a quem ou a que alguém/algo falta. Na sentença (31), esse segundo papel é desempenhado pelo constituinte às aulas. O papel do faltante é desempenhado pelo constituinte que. Alguém poderia sugerir que o constituinte que desempenha o papel do faltante é os alunos. O problema dessa sugestão, no entanto, está no fato de que, como já vimos, os alunos é parte do constituinte maior os alunos que faltam às aulas. Mas esse consti

241

242

tuinte já satisfaz as exigências de um outro predicado - o verbo punir. Observe que ele ocupa a posição sintática de complemento de punir.
A intuição de que os alunos são os faltantes deve-se ao fato de que o item lexical que é um pronome relativo. Enquanto pronome, ele tem sua denotação determinada por uma ligação com um antecedente, que, no caso em questão, é os alunos. Para visualizar melhor como se dá a estruturação de sentenças que se encaixam em outras sentenças por meio de um pronome relativo, vamos transformar a sentença (31) em duas sentenças independentes, com algumas adaptações para que a natureza do pronome relativo que se torne mais transparente:
(31)' As escolas não punem os alunos (faltantes às aulas). Eles faltam às aulas.
Na sentença (31)', o papel do faltante é desempenhado pelo pronome eles, cuja interpretação é dada por sua ligação com os alunos, que é parte do complemento do verbo punir. O pronome que, na sentença(31), é equivalente ao pronome eles na sentença (31)'.
(32) Ao APLICAR o exame, o diretor não ESCOLHEU os melhores alunos.
Na sentença (32), dois predicados foram escolhidos: aplicar e escolher. Aplicar é um predicado que exige dois argumentos: quem aplica e o que é aplicado. O papel de o que é aplicado é satisfeito, na sentença (32), pelo constituinte o exame. Já com relação ao papel do aplicador, poderíamos propor que é o constituinte o diretor que satisfaz tal exigência. No entanto, novamente deparamos com o problema de que o constituinte o diretor também satisfaz exigências do predicado escolher. Vejamos: escolher é um predicado que exige dois argumentos - quem escolhe e quem é escolhido. Na sentença analisada, o papel de realizador da escolha é desempenhado pelo constituinte o diretor e o papel de objeto da escolha é desempenhado pelo constituinte os melhores alunos. Portanto, o constituinte o diretor parece satisfazer exigências, tanto do predicado aplicar, quanto do predicado escolher.
Pelo procedimento de análise da estrutura das sentenças que propusemos acima, devemos, inicialmente, determinar as exigências dos predicados e, em seguida, localizar nas sentenças dadas os constituintes que satisfazem tais exigências. De acordo com esse procedimento, cada predicado deve ter, em sua projeção, tantos constituintes quantos forem necessários para satisfazer suas exigências. Portanto, propor que um mesmo constituinte satisfaz as exigências de dois predicados dife-

rentes significa dizer que um mesmo constituinte se combina com dois núcleos ao mesmo tempo, ou que o mesmo constituinte está dentro da projeção de dois predicados ao mesmo tempo. Isso traz problemas insolúveis para nossa análise, uma vez que isso é o mesmo que dizer que um único constituinte ocupa, ao mesmo tempo, duas posições hierárquicas diferentes na mesma sentença. A exemplo do que ocorre com as sentenças introduzi das por pronomes relativos, vamos solucionar esse problema propondo que o constituinte o diretor é, na verdade, argumento do

Respostas dos exercícios
predicado escolher e ocupa a posição de especificador do sintagma do qual esco-lheré núcleo. O papel de aplicador e, conseqüentemente, a posição de especifica-dor do sintagma que tem aplicar como núcleo é ocupada por uma PROFORMA, cuja interpretação é dada por sua ligação com o constituinte o diretor, que ocupa a posição de sujeito de escolher. Essa proforma, contrariamente ao pronome relativo, não tem realização fonológica, ou seja, é uma instância do sujeito que tradicionalmente se conhece como sujeito oculto. O símbolo [0] será usado para representar essas proformas silenciosas (sem realização fonológica). A in-terpretação a ela associada virá subscrita, entre parênteses.
Para facilitar a análise das sentenças seguintes, vamos representar, de forma esquemática, as exigências de cada um dos predicados e os constituintes que satisfazem tais exigências. Repetimos abaixo a análise da sentença (32) para exemplificar o procedimento que vamos adotar daqui para frente.
quem aplica: 0 (o diretor) O que aplica: o exame
quem escolhe: o diretor
o que escolhe: os melhores alunos
(33) Como os governadores não PROPUSERAM emendas à Constituição aos deputados e senadores, o presidente já ANUNCIOU apoio ao projeto.
APLICAR
ESCOLHER
quem propõe: os governadores
o que propõe: emendas à Constituição
a quem propõe: aos deputados e senadores

ANUNCIAR - quem anuncia: o presidente

o que anuncia: apoio ao projeto

PROPOR

(34) Como FORAM ANALISADAS mais de mil propostas, vÊ-se que a escolha deve ter sido difícil.

ANALISAR

q

uem analisa: 0

(

b

'

t

' '

)

ar I rano

O que analisa: mais de mil propostas

q

uem vê: 0

(

b

' "

)

ar Itrano

O que vê: que a escolha deve ter sido difícil.

A análise da sentença (34) merece alguns comentários. Em primeiro lugar, por estar na voz passiva, o argumento que desempenha o papel de analisador, exigido pelo verbo analisar, não está realizado fonologicamente e, por isso, aparece representado por 0, uma proforma silenciosa. Essa proforma tem uma interpretação arbitrária, uma vez que não está ligado a nenhum constituinte. Em segundo lugar, a partícula se, associada ao verbo, assim como a passiva, tem o poder de implicitar o argumento que desempenha o papel de quem vê. É por isso que, também nesse caso, representamos esse argumento pela proforma silenciosa 0.

VER

243

244

Introdução à Lingüística"

(35) Os alunos aprovados ganham bolsas para ESTUDAR e VIVEM nos
alojamentos da faculdade.
ESTUDAR

q

uem estuda: 0

(

l

)

os a unos VIVER

q

Uem vive: 0

(

l

)

os a unos

onde vivem: nos alojamentos da faculdade

(36) Nos primeiros anos de vida pode-se DIZER se uma criança será um adulto introvertido ou expansivo. Isso é o que se CHAMA traço de personalidade.

q

uem diz: 0

(

b

"

ár

"

)

ar llr 10

o que é dito: se uma criança será um adulto introvertido ou expanSIVO

CHAMAR

q

uem chama: 0

(

b

"

tr

'"

)

ar I ano O que chama: o que

do que chama: traço de personalidade

DIZER

(37) Que animais o diretor do zoológico DISSE que a comida que COMERAM FOI COMPRADA direto do CEAGESP?

DIZER

quem disse: o diretor do zoológico

o que disse: que a comida que que animais comeram foi comprada direto do CEAGESP

COMER - quem come: que ammaIS

o que comem: que

COMPRAR -quem compra: 0 (arbitrário)

O que compra: a comida que que animais comeram

F. Considere os pares de sentenças abaixo. As sentenças (a) têm um argumento presente a mais do que a variante (b). Considerando as exigências lexicais feitas pelo verbo em cada sentença, imagine uma explicação para essa possibilidade. Contraste os pares entre (38) e (41) com as impossibilidades apresentadas pelos pares entre (42) e (45)(0 sinal * que antecede os exemplos em (b) marca a agramaticalidade das sentenças):

(38) a) A Maria está lavando suas camisetas importadas.

b) As camisetas importadas lavam fácil.

(39) a) A tempestade afundou o barco.

b) O barco afundou.

Respostas dos exercícios

245

(40) a) Poirot prendeu o criminoso.

b) O criminoso foi preso.

(41) a) As crianças já comeram o bolo.

b) As crianças já comeram.

(42) a) O Pedro vai comprar aquela casa de esquina.

b) * Aquela casa de esquina compra fácil.

(43) a) O professor escreveu o artigo.

b) *0 artigo escreveu.

(44) a) A atitude do marido chateava a Ana.

b) * A Ana era chateada.

(45) a) As crianças devoraram o bolo.

b) * As crianças devoraram.

Passemos à análise das sentenças em (38):

(38) a) A Maria está lavando suas camisetas importadas.

b) As camisetas importadas lavam fácil.

O predicado lavar pede dois argumentos: quem lava - no caso, o constituinte a Maria - e o que é lavado - no caso, o constituinte suas camisetas importadas. Ambos aparecem realizados na sentença (38)a. A sentença (38)b, quando comparada a (38)a, apresenta três diferenças: (i) o argumento que desempenha a função de quem lava é eliminado; (ii) o argumento que desempenha a função do objeto lavado, que (38)a ocupava a posição de complemento do verbo, passa a ocupar a posição de sujeito; e (iii) o verbo assume .a forma de um tempo presente com interpretação genérica, facilitada pela introdução do advérbio fácil.

A possibilidade da altemância verificada nas sentenças em (38) parece estar relacionada à genericidade introduzi da na sentença (38)b. Quando comparamos a sentença (38)b com a sentença (42)b, vemos que os predicados têm maneiras diferentes de se relacionar com as marcas de genericidade. Não é só em contextos como os de altemância apresentado no par (38) que o verbo lavar pode indicar uma atividade genérica. Essa relação com a genericidade também é possível em uma sentença como (38)a'. Diferentemente, um verbo como comprar, não só não aceita marcas de genericidade em contexto de altemância (como (42)), mas também não pode participar de uma sentença como (38)a". Nesse último caso, a única

possibilidade de expressão de genericidade é a que está em (38)a''':
(38) a' Eu lavo e passo todos os dias. a" *Eu compro todos os dias.
a''' Eu faço compras todos os dias.

Em (39), o predicado afundar não exige a transformação em um tempo genérico para que a alternância seja possível. Nesse caso a possibilidade de alternância parece exigir um refinamento na caracterização das exigências do predicado com relação a seus argumentos. O papel de quem causa o afundamento não tem, a ele associado, características como intencionalidade e controle sobre o processo. Diferentemente, o predicado escrever, em (43), exige um escritor controlador, que cria um novo objeto. Portanto, uma generalização inicial que pode ser feita é a de que constituintes que têm, a ele associados, um papel de intencionalidade ou controle sobre o processo não podem participar de alternâncias como a exibida pelo par (39).
As sentenças em (40) exemplificam a alternância entre sentenças ativas e sentenças passivas. Nesse tipo de alternância, o argumento que desempenha o papel de agente e ocupa a posição de sujeito na voz ativa, é implicitado na voz passiva, isto é, ele ainda está presente na estrutura lógica do predicado, mas tem uma interpretação não definida. Além disso, o argumento que desempenha o papel de objeto afetado passa a ocupar a posição de sujeito. Novamente parece que um refinamento das exigências semânticas dos predicados é necessário para explicar a possibilidade de alternância ativa/passiva. Alguns predicados verbais que denotam eventos psicológicos não permitem essa alternância. Esse é o caso do verbo chatear, nas sentenças em (44).
Na sentença (41)b, o que é implicitado é o argumento que desempenha a função daquilo que foi comido. Como já foi dito, um argumento implicitado ainda está presente na estrutura lógica da sentença, mas tem uma interpretação arbitrária. A interpretação de (41)b é a de que a criança comeu algo. Essa implicitação parece não ser possível com um verbo muito semelhante a comer, como o verbo devorar, na sentença (45)b. Devorar traz nele incorporado o modo como algo é comido. Essa incorporação parece excluir a possibilidade de implicitação do argumento que

desempenha o papel do algo que é comido.

Respostas dos exercícios de semântica lexical

1) Em seu livro Estruturas léxÍcas do português (Vilela, 1979), Mário Vilela mostra a construção de vários campos semânticos. Utilizando-se de um dicionário da língua portuguesa, preencha os campos abaixo colocando o sinal + para marcar a presença do sema especificado e o sinal - para marcar sua ausência. Caso a presença do sema seja facultativa, preencha com o sinal +/-.

Respostas dos exercícios

. campo semântico de cursos de águas (adaptado de Vilela, 1979:140-141):

:s:	curso de águas	volume grande		volume pequeno		deságua no rio	no mar	deságua	homem	feito pelo
palavras										
rio	+	+	-	+	+	-				
afluente		+	+	-	+	-	-			
levada	+	-	+	-	-	+				
ribeira	+	+	-	+	+	-				
ribeiro	+	-	+	+	+	-				
arrOIO		+	-	+	+	-	-			

. campo semântico de vias de comunicação (adaptado de Vilela, 1979:141-142):

cs:	via de caminho comuni- prin-	em meios estreito cação	com urbanos	com com plantas saída	com Im- dupla vastidão	pressão de jardim	para auto-	móveis	caminho cipal	principal	rua
palavras											
via	+	+/-	+/-	+/-	+/-	+/-	+/-	+/-	+/-	+/-	
rua	+	+	+	+/-	+/-	+/-	+/-	+/-	-	-	
ruela	+	+	+	-	+/-	-	-	+	-	-	
avenida		+	+	+	+	+	+	-	-	+/-	+
travessa		+	+	+	-	+/-	-	-	+	-	-
beco	+	+	-	-	+/-	-	-	+	-	-	
estrada		+	-	+	+	+	+/-	-	-	+/-	+/-

caminho + +/- + +/- +/- +/- - +/- +/- +/-
vereda + - + - - - - + +/- +/-
senda + - + - - - - + +/- +/-

2) A partir das palavras e dos semas dados, construa o campo semântico especificado, repetindo os mesmos procedimentos do exercício anterior.

. campo semântico: verbos de cozinhar (adaptado de Vilela, 1979:143144)

. palavras: cozinhar, ferver, cozer, assar, grelhar, torrar, tostar, fritar, estu
far, escalfar, refogar e guisar.

. semas: ação de preparar alimentos
por ação do fogo
utilizando água
utilizando gordura
fogo direto
com utensílio especial
para o alimento ovo
para os alimentos carne e peixe
para o alimento legume
para o alimento pão

:s: ação de por utili- utilizando fogo com uten- para o para os para o para o
preparal ação do zando gordura direto sílio ali- al.carne al. al. pã(
palavras alimen- fogo água especial mento e peixe legume
troc mm

cozinhar + + +/- +/- +/- +/- +/- +/- +/- +/-
ferver + + + - - +/- +/- +/- +/- -
cozer + -I- +/- +/- +/- +/- +/- +/- +/- +
assar + + - - + +/- +/- +/- +/- -

grelhar	+	+	-	-	+	+/-	-	+	+/-	+/-
torrar	+	+	-	-	+	+/-	-	-	-	+
tostar	+	+	-	-	+	+/-	-	-	-	+/-
fritar	+	+	-	+	-	+	+	+	+	-
estufar	+	+	+/-	+/-	-	+	+/-	+/-	+/-	-
escalfar	+	+	+	-	-	+	+/-	+/-	+/-	-
refogar	+	+	+/-	+	-	-	-	+/-	+	-
guisar	+	+	+/-	+/-	-	-	-	+/-	+/-	-

. campo semântico: som (adaptado de Vilela, 1979:145-146)

. palavras: som, ruído, eco, tOQl, timbre, estrondo, detonação, estalido, es tampido, grito, clamor

. semas: algo audível

contínuo

refletido

homogêneo

agudo

musical

intensivado

por seres VIVOS

localizado

I'S / palavras	algo audível	contínuo	refle-tido	homo-gêneo	agudo	musical	intensi-vado	por seres vivos	locali-zado
som	+	+/-	+/-	+/-	+/-	+/-	+/-	+/-	+/-
ruído	+	+/-	+/-	-	+/-	+/-	+/-	+/-	+/-
eco	+	+/-	+	+/-	+/-	+/-	+/-	+/-	+/-
tom	+	+	-	+	+/-	+	+/-	+	+/-
timbre	+	+	-	+/-	+/-	+	+/-	+/-	+/-
estrondo	+	-	-	-	-	-	+	-	-
detonação	+	-	-	-	-	-	+	-	+
estalido	+	-	-	-	+	-	-	+/-	+/-
estamDido	-I-	-	-	-	+/-	-	+	-	+/-

grito	+	+/-	-	+/-	+/-	+/-	+	+	+	
clamor		+	+/-	-	+/-	+/-	-	+/-	+	+/-

Respostas dos exercícios

I1li I

3) As palavras espírito e alma são geralmente usadas como sinônimas. Verifique se na citação abaixo, extraídas do livro A grande tríade, de René Guénon, é possível manter essa relação entre elas, justificando sua resposta por meio de uma análise sêmica.

Pode-se ainda formular a pergunta: como é possível que, apesar da falta de simetria que apontamos entre eles, o espíríto e a alma sejam, no entanto, tomados às vezes, de certo modo, como complementares, sendo então o espírito considerado em geral como princípio masculino e a alma como princípio feminino? que, sendo o espírito o que, na manifestaçâo, está mais próximo do polo essencial, a alma se acha, em relação a ele, do lado substancial; assim, um em relação ao outro, o espírito é yang e a alma yin, e é por isso que eles são muitas vezes simbolizados, respectivamente, pelo Sol e a Lua. Isso pode, além dísso, justificar-se aínda de modo mais completo, dizendo-se que o espírito é a luz emanada díretamente do Princípio, enquanto a alma apresenta apenas um reflexo dessa luz.

I I

(Guénon, s.d.: 73)

Na citação acima as palavras espírito e alma não são tomadas como pala
vras sinônimas. A palavra espírito está relacionada cdm as palavras princípio
masculino, pala essencial, yang e Sol, ao passo que a palavra alma está relaciona-da com as palavras princípio feminino, pala substancial, yin e Lua. Nessa relação, os termos correlatos ao espírito são considerados ativos em relação aos termos corre1atos à alma, apresentados como um reflexo passivo da atividade dos primeiros. Assim como o masculino fecunda o feminino, a essência molda a substância e o Sol ilumina a Lua, o espírito anima a alma.

Desse modo, a categoria semântica ativo vs passivo é utilizada para construir a relação que diferencia espírito de alma:

E

11 11

semasativo passIvo

palavras espírito alma

principio principio

masculino feminino

essência substância

yang ym

Sol Lua

.

4) A partir da citação do exercício 3, mostre como a polissemia das palavras espírito e alma foi transformada em monossemia no discurso religioso de RenéGuénon. Use a análise sêmica para justificar ~ua resposta.

As palavras espírito e alma, na medida em que desígnam uma dimensão metafisica em relação às dímensões fisicas do corpo, podem ser tomadas como sinônimas. Na citação do exercício anteríor, o campo semântico de ambas as palavras sofre uma restrição, de modo que, além de designar essa dímensão metafisica, cada uma delas adquire um sentído específico dessa dimensão. Por meio da categoria semântica ativo vs passivo, o espírito é definído como ativo e, a alma, como passiva em relação a ele. Assim, a polissemia de ambas as palavras é desfeita e cada uma delas adquíre um sentido monossêmico na citação, operado pela inclusão do sema ativo no semema de espírito e pela inclusão do sema passivo no semema de alma.

I

249

250

Introdução à Lingüística 11

5) As palavras lixo e luxo pertencem a campos semânticos contrários, no entanto, o poeta Augusto de Campos utiliza a permuta dos fonemas lil e lul para contruir uma paronomásia em seu poema concreto Luxo. Analise o tema discursivizado e mostre como essa aproximação é realizada no texto do poema.

Yfxe ~5J!te

ILnelL!!J]!:e IL!!J]!:e IL19JtelL191t9 YfJt9 IL5Jt9!!.5Jt9 ~9 ~19Jt9 !b19Jt9 !b5Jt9 !!. 5Jt9 MfJt9 !!.19Jt9 YfJt9 !'f}!JJt9 ~5Jt9 ~9~9 !.19Jt9 MfJt9 !..~9 !.19Jt9

Augusto de Campos - Poesia. (1979) São Paulo, Duas Cidades, p. 119.

As palavras lixo e luxo pertencem a campos semânticos contrários, lixo significa qualquer objeto sem valor ou utilidade e aquilo que é jogado fora como imprestável, e1uxo significa objetos caros e supérfluos e o modo de vida caracterizado pela ostentação. Escrevendo a palavra lixo com palavras luxo, o poema complexifica os valores contrários significados por elas mostrando, em seu discurso, que o supérfluo do luxo é também o imprestável do lixo. No que diz respeito ao modo de vida caracterizado pela ostentação do luxo, há no poema a discursivização de um tema político denunciando que o luxo de alguns é sustentado pelo lixo de outros, ou seja, o poema discute a relação riqueza-miséria mostrando que a primeira mantém e é mantida pela segunda. Essas relações semânticas são reforçadas pela aproximação entre os significantes das duas palavras na contrução da paronomásia entre luxo e lixo pela permutação entre os fonemas lil e lu/.

6) A palavra são, a terceira pessoa do plural do presente do indicativo do verbo ser, a palavra são, com o sentido de sadio, e a palavra são, com sentido de santo, são homônimas. Consultando o Dicionário Houaiss da língua portuguesa, demonstre essa homonímia por meio de uma análise etimológica.

A palavra são, com o sentido de terceira pessoa do plural do presente do indicativo do verbo ser, é uma flexão do verbo ser, do latim essere. Na conjugação desse verbo em latim, a terceira pessoa do plural tem a forma sunt, de onde vem a forma são em português; a palavra são, com o sentido de sadio, vem do latim sanus, que quer dizer sadio, com saúde; e a palavra são, como sentido da santo, vem do latim sanctus, que quer dizer santo.

"t

7) Em seu texto A sistemática das isotopias (Greimas, 1975: 96-125), François Rastier analisa o poema Salut, de Mallarmé, mostrando as metáforas construídas no discurso do poema em tomo dos temas do brinde e da navegação. Demonstre como isso pode ser feito a partir da tradução de Augusto de Campos do mesmo poema (Campos, Pignatari e Campos, 1991: 33). Utilize as palavras destacadas em itálico para sua demonstração.

Nada, esta espuma, virgem verso A não designar mais que a copa; Ao longe se

afoga uma tropa De sereias vária ao inverso.

Navegamos, ó meus fraternos Amigos, eu já sobre a popa Vós a proa em pompa que topa A onda de raios ede invernos;

Uma embriaguez me faz arauto, Sem medo ao jogo do mar alto, Para erguer, de pé, este brinde.

Solitude, recife, estrela

A não importa o que há no fim de Um branco afã de nossa vela.

Nesses versos, há a tematização de um brinde. Assim, as palavras espuma, popa, proa, embriaguês e mar alto podem ser relacionadas a esse tema. A espuma é a espuma da bebida utilizada no brinde, geralmente o champanhe, e a embriaguês pode ser tomada como os efeitos causados pela bebida. Já popa e proa, palavras referentes ao tema da navegação, podem ser tomadas como metáforas das posições das pessoas sentadas à mesa onde se realiza esse brinde, sendo a popa a cabeceira da mesa e, a proa, as demais posições. No tema do brinde, o mar alto toma-se uma metáfora correlata à embriaguês, e a palavra espuma, no tema da navegação, pode ser tomada como a espuma do mar.

Resposta dos exercícios de semântica formal

1) Quando usamos a expressão 'Pelé' imediatamente pensamos naquele jogador de futebol excepcional, que usava a camisa 10 quando jogava no Santos e quando jogava na seleção brasileira. 'Pelé' representa um dos sentidos que nos permite chegar a esse indivíduo no mundo. Pense em outros sentidos para essa mesma referência.

Resposta: 'O maior jo.gador de futebol de todos os tempos', 'o pai de Edinho', 'o camisa 10 da seleção brasileira em 1962', 'Edson Arantes do Nascimento', 'o rei do futebol'.

2) Explique por que é que quando dizemos uma sentença como "Chico Buarque de Hollanda é o compositor de 'Construção'" aprendemos algo sobre o mundo.

Resposta: Se as expressões possuíssem apenas referência, a sentença "Chico Buarque de Hollanda é o compositor de 'Construção'" seria equivalente a uma sentença como "Chico Buarque de Hollanda é Chico Buarque de Hollanda" ou "O

compositor de 'Construção' é o compositor de 'Construção'". As duas últimas sentenças são verdades lógicas e não nos dão nenhuma informação sobre o mundo, diferentemente da primeira sentença. Isso se explica se percebemos que, apesar de 'Chico Buarque de Hollanda' e 'o compositor de 'Construção'' possuírem a mesma referência, possuem sentidos diferentes. A sentença proposta pelo exercício nos informa de uma verdade acidental: a de que a entidade que é a referência de 'Chico Buarque de Hollanda' é a mesma entidade que é a referência de 'O compositor de 'Construção''.

3) Analise os pares de sentenças abaixo e diga se eles podem ser consideradas paráfrases:

a) O João é o irmão do Thiago.

b) O Thiago é irmão do João.

Resposta: (a) e (b) não são paráfrases uma da outra porque em (a) a presença do artigo definido traz a informação de que Thiago é o único irmão de João. Esta informação está ausente em (b). Mais formalmente, não é necessariamente verdadeiro que sempre que uma das sentenças é verdadeira, a outra também é. É possível, por exemplo, que (b) seja verdadeira, ao mesmo tempo em que (a) seja falsa: o caso em que João possui mais de um irmão.

c) Meu primo é dono desta casa. d) Esta casa pertence ao meu primo.

Resposta: Da mesma forma que acima, (c) e (d) não são paráfrases exatas uma da outra. O artigo definido na sentença (d) implica a existência de um único primo. Essa implicação não está presente em (c).

e) Alguns estados brasileiros não são banhados pelo mar.

t) Nem todos os estados brasileiros são banhados pelo mar.

Resposta: Os pares de sentenças (e) e (t) são sinônimos ou paráfrases um do outro. Vejam que não há maneira de, em um mesmo contexto, uma das sentenças do par ser verdadeira e a outra ser falsa. Se é verdade que "Alguns estados brasileiros não são banhados pelo mar", então é necessariamente verdade que "Nem todos os estados brasileiros são banhados pelo mar" e vice-versa.

g) O Pedro vendeu o livro para um amigo da Joana. h) Um amigo da Joana comprou o livro do Pedro.

Respostas dos exercícios

Resposta: Os pares de sentenças (g) e (h) são sinônimos ou paráfrases um do outro. Vejam que não há maneira de, em um mesmo contexto e entendidas da mesma forma, (g) ser verdadeira e (h) ser falsa, e vice-versa. (Observação: para a sinonímia valer, 'Pedro', em (g), deve ser entendido como o vendedor.)

4) Normalmente, as versões ativa e passiva de uma sentença são consideradas paráfrases uma da outra, como em 'O médico examinou a garota' e 'A garota foi examinada pelo médico'. Observe, agora, o seguinte par:

a) Todos os alunos desta sala falam duas línguas. b) Duas línguas são faladas por todos os alunos.

Será que essas duas sentenças podem ser consideradas paráfrases? Dê uma explicação para sua resposta.

Resposta: As sentenças (a) e (b) não são paráfrases exatas uma da outra porque, ao contrário de (b), a sentença (a) é ambígua, pois pode ter duas leituras: (i) 'Existem duas únicas línguas que são faladas por todos os alunos desta sala' e (ii) 'Cada aluno desta sala fala duas línguas' (ou seja, não são necessariamente as mesmas para todos os alunos).

5) Analise os pares de sentenças abaixo e diga se há acarretamento da primeira para a segunda sentença. Justifique suas respostas:

a) O Pedro cozinhou um ovo.

b) O Pedro ferveu um ovo.

Resposta: Há acarretamento. Não é possível cozinhar um ovo, sem fervê-lo.

c) O Ricardo ferveu um ovo.

d) O Ricardo cozinhou um ovo.

Resposta: Não há acarretamento. É possível ferver um ovo sem cozinhá-lo.

e) A Cecília viu uma menina correndo.

f) A Cecília viu uma pessoa correndo.

Resposta: Há acarretamento, pois sempre que (e) for verdadeira, (f) será necessariamente verdadeira.

g) O Juca ouviu uma pessoa cantando.

h) O Juca ouviu um homem cantando.

Resposta: Não há acarretamento, pois a primeira sentença pode ser verdadeira ao mesmo tempo que a segunda é falsa, e.g., a pessoa que Juca ouviu pode não ser um homem.

253

254

Introdução à Lingüística 11

i) Hoje teve sol.

j) Hoje fez calor.

Resposta: 'Hoje teve sol' não acarreta 'Hoje fez calor' porque um dia pode estar ensolarado, sem estar quente. Ou seja, a verdade da primeira sentença não acarreta a verdade da segunda sentença.

k) O Rui sempre come sobremesa depois do almoço.

1) O Rui sempre come doce depois do almoço.

Resposta: Não há acarretamento, pois as duas sentenças não são verdadeiras em exatamente os mesmos casos. Por exemplo, João pode comer uma fruta, e não um doce, como sobremesa.

m) O João tirou nota 10 na prova. n) Alguém tirou nota 10 na prova.

Resposta: Há acarretamento. Se (m) é verdadeira, (n) é necessariamente verdadeira.

o) O João e a Maria são casadós. p) O João é casado com aMaria.

Resposta: Não há acarretamento. A sentença (o) é ambígua: ela tanto pode significar que o João é casado com a Maria, como pode significar que o João e a Maria são casados, mas não um com o outro. Portanto, a verdade de (p) não segue necessariamente da verdade de (o).

6) Analise os pares de sentenças abaixo e diga se a segunda sentença do par pode ser pressuposta da primeira. Lembre-se que a pressuposição lógica é uma relação que se estabelece quando tanto a verdade quanto a falsidade da primeira sentença implicam a verdade da segunda:

a) O João tirou nota 10 na prova. b) Alguém tirou nota lOna prova.

Resposta: A sentençca (b) não pode ser pressuposta da sentença (a). Apesar de (a) acarretar (b), sua negação (O João tirou nota lOna prova) não acarreta (b).

c) Foi a Maria que tirou nota lOna prova.

d) Alguém tirou nota lOna prova.

Resposta: A sentença (d) é uma pressuposição da sentença (c), porque tanto (c) quanto sua negação (Não foi Maria que tirou nota 10 na prova) acarretam que

alguém tirou nota lOna prova.
e) O Luís começou a tocar clarineta. f) O Luís não tocava clarineta.

Respostas dos exercícios

Resposta: Veja que tanto 'O Luís começou a tocar clarineta' quanto 'Não é verdade que o Luís começou a tocar clarineta' acarretam que 'O Luís não tocava clarineta'. Portanto, (e) pressupõe (f).
g) Só o João sabe o caminho para a casa do Marcelo.
h) Ninguém mais sabe o caminho para a casa do Marcelo.
Resposta: Não há pressuposição, pois a negação de (g), "Não é verdade que só o João sabe o caminho para a casa do Marcelo", não acarreta que ninguém além do João sabe o caminho para a casa do Marcelo.
i) A Regina continua morando em São Paulo.
j) A Regina morava em São Paulo.
Resposta: Vejam que tanto (i), como sua negação, acarretam a verdade de 0). Conseqüentemente, (i) pressupõe 0).
k) Foi dificil para o Pedro enfrentar aquela crise.
1) O Pedro enfrentou a crise.
Resposta: Idem ao caso acima: (k) pressupõe (1).
7) Compare o par de sentenças abaixo e discuta o comportamento do pronome 'ele' nos dois casos:
h) A Cecília tem um cachorro e cuida bem dele.
i) Toda criança que tem um cachorro cuida bem dele.
Resposta: Na sentença (a), o pronome' (d)ele' retoma 'um cachorro'. Nesse caso, tanto o sintagma nominal 'um cachorro' quanto o pronome se referem ao mesmo indivíduo no mundo. Há uma identidade de referência entre as duas expressões lingüísticas. O pronome aqui é referencial.
Já na sentença (b), não é possível dizer que 'um cachorro' e '(d)ele' se referem a um mesmo indivíduo no mundo. O que ocorre é um fenômeno de co-variação: para cada criança existe um cachorro diferente e o pronome 'ele' retoma o cachorro que é diferente para cada criança. O pronome aqui é uma variável.
8) Discuta a ambigüidade das seguintes sentenças:

a) Todo homem ama uma mulher.

Resposta: Todo homem ama uma mulher é ambígua, pois apresenta uma interpretação específica para uma mulher - por exemplo, 'Todo homem ama a Michelle Pfeifer' - e uma interpretação na qual cada homem ama uma mulher possivelmente distinta.

A

b) Três meninos comeram duas pizzas.

Respos~a: A sentença (b) possui duas interpretações: 'Os três meninos comeram um total de duas pizzas' versus 'Cada menino comeu duas pizzas'. Nesse caso, temos um total de seis pizzas.

c) O Ricardo quer se corresponder com uma norueguesa.

Resposta: A ambigüidade se dá porque a expressão 'uma norueguesa' pode ser interpretada de modo específico, como se referindo a uma pessoa pré-determinada, ou pode ser interpretada de modo não específico como 'uma norueguesa, qualquer que seja ela'.

d) Todas as crianças não comem jiló.

Resposta: São duas as interpretações possíveis para (d): 'Nenhuma criança come jiló', ou seja, levando em conta o conjunto de todas as crianças, sabe-se que esse conjunto todo não come jiló; 'Nem todas as crianças comem jiló', isto é, de um conjunto de todas as crianças, algumas comem jiló e outras não.

Respostas dos exercícios de pragmática

1. a) Debreagem enunciativa, porque os tempos instalados no enunciado são os do sistema enunciativo.

Valor dos tempos:

. sou/pode/juro - presente - concomitância em relação ao presente (sou presente durativo; pode - presente gnômico; juro - presente pontual);

. desmentiu/foi dada/(foi) conquistada - pretérito perfeito 1 - anterioridade em relação ao presente;

. reinarás/viverás - futuro do presente - posterioridade em relação ao presente.

b) Debreagem enunciva, porque os tempos instaurados no enunciado são os do subsistema do pretérito.

Valor dos tempos:

. foi aclamado/embainhou/retirou-se/esperou/pretendeu/jurou/tomou/foi estabelecer-se - pretérito perfeito 2 - concomitância pontual em relação a um momento de referência pretérito;

. realizava/valiam - pretérito imperfeito - concomitância durativa em relação a um momento de referência pretérito;

. guardaria - futuro do pretérito - posterioridade a um momento de referência pretérito;

. concedera - pretérito mais que perfeito simples - anterioridade a um momento de referência pretérito. .

c) Debreagem enunciva, porque os tempos projetados no enunciado são os do subsistema do futuro.

. deixará - presente do futuro - concomitância em relação a um momento de referência futuro;

. terá caído - futuro anterior - anterioridade em relação a um momento de referência futuro;

. produzir-se-á - futuro do futuro - posterioridade em relação a um momento de referência futuro.

2.a) três anos depois - sistema enuncivo - usa-se para indicar uma posterioridade em relação a um momento de referência pretérito ou futuro;

b) na semana passada - sistema enunciativo - usa-se para indicar anterioridade em relação ao presente;

c) há três meses - sistema enunciativo - indica anterioridade em relação ao presente;

d) daqui a dois dias - sistema enunciativo - indica posterioridade em relação ao presente;

e) dali a dois anos - sistema enuncivo - indica posterioridade em relação a um

momento de referência pretérito ou futuro.

3. O presidente diz que lastima o tempo que perdeu a tentar convencer o Congresso a aprovar as reformas constitucionais e que, num eventual segundo mandato, dedicará suas energias aos programas sociais do governo.

4.a) Naquele momento, para o cidadão da classe média, esse debate sobre a aposentadoria dos funcionários públicos pouco significou (significava), pois, no seu caso, a Previdência fora (tinha sido) e continuaria sendo um sistema injusto.

b) Em dez anos, para o cidadão da classe média, esse debate sobre a aposentadoria dos funcionários públicos pouco significará, pois, no seu caso, a Previdência terá sido e continuará sendo um sistema injusto.

5.a) presente pontual- concomitância em relação ao presente;

b) presente gnômico - concomitância em relação ao presente;

c) pretérito perfeito I - anterioridade em relação ao presente;

d) futuro do presente - posterioridade em relação ao presente;

e) pretérito imperfeito - concomitância durativa em relação a um momento de referência pretérito;

f) pretérito perfeito 2 - concomitância pontual em relação a um momento de referência pretérito;

g) pretérito mais que perfeito - anterioridade em relação a um momento de referência pretérito;

h) futuro d~ pretérito - posterioridade em relação a um momento de referência pretérito;

i) futuro anterior - anterioridade em relação a um momento de referência futuro;

j) presente do futuro - concomitância em relação a um momento de referência futuro.

6. Os eu que aparecem no texto, ocorrendo em me deu a notícia, em falou-me e em interrompi eu, pertencem ao mesmo nível enunciativo. Aparecem em falas do narrador.

7. a) debreagem enunciativa, pois um dos participantes da instância de enunciação,
o eu, é projetado no enunciado;
b) debreagem enunciva, pois os participantes da instância da enunciação não
aparecem no texto, ocorre apenas o ele.
8. a) ele, dele, sua - 3a pessoa do singular - 3a pessoa do singular no lugar da 2a
singular, para retirar o interlocutor da situação de enunciação e, assim,
estabelecer uma distância respeitosa;
b) os católicos - 3a pessoa do plural- 3a pessoa do plural no lugar da 2a do plural,
para identificar o interlocutor não pela sua situação na enunciação, mas por
um papel social;
c) nós (vamos) - Ia pessoa do plural- Ia pessoa do plural no lugar da 2a pessoa
do singular, para identificar-se com o interlocutor;
d) (eu) sou! (eu) hei - I a pessoa do singular - I a pessoa do singular no lugar da I a
pessoa do plural, para indicar que a característica de ser pó atinge cada pessoa
considerada individualmente;
e) confessa (tu)/(tu) sentiste - 2a pessoa do singular - 2a pessoa do singular no
lugar da I a pessoa do singular, para criar uma distância do eu, ao realizar um
julgamento sobre si mesmo.

9. a) esconderei - futuro do presente - posterioridade em relação ao presente futuro do presente no lugar do presente, para criar um efeito de atenuação;

b) vinha - pretérito imperfeito - concomitância durativa em relação ao pretérito - pretérito imperfeito no lugar do pretérito mais que perfeito, para indicar aproximação do marco temporal;

c) fora aSsassinado - pretérito mais que perfeito - anterioridade em relação ao pretérito - pretérito mais que perfeito no lugar do pretérito perfeito 2, para indicar

afastamento do marco temporal;
d) teria ido - futuro anterior - anterioridade em relação ao futuro - futuro anterior no lugar do pretérito mais que perfeito, para mostrar que o responsável pela informação não tem certeza de sua veracidade;
e) teremos alcançado - futuro anterior - anterioridade em relação ao futuro
futuro anterior no lugar de futUro do futuro, para indicar a certeza da vitória;
f) fazia - pretérito imperfeito - concomitância durativa em relação ao pretérito
pretérito imperfeito no lugar do presente, para indicar um fato hipotético;

g) publicará - futuro do presente - posterioridade ao presente - futuro do presente
no lugar do futuro do pretérito, para indicar que o fato realmente ocorreu;
h) seria - futuro do pretérito - posterioridade em relação ao pretérito - futuro do
pretérito no lugar do futuro do presente, para indicar que não se tem certeza da realização do evento projetado;
i) terão esquecido - futuro anterior - anterioridade em relação ao futuro - futuro
anterior no lugar do pretérito perfeito I, para indicar que o enunciador não tem certeza da realidade do fato que relata;
j) quisera - pretérito mais que perfeito - anterioridade em relação ao pretérito

pretérito mais que perfeito no lugar do presente, para indicar atenuação
10. a) estes - marcador espacial de 1 a pessoa, que aparece no lugar do marcador de
3a pessoa, para indicar presentificação na cena enunciativa;
b) lá - marcador espacial de 3a pessoa, que ocorre no lugar do marcador de 2a
pessoa, para mostrar que o interlocutor não deve estar na cena enunciativa;
c) esse - marcador espacial de 2a pessoa, que é usado no lugar do marcador de
3a pessoa, para indicar presentificação de uma 3a pessoa;

d) lá - marcador de 3a pessoa, que é utilizado no lugar do marcador de 2a pessoa,

para retirar o interlocutor da cena enunciativa e, assim, mostrar um certo desdém por ele.

Respostas dos exercícios de estudos do discurso

1. o texto apresenta quatro relações claras de manipulação entre destinadores e destinatários diferentes:

a) o destinador três ladrões manipula o destinatário Marcelo Kneese por intimi dação (ameaça, com armas), para que ele lhe dê dinheiro;

b) o destinador três ladrões manipula (ou pretende manipular) a polícia por tentação (oferecimento do objeto de valor positivo dinheiro), para que ela solte um comparsa;

c) o destinador Marcelo Kneese manipula o destinatário três ladrões por sedução (faz uma imagem positiva deles, como amigos), para que eles não o matem;

d) o destinador colegas dos três ladrões manipula os três ladrões para que ajam como homens sem laços afetivos.

Três manipulações não foram bem sucedidas. Na primeira (a), Marcelo Kneese não tinha o dinheiro e tentou manipular os três ladrões para que não o matassem, e, além disso, manipulado por valores sociais e afetivos de proteção à filha, não

abriu sua casa. Foi sancionado negativamente com a morte. Na segunda (b), os três ladrões não obtiveram o valor desejado para realizar a manipulação por tentação da polícia. Na terceira (c), Marcelo Kneese procurou manipular os três ladrões com valores que ele julgou positivos (amizade), mas que eram negativos para o destinatário (gozação). A manipulação, portanto, não foi bem sucedida, o dentista não persuadiu os ladrões. A única manipulação que teve sucesso foi a dos colegas sobre os três ladrões. Para evitar a sanção negativa dos colegas (gozação), os três ladrões mataram o dentista.

2. Em Terezinha, o texto pode ser dividido em três partes. Na primeira parte, o destinador homem procura manipular o destinatário Terezinha por tentação (oferece valores positivos: bicho de pelúcia, broche de ametista, viagens, relógio) e por

sedução (apresenta uma imagem positiva dela, como rainha e como mulher dese
jada por um homem tão cheio de vantagens). A manipulação não foi bem sucedida porque a mulher interpretou que ele lhe oferecia tanto que não podia ser verdade, ou seja, parecia mas não era verdadeiro, era uma mentira. Não acreditou assim que o destinador fosse confiável. A outra leitura possível é a de que a imagem positiva que o destinador faz dela, de rainha, não era tão positiva assim para ela, pois ela temia não ser capaz de manter uma imagem irreal e idealizada. Em outras palavras, a manipulação não funcionou porque o destinatário interpretou que tanto o destinador, quanto os valores oferecidos eram uma mentira, pareciam mas não eram verdadeiros.

Na segunda parte, o destinador homem tenta manipular o destinatário Terezinha por intimidação (oferecimento de valores negativos, amargos) e por provocação (apresenta uma imagem negativa dela como perdida, com passado que a compromete, sem qualidades de dona de casa). A manipulação não se realizou porque o destinatário interpretou que os valores não lhe interessavam, que não eram valores verdadeiros e sim falsos (não pareciam e não eram bons para ela).

Na terceira parte, o destinador homem manipula o destinatário Terezinha sobretudo por sedução, ao oferecer uma imagem positiva dela como mulher. Ela interpretou a persuasão do destinador e acreditou nele e nos valores oferecidos.

3. Em Chapeuzinho Venne1ho, mais de um esquema narrativo pode ser apontado, já que, como foi visto, as narrativas se desdobram polemicamente. Do ponto de vista do sujeito Chapeuzinho Venne1ho os três percursos do esquema narrativo são:

a) manipulação: o destinador mãe manipulou Chapeuzinho por sedução (boa menina que ama a avozinha) e por intimidação (deixar a avozinha sem nada, etc) para que ela levasse bolo e vinho para a avó doente, sem afastar-se do caminho; o destinador lobo manipulou o destinatário Chapeuzinho por tentação (flores bonitas, belo canto, diversão) e por provocação (ao dizer que ela só sabia obedecer e ir à escola) para que

ela se desviasse do bom caminho, dando-lhe tempo e oportunidade para comer a

avó e a ela, depois; Chapeuzinho interpretou que a mãe não era confiáve1-exagerada, como todas as mães - e que os valores negativos apresentados na intimidação da mãe não eram verdadeiros, e, ao contrário, interpretou a persuasão do lobo e acreditou nele e em seus valores;

b) ação: Chapeuzinho não cumpriu o contrato assumido com a mãe e não realizou a ação de ir diretamente à casa da avó; Chapeuzinho realizou a ação proposta pelo lobo e desviou-se do caminho, para colher flores e divertir-se;

c) sanção: Chapeuzinho foi sancionada negativamente (comida pelo lobo) por não ter cumprido o contrato com a mãe. Tendo em vista, porém, o caráter pedagógico do texto, a menina teve uma segunda oportunidade, desde que cumprisse o contrato de obediência: Nunca mais me afastarei, sozinha, da estrada quando minha mãe o tiver proibido.

Do ponto de vista do sujeito lobo, que disputa com Chapeuzinho os valores de sobrevivência e vida (pela comida, sobretudo), tem-se o esquema narrativo que segue:

a) manipulação: o percurso não está bem explicitado, pois o lobo é, quem sabe, levado pela intimação da fome (natureza) e pela tentação da menina gordinha a dever e a querer comer avó e neta;

b) ação: o lobo realizou várias ações para passar do estado de disjunção com a comida para o estado de conjunção: algumas são ações de manipulação do outro - persuadiu a menina lhe dar o endereço da avó e a ir pelo caminho mais longo, convenceu a avó a abrir-lhe a porta e, de novo, Chapeuzinho a aproximar-se da cama - outras são programas secundários realizados pelo próprio lobo - deslocar-se até a casa da avó, vestir a roupa da avó, etc - necessários para a realização da ação principal de comer a avó e a menina;

c) sanção: o lobo foi sancionado negativamente porque foi julgado em outro quadro de valores, ou seja, ele foi julgado como não tendo cumprido o contrato cultural de não comer gente (velho patife, bicho tão malvado) e punido com a morte, e não pelo contrato natural de sobrevivência.

Vamos deixar de lado as perspectivas da mãe, da avó e do caçador.

4 . Em A Rita, a ação narrativa aparece claramente desdobrada: há um sujeito operador Rita, que transforma sua situação de disjunção com os objetos de valor (sorriso, assento, retrato, trapo, prato, São Francisco, disco de Noel, planos,

coração, música, etc) em estado de conjunção e, ao mesmo tempo, transforma a situação de conjunção do sujeito homem com os mesmos objetos de valor em estado de dis

junção. Houve, portanto, concomitantemente uma aquisição e uma privação de valores. Os percursos passionais mais bem definidos no texto são: a passagem da satisfação e alegria do homem por estar em conjunção com os valores desejados (querer ser e ser) para a insatisfação e tristeza decorrentes da disjunção dos valores desejados (querer ser e não ser); a passagem da confiança e da crença em Rita, com quem o homem acredita ter um acordo (crer ser) para a decepção e a desilusão (não crer ser); o percurso pressuposto da insatisfação e decepção do sujeito Rita em relação ao sujeito homem, o que a leva à vingança, isto é, a querer fazer mal ao homem que não cumpriu o compromisso com ela assumido; a passagem, portanto, do querer fazer bem (do amor) ao sujeito responsável pela crença e satisfação do sujeito da paixão, ao querer fazer mal (da vingança) ao sujeito responsável por sua decepção e infelicidade; no caso do homem, não há o querer fazer mal, mas apenas a duração, a continuidade da tristeza, da decepção, da infelicidade.

5. Na notícia do assalto há claramente duas sanções. Na primeira, o assaltante sanciona negativamente o comerciante Viana, que, a seu ver, não cumpriu o acordo de entregar armas, de não esconder que está armado (Você mentiu para mim). Aparecem as duas fases da sanção: o reconhecimento de que o sujeito não agiu conforme o acordo e a punição, com a morte. A segunda sanção é também negativa: o assaltante Nascimento puniu, também com a morte, um comparsa que não cumpriu o contrato de vigiar a casa e facilitar a fuga dos assaltantes, pois, ao ouvir tiros, ele fugiu com o carro. Os dois principais efeitos de sentido passionais que o texto produz são: a irritação e o ódio, que levam à vingança, e o medo. A irritação e o ódio são paixões malevolentes, ou seja, de querer fazer mal a quem causou insatisfação e decepção pelo não cumprimento dos acordos (no caso, o comerciante e o terceiro assaltante), e que podem desembocar na vingança. O medo é, no texto, o efeito passional decorrente do querer não ser privado de objeto de valor (perder a

vida, por exemplo) ou do querer não ser sancionado negativamente (com a prisão, por exemplo).

6. A piada baseia-se na questão da veridicção e da crença. Interpretar que a reforma agrária é verdadeira, ou seja, parece que está acontecendo, conforme promessa do governo, e está mesmo, e nela acreditar, depende, como em qualquer interpretação, dos conhecimentos e crenças anteriores daquele que interpreta. Na piada, apenas aqueles que já andaram de disco voador e que acreditam em disco voador podem realizar tal interpretação. Em outras palavras, a piada diz que a reforma agrária ou é uma mentira (parece, mas não é verdadeira) ou é falsa (nem parece, nem é verdadeira) e nela só acreditam aqueles que crêem em qualquer coisa, aqueles que não sabem bem interpretar.

7. O trecho do livro infanto-juvenil A bolsa amarela relata sobretudo um programa de aquisição de competência do sujeito galo para realizar a perfórmance de fugir, que ocorre apenas no final do texto (E aí ele foge). No início do texto, temos

um galo que é manipulado em um quadro de valores de igualdade! liberdade (achava que era galinha demais para um galo só; vivia um bocado sem jeito de ser chefe de uma família tão esquisita assim) e que passa a querer-fugir, isto é, toma-se sujeito virtual para realizar a perfórmance de alterar seu estado de disjunção com a igualdade/liberdade em estado de conjunção. O galo é apresentado, além disso, como possuidor dos valores modais do poder e do saber fugir. É, portanto, um sujeito atualizado para a fuga. No entanto, ele não foge (Mas aí dá medo de todo o mundo ficar contra ele). Há, no texto, uma espécie de choque entre as modalidades do querer e do dever. O sujeito galo quer fugir, mas não deve fazê-lo, pois tem compromissos com as galinhas, como chefe do galinheiro. Daí o medo de ser sancionado negativamente como não cumpridor de seus compromissos. No final do texto, o querer prevalece sobre o dever, e o galo foge.

8. O texto de História do Brasil sobre Tiradentes emprega sobretudo os procedimentos de ancoragem no tempo, no espaço e em atores que o destinatário do texto reconhece como reais. A ancoragem é um procedimento de iconização, ou seja, de figurativização levada às últimas conseqüências, que produz os efeitos

mencionados de realidade ou de referente. No texto temos, para o tempo, a data precisa, desde dezembro de 1755, para o espaço, os lugares também precisados de Vila Rica, fazenda do Pombal, às margens do rio das Mortes, perto de São João del Rei, para os atores, os nomes completos, apelidos, idade, profissão - com 43 anos incompletos, servindo na 68 Companhia de Dragões, o regimento de cavalaria regular de Vila Rica, Joaquim José da Silva Xavier, o dentista Sebastião Ferreira Leite, Tiradentes.

9. O texto em exame usa os procedimentos que seguem:

a. desembreagem enunciativa de pessoa em eu (Nasci...), que produz o efeito de subjetividade, de proximidade da enunciação;

b. desembreagem interna: - Filho, sabes que..., que cria a ilusão de reali dade;

c. desembreagem temporal enunciativa (nasci e há muito tempo): indicase a anterioridade em relação ao momento da enunciação, provocando um efeito de proximidade; em seguida há uma desembreagem temporal enunciva, pois o momento do nascimento é tomado como o tempo de referência, no passado, a partir do qual se organizam os tempos que vêm a seguir (pouco depois, meu pai morria; na manhã... em que fiz sete anos); essa desembreagem produz o efeito de afastamento da enunciação;

d. desembreagem espacial enunciva (em lugarejo pobre, distante de qualquer parte): o espaço do lugarejo é o espaço de referência para a organização dos espaços no discurso (e fui colocado na porta da rua, ou seja, levado para um espaço diferente do lugarejo); o efeito é também de distanciamento da enunciação.

–L 264

Há no texto, além disso, alguns procedimentos de embreagem, como, por exemplo, para o tempo, o uso do imperfeito pelo futuro do pretérito (Pouco depois, meu pai morria; e eu ficava só com...) para produzir o efeito de duração, de uma espécie de presentificação da perda e do sofrimento.

10. Na propaganda, e agudos também é um desencadeador de isotopia que "puxa" uma nova leitura para o texto. Além da leitura de ordem que diz que se deve gravar com fitas Basf, lê-se também que as fitas Basf gravam bem tanto os sons graves

quanto os agudos. A palavra grave é um conector de isotopias, pois deve ser entendida na isotopia da ordem com o sentido de gravar e, na outra, como som grave. Na frase de pára-choque de caminhão, pifei e dama são conectores de isotopias que se encaixam bem tanto na isotopia do baralho, do jogo (pifei, do jogo de pifpaf e como derrota no jogo, e dama, como carta de baralho), quanto na isotopia existencial (pifei, como perdi, e dama, como mulher) ou ainda, na leitura sexual das relações homem-mulher (dama, como mulher-dama).

11. O semi-simbolismo é bastante explícito no poema. Vamos mencionar apenas uma das possibilidades: a categoria da expressão nasalidade (como, quem, desalento, desencanto, meu, não, tens, motivo, nenhum, pranto) vs oralidade orrelaciona-se com a categoria do conteúdo tristeza, infelicidade vs alegria, felicidade.